

# **EICCMU**

Anais do Encontro Internacional Cidade,  
Contemporaneidade e Morfologia Urbana  
2017 | N° 3

# **EXPEDIENTE**

---

**FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO**

**Diretor: Maurício Couto Polidori /Vice-Diretora: Isabel Tourinho Salam.**

**LABORATÓRIO DE URBANISMO DA FAURB (LABURB)**

**Coordenador: Eduardo Rocha/Vice-Coordenadora: Ana Paula Polidori Zechlinski**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO (PROGRAU-UFPel)**

**Coordenadora: Nirce Saffer Medvedovski /Vice-Coordenador: Eduardo Grala da Cunha**

**ORGANIZADORES:**

**Eduardo Rocha, Rafaela Barros de Pinho e Taís Beltrame dos Santos.**

**PERIODICIDADE: Anual**

**IDIOMAS: Português/Espanhol/Inglês**

**COMISSÃO EDITORIAL**

**Ana Paula Polidori Zechlinski (FAUrb/UFPel-Brasil) ; André Torres de Oliveira Carrasco (FAUrb/UFPel-Brasil) ; Celma Paese (UNIRITTER-Brasil); Célia Helena Castro Gonsales (FAUrb/UFPel-Brasil); Eduardo Rocha (FAUrb/UFPel-Brasil); Emanuela Di Felice (FAUrb/UFPel-Brasil); Fernanda Tomiello (UCPel-Brasil); Haydeé Beatriz Escudero (UNPSJB-Argentina); Juan Manuel Diez Tetamanti (UNPSJB-Argentina); Liziane de Oliveira Jorge (FAUrb/UFPel-Brasil); Mauricio Couto Polidori (FAUrb/UFPel-Brasil); Otávio Martins Peres (FAUrb/UFPel-Brasil).**

**DIAGRAMAÇÃO, PROJETO GRÁFICO E CAPA**

**Eduardo Rocha, Rafaela Barros de Pinho e Taís Beltrame dos Santos.**

**LOGRADOURO COMPLETO**

**Rua Benjamin Constat, 1359 – Bairro Porto – Pelotas CEP 96010-020**

**Fone: 55 53 32845511**

**E-mail: laburb@ufpel.edu.br**

**ISSN 2595-1912**

## SUMÁRIO

<b>1. MORFOLOGIA URBANA</b>	
<b>1.1 A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL DA MARGEM RIBEIRINHA EM TERESINA – PI NOS BAIRROS FREI SERAFIM E ILHOTAS</b>	<b>13</b>
João Ferreira Neto; Alana Rodrigues; Karenina Matos; Wilza Lopes	
<b>1.2 A HISTORICIDADE DO TECIDO URBANO NOS BAIRROS ESTREITO E BALNEÁRIO, FLORIANÓPOLIS-SC.</b>	<b>21</b>
Karine Dos Santos Luiz; Adriana Marquês Rossetto; Anicoli Romanini	
<b>1.3 A MORFOLOGIA URBANA DE NOVA PALMA, RS</b>	<b>30</b>
Vanessa Manfio; Gilda Maria Cabral Benaduce	
<b>1.4 A PAISAGEM CULTURAL URBANA DE COCAL-PI</b>	<b>33</b>
Miranda, Amanda Gomes; Matos, Karenina Cardoso	
<b>1.5 A PRODUÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS: reflexões entre África e Brasil</b>	<b>42</b>
Murad Jorge Mussi Vaz; Cila Fernanda da Silva	
<b>1.6 A RELAÇÃO ENTRE A UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER E O SEU ESTADO DE CONSERVAÇÃO</b>	<b>47</b>
Franke, Joana; Castro, Nadiane; Del Fiol, Paula; Zechlinski, Ana Paula	
<b>1.7 A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM COSTEIRA: estudo dos processos de crescimento urbano e ecossistêmicos de Itapirubá – Laguna/SC</b>	<b>52</b>
Emiliane Becker de Souza; Matheus Pedron Jasper; Eduardo Nogueira Giovanni	
<b>1.8 ARQUITETURA DA VIOLÊNCIA, ARQUITETURA HOSTIL E EXCLUSÕES</b>	<b>61</b>
Joyce Both; Adriane Roso; Bruna Tanira Simões Palma	
<b>1.9 ARQUITETURA, CIDADE E PAISAGEM URBANA. A Casa de Vidro de Lina Bo Bard e seu diálogo com a cidade de São Paulo</b>	<b>65</b>
Isadora Romano Leoncio; Ana Lúcia Cerávolo	
<b>1.10 AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO PELO PRIVADO: estudo dos condomínios horizontais e loteamentos fechados na zona leste e sudeste de Teresina-PI</b>	<b>70</b>
Vitória Alencar Farias; Karenina Cardoso Matos; Wilza Gomes Reis Lopes	
<b>1.11 CANOAS: origens e tendências</b>	<b>76</b>
Bruna Bonacina Pereira; Laura Marques Voigt; Letícia Xavier Corrêa; Débora Becker; Geisa Zanini Rorato	
<b>1.12 CENTRO HISTÓRICO DE PARNAÍBA – PI: forma, memória e paisagem</b>	<b>82</b>
Nívea Veras Machado; Karenina Matos	
<b>1.13 CONFIGURAÇÃO URBANA E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO: o Caso do Parque Ceci Cunha na Cidade de Arapiraca/AI</b>	<b>90</b>
Laini de Souza Santos	
<b>1.14 DA AUTO-ORGANIZAÇÃO AO DESIGN URBANO: a participação dos agentes na produção das cidades</b>	<b>97</b>
Edilene Lira; Waleska Andrzejewski Avozani	
<b>1.15 DINÂMICAS TERRITORIAIS: um estudo de fatores que influenciaram a cidade</b>	<b>102</b>

**de Erechim/RS**

Johanna Beck Hiller; Lígia Maria Àvila Chiarelli

<b>1.16 DOS CENTROS EDUCACIONAIS UNIFICADOS AOS TERRITÓRIOS CEU – a evolução de uma política pública</b>	<b>109</b>
Ana Cássia Sanches Vilela	
<b>1.17 ENTRE BELÉM (PA) E RECIFE (PE), O DESENHO DE TERRITÓRIOS RESTRITIVOS E PERMISSIVOS A LEGISLAÇÃO EDILÍCIA</b>	<b>111</b>
Ramon Fortunato Gomes	
<b>1.18 ESPAÇOS PÚBLICOS E SEUS USOS: um panorama das formas de ocupação da Praça Portugal no decorrer dos anos</b>	<b>119</b>
Mariana Saraiva de Melo Pinheiro; Maira Façanha Tavares	
<b>1.19 INFLUÊNCIA DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS NA EXPANSÃO DA CIDADE: estudo sobre o Conjunto Residencial Jacinta Andrade, em Teresina.</b>	<b>125</b>
Amanda Lages de Lima <sup>1</sup> ; Karenina Cardoso Matos; Wilza Gomes Reis Lopes	
<b>1.20 INFLUÊNCIAS DAS RELAÇÕES REGIONAIS NA FORMA URBANA</b>	<b>131</b>
Fernando Calvetti	
<b>1.21 INGLESES E O RIO CAPIVARI: forma urbana e urbanidade</b>	<b>135</b>
David Sadowski; Adriana Marques Rossetto	
<b>1.22 INTERVENÇÃO ITINERANTE: a ação de coletivos urbanos na ocupação dos espaços públicos e edificações</b>	<b>142</b>
Daniell Wanderley Lacet	
<b>1.23 INVESTIGANDO FORMAS DE ANALISAR A EQUIDADE ESPACIAL DA LOCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA</b>	<b>147</b>
Tiago Silveira	
<b>1.24 MAPEAMENTO COLETIVO PELA INTERNET COM O PEOPLEGRID: uma possibilidade de participação no processo de planejamento urbano</b>	<b>158</b>
Maurício Polidori; Otávio Peres; Miguel Polidori; Fernanda Tomiello	
<b>1.25 MAPEAMENTO DE ÁREAS VERDES E SUAS ANÁLISES A PARTIR DE FLUXOS E CENTRALIDADES DO MUNICÍPIO DE PELOTAS</b>	<b>164</b>
Nadiane Castro <sup>1</sup> ; Rubens Leal; Maurício Polidori; Ana Paula Zechlinski	
<b>1.26 MATERIALIDADE E IMATERIALIDADE NA FORMA URBANA: uma reflexão sobre Piracicaba e seu rio</b>	<b>170</b>
Laís Margiota Salvador; José Roberto Merlin	
<b>1.27 MEDIDAS DE CENTRALIDADE E O COMÉRCIO VAREJISTA EM IBIRUBÁ, RS</b>	<b>176</b>
Ana Luisa Maffini	
<b>1.28 MORFOLOGIA URBANA E ACESSO SOLAR AO ESPAÇO PÚBLICO</b>	<b>188</b>
Brenda Almeida Tejada; Celina Maria Britto Correa	
<b>1.29 MORFOLOGIA URBANA E HISTÓRIA: uma análise da Região da Luz - SP</b>	<b>193</b>
Régis Leitão Sydrião	
<b>1.30 MORFOLOGIA URBANA NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI: relações do uso do solo comercial na estrutura intraurbana de Chuí/Chuy</b>	<b>196</b>

Felipe Dotto de Moraes; Maurício Couto Polidori

**1.31 NOVAS CENTRALIDADES PARA QUEM?** 202

**as estratégias locacionais dos shopping center's e seu caráter segregador na produção do espaço urbano**

Caio de Andrade Pandolfo; Solismar Fraga Martins

**1.32 O CICLOATIVISMO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A MOBILIDADE URBANA** 207

**NO SUL DO BRASIL: O caso de Rio Grande e Pelotas, RS.**

Camila Teixeira Martins; Maurício Couto Polidori

**1.33 O DESENVOLVIMENTO ORIENTADO PELO TRANSPORTE NO PLANEJAMENTO REGIONAL** 212

Marco Leoni Deboer Salvi; Maurício Couto Polidori

**1.34 O TRABALHO FEITO NA OCUPAÇÃO CANTO DE CONEXÃO** 217

Otávio Segal de Araújo

**1.35 OS ESPAÇOS LIVRES NA FORMA URBANA: configurações contemporâneas na cidade de Uberlândia-MG** 223

Glauco de Paula Cocozza; Maria Eliza Alves Guerra; Patrícia Azerevedo Pienta Ribeiro; Gabriela Riccioppo; Laura Brenardo Castilho; Letícia Bemfica Ferreira; Luiza Do Couto Gonçalves; Rodrigo Barbosa Pereira; Isadora Fernandes Carvalho

**1.36 PLANEJAMENTO DE ESPAÇOS ABERTOS: um estudo para o município de Lajeado-RS** 230

Karina Taís Krein; Alice Rauber Gonçalves

**1.37 PLANEJAMENTO URBANO NAS CIDADES DE FRONTEIRA: contribuições da medida de centralidade espacial e da diversidade cultural no caso Chuí e Chuy** 236

Adriana Teixeira Camisa; Andréia Teixeira Camisa; Lucas da Silva Gonçalves; Vinícius Fossati da Silva; Maurício Couto Polidori

**1.38 PRODUÇÃO DE MORADIA EM CIDADES MÉDIAS DO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL: abertura para desigualdades socioespaciais e emergência da crise fundiária urbana** 241

Rafael Kalinoski; Juçara Spinelli

**1.39 PROJETOS DE REVITALIZAÇÃO URBANA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: o legado dos grandes eventos, suas consequências e suas possibilidades turísticas inexploradas** 247

Diego dos Santos Souza

**1.40 RE-ESTRUTURANDO O ESPAÇO URBANO: Projeto Jogo Limpo – Bairro Limpo** 251

Francielly Maria Fiorini; Fernanda Moscarelli

**1.41 SÃO LUIZ: De capital da França Equinocial à capital do Maranhão** 253

Rholmer Philipe Lobo da Silva; Fernanda Moscarelli

**1.42 SISTEMA DE GERENCIAMENTO URBANÍSTICO** 255

Adilson José Pereira Junior; Ivandro Rafael Heckler; Raphael Duarte Silva Custodio

**1.43 UM NOVO URBANISMO É POSSÍVEL? a construção de uma intervenção** 261

urbana no recorte da Vila Brejal no Bairro da Levada – Maceió/AL

Lourival Assunção

<b>1.44 VELOCIDADE, EMERGÊNCIA E CRESCIMENTO URBANO</b>	<b>270</b>
Maurício Polidori; Otávio Peres; Fernanda Tomiello	

<b>2. CARTOGRAFIA URBANA</b>	
<b>2.1 A CIDADE GRITA: intervenções artísticas temporárias em João Pessoa-PB</b>	<b>279</b>
Juliê Caroline dos Santos Melo; Marcela Dimenstein	
<b>2.2 A CIDADE SENSÍVEL: impacto no bem-estar por meio do sistema sensorial dos seres humanos nas feiras da orla do porto de Manaus</b>	<b>287</b>
Samara Farias	
<b>2.3 APP+SAÚDE: aplicativo georreferenciado para auxílio a gestão pública e social</b>	<b>293</b>
Natália Lohmann D' Ávila ; Eduardo Rocha ; Juan Manuel Diez Tetamanti ; Glauco Roberto Munsberg dos Santos ; Aline dos Santos Neutzling; Vinicius Dias de Paula	
<b>2.4 ARQUITETURA E DANÇA: cartografia e processo de composição</b>	<b>297</b>
Taís Beltrame dos Santos; Humberto Levy de Souza; Debora Souto Allemand	
<b>2.5 CARTOGRAFANDO AS FEIRAS DAS PULGAS</b>	<b>302</b>
Rafaela Barros de Pinho; Eduardo Rocha	
<b>2.6 CARTOGRAFIA DA AUSÊNCIA: a fotografia na construção de uma paisagem sensível</b>	<b>308</b>
Camila Da Silva Domingues	
<b>2.7 CARTOGRAFIA DO LIMITE: a cidade e sua borda molhada</b>	<b>313</b>
Fabricio Sanz Encarnação; Eduardo Rocha	
<b>2.8 CARTOGRAFIA URBANA SENSÍVEL: Uma experiência na fronteira Brasil-Uruguai</b>	<b>318</b>
Lorena Maia Resende; Eduardo Rocha	
<b>2.9 CARTOGRAFIAS DA HOSPITALIDADE: Pesquisa de extensão do Laboratório de Urbanismo do PPGAU Mestrado associado UniRitter/Mackenzie</b>	<b>324</b>
Gabriela Ferreira Mariano; Lizandra Machado Moreira; Carlila Volpatto	
<b>2.10 CARTOGRAFIAS DO LIMIAR: processos de formação de um arquiteto e urbanista errante</b>	<b>329</b>
Gustavo de Oliveira Nunes; Carla Gonçalves Rodrigues	
<b>2.11 CAUSA, ASPECTOS DA CAUSA E CENÁRIOS POSSÍVEIS PARA REVERTER AS EXPERIÊNCIAS EMOCIONAIS NEGATIVAS DURANTE A CAMINHADA POR TRECHOS DE RUAS ATRAVÉS DO DESIGN ESTRATÉGICO: a Rua General Câmara como estudo de caso</b>	<b>334</b>
Fernanda Fedrizzi Loureiro de Lima	
<b>2.12 CENTRO HISTÓRICO DE CANOAS: corredor cultural e a busca pela identidade</b>	<b>345</b>
Bruna Bonacina Pereira; Débora Becker	
<b>2.13 CIDADES PEQUENAS: o papel de uma arquiteta-urbanista-cartógrafa na contemporaneidade</b>	<b>349</b>
Luana Pavan Detoni; Eduardo Rocha	

<b>2.14 CULTURA ATIVISMO CIDADE: a ocupação urbana do ‘Minhocão’ em São Paulo</b>	<b>354</b>
Kelly Yamashita; Miguel Antonio Buzzar	
<b>2.15 DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO NOS BAIRROS DIEHL E SÃO JOSÉ DE NOVO HAMBURGO/RS</b>	<b>360</b>
Geisa Bugs	
<b>2.16 DO ESPÍRITO DO ESPAÇO: ensaio para uma geografia dos <i>points</i> urbanos</b>	<b>364</b>
Luis Henrique F. Dias; Gilciane J. Recondo	
<b>2.17 ENVELHECIMENTO ATIVO E SOCIALIZAÇÃO URBANA: um olhar sobre a mulher idosa</b>	<b>368</b>
Thais Deblí Libardoni; Lígia Maria Ávila Chiarelli	
<b>2.18 ESTUDO DE PRÉ-PROPOSTA PARA O PLANO DIRETOR DA CIDADE DE MONTE CARLO – SC</b>	<b>374</b>
Fabiane Laeufer Dos Santos; Inara Pagnussat Camara	
<b>2.19 EXPERIÊNCIAS SENSORIAIS NA ARQUITETURA: considerações sobre o programa ambiental</b>	<b>379</b>
Flávia Martini Ramos; Rodrigo Gonçalves dos Santos; Rodrigo Almeida Bastos	
<b>2.20 FRONTEIRAS URBANAS COMO INDICADORES E ELEMENTOS DE DIFERENCIACÃO SOCIESPACIAL EM RIBEIRÃO PRETO: estudo e análise sobre as reações e manifestações da presença de barreiras e limites sobre o espaço urbano</b>	<b>385</b>
Marilia Gabriela Porto	
<b>2.21 MAPA NOSTÁLGICO DE PELOTAS: uma proposta metodológica</b>	<b>391</b>
Karla Nazareth-Tissot; Sidney Gonçalves Vieira	
<b>2.22 MICROTERRITORIALIDADES DO BRIQUE DA REDENÇÃO E SEU ENTORNO</b>	<b>398</b>
Nathalia Danezi; Luciana Miron	
<b>2.23 MUSEU PATRIMÔNIO EFÊMERO</b>	<b>404</b>
Rafael Teixeira Chaves	
<b>2.24 NARRATIVAS DE LUGARES BOÊMIOS</b>	<b>408</b>
Késsio Guerreiro Furquim	
<b>2.25 O ECLETISMO EM PELOTAS E UMA CARTOGRAFIA PEDAGÓGICA</b>	<b>412</b>
Humberto Levy de Souza; Thifani Gomes Ortiz Machado	
<b>2.26 O HOMEM FÁUSTICO: a destruição da identidade urbana pela ambição da construção</b>	<b>417</b>
Clarissa Squizani Manske	
<b>2.27 O MÉTODO PARA ANÁLISE DA APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO EM CIDADES DA FRONTEIRA SUL: Brasil, Argentina e Uruguai</b>	<b>425</b>
Karla Nunes de Barros Coelho	
<b>2.28 PARA-FORMAL NA QUEBRADA: estudo para uma cartografia poética</b>	<b>434</b>
Humberto Levy de Souza; Lorena Maia Resende; Tais Beltrame dos Santos; Eduardo Rocha	

<b>2.29 PERCEPÇÃO URBANA: a vivência e a dinâmica no espaço público</b> Renata Ferreira Silva; Laíres Lanna Rocha Albuquerque; Erica Cardoso Correia; Laís Lima de Albuquerque	<b>439</b>
<b>2.30 PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DE CANTEIRO URBANO PARA UM PARQUE LINEAR PARA O MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA/RS.</b> Natalia Hauenstein Eckert; Bruna Disconzi Meotti; Julia Calvaitis Padilha; Marina Aimi Pereira	<b>443</b>
<b>2.31 RUA DA CONSOLAÇÃO: da trilha indígena a avenida urbana</b> Artur Bernardes	<b>449</b>
<b>2.32 SENSIBILIDADE URBANA: a dinâmica social como reflexo do uso dos espaços públicos</b> Rogério Henrique Vieira Amorim Gato; Luiza Thainá Vieira da Silva; Lais de Lima Albuquerque	<b>458</b>
<b>2.33 SISTEMA CICLOVIÁRIO E SUA RELAÇÃO COM AS ÁREAS VERDES NA CIDADE DE PELOTAS</b> Paula Del Fiol; Nadiane Castro; Joana Franke; Ana Paula Zechlinski	<b>466</b>
<b>2.34 TAVA MBYÁ-GUARANI – Parque da Fonte Missionária e Centro Cultural da Memória Indígena das Missões</b> Ana Helena Leichtweis; Taís Maria Peixoto Alves	<b>470</b>

### **3. TEORIA URBANA**

<b>3.1 A ESPONTANEIDADE COMO FERRAMENTA DE MICROPLANEJAMENTO URBANO</b> Estefânia Wasen Weber Ariza; Artur do Canto Wilkoszynski	<b>477</b>
<b>3.2 A GESTÃO DO TURISMO POR MEIO DA REGIONALIZAÇÃO: uma oportunidade de desenvolvimento urbano e regional para o oeste de Santa Catarina</b> Everton Gabriel Bortoletti; Francieli Boito; Cláudio Machado Maia; Lidia Cruzetta Monteiro	<b>482</b>
<b>3.3 A PAISAGEM PERCEBIDA ATRAVÉS DA BR 153 E O ANTAGONISMO ENTRE A CIDADE PERCEBIDA E A CIDADE INVISIBILIZADA</b> Juliana Ribeiro França; Maria Clara Ferreira de Macêdo	<b>486</b>
<b>3.4 ANÁLISE DAS CONDIÇÕES URBANAS DA CIDADE DE SALTO DO JACuí, RS</b> Gabriela Chiele; Bruna Giacomelli; Natália Hauenstein Eckert	<b>492</b>
<b>3.5 AS INFLUÊNCIAS INDÍGENAS E AFRICANAS NO DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES DO RIO GRANDE DO SUL</b> Yuri Martins; Íris Betina Vitoria	<b>500</b>
<b>3.6 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O SURGIMENTO DO SOLO CRIADO</b> Juliana Kraemer Micelli Teixeira	<b>505</b>
<b>3.7 CIDADE E CRIATIVIDADE: uma nova dinâmica urbana “sustentável”?</b> Victor Moura Soares Ferreira; Adriana Mara Vaz de Oliveira	<b>511</b>
<b>3.8 DIAGNÓSTICO FÍSICO E URBANO DO MUNICÍPIO DE SELBACH-RS</b>	<b>517</b>

Juindy Braun; Marina Aimi Pereira; Natalia Hauenstein Eckert

**3.9 DIREITO Á CIDADE E MOBILIDADE URBANA NA CONTEMPORANEIDADE** 524

Francili Boito; Everton Gabriel Bortoletti; Cláudio Machado Maia; Lidia Cruzetta Monteiro

**3.10 FATORES QUE INFLUENCIAM O USO DO ESPAÇO PÚBLICO** 529

Kaila Mendes Araujo Lima

**3.11 FRONTEIRAS ENTRE EMPIRISMO E TECNOLOGIA NO PLANEJAMENTO URBANO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL** 533

Alexandre Pereira Santos

**3.12 INTANGÍVEIS EDUCACIONAIS: entre o ensino, o espaço arquitetônico e a cidade** 540

Miranda Zamberlan Nedel; Miguel Antonio Buzzar

**3.13 LAGOA DOS TRÊS CANTOS: diagnóstico municipal e proposta de intervenção** 547

Bianca Pavaggio Soldatelli; Bruna Disconzi Meotti; Natalia Hauenstein Eckert

**3.14 PASSO DOS NEGROS: cotidiano e resistência** 554

Julia Rocha Clasen; Joanna Munoz Sevaio

**3.15 UM ESTUDO DA EXPANSÃO URBANA: desigualdades socioespaciais na cidade de Paraguaçu Paulista-SP** 559

Marcinéia Vaz Moraes De Oliveira; Ana Cristina Da Silva Araújo

# 1. MORFOLOGIA URBANA

## 1.1 A FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL DA MARGEM RIBEIRINHA EM TERESINA – PI NOS BAIRROS FREI SERAFIM E ILHOTAS

**João Ferreira Neto<sup>1</sup>; Alana Rodrigues<sup>2</sup>; Karenina Matos<sup>3</sup>; Wilza Lopes<sup>4</sup>**

<sup>1</sup> Universidade Federal do Piauí - UFPI- joaoangelofn16@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal do Piauí - UFPI- alanasundersuchoa@gmail.com

<sup>3</sup> Universidade Federal do Piauí - UFPI. Departamento de Construção Civil e Arquitetura – kareninamatos@hotmail.com

<sup>4</sup> Universidade Federal do Piauí - UFPI. Departamento de Construção Civil e Arquitetura – wilzalopes@hotmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

O intangível, aquele intocável, permanece no tempo graças sua imaterialidade. Por outro lado, todo patrimônio cultural imaterial ou intangível, apresenta uma dimensão tangível, revelando-se, de acordo com Veiga (2005), por materialidades, como a natureza pela qual se apropria e modifica ou pelo espaço onde as atividades tomam curso, os denominados espaços culturais, suportes da tradição.

Nesse sentido, é de suma importância os estudos sobre parques ambientais ribeirinhos, uma vez que esses poderão proporcionar a conscientização da importância da leitura da paisagem da cidade, no que tange aos aspectos paisagísticos, de lazer e culturais. Além disso, tais estudos são capazes de identificar os principais problemas e potencialidades para integração sustentável (meio ambiente, social e econômico) a partir de reflexões sobre a importância das relações urbanas entre os parques ambientais ribeirinhos e seu entorno (MATOS et al., 2014).

É possível, pois, considerar os parques ambientais ribeirinhos como suporte da tradição, ou ainda como a dimensão tangível de um possível patrimônio imaterial. Sendo assim, apesar de serem elementos materiais dentro da cidade, os parques ambientais e suas respectivas paisagens ribeirinhas, apresentam sua capacidade para a existência do intangível.

Esse estudo tem como objetivo analisar a formação do intangível nos parques ambientais Floresta Fóssil Sul e Ilhotas, localizados nas áreas correspondentes às margens ribeirinhas dos bairros Frei Serafim e Ilhotas, na cidade de Teresina- PI, por meio da análise da transformação da sua paisagem urbana ribeirinha. De acordo com Carlos:

A cidade pode ser analisada segundo diferentes visões que se interpenetram. A dimensão cultural é uma delas e para seu intermédio amplia-se a compreensão da sociedade em termos de suas relações sociais, econômicos e políticas, assim como tornam-se inteligíveis as espacialidades e temporalidades que estão associadas a essas dimensões (2007, p. 157).

Logo, os bairros Frei Serafim e Ilhotas da região Centro Norte da cidade de Teresina, que foram analisados no presente estudo, também sofreram transformações no que se refere às suas relações sociais, econômicos e

políticas, as quais influenciaram na modificação da paisagem ribeirinha implicando, assim, na intangibilidade do local.

A problematização do atual estudo, está pautada no jogo de relações existentes entre às transformações urbanísticas dos bairros em questão, sobretudo no que tange suas relações sociais, econômicos e políticas, e a modificação da equivalente paisagem ribeirinha, que por sua vez apresenta determinada potencialidade para o patrimônio intangível.

## **2. METODOLOGIA**

A metodologia fundamentou-se em fontes documentais, fotográficas, bibliográficas, orais e de campo. Além disso, houve a criação de mapas baseados nas análises pessoais dos pesquisadores, moradores e dos mapas oficiais da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação. Os estudos foram realizados examinando-se a legislação vigente sobre os temas, que passou a considerar as margens dos rios Poti e Parnaíba como Área de Preservação Permanente- APP (BRASIL, 2012) e Zonas de Preservação, esta última através da Lei Municipal nº. 1939/88 (TERESINA, 1988a) atualizada pela Lei nº. 3.563/06 (TERESINA, 2006). Realizou-se visitas de campo, para analisar os aspectos, informações e características da área estudada e estimular a vivência urbana da paisagem ribeirinha. Ocorreu, também, coleta de dados por intermédio de entrevistas com pesquisadores da área, busca de documentos em repartições públicas e levantamento fotográfico.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O recorte geográfico analisado se encontra na capital do estado do Piauí, Teresina, nas margens do rio Poti. É uma cidade com grandes potencialidades naturais, que apresenta ao longo da paisagem urbana espaços extensos, lineares e livres os quais funcionam como testemunho material que possui uma certa dimensão intangível (Figuras 1 e 2). Suas margens são protegidas pela Lei Municipal nº. 1.939/88 (TERESINA, 1988a), atualizada pela Lei Complementar nº. 3.563, de 20 de outubro de 2006 (TERESINA, 2006), que cria zonas de preservação, o Parque Ambiental Floresta Fóssil Sul e o Parque Ambiental Ilhotas. Para compreender a formação da intangibilidade atual no recorte de estudo, é preciso destacar importantes pontos ditos como primordiais da história de Teresina.

Figura 1: Mapa de Teresina



Fonte: Piauí. Adaptação: João Ferreira Neto

Figura 2: Mapa de Identificação: Bairro Frei Serafim e Ilhotas



Fonte: Teresina. Adaptação: João Ferreira Neto e Alana Rodrigues

Idealizada e criada por Conselheiro José Antônio Saraiva, a cidade em questão foi fundada em 16 de agosto de 1852, e ficou conhecida como a primeira capital do Brasil construída de forma planejada, com traçado regular das ruas e quadras e de forma inicial organizada (SILVA FILHO, 2007). Porém, a partir do processo de modernização do estado piauiense, a capital começou a seguir seu curso, distanciando-se do seu traçado primordial:

A cidade demonstrava uma vocação para mudanças, pois seu estilo e traçado urbano despertou interesse na população, que desejava desfrutar dos chamados equipamentos modernos. Por meio dessa expansão urbana surgiu um novo cenário, que foi a expansão além do centro da cidade em busca de locais destinados a absorver moradias e contingentes populacionais, e o espaço além e próximo do rio Poti se tornou alvo dessa expansão (CARVALHO; FAÇANHA, 2015, p.17).

Em 1988, com a criação do II Plano Estrutural de Teresina (TERESINA, 1988b), houve, pela primeira vez, uma iniciativa de verticalização das construções na cidade (Figura 3). Além disso, na década de 90 foi criado o Projeto SANEAR, que com o seu novo sistema de esgoto que atingiu 200 km de rede, passando a contar com a estação de tratamento de esgotos de fundamental importância para a verticalização da cidade.

Figura 3: Foto aérea dos bairros Frei Serafim e Ilhotas em 1983



Fonte: Universidade Federal do Piauí<sup>1</sup>. Adaptação: João Ferreira Neto

Devido a esses acontecimentos, na década de 90, iniciou-se um processo de verticalização das margens ribeirinhas impulsionando especulações imobiliárias e altos investimentos nos setores residenciais, com a construção de grandes condomínios de luxo. Essa nova forma de utilização do solo trouxe como um de seus resultados a expansão em direção às periferias

<sup>1</sup> Laboratório de Fotogrametria e Sensoriamento Remoto, Centro de Tecnologia

da cidade, pois os moradores, que antes ocupavam o local, venderam seus terrenos e procuraram abrigo em zonas distantes do local.

Sendo assim, as ocupações dos atuais bairros Frei Serafim e Ilhotas, antes desvalorizados e predominantemente com ocupações horizontais passaram a sofrer um processo de verticalização, principalmente nas áreas mais próximas do rio Poti. Esse processo teve como fatores principais a busca por mudanças e novas formas de habitação na cidade.

No espaço urbano a verticalização favoreceu a otimização do uso do solo principalmente no centro e em suas proximidades, no qual o processo de ocupação estimulou forte produção imobiliária. Enquanto mercadoria, o solo adquiriu um preço nas sociedades capitalistas, se constituindo em valor da renda com um mercado imobiliário voltado ao capitalismo como centro dinâmico da economia (SINGER, 1980).

Tratando das relações sociais, econômicos e políticas dos bairros Frei Serafim e Ilhotas, o efeito da verticalização não ocorreu de forma distinta. É possível perceber uma quantidade relevante de edifícios que ultrapassam doze pavimentos, o que espelha a ação do setor imobiliário que trata o solo como mercadoria. Essas construções mais altas concentram-se na frente ribeirinha do rio Poti, justamente por motivos de propagandas imobiliárias que, na época das construções, valorizaram o local devido à amenidade oferecida pelo rio. Análogo a isso, coexiste nos bairros edifícios que apresentam gabaritos de dois a doze, mas é a classificação de apenas um pavimento que mais se destaca na área de estudo, já que essa, no geral, ostenta tipologia residencial (Figura 4).

Figura 4: Mapa de gabaritos atual dos bairros Frei Serafim e Ilhotas



Fonte: Teresina - SEMPLAN. Adaptação: João Ferreira Neto e Alana Rodrigues

As mudanças que o recorte da margem analisada inverteu não só as formas de habitação, como também, a classe social de quem ocupava o espaço. Uma vez que alterou a tipologia de habitações horizontais destinadas a classes com baixa renda, para a construção de luxuosos edifícios.

Esse processo de mudança acarretou em novas formas de relação dos bairros com os habitantes, e assim sendo com a paisagem ribeirinha. As antigas práticas e costumes da antiga população, deu lugar a novas tipos de relacionamento com o espaço. Ou seja, o processo de verticalização desencadeou uma alteração nos elementos intangíveis do lugar.

O presente estudo, traz como resultado a importância e existência da intimidade do patrimônio intangível com os parques ambientais Floresta Fóssil II e Ilhotas. Hoje em dia, os parques urbanos apresentam muitas funções que contribuem para a sustentabilidade urbana. O ambiente agradável e natural desses espaços oferece a diminuição dos problemas ambientais da cidade, posto que amenizam tensões sociais, logo, trazem benefícios para a sociedade.

Os parques ambientais em questão, estão localizados frente à Av. Marechal Castelo Branco, entre a Ponte Juscelino Kubitschek e o conjunto habitacional Alô Teresina. O parque Ilhotas, é o mais utilizado, nele está concentrado todos os equipamentos da área da margem de estudo. Com extensão de 1,2 km, oferece área para corrida, pista de cooper, academia e restaurantes. Já o parque Floresta Fóssil II, apesar de ganhar destaque pelas suas características paleontológicas e culturais, é pouco utilizado, não tem segurança e ainda não há uma integração com o entorno (Figura 5).

Figura 5: Mapa da Zona de Preservação analisada



Fonte: Teresina - SEMPLAN. Adaptação: João Ferreira Neto

Como já mencionado, o patrimônio intangível apresenta também um aspecto tático ou tangível. E ainda, segundo Veiga (2005), o revés também se

verifica: todo testemunho material possui uma dimensão intangível. Sendo assim, nesse contexto, os parques ambientais Floresta Fóssil II e Ilhotas – patrimônios materiais e culturais – apresentam a chamada intangibilidade, assim como grande potencialidade para o estímulo da mesma.

Isto posto, é notável a importância, que por visto é negligenciada pela população em geral, da incorporação do rio e suas margens ao dia a dia dos habitantes da cidade. Por intermédio da valorização do rio, sua margem e seus parques ambientais é possível estimular o patrimônio imaterial que necessita desse espaço de suporte para tomar curso. Incentivando, portanto, o respeito à diversidade cultural, a criatividade humana, o desenvolvimento sustentável, além do que um respeito mútuo entre as próprias comunidades e os indivíduos envolvidos.

#### 4. CONCLUSÕES

A forma com que com os processos de mudança no local analisado aconteceu fomentou uma grande diferenciação na forma com que as pessoas entendiam e vivenciavam o bairro até os dias atuais. Pois rearranjou toda a morfologia e o espaço urbano do local.

O aperfeiçoamento da atual relação existente entre a sociedade teresinense com as margens do rio Poti, seria portanto, de acordo com o estudo do recorte da paisagem ribeirinha dos bairros Frei Serafim e Ilhotas, uma nova maneira de estimular o intangível. Pois instiga um maior contato da população com o rio, e, indiretamente, com os parques ambientais e com o espaço urbano.

Além disso, outra inovação encontrada nesse campo de pesquisa é o uso de parques ambientais como instrumento de suporte para o patrimônio imaterial. Pois estes atua como vetores materiais para a realização de atividades culturais, lazer e outras formas de manifestação de práticas e culturas.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur, 2007.

CARVALHO, D. J. S.; FAÇANHA, A. C. O processo de verticalização do bairro Jóquei na cidade de Teresina/PI: formação, agentes e produção do espaço. **Revista Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, v. 9, n. 1, p.13-24. 2015.

MATOS, K. C.; LOPES, W. G. R.; MATOS, I. C.; AFONSO, S. Os parques ambientais de Teresina como eixos lineares do sistema de espaço público. **Paisagem e Ambiente: ensaios**. Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, nº. 33, 2014.

**SILVA FILHO, O. P. Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauhy.** Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2007. 3v, 2007.

TERESINA. Lei nº 1.939, de 16 de agosto de 1988. Cria zonas de preservação ambiental, institui normas de proteção dos bens de valor cultural e dá outras providências. **Diário Oficial do Município.** Teresina, 1988a.

TERESINA. **Plano Estrutural de Teresina (II PET).** Prefeitura Municipal de Teresina, 1988b.

TERESINA. Lei Complementar nº 3.563, de 20 de outubro de 2006. Cria zonas de preservação ambiental, institui normas de proteção a bens de valor cultural e dá outras providências. **Diário Oficial do Município.** Poder Executivo, Teresina, PI, 20 de outubro de 2006.

VEIGA, A. C. N. **Mapeamento urbanístico:** a materialidade da dimensão intangível do patrimônio cultural urbano. 2005. 357 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Curso de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais.

## 1.2 A HISTORICIDADE DO TECIDO URBANO NOS BAIRROS ESTREITO E BALNEÁRIO, FLORIANÓPOLIS-SC.

**Karine Dos Santos Luiz<sup>1</sup>; Adriana Marquês Rossetto<sup>2</sup>; Anicoli Romanini<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Catarina – [karinesantosluiz@gmail.com](mailto:karinesantosluiz@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Catarina – [amarquesrossetto@gmail.com](mailto:amarquesrossetto@gmail.com)

<sup>3</sup> Universidade Federal de Santa Catarina – [anicoliromanini@yahoo.com.br](mailto:anicoliromanini@yahoo.com.br)

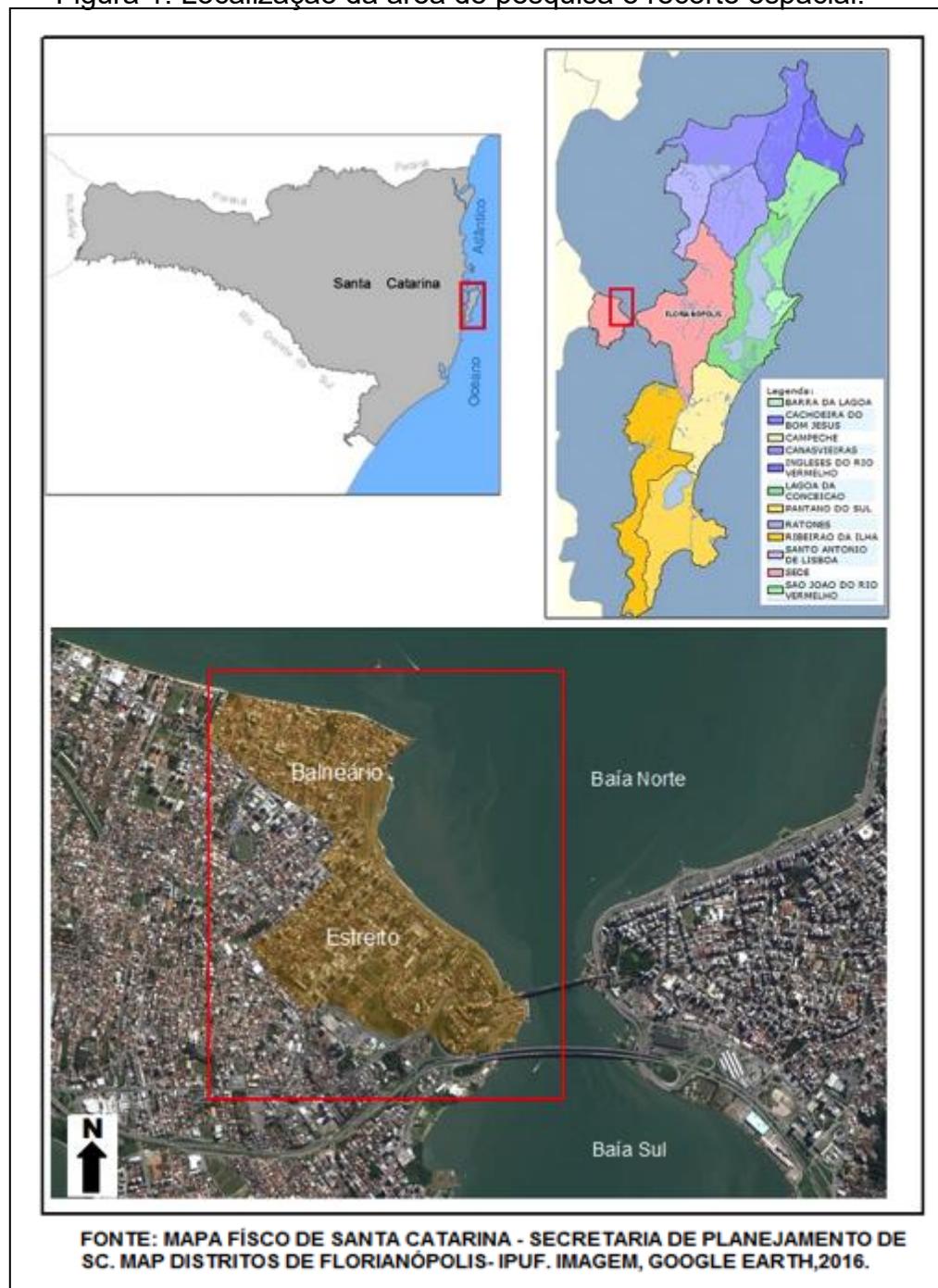
### 1. INTRODUÇÃO

Os melhoramentos urbanos advindos de projetos e obras de revitalização da orla marítima e a verticalização têm se tornado elementos predominantes e influentes na morfologia urbana de muitas cidades brasileiras. Esses elementos que se estruturam na paisagem são reflexos da sociedade urbana que se estabelece num período definido por Santos (1994) como meio técnico-científico-informacional. O urbano objeto de pesquisa definido por Lefèvre (1999) se transforma a partir do tempo e espaço, onde a paisagem construída determina diferentes período da sociedade urbana que incorre novas formas urbanas nas cidades brasileiras. O que se apresenta hoje em muitos lugares da cidade, é que ela não revela o seu passado de forma explícita aos olhos e no dia-a-dia, mas este passado da cidade está ali, presente nos processos de construção das formas urbanas que constituíram a paisagem.

Assim, as modificações no desenho urbano, provocam alguns questionamentos com relação a permanência dos elementos morfológicos que compõem a história do lugar e da cidade. A pesquisa traz a perspectiva dos estudos morfológicos para a cidade Florianópolis aplicada nos bairros Estreito e Balneário. Na Figura 1 é apresentado a localização e recorte espacial da pesquisa na região continental de Florianópolis onde se localizam os bairros.

Durante muitos anos a região do continente (Estreito e Balneário) teve sua configuração territorial sobre domínio da cidade de São José, cidade circunvizinha da Capital. Somente no ano de 1943 que está porção de terra passou a fazer parte da cidade de Florianópolis. De acordo com Soares (1990), até a década de 1950 a região do Estreito ainda apresentava características de comunidade rural. As primeiras ruas formadas no bairro surgiram de ocupações que visavam a defesa da Ilha, com a construção de fortificação, como o Forte São João construído no século XIX e também de moradias quem tinham a função de casa de passagem para quando as condições meteorológicas na baía não fossem favoráveis para a travessia de embarcações.

Figura 1: Localização da área de pesquisa e recorte espacial.



Elaboração da autora,2017

Foi com a construção da Ponte Hercílio Luz no ano de 1926, que a dinâmica urbana desta região começa a apresentar as primeiras transformações morfológicas identificadas na paisagem. A cidade que tinha a travessia do Continente para a Ilha realizada somente pelo mar, teve suas primeiras transformações morfológicas evidenciadas com a ampliação das vias para o automóvel e com isso o primeiro processo de expansão urbana se

evidencia na região. No decorrer do século XX e XXI, o Estreito e Balneário apresenta na sua paisagem evidentes transformações morfológicas que geram a historicidade da formação socioespacial desta região.

Assim, questiona-se se o recente processo de transformação que se apresenta em curso relacionado ao acelerado crescimento urbano condicionado pela construção do aterro da beira mar continental no ano de 2012 e as novas tipologias arquitetônica que priorizam a verticalização preveem as transformações incorporando aspectos de proteção da paisagem natural e preservação da identidade do lugar? O planejamento urbano de Florianópolis objetiva a preservação histórica do lugar com regramento voltado à preservação dos elementos urbanos que construíram a paisagem? Como que o processo de transformação se apresenta em diferentes momentos (períodos) e lugares da cidade e o que determina suas permanências ou rupturas?

Deste modo, esta pesquisa tem como objetivo principal analisar o processo de transformação e organização dos bairros Estreito e Balneário em Florianópolis, a partir dos elementos morfológicos estruturantes, tendo como objetivos específicos a análise da historicidade e dinâmica urbana dos bairros e a identificação dos períodos morfológicos.

## 2. METODOLOGIA

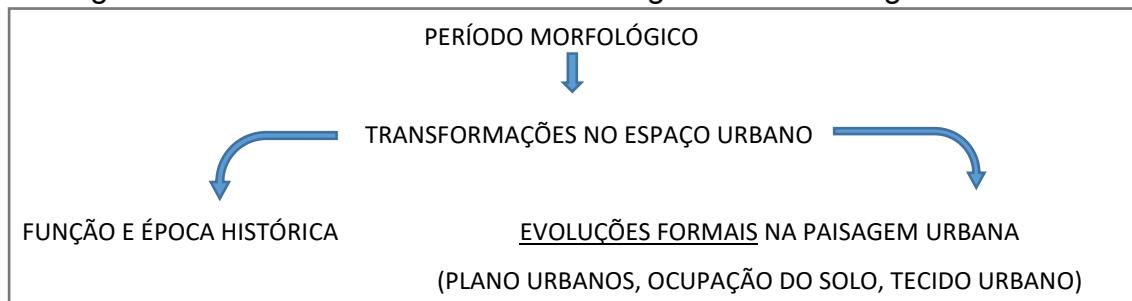
Para análise da área de estudo foram utilizadas as informações de referenciais teóricos e estudos de fontes direta e indiretas através de pesquisa bibliográfica, reconhecimento *in loco* da região analisada, além de busca de dados junto aos órgãos de planejamento urbano, meio ambiente e patrimônio histórico de Florianópolis.

Foram utilizados dados do cadastro das ruas dos bairros, aerofotos do ano de 1938 a 2016 disponibilizadas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis no site do geoprocessamento corporativo, para as análises morfológicas, bem como imagens do Google Earth, para a realização das medições, levantamentos e mapeamento dos elementos morfológicos, sendo utilizado conjuntamente com o software AutoCad.

O método utilizado para reconhecimento e identificação dos períodos morfológicos na paisagem, foi orientado pela visão tripartite aplicado por Caniggia e Conzen que indica a periodização morfológica como método para reconhecimento das transformações na paisagem a partir de análise do plano urbano, tecido urbano e do uso e ocupação do solo.

Buscou-se assim identificar elementos urbanos que apresentam padrões semelhantes da forma, definindo unidades características da forma urbana. Estes elementos se sobressaem em determinados períodos do tempo, condicionados pela história e pela sociedade que o construiu, e assim determinam os denominados períodos morfológicos, conforme mostra a Figura 2.

Figura 2: Modelo de Análise da Escola Inglesa de Morfologia Urbana



Fonte: Autora, 2017.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos de morfologia urbana da escola inglesa, apresentam relevante contribuição com o método de análise da forma urbana através da visão tripartite, que consiste no estudo do plano urbano, do tecido urbano e no padrão de uso e ocupação do solo. Conforme Whitehand (2007), foi o Geógrafo alemão Michael Robert Günter Conzen, que desenvolveu a divisão tripartite para aplicá-la nos estudos da forma urbana, considerava em primeiro lugar, o plano da cidade ou plano de terreno (que compreende o local, ruas, parcelas e planos dos edifícios); em segundo lugar, a construção do tecido (a forma); e em terceiro lugar, como é a utilização da terra e da edificação. (CONZEN, 1960 apud WHITEHAND, 2007, tradução nossa).

Essas três dimensões de análise se justificam para elaboração de um método, pois conforme afirma Costa e Netto (2015 p.222), “em qualquer paisagem urbana estas categorias estão sempre presentes e associadas.” A escola Inglesa define como seu objeto o estudo da evolução das formas urbanas a partir das modificações e transformações, com propósito de estabelecer uma teoria sobre a construção das cidades. Logo, a evolução urbana é analisada utilizando como parâmetro as transformações e permanências na paisagem urbana e que revelam as materialidades da sociedade no tempo.

Objetivando elaborar uma sistematização para os estudos de morfologia urbana M.R.G. Conzen (1960) estabelece a periodização para estudar a construção e transformação de setores da cidade, e seguindo princípios da escola inglesa de morfologia urbana Whitehand (2007), também realiza pesquisa orientada pelo método da visão tripartite. Deste modo, a periodização é considerada importante instrumento de análise urbana que organiza as sequências temporais que as cidades apresentam com as mudanças que fazem parte da história do lugar e da sociedade, e estabelecem periodizações morfológicas. Ou seja, significados relacionados a períodos históricos e períodos evolutivos, onde estes instituem e condicionam critérios de análise da forma urbana a partir da permanência, transformação e sobreposição das formas urbanas, revelando os traços da paisagem construída.

É importante destacar a definição dos períodos históricos e períodos evolutivos, onde os períodos históricos são os fatos que são possíveis de

delimitar datas (épocas), a partir de gestão de governos, períodos políticos, guerras, conflitos, crise econômicas, dentre outros. E, os períodos evolutivos são datações a partir de convenções de acordo com documentos, fotos, mapas, imagens de satélite, fotografias aéreas ou qualquer indício físico que sirva de base para investigações acerca da transformação da paisagem urbana.

Diante do exposto, apreende-se que no processo de formação socioespacial e desenvolvimento da cidade, os períodos históricos e evolutivos produzem várias camadas de formas, que se acumulam e se sobrepõem em determinado espaço físico. Assim, os períodos históricos e evolutivos registram suas marcas, seus traços na paisagem e são reconhecidos por período morfológico.

Para Costa e Netto (2015, p.69):

Os períodos morfológicos são definidos como parte do processo de transformação cultural contínua, no qual a história geral e regional, a história do planejamento urbano, o urbanismo, a arquitetura, a tecnologia, a economia, e outros aspectos relevantes da cultura estão presentes.

Os traços urbanos construídos na paisagem do Estreito e Balneário foram analisados a partir da análise das ortofotos (Figuras 3 a 10) e com o levantamento histórico, foram identificados os períodos e suas determinantes histórica e evolução, conforme apresentado no Quadro 1.

Figura 3: Ortofoto de 1938



Figura 4: Ortofoto de 1957



Figura 5: Ortofoto de 1977

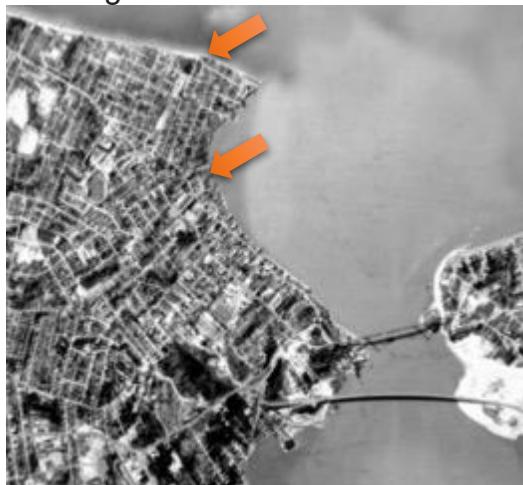


Figura 6: Ortofoto de 1994



Figura 7: Ortofoto de 2002



Figura 8: Ortofoto de 2007



Figura 9: Ortofoto de 2012

Figura 10: Ortofoto de 2016



Fonte: Geoprocessamento Corporativo – PMF, 2017.

Quadro 1: Determinantes para a elaboração dos períodos morfológicos do Estreito e Balneário na região continental de Florianópolis.

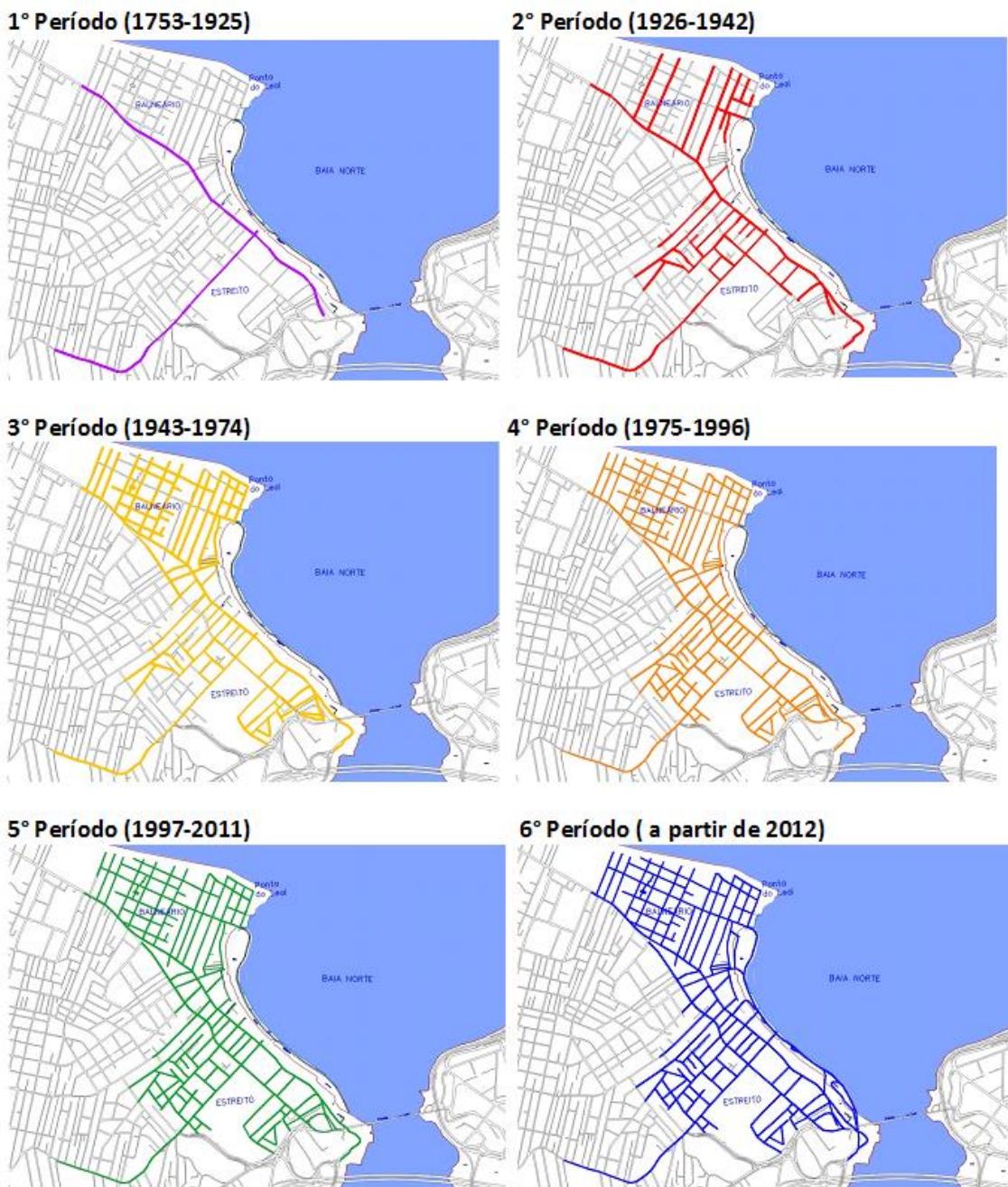
PERÍODOS HISTÓRICOS	PERÍODOS EVOLUTIVO
Colonização de Nsa. Sra. do Desterro	<ul style="list-style-type: none"> <li>Morfogênese e primeiros caminhos</li> <li>Construção de fortalezas</li> <li>Porto de passagem</li> </ul> <b>1753 - 1925</b>
Expansão de limites territoriais da Capital do Estado de SC	<ul style="list-style-type: none"> <li>Construção da Ponte Hercílio Luz</li> <li>Alteração territorial administrativa Florianópolis</li> <li>Plano Diretor de 1954</li> <li>• Expansão do tecido urbano</li> </ul> <b>P E R I O D I Z A C Ã O</b>
Expansão territorial das vias com construção de aterros na Ilha	<ul style="list-style-type: none"> <li>Plano Metropolitano da Região de Florianópolis</li> <li>Construção das Ponte : Colombo Salles e Pedro Ivo</li> <li>• Consolidação do tecido urbano</li> </ul> <b>1976 - 1996</b>
Desenvolvimento do Turismo na cidade de Florianópolis	<ul style="list-style-type: none"> <li>Plano Diretor de 1997 Distrito Sede e balneários</li> <li>• Estagnação de investimento público</li> </ul> <b>1997 - 2011</b>
Expansão territorial com construção de aterro na orla do Estreito	<ul style="list-style-type: none"> <li>Construção da Avenida Beira Mar</li> <li>• Plano Diretor de 2014</li> <li>• Verticalização</li> <li>• Novo ciclo de investimento público e privado</li> </ul> <b>2012 - 2017</b>

Fonte: Autora, 2017.

A construção desta periodização foi realizada a partir da análise do plano urbano, tecido urbano e ocupação através da análise dos elementos morfológicos: vias, lote e edificações, além de outros elementos marcos que estabeleceram as rupturas para um próximo período, como a construção das pontes e o mais recente, o aterro da beira mar continental. Com as análises

morfológica das vias construi-se a periodização do plano urbano que é apresentada na Figura 11.

Figura 11: Períodos morfológicos categorização do plano urbano a partir das ortofotos.



Fonte: Autora, 2017.

Logo, com a periodização das vias e a partir da análise do plano urbano e tecido urbano consegue-se indicar as regiões morfológicas que compõem a

paisagem. Na Figura 12, a seguir são apresentadas as regiões morfológicas identificadas nos bairros.

Assim, a partir desta análise busca-se confirmar o que se apresentou no Quadro1, relacionando a periodização das vias com os períodos evolutivos e períodos históricos.

#### **4. CONCLUSÕES**

Nas primeiras análises realizadas sobre a área, a dimensão de análise que considerou o plano urbano, buscou confirmar a periodização realizada com os períodos histórico e períodos evolutivos identificados. A identificação destes períodos, estabelece relação com as formas urbanas para compreender o processo de construção da cidade e as transformações que determinam os períodos morfológicos a partir das novas urbanas construídas na paisagem.

#### **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CONZEN, M. R. G. **Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis.** London: George Philip, 1960.

COSTA, S. de A. P. e NETTO, M. M. G, **Fundamentos de Morfologia Urbana.** Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

Geoprocessamento Corporativo. **Geoprocessamento.** Prefeitura de Florianópolis, Florianópolis, 18 set 2017. Acessado em 18 set 2017. Online. Disponível em: <http://geo.pmf.sc.gov.br>

LÉFÈBVRE, H. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: EDUFMG, 1999.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico Científico Informacional.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SOARES, I. **Estreito, vida e memória de um bairro.** Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1990.

WHITEHAND, J.W.R. Conzenian Urban Morphology and Urban Landscapes. In: **6TH INTERNATIONAL SPACE SYNTAX SYMPOSIUM**, İstanbul, 2007, **Proceedings...** İstanbul: Faculty of Architecture of İstanbul Technical University (ITU), 2007.

## 1.3 A MORFOLOGIA URBANA DE NOVA PALMA, RS

Vanessa Manfio<sup>1</sup>; Gilda Maria Cabral Benaduce<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul – nessamanfio@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Maria – g.benaduce@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

A morfologia urbana diz respeito à análise das formas espaciais contidas nas cidades, resultantes da transformação da natureza pelo homem. Assim, a morfologia apresenta traços que advém das relações econômicas, culturais, históricas.

Pensando nisso, este artigo pretende discutir sobre a morfologia da pequena cidade de Nova Palma, relacionando com a formação territorial e econômica do espaço. Essa cidade localiza-se na região central do Rio Grande do Sul, sendo espaço da colonização italiana, dos quais este processo marcou as características urbanas vistas até os dias de hoje.

Nesse sentido, o presente estudo justifica-se pela reflexão a cerca das cidades e suas formas que são essenciais para entender a dinâmica urbana. Trata-se de um assunto discutido por várias áreas do conhecimento especialmente geografia urbana, arquitetura, engenharia, entre outras. Para geografia, a morfologia urbana é importante, pois discute as formas urbanas, a fim de entender o processo de urbanização, modo de vida da sociedade urbana, seus conflitos e problemas. Conforme coloca “os geógrafos devem procurar compreender a concepção de mundo que existe no coração do grupo ou sociedade que estejam estudando” (BONNEMaison, 2012, p. 289).

### 2. METODOLOGIA

Este estudo apresenta uma natureza descritiva, pautada na abordagem qualitativa. Segundo Godoy (1995, p. 63), “Quando o estudo é de caráter descritivo e o que se busca é o entendimento do fenômeno como um todo, na sua complexidade, é possível que uma análise qualitativa seja a mais indicada”.

Partindo disso, utiliza-se como recursos metodológicos: o levantamento bibliográfico sobre a morfologia urbana, além de experiências cotidianas, a análise da paisagem e da história para entender as formas da cidade de Nova Palma.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A “Morfologia urbana é, obviamente, o estudo da forma das cidades” (REGO; MENEGUETTI, 2011, p.123). No entanto, a morfologia vai além das formas espaciais ela “trata do estudo do meio físico da forma urbana, dos processos e das pessoas que o formataram” (REGO; MENEGUETTI, 2011, p.124).

Assim, ao tratar da morfologia de uma cidade, pode-se entender a dinâmica urbana e com isto minimizar problemas e conflitos, traçando novas perspectivas para o contexto citadino e buscar qualidade de vida para os habitantes urbanos. Para Leite e Anjos (2010, p.1), “O estudo da morfologia de uma cidade é uma maneira de se obter uma leitura sobre ela”.

Ao se tratar da morfologia urbana de Nova Palma, observa-se inicialmente a espacialidade frente a natureza do lugar. Em Manfio (2011), a cidade encontra-se no vale formado pelo Rio Soturno e seus afluentes, ao longo dos tempos. Esta condição marca as formas urbanas que são construídas entorno do rio e cercadas por morros (Figura 1), preservando um pequeno tecido por onde a cidade cresceu horizontalmente e atualmente expande-se verticalmente. Além disso, a cidade está cortada por vias de circulação, malhas rodoviárias, que conectam à outros municípios da região.

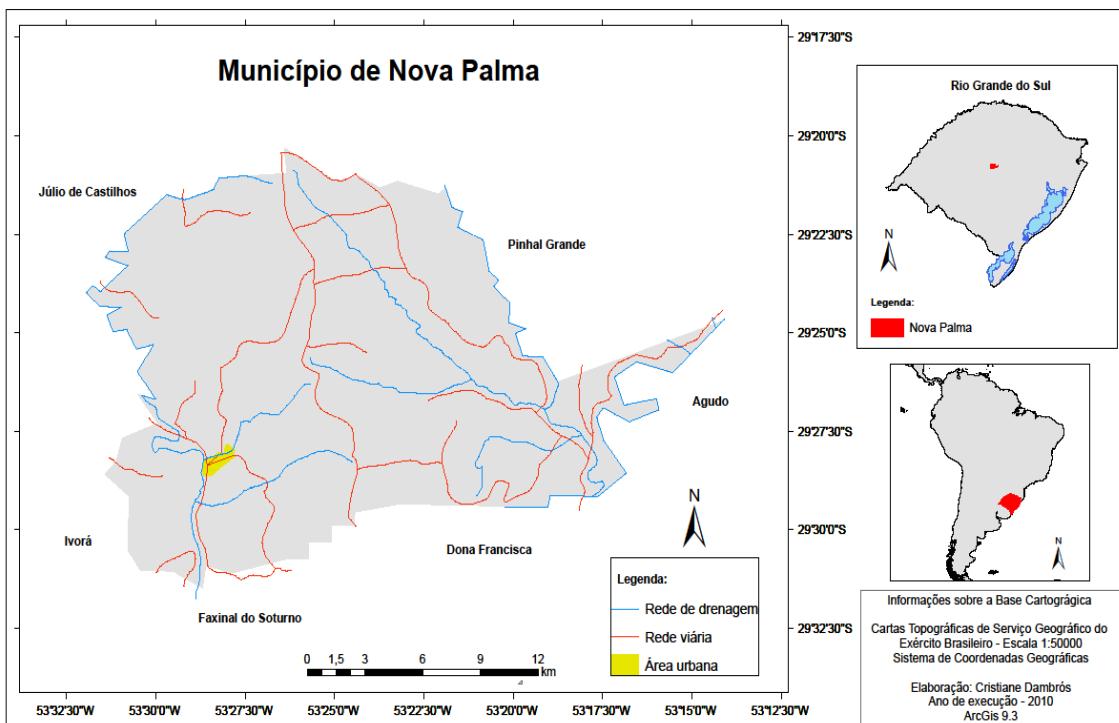


Figura 1: Mapa de localização da pequena cidade de Nova Palma

Outro ponto importante é a colonização italiana. A partir da vinda dos imigrantes italianos para o local de matas ciliares e terrenos inhabitados surgem as primeiras casas e estabelecimentos comerciais que originaram a cidade de Nova Palma. A colonização desencadeou a atividade agrícola de base familiar e a necessidade de instalações urbanas para abrigar e comercializar os produtos agrícolas. Assim, surge, nos primeiros tempos do povoamento, lojas

comerciais isoladas e posteriormente, na década de 1960, a Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda.

Diante disso, vê-se formas urbanas como lojas, silos, espaços de armazenamento de grãos na pequena cidade de Nova Palma, como resultado da atividade comercial que se instala localmente, através da dinâmica dos italianos no espaço. Atualmente, a agricultura e o comércio agrícola representam a principal fonte econômica do município.

A cultura italiana também constituiu formas no espaço citadino de Nova Palma como: casarões antigos de arquitetura européia e que ainda marcam a vinda dos imigrantes, pois abrigaram os primeiros moradores. Além disso, a religiosidade deste povo italiano materializou no espaço-tempo formas religiosas, por exemplo: igrejas, capelas e monumentos. E estes artefatos estão se proliferando no espaço urbano frente a valorização religiosa pela sociedade atual. Sobre isto, convém colocar que duas novas igrejas católicas foram construídas recentemente, totalizando quatro centros religiosos da doutrina católica na cidade que apresenta, segundo IBGE (2010) 3.083 habitantes residentes numa área urbana de 342,40 km<sup>2</sup>. Por ter pequena área e habitantes nota-se que o número de igrejas católicas, que é a religião predominante do município, atinge um número significativo de construções. A fé e a religiosidade dos descendentes italianos favoreceram o aparecimento dessas formas urbanas.

Retomando a questão ambiental do tecido urbano de Nova Palma, a falta de condições para o crescimento urbano horizontal repercute na construções de prédios e construções verticais, a fim de ampliar as áreas de residências e comércio.

Desta forma, a colonização italiana, através da cultura e da agricultura, e as condições ambientais são os aspectos relevantes para o entendimento das dinâmicas e formas urbanas. Sem dúvidas, preservar as formas antigas da cidade é uma maneira de manter o passado presente e gerar outras atividades, como o turismo cultural. Este está sendo articulado na região da Quarta Colônia através de políticas públicas e iniciativas privadas.

#### **4. CONCLUSÕES**

Este trabalho discutiu sobre a morfologia urbana da pequena cidade de Nova Palma. De forma geral, o estudo sobre a morfologia urbana é importante para o entendimento das formas e das ações que resultaram no desenho da cidade. As formas guardam o passado e o presente da sociedade e do espaço.

Em Nova Palma, as formas urbanas expressam elementos e características de uma cidade de colonização italiana, marcada pela agricultura, pela religiosidade, pela cultura preservada nos antigos casarões e no modo de vida citadino.

Além disso, a presença da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda representa uma peça importante na construção de formas de comércio e armazenamento de alimentos.

Para finalizar, o ambiente, o relevo e a presença de rios que atravessam a cidade implicam na diminuição do tecido urbano, ocasionando a verticalização urbana da cidade. Assim, a morfologia da pequena cidade de Nova Palma resulta de uma mistura de elementos: da cultura, economia e ambiente local.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDALH, Z. (org.). **Geografia Cultural**: uma antologia (1). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 279-303.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista RAE**. São Paulo, 1995. Acessado em: 10 de set. de 2017. Disponível em: [bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/download/38183/36927](http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/download/38183/36927).

LEITE, F. C. de L.; ANJOS, F. A. dos. A aplicabilidade dos elementos da Morfologia urbana como categorias da leitura da cidade: o estudo do Plano Piloto de Brasília. In: Encontro Nacional dos geógrafos, 16., Porto Alegre, 2010. **Anais...** Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2010.

MANFIO, V. **O papel da CAMNPAL na (re) estruturação do espaço urbano de Nova Palma-RS**. 2011. 128f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

REGO, R. L.; MENEGUETTI, K. S. A respeito de morfologia urbana. Tópicos básicos para estudos da forma da cidade. **Acta Scientiarum Technology** Maringá, v. 33 n. 2, p. 123-127, 2011. Acessado em 5 de out. de 2017. Disponível em: <http://eduem.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/article/viewFile/6196/619>

## 1.4 A PAISAGEM CULTURAL URBANA DE COCAL-PI

Miranda, Amanda Gomes<sup>1</sup>; Matos, Karenina Cardoso<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Piauí – amanda\_mirand@hotmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal do Piauí – kareninamatos@hotmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

As cidades, enquanto espaço representativo da diversidade, são a máxima do convívio humano, que tende a ser facilitado quando a paisagem urbana é bem organizada e garante a integração da comunidade com o meio, seja o construído ou o natural.

Mesmo uma cidade pequena, com menos de 50 mil habitantes, merece uma atenção quanto à organização espacial e o cenário urbano que apresenta, já que, com o processo de urbanização e o desenvolvimento econômico, as cidades tendem a superar a demanda atual. Além disso, os problemas também se intensificam na medida em que a cidade cresce e a população aumenta, problemas estes como a falta de moradia, de saneamento básico, de qualidade de vida, de urbanidade de forma geral. Quanto ao desenvolvimento das cidades, é importante pensar no presente, respeitando o passado para que se tenha a chance de ter um futuro. A fim de garantir a qualidade de vida nas cidades e o bem estar das gerações posteriores, se faz necessário a inclusão social e o respeito ao meio ambiente.

Uma cidade viva necessita de uma vida urbana variada e complexa, como afirma Gehl (2015, p. 63): “Conquanto a cidade viva e convidativa seja um objetivo em si mesma, ela é também o ponto de partida para um planejamento urbano holístico, envolvendo as qualidades essenciais que tornam uma cidade segura, sustentável e saudável”. Assim sendo, o planejamento das cidades é uma preocupação de dimensão mundial, pois a humanidade caminha para o convívio urbano de modo que nem as zonas rurais são totalmente desprovidas de urbanidade. As cidades agregam diferentes valores e dimensões que precisam ser estudadas e organizadas para proporcionar um ambiente harmonioso.

O presente trabalho trata da análise das características culturais inerentes aos elementos morfológicos urbanos da cidade de Cocal, interior do Piauí, a fim de averiguar a conexão entre esses espaços e o caráter identitário do município. Como no caso da Estação Ferroviária, edificação inicial que deu origem a cidade e possui uma forte carga histórica-cultural, de modo que a cidade é conhecida popularmente como “Cocal da Estação”. Todavia, a construção encontra-se desvalorizada no cenário urbano e o sistema viário fortaleceu o desaparecimento dos trilhos do trem, pertencentes a memória local. Assim como a Igreja Matriz Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, um elemento que modifica a paisagem urbana, por meio das missas campais na praça em que está localizada, por meio das procissões que promove ao longo das principais avenidas da cidade e por meio do fluxo de fiéis e turistas que movimentam a área que a circunda. Outro caso é o Mercado Público,

localizado próximo à Igreja Matriz, que permanece desvalorizado na imagem da cidade, embora tenha passado por uma reforma recentemente.

Além disso, a cidade carece de desenho urbano que possibilite atividades de lazer e cultura de forma regular, uma vez que atrações incentivadoras do turismo só ocorrem uma vez ao ano, na época dos festejos. Desse modo, o artigo tem como objetivo explanar a forma urbana e relacioná-la a desvalorização do caráter cultural intangível que faz parte do imaginário popular, empobrecendo o sentido de identidade das partes morfológicas constituintes.

## 2. METODOLOGIA

Para realização do trabalho, foram exploradas as fontes de pesquisas como livros, artigos e outros trabalhos acadêmicos, além de pesquisas relacionadas ao tema, de forma a aprofundar o embasamento teórico.

O projeto busca fazer uma releitura da simbologia da cidade, de modo a relembrar suas histórias, crenças e costumes, para isso foram entrevistados cocalenses representativos da comunidade, como o historiador João Passos e o escritor Antônio Vasconcelos Pacheco, que criou o Hino de Cocal. A análise e confecção de mapas, sejam os disponibilizados pela Prefeitura ou os do Google Earth, auxiliaram no melhor entendimento da ocupação territorial e serviram de base para estudar a dinâmica espacial da cidade e os equipamentos urbanos significativos, assim como a visita em campo realizada.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A paisagem urbana é o que captamos das cidades, suas partes morfológicas, seu aspecto de congregação. De acordo com Cullen (2004), é a arte da relação dinâmica entre todos os seus elementos, o que chamou de visão serial. Por outro lado, o conceito de paisagem cultural é o sentido captado dessas paisagens urbanas, seus elementos morfológicos ou intangíveis que caracterizam um povo. Magalhães (2013, p. 10) considera a paisagem cultural enquanto patrimônio “obra conjugada do homem e da natureza”. Nesse sentido, a paisagem cultural também é influenciada pela organização espacial das cidades, que pode dificultar sua percepção ou valorizar seus atributos histórico-culturais, de modo que o sentido de pertencimento se dá devido ao caráter particular que a paisagem cultural pode oferecer. Segundo Lemos (1981, p. 25), a preservação do patrimônio cultural mantém conservada as “condições mínimas de sobrevivência, todas elas implicitadas no meio ambiente e no seu saber”. Desse modo, garante-se a acessibilidade das características culturais, ambientais e históricas às futuras gerações e assim a valorização da memória social.

Com isso, a paisagem cultural potencializa o desenvolvimento saudável da cidade e colabora para o fomento da noção de pertencimento. E o planejamento urbano, cada vez mais comum no desenvolvimento das cidades,

acarreta na modificação da paisagem citadina, todavia não deve empatar a preservação do patrimônio, símbolo da identidade coletiva.

O município de Cocal, distante 268 km da capital Teresina, está localizado na microrregião do Litoral Piauiense e foi fundado em 1948, com área desmembrada da cidade de Parnaíba. A origem do seu nome está associado às duas palmeiras de coco babaçu plantadas em frente a casa de Camila Silva, considerada a primeira moradora do lugar. Todavia, a cidade é popularmente conhecida como “Cocal da Estação”, devido a Estação Ferroviária, edificação que deu origem a vila que se transformaria na cidade, e que possui caráter identitário de maior destaque na paisagem urbana (PASSOS, 2007).

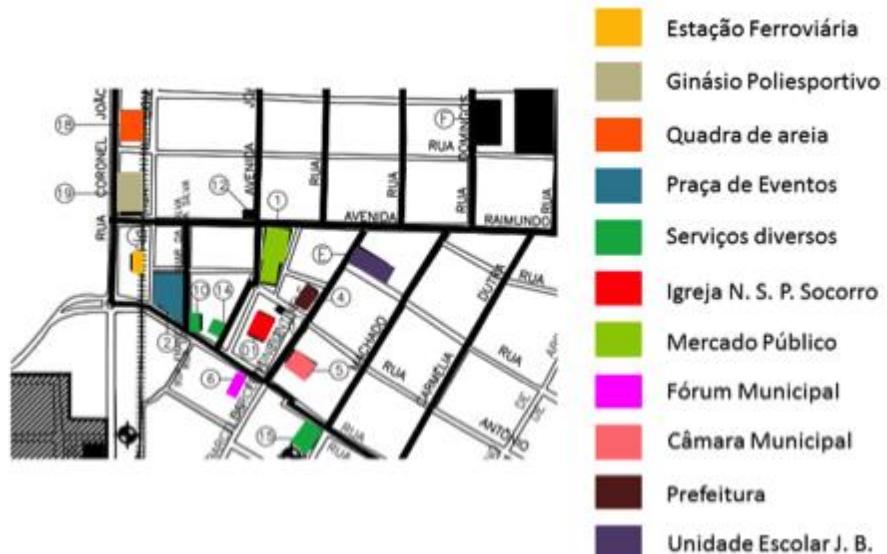
O Bairro Centro, onde estão localizados os principais equipamentos públicos e as edificações históricas, como a Estação e a Igreja Matriz, é o ponto de convergência das principais vias de acesso da cidade (Figura 1). As edificações que o compõe são majoritariamente comerciais, institucionais e de serviços diversos (Figura 2). Embora possua casas históricas, o núcleo central da cidade é caracterizado também pelos sobrados de dois pavimentos, em que no térreo é comércio e no pavimento superior é residência, de modo a promover o uso misto das fachadas, contribuindo para a vitalidade do espaço.

Figura 1: Vias principais da cidade



Fonte: Prefeitura de Cocal (2007). Editado pela autora.

Figura 2: Centro de Cocal-PI



Fonte: Prefeitura de Cocal (2007). Editado pela autora.

O prédio da Estação Ferroviária foi inaugurado em 1923 e por ali eram comercializados produtos como o pó da carnaúba, a cera, o tucum e o feijão. A região passou a ser lugar de referência no norte do Piauí e atraia caravanas de comboieiros que vinham do Ceará, transportando em seus animais de carga produtos como a rapadura, a cachaça e o fumo (Figura 3) (PASSOS, 2007).

Figura 3: Estação Ferroviária em 1923 e em 2017.



Fonte: Passos (2007), Acervo da autora (2017).

Segundo Passos (2007), além de propiciar o desenvolvimento urbano e comercial, a Estação foi motivadora de muitas histórias e lendas características do folclore cocalense, como a história de João Cartomante, um caixeiro

vianante que após ser acusado injustamente de roubo em um dos desembarques em Cocal, foi torturado e assassinado pelos policiais. O fato foi tão marcante para a história da cidade que João Cartomante virou mártir de devoção e recebeu uma capela e um cemitério com seu nome. A Igreja Matriz, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, de 1948, assim como os bens patrimoniais localizados na zona rural, são marcantes para a história da região, como as pinturas rupestres, na região Pedra de Torres e a Igreja Nossa Senhora do Rosário, de 1616, localizada no sítio Frecheiras, cuja qual é considerada uma das mais antigas do nordeste. Todavia, o município não possui leis patrimoniais de preservação dos bens construídos, ambientais e imateriais.

As praças que propiciam as trocas sociais, os vazios urbanos que desconectam partes integrantes da cidade e as vias públicas, utilizadas também para o comércio informal, são exemplos dos elementos morfológicos estudados a fim de compor os espaços atuantes das características culturais locais (Figura 4).

Figura 4: Feira livre com a Prefeitura ao fundo



Fonte: Acervo da autora (2017).

Os espaços livres, embora sejam carentes de infraestrutura que permita não apenas a passagem, mas a estadia neles, apresentam vitalidade, principalmente nos finais de semana, que é quando ocorre a Feira Livre dos comerciantes informais e no fim da tarde, depois da missa (Figura 5).

Figura 5: Missas campais na praça matriz



Fonte: Acervo da autora (2017).

Cocal possui basicamente duas praças de destaque no bairro Centro, a praça da Igreja Matriz e a Praça de Eventos, esta última sendo utilizada apenas quando ocorre os shows no palco, principalmente em época de festejo (Figura 6). Cotidianamente, é utilizada para prática da caminhada, visto que a cidade carece de espaço de lazer para essas atividades esportivas.

Figura 6: Concentração na Praça de Eventos nos Festejos de 2017



Fonte: Acervo da autora (2017).

Nesse sentido, os equipamentos urbanos mais antigos, particularmente a Estação Ferroviária, são responsáveis pela perpetuação da memória cultural, assim como os outros elementos constituintes da cidade, como os espaços livres e o sistema viário, são utilizados para práticas sociais atuais. As crenças, práticas, costumes e mitos se relacionam com as partes morfológicas da cidade, de modo que a estrutura urbana influí na percepção do espaço construído relacionado à cultura local. Na pesquisa, buscou-se relacionar o

espaço urbano estudado aos elementos representativos da população, que geram o sentido de identidade e pertencimento, na medida em que aborda a ressignificação que recebem esses elementos morfológicos nos dias de hoje, de maneira a entender como a estrutura urbana interfere na percepção da imagem da cidade, que perde seu sentido identitário ao negligenciar a preservação dos bens patrimoniais, sejam esses construídos, ambientais ou imateriais.

A vida urbana é influenciada pela qualidade do espaço público em que está inserida. À medida que aprimoram as condições para atividades que acontecem e melhoram o ambiente da cidade, potencializa-se o valor do cenário urbano na qualidade de vida da população. Diante disso, a paisagem cultural é relacionada à estrutura urbana e ao entendimento da dinâmica espacial para compreensão do valor identitário de um povo.

#### 4. CONCLUSÕES

O centro urbano de Cocal é composto por elementos valorosos para o funcionamento de toda a cidade, além de conter edificações históricas atreladas ao imaginário e ao sentido de pertencimento dos habitantes, como a Estação Ferroviária. Todavia, muitos desses elementos não recebem valor adequado do poder público, que negligencia a carga cultural representativa das práticas sociais associadas ao patrimônio construído.

Além disso, a paisagem urbana é marcada pelas curtas distâncias percorridas, devido a diversidade de usos das quadras, configurando um princípio da caminhabilidade, embora seja esta dificultada pela ausência de espaços convidativos.

Com isso, o trabalho faz um levantamento das características morfológicas da cidade, como a vegetação, sistema viário, topografia, estudo de massas, de usos, localização dos principais equipamentos urbanos, entre outros, e, somado a análise conceitual da imagem da cidade, propõe uma leitura do cenário urbano de modo a relacionar estrutura urbana aos aspectos culturais característicos da cidade de Cocal, Piauí.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

##### Livro

CULLEN, G. **Paisagem Urbana**. Tradução de Isabel Correia e Carlos Macedo. Lisboa: Edições 70, 2004. 202 p.

GEHL, J. **Cidade para pessoas**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2015. 262 p.

LEMOS, C. A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo, Brasiliense, 1981. 115 p. Coleção Primeiros Passos, n. 51.

PASSOS, J. **Cocal**. Parnaíba, Piauí: Gráfica Melo, 2007, 181 p.

##### Artigo

MAGALHÃES, C. M. Patrimônio e paisagem cultural: reflexões sobre a preservação das paisagens urbanas contemporâneas. **Revista CPC**, São Paulo, n. 15, p.7-26. 2013.

## 1.5 A PRODUÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS: reflexões entre África e Brasil

Murad Jorge Mussi Vaz<sup>1</sup>; Cila Fernanda da Silva<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal da Fronteira Sul – murad.vaz@uffs.edu.br

<sup>2</sup>Universidade Federal da Fronteira Sul – cilafernanda@outlook.com

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste na apresentação de uma pesquisa que pretende construir uma análise sobre os espaços públicos na cidade contemporânea, tendo como base cidades de ex-colônias portuguesas. Tem-se como intenção, a partir da relação entre centro e periferia encontrada nessas cidades, analisar a possibilidade de um legado do “urbanismo português” em seus núcleos originais, e sua evolução conforme especificidades culturais, socioeconômicas, políticas e espaciais. O espaço público, quando objeto de pesquisa, permite ir além da análise formal de desenho e traçado, por ser resultado da conformação socioespacial da cidade como um processo de interação de fatores políticos, econômicos, culturais e sociais, sobretudo no que concerne sua relação com a ideia de cidadania. Assim, a compreensão desses espaços na cidade contemporânea permite entender o próprio processo de urbanização e seus desdobramentos.

Para o estudo foram escolhidas as cidades de Luanda e Maputo, respectivamente as capitais de Angola e Moçambique, para aprofundamento teórico. Por meio de levantamento bibliográfico, apoiado entre outros, nas obras: *África no século XXI: um ensaio acadêmico*, de José Saraiva (2015) e *Portugal Brasil África; Urbanismo e arquitetura do ecletismo ao modernismo*, de José Manuel Fernandes e Maria Lucia Pinheiro (2008) resgata-se que ambas as cidades possuem grandes contrastes entre cidade legal e ilegal, centro e periferia, presentes desde sua época de colônia, tornando-se importante a exploração de seus conteúdos a fim de esclarecer o desenvolvimento das respectivas cidades, em meio as suas relações gerais. Segundo Saraiva (2015) salienta-se que a produção de conhecimento publicizado através de livros sobre a África subsaariana é escassa, romantizada e em geral com poucas pesquisas *in loco*. Partindo disso, busca-se constituir uma base de dados por meio de pesquisas em trabalhos publicados, referencial teórico, consulta e entrevistas com pesquisadores e posterior visita de campo. Acresce-se a isso, a estruturação de uma rede de pesquisadores brasileiros, portugueses e africanos que, por meio do compartilhamento de pesquisas, se produzam análises intercambiáveis. Tal rede já vem sendo constituída a partir de reuniões por Skype entre os três continentes.

A partir disso, com as trocas que vêm sendo efetivadas e as pesquisas vinculadas a esse trabalho<sup>2</sup>, é possível concluir que a possibilidade de estudo

<sup>2</sup> Cabe apresentar dois trabalhos que temos desenvolvidos. O primeiro referente a uma tese que versa sobre a trajetória da cidade à luz de suas praças, em Florianópolis (VAZ, 2016) e o outro que replica tais análises ao contexto de Erechim, (VAZ; VALENTINI; SILVA, 2016)

da cidade, a partir de sua morfologia, interpretada a luz dos processos socioeconômicos que permeiam e estruturam as relações socioespaciais resgata o reconhecimento da estrutura urbana levando em consideração sua dimensão espacial e de relações entre grupos, na esfera do cotidiano.

## 2. METODOLOGIA

A pesquisa está sendo realizada por meio de três procedimentos: (I) aproximação teórica, (II) levantamento bibliográfico e catalogação do material encontrado, e (III) entrevistas com pesquisadores portugueses e africanos.

A aproximação teórica consiste no aprofundamento dos conceitos a serem trabalhados na pesquisa, sobretudo a respeito de espaço público, conforme autores de diversos campos de conhecimento (entre os quais, arquitetura e urbanismo, geografia, ciências sociais, filosofia).

O levantamento bibliográfico é feito por meio de pesquisas na internet, em sites institucionais, como o Repositório da Universidade do Porto, e sites de publicações científicas, como o Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia. Além disso, consultas em materiais acadêmicos, como a dissertação *Espaço Público de Luanda*, de Susana Ferraz (2005) e a tese *A Urbanização Moçambicana*, de Joaquim Miranda Maloa (2016). A catalogação do material obtido tem como base uma ficha catalográfica criada para o projeto, na qual são feitos resumos informativos de cada obra/texto encontrado, extraíndo informações relevantes para a pesquisa, para posterior análise conjunta.

O contato com pesquisadores portugueses e africanos tem sido feito via Skype, trazendo além de informações, a possibilidade de criação de um grupo de estudos que já vem discutindo possibilidades de estruturação<sup>3</sup>.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A definição de espaço público pode derivar de uma dupla acepção: política e urbana. Arquitetos e urbanistas (bem como geógrafos, filósofos, cientistas sociais) têm se debruçado sobre a construção desse entendimento e uma obra referencial na pesquisa tem sido *Espaço público: do urbano ao político*, de Sérgio Abrahão (2008), que busca traçar a trajetória do conceito de espaço público no Brasil. Dessa maneira, os espaços públicos representam, para além das questões de traçado e desenho urbano, a dimensão do cotidiano e da possibilidade de apropriação da relação espaço-tempo na cidade. Ao buscar compreender como se dão os espaços públicos, onde estão e como se configuram, notadamente em Luanda e Maputo, é possível, em certa medida, analisar a própria constituição das relações socioespaciais que ali se constituem:

Os limites e diferenças entre um espaço urbano e um espaço público podem contribuir para que seja compreendida a dupla inserção conceitual entre espaço e sociabilidade pública,

---

<sup>3</sup> Foram feitas reuniões com professores e pesquisadores da Universidade Eduardo Mondlane, de Maputo, e da Universidade de Lisboa.

entendendo aqui essa sociabilidade de modo amplo, como práticas interativas – conflitivas ou não – que ocorrem na vida cotidiana pública. Como já pude sugerir em capítulo anterior, uma noção de espaço público que não inclua as práticas interativas entre os agentes envolvidos na construção social do seu espaço seria apenas uma noção que se estaria referindo a um espaço urbano. Inversamente, uma noção que prescinda de uma referência espacial para essas ações interativas pode ser entendida como uma esfera pública. Quando, portanto, há uma convergência entre as categorias espaço e ação, podemos entender que se tem um espaço público, formado da intersecção entre espaço urbano e esfera pública, construtos dos quais se retira, respectivamente, as categorias que lhe são constitutivas: espaço e ação. Essa intersecção não resulta de um mero somatório de categorias distintas, mas deve ser compreendida como resultante da convergência prática entre o exercício de uma sociabilidade pública e os espaços que por ela são construídos, nunca dados a priori. (LEITE, 2004, p. 287).

A citação de Rogério Leite, explora e expõe a possibilidade de se estudar o espaço urbano e sua constituição através de um olhar que vá além daquilo que é apreensível pela ordem espacial aparente, cabendo, inclusive, o seguinte questionamento: “[...] por que as coisas estão dispostas no espaço dessa maneira? Qual o significado e as consequências de tal ordem espacial?” (GOMES, 2002, p. 171-172). A diversidade morfológica entre centro e periferia, a lógica de localização dos diversos grupos, a discrepância de investimentos em Luanda e Maputo pode ser analisada conforme a questão, buscando compreender que a lógica socioespacial é fundamental na constituição e manutenção do espaço como um elemento diferenciador e segregador. Segundo Santos (2014, p. 141): “A localização das pessoas no território é, na maioria das vezes, produto de uma combinação entre forças de mercado e decisões de governo. ”, do mesmo autor “Há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra” (SANTOS, 2014, p. 151). Deste modo, como afirma Lefebvre, o espaço não é neutro, mas sobretudo político (LEFEBVRE, 2008, p. 48), abrindo um vasto campo de estudo para que análises morfológicas sejam utilizadas para essa compreensão.

Ao aproximar-se das diversas possibilidades de estudos de espaços públicos, devido aos condicionantes reais da presente pesquisa (tempo de estudo, distância entre os objetos de estudo, financiamento da pesquisa), alguns recortes sobre a diversidade de espaços públicos devem ser feitos. Pode ser entendimentos como espaços públicos, as vias, praças, parques, largos, praias, ou mesmo espaços ociosos que, em determinadas circunstâncias, sejam apropriados coletivamente.

[...] a praça, como subespaço, será não apenas fruto de seu sistema de objetos (entorno edificado, área livre em si e seus diversos elementos – pisos, mobiliário, vegetação, água, etc.), mas da interação indissociável deste com o sistema de ações. Só há praça se ela se presta ao encontro no âmbito da esfera

de vida pública. Desta forma, vários logradouros oficialmente denominados praças não o são, outros se ‘pracializam’ em determinados momentos de apropriação pública, outros são híbridos entre praça e jardim, entre praça e edifício [...] (QUEIROGA, 2001, p. 9).

Na escala intraurbana, as praças se constituem como um lócus propício à razão comunicativa, quer na dimensão cotidiana, quer na esfera da ação política (vita activa), principalmente nos territórios dos pobres e nas áreas centrais da cidade. (QUEIROGA, 2001, p. 217).

Com base nas citações acima expostas indica-se que “olhar para a praça é olhar para a cidade como um todo, em todos os seus processos de consolidação. Já olhar para o conjunto das praças é compreender o momento atual a partir de camadas de ideologias, planos, práticas espaciais e práticas sociais consolidadas”. Indo além, busca-se reconhecer situações nas quais, mesmo na ausência de praças formais, encontra-se a possibilidade de espaços de troca e usos variados, demonstrando a dinamicidade da relação entre espaço e sociedade, sobretudo num contexto plural como o de Maputo. Em nossa tese de doutoramento constatamos que a vida urbana coletiva altera-se, mas resiste. Essa é a dimensão (cotidiana) que dá suporte e faz com que os espaços públicos perdurem e apresentem significados (VAZ, 2016).

Os breves apontamentos acima elencados, somados às reflexões que vêm sendo construídas com base em teses e artigos publicados sobretudo em Maputo delineiam e demonstram um contexto conflituoso, contraditório e com amplas possibilidades de investigação, a partir da premissa dos espaços públicos.

#### 4. CONCLUSÕES

A pesquisa bibliográfica empreendida reforça a necessidade de abrir novas frentes de pesquisa que vinculem trabalhos entre Brasil, Portugal, Moçambique e Angola. O professor José Manuel Fernandes (2008), na obra: *Portugal Brasil África, Urbanismo e arquitetura do ecletismo ao modernismo*, pontua o pioneirismo do tema que relaciona estudos de arquitetura e urbanismo entre África e Brasil, demonstrando a pouca relação na produção de conhecimentos que permitam análises mais abrangentes. Indo além, em artigo extraído da mesma obra, Matos e Ramos (2008, s.p) apresentam que: “O conhecimento da arquitectura e do planeamento urbanístico projectado e aplicado nas ex-colônias portuguesas em África Ásia se encontra num estado ainda incipiente”. Os extratos das obras, bem como as pesquisas empreendidas em relação aos espaços públicos apontam que há uma lacuna a ser preenchida com possíveis pontes de conhecimento, construídas a partir de pesquisas como a que ora vem sendo desenvolvida.

O trabalho de campo, em Maputo e Lisboa em 2018, permitirá um aprofundamento das reflexões e um acúmulo de dados pesquisados *in loco*, inclusive, permitindo reuniões com pesquisadores de temáticas afins e reconhecimento das questões levantadas.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, Sérgio Luís. Espaço público: do urbano ao político. São Paulo: FAPESP; Annablume, 2008.

FERRAZ, Susana. **Espaços Públicos de Luanda, Património arquitectónico colonial angolano e português**. 2006. 320f. Dissertação – Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

FERNANDES, José Manuel. **Portugal, Brasil, África. Urbanismo e Arquitectura do ecletismo ao modernismo**. Casal de Cambra: Caledoscópio, 2008.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

MALOA, Joaquim Miranda. **A Urbanização Moçambicana: Uma proposta de interpretação**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. **A megalópole e a praça. O espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa**. 2001. 373f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). FAU-USP, São Paulo, 2001.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Ed. Edusp, 2014

SARAIVA, José Flávio Sombra. **A África no século XXI: um ensaio acadêmico**. Brasília: Ed. Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.

SILVA, Cila Fernanda da; VALENTINI, Daiane Regina; VAZ, Murad Jorge Mussi. A produção do espaço público em Erechim-RS. In: **XI COLÓQUIO QUAPÁ-SEL, 11.**, Salvador – Ba, 2016. 24 p.

VAZ, Murad Jorge Mussi. **A produção do espaço público em Florianópolis: as praças e a vida urbana**. 2016. Tese (Doutorado) - UFSC, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2016.

## 1.6 A RELAÇÃO ENTRE A UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER E O SEU ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Franke, Joana<sup>1</sup>; Castro, Nadiane<sup>2</sup>; Del Fiol, Paula<sup>3</sup>; Zechlinski, Ana Paula<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> UFPel – joana.scalcofranke@gmail.com

<sup>2</sup> UFPel – castronadiane@gmail.com

<sup>3</sup> UFPel – paulaadelfiol@gmail.com

<sup>4</sup> UFPel – anapaulapz@yahoo.com.br

### 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda o uso dos espaços públicos na cidade de Pelotas/RS, tendo como foco a análise do estado de conservação das praças e do modo como a apropriação do espaço pelas pessoas pode contribuir para a melhor conservação dessas praças. O objetivo principal é entender a relação entre a utilização dos espaços públicos de lazer e o seu estado de conservação, a partir do mapeamento e diagnóstico das praças na malha urbana de Pelotas.

Segundo Jacob (2001), espera-se muito dos parques urbanos. Longe de transformar qualquer virtude inerente ao entorno, longe de promover as vizinhanças automaticamente, os próprios parques de bairro é que são direta e drasticamente afetados pela maneira como a vizinhança neles interfere. Simplificando o pensamento de Jacob, temos a afirmativa de que “as praças precisam de pessoas, mais do que pessoas precisam de praças”. Afirmado por Ferraz (2013), se fizéssemos uma enquete e perguntássemos o que as pessoas gostariam que acontecesse nas cidades para que aumentasse a qualidade de vida, muitas das pessoas diriam que precisam de mais praças e afirmariam ainda que suas cidades são desprovidas de praças. E elas estão corretas. No caso de Pelotas, temos mapeadas todas as áreas verdes usadas como praças, porém indo até elas encontram-se, na sua grande maioria, terrenos degradados, abandonados. Porém se essas praças não tiverem pessoas que vão até elas para buscar essa qualidade de vida pretendida, essas praças perdem suas funções sociais. E dessa forma fica a seguinte questão: as pessoas não usam as praças por elas estarem degradadas ou elas estão degradadas porque as pessoas não as usam?

O significado de espaço degradado é muito amplo, pois a definição de áreas degradadas de um ambiente natural pode ser diferente de um ambiente urbano (SANCHES, 2014, p. 25). O foco desse trabalho é no ambiente urbano então se entende por degradação um espaço abandonado que teve suas funções principais reduzidas ou perdidas.

“[...] áreas degradadas [...] são entendidas como espaços vazios, abandonados e subutilizados, que perderam sua função qualitativa do ponto de vista econômico, ambiental ou social. São locais desvalorizados e excluídos de investimentos em termos econômicos. Da perspectiva social, são áreas mais vulneráveis às atividades ilícitas, o que

favorece a violência e o crime, além da ocupação irregular. Geralmente nesses espaços verifica-se a ausência de identidade da comunidade com o local." (SANCHES, 2014, P. 26)

Surgiu na cidade de São Paulo, através da iniciativa de um grupo de moradores da zona oeste da cidade, o movimento "Boa Praça" que tem como objetivo a revitalização das praças através da ocupação de espaços públicos degradados. Desde o início de 2009, o movimento organiza piqueniques comunitários em praças do bairro todo no último domingo do mês. As pessoas contribuem com a mesa comunitária trazendo comidas e bebidas saudáveis. Os eventos são sempre abertos, todos são convidados a participar, conhecer seus vizinhos e viver uma cidade mais humana. Esses piqueniques têm mobilizado moradores, escolas, profissionais, organizações e empresas locais, que se envolvem na organização conforme suas possibilidades.

Além disso, o movimento tem a ideia de que a praça, quando as pessoas saem dela, deveria se tornar um lugar melhor do que quando chegaram, interferindo nela e trazendo melhorias para o espaço público. Tudo isso com a participação popular, ouvindo a comunidade do bairro, fazendo inclusive maquetes onde essas pessoas pudessem mostrar o que elas gostariam de ver nas praças. A intenção foi tornar o processo participativo, no sentido de levar em conta não só a percepção dos tomadores de decisão, mas acima de tudo as necessidades e aspirações daqueles que vivenciam estes espaços cotidianamente.

Dessa forma, o presente estudo tem o objetivo de analisar as praças na cidade de Pelotas, principalmente nos bairros mais periféricos, buscando descrever seu estado de conservação. A investigação, estando vinculada a um projeto de extensão universitária, tem o intuito de estimular ações, assim como o movimento "Boa Praça". Ações as quais possam fazer com que as pessoas que vivem no entorno desses espaços degradados queiram transformá-los e queiram usá-los, tornando o que uma praça de fato é, um espaço de vitalidade urbana de extrema importância para a qualidade de vida das pessoas e a sustentabilidade das cidades, assim descrito por Jacobs (2000).

## 2. METODOLOGIA

O estudo, ainda em fase inicial, faz parte de um trabalho amplo sobre as áreas verdes na cidade de Pelotas e como elas contribuem para a qualidade de vida da população. A pesquisa conta com um mapeamento o qual prevê a identificação e classificação das áreas verdes, utilizando diversas categorias de análise que fazem parte do levantamento. Dentre estas categorias, as analisadas para o presente estudo foram:

CATEGORIAS DE ANÁLISE	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	DESCRÍÇÃO
1. DISPONIBILIDADE DA PRAÇA	TOTAL	SEM EDIFICAÇÕES
	PARCIAL	MENOS DE 80% EDIFICADO
	OUTRO USO	MAIS DE 80% EDIFICADO

2. ACESSO ÁREA PÚBLICA	PÚBLICA	DE DOMÍNIO DO GOVERNO
	PARCIAL PRIVATIVA	DE DOMÍNIO PARTICULAR E USO PÚBLICO
	TOTAL PRIVATIVA	DE DOMÍNIO PARTICULAR E USO PÚBLICO
3. ESTADO DE MANUTENÇÃO	CONSERVADA	TODOS MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS EM ÓTIMO ESTADO DE USO
	PARCIAL	ALGUNS MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS EM ÓTIMO ESTADO DE USO
	DEGRADADA	NENHUM MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO EM ÓTIMO ESTADO DE USO
4. ILUMINAÇÃO	SIM	PRESENÇA DE POSTES DE ILUMINAÇÃO
	NÃO	AUSÊNCIA DE POSTES DE ILUMINAÇÃO
5. MOBILIÁRIO	SIM	PRESENÇA DE QUALQUER TIPO DE MOBILIÁRIO URBANO
	NÃO	AUSÊNCIA DE QUALQUER TIPO DE MOBILIÁRIO URBANO

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como discussão principal do estudo temos o porquê de as praças precisarem de pessoas, mais do que pessoas precisam de praças.

Na cidade de Pelotas, dois dos bairros visitados foram o bairro Simões Lopes e o Porto, nos quais foi curioso analisar, através de saídas de campo, que todos os pontos mapeados como praças pela prefeitura na verdade são terrenos abandonados, em níveis máximos de degradação. E dessa forma voltamos ao questionamento inicial, a comunidade do bairro não ocupa as praças por elas estarem degradadas ou elas estão degradadas por não serem ocupadas pela comunidade?

Em ambos os bairros os terrenos analisados, são terrenos grandes, com bastante vegetação e que abrigariam perfeitamente praças. Porém, por não terem nenhuma iniciativa, até mesmo da prefeitura, esses terrenos acabam por passar despercebidos aos olhos da comunidade local, a qual nem se quer imagina que ali poderia ter uma praça. Esses bairros mais periféricos, passam para nós e para a própria comunidade uma sensação de esquecimento por parte dos órgãos públicos. Para eles acaba por se tornar normal, por já fazer parte da cultura e educação deles, usar desses ambientes como terrenos baldios para, principalmente, a descarga de lixos deles mesmos.

Segundo Jan Gehl, nenhuma criança pede algo de natal que não conheça, e as pessoas nunca vão pedir melhorias em suas cidades que já não estejam em seu repertório. Desta forma, procura-se incentivar que as pessoas inicialmente se informem sobre quais possibilidades de qualificação para os espaços que vivenciam. E nesses bairros em questão, os moradores

desconhecem qualquer incentivo de melhoria dos espaços públicos, tornando-se normal a busca por espaços de lazer em bairros mais centrais.

Um dos resultados esperados é de que possamos, juntamente aos órgãos públicos, reeducar essas comunidades, mudar a forma que eles enxergam o próprio bairro e principalmente a forma como enxergam seus espaços públicos. É fazer com que possam enxergar o potencial das áreas verdes e torná-los conscientes de que eles não precisam buscar em outros bairros o que eles têm, às vezes com um potencial até maior, ao lado de suas próprias casas.

#### 4. CONCLUSÕES

Como conclusão, espera-se encontrar respostas para a degradação dos espaços públicos de lazer e porque as comunidades locais dos bairros estudados não interagem nesses meios. Espera-se também compreender quais as causas que tem levado as praças a perder “espaço” e “público”. As praças, além de toda a sua importância para o funcionamento da cidade enquanto estrutura, possuem um valor imensurável que influi na saúde física e mental da população. O contato com a natureza é inerente ao homem. Nesse sentido, as praças aproximam as pessoas com o meio e com outras pessoas, sendo locais indispensáveis. (CAMARGO, 2013)

O estudo apresenta esclarecimentos sobre a importância da existência desses espaços, onde ainda são poucos aqueles destinados ao lazer e recreação nas cidades em geral. No caso dos bairros analisados, é possível considerar como inexistentes esses espaços, buscando entender as causas e efeitos disso.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JACOBS, J. **Morte e Vida do Urbanismo Moderno**. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

GEHL, J. **Cidades Para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2015. Cap. 4.9, p. 182-191.

BOADA, L. **O Espaço Recriado**. São Paulo: Ed. Nobel, 1991.

MACEDO, S. **Praças Brasileiras = Public squares in Brazil**. São Paulo: Edusp, 2003.

MEDEIROS, E.B. **O lazer no planejamento urbano**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1975.

ROBBA, F.; MACEDO, S.S. **Praças brasileiras**. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CORREA, R. L. **O espaço Urbano.** São Paulo: Ática, 1995.

OLIVEIRA, L. **O Papel da Praça na cidade: Aspectos Ambientais, de uso e Percepção.** Dissertação de mestrado apresentada ao PPGENG/UPF, janeiro 2006.

CAMARGO, M. **Estudo de caso em prças do contexto vicinal da cidade de Cruz Alta a fim de compor um panorama espacial comparativo entre elas.** Estudo de caso apresentado no XV Seminário Internacional de Educação no Mercosul, maio de 2013.

## 1.7 A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM COSTEIRA: estudo dos processos de crescimento urbano e ecossistêmicos de Itapirubá – Laguna/SC

Emiliane Becker de Souza<sup>1</sup>; Matheus Pedron Jasper<sup>2</sup>; Eduardo Nogueira  
Giovanni<sup>3</sup>

<sup>1</sup>*Universidade do Estado de Santa Catarina – emilianebs@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade do Estado de Santa Catarina – pedron.jasper@gmail.com*

<sup>3</sup>*Universidade do Estado de Santa Catarina – dugiovanni@hotmail.com*

### 1. INTRODUÇÃO

A transformação das paisagens costeiras e dos assentamentos preexistentes do Estado de Santa Catarina tem relação direta com o crescimento da atividade turística, o que resultou em malhas urbanas mal inseridas e descontextualizadas, alterando o sítio original.

Laguna é uma das três primeiras cidades do Estado de Santa Catarina, situada na costa sul brasileira, possui feições peninsulares, com o oceano Atlântico, à leste, e o Complexo Lagunar Santo Antônio dos Anjos, à oeste. Apresenta 336.396 km<sup>2</sup> de área (IBGE, 2017), neste trecho percebe-se uma grande diversidade física que compõe a planície costeira, que conta com a presença de costões e promontórios rochosos, alternando com terras baixas sedimentares, presença de lagunas costeiras, dunas, praias, desembocaduras fluviais (Gré, 2013) e resquícios de Mata Atlântica.

Parte do município está situado na APA da Baleia Franca, Área de Proteção Ambiental Baleia Franca (APA Baleia Franca), criada pelo decreto federal s/nº em 14 de setembro de 2000, sua demarcação abrange desde o sul da ilha de Santa Catarina, passando pelo território de Laguna e estende-se até o Balneário Rincão, cujo objetivo é a proteção das áreas marinhas, terrestres assim como a paisagem pré-existente (ICMBIO).

A singularidade da paisagem do município estudado tem contribuição dessa diversidade física e geológica, onde a paisagem natural se sobressai da reduzida ocupação urbana (Imagem 1). Estas condições, entre outras, referentes a qualidade de suas paisagens, fizeram com que a cidade de Laguna se distribuisse em diferentes assentamentos com poucas relações entre si e também pouco conectado com o centro histórico original. Estas condições tornam os assentamentos relativamente independentes, sendo alguns acessíveis apenas por rodovias federais ou estaduais. É possível observar, também, que a cidade altera os aspectos de sua malha urbana de acordo com o ritmo da especulação imobiliária através de distintos processos de crescimento urbano.



Imagen 1: Imagem Aérea de Itapirubá, Laguna-SC, 2016.

Fonte: SPG-SC, 2016.

Apesar dos vários aspectos comuns dos assentamentos, cada um possui peculiaridades importantes que devem ser identificadas e estudadas. Estas informações singulares incidem na forma urbana e na qualidade dos espaços públicos e podem gerar elementos de identidade agregando qualidades nas formas resultantes dos processos de urbanização. De acordo com Saraiva (2005:354), "... Aos lugares litorâneos escolhidos para serem cidades, não basta o planejador dizer não, opondo-se ideologicamente, a elas mas sim, com que desenho alternativo e com que qualidades podem e devem continuar a ser feitas."

Assim, este trabalho objetiva realizar uma leitura da morfologia urbana de Itapirubá em Laguna - SC, situado no extremo Norte do município, abordando dois aspectos norteadores: processo de crescimento urbano e os ecossistemas costeiros, resultando na tipificação do assentamento.

As análises têm como suporte teórico o trabalho realizado por Solà Morales y Rubió (1993) sobre tipos de crescimento urbano. A partir da utilização desta referência, é possível tipificar e classificar o crescimento urbano dessa comunidade, em relação à sua paisagem urbana e natural.

Objetiva-se, também, verificar a eficácia da metodologia para aplicação de leituras da morfologia urbana.

## 2. METODOLOGIA

A realização da leitura foi feita sobre três levantamentos aerofotogramétricos e uma imagem de satélite obtidos em períodos distintos: 1938, 1957, 1977 e 2016 (quadro 1).



Quadro 1 - Itapirubá nos Períodos de 1938, 1957, 1977 e 2016.

Fonte: ORBE, 2017.

O trabalho de Solà Morales y Rubyó (1993) que tipifica, relacionando com o tempo e espaço, as formas de crescimento urbano de acordo com o parcelamento, infraestrutura e edificação nos processos de ocupação, foi utilizado para a identificação do processo de crescimento urbano de Itapirubá.

Para classificar e tipificar a paisagem urbana e natural, foi utilizado o Projeto Orla como suporte para o entendimento das unidades de paisagem identificadas no assentamento de Itapirubá. Criado em 2002, o Projeto de Gestão Nacional da Orla Marítima brasileira busca a aplicação de uma política que articule as práticas patrimoniais e ambientais, com os planos de uso e ocupação de uma zona costeira. Foram considerados, então, aspectos como: mancha urbana e cobertura natural.

Complementando o entendimento das unidades de paisagens, foi utilizado o trabalho de Scherer et al (2016), que as analisa em consideração a classificação de sistemas ambientais. Assim, pode-se perceber as alterações no Sistema ambiental decorrentes da evolução do assentamento.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos assentamentos costeiros do município de Laguna, a partir dos estudos de Solà Morales (1993), permite a construção de três tipologias de classificação: Evolução de Assentamentos Pesqueiros/agrícola, Loteamentos e/ou Crescimento Suburbano. O estudo é realizado partindo do pressuposto de que Itapirubá é classificado como Evolução de Assentamento Pesqueiro/agrícola, sendo este o recorte de pesquisa.

Itapirubá, está situado no extremo norte de Laguna, no limite territorial com o município de Imbituba. Os fatores de escolha para tal assentamento foram baseados no isolamento e falta de conexão da comunidade, tanto economicamente quanto morfológicamente, do centro urbano de Laguna.

O assentamento pesqueiro desenvolveu-se originalmente junto às bases de um promontório o qual oferecia proteção das intempéries. A orla é composta, além de seu promontório, por duas praias: Itapirubá Sul, pertencente ao município de Laguna e Itapirubá Norte, pertencente ao município de Imbituba.

Observando as imagens de 1938 e 1957, notou-se que foram poucas as alterações na morfologia urbana da paisagem. Com isso, considerou-se as

imagens de 1957 como o primeiro período analisado, sobre as quais foram realizadas as primeiras leituras.

Nesse período a comunidade de Itapirubá encontrava-se isolada dos outros núcleos urbanos. A ocupação iniciava-se com edificações articuladas por uma infraestrutura rudimentar, situadas junto à base norte do promontório protegidas dos ventos sul e nordeste.

Não foi verificado parcelamento do solo e as edificações encontravam-se dispersas na base deste promontório. Os caminhos rudimentares (Imagem 2) vão se configurando entre as edificações e não sofrerão alterações, isto é, vão permanecer nos próximos períodos. O acesso à comunidade se dava por um caminho também rudimentar sobre as dunas em direção às terras cultivadas, à oeste.

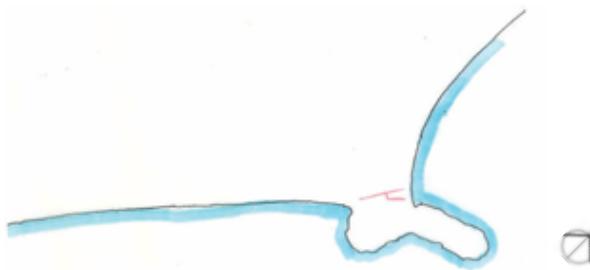


Imagen 2: Caminhos Rudimentares de Itapirubá  
Fonte: ORBE, adaptado por Vinícius Simão Rzatki, 2017.

Os ecossistemas costeiros de Itapirubá entre 1938 e 1958 (Imagen 3) são formados por terras baixas e planas, por duas praias extensas com larga faixa de areia, sistemas de dunas em grande escala cobrindo praticamente todas as terras baixas, cordões arenosos, costão rochoso, laguna costeira em pequena escala e vegetação de restinga.

Conclui-se que Itapirubá tem como sua origem a Evolução de Assentamentos Pesqueiros, sendo classificada como o tipo que leva o mesmo nome.



Imagen 3: Sistema Ambiental de Itapirubá, 1958.  
Fonte: ORBE, adaptado por Vinícius Simão Rzatki, 2017.

No período de 1977, Itapirubá sofre notáveis transformações impulsionadas pela construção da BR-101. O aparecimento de duas conexões fez com que a comunidade deixasse de ser isolada. Essas conexões têm

origem nos caminhos rudimentares as terras cultivadas e fica claro o adensamento ocorrido junto à primeira ocupação.

O processo de crescimento atingiu a malha viária do assentamento. Identificou-se duas malhas viárias (Imagem 4) e as operações urbanas, remetendo ao estudo de Solá-Morales (1993), iniciavam-se primeiro por infraestrutura, seguidos ou simultâneo, de parcelamento e, posteriormente edificação. Acredita-se que o investimento em infraestrutura pode ter sido favorecido, também, pelo empreendimento hoteleiro implantado na região, visto que na década de 70, com o aparecimento de novas vias de acesso ao litoral, principalmente a BR 101, o turismo foi fator gerador de grandes mudanças nas paisagens costeiras.

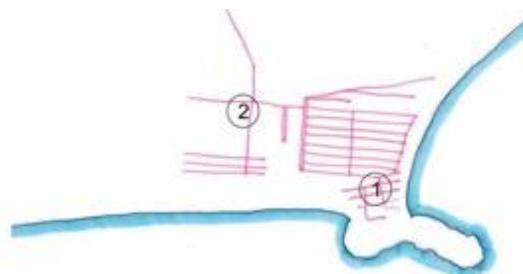


Imagen 4: Malhas Urbana de Itapirubá, 1978.

Fonte: ORBE, adaptado por Vinícius Simão Rzatki, 2017

A primeira malha segue os sentidos dos primeiros caminhos evidenciados em 1958. Acredita-se que o surgimento dessa malha sucedeu-se pela necessidade de moradia e pela busca de lazer junto ao mar.

A segunda malha segue paralelamente a orla da praia sul e é seccionada por uma das vias de acesso, diferente do desenho original, tanto pela direção, sentido e pelo tamanho dos lotes. Nota-se, na segunda malha, a locação de um empreendimento hoteleiro e a dissipação da infraestrutura conforme o crescimento da malha ao sul.

Os ecossistemas costeiros (Imagen 5) sofreram alterações. A faixa de areia do sistema praia sofreu diminuição considerável, e por consequência desse, e de outros fatores, o sistema dunas diminuiu também. A extensão de dunas que conectavam as duas praias foi ocupada totalmente pela primeira malha, e o aparecimento de vegetação onde antes existiam dunas aumentou. O sistema laguna costeira também sofreu modificações, sendo evidenciadas nas imagens como pequenas lagoas.



Imagen 5: Sistema Ambiental de Itapirubá, 1978.  
Fonte: ORBE, adaptado por Vinícius Simão Rzatki, 2017.

Os processos de crescimento ficam mais intensos nas imagens de 2016. Um dos caminhos rudimentares de acesso ao assentamento é suprida e deixa de seccionar a segunda malha urbana existente. A ocupação intensificada e a infraestruturas voltadas para o turismo geraram um aumento da segunda malha e o aparecimento de uma terceira malha (Imagen 6).



Imagen 6: Malhas Urbana de Itapirubá, 2016.  
Fonte: ORBE, adaptado por Vinícius Simão Rzatki, 2016.

A expansão do loteamento da segunda malha, também, apresenta sinais de planejamento, de parcelamento do solo e quase ultrapassam o limite da APA da Baleia Franca. Já, a praia de Itapirubá Norte, recebe investimentos urbanos e novas vias de acesso ligando Itapirubá à BR-101 dentro do limite do município de Imbituba. Essa terceira malha segue o alinhamento da praia Itapirubá Norte.

O processo de crescimento também alterou a paisagem da via de acesso ao bairro. As edificações se distribuíram na margem das vias de acesso e nas proximidades da BR-101.

Os sistemas ambientais visualizados nas imagens de 2016 (Imagen 7) revelam as mudanças que os processos de crescimento produzem na paisagem natural. A cobertura vegetal das dunas teve um aumento significativo, à medida que, o sistema de dunas teve uma grande diminuição. O

sistema laguna cedeu completamente espaço à ampliação da segunda malha. A faixa de areia diminuiu e o costão rochoso permanece praticamente inalterado.



Imagen 7: Sistema Ambiental de Itapirubá, 2016.

Fonte: ORBE, adaptado por Vinícius Simão Rzatki, 2017.

#### 4. CONCLUSÕES

A pesquisa encontra-se em andamento e espera-se como resultado compreender os processos de crescimento urbano do município de Laguna bem como o impacto desses processos na paisagem natural. Tem-se como conclusão final a tipificação por períodos de cada balneário de Laguna. Os balneários alvo desse estudo é Itapirubá, e os outros, em andamento, são Farol de Santa Marta e Mar Grosso paralelamente.

Itapirubá sofreu transformações diferentes em cada período e cada transformação contribuiu para o impacto do crescimento urbano sobre o ambiente natural. O ecossistema costeiro original sofreu grandes alterações, o sistema lagunar praticamente desapareceu e o sistema dunas vêm diminuindo gradativamente, dando espaço a novos loteamentos e crescimentos desconexos, a vegetação de Itapirubá é composta de restinga e há diminuição da faixa litorânea de restinga também. Conclui-se que todos esses fatores podem ocasionar resultados desastrosos para o ambiente físico tanto no presente quanto no futuro próximo e de longo prazo.

Outra consideração final é a preocupação com crescimento gradual da malha 1, visto que hoje ela se encontra no limite da APA de Baleia Franca, área de protegida por legislação ambiental.

A tipificação a partir das discussões apresentadas demonstra que Itapirubá em 1958 é considerada Evolução de Assentamento Pesqueiro, por ter origem pesqueira e ser isolada de outros núcleos urbanos. Em 1977, com o aparecimento de planejamentos e infraestrutura e com o turismo sendo norteador de investimentos, o assentamento passa a ser classificado, também, como Loteamento. Já, em 2016, evidencia-se o aparecimento de processos de crescimento de Loteamento e de Crescimento Suburbano na margem das vias de acesso e BR-101.

Por fim, verificou-se que a metodologia aplicada de análise sobre imagens aéreas e de satélite é adequado por permitir a interpretação do crescimento enquanto processo temporal. A pesquisa deve ter andamento relacionando as observações constatadas com documentações oficiais a fim de compreender os processos de crescimento no território costeiro de Laguna-SC.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livro

MORAES, A. C. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: Elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: Annablume Editora. 2010. 2 ed.

REIS, A. F. **Ilha de Santa Catarina: permanências e transformações**. Florianópolis: EdUFSC. 2012.

SOLÁ-MORALES, M. **Las formas del crecimiento urbano**. Barcelona: Edicions Upc. 1997.

SPIRN, A. W. **O jardim de granito: a natureza no desenho da cidade**. São Paulo: EdUSP. 1993.

### Capítulo de livro

SILVA, N. S. A escala do presente: o litoral catarinense. In: SARAIVA DA SILVA, N. **Arquitetura da maior e menor escala: Vivências, projetos, e reflexões sobre os lugares marinheiros catarinenses**. São Paulo: Cetd, 2005. 177-395.

### Resumo de Evento

BUENO, A. P. Benindorm e Balneário Camboriú. Comparações entre ícones do turismo de sol e praia urbano. In. **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO EM URBANISMO**, 8. Balneário Camboriú, 2016. Meio digital.

GIOVANNI, E.N. Território Costeiro em Transformação: Investigação sobre os processos de crescimento das estruturas urbano-turísticas no município de Laguna – Brasil. **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO EM URBANISMO**, 8. Balneário Camboriú, 2016. Meio digital.

### Artigo

REIS, Almir Francisco. Forma y apropiación del espacio publico en núcleos urbanos resultantes del proceso de desarrollo turístico en la isla de Santa Catarina-Brasil. **Scripta Nova**, Barcelona, v.69, p.1-11, 2000.

SCHERER, M.E.G; ASMUS, M.L. (2016). Ecosystem-Based Knowledge and Management as a tool for Integrated Coastal and Ocean Management: A Brazilian Initiative. In: Vila-Concejo, A.; Bruce, E.; Kennedy, D.M., and McCarroll, R.J. (eds.), Proceedings of the 14th International Coastal

Symposium, *Journal of Coastal Research, Special Issue*, Sydney, Australia, Volume 1, No 75, pp. 690-694.

Tese/Dissertação/Monografia

CITTADIN, A. P. **Laguna, Paisagem e Preservação: O Patrimônio Cultural e Natural do Município.** 2010. Dissertação de Mestrado – PÓSARQ/UFSC.

LUCENA, L. M. F. **Laguna: de ontem e hoje espaços públicos e vida urbana.** 1998. Dissertação Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano - Departamento de Geociências. UFSC.

Documentos eletrônicos

Secretaria de Estado de Planejamento. GECAR - Geografia e cartografia, Santa Catarina. Acessado em 15 jan. 2017. Online. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/>

Maria Luísa Gomes Castello Branco. IBGE. **Atlas geográfico das zonas costeiras.** IBGE, Rio de Janeiro, 2011. Acessado em 25 abr. 2017. Online. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv55263.pdf>

IBGE. **Sinopse do censo demográfico 2010.** IBGE, Brasil, 2010. Acessado em 25 abr. 2017). Online. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=42&dados=0>

ICMBio. APA da baleia franca. ICMBio, Brasil. Acessado em 25 abr 2017. Online. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/apabaleiafranca>

MMA/SQA. PROJETO ORLA: **Fundamentos para gestão integrada.** Brasília, 2006. Acessado em 25 abr 2017. Online. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/orla/\\_arquivos/11\\_04122008111238.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/orla/_arquivos/11_04122008111238.pdf)

MMA/SQA. PROJETO ORLA: **Subsídios para um projeto de gestão.** Brasília, 2006. Acessado em 25 abr 2017. Online. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/orla/\\_arquivos/11\\_04122008110506.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/orla/_arquivos/11_04122008110506.pdf)

Laboratório de pesquisa

ORBE. **Laboratório de Estudos da Cidade, Paisagem e Território.** CERES/DESC, Laguna.

## 1.8 ARQUITETURA DA VIOLÊNCIA, ARQUITETURA HOSTIL E EXCLUSÕES

Joyce Both<sup>1</sup>; Adriane Roso<sup>2</sup>; Bruna Tanira Simões Palma<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – joy\_both@hotmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

<sup>3</sup> Centro Universitário Franciscano (UNIFRA)

### 1. INTRODUÇÃO

Muitas são as características que compõem uma cidade e, independente do tamanho ou especificidades de cada uma, alguns traços são percebidos em comum, como movimento de pessoas e máquinas, de encontros e de conflitos (ROLNIK, 2004). Além das características compartilhadas, cada cidade terá suas particularidades, como a cultura que a compõe. Estamos constantemente (re)conhecendo cidades, o que se estende para a cidade que habitamos, pois cotidianamente podemos criar novos vínculos, mapas e caminhos diários, ou podemos apenas vivenciar automaticamente o cotidiano.

A relação entre cidade, urbanização e construção simbólica é referida por Bomfim (2010), que aborda a percepção subjetiva da cidade, ou seja, esta possui conteúdo subjetivo e reflete o diálogo com o simbólico por ser construída de forma coletiva. O movimento de conhecer, reconhecer e representar a cidade tem elementos tanto subjetivos quanto coletivos, levando em consideração que o corroborado coletivamente irá adquirir sentido. Esse entendimento da conexão com a cidade nos aproxima da tríade dialógica Sujeito-Alter-Mundo, proposta por Ivana Marková (2006), que compõe o universo das representações sociais. É justamente neste sentido que propormos aqui compreender o habitar a cidade.

O presente trabalho fará uma abordagem das representações da exclusão de determinadas pessoas de nossa sociedade, as alcunhadas como “indesejáveis”. Estas são todas as pessoas que não correspondem à norma vigente, as chamadas minorias sociais, sendo que o termo não se refere necessariamente ao número de pessoas, pois essa minoria é determinada a partir de relações de poder (MOSCOVICI, 2007). Essa população pode ser exemplificada por moradores de rua, as pessoas que consomem (algumas) drogas, imigrantes, indígenas, ciganos, dentre outros grupos que são frequentemente discriminados por questões de raça, gênero, orientação sexual.

A partir da concepção de quem são os “indesejáveis”, propomos uma reflexão acerca das diferentes formas encontradas em nossa sociedade para excluir e para manter afastado estes determinados grupos, ilustradas a partir das diferenças e semelhanças propostas pela Arquitetura da Violência e pela Arquitetura Hostil. A arquitetura da violência se mostra na distribuição dos bairros e seus moradores pela extensão das cidades, como o centro e a periferia, juntamente com suas infraestruturas, meios de transporte urbanos, acesso à cultura, dentre outros. Já a arquitetura hostil é demonstrada a partir de modificações pontuais em calçadas, vitrines de lojas, espaços “vazios”

embaixo de pontes ou de marquizes e que determinam quais são os espaços de permanência ou de passagem nas cidades.

## 2. METODOLOGIA

O presente trabalho surge a partir da dissertação de mestrado intitulada *Cidade, uso de crack e Representações Sociais*, inserida no projeto *Procuidado – o cuidado que nós desejamos: uso de crack e representações em saúde, experiências de internação compulsória*. A relação entre os sujeitos excluídos, a arquitetura da violência e a arquitetura hostil estabeleceu-se através de uma pesquisa teórica e do nosso olhar para as cidades. Nossas discussões foram orientadas por pressupostos epistemológicos e ontológicos de autores de diferentes áreas disciplinares, mas que fazem leituras críticas do social, bem como a Teoria das Representações Sociais.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pensamos que o fenômeno das representações sociais é orientador dessas práticas de validação do (in)desejante, pois pela via da representação, as pessoas não apenas pensam, mas agem; produzem; abrem e fecham caminhos. Por isso, representações sociais e práticas são indissociáveis.

Considerando que as representações sociais são mais do que apenas pensamentos, ideias sobre um determinado objeto, mas que elas também orientam práticas, produzem discriminações e exclusões, antes de podermos aprofundar como estas exclusões são produzidas, cabe pensarmos na construção das representações acerca dos ditos “indesejáveis” e “excluídos”.

A finalidade das representações sociais é “tornar familiar algo não-familiar” (MOSCOVICI, 2007, p.54), familiar no sentido de confortável, aparentemente sem chance de riscos ou conflitos, corroborando com a tradição. É como uma repetição daquilo que já é esperado, quando as relações são percebidas sempre a partir de encontros prévios, enquanto o não-familiar contradiz esta tradição, pode dizer do que é incomum, anormal, ou seja, o que é diferente, logo, pode ser pensado como invisível. Quando se encontra algo que foge do que era esperado – o familiar, resta uma sensação de incômodo, desconforto. O não familiar configura-se como um constante estar aqui sem estar, existir sem existir, mas também como um constante incômodo que, apesar de intrigar as pessoas, é rechaçado por ser diferente.

Os indesejáveis, portanto, podem ser considerados a partir de um lugar em que foram situados como minorias, no sentido em que um grupo de pessoas – uma maioria, tem controle sobre grande parte dos recursos de poder, econômicos e de status, determinando relações injustas com as minorias (ROSO, STRAY, GUARESCHI, BUENO, 2002). Portanto, minorias são porções das sociedades que têm alguns traços desvalorizados, o que pode resultar em discriminação e exclusão. Estes autores ainda nos mostram que as minorias existem em uma fronteira ou ainda fora do contexto social, tendo ainda características como autonomia, responsabilidade e confiança refutadas pelos grupos que compõe as maiorias.

A arquitetura da violência, termo que ganhou visibilidade a partir dos trabalhos de Sônia Ferraz (2006), pesquisadora do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal Fluminense que coordena um grupo de estudos com o mesmo nome, está intrinsecamente ligada a uma ideia de higienização das cidades, principalmente no que se refere ao deslocamento daqueles que não são bem vistos, os “indesejáveis”, para regiões periféricas da cidade. Tais medidas são mais comuns ou evidentes em cidades turísticas, mas coexistem em diversos níveis nas cidades de interior. Estes critérios para organização do espaço urbano em formações dicotômicas são também conhecidos como arquitetura da violência, na medida em que não interferem apenas na disposição ou na ocupação do espaço, mas são também produtores de violências múltiplas e colaboram para a exclusão e afastamento de determinados grupos de pessoas de pontos de cultura, lazer, oportunidades de empregos, dentre outros.

Segundo Cox e Cox (2015), podemos pensar a arquitetura hostil como uma metáfora para o controle social, pois agem quando os termos “não” e “proibido” não são ditos às pessoas indesejáveis, mas, sim, impostos de forma violenta e sem possibilidade de contestação. Estes dispositivos encontram-se dispostos em calçadas, praças, espaços vazios embaixo de viadutos, passarelas ou pontes e são variados. Encontramos desde pedras, arames ou pedaços de ferro pontiagudos que impedem pessoas de sentarem ou deitarem em determinados locais. Também são exemplos deste tipo de mudança na arquitetura das cidades bancos com divisórias entre os assentos ou com certa inclinação, impedindo que pessoas consigam deitar-se ou que permaneçam muito tempo no local. Visam ainda impedir skatistas, pichos e grafites – através de tintas antipichação, além de moradores de rua ou agrupamentos, principalmente, de adolescentes, seja através de pavimentação irregular, câmeras e auto falantes que emitem sons em uma frequência que apenas adolescentes conseguem ouvir. Além de restringir a permanência, tais dispositivos restringem a circulação de pedestres, pois diminuem o espaço das calçadas.

São exemplos da arquitetura da violência na cidade as questões relacionadas a organização, disposição de determinadas pessoas de menor renda nas periferias e de maior renda na região central, bem como a distribuição de melhores infraestruturas, acesso a lugares de lazer e maior possibilidade de mobilidade no centro. Já as questões referentes à arquitetura hostil, advindas para manter este afastamento, são também decorrentes da segregação urbana, no sentido de que influenciam a população da cidade no que diz do medo de ser vítima de crimes que são noticiados massivamente pela mídia, o que origina a ideia de que não há possibilidade de coexistência entre as pessoas de diferentes bairros, por exemplo.

#### **4. CONCLUSÕES**

A partir do olhar sobre a arquitetura da violência e a arquitetura hostil foi possível verificarmos que estas lógicas estão cada vez mais presentes nas cidades, o que fica mais evidente nas maiores e mais desenvolvidas, mas

também ocorre, embora em outro nível, em cidades menores. Cada vez mais dispositivos de exclusão são encontrados nas ruas, nos comércios, nos prédios e nas praças. Consequentemente, percebemos que se tenta proteger o espaço individual e afastar esta população “indesejável”, o que também pode ser verificado no estranhamento e no não reconhecimento da população das periferias, moradores de rua, indígenas, usuários de drogas etc., no centro das cidades.

Embora estas ferramentas se mostrem mais presentes, elas são menos percebidas pelo olhar de quem passa na cidade, principalmente no que se refere aqueles que são “aceitos” ou “desejáveis” na região central. Portanto, é imprescindível pensarmos esta lógica tanto no âmbito das ciências sociais, quanto no nível de planejamento urbano, bem como a serviço de quem esta é usada e qual população está sendo reiteradamente excluída dos poucos espaços em que ainda pode habitar.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOMFIM, Z. A. C. **Cidade e afetividade:** estima e construção dos mapas afetivos das cidades de Barcelona e São Paulo. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

COX, E. P.; COX, M. I. P. Interdições ao corpo no corpo da cidade: arquitetura, urbanismo, discurso e controle social. **Linguasagem**, v.24, n.1. São Carlos, 2015. Disponível em:  
<<http://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/view/161>>. Acesso em 21 Abr. 2017.

FERRAZ, S. M. T. Arquitetura da violência: morar com medo nas cidades. Quem tem medo de que e de quem nas cidades brasileiras contemporâneas? Monografia, 2006. Disponível em:  
<<http://br.monografias.com/trabalhos/arquiteturaviolenciacidadescontemporaneas/arquiteturaviolenciacidadescontemporaneas2.htm>>. Acesso em: 2 abr 2017.

MARKOVÁ, I. Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ROLNIK, R. **O que é cidade.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ROSO, A., STREY, M. N., GUARESCHI, P., BUENO, S. M. N. Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, jul./dez.2002, p. 74-94.

## 1.9 ARQUITETURA, CIDADE E PAISAGEM URBANA. A Casa De Vidro de Lina Bo Bardi e seu diálogo com a cidade de São Paulo

Isadora Romano Leoncio<sup>1</sup>; Ana Lúcia Cerávolo<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Centro Universitário Central Paulista (UNICEP) – [isarleoncio@hotmail.com](mailto:isarleoncio@hotmail.com)

<sup>2</sup>Centro Universitário Central Paulista (UNICEP) / IAU USP – [anaceravolo@gmail.com](mailto:anaceravolo@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

A Casa de Vidro, projetada por Lina Bo Bardi em 1949 e concluída em 1952, é um ícone da arquitetura moderna brasileira e um dos primeiros exemplares do brutalismo paulista. É um estudo para projetos mais ambiciosos, como apontam alguns autores, em especial para o Museu de Arte de São Paulo (1957-68) e o Museu à Beira do oceano (1951), não construído. É ainda a primeira residência construída no Morumbi, bairro que havia sido recentemente loteado, como afirmava Lina Bardi. A Casa dialoga com o terreno no qual está implantada e com a metrópole em construção, configurando-se como um mirante.

Essa característica é evidenciada desde as primeiras publicações, como destaca Henrique Mindlin (1999/1956, p. 64):

*“Como o terreno tem uma inclinação muito acentuada, a frente foi construída com pilotis, com a parte de trás apoiada no solo. Em contraste com o aspecto maciço desta última, a frente é uma caixa extremamente leve em concreto armado, envidraçada em três lados, e apoiada em tubos de aço sem costura. Para acentuar a ligação com o sol e a paisagem, as grandes janelas do living não têm balaustrada de proteção.”*

Observa-se ao longo do tempo camadas de transformações que separam a edificação inaugurada em 1951 e a Casa hoje. Transformações que alteraram a relação do edifício com a paisagem urbana e interrompem a celebração do meio urbano com o qual dialogava. O crescimento do jardim e seu desenvolvimento “descontrolado” tornam as “grandes janelas” cegas para a cidade, convertendo-a num espaço introspectivo e contemplativo da vegetação quase selvagem.

Essa constatação nos levou a investigar as transformações do tecido urbano, desde a fazenda de chá existente no local até o presente, passando pela implantação do loteamento e a constituição de Paraisópolis, uma das maiores favelas de São Paulo, processo que ocorre paralelamente à própria ocupação do Bairro do Morumbi. Paraisópolis se originou de um loteamento resindencial realizado para classe alta na década de 1920. A partir da década de 1950, iniciou-se a ocupação dos terrenos, na época não-habitados e de caráter semi-rural, por famílias de baixa renda, em sua maioria migrantes. Em 1970, já residiam irregularmente no local 20 mil habitantes. E ao mesmo tempo novos bairros nobres e seus condomínios luxuosos eram criados ao redor das áreas

de ocupação, gerando uma das imagens mais evidentes de segregação e desigualdade social do país, que em apenas três décadas, 1940 a 1970, passa de 31% de moradores nas áreas urbanas para 56% (IBGE, 2005, p.35), período de desenvolvimento da indústria nacional e a urbanização vertiginosa.

O estudo comparativo das transformações urbanas da cidade de São Paulo e da zona sul a partir do estudo da Casa de Vidro, possibilitam compreender os processos que geraram uma metrópole com espaços desiguais e segregados, mas sobretudo podem indicar caminhos para a convivência e a construção de espaços menos segregados e com mais qualidade de vida para todos.

## **2. METODOLOGIA**

Para a realização do estudo, procedeu-se à comparação morfológica do tecido urbano da cidade de São Paulo, em particular da zona sul onde se localiza o Bairro do Morumbi, a Favela de Paraisópolis e a Casa de Vidro, de Lina Bo Bardi. Três momentos são essenciais para a compreensão do processo de ocupação do local: 1930, 1954 e 2008. Para a realização dessa pesquisa foi utilizada a base digital de mapas, mantida pela Prefeitura de São Paulo, denominada GeoSampa Mapa. Além disso, pesquisou-se o acervo de desenhos e fotografias do Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, revistas e publicações do período de construção da Casa e o acervo do Museu da Cidade, por meio do Portal de Acervos Artísticos e Culturais da Prefeitura de São Paulo.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O trabalho apresentado é um subproduto de duas pesquisas em andamento, a iniciação científica “Casas de vidro no Brasil: transparência na arquitetura residencial da década de 1950”, financiada pelo CNPq/PIBIC, desenvolvida na UNICEP São Carlos, e o “Plano de Conservação e Gestão da Casa de Vidro”, financiado pela Getty Foundation, e executado pelo Instituto Bardi e Instituto de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de São Paulo. O trabalho de campo foi realizado pelas duas pesquisadoras em situações distintas, porém a reunião dos dados permitiu construir um conjunto iconográfico para avaliar o desenvolvimento e configuração urbana atual, assim como a transformação do jardim da Casa de Vidro e a ruptura entre o espaço interno da casa e sua integração à cidade. A análise do material levantado contribui ainda para a compreensão da ocupação paralela do Bairro do Morumbi e outros loteamentos e condomínios de alto padrão à Favela de Paraisópolis, configurando um processo complexo, contraditório e complementar, que não era o foco de nenhuma das duas pesquisas. Pode-se ainda a partir dos resultados reavaliar a preservação da Casa de Vidro, sua relação com o jardim e a paisagem urbana.

Casa de Vidro, arq. Lina Bo Bardi, relação entre o edifício, o jardim e paisagem urbana. São Paulo, 1952 e 2017.

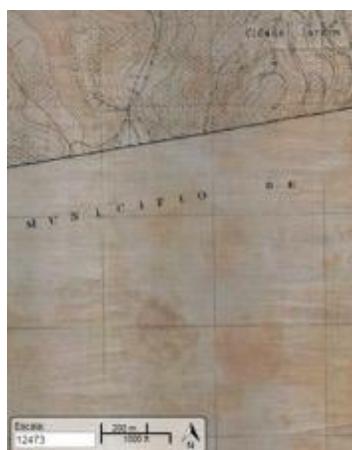


Casa de Vidro, projetada por Lina Bo Bardi como sua residência, São Paulo, 1951. Vista externa do volume que se projeta no terreno acidentado. Fonte: Acervo ILBPMB.

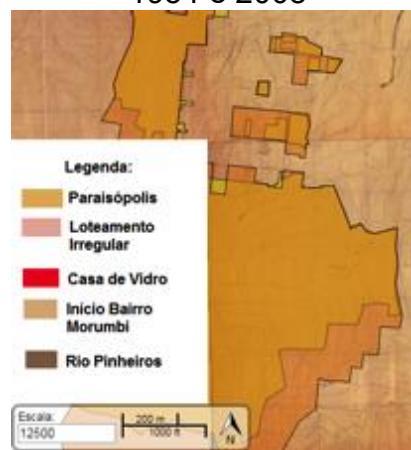


Casa de Vidro, projetada por Lina Bo Bardi como sua residência, São Paulo, 1951. Vista da paisagem urbana a partir da sala. Fonte: Acervo ILBPMB.

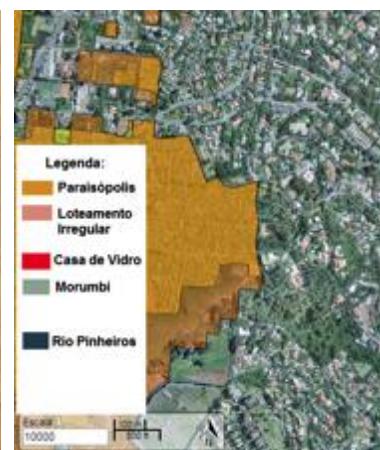
Mapas comparativos da ocupação da zona sul da cidade de São Paulo: 1930, 1954 e 2008



Mapa digital da cidade de São Paulo, em 1930. O Bairro do Morumbi não estava identificado. Fonte: GeoSampa Mapa.



Mapa digital da cidade de São Paulo, em 1954, adaptado. Fonte: GeoSampa Mapa.



Mapa digital da cidade de São Paulo em 2008, adaptado. Fonte: GeoSampa Mapa.

#### 4. CONCLUSÕES

O trabalho buscou associar dois campos de conhecimento e pesquisa próximos mas que muitas vezes permanecem isolados. Utiliza a metodologia de pesquisa em morfologia urbana em conjunto com a pesquisa em história da arquitetura para compreender as transformações ocorridas na Casa de Vidro e na zona sul da cidade de São Paulo, em particular as relações que envolvem a paisagem urbana, transitando entre as escalações da cidade e do edifício.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

##### Livro

AYMONINO, Carlo. **O significado das cidades.** Lisboa: Editorial Presença, 1984.

BRUAND, Yves. **A Arquitetura Contemporânea no Brasil.** São Paulo, Perspectiva, 1981.

CERÁVOLO, Ana Lúcia. **Interpretações do patrimônio: arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil, anos 1930-60.** São Carlos-SP: EDUFSCar, 2013.

INSTITUTO LINA BO E P. M. BARDI. FERRAZ, Marcelo Carvalho. (org.) **Lina Bo Bardi.** São Paulo: Empresa das Artes, 1993.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Arquitetura do Ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação.** São Paulo: Ateliê Ed./FAPESP/SEC, 1998.

MINDLIN, Henrique E. **Arquitetura Moderna no Brasil.** Rio de Janeiro, Aeroplano, 1956.

OLIVEIRA, Olivia de. **Lina Bo Bardi: sutis substâncias da arquitetura.** São Paulo: Ro-mano Guerra, 2006.

##### Capítulo de livro

ARGAN, G.C. "Sobre o conceito de tipologia arquitetônica". In: ARGAN, G. C.. **Projeto e destino.** São Paulo: Editora Ática, 2000.

GORELIK, Adrián. O moderno em debate: cidade, modernidade e modernização. In: MIRANDA, W. M. (1999). **Narrativas da Modernidade.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1999.

##### Artigo

ACRÓPOLE. A fabricação de pastilhas de vidro. **Acrópole**. São Paulo, n.208, p.160-161, fev, 1956. Disponível em <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/208>>. ACES-SO EM 30/05/2017>.

ANELLI, Renato. O Museu de Arte de São Paulo, o museu transparente e a dessacralização da arte. **Arquitextos**, São Paulo, Vitruvius, set., 2009. Disponível em: <[http://www.vitruvius.com.br/.../arq112\\_01.asp](http://www.vitruvius.com.br/.../arq112_01.asp)> [acessado em 03/01/2010].

COMAS, Carlos Eduardo. "Três variações sobre a domesticidade e a transparência no pós-guerra", **Arqtexto**, Porto Alegre: nº 8 (2006): 12-19.

#### Tese/Dissertação/Monografia

CAMPELLO, Maria de Fátima de Mello Barreto. **Lina Bo Bardi: as moradas da alma**. Dissertação (Mestrado), São Carlos, Escola de Engenharia de São Carlos – Uni-versidade de São Paulo, 1997.

CONTIER, Raquel Furtado Schenkman. **Do vitral ao pano de vidro. O processo de modernização da arquitetura em São Paulo através da vidraçaria (1903-1969)**. Dissertação (Mestrado). São Paulo, USP, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014. Disponível em <[http://www.teses.usp.br/index.php?option=com\\_jumi&fileid=9&Itemid=159&id=16133&prog=16001&exp=0&lang=pt-br](http://www.teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=9&Itemid=159&id=16133&prog=16001&exp=0&lang=pt-br)>.

#### Documentos eletrônicos

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Portal de Acervos Artísticos e Culturais da Prefeitura de São Paulo. Acessado em 15 ago. 2017. Online. Disponível em: <<http://www.acervosdacidade.prefeitura.sp.gov.br>>.

INSTITUTO LINA BO E P. M. BARDI. Acervo de desenhos, fotografias e documentos. Acessado em 20out. 2017. Online. Disponível em: <<http://www.institutobardi.com.br>>.

ARQUICULTURA. Site Arquicultura, Processo de tombamento pelo CONDEPHAAT da Casa de Vidro, FAU USP. Acessado em 10 jul. 2017. Disponível em: <[www.arquicultura.fau.usp.br](http://www.arquicultura.fau.usp.br)>.

PEREIRA, Renata Baesso. Tipologia arquitetônica e morfologia urbana. Uma abordagem histórica de conceitos e métodos. **Arquitextos**, São Paulo, ano 13, n. 146.04, Vitruvius, jul. 2012 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.146/4421>>.

## **1.10 AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO PELO PRIVADO: estudo dos condomínios horizontais e loteamentos fechados na zona leste e sudeste de Teresina-PI**

**Vitória Alencar Farias<sup>1</sup>; Karenina Cardoso Matos; Wilza Gomes Reis Lopes<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Estudante de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Pesquisadora do Laboratório Urbano da Paisagem (LUPA) – [fariasvitória@hotmail.com](mailto:fariasvitória@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professoras do Departamento de Construção Civil e Arquitetura – DCCA/CT/UFPI. Coordenadoras do Laboratório Urbano da Paisagem (LUPA/UFPI) – [kareninamatos@hotmail.com](mailto:kareninamatos@hotmail.com); [wilzalopes@hotmail.com](mailto:wilzalopes@hotmail.com)

### **1. INTRODUÇÃO**

As transformações promovidas no espaço urbano ocorrem por meio das relações interurbanas, regionais e globais, tendo em vista que a cidade não é um lugar fechado em si, assumindo vinculações e conexões que ultrapassam o campo em âmbito local e regional. Teresina, capital do Piauí, estado da região Nordeste, apresenta os mesmos problemas das cidades brasileiras, marcadas por uma expansão urbana crescente e sem um planejamento efetivo.

Dessa forma, os contrastes são visíveis nas áreas periféricas ocupadas por grandes conjuntos habitacionais, por ocupações irregulares, como vilas e favelas, sem infraestrutura adequada ou serviços básicos, e ainda pelos condomínios horizontais e loteamentos fechados de alto padrão. A construção desses empreendimentos próxima ao seu limite urbano impulsiona o crescimento da cidade em direção a suas áreas fronteiriças, alteram a estrutura das cidades e promovem a fragmentação e segmentação do tecido urbano.

Nesta perspectiva, a partir de 2000, destacam-se os condomínios horizontais e loteamentos fechados que surgem como novo modo de viver, sendo um fenômeno do espaço urbano que vem marcando as cidades. Conferindo, assim, ao espaço urbano uma nova reestruturação, um novo valor e uma nova paisagem. Essa nova forma de morar caracteriza-se por possuir casas contidas em um terreno com barreiras funcionais e visuais, tendo disponível um sistema de segurança. Além disso, estão direcionados para as classes alta e média em ascensão, vendendo-se a ideia de uma segurança privada que nega o espaço público (HERNANDEZ, 2011).

Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar as mudanças morfológicas da zona Sudeste da cidade de Teresina, causadas pelos condomínios horizontais e loteamentos fechados que substituem espaços de vivência pública por espaços coletivos privatizados, restritos a um público específico.

### **2. METODOLOGIA**

O trabalho é resultado da pesquisa PIBIC “Influência dos condomínios horizontais fechados e conjuntos habitacionais na expansão da cidade” que faz parte do projeto de pesquisa “Configuração do espaço urbano: análise de

fatores indutores de crescimento na cidade de Teresina, Piauí” do Laboratório Urbano da Paisagem – LUPA/UFPI, que realizou análise crítica, buscando, evidenciar as alterações no solo urbano causada pelos condomínios horizontais e loteamentos fechados para zona Leste e Sudeste da cidade de Teresina-PI. Para tal, foram realizadas pesquisas bibliográficas, de campo com levantamento fotográfico, mapeamento das áreas desses empreendimentos fechados e consulta à legislação referente as alterações no perímetro urbano.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisa-se que os condomínios horizontais e loteamentos fechados se consolidaram na zona Sudeste e Leste (Figura 01), principalmente, pois é a área da cidade que apresenta uma população com maior renda e com melhor infraestrutura de serviços. Esses empreendimentos impulsionaram a expansão da cidade, promovendo o aparecimento de vazios urbanos entre seu entorno imediato e as áreas urbanizadas dessa zona. No entanto, as consequências desses empreendimentos são mais alarmantes, na medida em que estimulam a criação do solo urbano de maneira privada.

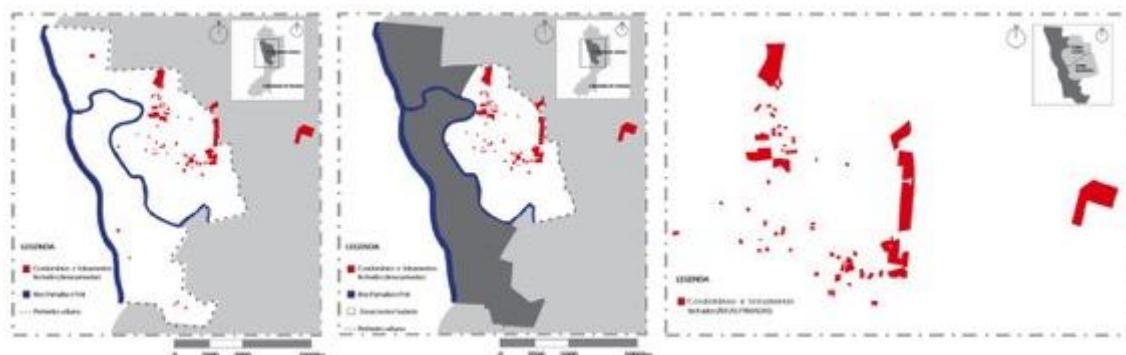


Figura 01: Distribuição dos condomínios horizontais e loteamentos fechados na cidade de Teresina-PI (concentração nas zonas Leste e Sudeste)

Fonte: Google Earth Pro; SILVA et al, 2013; elaborado pela autora.

O primeiro condomínio horizontal fechado da cidade foi o Jardins de Fátima, na zona Leste, em 1996. Já em 2006, surge nessa mesma zona, o primeiro loteamento fechado de grande porte, o Aldebaran Ville situado no bairro Tabajaras, na Av. Kennedy, que impulsionou a valorização do seu entorno (SILVA et al, 2013). No mesmo ano, inaugura-se o primeiro condomínio fechado da zona Sudeste, o Green House, situado no bairro Gurupi; e, em seguida, foi construído o Vila Natura (2008), ambos localizados na Av. Mirtes Melão. Em 2010, a zona Sudeste recebe seu primeiro loteamento fechado de grande porte da Alphaville Urbanismo S.A., o condomínio Alphaville Teresina, situado no prolongamento da Avenida João XXIII (prolongada pela BR 343).

Com efeito, pôde-se observar que os condomínios que surgiram nessa região da zona Sudeste após 2010, localizaram-se estrategicamente no espaço

que compreendia os primeiros condomínios do bairro Gurupi e o loteamento Alphaville no bairro Todos os Santos (Figura 00), tais como: Campo Bello (2010), Vila Inglesa (2011), Green Place (2012), Residencial Portucale (2012), Teresópolis (2012), Condomínio Villa de Gales (2012), Reserva Flamboyant (2014), Villa Válega (2014) e o Gramado Park Residence (2014). Nesse sentido, todos esses empreendimentos influenciaram diretamente na urbanização dessa área próxima ao perímetro urbano da cidade, na sua porção sudeste.

A partir da análise dos mapas, constata-se essas tipologias abragedem uma área privada de aproximadamente 5.487.555m<sup>2</sup> e que a Zona Leste concentra a maior parte desses empreendimentos, disposto em sua maioria em grandes áreas localizadas próximas à Avenida Presidente Kennedy (prolongada pela PI – 112).

Nesse contexto, os loteamentos fechados de maior área e que se localizam distantes do centro urbano são o Fazenda Real (2006) (Figura 02), Aldebaran Ville (2010) (Figura 03), o Alphaville Teresina (2010). O loteamento Alphaville Teresina (Figura 04) se destoa da maioria das habitações de seu bairro por ser um condomínio de luxo, com maior área da região: 86,66139 hectares. Situa-se no bairro Todos os Santos, que faz parte da Superintendência Urbana Sudeste – SDU Sudeste, na margem direita da Rodovia Federal BR- 343. Na Figura 00 observamos a localização do Alphaville que comprehende uma área extensa.



Figura 02: Loteamento Fazenda Real em relação ao seu entorno imediato na zona Rural de Teresina-PI.

Fonte: Google Earth Pro modificado pela autora.



Figura 03: Loteamento Aldebaran Ville (1) e os demais empreendimentos fechados no seu entorno imediato na zona Leste de Teresina-PI.

Fonte: Google Earth Pro modificado pela autora.



Figura 04: Loteamento Alphaville Teresina (2) e os demais empreendimentos fechados no seu entorno imediato na zona Leste e Sudeste de Teresina-PI.

Fonte: Google Earth Pro modificado pela autora.

O loteamento Alphaville Teresina foi implantado em uma área onde, conforme a Superintendência Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (SEMAR), a vegetação encontrada é de Floresta

Estacional Semidecidual, que é uma das tipologias que constituem o Bioma Mata Atlântica. Ademais, o empreendimento teve a Autorização de Desmatamento para Uso Alternativo do Solo nº ADD.01.00082/10, expedida pela SEMAR, em que foi autorizada a supressão de vegetação em uma área de 60,73ha, de um total de 86,66ha que compõem esse condomínio (TERESINA, 2010).

Dessa forma, pôde-se observar, também, que ao longo dos anos o entorno desses empreendimentos apresenta-se mais adensado por demais habitações e edifícios comerciais, aumentando a infraestrutura desses bairros. Assim, o poder público termina arcando com o investimento na infraestrutura mais pesada, como vias e perimetrais que facilitam o acesso a essas novas urbanizações, apresentando um atrativo maior para a construção dessas moradias.

Nesse sentido, após a consolidação desses condomínios e loteamentos fechados, houve uma mudança significativa na paisagem local que abrange aspectos ambientais e socioespaciais, em virtude da supressão de uma grande área de vegetação para a construção desses empreendimentos e pelo fato deles promoverem a segregação socioespacial devido à presença marcante de muros.

#### 4. CONCLUSÕES

A expansão urbana de Teresina em direção a suas áreas fronteiriças nas zonas Leste e Sudeste ocorreu devido à presença do eixo de ligação do município de Teresina a PI – 112 e ao litoral do estado, por meio da BR 343, bem como a localização dos condomínios horizontais e loteamentos fechados. Logo, a presença desses empreendimentos valorizam todo seu entorno imediato e incentivam o surgimento de mais construções desse segmento, à medida em que os promotores imobiliários visualizaram o potencial para atraírem o mercado consumidor para essa área da cidade.

Ademais, essa forma de morar está cada vez mais atraindo as pessoas que visam maior segurança. Portanto, é importante destacar que nessas zonas analisadas há o aumento e concentração de áreas privadas promovidas pelos condomínios horizontais e loteamentos fechados, localizados próximos ao perímetro urbano, direcionando a expansão horizontal da cidade. Em virtude disso, esses empreendimentos fechados alteram a estrutura da cidade promovendo a fragmentação e segmentação do tecido urbano, além do enfraquecimento do poder público, devido ao muro que as cercam.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HERNANDEZ, Isa Raquel da Silva Ota. **A privatização dos espaços públicos nos loteamentos fechados em Uberlândia - MG**. Dissertação – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – MG. 2011.

SILVA, Guilhermina Castro; LOPES, Wilza Gomes Reis; MONTEIRO, Maria do Socorro Lira. **Presença de condomínios horizontais fechados nas cidades**

**contemporâneas:** expansão e transformações do espaço urbano. Encontro latino-americano de edificações e comunidades sustentáveis – ELECS. Curitiba, 2013. 9p.

TERESINA, **Legislação urbana de Teresina**, Lei nº 1.147, Lei nº 1.355. Diário Oficial do Município de Teresina, 2010.

## 1.11 CANOAS: origens e tendências

Bruna Bonacina Pereira<sup>1</sup>; Laura Marques Voigt<sup>2</sup>; Letícia Xavier Corrêa<sup>3</sup>; Débora Becker<sup>4</sup>; Geisa Zanini Rorato<sup>5</sup>

<sup>1</sup>UNISINOS – [bruna\\_bonacina@hotmail.com](mailto:bruna_bonacina@hotmail.com)

<sup>2</sup>UNISINOS – [lauramarquesvoigt@gmail.com](mailto:lauramarquesvoigt@gmail.com)

<sup>3</sup>UNISINOS – [leticia@live.com](mailto:leticia@live.com)

<sup>4</sup>UNISINOS – [debabecker74@gmail.com](mailto:debabecker74@gmail.com)

<sup>5</sup>UNISINOS – [geisazr@gmail.com](mailto:geisazr@gmail.com)

## 2. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo estudar a evolução urbana do município de Canoas/RS e analisar como o processo histórico refletiu na morfologia da cidade, assim como entender de que forma estes fatos contribuíram para atual problemática de mobilidade, habitação, meio ambiente e patrimônio histórico do município.

Canoas é uma importante cidade gaúcha, localizada na região metropolitana de Porto Alegre e apresenta a quarta maior população e o quarto maior PIB do estado do Rio Grande do Sul. A cidade – que tem o ano de 1874 como marco inicial de seu desenvolvimento – passou por diversas alterações morfológicas e de usos ao longo de sua história.

A principal característica morfológica da cidade está presente desde sua origem – a linha férrea que atua como uma barreira no território – e tem significativa importância para a evolução espacial do município. Os limites territoriais da cidade passaram por poucas alterações, porém uma perda significativa de área se deu em 1992, com a emancipação do município de Nova Santa Rita, quando os limites atuais foram consolidados e Canoas passou a ser definida em sua totalidade como área urbana.

O estudo da evolução urbana de Canoas, além de retratar o avanço morfológico, busca apontar a tendência do desenvolvimento da cidade, em termos configuracionais e físicos, sociais e econômicos. Uma vez que estudar a evolução urbana de dado território, que está em constante estado de transformação tem como objetivo, justamente, entender a lógica do seu surgimento e desenvolvimento, para projetar sua tendência e poder, a partir disso, traçar planos para o seu crescimento.

Buscamos, com esta investigação, mostrar as diversas fases e transformações da cidade, que nasceu como balneário de veraneio, tornou-se importante base militar da Força Aérea Brasileira, polo industrial do estado, e que hoje apresenta como força econômica o setor terciário e reconhece-se como polo universitário.

## 2. METODOLOGIA

A análise da evolução urbana do município foi estudada através da metodologia elaborada no livro “Porto Alegre e sua Evolução Urbana” (Souza, C.F. & Muller, D.M. 2007). Foram estabelecidas cinco fases, pautadas nos principais eventos sociais, econômicos e políticos, geradores de desenvolvimento e transformações configuracionais e funcionais do município. Pautados nestes cinco marcos fundamentais, que dão início a cada uma das fases, buscou-se correlacionar os fatos consequentes de cada fase da história canoense com o panorama histórico, político e social da região e do mundo naquele período de tempo.

A metodologia aplicada através do livro citado parte de uma periodização, onde se faz uma análise dos principais fatores populacionais, econômicos, político-institucionais, socioculturais, locacionais e configuracionais e do território que atuaram no seu processo de evolução. A partir da identificação dos marcos que dão início a cada fase, foram relacionadas com as mudanças ocorridas na região imediata e em outras regiões que atuaram para a formação e evolução do município de Canoas. Através da análise e relação de tais fatores é possível desenhar períodos histórico-evolutivos da cidade, apontando as funções exercidas pelo núcleo urbano do município em cada período e suas perspectivas de futuro e assim, entender as transformações pelas quais o município passou e traçar as tendências evolutivas.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As cinco fases estipuladas neste estudo foram definidas pelos principais fatos históricos, que apresentaram transformação no rumo do desenvolvimento de Canoas.

A primeira fase, intitulada de “Terras Doadas”, define o início da história do município, com as terras doadas pela Coroa Portuguesa ao Tenente Francisco Pinto Bandeira, no ano de 1740. A estratégia por trás desta doação era apenas a de ocupação territorial, com o intuito de evitar o avanço jesuítico na região. Durante os anos seguintes as terras foram sendo divididas aos filhos e netos, e continuaram tendo características de grandes latifúndios. Ao final desta fase, em 1867, é definida a lei que daria início a construção da Estrada de Ferro entre Porto Alegre e São Leopoldo e que começaria a mudar o rumo da história do povoado.

A segunda fase, “Estrada de Ferro”, é marcada pelo início da construção da mesma, em 1871. O então povoado, intitulado de Capão das Canoas, foi escolhido para receber uma estação da estrada de ferro, que por ali passaria. Este é reconhecido como marco inicial do desenvolvimento da cidade e onde até os dias atuais se encontra o centro de Canoas. Com a passagem da estrada de ferro, o povoado começou a exercer a função de estação de veraneio. No final daquela década passou a ser considerado polo de lazer da região. A partir deste momento, se iniciou um processo de urbanização, onde

as terras das chácaras familiares começaram a ser divididas e lotadas, em função da valorização do território, sem uma conexão entre elas.

A importância da construção da Estrada de Ferro para a evolução do município fica evidente quando analisamos os fatos históricos que se dão no final desta segunda fase, como a instalação do primeiro colégio, em 1908, o Instituto São José pelos irmãos Lasallistas, hoje Universidade La Salle. O crescimento das atividades sociais é evidente, e em 1914 a cidade tem a instalação de seu primeiro cinema.

A terceira fase, intitulada neste estudo como “Força Aérea Brasileira”, tem como seu marco inicial a instalação do 3º Regime de Aviação Militar no ano de 1937, atual 5º Comando Aéreo Regional, o que impulsionou fortemente o crescimento da cidade. Em 1938, a mesma deixa de ser Distrito de Gravataí e é elevada a Vila, e em 1939 se emancipa, culminando na criação do Município de Canoas em 1940. Outro fator importante que ocorreu nesta época foi a estagnação das ferrovias e a instalação do sistema rodoviário, sendo que no ano 1939 houve a inauguração da BR-2, atual BR116.

Em 1962 o prefeito José João Medeiros sancionou a lei que oferecia aos empresários de todo Brasil vantagens para instalação de indústrias em Canoas. A cidade entra em seu processo de industrialização, e a inauguração da Refinaria Alberto Pasqualini - REFAP, em 1968, marca o início da quarta fase desta investigação, intitulada de “Metropolização/Industrialização”. Este fato foi tão importante e decisivo na história de Canoas, que a cidade viu sua população triplicar em 10 anos.

A década de 1970 trouxe muitos avanços para a indústria da região, como a ampliação da REFAP e incorporação da Massey-Ferguson a Minuano S.A. e com isto o início da produção de colheitadeiras no município. Em 1975 a indústria canoense ultrapassava os municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo. Nesta década também houve a criação da Região metropolitana de Porto Alegre, que fomentou as atividades nos municípios vizinhos à capital.

Em 1979 houve o segundo choque do petróleo e com isto, o começo da crise de endividamento do país que impactam negativamente na economia da cidade, pela presença da refinaria. Com isto, a quinta e atual fase de Canoas é marcada pela mudança da base econômica da cidade e nomeada como fase do “Setor Terciário”.

Na década de 1980 a indústria perdeu força e o setor do comércio assumiu a maior parcela da produção de riquezas da cidade. Também é nesta década, com a consolidação da Região Metropolitana de Porto Alegre, que o Trensurb é instalada. Utiliza-se a estrutura existente da antiga estrada de ferro, que deu origem ao município e divide a cidade ao meio. Este evento é muito importante para a mobilidade da cidade, o que fomenta os movimentos pendulares diários entre as cidades da região metropolitana, porém traz um reflexo na morfologia de Canoas, a medida que dificulta suas conexões internas, pela presença dos muros de proteção do trem de superfície.

Atualmente a base econômica do município é o setor terciário e com a existência de três Universidades e polos de Educação à Distância a cidade passou a configurar um importante polo Universitário para região. Devido aos altos valores de moradia em Porto Alegre, Canoas acaba sendo a opção mais

em conta para os trabalhadores da capital. A cidade hoje está sendo alvo de grandes incorporadoras, que investem em empreendimentos dos mais variados tipos, a fim de suprir esta demanda habitacional. Os condomínios fechados verticais e horizontais, que muitas vezes são os preferidos da população em busca de mais segurança, acabam por dificultar ainda a conexão e legibilidade urbana.

#### 4. CONCLUSÕES

Podemos perceber com este estudo o quanto o processo histórico refletiu na evolução urbana e nos problemas atuais da cidade de Canoas.

Os principais problemas de mobilidade são reflexos de seu crescimento desordenado em torno do eixo da estrada de ferro, e da posterior instalação da BR-116. As glebas foram sendo loteadas, de acordo com a venda das terras e conectadas somente pelo eixo central da cidade, o que gera transtornos e problemas de conexões atualmente. A situação se agrava com a instalação do Trensurb, que em Canoas foi construído no nível do solo, o que dificulta as conexões, em função dos muros de proteção da linha.

Algumas iniciativas visam melhorar a infraestrutura rodoviária da cidade, como a criação da BR448, que conecta a cidade de Sapucaia do Sul a Porto Alegre, e desvia grande parte do fluxo da região metropolitana do centro de Canoas. Outra iniciativa que visa melhorar a conexão entre bairros é a criação da Perimetral Oeste, que conecta o bairro Rio Branco ao Bairro Mathias Velho, tirando o fluxo do eixo principal.

Canoas tem seu território definido e sem grandes possibilidades de expansão territorial, por ser definida por barreiras naturais – rios. O que podemos perceber, é que apesar da cidade ser definida em sua totalidade como área urbana ainda existem parcelas do território com menor densificação e até mesmo atividades rurais, o que indica que a tendência de crescimento da cidade se dará nestas áreas limítrofes, e longe do eixo inicial de crescimento, em torno da estrada de ferro, que já está bastante saturado e densificado.

Parte das áreas menos densificadas encontram-se ao longo do novo eixo de conexão da região metropolitana - a BR-448 - que foi recentemente instalada. Desde então houve aumento significativo de fluxo nesta parcela da cidade e de interesse por parte de investidores nessas áreas.

Além do crescimento do solo urbano próximo a nova rodovia que passa pelo município, é possível notar um grande crescimento também em outras áreas mais afastadas do centro, como nos bairros Brigaderia, Moinhos de Vento, Guajuviras e Estância Velha. Muitas dessas mudanças se dão devido a investimentos imobiliários e novos empreendimentos comerciais, que vem sendo instalados nestas regiões. Após uma diminuição significativa da mancha urbana e sua população nas últimas décadas, a tendência é um aumento da população devido à ampliação do solo urbano, a partir da verticalização das construções de grandes empreendimentos no município que vem ocorrendo com frequência.

O estudo do crescimento populacional e urbano e a identificação de tendências de crescimento populacional contribuem para a criação de

estratégias de planejamento urbano, a fim de garantir o desenvolvimento sustentável e democrático da cidade.

Buscou-se com este estudo identificar as tendências para a cidade de Canoas, baseadas nas origens e processos históricos até então vividos.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livro

SOUZA, C. F. de; MÜLLER, D. M. . **Porto Alegre e sua Evolução Urbana**. 2<sup>a</sup>. Ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2007

Prefeitura Municipal de Canoas: Instituto Canoas XXI. **Estado da Cidade: Um Retrato de Canoas**. Canoas, 2014

### Tese/Dissertação/Monografia

SILVA, M.V.M. **Processo de Inclusão de Municípios em Regiões Metropolitanas**. 2003. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Curso de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

VIEGAS, D.H. **O Planejamento da Região Metropolitana de Porto Alegre a Partir da Cooperação Técnica Entre o Brasil e a República Federal da Alemanha (1963-1978)**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS.

BRITTO, M.F. **Análise do Perfil Socioeconômico do Município de Canoas – RS**. 2009. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) – Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

### Documentos eletrônicos

Unisinos. **ObservaSinos**. Instituto Humanitas Unisinos - IHU, São Leopoldo, 26 out. 2016. Uma análise sobre o crescimento populacional e sua distribuição no espaço “território” no município de Canoas - RS. Acessado em 23 maio. 2017. Online. Disponível em:

<http://www.ihu.unisinos.br/observasinos/vale/populacao/uma-analise-sobre-o-crescimento-populacional-e-sua-distribuicao-no-espaco-territorio-no-municipio-de-canoas-rs>

Agenda20|20. **Sinaleira**. Canoas. Acessado em 23 maio. 2017. Online. Disponível em: <http://agenda2020.com.br/sinaleira/canoas/>

**IBGE. Cidades.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Brasil. Canoas. Acessado em 23 maio. 2017. Online. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/canoas/panorama>

**Petrobras. Fatos e Dados.** 29 mai. 2014. Refinaria Alberto Pasqualini foi nossa primeira unidade a operar na Região Sul. Acessado em 23 maio. 2017. Online. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/refinaria-alberto-pasqualini-foi-nossa-primeira-unidade-a-operar-na-regiao-sul.htm>

## 1.12 CENTRO HISTÓRICO DE PARNAÍBA – PI: forma, memória e paisagem

Nívea Veras Machado<sup>1</sup>; Karenina Matos<sup>2</sup>

<sup>1</sup>*Universidade Federal do Piauí – UFPI. Estudante de graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Teresina, Piauí, Brasil. E-mail: nivea\_veras@hotmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal do Piauí – UFPI. Professora do Departamento de Construção Civil e Arquitetura – DCCA. Coordenadora do Laboratório Urbano da Paisagem – LUPA/UFPI. Teresina, Piauí, Brasil. E-mail: kareninamatos@hotmail.com*

### 1. INTRODUÇÃO

Os centros históricos são o embrião da formação das cidades, são os espaços que abrigam a memória e identidade de uma sociedade, além disso, são áreas de fácil acesso dentro das cidades. Em sua maioria, possuem um apelo patrimonial e por vezes são associados à uma paisagem natural.

Assim, definindo-se o conceito de cidade, Bezerra e Chaves (2014, p. 58) estabelecem que são “a projeção da sociedade sobre um local, não apenas sobre o local sensível como também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento, que determina a cidade e o urbano”.

De acordo com Bezerra e Chaves (2014) a cidade se transforma não apenas devido ao crescimento da produção material ou a partir das trocas. Ela também se transforma em função de modificações no modo de produção, nas relações “idade-campo”, nas relações de classe e de propriedade.

Da mesma forma que ocorrem modificações nas cidades, também existem modificações nos centros históricos, sejam estas mudanças naturais ou propositais, boas ou ruins. Inegavelmente, algumas alterações são consequências do crescimento e desenvolvimento não planejado das cidades.

Os centros históricos foram palco de todas as interações sociais, econômicas e políticas durante os primeiros anos do surgimento dos aglomerados urbanos, determinando-os como parte essencial das cidades. A partir do desenvolvimento e crescimento urbano, e espalhamento das cidades, ocorreram os processos de descentralização, muito desses centros históricos perderam sua função de “coração das cidades”.

Mesmo ao deixarem de ser o principal palco das interações urbanas, os centros históricos não perderam sua importância, perduraram ao tempo. Hoje possuem valor simbólico e carregam a identidade das sociedades.

De acordo com Lynch (1981), a identidade é a forma como uma pessoa consegue reconhecer ou recordar um local como sendo distinto de outros, como tendo um caráter próprio e único.

O município de Parnaíba, no estado do Piauí, tem uma área de 436 km<sup>2</sup> e 140.839 habitantes, foi fundado em 1844 e apresenta o segundo maior PIB do estado (IBGE, 2010). Além disso, conta com um centro histórico de característica peculiares, como a diversidade da paisagem cultural, pois esta abrange o Conjunto Porto das Barcas e galpões portuários, o Conjunto Praça

da Graça, o Conjunto Avenida Getúlio Vargas, o Conjunto Praça Santo Antônio e, por fim, o Conjunto Estação Ferroviária.

Outro elemento que destaca a paisagem de Parnaíba é o Rio Igaraçu, braço do Rio Parnaíba, que segundo Pinheiro e Moura (2010) foi o principal motivo de instalação da cidade no local e por onde se fazia o transporte fluvial e marítimo, além de ser responsável por trazer as novas tendências provenientes da Europa, proporcionando aspecto cosmopolita que a cidade ostentou desde sua fundação.

Pinheiro e Moura (2010) ressaltam que na Avenida Getúlio Vargas, que conecta o rio à ferrovia da cidade, percebe-se os diversos momentos que a cidade passou, pois conserva exemplares arquitetônicos de três séculos. Tendo em vista esse panorama paisagístico do centro histórico de Parnaíba, este artigo tem como objetivo analisar sua forma urbana, assim como suas transformações, afim de reafirmar sua importância para o município e Estado.

## 2. METODOLOGIA

Utilizou-se de pesquisas bibliográficas para analisar a história do centro de Parnaíba, visando entender os agentes transformadores do espaço desde sua consolidação até os dias atuais.

Além disso, foram elaborados mapas de diagnóstico para reconhecer a área estudada, analisou-se a legislação urbana do município e a legislação relacionada a paisagem cultural do mesmo, seguindo orientações do IPHAN.

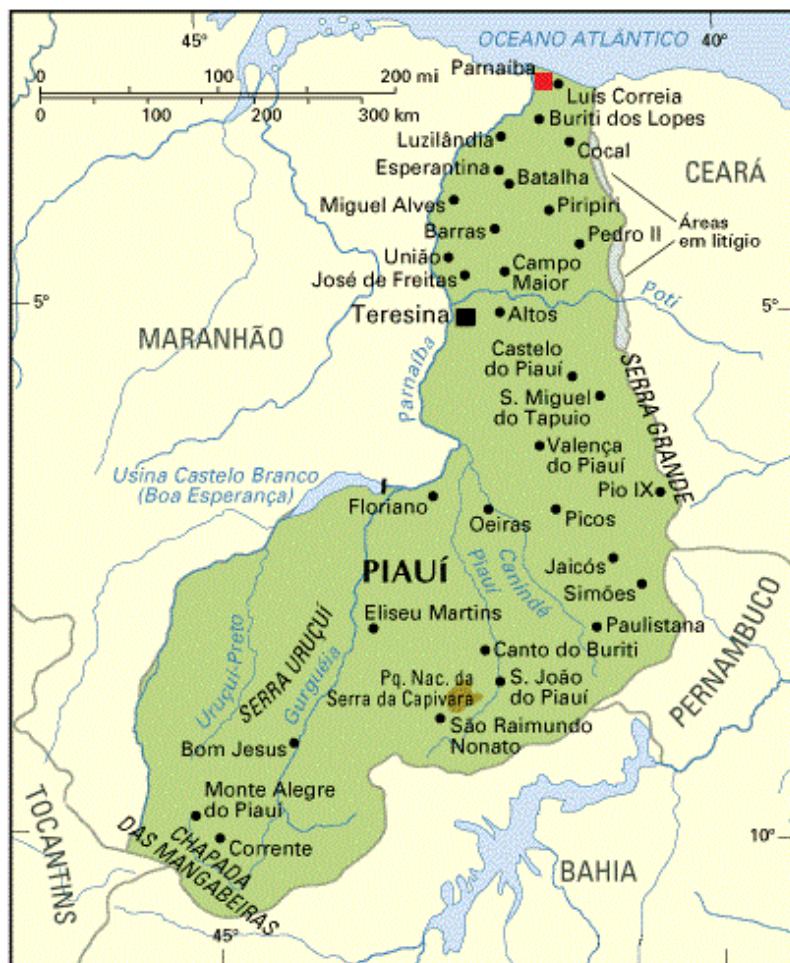
Para a produção do diagnóstico da área central de Parnaíba foram feitas visitas “in loco” para apreensão da realidade e experimentação, além disso, foi feito levantamento fotográfico da área, entrevista com usuários do espaço, técnicos e arquitetos da Prefeitura Municipal para auxiliar na compreensão da legislação.

Como auxiliadores no diagnóstico do centro de Parnaíba foi utilizado as metodologias dos autores Kevin Lynch (2010) e Frederico Holanda (1995) buscando o melhor entendimento da forma urbana do centro histórico.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Parnaíba está localizado ao Norte do Piauí, na região do Delta do Rio Parnaíba, e dista 339 km da capital do Estado, Teresina (Figura 01). É limitado pelo Oceano Atlântico, por Buriti dos Lopes, por Luís Correia e pela Ilha Grande de Santa Isabel (IBGE, 2010). Além disso, o município possui duas rodovias: BR-343 (Teresina-Parnaíba) e BR-402 (Fortaleza-Parnaíba-São Luís).

Figura 01: Mapa de Localização de Parnaíba – PI.



Fonte: Ásia Comentada, 2010.

Segundo Andrade (2012), Parnaíba possuía a maior taxa de crescimento econômico do Brasil<sup>4</sup> em 2011, com o índice de crescimento de 229%. Os motivos desse alto índice, segundo a autora<sup>5</sup>, são referentes ao crescimento do comércio e fluxo de turistas na cidade.

Em relação à economia, Parnaíba se desenvolve através da exportação de recursos vegetais, como cera de carnaúba, óleo de babaçu, castanha de caju, algodão e couro (IPHAN, 2008). O município se destaca no contexto regional devido as atividades comercial, industrial, extrativismo e exploração turística.

O rio Igaraçu, braço do rio Parnaíba, principal motivo de escolha da localização da cidade, é um forte elemento da paisagem natural da cidade. Segundo o IPHAN (2008), desde o início, o rio mostrou-se navegável e era

<sup>4</sup> Segundo levantamento realizado pelo anuário Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil.

<sup>5</sup> Afirmação levantada em entrevista com o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Carlos Teles (2012).

através dele que Parnaíba se comunicava com outros portos brasileiros e estrangeiros.

A relação cotidiana da população parnaibana com o rio ainda acontece, pois utilizam para atividades como pesca e navegação (Figura 02). Isso faz com que Parnaíba se diferencie das outras cidades que transformaram suas áreas ribeirinhas em depósitos de lixos e esgotos.

Figura 02: Pesca no Rio Igaraçu.



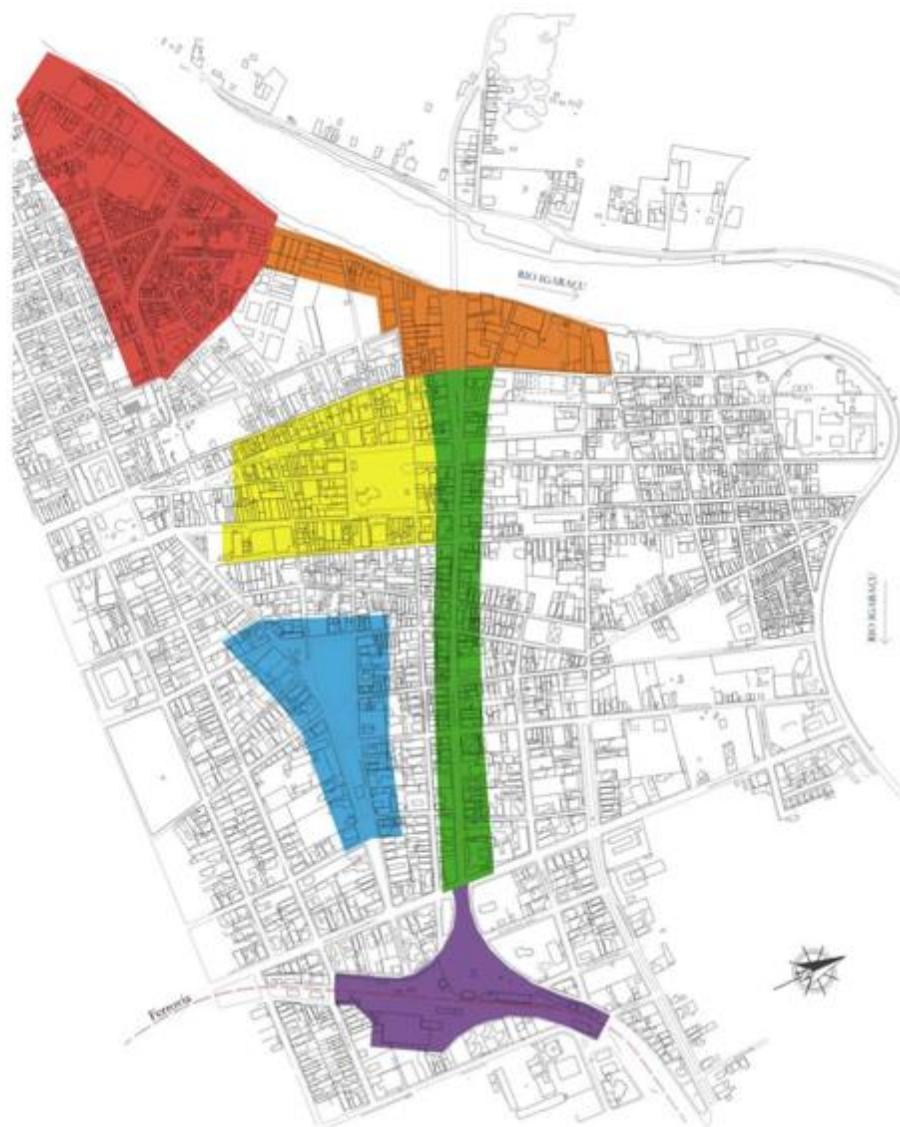
Fonte: MACHADO, 2017.

Outro problema que interfere na paisagem ribeirinha são os galpões portuários, fechados e degradados, demonstrando um afastamento regular das relações da cidade-rio.

O centro histórico da cidade (Figura 03) abrange uma paisagem moldada através das instalações portuárias e fabris, não muito distante existe a estação ferroviária e contornando toda essa paisagem instalaram-se edificações com estilo Eclético e Art Decó.

Figura 03: Planta de localização das áreas do conjunto histórico e paisagístico

de Parnaíba tombadas pelo IPHAN.



**Legenda:**

- |   |   |
|---|---|
| [Orange square] 1. Conjunto Porto das Barcas e Galpões Portuários | [Blue square] 4. Conjunto Praça Santo Antônio   |
| [Yellow square] 2. Conjunto Praça da Graça                        | [Purple square] 5. Conjunto Estação Ferroviária |
| [Green square] 3. Conjunto Av Getúlio Vargas                      | [Red square] 6. Arquitetura Tradicional Popular |

Fonte: IPHAN, 2008.

Como breve descrição da morfologia urbana de Parnaíba, o IPHAN (2008, p.06) segue a sequência histórica:

(...) o núcleo próximo ao rio é marcado por ruas estreitas, de desenho orgânico. Surgem, ao longo do tempo, vias largas, depois avenidas arborizadas e praças de desenho regular. A ponte, com a dimensão e o descompromisso com o entorno, típicos de seu tempo, arremata este processo.

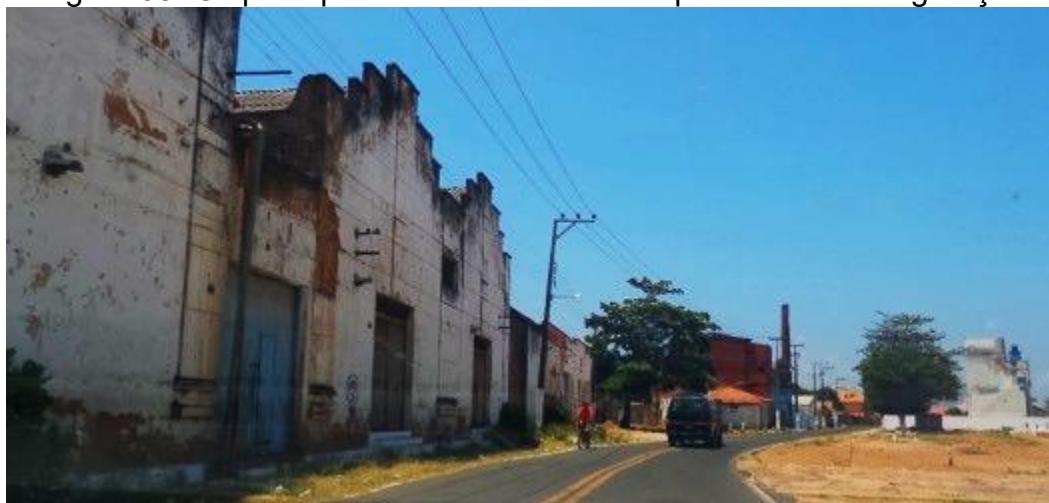
O IPHAN (2008) refere-se como problema atual do centro histórico parnaibano os desequilíbrios econômicos e sociais da região, pois há convivência de áreas de intensa valorização e movimentação econômica, como a Av. Getúlio Vargas (Figura 04) e a Praça da Graça, com outras abandonadas e degradadas, como os galpões portuários (Figura 05).

Figura 04: Avenida Getúlio Vargas, Parnaíba.



Fonte: MACHADO, 2017.

Figura 05: Galpões portuários abandonados próximos ao rio Igaraçu.



Fonte: MACHADO, 2017.

Outro problema que aflige o centro histórico de Parnaíba, segundo o IPHAN (2008), é a substituição de imóveis antigos, ou descaracterização, nas zonas de intensas atividades econômicas, com objetivo de adaptá-los às atividades comerciais.

Como a área do centro histórico parnaibano possui uso comercial, predominantemente, apresenta problemas como falta de vitalidade noturna. Mesmo os bairros do entorno que possuem uso residencial, não são suficientes para garantir movimento fora dos horários comerciais (IPHAN, 2008).

Segundo o IPHAN (2008, p. 30), o problema de vitalidade noturna é presente no Porto das Barcas:

Mesmo o Porto das Barcas, resultado do projeto de revitalização que buscou oferecer opções noturnas de lazer, sabe-se que se mantém graças aos subsídios do Estado e da Prefeitura, pois o turismo incipiente e a pouca procura por parte dos habitantes da cidade não garantem sua autossuficiência econômica.

De modo geral, o IPHAN (2017) reflete que a falta de uso de algumas edificações históricas é uma estratégia de valorização imobiliária, devido o potencial do polo comercial. O órgão relata que muitas casas perderam suas funções residenciais para dar lugar a clínicas, escritórios, lojas e serviços, revelando a desvalorização do centro como residencial.

Segundo Lynch (1981), as áreas antigas de uma cidade não são conservadas com objetivo de evitar mudanças, mas sim para transmitir a história. Os movimentos de conservação da natureza e da história devem ser ligados à conservação da comunidade humana, que também tem uma história e faz parte da natureza, pois dessa forma o conceito de continuidade local será uma ideia fundamental na remodelação dos antigos centros (LYNCH, 1981).

Desse modo, Lynch (1981) define os conceitos de comunidade local e de conservação como meios de manutenção da comunidade local são ideias fundamentais na modelação da forma da cidade.

O centro de Parnaíba ainda se encontra conservado, ao menos a maioria das edificações, porém na medida que ocorrem as mudanças de usos do cenário, aumenta-se o risco de deterioração das construções históricas. É necessário enfatizar o laço de identidade da população com o centro para ocasionar sua preservação.

#### **4. CONCLUSÕES**

Conclui-se que o centro de Parnaíba é um exemplar único dentro da história do Piauí e seu traçado urbano aliado às suas paisagens culturais contam a história do município e carregam a memória e identidade da população.

Os problemas descritos anteriormente que afligem o centro provocam mudanças na sua forma urbana, assim como a ocupação da população, de forma a criar espaços vivos, repletos de urbanidade, e espaços obsoletos, pouco valorizados pela população, mas que ainda possuem um valor dentro da paisagem cultural.

O trabalho é inovador, através do objeto de estudo, bem como pela análise da forma urbana por meio de mapas de diagnósticos aliados às vivências na área, para entender o Centro Histórico é extremamente necessário atrelar as percepções obtidas através das experiências à análise cartográfica.

#### **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANDRADE, Patrícia. **Parnaíba no Piauí é a cidade com maior crescimento do Brasil. 2012.** Disponível em:

<[www.g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2012/12/parnaiba-no-piaui-e-cidade-com-maior-crescimento-do-brasil.html](http://www.g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2012/12/parnaiba-no-piaui-e-cidade-com-maior-crescimento-do-brasil.html)>. Acesso em: 23 set 2017.

BEZERRA, Aline Maria Marques; CHAVES, César Roberto Castro.

Revitalização Urbana: Entendendo o processo de requalificação da paisagem.

**Periódico do Centro de Estudos em Desenvolvimento Sustentável da UNDB.** n. 1. Agosto/Dezembro 2014 – Semestral. Disponível em:

<[www.undb.edu.br/publicacoes/arquivos/rev.\\_ceds\\_n.1\\_-\\_revitaliza%C3%A7%C3%A3o\\_urbana\\_entendendo\\_o\\_processo\\_de\\_requalific\\_a%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_paisagem\\_-\\_aline\\_bezerra.pdf](http://www.undb.edu.br/publicacoes/arquivos/rev._ceds_n.1_-_revitaliza%C3%A7%C3%A3o_urbana_entendendo_o_processo_de_requalific_a%C3%A7%C3%A3o_da_paisagem_-_aline_bezerra.pdf)>. Acesso em: 20 set 2017.

CARVALHO, Maria João Esperança de. **O Centro Histórico na Dinamização das Cidades: O Centro Histórico do Porto.** 2011. 117 f. Dissertação de Mestrado em Riscos Cidades e Ordenamento do Território – Variante Políticas Urbanas – Faculdade de Letras Universidade do Porto. Porto, 2011.

HOLANDA, Frederico; KOHLSDORF, Maria E. (org.): **Anais do IV SEDUR.** Brasília: ed. FAU-UnB/SDU- GDF, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. 2010. **Censo Populacional. Parnaíba-PI.** Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 20 out 2017.

IPHAN. **Centro Histórico de Parnaíba.** 2017. Disponível em:

<[www.crcfundacpiaui.wordpress.com/2017/01/03/centro-historico-de-parnaiba/](http://www.crcfundacpiaui.wordpress.com/2017/01/03/centro-historico-de-parnaiba/)>. Acesso em: 23 set 2017.

IPHAN. **Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII:** Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba. 2008.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

LYNCH, Kevin. **A boa forma da cidade.** Lisboa: Edições 70, 1981.

PINHEIRO, Áurea; MOURA, Cássia. **Cadernos do Patrimônio Cultural do Piauí:** Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba. v. 2. Teresina: IPHAN, 2010.

## **1.13 CONFIGURAÇÃO URBANA E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO: o Caso do Parque Ceci Cunha na Cidade de Arapiraca/AL**

Laini de Souza Santos<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Santa Catarina

### **1. INTRODUÇÃO**

O contexto social, econômico e político vivenciado pelo mundo nos últimos anos tem provocado inúmeras mudanças na forma de vida da sociedade e influenciado diretamente na configuração urbana das cidades. Essas transformações refletiram também no processo de apropriação dos espaços públicos, que atualmente são penalizados pelo forte desuso, ou ainda trocados por ambientes fechados com pouca preocupação com a interação social.

Essa situação é bastante preocupante, pois a importância dos espaços públicos no desenvolvimento de uma sociedade é inquestionável, dado que constituem o processo de produção da cidade e são vistos como cenários de expansão das relações de vivência e coletividade de uma determinada comunidade. Essas asserções têm sido alvo de grandes discussões e levaram muitos estudiosos de décadas diferentes a abordarem os aspectos que agregam positivamente a qualidade da vida desses espaços.

Em 1889, por exemplo, Camillo Sitte publicou a obra “*a construção das cidades segundo seus princípios artísticos*” na qual o autor analisou os espaços públicos de inúmeras cidades europeias. Sitte não teve como foco principal destacar a qualidade de vida desses espaços, mas deixou um fio condutor para os questionamentos da atualidade sobre a forma de utilização desses ambientes. Mais de setenta anos depois, em 1961, Jane Jacobs, escritora e jornalista, publicou a obra “*morte e vida de grandes cidades*” com a intenção de criticar os ideais do movimento modernista que afetara o planejamento das cidades e consequentemente o uso dos espaços públicos. Posteriormente, Jan Gehl, arquiteto dinamarquês, concentrou estudos sobre as características que fortalecem a atração do usuário para usar o espaço público.

Esses e muitos outros estudiosos dos espaços públicos possibilitaram o crescimento do entendimento do termo e incluíram uma nova abordagem: a urbanidade. Em sua tese de doutorado “*ao desocupado em cima da ponte. Brasília, arquitetura e vida pública*” Gabriela Tenório (2012) destacou que a urbanidade está no compartilhamento do mesmo espaço físico, sem o qual nenhuma interação se dá. Apesar de esse conceito proporcionar grande influência para os planejadores urbanos da atualidade, muitos espaços públicos são construídos a mercê do desuso por todo mundo, sobretudo no Brasil.

A maioria dos espaços públicos brasileiros são implantados a partir da lógica política e econômica, e logo revelam a diferença socioespacial urbana. Em Arapiraca/AL, recorte espacial dessa pesquisa, isso se torna uma

constante. A cidade é a segunda maior estado de Alagoas e nos últimos 15 anos vem apresentando uma tendência em produzir espaços públicos padronizados, o que reflete também na forma de utilização dos mesmos, pois as praças e parques melhores equipados e arborizados são encontrados nas áreas centrais ou nas proximidades de bairros onde a população é caracterizada pelo seu alto poder aquisitivo (JÚNIOR, 2016).

Nesse contexto, surgiu a intenção de elaborar esse estudo, que tem como objetivo principal: analisar os processos de apropriação do Parque Ceci Cunha II e suas relações com a urbanidade na cidade de Arapiraca/AL. O desenvolvimento da pesquisa se deu através das discussões de Jacobs (2009), Gehl (2010), Júnior (2016) e o método desenvolvido por Tenório (2012) que possibilita conhecer, saber, observar e avaliar os principais atributos de um espaço público no seu desempenho sociológico, com vistas à obtenção da vida pública. Essa pesquisa parte do pressuposto que os espaços públicos são considerados sucedidos quando proporcionam o encontro de muita gente, gente diferente e gente o tempo todo. E espera contribuir para o empoderamento desses espaços.

## 2. METODOLOGIA

Os procedimento metodológicos utilizados nessa pesquisa foram extraídos da tese de Doutorado da Arquiteta Gabriela Tenório (2012). Conforme a autora, o mesmo deve ser realizado através de três etapas. A primeira etapa é identificada como **conhecimento do objeto de estudo**, a segunda etapa caracterizada pela autora como **levantamento da vida pública**, e a última etapa é assinalada como **avaliação da vida pública**. A aplicação do método proposto por Tenório (2012) se deu entre os dias finais do mês de Setembro de 2017. No contexto geral, seguiu-se as indicações da autora e para melhores resultados fez-se uso ainda de dados da plataforma de georreferenciamento da cidade<sup>6</sup>, Google Earth e leis municipais, como: Código do Meio Ambiente (2001), Plano Diretor (2006) e Plano Decenal (2012) e alguns resultados da dissertação de mestrado de José Júnior (2016).

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

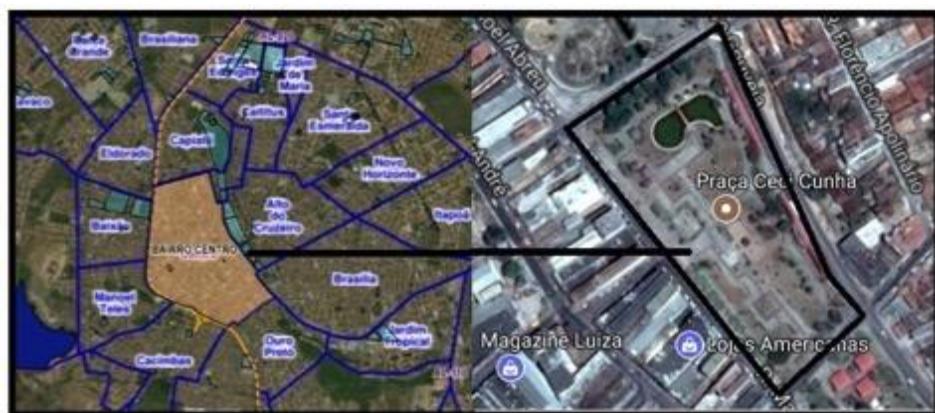
A primeira fase desse estudo foi o **reconhecimento do objeto de estudo**. O Parque Municipal Ceci Cunha foi inaugurado ano de 2000, embora sua implantação se iniciou a partir da década de 1990. O projeto foi dividido em três etapas: o Parque Ceci Cunha I, o Parque Ceci Cunha II e a Praça Margarida Gonçalves. Essa pesquisa avaliará apenas o Parque Ceci Cunha II.

Atualmente o parque é considerado umas das principais ofertas de lazer e cultura a céu aberto para habitantes e visitantes de Arapiraca. Seu acesso ocorre por mais de 10 ruas e 4 bairros (Figura 1). Seu entorno é marcado pelo uso misto das edificações. Em relação às leis municipais, o Parque é

---

<sup>6</sup> Disponível em:<<https://geo.arapiraca.al.gov.br/geoarapiraca/>> e com vários acessos entre os dias 25 de Setembro a 10 de Outubro de 2017.

considerado referência do patrimônio natural da cidade, segundo seu Plano Diretor (2006), e está na zona de conservação devido a presença de áreas verdes de caráter contemplativo conforme o Código do Meio Ambiente (2001).



**Figura 1:** Bairros aos arredores do Parque Ceci Cunha II.

**Fonte:** GeoWebArapiraca e Google Earth (2017) modificado pela autora (2017)

O local apresenta boa qualidade dos equipamentos públicos. Júnior (2016) realizou um mapa comportamental do espaço identificando suas características principais (Figura 2): espaços gramados para descanso (1), pista de cooper (2), ponte sobre o lago (3), academia ao ar livre (4), playground (5), terminal rodoviário (6), ponto de táxi (7), espaço para brinquedos temporários (8), vendas de alimentos temporários (9), quiosques (10) e bancos (11).



**Figura 2:** Mapa comportamental do Parque Ceci Cunha II.

**Fonte:** Júnior (2016)

A segunda etapa destacada como **levantamento da vida pública** contou com as técnicas de contagem de pedestres e elaboração de um mapa comportamental dos usuários e suas atividades no espaço. A técnica da contagem de pedestre ocorreu em uma sexta-feira entre 09h00min da manhã

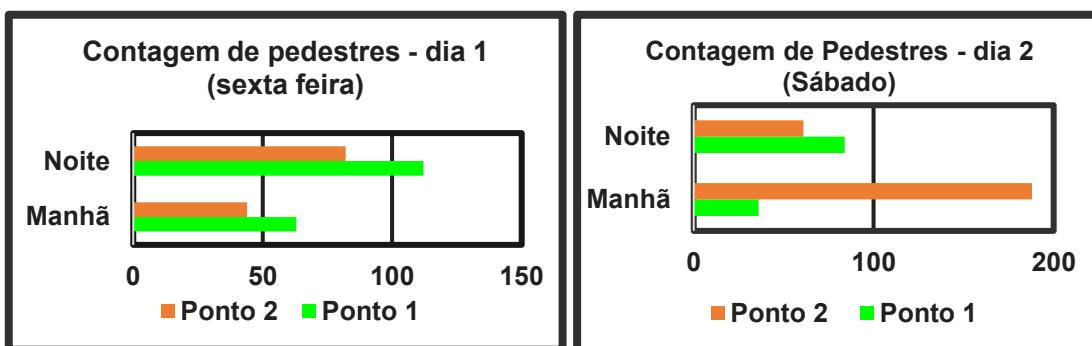
até às 09h10min e entre 18h00min até às 18h10min em dois locais diferentes: o primeiro entre as ruas Manoel Abreu e Marcelino Magalhães e o segundo entre as ruas Delmiro Gouveia e Governador Luís Cavalcante. O mesmo processo foi realizado durante o sábado no mesmo horário e local (Figura 3). A contagem levou em consideração apenas os transeuntes que adentrava no Parque e não teve distinção entre gênero e idade.



**Figura 3:** Identificação dos pontos de análise de tráfego

**Fonte:** Google Earth (2017) modificado pela autora (2017)

Ao realizar o procedimento encontram-se os seguintes dados: **Dia 1:** Ponto 1 (Manhã) 63 pessoas. Ponto 1 (Noite) 112 pessoas. Ponto 2 (Manhã) 44 pessoas. Ponto 2 (Noite) 82 Pessoas (gráfico 1). **Dia 2:** Ponto 1 (Manhã) 36 pessoas. Ponto 1 (Noite) 84 Pessoas. Ponto 2 (Manhã) 188 pessoas. Ponto 2 (Noite) 61 pessoas (Gráfico 2). Apesar de haver certa semelhança no total de usuários, o ponto 2 tem uma maior movimentação, devido aproximação do terminal rodoviário de transporte público.



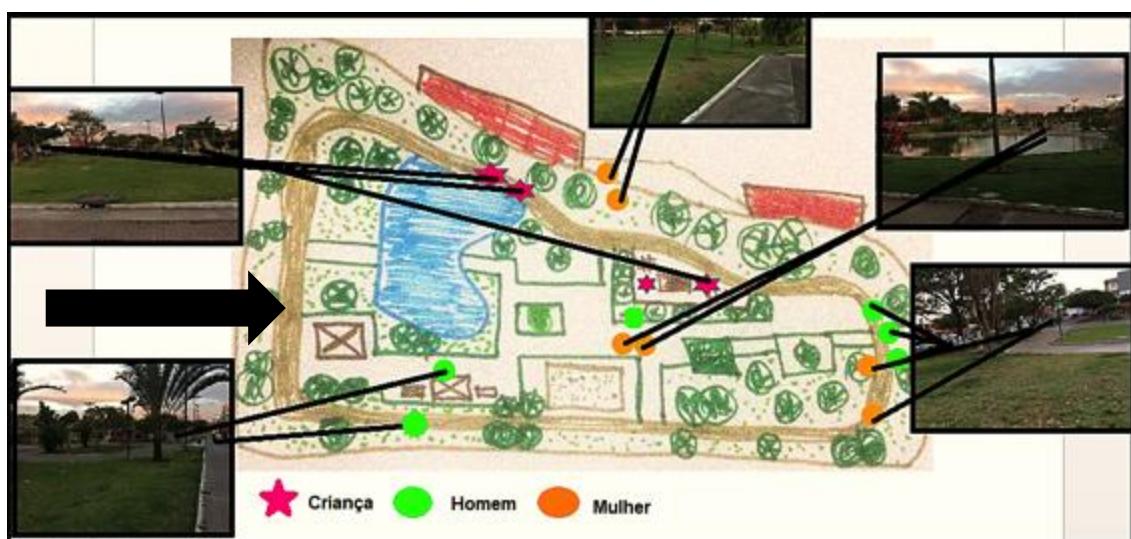
**Gráfico 1:** Fluxo de transeuntes dia 1. **Gráfico 2:** Fluxo de transeuntes dia 1.

**Fonte:** Autora (2017)

Para mais entendimento da utilização do Parque em horários alternados decidiu-se realizar observações e com isso desenvolver um mapa comportamental dos usuários no horário entre 12h00min até às 12h20min, momento de grande incidência de calor no local. O levantamento foi realizado

em uma sexta-feira. A observação se deu inicialmente na Rua Governador Luís Cavalcante (onde se localiza a seta na cor preta na figura 4) e se prolongou por toda a extensão do local, com isso pode-se registrar algumas pessoas de diversas idades (Figura 4).

Com esse resultado, percebeu-se que há uma pequena utilização do parque em tal horário. Acredita-se que o motivo advinha da forte incidência solar que atinge a região e não há por todo o Parque árvores com amplo sombreamento, ou todos os bancos com cobertura.



**Figura 4:** Mapa comportamental de utilização do parque no período de 12h00 a 12h20min

**Fonte:** Autora (2017)

Na etapa última etapa identificada como **avaliação da vida pública** avaliou-se as variáveis: **Sujeitos** (envolve elementos como o número de pessoas e suas variedades que frequentam o espaço, e ainda as atividades que o espaço possibilita); e **Forma** (aborda os atributos globais (integração do espaço com seu contexto inserido), atributos locais (como o espaço livre público, limites, pisos, portas e janelas).

Através dos resultados percebeu-se que o fato de o Parque se localizar na parte central da cidade e ser ponto estratégico de inúmeras destinos, sua utilização ocorre em grande parte do dia e por um grande **número de pessoas**, exceto com diminuição do fluxo nos maiores picos de calor do período da tarde, logo, esse item foi avaliado como ótimo. No que concerne ao item **variação de pessoas** identificou-se uma grande mescla de usuários, homens, mulheres, crianças, idosos, dentre outros.

Consoante a variável **forma** analisou-se a integração da cidade como um todo e percebeu-se que ela é bastante dispersa, o que torna o Parque com pouca integração global. Em relação aos atributos locais avaliou-se a quantidade de espaços livres e dimensões. O parque tem uma área de mais de 7.000 m<sup>2</sup> com boa distribuição dos usos, mesmo assim suas dimensões são deficientes em relação ao número de habitantes do município. Seus limites estão claros e podem ser representadas por um único espaço convexo. A separação público/privado também é bastante visível.

#### 4. CONCLUSÕES

A importância dos espaços públicos na dinâmica das cidades vai além do contexto de lazer, ambiental e econômico. Envolve aspectos sociais e pode transformar a realidade diária dos seus usuários. Com o caso do Parque Ceci Cunha não é diferente. Apesar de ter sido implantado de maneira irregular, o espaço atende a grandes necessidades da população da cidade como também de outras regiões circunvizinhas, devido aos equipamentos instalados no local, como o terminal rodoviário, e principalmente por estar localizado numa condição física favorável.

Ao aplicar o método de Tenório (2012), como também ter estudado os outros teóricos que envolvem o assunto, percebeu-se que foi reforçado seu caráter essencial para Arapiraca, pois de acordo com Gehl (2015) a cidade como local de encontro também é uma oportunidade para trocas democráticas, onde as pessoas têm livre acesso para expressar sua felicidade, tristeza, entusiasmo ou raiva em festas de rua, manifestações, marchas ou encontros.

Este estudo foi muito importante para abranger a ideia de espaço público, e entender como a forma da cidade o articula e consequentemente influência nos seus usos. Todos esses fatores entusiasmam a urbanidade da cidade de Arapiraca, pois a existência de espaços públicos saudáveis e articulados para receber estranhos e moradores do entorno, em todos os horários, como prega Jacobs (2009) é o modelo a se seguir para uma dinâmica diversa no planejamento das cidades atuais.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAPIRACA. **Código Municipal do Meio Ambiente:** Lei Nº 2.221/2001, 2001.

ARAPIRACA, **Plano Diretor Municipal de Arapiraca:** Lei Nº 2424/06, 2006.

ARAPIRACA. Prefeitura Municipal de Arapiraca. **Plano decenal de Arapiraca: desenvolvimento territorial sustentável no agreste alagoano.** Maceió: Manguaba, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Cidades: Arapiraca.** Disponível  
em:<[https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=270030&lang=\\_PT](https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=270030&lang=_PT)>. Acesso em: 12 de Setembro de 2017.

GEHL, J. **Cidades Para Pessoas.** 3. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades.** São Paulo/SP, Editora Martins Fontes, 2009.

JÚNIOR, J.S.G. **Produção e Uso de Espaço Público em Arapiraca/AL: uma avaliação pós-ocupação do Parque Municipal Ceci Cunha e do Bosque das Arapiracas.** Dissertação de Mestrado. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2016.

SITTE, C. **A construção de cidades segundo seus princípios artísticos.** São Paulo: Editora Ática, 1992.

TENORIO, G.S. **Ao desocupado encima da ponte. Brasília, arquitetura e vida pública.** Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

## **1.14 DA AUTO-ORGANIZAÇÃO AO DESIGN URBANO a participação dos agentes na produção das cidades**

**Edilene Lira**<sup>1</sup>; **Waleska Andrzejewski Avozani**<sup>2</sup>

<sup>1</sup>*Universidade Federal do Rio Grande do Sul– edilenelira.arq@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal do Rio Grande do Sul– waleska\_avozani@hotmail.com*

### **1. INTRODUÇÃO**

O planejamento urbano mundial segue princípios abrangentes e rationalistas que independem da orientação ideológica e teórica dos planejadores. Seguindo esses princípios, a cidade possui um funcionamento linear, cuja consequência é a possibilidade de previsão de alguns dos seus aspectos futuros. Por isso, alguns defendem que a mesma deve ser planejada apenas por profissionais. Essa forma de abordagem da cidade, porém, vem sendo questionada por vários pontos de vista, que vão desde o construtivismo social, o pós-modernismo, e até mesmo a teoria dos sistemas complexos.

Neste trabalho aborda-se a perspectiva dos sistemas complexos como foco de discussão, onde a cidade é entendida como um sistema auto-organizado, não linear, aberto e complexo, e que está longe do seu estado de equilíbrio, sendo, deste modo, um sistema imprevisível. A imprevisibilidade inerente às cidades dificulta o seu planejamento, já que os planejadores profissionais não podem controlar com exatidão o seu desenvolvimento, sua estrutura emergente e o seu design final.

O objetivo aqui é evidenciar que é impossível de planejar a cidade do início ao fim, pois a mesma possui planejadores e planos oficiais, e planejadores e planos não oficiais, que participam de uma rede de agências e seguem um conjunto de regras que acabam ordenando o design urbano. Deste modo, o design urbano é um produto coletivo, resultante das diversas interações entre os agentes construtores do espaço urbano.

### **2. METODOLOGIA**

Como um quadro principal, tentou-se evidenciar a compreensão da cidade a partir da teoria da auto-organização e dos sistemas complexos, utilizando como metodologia uma revisão bibliográfica mostrando as formas de atuação dos agentes estabelecidos por Portugali (2005) e as concepções de auto-organização da cidade, estabelecidas por Tan (2014).

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Quer seja na linguagem cotidiana, quer seja na linguagem científica, comumente as palavras organização e ordem são sobrepostas, e utilizadas como se possuíssem o mesmo significado. Porém, saindo do campo

semântico linguístico, Saunders e Ho (1994) afirmam que uma das principais distinções entre as aludidas palavras está relacionado ao fato de que a organização é um processo, ao passo que a ordem é um padrão. Segundo o raciocínio dos autores, a organização é pensada como sendo algo que possui uma função e um objetivo, e que dispõe de um sistema que possa garantir os resultados pretendidos. Nesse sentido, a organização produz ordem, uma ordem dinâmica.

Por sua vez, a teoria da auto-organização, que foi desenvolvida originalmente na física e na química, defende a criação de uma ordem sem um design consciente e, portanto, o conceito função dificilmente surge neste contexto. Nessa perspectiva, o termo auto-organização pode ser utilizado em todas as situações em que alguma forma de ordem, ou em outras palavras, algum padrão, aparece espontaneamente em um sistema que não possui controle externo direto.

Prigogine e Nicolis (1977) elucidam que o processo de auto-organização pressupõe um sistema aberto e complexo que se sistematiza sem a necessidade de intervenção para conduzi-lo à ordem, surgindo a partir de uma situação anterior, tida como caótica, na qual não é possível conhecer o comportamento de todas as variáveis que compõe o sistema. Com base na literatura produzida por Hermann Haken, Teruya (2000) destaca que a auto-organização está relacionada à capacidade do sistema de se auto-organizar a partir da incorporação de um estímulo externo, e que este, por sua vez induz uma mudança na estrutura do sistema conduzindo a um novo nível, diferentemente do anterior, sem a necessidade de uma instituição que a regule.

O processo de auto-organização somente acontece em sistemas de alta complexidade (Nalinov, 1994), uma vez que, o mesmo necessita de um grande número de variáveis interconectadas. Este processo faz com que o sistema passe por uma constante evolução, isto é, apresente a capacidade de realizar mudanças na estrutura do sistema, o que, consequentemente, implica na adoção de novas trajetórias ao longo do tempo. Nesse sentido, a auto-organização surge quando o sistema está em desequilíbrio e as interações entre seus elementos não são casuais, guiando o sistema a uma ordem através de um novo parâmetro, conduzindo, deste modo, a um novo steady state (estado estacionário, ou seja, quando o sistema encontra-se em equilíbrio).

A partir da ótica da ciência da complexidade, os sistemas abertos são compostos por muitos elementos, e estes, interagem entre si, e qualquer que seja a perturbação, pode desencadear profundas transformações no sistema, pois as variáveis são eminentemente interdependentes. Assim, os sistemas complexos se caracterizam por apresentarem uma dinâmica de interações não lineares entre variáveis, possuindo um alto grau de paralelismo durante este processo. Cabe ressaltar que, o comportamento das variáveis é mutável, e, frequentemente, elas agem de forma irracional, tornando o resultado do

sistema totalmente imprevisível. Segundo esta lógica, pode-se afirmar que a interdependência entre as variáveis do sistema que ocorrem de modo não linear ocasiona a auto-organização desse referido sistema.

Uma das ciências que acompanhou a teoria da auto-organização desde o início da sua discussão foi a ciência da cidade. A primeira correlação efetivada entre cidade e auto-organização foi feita por Priogine (1977). Para o autor, a cidade é um sistema vivo que possui um tipo diferente de ordem funcional, sendo assim indispensável mostrar que o não equilíbrio pode ser uma fonte de ordem. Sendo assim, pode-se dizer que várias cidades auto-organizadas na verdade são cidades ordenadas.

Por ser um artefato grande e complexo, a cidade não pode ser projetada em sua totalidade, impossibilitando dessa forma que os profissionais que atuam no planejamento urbano controlem com exatidão o seu desenvolvimento, estrutura emergente e forma final. Isto está relacionado ao fato de que o artefato cidade é um ambiente artificialmente construído em uma grande escala e é composto de artefatos de menor escala (edificações, estradas, praças, pontes, etc.), e estes últimos, compostos por artefatos ainda menores.

Além disso, o que torna o artefato cidade um sistema complexo é o feito da mesma possuir componentes materiais e componentes humanos. Como um conjunto de componentes materiais, a cidade é em si um artefato e, como tal, um sistema simples, porém, como um conjunto de componentes humanos (os agentes urbanos), a cidade se torna um sistema duplamente complexo. São os agentes urbanos que, por meio de sua interação (entre os próprios, entre os componentes materiais, e entre o meio ambiente) transformam a cidade do artefato na complexa cidade do sistema artificial.

De tal modo, a complexidade da cidade é resultado coletivo de um processo sinergético e auto-organizado, onde a partir das inter-relações não lineares, o grande número de participantes acaba por atuar de maneira relativamente independente. Todavia, embora as ações sinergéticas, que são realizadas durante a concepção de uma cidade, pareçam caóticas e não coordenadas, a produção do design da mesma é um artefato ordenado e organizado.

No que se refere à concepção do design urbano, a cidade está repleta de planejamento e tentativas de controle da mesma, mas, segundo Portugali (2000) cada agente urbano que opera na cidade é um planejador em um determinado nível, pois, devido a sua escala e a complexidade da sua estrutura, qualquer que seja o planejador profissional que opere na cidade, este não consegue controlar a sua evolução. Partindo deste raciocínio, Portugali (2005) estabeleceu uma distinção entre os processos de produção de design da cidade, sendo eles efetivados de duas formas: a global (de cima para baixo) e a local (de baixo para cima).

O processo *de cima para baixo* diz respeito ao design urbano profissional (efetivado por arquitetos, urbanistas, engenheiros, etc.), que comumente constitui características de um processo controlado, e possui uma interferência externa. A influência desse processo de design é tido como

“autoconsciente”. O processo *de baixo para cima*, por outro lado, refere-se ao design como uma capacidade humana básica, caracterizado por fenômenos não lineares, caos e auto-organização, e, usualmente é realizado por agentes que efetivam ações sem perceber que as mesmas alteram o design urbano. Esses agentes podem ser políticos (que estabelecem as estratégicas de governo), investidores e agências de regeneração urbana (que fornecem infraestrutura, tal como empresas de distribuição de eletricidade, gás e telecomunicação), agentes comunitários (que se envolvem no processo de desenvolvimento urbano), e os próprios moradores (que mantém e personalizam suas propriedades). A influência desse processo de design é considerada “inconsciente”.

Assim, pode-se observar que além de possuir planejadores profissionais e planos oficiais, a cidade igualmente possui planejadores e planos não profissionais e não oficiais. Todo componente humano da cidade é um planejador, mas nenhum dos muitos planejadores pode determinar completamente a forma e a estrutura final da cidade. E para Portugali (2000), todos os componentes humanos do sistema cidade são participantes de um grande jogo de planejamento urbano.

#### 4. CONCLUSÕES

Apesar das análises distintas efetuadas pelos autores, utilizados no presente trabalho, quanto à produção do espaço urbano, pode-se firmar que as cidades são o resultado coletivo dos interesses dos seus agentes, e que os desafios colocados pela cidade são tão complexos que o produto urbano é uma responsabilidade compartilhada e não individual. Desse modo, deve haver uma coordenação e uma cooperação entre os envolvidos, pois, apesar de terem interesses diferentes, são todos participantes indispensáveis no processo de produção das cidades.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASAKIN, H.; PORTUGALI, J. The design and dynamics of cities as self-organizing systems. **EAD06**, 2006.

NALINOV, V. Self-organization as a creative process philosophical aspects, In.; R. K.; MAAß, D.; ZWIERLEIN, E (org). **On Self-Organization: An Interdisciplinary Search for a Unifying Principle**. 1. ed. Berlin: Springer Berlin Heidelberg, 1994, p. 270 - 279.

PORTUGALI, J. **Self-Organization and the City**. 1. ed. New York: Springer-Verlag Berlin Heidelberg New York, 2000.

\_\_\_\_\_. The scope of complex artificial environments. In.; PORTUGALI, J. (Org.) **Complex Artificial Environments**. Heidelberg: Springer Forthcoming, 2005, p. 9-26.

\_\_\_\_\_. What makes cities complex?. In: **Complexity, Cognition, Urban Planning and Design**. Springer, Cham, 2016, p. 3-19.

PRIGOGINE, I.; NICOLIS, G. **Self-Organization in nonequilibrium systems: From dissipative structures to order through fluctuations**. London: A Wiley-Interscience Publication John Wiley & Sons, 1977.

\_\_\_\_\_. Time, Structure and Fluctuations. In.: **Nobel Lectures**. Chemistry, 1977.

SAUNDERS, M.; HOMISHRA, M. W. Self-organization, catastrophe theory and the problem of segmentation. In.; R. K.; MAAß, D.; ZWIERLEIN, E (Org). **On Self-Organization: An Interdisciplinary Search for a Unifying Principle**. 1. ed. Berlin: Springer Berlin Heidelberg, 1994, p. 143 - 156.

TAN, E. **Negotiation and Design for the Self-Organizing City**: Gaming as a method for Urban Design. TU Delft, 2014.

TERUYA, D. Y. **Auto-organização no âmbito econômico e geográfico: contribuições para estudos urbanos e regionais**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 2000.

## 1.15 DINÂMICAS TERRITORIAIS: um estudo de fatores que influenciaram a cidade de Erechim/RS

Johanna Beck Hiller<sup>1</sup>; Lígia Maria Ávila Chiarelli<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – johannahiller@hotmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – biloca.ufpel@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

A cidade de Erechim, colonizada no início do século XX, traz em sua descendência os ideais positivistas que empeiravam na época, ou seja, na sua formação do desenho urbano apresenta-se de modo planejado, relembrando traços da cidade de Paris. Assim como em outras cidades que traziam consigo os ideais modernistas, Erechim queria demonstrar através do traçado urbano o progresso.

No Brasil, a palavra planejamento associada à questão urbana é mais recente que Urbanismo e sempre teve uma conotação associada à ordem, à racionalidade e à eficiência, já o segundo conceito ainda guardava resquícios do embelezamento e sempre foi mais associado à arquitetura e à arte urbana (SOUZA, 2006).

O objetivo da implantação desta cidade foi inicialmente de ocupar de forma planejada (direcionada pelo Estado) a vida urbana nesta região, desenvolvendo a economia e resolvendo uma questão de excedente populacional na região da Serra Gaúcha (SCHMIDT, 2009, pg. 13).

O urbanista responsável pelo traçado da cidade foi Torres Gonçalves, chefe da Diretoria de Terras e Colonização. Esse tinha como ideal a ocupação de forma ordenada, levando em conta o relevo, para ele, essa configuração tinha vantagens múltiplas: sanitárias, estéticas e econômicas (SPONCHIADO, 2000). Gonçalves defendia que a abertura de estradas deveria seguir o curso da hidrografia e da topografia.

A cidade de Erechim sempre teve como principal atividade econômica a agricultura e o comércio, porém na década de 70 passou a expandir suas atividades com a instalação do distrito industrial o que permitiu a expansão do município e sua renovação na urbanização, tanto verticalmente quanto horizontalmente (FÜNGELT, 2004).

Diante desse contexto: centro geográfico, infraestrutura viária, de comunicação, de serviços e órgãos públicos, a iniciativa privada foi atraída a investir em empreendimentos do comércio, serviços e pequenas indústrias no município, consolidando-o como Polo Regional.

O trabalho tem como objetivo principal identificar a produção do espaço urbano de Erechim ao longo da história, desde sua colonização até os dias atuais, tendo como foco os ciclos econômicos e sua interferência nas dinâmicas territoriais.

### 2. METODOLOGIA

Nessa pesquisa trabalhou-se com método de análise de caráter exploratório através do levantamento bibliográfico e documental, procurando demonstrar/explicar os processos históricos da cidade, abordando os resultados de modo quantitativo e descritivo, gerando uma síntese do objeto de estudo. Abordou-se através de fatos históricos das leis municipais encontrados no site da Prefeitura Municipal, dessa maneira foi possível revisar historicamente fatos que construíram as dinâmicas territoriais da cidade.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Para analisar a configuração do espaço, uma das maneiras é focar os estudos na evolução de sua economia, de acordo com SANTOS(1982), em grande parte das plantas das cidades se considerarmos os ciclos econômicos são possíveis compreender o fenômeno urbano e sua evolução, a configuração da planta e sua estrutura social.

Em análise aos mapas históricos de Erechim é possível perceber que o traçado reticulado era apenas implantado na área central, nas periferias já não se conseguiu esse mesmo controle, outro fator importante de ressaltar, é que com a implantação de indústria na parte oeste da cidade, um grande contingente de pessoas se instalaram as margens dessas regiões. A expansão que desde o princípio era prevista para área oeste, se deu de forma espontânea na medida em que as indústrias impulsionaram esse crescimento (AVER, 2008).

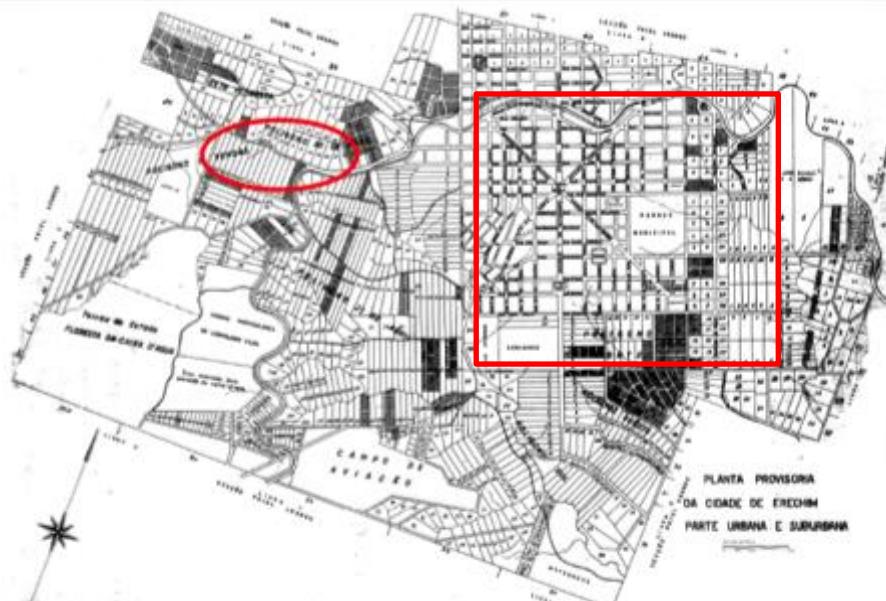


FIGURA 1: MAPA DO PERÍMETRO URBANO DE ERECHIM 1950, EM DESTAQUE A ÁREA CENTRAL E A ZONA DE EXPANSÃO A OESTE.

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRECHIM

O solo urbano sempre passa pelo processo de valorização SOUZA (2011), para tanto, existem vários motivos que acarretam nessas

desigualdades de valores como: concentração de comércio e verticalização. Na cidade de Erechim esse processo não é diferente, já na década de 50 a cidade se expande verticalmente, na mesma proporção que loteamentos populares se expandem horizontalmente para além da malha urbana central.

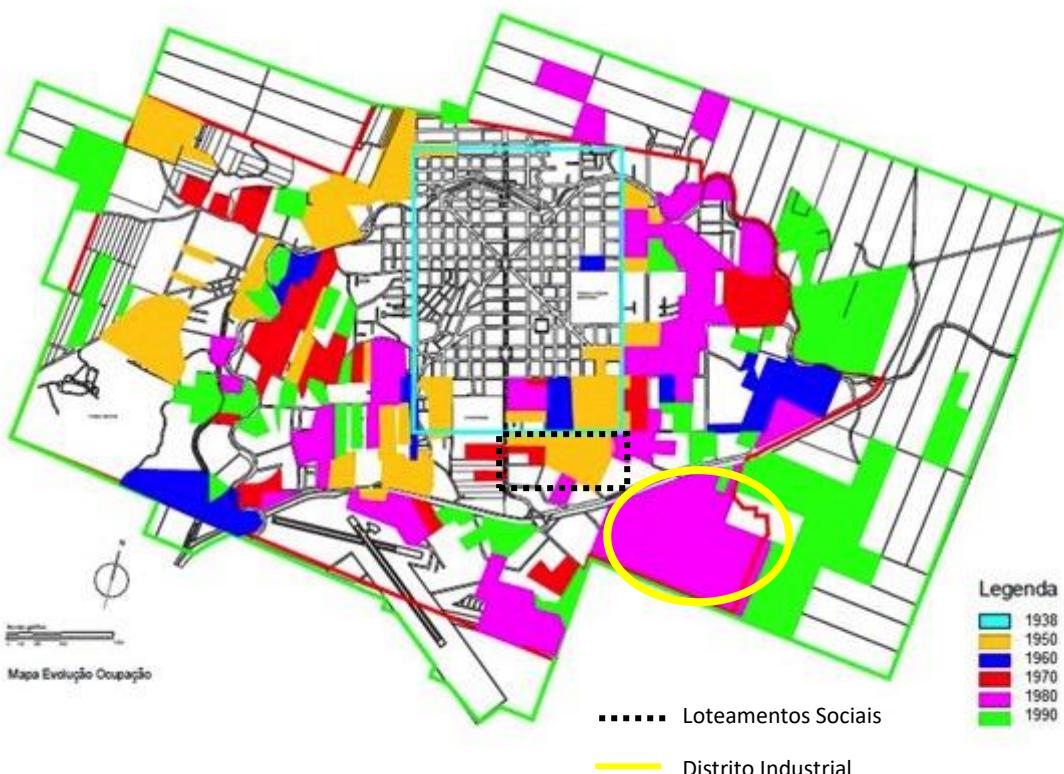
A desigualdade socioespacial é expressão do processo de urbanização capitalista, um produto da reprodução ampliada do capital que se perpetua como condição de permanência da desigualdade social (RODRIGUES, 2007, p. 74).

Com essas transformações da cidade e a expansão para áreas suburbanas de novos loteamentos, é possível perceber que a falta de legislação específica permitiu esse crescimento desordenado, no mapa da década de 50 demonstra a expansão para além da área projetada da cidade, mostrando bem a demarcação dessa expansão desigual.

O crescimento do município sempre estava atrelado à linha férrea, pois era um meio de exportar sua produção tanto agrícola como industrial, mas devido à decadência e falência da rede ferroviária, a cidade sofreu com a estagnação econômica, pois as vias que faziam ligação com o município e com outros estados estavam em condições precárias e não apresentavam ligação por meio de pontes, apenas de balsa o que dificultava a exportação produtiva da região.

Na década de 70 houve um forte incentivo do governo municipal para empresas se instalarem na cidade e voltar a impulsionar a economia, dessa maneira, em 1980 uma empresa metal mecânica se instalou no município INTECNIAL, ramo predominante da indústria local. Em 1975, Erechim recebeu o asfaltamento da BR 153 e a construção da ponte entre RS-SC o que incentivou novamente o crescimento da economia e consequentemente novos investimentos de industriais passaram a ter no município (ZAMBONATTO,2000).

Na figura 2, podemos perceber a evolução da ocupação de loteamentos, enfatizando a expansão a partir da criação do distrito industrial, ao sul, que impulsionou a ocupação nas suas margens, por consequência disso, temos a maior concentração populacional fora das áreas centrais conforme dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística(IBGE,2010).



**FIGURA 2. MAPA DE EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO DOS LOTEAMENTOS.**  
FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM.

Por consequência desses fatos, as áreas centrais acabaram fortalecendo a especulação imobiliária e aumentando cada vez mais as disparidades de classes. Se voltarmos ao contexto histórico desde a década de 30 a implantação dos primeiros loteamentos se localizam em áreas ditas “suburbanas” justamente por não estarem classificadas dentro do perímetro do município na época.

Há que se considerar o obstáculo representado pela propriedade privada da terra. Esta onera violentamente o preço do produto habitação, o que obriga as camadas mais pobres a morar nas piores localizações das cidades. No caso das cidades brasileiras e do Terceiro Mundo em geral, essas localizações são os subúrbios ou a chamada “periferia” subequipada (MARICATO,2004).O grande problema que se enfrenta nas cidades brasileiras é a questão do pedaço da cidade onde serão inseridas essas moradias, sua localização é o que exclui a classe de baixa renda a usufruir dos suportes que a cidade oferece.

Muitas vezes o grande motivo da carência habitacional é a retenção de imóveis vazios e abandonados, que mantêm preços inacessíveis para fins especulatórios (VILLAÇA,1986) o que inviabiliza o acesso a moradia por essas classes. Os vazios urbanos da cidade podem vir a suprir a demanda habitacional sem sequer ampliar seu perímetro e ter que aumentar os trajetos de infraestrutura básica.

As situações relatadas acima, não são somente relatos históricos e sim corriqueiros na produção do espaço urbano. Com o alto valor de lotes urbanos, provocados por esse processo, à saída para propor novos loteamentos e expansão da cidade vem sendo solucionada com o aumento do perímetro urbano, ou seja, quando não há mais terrenos às margens dos loteamentos, a medida que o poder público toma, é aumentar a extensão do município, permitindo o crescimento cada vez mais horizontal das cidades e criando cada vez mais demanda de infraestrutura básica, visto que a estrutura existente nas áreas centrais não atendem toda a população, principalmente a que mais precisaria.

A implantação de empreendimentos habitacionais sociais em áreas centrais é uma forma de minimizar a disparidade de renda e cumprir com a função social da propriedade, visto que, os vazios urbanos encontrados na cidade muitas vezes estão subutilizados e necessitam de uma medida do poder público, para que essas propriedades não atuem como agente provedor de desigualdades sociais, fomentando o crescimento da especulação imobiliária e de grandes incorporações privadas.

A exclusão social é fruto do capitalismo, ou seja, é através das transações econômicas e políticas do mercado que se tem a segregação espacial (VILLAÇA, 2001), pois isso reflete diretamente na configuração espacial, como exemplo dessas ações temos o mercado imobiliário.

A segregação afeta diretamente a acessibilidade e a dificuldade que se tem em usufruir de serviços tanto privados como públicos, como por exemplo, postos de saúde, parques e farmácias. A implantação de conjuntos habitacionais sociais reduziu o custo da moradia, porém ampliou ainda mais a distância física entre as classes sociais, contribuindo para a segregação (BONDUKI, 2004). Esse modo de implantação contribuiu para formação dos guetos e do processo de periferização, como também, impediu que as pessoas de baixa renda usufruissem da infraestrutura dotada das áreas centrais. Segundo VILLAÇA (2001), a segregação não é apenas reflexo de uma condição social, mas um fator que contribui para tornar as diferenças ainda mais profundas. No contexto da cidade de Erechim, percebemos que esse processo de periferização também é aplicado pelos órgãos públicos, na medida que, preferem implantar os loteamentos sociais distantes da malha consolidada do que buscar alternativas que aliem o acesso a infraestrutura com a moradia digna.

#### **4. CONCLUSÕES**

Com o levantamento documental percebeu-se a relação dos ciclos econômicos com o crescimento/urbanização das cidades. Tanto em Erechim, quanto em muitas cidades brasileiras esse processo não é diferente, quem dita às regras de crescimento é a economia. Percebeu-se também que as desigualdades sociais são atenuadas, na medida em que, gestores municipais estão focados na expansão da cidade e na busca de atrativos fiscais, porém os investimentos em urbanização e política pública não tem o mesmo valor para com o crescimento econômico que a cidade dispõe.

Os resultados dessa pesquisa contribuem para o conhecimento sobre as dinâmicas territoriais, capaz de gerar subsídios para implementação de novas ações sociais de desenvolvimento habitacional.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVER, Ivana Karine. **Erechim, processo e projeto - Relações Estruturais entre Traçado Viário e Desenvolvimento Urbano.** (Mestrado Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria.** Estação Liberdade, São Paulo; 4<sup>a</sup> edição, 2004.
- DUCATTI NETO, Antônio. **O grande Erechim e sua História.** Porto Alegre: EST, 1981.
- FÜNFGELT, Karla. **História da paisagem e evolução urbana da cidade de Erechim, RS.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- LEFEBVRE, H. *La production de l'espace.* 4ème ed. Paris: Anthropos, 2000.
- MARICATO, Erminia. **Moradia Social: condição para cidades melhores.** Revista Construção , São Paulo, p. 54-56, 01 março de 2004.
- RODRIGUES, Arlete M. Desigualdades Socioespaciais – A Luta pelo direito à cidade. **CIDADES**, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 73-88, 2007.
- SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Hucitec, 1982.
- SCHMIDT, Remíss Alice Perin. **Erechim: cidade construída para imigrantes-poder simbólico na conquista do espaço urbano.** (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- SOUZA, Celia Ferraz de. **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano.** 2006. Disponível em: <<http://www.pgaucidade.ufsc.br/ica52/trabalhos/SOUZA%20celia.pdf>>.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

ZAMBONATTO, Aristides Agostinho. **Os meus Erechim.** Erechim: Edelbra, 2000.

## **1.16 DOS CENTROS EDUCACIONAIS UNIFICADOS AOS TERRITÓRIOS CEU – a evolução de uma política pública**

Ana Cássia Sanches Vilela  
*Universidade Presbiteriana Mackenzie – anavilelaetec@gmail.com*

### **1. INTRODUÇÃO**

O presente artigo deriva de discussões realizadas no âmbito da disciplina “Tópicos Especiais em Arquitetura e Urbanismo”, realizada em conjunto pelos Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e em Direito, da Universidade Presbiteriana Mackenzie. O artigo toma como objeto de estudo os Centros Educacionais Unificados e busca analisar o seu desenvolvimento ao longo dos anos e sucessivas gestões administrativas do ponto de vista da política pública, tema que foi abordado na disciplina sob o aspecto espacial e jurídico. Sendo assim, o trabalho pretende expor a importância histórica dos Centros Educacionais Unificados e fazer uma análise crítica de sua atuação enquanto indutor de desenvolvimento urbano, bem como apresentar os Territórios CEU, que pretendem ser a evolução de uma política pública muito bem sucedida, abarcando o território de implantação dos equipamentos.

### **2. METODOLOGIA**

A metodologia utilizada está baseada em discussões realizadas em sala de aula, em leitura de artigos científicos, textos e livros de apoio.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O presente trabalho pretende expor a evolução dos Centros Educacionais Unificados - CEU, implantados a partir de 2003, enquanto política pública, discutir sobre as transformações na morfologia urbana que essas intervenções ocasionaram e apresentar o conceito de Território CEU, desenvolvido entre 2013 e 2016. Esse objetivo realiza-se em um primeiro momento por meio de uma contextualização histórica da criação dos Centros de Educação Unificada e de suas etapas evolutivas, sinalizando os avanços e limites da política pública. Em um segundo momento, pretende-se fazer uma análise crítica da dita política, dando especial ênfase ao desenvolvimento urbano dos territórios onde foram implantados os Centros Educacionais Unificados. O trabalho finaliza com a apresentação do conceito de território CEU com a evolução da política pública de sucesso, que foi mantida e expandida em sucessivas gestões administrativas.

### **4. CONCLUSÕES**

Diante do trabalho até aqui realizado, observamos que a inserção urbana do Território CEU visa articular-se à rede de equipamentos e à rede de mobilidade através de calçadas acessíveis, iluminadas e arborizadas, de ciclovias e do sistema de transporte coletivo. Dessa forma, os caminhos e lugares que conformam o Território CEU ampliam as oportunidades de fruição no espaço da cidade. O programa dos novos CEUs tornou-se mais amplo e flexível

buscando ser compatível com a morfologia urbana da cidade real presente, talvez sejam essas fatores importantes para o início de uma transformação.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livro

BUCCI, Maria Paula Dallari. **O conceito de políticas públicas em direito.** In: **BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). Políticas Publicas: reflexões sobre o conceito jurídico.** São Paulo: Saraiva, 2006. p. 1-49.

VIANA FILHO, Luiz, Anísio Teixeira. **A Polêmica da Educação.** Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1990.

FOGLIOLINO, Simone Aparecida Preciozo. **Centro Educacional Unificado (CEU) – Concepções sobre uma experiência, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.** São Paulo, 2014.

DORIA, Og e PEREZ, Maria Aparecida. **Educação, CEU e Cidade.** Porto Alegre: Livraria do Arquiteto - FA-UFRGS, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Centro Educacional Unificado – Proposta Político-Pedagógica.** São Paulo: PMSP/SP, 2003.

### Documentos eletrônicos

TERRITÓRIO CEU. Acessado em 18 abril 2017. Online. Disponível em : <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/rede-de-equipamentos/territorios-ceu/>

## 1.17 ENTRE BELÉM (PA) E RECIFE (PE), O DESENHO DE TERRITÓRIOS RESTRITIVOS E PERMISSIVOS A LEGISLAÇÃO EDILÍCIA

Ramon Fortunato Gomes<sup>1</sup>;

<sup>1</sup>Universidade de Brasília 1 – ramon.fortunato.gomes@gmail.com 1

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é destinado ao tema da morfologia urbana e sua aplicação no planejamento urbano territorial. Busca compreender as dinâmicas do espaço urbano e seus processos de formação, em núcleos urbanos informais consolidados em áreas periféricas, denominados nesta pesquisa de ocorrências urbanas. Foram analizados dez territórios localizados em cidades com conjuntos urbanos tombados (IPHAN, 2016), do litoral, entre as cidades de Belém (PA) e Recife (PE), tendo como base de análise a legislação edilícia, Lei Federal 6766/79 (BRASIL, 1979) e o Código Florestal Brasileiro, Lei 12.651/12 (BRASIL, 2012). Sobre a análise do objeto, pode ser identificado dois tipos característicos de territórios, um restritivo e outro permissivo, consolidados como morfologia urbana por meio de processos invisíveis, dinâmicos e imateriais, frutos de políticas de planejamento urbano territorial.

Aí reside, talvez um dos aspectos mais interessantes da lei: aparentemente funciona, como uma espécie de molde da cidade ideal ou desejável. [...]. Porém, ao estabelecer formas permitidas e proibidas, acaba por definir territórios dentro e fora da lei, ou seja, configura regiões de plena cidadania e regiões de cidadania limitada (ROLNIK, 1997, p. 13-14).

A análise adotou como objeto de estudo, as cidades tombadas localizadas em litoral, em baías e rios que tenham conexões diretas com o mar, por elas apresentarem dois aspectos que divergem no seu desenvolvimento urbano. Primeiro, nelas insidem um arcaiso legal e jurídico de maior intensidade, restritivo a novas construções e intervenções urbanísticas, composto por leis do patrimônio histórico e artístico, leis ambientais e leis municipais, tendo como principal objetivo preservar o patrimônio cultural, natural e conter o crescimento desordenado dessas cidades (SILVA, 2012). Segundo, nelas existem fluxos populacionais movidos pelo turismo, pelo lazer e pelos serviços que emergem das dinâmicas promovidas pelo consumo desses territórios turistificados (BUTLER, 1980; COSTA, 2012).

Foram identificados territórios que emergem da contraposição entre a preservação e o desenvolvimento, uma ancorada na contenção edilícia por meio de leis, e o outro estimulado e impulsionado por dinâmicas populacionais de consumo, pela economia local, e pela publicidade de mídias. Esta conformação proporciona o surgimento de dois tipos de territórios. Um território restritivo e outro permissivo, que explodem nas áreas periféricas e localizados

em áreas protegidas por leis ambientais, patrimoniais e urbanísticas, na forma de núcleos urbanos informais.

Os territórios restritivos, repelem fluxos urbanos para a periferia ou os absorvem por meio da informalidade, devido a necessidade ou a emergência urbana. São intensificados pela negligencia das instituições de controle do solo urbano, ou pela resistência de comunidades locais (ROSA, 2011). Os territórios permissivos, proporcionam ocupações em sua maioria “licenciadas”, porém fragilizadas quando analisadas, perante a legislação edilícia. São frutos de acordos de gabinete, interferências políticas e mudanças na Lei de uso e ocupação do solo propostos pelo mercado imobiliário, ou por pressões populares (MOREIRA, 2017; REIS, 2017). Produzem conflitos sociais e urbanos perante a hierarquização dos espaços, perdas e conquistas de espaço público.

Assim o estudo tem como objetivo identificar os tipos de territórios restritivos e permissivos, discutir os processos de consolidação, suas formações urbanas diante de processos não mensuraveis, e trazer contribuições ao campo da morfologia urbana e das políticas públicas de planejamento urbano.

## 2. METODOLOGIA

O objeto de estudo representa um recorte de uma pesquisa maior em doutorado, sobre o crescimento informal e periférico nos conjuntos urbanos tombados do litoral brasileiro. Neste artigo foi adotado a porção litorânea Norte-Norte/Nordeste, composta por dez municípios (figura 1), por representar uma região com características peculiares na formação e consolidação do território, e pela pesquisa, deste recorte, se encontrar formalizada.

Figura1: Objeto de estudo, porção Norte-Norte/Nordeste.



Fonte: Editado pelo Autor (2017).

Como metodologia, o trabalho utilizou e seguiu os seguintes procedimentos: i) definição de critérios para a identificação de ocupações informais no tecido urbano, ocorrências urbanas, tendo como base a Lei 6766/79 (BRASIL, 1979), que define quesitos para o parcelamento urbano, e a Lei 12.651/12 (BRASIL, 2012), que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, ii) captação de imagens de tecidos informais, nos dez municípios objeto da análise, utilizando os critérios da Lei e a ferramenta do Google Earth Pró para visualização em imagens de satélite, iii) identificação, conceituação e classificação em grupos, das formas urbanas informais captadas, iv) análise e coleta de imagens de satélite, pontuadas em cada município do objeto de estudo, e separação nos grupos de classificação das formas urbanas informais, identificadas no município v) visita de campo na forma urbana identificada, com maior dinâmica nos processos de transformação do espaço e urbanização informal.

O método utilizado permitiu juntar informações relevantes e construir bases de discussão sobre a construção de territórios restritivos e permissivos perante a Lei.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados obtidos pelo método foram a análise e identificação de dezesseis tipos de ocorrências urbanas informais, consolidadas por processos invisíveis na sua forma original, e quatro grupos com características comuns (tabela 1). Com base na classificação e visualização de imagens de satélite, foram analisadas as cidades, objeto de estudo, identificando em seu perímetro, quatro territórios, com ocorrências urbanas informais, e um levantamento de campo na ocorrência urbana que possibilitasse maior riqueza de documentos para análise. Assim foram identificados e analisados quarenta territórios, e executados dez levantamentos de campo.

Tabela1: Classificação das ocorrências urbanas e grupos característicos.

	Ocorrências urbanas	Similaridades estruturais
Grupo I	Ocupação de praias, restingas e dunas; estrangulamento de cursos d'água e nascentes; indústrias; ocupação de mangues; ocupação de morros; ocupação de canais; e ocupação de faixa marginal de proteção de rios.	São ocupações irregulares que utilizam das estruturas e dos recursos ambientais para a instalação de agrupamentos residenciais. Fogem à ordem urbana, à Lei 6.766/79 e ao Código Florestal brasileiro.
Grupo II	Aglomerados de baixa densidade; aglomerados lineares; ocupação tradicional.	São ocupações que crescem em arranjos irregulares, tornando os espaços livres em sua totalidade. São comuns em comunidades tradicionais ou núcleos em processo de crescimento. Fogem à ordem urbana e à Lei 6.766/79.
Grupo III	Loteamentos clandestinos; Empreendimentos; Assentamentos; Implantação de novos loteamentos.	São projetos urbanísticos irregulares que derivam da ausência de áreas públicas e de lazer. São implantados sem anuência dos poderes públicos ou por planos próprios. Fogem à ordem urbana e à Lei 6.766/79.
Grupo IV	Ocorrências mistas.	São ocupações que crescem em arranjos múltiplos e variados, compondo diferentes tipos de ocorrências urbanas.

A visualização nos processos de transformações do espaço por meio do histórico de imagens de satélite, disponíveis no Google Earth Pró, permitiu identificar a existência de dinâmicas, que imprimem no desenho e nas formas espaciais da cidade, resultados incorporados ao uso do espaço e sua consolidação como forma (CARVALHO, 2003; PANERAI, 2006; MORRIS, 1992) (figura 2). Porém apenas o recurso das imagens disponíveis no Google Earth Pró, não permite uma análise de maior profundidade. Existem dinâmicas invisíveis, que não sobressaem na cidade estática, elas estão incorporadas nos processos de decisões do estado, nas lutas sociais e de classes, na permanência e na resistência das comunidades, na emergência social por espaço e habitação, identificadas por meio do levantamento de campo.

Figura 2: Processos de transformação do espaço, na Ilha de Deus (PE), em assentamento, localizado em área de preservação ambiental.

Fonte: Google Earth Pró (altura de 584m): a imagem 1 data de 7/2009; a imagem 2, de 11/2009; a imagem 3, de 1/2013; e a imagem 4, de 11/2016.  
Editado pelo Autor (2017).



O levantamento de campo possibilitou o aprofundamento nas análises e a identificação de dinâmicas na produção do espaço, invisíveis nas imagens de satélite. São territórios diversos, produzidos pela resistência a especulação imobiliária, pelo fortalecimento cultural, pela inadimplência de instituições, e ativados por mulheres, pescadores, comunidades, famílias, por agentes imobiliários e pelo estado. Como exemplo desses territórios, estão: a Vila da Barca em Belém (PA); as Agrovilas Quilombolas em Alcântara (MA); a Comunidade de pescadores, Caolho, em São Luis (MA); a Praia do Sal em Parnaíba (PI); a Vila do Estevão em Aracati (CE); o Parque das Dunas em Natal (RN); o Bairro São José em João Pessoa (PB); o Bairro de Nova Cruz II em Igarassú (PE), a área do Passarinho em Olinda (PE) e a Ilha de Deus em Recife (PE).

São formações urbanas ilegais que carregam o peso da marginalidade, comunidades que levam imbutidas em sua informalidade, modos de vida, formação cultural, tradição, e deste modo, conseguem se perpetuar no espaço e na imagem da cidade. Conjugam forças para lutar contra as constantes ações institucionais, perante a lei e o estado. Assim notam-se comunidades que sobrevivem a constantes ações do estado enquanto outras são removidas, fragmentadas, desalojadas, por ações institucionais conjuntas, dentro do discurso de manter a ordem urbana, sem que o estado proporcione perspectivas ou soluções para os casos que conseguem sobreviver.

[...] a comunidade da Ilha de Deus não surgiu apenas devido ao perverso cruzamento entre a exclusão social e depredação ambiental, mas também, só pode surgir e crescer pela ineficiência do poder público em aplicar o conjunto existente de leis de proteção e controle das áreas de interesse ambiental. A dimensão das ocupações pobres em áreas de restrição é tamanha, que, de fato, esta irregularidade urbanística foi “aceitada” pela incapacidade do estado em executar o conteúdo complexo e rigoroso das leis ambientais sobre áreas urbanas. (MOREIRA,2017, p.6-7).

Assim o trabalho traz uma discussão sobre os processos intangíveis de produção do espaço, a forma urbana e o planejamento urbano territorial, tendo como base de discussão a imaterialidade dos fatos que promovem a consolidação da informalidade de núcleos urbanos. O discurso está ancorado nas leis de uso e ocupação do solo (BRASIL,1979), na lei de preservação da vegetação nativa (BRASIL, 2012) e em visitas de campo. O trabalho encontra-se com o levantamento de dados, o fichamento das visitas de campo e a análise dos dados coletados e finalizados. O texto conclusivo em formato de artigo para publicação está em processo de finalização.

#### **4. CONCLUSÕES**

O trabalho apresentado permite dialogar a legislação edilícia com a consolidação de núcleos urbanos informais, por meio da identificação de processos invisíveis na forma urbana, responsáveis por sua modelagem. São processos que permitem a perpetuação no espaço, de formas urbanas consolidadas, elas estão carregadas de transformações sócio espaciais, e associadas ao planejamento urbano, a negligência do estado e a resistência pela conquista do espaço.

Traz para a discussão a abordagem da cidade dispersa, os processos de exclusão e expulsão de populações e comunidades para as margens urbanas, e a formação de núcleos urbanos informais dispersos, como resultados de ações e política urbanas que priorizaram um modelo de cidade moldada para o mercado.

Também é possível apontar que a identificação e a classificação de ocorrências urbanas, as formações urbanas informais perante a lei, poderão trazer contribuições ao campo da morfologia urbana e do planejamento urbano. Como ferramentas de identificação e correção pontual (ROSA, 2011), tem como ponto de partida a informalidade, as comunidades locais e os processos descuidados pelo estado.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 20 dez. 1979.

\_\_\_\_\_. Lei 12.651, de 25 de maio de 2012. Novo Código Florestal, Lei de Preservação da Vegetação Nativa (LPVN). **Diário Oficial da União**, 28 maio 2012.

BUTLER, R. W. The concept of a tourist area cycle evolution: implications for management of resources. **Canadian Geografer**, Ontario, v. 24, n. 1, p. 5-12, 1980.

CARVALHO, Jorge. **Formas urbanas**. Coimbra: Minerva, 2003.

COSTA, Everaldo Batista da. **Cidades da patrimonialização global: simultaneidade totalidade urbana – totalidade – mundo**. São Paulo: Humanitas, Fapesp, 2015.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Conjuntos Urbanos Tombados (Cidades históricas)**. IPHAN, Patrimônio Cultural, Brasília DF, 2014. Acessado em 13 out. de 2016. Online. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/123>

MOREIRA, Clara Gomes; SOUZA, Maria Ângela de Almeida, Letras. **Ilha de Deus no Recife – Brasil: um caso emblemático do direito à moradia conquistado em área de risco legalmente preservada**. Centro Científico Conhecer, Jandaia GO, 23 mar. 2000. Acessado em 20 ago. 2017. Online. Disponível em: <http://www.conhecer.org.br/download/DIREITO%20AMBIENTAL/leitura%20anexa%203.pdf>

MORRIS, A. E. J. **Historia de la forma urbana: desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial**. 4. ed. Barcelona: Gustavo Gilli, 1992.

PANERAI, Philippe. **Análise urbana**; tradução de Francisco Leitão; revisão técnica de Sylvia Ficher. Editora Universidade de Brasília, 2006.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp, 1997.

ROSA, Marcos L. **Microplanejamento práticas urbanas criativas: microplaning urban creative practices**. Brasil, Editora de Cultura, 2011.

SILVA, Fernando Fernandes da. **As cidades brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade**. 2. ed. São Paulo: Peirópolis: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

REIS, Tatiana Francischini Brandão dos; ATAÍDE, Ruth Maria da Costa. Reestruturação urbana da franja litorânea da via costeira, Natal/RN. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades/ National Journal of Cities Management**, Tupã SP, v. 03, n. 19, pp. 70-88, 2015. Acessado em: 28 de ago. 2017. Online Disponível em: [http://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/gerenciamento\\_de\\_cidades/article/view/1046/1070](http://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/view/1046/1070)

## **1.18 ESPAÇOS PÚBLICOS E SEUS USOS: um panorama das formas de ocupação da Praça Portugal no decorrer dos anos**

**Mariana Saraiva de Melo Pinheiro<sup>1</sup>; Maira Façanha Tavares<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Universidade de Fortaleza (UNIFOR)– mariana.saraivamp@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade de Fortaleza (UNIFOR)– mairafacanhatavares@unifor.br

### **1. INTRODUÇÃO**

Em Fortaleza, as inúmeras transformações promovidas pelo modelo de organização capitalista e pela ascensão do automóvel individual têm alterado a estrutura formal da cidade e a maneira como as pessoas se apropriam do espaço. Foi no cenário de pressão do mercado imobiliário, dificuldade de mobilidade urbana e aumento do sentimento de violência que a Praça Portugal, marco histórico e cultural de Fortaleza, passou por um processo de descarte social e aniquilamento de sua estrutura formal.

Estudos sobre a escala humana e as oportunidades de locomoção do pedestre nas cidades contemporâneas têm fundamentado a análise da mudança das relações sócio espaciais. Gelh (2015) percebeu que os espaços livres urbanos têm perdido cada vez mais sua tradicional função de local de encontro e fórum social devido aos obstáculos, ruídos e poluição urbana.

A vitalidade dos espaços também é tratada sob a ótica da produção de espaços monofuncionais, que estimula a utilização do carro para vencer grandes distâncias em pouco tempo. A contribuição dessa lógica urbana é a perda do afeto pelo espaço e do sentimento de coletividade. Richard Rogers (2015) revela que os sentimentos de tolerância, consciência, alerta, identidade e respeito mútuo são produzidos em espaços onde as relações interpessoais acontecem. A ausência de pessoas nos espaços públicos elimina, ainda, o policiamento espontâneo, que é substituído pelo policiamento oficial, tornando o ambiente menos agradável e acolhedor.

O resultado da pesquisa ora apresentado analisa e as relações entre as transformações físicas e afetivas dos fortalezenses com a Praça Portugal, com foco para a proposta de eliminação da praça em 2015 e as consequentes no manifestações e luta social. É relevante ressaltar que a praça permite uma compreensão histórica da cidade em seu contexto social, político, cultural e urbanístico e configura-se como patrimônio de seu povo. Portanto, foi realizado um estudo aprofundado das mudanças morfológicas, funcionais, culturais e sociais ao longo do tempo.

### **2. METODOLOGIA**

A pesquisa foi desenvolvida no período de quatro meses pelo Laboratório da Paisagem da Universidade de Fortaleza dentro da linha de pesquisa “Teoria, Metodologia e Tecnologias do Ambiente, Paisagem e Espaço Livre”, representado pelo grupo de pesquisa “Dinâmicas da Cidade”. Primeiramente jugou-se necessário fazer um levantamento histórico do

processo de ocupação e desenvolvimento da cidade por meio de livros, jornais e documentários. Posteriormente, levantaram-se informações acerca das reformas estuturais da praça e as transformações da relação da sociedade com o lugar. Em terceiro momento, levantaram-se informações ambiente físico atual e de suas dimensões socioambientais por meio prática de observação dos usos, de conversas e questionários informais.

Os debates e análises dos dados deram-se por meio encontros semanais, nos horários de reunião do Laboratório da Paisagem, com a professora orientadora. Na última fase da pesquisa foram avaliados os dados obtidos em campo e comparados os usos da Praça Portugal ao longo do tempo.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cidade de Fortaleza tem sua história contada pelas praças que sobreviveram ao longo de suas transformações, como a Praça do Ferreira, Passeio Público, Praça Luíza Távora e Praça Portugal. Essa última, a mais recente delas, surgiu num contexto de pós-guerra, em meados de 1940, quando o anseio por transformação e desenvolvimento contagiava a sociedade. É nesse período que a cidade, ainda concentrada em uma só região, começa a passar por um processo de descentralização e expansão em direção à Zona Leste. A abertura de largas vias condutoras da ocupação urbana foram propostas por urbanistas que, com a pretensão de inovar, propuseram um traçado urbano que não se restringia à malha xadrez.

A elite, em busca de novas áreas de tranquilidade longes da região comercial passa a construir suas casas em zonas mais afastadas do centro, aproveitando as aberturas de vias e infraestrutura. Esse movimento é o responsável pela consolidação de um novo bairro de alta renda na cidade de Fortaleza, a Aldeota, condutora do desenvolvimento econômico, cultural e urbanístico da cidade ao longo dos anos (praças, eventos, feiras, etc.). A Praça Portugal surgiu, portanto, com o objetivo de criar uma centralidade no bairro onde aspectos contemplativos, paisagísticos e culturais fossem marcantes no espaço e contribuíssem com o processo de expansão e desenvolvimento da Zona Leste.

Nascia, assim, o ícone do novo bairro, uma rotatória com caráter de praça no encontro do que seria, mais futuramente, duas das principais avenidas da Aldeota: Av. Desembargador Moreira e Av. Dom Luís. A praça foi, portanto, concebida em formato circular e era composta por outras quatro praças triangulares adjacentes, localizadas mais especificamente nos cantos dos quarteirões do cruzamento. Esse conjunto tornou-se um importante local de encontro e lazer não somente para os moradores da região, como também para a sociedade em geral, visto que a praça começou a abrigar eventos e feiras.

A conformação que conhecemos hoje foi concebida por um conjunto de arquitetos liderados por Maria Clara Nogueira Paes no ano de 1947, quando da expansão em direção à zona leste. Nesse período a praça ainda recebia o nome de Praça Nunes Weyne. Foi apenas em 1986, após reforma e

implementação de mobiliários e equipamentos urbanos, que se deu oficialmente sua inauguração. Essa reforma representou grande atrativo para a população uma vez que passou a abrigar eventos públicos e feiras, a exemplo da semanal feira das flores. Tal evento cresceu tão significativamente que a diversificação dos produtos ofertados a promoveu acúmulo de lixo, que culminou no banimento da feira por parte da Prefeitura. Foi, então, que surgiu a proposta de uma nova reforma da praça, cuja reinauguração (1987) representou, definitivamente, o fim da feira (CAVALCANTE, 2015).

Essas transformações influenciaram na relação da sociedade com a praça que, em meio a tanto desenvolvimento, começou a perder o reconhecimento com o local. Nesse sentido, em 1991, foi proposta uma mudança de identidade da praça por meio da alteração de nome para Praça Parsifal. No entanto, devido à forte imposição e reivindicação por parte da comunidade portuguesa da cidade de Fortaleza, essa mudança não foi concretizada. O debate iniciado quanto à relevância dos Portugueses para formação do Ceará foi, na verdade, o motivo de uma nova reforma em 1992, que tinha por objetivo enaltecer essa descendência.

Após tantos acontecimentos e usos, a função principal da praça foi cada vez menos percebida. A transformação das praças adjacentes em estacionamentos e pontos de táxis não foi o único fator para a redução de frequentadores, a dificuldade de acesso ao núcleo central, atenuada pelo aumento de fluxo de trânsito também se mostraram determinantes. Além disso, com a forte cultura de consumo, juntamente com o aumento da desigualdade e da insegurança urbana, a população passou a preferir outros lugares de encontros e lazer, geralmente ambientes fechados, climatizados e com segurança oficial, como os shoppings.

Com isso, progressivamente mais vazia e de difícil acesso, a Praça Portugal passou atraír tribos urbanas que, assim como a ela, não encontravam lugar na sociedade contemporânea. Esse público, majoritariamente jovem e comumente pré-julgado pela forma de se vestir e de se comportar, alimentava a crença da violência urbana, fator que inibiu, ainda mais, o uso diversificado praça. Nesse processo, os investimentos públicos em infraestrutura e manutenção do local também reduziram e passaram concentrar-se na questão de mobilidade urbana.

A criação do binário (Av. Santos Dumont e Av. Dom Luis), de viadutos (Av. Engenheiro Santana Júnior) e túneis (Av. Padre Antônio Tomás) configura uma série reformas urbanas implementadas recentemente com o fito de melhorar a mobilidade e a qualidade de vida dos que passam pela Aldeota. Essas reformas pontuais não garantiram, entretanto, a extinção dos longos congestionamentos no bairro. Numa contínua busca pelo aniquilamento do caos viário, a Prefeitura apresentou em 2014 um projeto de transformação da Praça Portugal (morfologicamente uma rotatória), em um cruzamento semafORIZADO, conforme ilustra a figura 1.



Figura 1. Proposta de intervenção da Praça Portugal. Fonte: Tribuna do Ceará, 2014

Desenvolvido por arquitetos e urbanistas do PAITT - Planos de Ações Imediatas de Transporte e Trânsito de Fortaleza, o novo desenho propõe a construção de quatro praças, uma em cada canto do cruzamento. Especialistas no estudo das cidades e cidadãos conscientes da tradição e cultura de Fortaleza se posicionaram contra o projeto, visto que ele prioriza o carro em detrimento do pedestre e, ainda, apaga fisicamente a história da cidade. Os argumentos mais utilizados pelos apoiadores do projeto são embasados na atual dificuldade de acesso ao núcleo central e na possibilidade de melhoria no trânsito na região. Os contrastes dos posicionamentos se desenvolveu de forma bastante conflitante devido à falta de compreensão por parte de gestores e tomadores de decisão acerca da relevância dos aspectos contemplativo, paisagístico e cultural da praça. Essa noção mais sensível e humana dos espaços urbanos ainda é pouco presente no cotidiano dos moradores de Fortaleza tendo em vista os maus comportamentos no que tange ao respeito com o espaço público (descarte de lixo, preservação das áreas verdes, restauração do patrimônio, etc.). Atipicamente, entretanto, o caso da Praça Portugal causou descontentamento em diferentes atores urbanos, que se uniram para protestar a favor da Praça.

Após muitos conflitos, manifestações e debates, o poder público foi pressionado a respeitar e preservar a Praça. A proposta da Prefeitura foi, então, de reformá-la no sentido de exaltar a importância e vitalidade de outra época por meio de eventos culturais, como feirinhas e shows. A construção e a manutenção ficaram sob a responsabilidade de cinco empresas da área da construção civil e varejo, que apresentaram uma proposta de adoção. A Prefeitura ficou, assim, responsável por apenas 30% dos custos, referente ao projeto de iluminação e paisagismo.<sup>8</sup>

Apesar dessa proposta de conservação do patrimônio, a praça passou por intervenções que também tiveram conflito de opiniões. O diâmetro núcleo central foi reduzido de 40,5 para 36,5 metros, baseado no argumento da melhoria da mobilidade e do tráfego. As quatro praças adjacentes

permaneceram e foram igualmente revitalizadas, dotadas de equipamentos e mobiliários urbanos. Quanto ao acesso de pedestres, foram implementadas quatro faixas de pedestres de acesso ao núcleo central. Os ciclistas também foram considerados na reforma por meio da construção de ciclofaixas, que garantem o acesso tanto ao redor da rotunda quanto ao seu centro. O calçamento da região foi trocado por pavimentação intertravada e a sinalização horizontal colocada nos pontos de alerta da travessia de pedestres e ciclistas. O maior impacto dessa reforma foi, talvez, a desconfiguração da praça enquanto rotatória, visto que foi construída uma barreira que impossibilita o automóvel de voltar ao ponto de partida. É nesse ponto de interrupção que a ciclofaixa também é interrompida, deixando os ciclistas num ponto sem acesso, como pode ser percebido na figura 2.



Figura 2. Imagem do entorno da Praça Portugal. Fonte: Google Streetview, 2017

Apesar das diferentes opiniões, a reforma da Praça Portugal promoveu uma melhoria do espaço, transformando-o novamente num local atrativo de contemplação e encontro. Diversas atividades têm sido realizadas nessa praça, a exemplo do evento Vós Na Praça que reuniu artesãos, *foodtrucks*, produtores autônomos, famílias, jovens e artistas durante as férias de julho de 2017. As figuras 3 e 4 ilustram a apropriação do espaço pelas pessoas após a reforma e a implementação de políticas públicas relacionadas à promoção cultural.



Figuras 3 e 4: Imagens da população utilizando a Praça Portugal. Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

#### 4. CONCLUSÕES

A partir do estudo de caso da Praça Portugal, acreditamos ser possível aferir o impacto das transformações estruturais morfológicas na cidade de Fortaleza no que tange à paisagem urbana e às experiências sensíveis das pessoas. Ao final desse objeto de estudo, destaca-se a relevância de uma consulta pública acerca de tais projetos, para que haja de fato, participação social nas tomadas de decisão. Assim, surgem questões relativas ao abandono desta praça em outra época e das reais vontades sociedade diante das diversas reformas realizadas.

O estudo e análise da morfologia dos espaços públicos da cidade de Fortaleza não se finaliza com essa pesquisa, pelo contrário, é o ponto de partida para o contínuo debate.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ROGERS, Richard. **Cidades para um pequeno planeta**. São Paulo: G. Gill, Ltda, 2015. 8<sup>a</sup>ed.
- GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2015. 3<sup>a</sup>ed.
- CUNHA, Noélia. **Praças de Fortaleza. Fortaleza**: Imprensa Oficial do Ceará, 1990. 1<sup>a</sup>ed.
- CAVALCANTE, E. P. G. Praça Portugal: a negação da identidade e da memória coletiva pela política cearense. In: **Anais Congresso Internacional de Espaços Públicos**. Rio de Janeiro. v.1, p. 2-6, 2015
- TRIBUNA DO CEARÁ. Praça Portugal: história. HERCULANO, Daniel. **Praça Portugal: História**. 2014. Acessado em 25 ago. 2017. Online. Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/especiais/praca-portugal/historia/>

## **1.19 INFLUÊNCIA DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS NA EXPANSÃO DA CIDADE: estudo sobre o Conjunto Residencial Jacinta Andrade, em Teresina.**

Amanda Lages de Lima<sup>1</sup>; Karenina Cardoso Matos; Wilza Gomes Reis Lopes

<sup>1</sup>Estudante de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Pesquisadora do Laboratório Urbano da Paisagem (LUPA) – amanda.lages@hotmail.com

<sup>2</sup>Professoras Doutoras do Departamento de Construção Civil e Arquitetura da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Coordenadoras do Laboratório Urbano da Paisagem – kareninamatos@hotmail.com; wilzalopes@hotmail.com

### **1. INTRODUÇÃO**

As cidades são consideradas centros das realizações humanas e pólos atrativos de oportunidades. Atualmente, Brasil possui uma população predominantemente urbana, com mais de 80% dos habitantes localizando-se em aglomerados urbanos. Porém, o visível crescimento urbano e populacional também traz problemas e conflitos. À medida que cresce, a cidade se apropria de espaços importantes da área rural e natural.

A investigação sobre a expansão urbana, considerando-se o aumento do perímetro urbano, por meio da incorporação de novas áreas ao espaço da cidade é muito importante para se conhecer o principal mecanismo de produção de novas áreas urbanas e seus atores, e ainda, como, a legislação pode ser mais eficiente no seu principal papel de gestão do espaço urbano socialmente mais justo e sustentável.

A expansão urbana não acontece de maneira ordenada, nem sempre reflete a demanda social por novas áreas urbanizadas, nem atende a capacidade do meio de suportar os adensamento e usos propostos, nem muito menos é acompanhada pela rede de serviços e equipamentos urbanos.

Teresina apresenta os mesmos problemas das cidades brasileiras, marcadas por uma expansão urbana crescente e desordenada. Possui áreas periféricas ocupadas por grandes conjuntos habitacionais, como é o caso do Conjunto Habitacional Jacinta Andrade, ou ainda, ocupações irregulares, como vilas e favelas, sem infraestrutura adequada ou serviços básicos.

Como pôde ser observado ao longo da pesquisa, os conjuntos habitacionais foram, e continuam sendo, um dos principais indutores do crescimento de Teresina. Sendo assim, pretende-se identificar a interferência da implantação do Residencial Jacinta Andrade, o conjunto habitacional com maior número de moradias da cidade, no processo de expansão urbana de Teresina, assim como seus impactos sobre a mesma e sobre seu entorno.

### **2. METODOLOGIA**

A metodologia utilizada durante a pesquisa foi o levantamento de material bibliográfico, a partir da realização de revisão bibliográfica, para aprofundamento teórico-conceitual do objeto de estudo; abrangendo livros, teses, dissertações, trabalhos em eventos, artigos de periódicos, em

bibliotecas, internet, enfocando estudos sobre aspectos ligados à expansão urbana, habitação, conjuntos habitacionais de interesse social, espaços livres públicos, sustentabilidade urbana, entre outros. Além disso, foi necessária a identificação a legislação municipal, estadual e federal referente ao uso do solo urbano e implantação de conjuntos habitacionais.

Quanto ao objeto de estudo, foi realizada a caracterização do conjunto Jacinta Andrade por meio de projetos, fotos, quantidade e tamanho dos lotes. Também, serão deverão ser obtidas fotos aéreas do local e do entorno, antes e depois da implantação, por meio do Google Earth e dados na Prodater. Assim, como a caracterização do seu entorno, através da pesquisa sobre os bairros existentes a seu redor, obtendo dados socioeconômicos e de infraestrutura física, considerando dados do IBGE (censos de 2000 e 2010), e, ainda, informações existentes, em órgãos da Prefeitura Municipal e do Governo Estadual, em sites e trabalhos acadêmicos. Por fim, fez-se um levantamento dos equipamentos públicos previstos para o conjunto, por meio dos projetos existentes e visita ao local.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Tanto o bairro Jacinta Andrade, como aqueles em seu entorno, se caracterizam pelo número reduzido de empresas privadas e de estabelecimentos públicos voltados às necessidades básicas de sua população (saúde, assistência social, educação, segurança, lazer, entre outras). Dessa forma, faz-se necessária a migração pendular dos moradores desses locais até zonas mais centrais, onde as ofertas de emprego, comércio e serviço são mais abundantes.

Quanto à implantação do Residencial Jacinta Andrade (Figura 1), conclui-se que a distância entre o conjunto e o centro da cidade é um dos principais problemas enfrentados por seus moradores. Além de longo, o percurso até esse bairro é carente de infraestrutura, destacando-se a ausência de pavimentação e iluminação pública em alguns trechos.



Figura 1 – Vista aérea da implantação do Residencial Jacinta Andrade. Fonte:  
GP1

No que diz respeito ao equipamento urbano existente no Residencial Jacinta Andrade, percebe-se que a maior parte do que foi proposto pelo plano urbanístico do conjunto foi construído (Figura 2). Porém, também foi possível observar a falta de manutenção desses espaços e muitas vezes a falta de uso, como é o caso do Centro Cultural.



Figura 2 - Mapa Aéreo com Distribuição do Equipamento Urbano Previsto.  
Fonte: Google Earth (Editado).

Ainda sobre o plano urbanístico, destaca-se a carência do mesmo no que diz respeito ao planejamento de espaços públicos voltados para a interação social da comunidade. A necessidade de socialização da população se concretiza a partir das iniciativas independente para a criação desses espaços, como é o caso do Estádio de Futebol Levi Ezequiel.

#### 4. CONCLUSÕES

A partir dessa análise, foi possível constatar que a construção de conjuntos habitacionais é um importante indutor da expansão urbana. Porém, percebe-se que a mesma contribui para um crescimento desordenado, criando áreas carentes de infraestrutura, distantes das zonas centrais e que oferecem baixa qualidade de vida a seus moradores. É preciso avaliar as políticas públicas desenvolvidas ao longo dos anos, buscando afastar-se do modelo higienizador tão praticado até então, que repele as camadas mais pobres da sociedade às franjas urbanas.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **Minha Casa... e a Cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em Seis Estados Brasileiros. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 11-27.

BENVENGA, Bruna Maria de Medeiros. **Conjuntos habitacionais, espaços livres e paisagens:** apresentando o processo de implantação, uso e avaliação de espaços livres urbanos. 251 p. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo.

BONDUKI, Nabil Georges. Análise Social. 3. Ed. Lisboa: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1994. p. 711-732.

CARDOSO, Luciene Brito. **Paisagem cultural do centro de Teresina/PI: significados.** 163 p. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2006.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. **A Evolução Urbana de Teresina: Agentes, Processos e Formas Espaciais da Cidade.** 157 p. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

FAÇANHA, Antônio Cardoso; VIEIRA, Ângela Oliveira. **A Produção do Espaço Urbano e a Moradia Popular em Teresina (PI).** Disponível em: <[http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468291971\\_ARQUIVO\\_Artigo\\_ENGXVIII\\_VIEIRA\\_2016.pdf](http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468291971_ARQUIVO_Artigo_ENGXVIII_VIEIRA_2016.pdf)>. Acesso em: 29 de abril de 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Teresina: IBGE, 2010.

JAPIASSU, Luana Andressa Teixeira; LINS, Regina Dulce Barbosa. **As Diferentes Formas de Expansão Urbana.** Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, 2014. v. 02, n. 13. P. 15-25.

LIMA, Antônia Jesuíta de; PASSOS, Talita Kelly de Sousa. **O Trabalho Social em Programas Habitacionais:** o Programa Minha Casa Minha Vida em Teresina. Disponível em: <<http://www4.fsanet.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/1341>>. Acesso em: 08 de agosto de 2017.

MELO, Constance de Carvalho Jacob. **A Dispersão Urbana e Habitação Popular em Teresina – PI.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. 211 p. São Paulo, 2015.

MINISTÉRIO DAS CIDADES (2009) **Plano Nacional de Habitação**. Disponível em:<[http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/Publicacao\\_PlanHab\\_Capa.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Publicacoes/Publicacao_PlanHab_Capa.pdf)> Acesso em: 15 janeiro de 2017.

OLIVEN, Ruben George. **Dimensões Sociais do Processo de Urbanização no Brasil**. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/z439n/pdf/oliven-9788579820014.pdf>> Acesso em: 17 dezembro de 2016.

TERESINA. Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLAN. **Aspectos e Características - Perfil 1993**. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina, 1993a

TERESINA. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral/ SEMPLAN. **Teresina em Bairros**. Prefeitura Municipal de Teresina, Teresina, 2002. Disponível em: <<http://semplan.teresina.pi.gov.br:85/semplan/thebairros.asp>>. Acesso em: 20 de novembro de 2016.

## 1.20 INFLUÊNCIAS DAS RELAÇÕES REGIONAIS NA FORMA URBANA

Fernando Calvetti<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Rio Grande do Sul – fernando.calvetti@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho estuda a morfologia urbana de metrópoles brasileiras a partir da diferenciação espacial e fluxos de pessoas em escala regional. O mesmo faz parte de uma tese em desenvolvimento no programa de pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, e a metodologia que se começa a definir e explorar aqui em um estudo de caso, a cidade de Porto Alegre/RS, será posteriormente aplicada e analisada em outras cidades. Pretende-se contribuir com a discussão das transformações nas metrópoles brasileiras a partir da estruturação e consolidação de suas regiões metropolitanas em relações de centralidades e polaridades industriais, comerciais e de serviço. Seu objetivo é identificar padrões e especificidades nessas relações.

Embora a troca e o comércio estejam associados desde a sua origem ao próprio conceito de cidade como relação mútua, de atividades que definem e são definidas pelos locais onde acontecem (VARGAS, 2012), é a partir do processo de globalização que nas cidades acontece um desenvolvimento espacialmente e geograficamente desigual (HARVEY, 2005) que geram e determinam de forma contínua uma diferenciação do espaço. As atuais relações entre cidades, como fluxo de bens, pessoas e capital estão em muito ligadas a esse processo de diferenciação, e trazem consequências à forma urbana e à estrutura interna das cidades (COLUSSO, 2015).

Identifica-se nas metrópoles uma centralidade na disposição de serviços cuja demanda não se limita à própria população residente. No caso de Porto Alegre e sua Região Metropolitana (RMPA), o crescimento populacional nas últimas décadas de municípios vizinhos à capital, como Canoas se dá por uma combinação de fatores além de investimentos das próprias cidades, como a localização estratégica em relação à cidade de Porto Alegre, a alta nos valores dos imóveis da capital, entre outros. A partir da identificação de relações pendulares nas metrópoles brasileiras – segundo o Censo 2010 (IBGE) 12,8% da população brasileira economicamente ativa trabalha em um município diferente do que reside – se questiona: *Como as relações em escala regional de diferenciação de usos e fluxo de pessoas entre cidades influencia a sua forma urbana?*

### 2. METODOLOGIA

O trabalho encontra-se em sua fase inicial, e a metodologia aqui exposta poderá sofrer mudanças. Serão analisadas formas de mapeamento de fluxos em relação à cidade de Porto Alegre. As opções iniciais são pesquisa de

origem e destino (O/D) e/ou quantificação de gastos e usos de serviços sediados em Porto Alegre por população não residente da cidade junto a empresas privadas a partir de requerimentos. Em um primeiro momento se pretende identificar, mapear e classificar os usos e serviços disponíveis na cidade de Porto Alegre utilizados por pessoas residentes e não residentes da capital.

Pretende-se depois mapear o alcance dessas ofertas e identificar o tamanho da demanda em relação às mesmas. O passo seguinte será analisar as relações definidas na etapa anterior para que se possa, com o auxílio de base bibliográfica, identificar padrões de comportamento e de “saturação” dos usos de serviços por parte da população. A análise da forma urbana partirá do estudo da disposição dessas populações em relação à localização de serviços, ao alcance das mesmas, aos tipos de transporte e nas possíveis relações consequentes de verticalização e/ou aumento territorial das malhas urbanas.

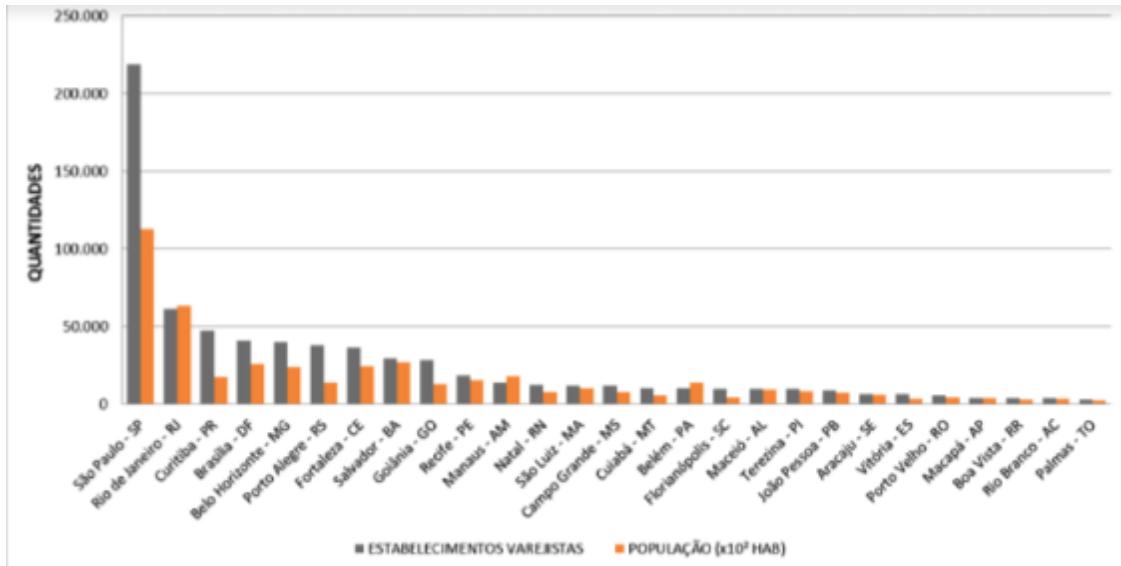
Pretende-se expandir a discussão em um momento futuro utilizando dessa metodologia em diversas metrópoles brasileiras. Se buscará a identificação de diferenças, padrões de crescimento e peculiaridades em relação à regionalização de serviços e fluxos.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O estudo ainda se encontra em fase de definições teóricas. A partir da verificação da relação proporcional de dados de estabelecimentos varejistas exposta em estudo de Maraschin e Souza (2017) se verifica que a cidade de Porto Alegre é, dentre as capitais brasileiras, a sexta cidade com maior quantidade total de estabelecimentos varejistas (RAIS, 2015), sendo, em contrapartida, a décima cidade com maior população (IBGE). As figuras 1 e 2 abaixo (p.3), retiradas do estudo original (MARASCHIN;SOUZA, 2017, p.8), mostram essas relações.

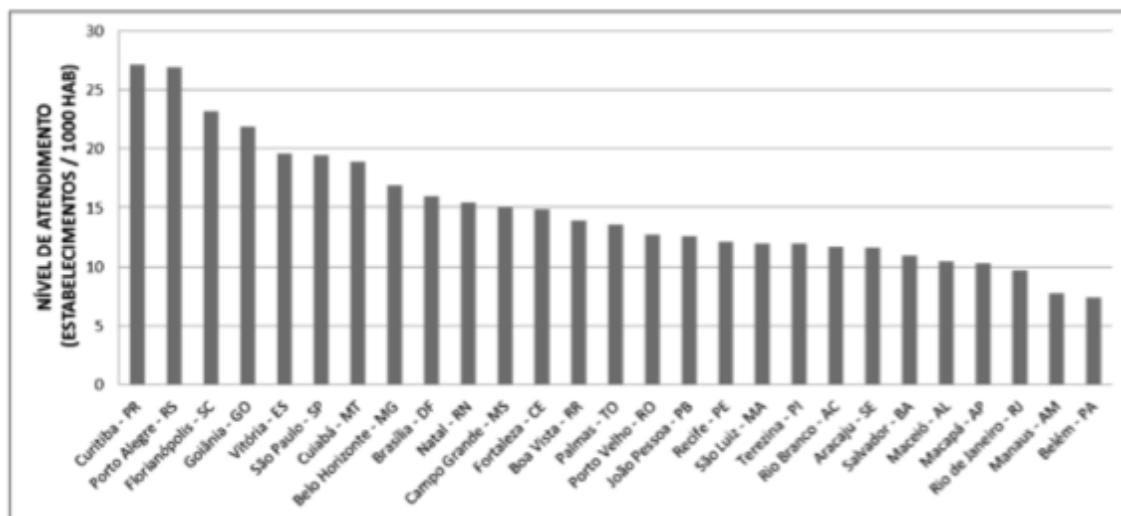
Pode-se relacionar o desenvolvimento econômico das cidades como critério de avaliação dos rankings demonstrados nas imagens, ou mesmo a identificação das cidades pertencentes à mesma região do Brasil como mais ou menos próximas umas das outras. Mas se destaca também a possibilidade de análise de uma relação por ora mais subjetiva a essa quantificação de estabelecimentos ou da relação população/estabelecimento: a regionalização e o alcance dessas ofertas. Entende-se, de maneira empírica até o momento, que as cidades identificadas como com menor nível de atendimento da população por comércio são as cidades com malha urbana mais isolada em relação às cidades do seu entorno. Verifica-se que Manaus/AM e Belém/PA são das capitais menos conurbadas do país. Isso representa, para os fins dessa pesquisa, uma população “flutuante” muito baixa para uso dos serviços residentes nessas cidades. Em contrapartida, a soma das populações dos municípios pertencentes às regiões metropolitanas das capitais do Sudeste e do Sul do país em muitos casos (como São Paulo e Porto Alegre) representam uma quantidade igual às populações das capitais, permitindo assim um alcance maior dos seus serviços.

**FIGURA 2 QUANTIDADE TOTAL DE ESTABELECIMENTOS VAREJISTAS NAS 27 CAPITALS DOS ESTADOS.**



FONTE: RAIS, 2015 APUD CLARICE E SOUZA, 2017.

**FIGURA 3 NÍVEL DE ATENDIMENTO DAS POPULAÇÕES POR COMÉRCIO (ESTABELECIMENTOS/ 1.000 HABITANTES) PARA AS 27 CAPITALS DOS ESTADOS.**



FONTE: RAIS, 2015 APUD CLARICE E SOUZA, 2017.

Dessa forma, entende-se que as cidades com maior nível de atendimento da população (figura 2) podem ser as cidades mais propensas a mudanças na forma urbana em função da regionalização dos seus serviços. A fim de verificar essas hipóteses, o estudo se iniciará pela busca de padrões de crescimento da cidade de Porto Alegre a partir dessas relações entre oferta e demanda dos seus serviços.

#### **4. CONCLUSÕES**

Entende-se que a maior contribuição da pesquisa para o estudo da forma urbana e para a linha de pesquisas de estudos configuracionais do planejamento urbano e regional, na qual o trabalho está inserido, está no reconhecimento de padrões matemáticos e comportamentais no crescimento e comportamento de zonas de usos das cidades a partir do estudo da sua região. O método busca abordar tanto relações físicas (viárias, conurbações, transporte) como virtuais (econômicos, de uso) entre cidades de uma mesma região, aumentando assim a complexidade e abrangência do estudo, buscando analisar dessa forma o crescimento das cidades brasileiras.

#### **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- COLUSSO, I. **Forças Regionais, Formas Urbanas e Estrutura Interna da Cidade: Um Estudo de Relações**. 2015. 194f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- MARASCHIN, C; SOUZA, J. Explorando a Estrutura Espacial do Comércio Varejista nas Cidades - Uma Análise em Porto Alegre, Brasil. In: **VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL CIDADE, COMÉRCIO E CONSUMO**. Lisboa, 2017. Universidade de Lisboa.
- VARGAS, H. **Comércio e Cidade: Uma Relação de Origem**. São Paulo: Sesc, 2012.

## 1.21 INGLESES E O RIO CAPIVARI: forma urbana e urbanidade

David Sadowski<sup>1</sup>; Adriana Marques Rossetto<sup>2</sup>

<sup>1</sup>UFSC – [davidsadowski.arq@gmail.com](mailto:davidsadowski.arq@gmail.com)

<sup>2</sup>UFSC – [amarquesrossetto@gmail.com](mailto:amarquesrossetto@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

O recente fenômeno de inchaço das cidades brasileiras, marcado por forte segregação socioespacial e descaso com o meio ambiente, denota, mais claro do que nunca, a injustiça social e a insustentabilidade ambiental vivenciada pela nossa sociedade. A reversão desta realidade, premente e desafiadora, não pode ser debatida sem que haja locais públicos privilegiados para tamanha responsabilidade.

Palco de debates críticos, diálogos e interações entre classes, o espaço público tradicional sofre recente processo de esvaziamento: o habitat usual passa a ser substituído por condomínios e outras formas de comunidades fechadas à grande maioria da sociedade. A hipervalorização da privacidade, intimidade, retraimento e silêncio -fenômenos contemporâneos-, marcam um processo de fragmentação do indivíduo e de sua atuação política (SENNET, 1998). Não bastasse todo esse distanciamento da esfera pública, o indivíduo também rompe com o meio ambiente. Estigmatizado como símbolo de atraso, como oposto daquilo que representa o ideal de cidade, o meio ambiente e corpos d'água passam a ser desvalorizado, tratados como subproduto urbano.

A cidade contemporânea opera esses desequilíbrios socioambientais enormes. O conceito de urbanidade surge, entretanto, como contracorrente desta tendência. A urbanidade, vista por Mello (2008) como aquilo que qualifica a vida urbana através da possibilidade indiscriminada de utilização dos espaços públicos, do desenvolvimento cultural por meio da interação social entre diferentes e da relação harmônica entre as pessoas e o meio vem despontando como ideal recorrente no discurso e atuação de importantes profissionais preocupados com a urbe.

Não devemos, portanto, cair na armadilha de encarar a urbanidade enquanto conceito necessariamente ligado à artificialidade e, consequentemente, como antítese de preservação. Defendemos que urbanidade e preservação não significam coisas dissonantes. Pelo contrário, acreditamos que espaços densamente utilizados e em contato com a natureza suscitariam, inclusive, a proteção ambiental. Explicamos: de acordo com Mello (2008), o princípio da intangibilidade conduz à desvalorização e degradação do meio ambiente, ao propugnar o afastamento das pessoas, impedindo o contato com a natureza. Por outro lado, espaços sensíveis utilizados de maneira sustentável e prenhos de urbanidade promoveriam o sentido de pertença por parte da população. Assim, a abordagem dos espaços ambientalmente sensíveis segundo a ótica da urbanidade se apresenta, em última instância, como estratégia de proteção dos recursos ambientais.

O espaço urbano, misto de cidade e natureza, é dado concreto. Como tal, apresenta contornos próprios que o definem, que lhe conferem uma forma urbana. Determinado por condicionantes sócio naturais do ambiente em que se insere, a forma urbana, uma vez pronta, é capaz de influenciar diretamente a sociedade sob diferentes aspectos. Em meio a essa multiplicidade de aspectos, também chamados de dimensões, evidenciamos aquele diretamente ligado aos limites e possibilidades que a configuração dos espaços, em especial os públicos, impõe aos encontros, esquivanças à e visibilidade do outro: o aspecto sociológico.

Segundo a teoria da Sintaxe Espacial, cunhada por Hillier, um espaço público fluido e integrado propicia valorosas interações pessoais, condição necessária, defende Sennet (1993), ao crescimento pessoal. Sobre o assunto, Peponis evidencia, ainda, que se “a sociedade enquadraria as pessoas em diferentes classes, papéis e posições, o espaço urbano pode ser um dos meios de reintegração” (PEPONIS, 1989, p. 23).

Localizado no extremo norte da Ilha de Santa Catarina, o Distrito de Ingleses aponta para uma forte dinâmica de crescimento, com aumento populacional acima das médias locais, que provocaram intensas transformações socioespaciais. A premência de soluções que coloquem a natureza em primeiro plano e que busquem um ambiente urbano densamente utilizado, estabelece as preocupações chave deste trabalho. Posto isso, o presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre a forma urbana de Ingleses e a apropriação social de seus diferentes espaços públicos e interfaces estabelecidas com seus espaços ribeirinhos, em especial o Rio Capivari. Em seguida, importa especular o potencial articulador de um possível parque linear ao longo do referido corpo d’água.

## 2. METODOLOGIA

Essencialmente, a proposta de pesquisa exigiu a compreensão de dois temas: Forma Urbana e Natureza e Forma Urbana e Sociedade.

Sobre o tema Forma Urbana e Natureza, parte-se da compreensão da natureza como elemento partícipe e qualificador da vida urbana. Abordagens integradas, proponentes de modelos de espaços urbanos mais conectados ao meio dão o tom das reflexões.

Acerca do segundo tema, foi estudada, de forma direta ou implícita, a importância da forma urbana no que tange às práticas e vivências dos distintos grupos sociais.

Para o estudo dos efeitos sociais da forma urbana em Ingleses, lançamos mão da Teoria da Sintaxe Espacial, desenvolvida por Hillier (1984).

A sintaxe espacial entende a forma urbana como influente nas práticas e vivências da cidade, caracterizando-se como uma poderosa ferramenta no estudo das relações entre sociedade e espaço. Para tanto, encara a cidade como grande arranjo de barreiras e permeabilidades hierarquizadas.

Dentre as diversas medidas sintáticas, deve-se chamar a atenção para uma em especial: a integração. Podemos dizer que a integração de um logradouro, ou a posição de um espaço em relação a todos os outros espaços

do recorte urbano em estudo, é dos principais determinantes da quantidade de pedestres que passam por ele. Hillier et al (1993) defende que a configuração da malha, por si só, já incita grande dinâmica de movimento na cidade, sendo este movimento responsável pela definição de outros elementos do sistema urbano, como por exemplo o uso do solo e as densidades edilícias. Ora, se formos pensar que, por exemplo, comércios e serviços dependem de movimento para existirem, a constatação do autor se faz perfeitamente compreensível.

De modo a analisar brevemente o desempenho dos espaços públicos do distrito alvo de estudo, lançamos mão da técnica sintática da axialidade. Para tanto, utilizamos como base um mapa de linhas axiais do local, que nada mais é do que o conjunto do menor número de maiores linhas possível que cruzam a totalidade dos espaços públicos abertos. Dentro do ambiente do software Depth Map, o mapa das linhas axiais nos permite saber, através de uma relação de interdependência de cada linha em relação ao todo, quais as vias mais integradas (mais próximas do vermelho) e aquelas mais segregadas (mais próximas do azul). Em seguida, a vitalidade dos espaços será medida, indiretamente, através da aferição dos usos edilícios, para em seguida ser confrontada com os logradouros mais integrados.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das proximidades da principal via de acesso ao distrito (Figura 4), a SC-403, bem como das demais vias estruturantes da porção sul do bairro (SC-406, Rua G. Manoel Gomes e Estrada D. Manoel Cardoso), revela a clara presença de um núcleo integrador (Figura 5). Devo chamar a atenção, também, para a forte integração observada no chamado “centrinho” do bairro.

A forte concentração de linhas mais integradas em porções próximas às vias principais de acesso pode ser explicada pelo modelo de ocupação característica de Florianópolis. As estruturas territoriais preexistentes, baseadas fortemente no parcelamento rural da terra, desenvolviam-se através de estreitas, porém profundas, faixas perpendiculares à praia e às vias estruturantes, com estrutura formal condicionada pela topografia e por ecossistemas naturais da região. Com o decorrer do tempo, ruas perpendiculares às vias principais eram abertas e, com elas, sucessivos desmembramentos “fatiavam” as grandes glebas rurais. Via de regra, estes diferentes desmembramentos não se comunicavam diretamente, numa prática onde as ruas que davam acesso aos diversos lotes desmembrados desembocavam diretamente nas grandes e pretéritas vias. Esse padrão de ocupação, sem travessas entre os lotes desmembrados, refletem um processo de crescimento carente de planejamento e pouco articulado entre si.

Destaque-se a notável segregação observada na Praia do Santinho, mesmo em sua via estruturante. Tal fato se dá muito em função de suas características peculiares de localização: o bairro se constitui um “fim de linha”, possuindo somente uma entrada

É de meu conhecimento, devido à minha vivência no local, que as citadas ruas estruturantes são, sim, as maiores concentradoras de diferentes

usos e fluxos (o que pode ser confirmado, indiretamente, pelo mapa de usos, vide Figura 5). A presente discussão não possui, todavia, o fôlego nem a pretensão de confirmar, rua por rua, se de fato são aqueles os espaços de maior urbanidade. O que pretendemos, no entanto, além de demonstrar os diferentes níveis sintáticos de integração hoje postos e afirmar que, de uma forma geral, são estes os espaços de maior urbanidade, é de chamar atenção para o potencial multiplicar de potenciais encontros representado pelo Rio Capivari.

O Rio Capivari é, para a surpresa de muitos, um rio que atravessa boa parte de Ingleses. Nascendo no lado Noroeste do distrito, mais precisamente no Morro da Feiticeira, o rio desenha seu formato num percurso bastante variado: por um lado, margeia quase a totalidade do Morro da Feiticeira, até morrer na SC-403; por outro, inicia seu trajeto derivando no primeiro veio e cortando o setor Norte da praia no sentido Oeste-Leste, para em seguida rasgar o bairro, em uma posição bastante central, no sentido Norte-Sul e, enfim, terminar a Sudeste como um ribeirão que tangencia as dunas limítrofes à Praia do Santinho (ver Figura 6).

No caso de Ingleses, ignoram-se os aspectos ambientais e o potencial urbano representado pelo Rio Capivari, elemento recorrente nos fundos de lote privativos. O que fizemos, entretanto, foi assumir o espaço como possível componente da malha urbana, simulando, para tanto, um parque linear ao longo de seu leito (Figura 6). Para nossa surpresa, o resultado desta proposta, segundo a Teoria da Sintaxe Espacial, é surpreendentemente bom: sua posição bastante central caracteriza-o como potencial eixo de integração para o local. Além de altos valores de integração global, o parque proposto irradia sua integração, incrementando os valores das vias no seu entorno em até 30%, sobretudo naquelas mais próximas à SC.

O aumento da integração local, proporcionada por intervenções como o parque Rio Capivari, pode representar implemento importante para o aumento de vitalidade dos espaços públicos locais. Usos como comércios e serviços, essenciais na promoção de vitalidade, dependem do movimento para se sustentarem e, portanto, tendem a se localizar em localidades mais facilmente apropriáveis, numa relação dialética onde o movimento proporcionado pelas configurações morfológicas do local favorece a instalação de um mix de usos, que, por sua vez, atraem mais pessoas. Esse processo de retroalimentação, onde movimento gera diversidade, que gera movimento, pode ajudar a criar, em Ingleses, locais mais dinâmicos, seguros e interessantes. O protagonismo e dependência em relação aos principais eixos de ligação do bairro (aqueles mais integrados), pode ser, portanto, diluída, diminuindo a especialização das diferentes áreas, aumentando a heterogeneidade e reforçando a importância do restante da malha como espaço de vivências.

#### 4. CONCLUSÕES

A busca por uma sociedade mais justa e ambientalmente sustentável depende de uma infinidade de fatores. Devo salientar a importância desempenhada pelos espaços públicos nesse processo, bem como a necessidade de haver uma relação mais harmônica com o meio ambiente, entendendo-o não como subproduto urbano, mas como parte integrante e espaço de fruição na urbe. Lançar mão de ferramentas que nos proporcionem um melhor entendimento da dinâmica urbana constitui estratégia essencial ao vislumbrar de soluções alinhadas ao ideal de urbanidade. Nesse sentido, valiosos indícios acerca do desempenho dos espaços públicos podem ser obtidos pelas análises sintáticas, devendo atentar, porém, para a complementariedade de outras análises.

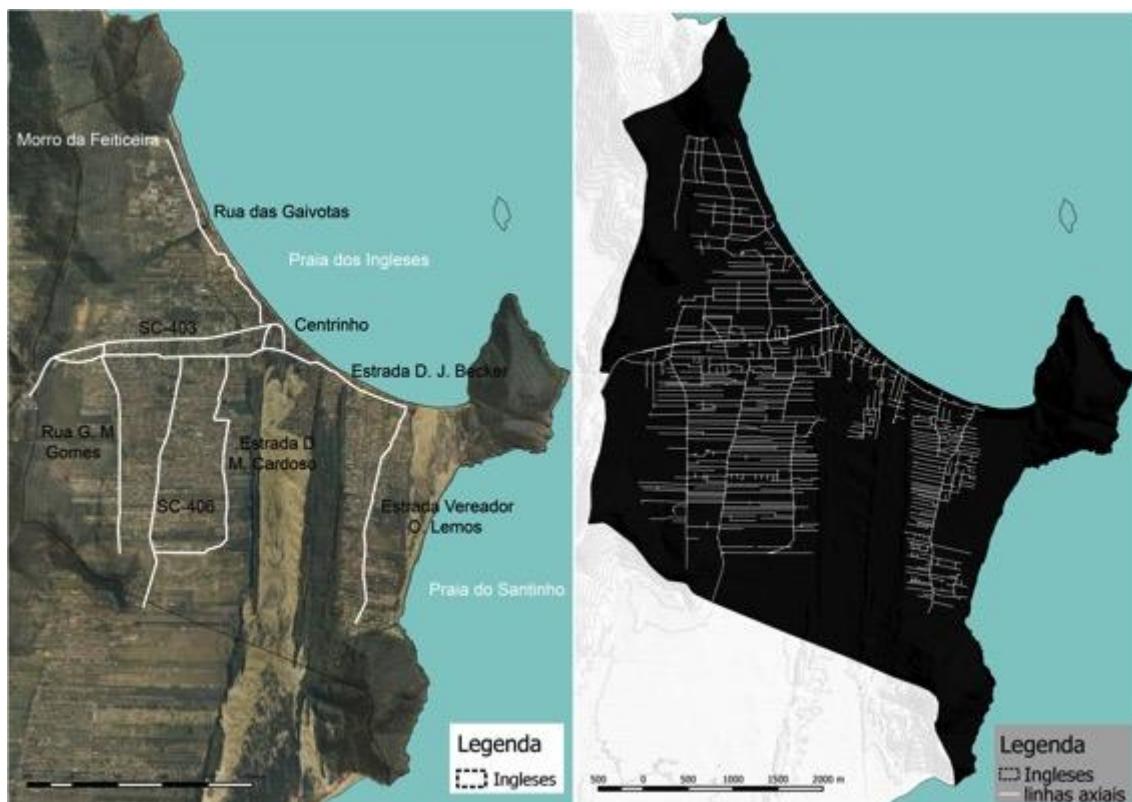
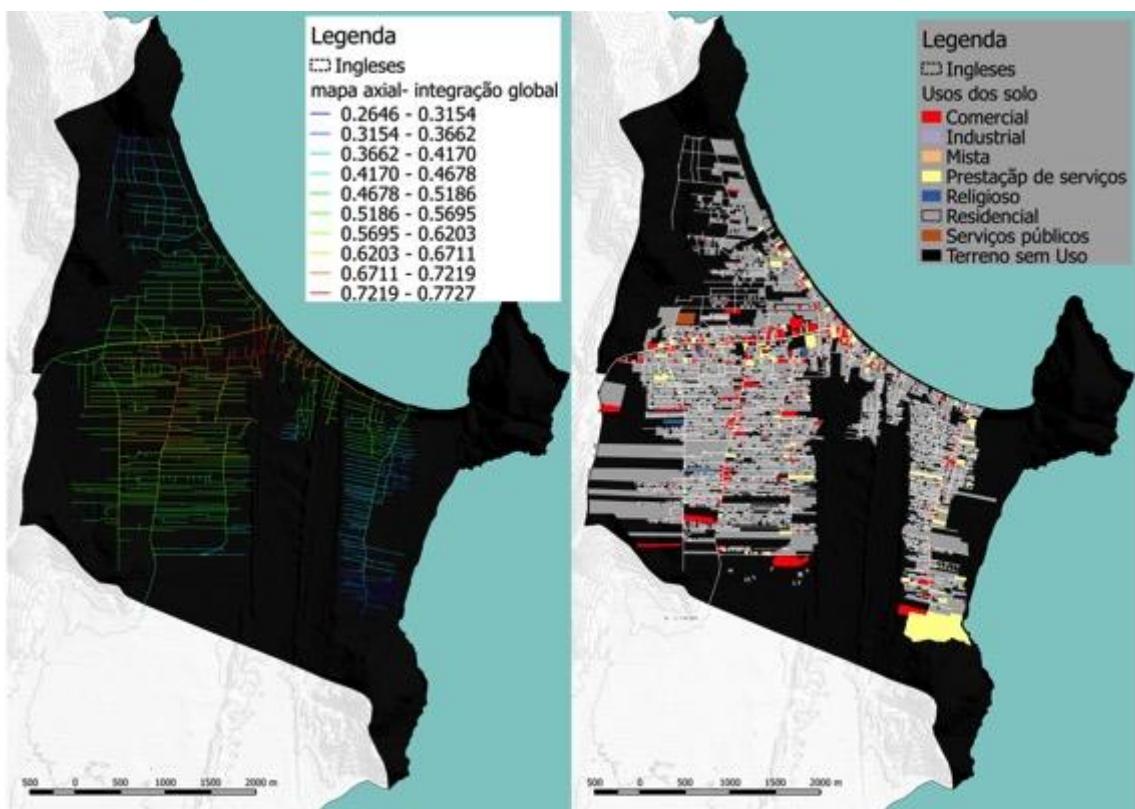
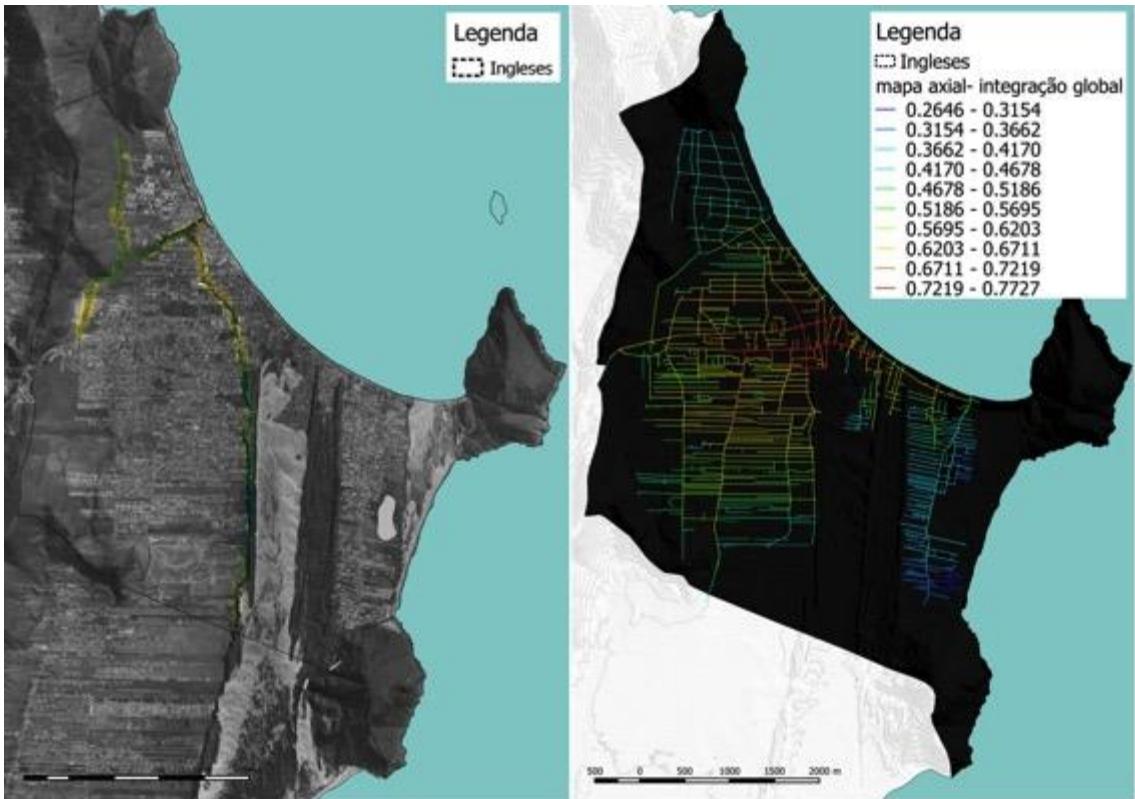


FIGURA 4



**FIGURA 5**



**FIGURA 6**

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. **The Social Logic of Space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

MELLO, Sandra S. **Na beira do rio tem uma cidade: urbanidade e valorização dos corpos d'água**. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pesquisa e Pós-graduação, PPG/FAU, UNB.

PEPONIS, John. Espaço, Cultura e Desenho Urbano no Modernismo Tardio e Além Dele. In: Boletim do IAU, Brasília, UnB, no. 51, 1991.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

## 1.22 INTERVENÇÃO ITINERANTE: a ação de coletivos urbanos na ocupação dos espaços públicos e edificações

Daniell Wanderley Lacet

Universidade Anhembi Morumbi – daniell.lacet@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, cada vez mais surgem nas grandes cidades brasileiras grupos organizados, denominados coletivos, que se originam com o objetivo de fazer intervenções em espaços públicos e edificações históricas, chamando atenção para sua má utilização. Entre as diversas organizações com esse tipo de ação, existe o Salve Rainha Café Sobrenatural. Localizado na cidade de Teresina, no Piauí, é denominado como uma “tecnologia social” do patrimônio cultural local através de exposição e apresentação de trabalhos autorais de cunho artístico, literário, gastronômico, histórico e ambiental. Apoaise, portanto, em sua missão principal de se constituir como uma iniciativa difusora da cultura piauiense. Em entrevista realizada para ente trabalho com Reis e Fortes em março de 2017, os autores definem que o objetivo do grupo seria o de “promover a revitalização de espaços públicos e patrimônio subutilizados através de ações coletivas e plurais, nos diversos ambientes de convívio coletivo, proporcionando múltiplas imersões culturais na população teresinense”. Ambos autores ainda definem em suas palavras a síntese conceitual da iniciativa:

“O Coletivo tem a concepção inicial de ser um café experimental com a intenção de promover uma movimentação artística e multiétnico cultural na cidade de Teresina, através da produção de ações coletivas e plurais, em espaços públicos e edifícios subutilizados da capital piauiense”.

(REIS, FORTES. 2017)

Com o propósito de resgatar a memória coletiva e urbana desses locais, o grupo elaborou uma dinâmica de exposições em locais inusitados, geralmente negligenciados ou que não chamavam atenção da população, com “a idealização de um espaço capaz de congregar diversas manifestações artísticas, entre elas: música, gastronomia, literatura e artes visuais, bem como viabilizar o acesso gratuito de diversos públicos - sempre aos domingos” (REIS e FORTES, 2017), sendo geradora de novos hábitos ao ocupar espaços públicos e construções abandonadas de forma coletiva.

A cidade de Teresina, com mais de 800 mil habitantes, sempre produziu grandes talentos de destaque nacional e internacional, seja na pintura, com Dora Parente; no artesanato, com Mestre Dezinho; ou na literatura e música, com Torquato Neto. Reis (2017) descreve que as primeiras iniciativas de

difusão da cultura piauiense surgiram na década de 1980, com uma feira de artesanato e comidas típicas, a qual atraía um público cativo aos domingos na Praça Saraiva, local histórico da capital. Desde então, diversos movimentos de promoção cultural surgiram na região, tais como o Viva Arte, um espaço cultural com galeria, palco para shows e gastronomia; e o Rock Matinê, articulado aos domingos no Espaço Boêmia oficinas de vídeos, grafite, exposições de curtas e longas e apresentação de novas bandas, difundindo e estimulando o aparecimento de novos artistas.

Em um país onde há diversos espaços públicos e edifícios históricos abandonados ou subutilizados, a participação da população e de outras organizações se tornam essenciais para sua revitalização. Através dessa necessidade, a arquitetura participativa, apesar de um tema recente, tem sido bastante debatido entre os profissionais da área, uma vez que:

“O processo participativo tem sido apresentado como uma forma de enfrentar a dimensão social e política dos projetos de interesse coletivo, fazendo valer a opinião e o desejo dos usuários, com o fim de garantir maior cidadania e democracia na concepção dos espaços urbanos”

(BARONE; DOBRY, 2004:18).

Desse modo, vemos que o envolvimento da população é parte fundamental para a solução dos diversos problemas sociais e que, nesse contexto, a arquitetura emerge como um dos meios mais eficientes e perenes para adereçá-los. Portanto, engajar as pessoas a participarem, opinarem e demonstrarem pontos de vista populares sobre as propostas arquitetônicas e urbanísticas é essencial para refinar o projeto e o mesmo obter sucesso. Como diz Matos (2010:30), “arquitetura é uma área do conhecimento, cujas atividades são dedicadas ao relacionamento dos seres humanos com o espaço e os objetos arquitetônicos”.

Assim, a presente pesquisa tem como objetivo estudar de forma aprofundada as tecnologias sociais de valorização do espaço público e patrimônio cultural, com enfoque no Salve Rainha, procurando detalhar todas as suas características e, assim, procurar possíveis maneiras de levar ou estender a essência e particularidades desses coletivos urbanos para outros projetos arquitetônicos e urbanísticos de interesse público.

Transformar essas iniciativas itinerantes em ações permanentes para futuras obras, de modo a chamar esses grupos e as pessoas interessadas para colaborar com formas de preservar de maneira mais duradoura nossos locais históricos, como afirma Del Rio, Iwata e Sanoff (2000:112), “[...] a atividade de projeto pode constituir um processo democrático e construtivo ao incluir a participação dos usuários e que pode gerar ambientes não apenas melhores e mais responsivos, mas também esteticamente agradáveis”.

## 2. METODOLOGIA

O presente trabalho integra um estudo bibliográfico à coleta de dados em campo, por meio de visitas programadas e de entrevistas gravadas, dentro da metodologia da pesquisa etnográfica, assim denominada por Rockwell (1986:32) como um método que domina um ramo da antropologia, “[...] cuja meta seria a de conhecer o mundo tal como o conhecem os sujeitos que o experimentam diariamente”.

A coleta de dados levará, por um lado, ao levantamento do conhecimento de experiências passadas e da construção teórica relevante a esse estudo; e, por outro lado, ao aprofundamento do contato com experiências atuais de maneira pessoal, de modo a tomar conhecimento da própria opinião dos grupos e pessoas participantes no fenômeno em questão.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o momento, os primeiros resultados mostram um grande reconhecimento da população frente aos eventos e conceito do grupo, atestado no número de participantes que foi conferido ao visitar uma das ações do coletivo. Com tamanho prestígio, foi constatada uma mudança no comportamento dos governos municipal e estadual em relação à área patrimonial e cultural, conferida através de entrevistas já realizadas, especialmente nos locais onde ocorreram uma intervenção do coletivo.



Evento do coletivo Salve Rainha,  
realizado em 2015 na antiga Câmara Municipal

Fonte: Reportagem de Mayara Martins para o jornal digital O Dia - disponível em:  
<http://www.odiocomestilo.com/noticias/moda/salve-rainha-retoma-atividades-em-nova-temporada-no-centro-de-teresina>

As ações do coletivo nos últimos três anos também promoveram um maior engajamento de setores da sociedade na preservação do patrimônio local e levantamento de discussões sobre requalificação urbana na cidade, o

que chamou a atenção dos poderes municipal e estadual, que passaram a dar mais atenção a área cultural.

Dentre os projetos existentes e em elaboração nos espaços de interesse público no Legislativo local, destacam-se os locais levantados com base nos valores apresentados pelo Salve Rainha. Um exemplo são as iniciativas para transformação do antigo sanatório Meduna e do prédio da Fundação Nacional de Humor, locais onde aconteceram ações do coletivo, em museus com foco na cultura local, apesar de ambos os planos ainda estarem em fase inicial de discussão na Prefeitura. Além disso, também foi inaugurada recentemente uma praça cultural inspirada nas ideias do grupo embalado da centenária ponte Juscelino Kubitschek, no qual foi nomeada em homenagem ao fundador do coletivo, Francisco das Chagas Junior, e que está sendo observada a adesão dos moradores ao local.



Praça Salve Rainha, sob ponte JK – evento realizado na praça Francisco das Chagas de Araújo Costa Júnior, após reforma em decorrência de eventos realizados pelo Salve Rainha em 2015 e 2016 no local.

Fonte: Fotos de Moura Alves em reportagem do Portal O Dia – disponível em <http://www.portalodia.com/noticias/teresina/ponte-juscelino-kubitschek-ganha-novas-faixas-e-praca-cultural-303983.html>



Praça Salve Rainha, sob ponte JK – evento realizado na praça Francisco das Chagas de Araújo Costa Júnior, contando com a participação local.

Fonte: Foto autoral

#### 4. CONCLUSÕES

Já é possível perceber que o Salve Rainha provocou mudanças na forma que as pessoas observam o patrimônio edificado e espaços públicos da cidade, seja o público frequentador de suas ações ou não. Teresina possui um histórico de negligência de sua história edificada, com casos em que os interesses pessoais prevaleceram sobre a preservação de sua história, algo que tem mudado nos últimos três anos com as ações do coletivo.

Percebe-se claramente os benefícios do processo participativo em decorrência do coletivo. Os projetos de interesse público, como o próprio termo já diz, são feitos para a população interessada: o programa de necessidades, organograma e fluxograma dos espaços são desenhados com o objetivo de sanar os problemas que afetam as pessoas que serão solucionados com a obra a ser projetada. Nada mais justo, portanto, que a sociedade, orientada tecnicamente pelos profissionais das áreas envolvidas de forma autônoma, possa opinar a respeito do espaço ideal que desejam. E isso gera a valorização do espaço a ser construído pelos habitantes da região pois, ao se sentirem responsáveis pela sua elaboração, gera uma relação entre o ser humano e o local, tal qual afirmava o Team 10, segundo Barone e Dobry (2004). Também como afirmou Del Rio, Iwata e Sanoff (2000:112):

“[...] a metodologia participativa utilizada abre a possibilidade da conscientização dos leigos participantes [...] de suas próprias capacidades em contribuir com o

projeto, num processo educativo onde entende-se que a divulgação dos métodos da arquitetura é vital para a sua própria valorização. O sentimento de poder participar do processo de tomada de decisões é crucial para a valorização do ambiente construído final e o comprometimento com os resultados obtidos”.

Também é necessário citar que a inclusão de processo participativo na elaboração dos projetos aumenta sua eficiência ao reduzir correções e aumentar o detalhamento da obra para a demanda específica. Afirma Matos (2010:25):

“A inclusão de múltiplos olhares e pensares influencia na maneira de processar arquitetura. Conseguindo abranger um maior número de opiniões de participantes, que são profissionais projetistas ou não, a trajetória de projeto foi reduzida de erros e alcançou objetivos mais apropriados à demanda”.

Conclui-se, portanto, a importância da colaboração de outros atores que não seja apenas do arquiteto e cliente na elaboração de projetos arquitetônicos e urbanísticos, especialmente aqueles com apelo social forte. O profissional da área possui um conhecimento específico cujo não deve ser usado em favor de seus próprios gostos e preferências, e sim com o objetivo de atender as necessidades das pessoas que utilizarão o projeto a ser construído.

“A partir da conscientização que os projetistas adotaram, observou-se que a diversidade de informações durante o processo criativo ampliava a base de conhecimento do objeto de estudo e possibilitava a obtenção de resultados mais criativos e adequados ao usuário”.

(MATOS, 2010:23)

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livros

ALMEIDA, M.A.; MUÇOUÇAH, P.S. **Mutirão e Autogestão em São Paulo: uma Experiência de Construção de Casas Populares**. São Paulo: Pólis, 1991. 52 p.

VIDLER, A. “Architecture’s Expanded Field”. Em: SYKES, Krista. **Constructing a New Agenda: Architectural Theory 1993-2009**. Nova York: Princeton Architectural Press, 2010.

### Artigos

DEL RIO, V.; IWATA, N.; SANOFF, H. Programação e métodos participativos para o projeto de arquitetura: o caso do colégio de aplicação da UFRJ. **Nutau 2000: Tecnologia e Desenvolvimento**. USP, 2000, p. 105-113

BARONE, A. C. C., DOBRY, S. A. Arquitetura participativa: na visão de Giancarlo de Carlo. **Revista do PPGAU da FAUUSP**, nº 15. São Paulo: FAUUSP, 2004.

PEREIRA, A. M. et al. PROJETO SURTO CULTURAL – Universidade Federal de Alagoas. Relatório Projeto Surto Cultural, 2002. Maceió, 2003 (mimeo). Disponível em:

[www.prac.ufpb.br/anais/sempre/vsempreanais/Anais/Cultura%20e%20artes/surt\\_o.doccUrw&sig2=UP9EXClzOWMcO\\_9SUzlHcQ](http://www.prac.ufpb.br/anais/sempre/vsempreanais/Anais/Cultura%20e%20artes/surt_o.doccUrw&sig2=UP9EXClzOWMcO_9SUzlHcQ). Acesso em: 10 de março de 2017.

#### Tese/Dissertação/Monografia

MATOS, I. **Processo participativo de projetação em arquitetura: estudo de caso de uma oficina de projeto**. 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) –Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2010.

ALIPRANDI, d. **A construção coletiva dos espaços livres públicos: O arquiteto e os procedimentos participativos – recentes experiências em Vitória (ES)**. 2010. 135 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

#### Documentos eletrônicos

PEREIRA, a.m. et al. **Surto cultural: a metodologia participativa como forma de transformação social**. Acessado em 10 mar. 2016. Online. Disponível em:  
[www.prac.ufpb.br/anais/sempre/vsempreanais/Anais/Cultura%20e%20artes/surt\\_o.doccUrw&sig2=UP9EXClzOWMcO\\_9SUzlHcQ](http://www.prac.ufpb.br/anais/sempre/vsempreanais/Anais/Cultura%20e%20artes/surt_o.doccUrw&sig2=UP9EXClzOWMcO_9SUzlHcQ).

#### Depoimentos

REIS, r. FORTES, r. Entrevista concedida a Daniell Lacet. Teresina, 8 de março de 2017.

FORTES, c. Entrevista concedida a Daniell Lacet. Teresina, 8 de março de 2017.

## 2.23 INVESTIGANDO FORMAS DE ANALISAR A EQUIDADE ESPACIAL DA LOCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA

Tiago Silveira<sup>1</sup>

<sup>1</sup>PROPUR/UFRGS – *tiagorublescki@gmail.com*

### 1. INTRODUÇÃO

As cidades são organismos vivos, complexos, onde uma pequena alteração em um ponto pode acarretar mudanças substanciais em outros pontos do sistema urbano. Desenvolvem-se de processos de planejamento e tomadas de decisões de cima para baixo. Mas também são frutos do acaso, de decisões de baixo para cima, sem planeamento ou interrelação umas com as outras. No estudo da morfologia urbana, tem-se como arcabouço teórico de referência teorias constitutivas. A cidade para ser estudada deve ser antes observada em partes, simplificada para responder a diferentes hipóteses. Os modelos urbanos respondem a essa necessidade. Dentro da modelagem urbana, o presente estudo se vincula a abordagem configuracional, que estuda a cidade como um sistema de células espaciais e suas conectividades.

Este trabalho tem como objetivo sistematizar uma metodologia para a análise da Equidade Espacial, analisando a característica locacional e distributiva dos serviços públicos de saúde. Dividido em três partes, primeiro apresenta uma revisão bibliográfica do assunto, observando trabalhos sobre os temas correlatos a equidade espacial. A segunda parte do trabalho sistematiza uma metodologia de análise da equidade espacial. A parte final é dedicada a um estudo de caso, apresentando os principais resultados e discussões obtidos através do uso da metodologia apresentada.

### 2. METODOLOGIA

O esforço de sistematizar uma metodologia que utilize a abordagem configuracional para medir a Equidade na oferta de serviços na cidade não é novidade, inúmeros pesquisadores vêm utilizando metodologias com diferentes sistematizações e seleções de dados em busca de responder a questão de “como medir a equidade?” (TALEN, 1998, p. 22). Ferreira e Raffo (2012) ao estudar o uso dos sistemas de informação geográfica (SIG), na compreensão da acessibilidade física aos serviços de saúde pela população rural, nos aproximam do assunto, através de diferentes possibilidades de medir o atendimento da demanda na área da saúde.

- 1) Proporção provedor-população: Calculam a proporção de provedores de serviços em relação à população em uma dada área;
- 2) Distância até o provedor mais próximo;
- 3) Distância média até um conjunto de provedores: “É uma medida combinada de acessibilidade e disponibilidade... determina-se a impedância média de viagem a todos os postos de atendimento...” (FERREIRA; RAFFO, 2012, p. 181)

- 4) Modelos gravitacionais de influência espacial: combina acessibilidade e disponibilidade dos serviços de saúde, com uma fricção maior conforme a distância e uma atração maior conforme a oferta.

Talen (1998) também sistematiza medidas dessa relação entre oferta e demanda, na distribuição de recursos públicos: (1) minimizando custos de viagem – distância média entre cada origem/destino; (2) Objetivos cobertos – raios de cobertura de serviços e (3) modelo de gravidade – força de atração entre demanda e oferta sendo proporcional a atratividade de oferta e inversamente proporcional aos quadrados da distância entre eles.

Segundo Gheno (2015, p. 31):

Krafta (1996, 2000) utiliza o conceito de oportunidade espacial como a relação espacial entre uma localização residencial e um sistema de serviços distribuídos na cidade, ou seja, é definido pela acessibilidade relativa dos pontos de demanda em relação à distribuição das facilidades urbanas nos pontos da oferta. Segundo Krafta (2001), a oportunidade espacial pode ser considerada uma medida de equidade espacial se as variáveis foram desagregadas: no lado da demanda a população for separada em grupos de consumo e, no lado da oferta, os serviços forem separados por sua natureza, tamanho e complexidade.

A simples contagem e mapeamento do números oferta de serviços na comparação da população se torna insuficiente. (KRAFTA, 1997). Krafta (1997) ratifica a Oportunidade Espacial como um importante indicador para medir o desempenho urbano. Desta forma, a oportunidade espacial “pode ser definida como a medida do privilégio locacional de uma residência em relação a um determinado serviço ou grupo de serviços existentes no sistema urbano” (KRAFTA, 2014, p. 214)

Conforme Krafta (2001), isto pode ser interpretado como a caracterização de justiça ou equidade em relação à provisão de facilidades urbanas. Pode-se avaliar a relação entre diferentes grupos populacionais e diferentes categorias de ofertas, considerando distâncias pré-definidas ou o sistema inteiro, o que oferece uma imagem bastante rica acerca destas relações. (GHENO, 2009, p. 61)

Também Krafta (2014) defende que a oportunidade espacial representou um grande avanço em relação as análises medidas através de uma relação (proporção) simples entre a população e os serviços ofertados.

Tendo como medida para calcular o equidade espacial a Oportunidade Espacial, podemos sistematizar uma metodologia que possa ser aplicada na análise da distribuição de postos de saúde em uma cidade. Tal metodologia é composta por três grandes momentos: (1) formatação e tratamento dos dados; (2) procedimentos para cálculo das medidas e (3) análise dos resultados. (GONÇALVES, 2011)

A primeira etapa é de formatação e tratamento dos dados. É preciso selecionar a (i) localização dos empreendimentos de saúde e (ii) atribuir características a eles – manipulando a oferta e (iii) atribuir características a população/habitação – manipulando a demanda.

A segunda etapa compreende os procedimentos para cálculo da medida. “Há uma grande variedade de medidas de acessibilidade para escolher” (TALEN, 1998, p. 26). O presente trabalho utiliza a medida de acessibilidade de modelo gravitacional, Oportunidade Espacial. Para esta etapa se faz necessário a utilização de softwares específicos de modelagem urbana.

A última etapa é a de análise dos resultados. Estas análises dependem da medida escolhida e podem ser feitas por análise visual – gráfica e de mapas, e análise estatísticas. (FRANCA, 2004)

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Para este trabalho buscou-se apresentar um breve estudo de caso sobre o município de Santo Augusto, selecionado por ser um município de pequeno porte, (13.968 habitantes – IBGE/2010) – com uma taxa de urbanização de 81%, que têm seu distrito sede (urbano) envolto por território rural<sup>7</sup> somada a disponibilidade de dados referente ao serviços públicos de saúde.

Figura 01 – Localização município e sede Santo Augusto



Fonte: Wikipédia e Plano Diretor Municipal

Para a manipulação da demanda utilizou-se para “alimentar” o modelo a população total (IBGE/2010). Não houve nenhum tipo de ponderação ou estratificação da demanda. Em um momento posterior, de análise gráfica, buscou-se nos dados do IBGE/2010 a seleção de variáveis por setores censitários para caracterizar a população através de três diferentes mapas temáticos (moradores, renda e idade).

Quanto a manipulação dos dados de oferta, foi utilizado como entrada a localização das cinco Unidades Básicas de Saúde do município e a localização

<sup>7</sup> Considerou-se apenas a zona urbana (Distrito de Santo Augusto).

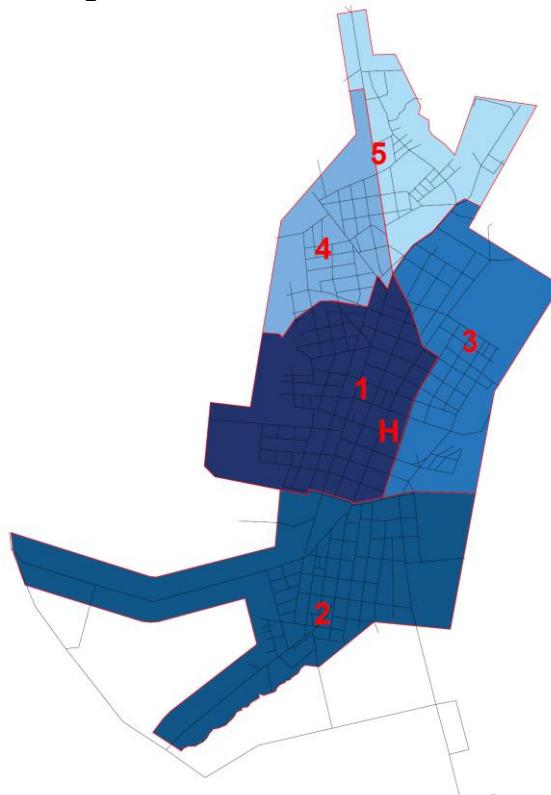
do Hospital. Para ponderação utilizou-se utilizou-se o número de médicos de cada estabelecimento.

Tabela 01 – Estabelecimento de Saúde

EQUIPAMENTO	BAIRRO	POP. BAIRRO	POP. ESF	PONDERAÇÃO	SÍMBOLO		
Posto de Saúde Central ESF 4 e 6	Centro	1.673	2.970	3	1		
	Floresta	555	26%				
	São Francisco	742					
UBS Zona Sul ESF 2	Santa Fé	876	2.762	1	2		
	Leonizio Gonzatto	552	24%				
	Getúlio Vargas	1.334					
UBS Zona Leste ESF 3	Glória	1.101	2.129	1	3		
	Santa Rita	659	19%				
	Zeca Silva	369					
UBS Zona Oeste ESF 5	Petrópolis	1.006	1.845	1	4		
	São João	839	16%				
UBS Zona Norte ESF 1	Santo Antônio	1.105	1.585	1	5		
	Tiradentes	277	14%				
	Cerro Azul	203					
HOSPITAL BOM PASTOR		cidade toda		5	H		

Fonte: dados Prefeitura Municipal de Santo Augusto

Figura 02 – Estabelecimento de Saúde



Fonte: Elaboração do autor

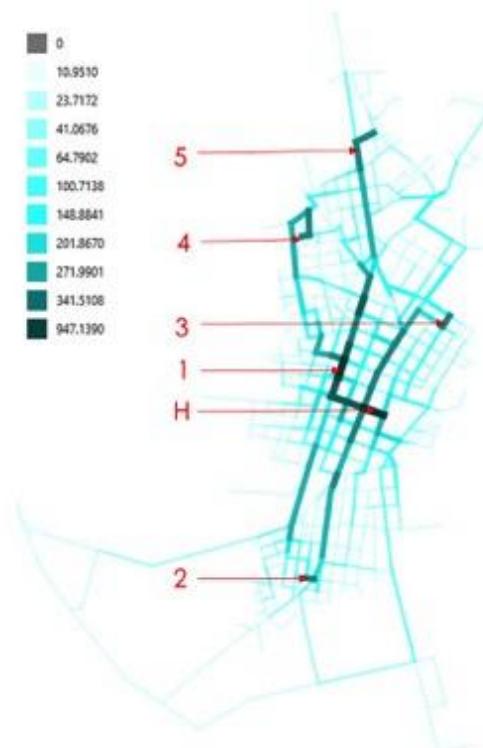
Ainda na a primeira etapa da metodologia foi contruída a representação espacial da cidade por trechos – “representa o espaço público aberto (ruas)

através de linhas contínuas limitadas por intersecções" (FRANÇA, 2004, p. 37). Gerando uma representação com 718 entidades.

A segunda etapa consistiu nos procedimentos para o cálculo da medida de Oportunidade Espacial. Utilizou-se o software Urban Metrics, desenvolvido pelos professores o Laboratório de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas com base em modelos concebidos por Krafta.

Na construção da representação de Oportunidade Espacial considerou-se todos os trechos como demandas e os trechos onde se localizavam as UBS e o Hospital como oferta. Essa oferta foi ponderada em cada trecho pelo número de médicos em cada estabelecimento. O Hospital Bom Pastor teve ponderação 5, o Posto de Saúde Central 3 e cada uma das UBS não teve ponderação (valor 1).

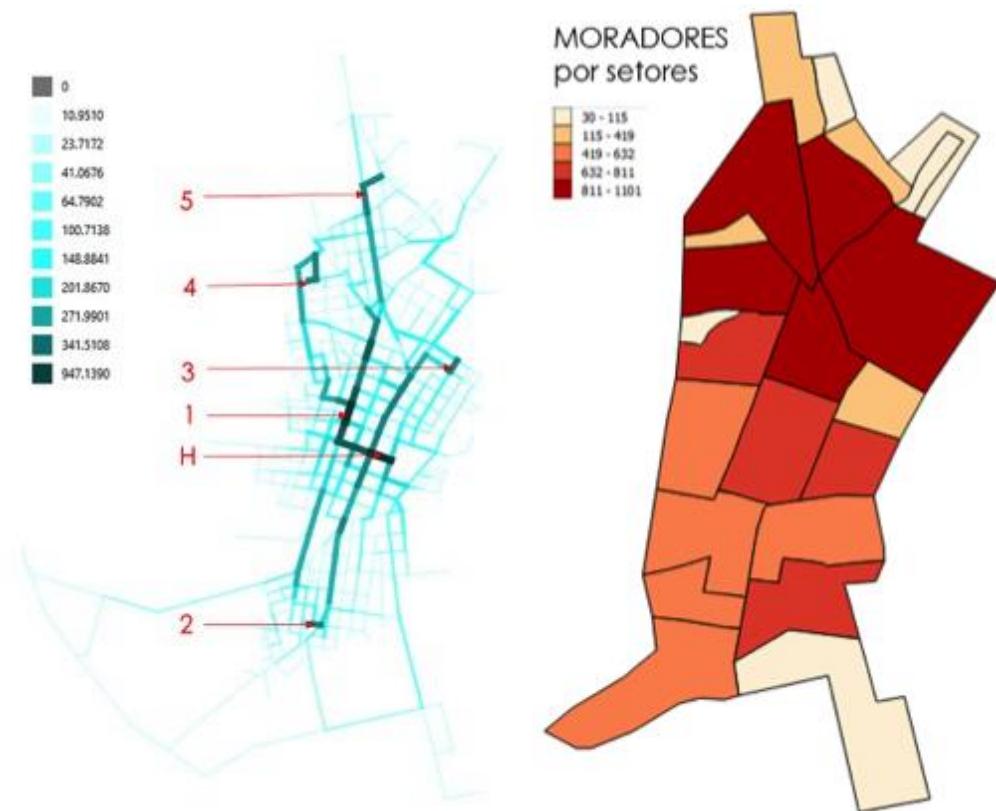
Figura 03 – Mapa Oportunidade Espacial – Equipamentos de Saúde



Fonte: Elaboração do autor

A última etapa consistiu na análise gráfica da comparação dos mapas de demandas - moradores (figura 08), renda (figura 09) e idade (figura 10) com a representação da Oportunidade Espacial.

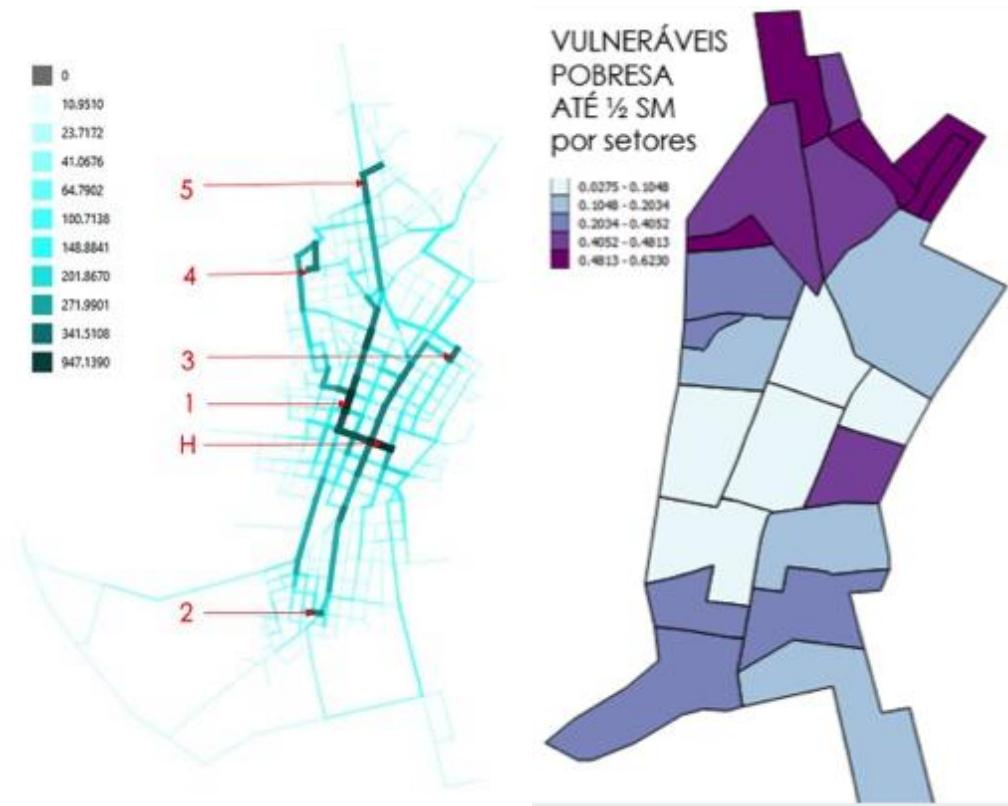
Figura 04 – Oportunidade Espacial/População



Fonte: Elaboração do autor

A representação de Oportunidade Espacial deve ser entendida como as linhas (trechos de ruas) mais escuras sendo aqueles trechos com a população com **maior oportunidade no acesso a saúde**. O mapa de população marca de forma mais escuras aqueles setores censitários com maior população. Analisando a distribuição equitativa no que Talen (1998) apresenta como de igualdade, sem caracterizar a demanda, temos que embora a oportunidade espacial esteja mais concentrada no centro geográfico do território com uma ramificação mais fraca ao norte, os setores censitários mais populosos estão localizados ao norte do território, principalmente ao nordeste onde a oportunidade espacial é baixa.

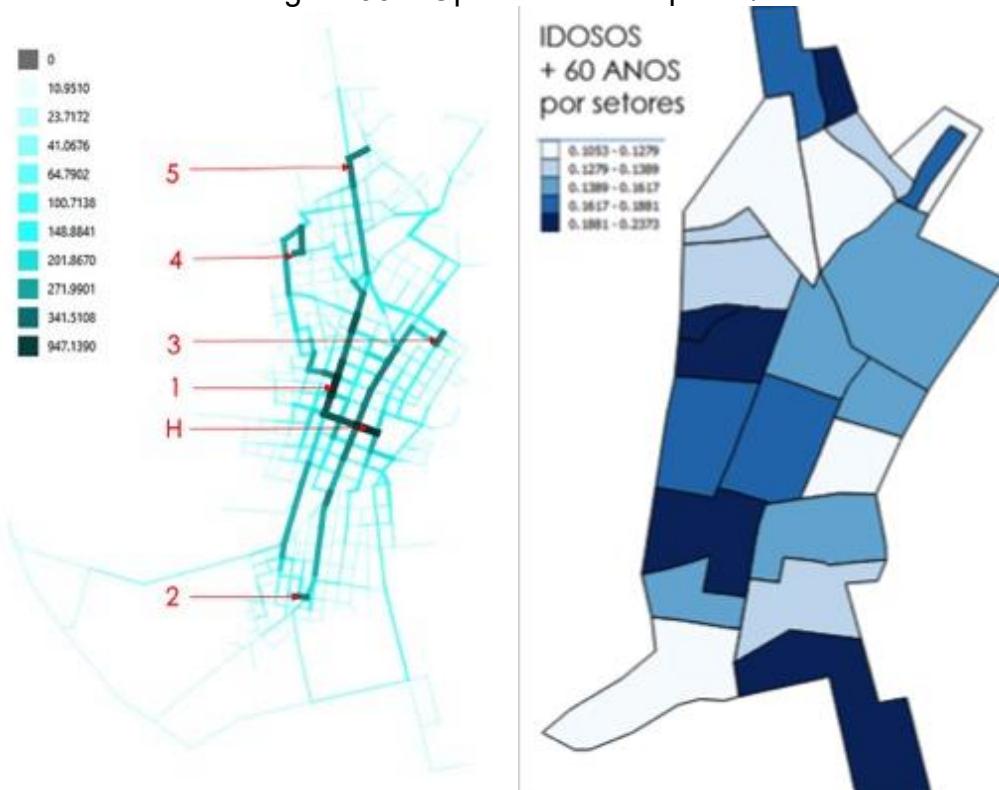
Figura 05 – Oportunidade Espacial/Renda



Fonte: Elaboração do autor

Analisando agora a equidade na distribuição dos benefícios pela necessidade, ou como Talen (1998) chama de Equidade Compensatória, analisamos a Oportunidade Espacial ao lado do mapa de renda, com destaque para pessoas vulneráveis a pobreza. Moradores com menores rendimentos são os que dependem mais da oferta de saúde pública, por não poderem acessar no mercado esse serviço. Novamente observamos uma concentração da Oportunidade Espacial no centro geográfico do município, com algumas pequenas ramificações ao norte, já a população mais carente se situa no extremo norte. Fica evidente que os setores menos vulneráveis a pobreza são os mesmos onde os privilégios locacionais ao acesso a saúde são maiores, caracterizando uma situação de desigualdade na distribuição de serviços de saúde.

Figura 06 – Oportunidade Espacial/Idade



Fonte: Elaboração do autor

Por último, analisamos a Oportunidade Espacial ao lado do mapa de idade, hachura mais escura setores censitários com maior número de população idosa – mais de 60 anos. Mais uma vez, na análise de uma equidade compensatória, entendendo que a população idosa é também um extrato de população mais necessitada por equipamentos de saúde. A representação de oferta apresenta seus maiores valores nos trechos mais centrais do território urbano do município, com uma pequena ramificação ao norte. Comparando com o mapa dos idosos, observamos que os idosos estão de forma dispersa no município, com algumas hachuras mais escuras na parte central – coincidindo um pouco com os trechos mais escuros da Oportunidade Espacial, porém há hachuras mais escuras de idosos ao norte e outra ao sul do município.

#### 4. CONCLUSÕES

A utilização de modelos, construídos por softwares de análise urbana integradas ao SIG, podem trazer uma importante contribuição no campo de estudo da distribuição equitativa dos serviços públicos, como é o caso na saúde.

O trabalho buscou apresentar e sistematizar uma metodologia simples para análise da equidade da distribuição dos serviços públicos de saúde, de forma a ser aplicada na tomada de decisão dos agentes públicos. Essa metodologia consiste em apenas três etapas: (1) formatação e tratamento dos

dados; (2) procedimentos para cálculo dos indicadores e (3) análises de resultados. A análise da distribuição pode ter sua complexidade aumentada conforme houverem dados disponíveis e hipóteses elaboradas. Inserido dentro de um campo de modelagem urbana, não se pode esquecer que as medidas geradas sempre corresponderão a uma parte limitada dentro da vasta complexidade da realidade urbana.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, R. V.; RAFFO, J. G. O Uso dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) no Estudo da Acessibilidade Física aos Serviços de Saúde pela População Rural: Revisão de Literatura **Hygeia, Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v. 8, n. 15, p. 177–189, 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/34540/20580>>.

FRANÇA, A. **Indicadores De Desempenho Espacial Estudo De Caso : a Cidade De Curitibanos-Sc Estudo De Caso : a Cidade De Curitibanos-Sc.** Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Propur, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GHENO, P. Z. **Indicador de Desempenho Urbano: metodologia e perspectiva de integração.** Dissertação (Mestrado) - Curso de Urbanismo, Propur, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GONÇALVES, A. R. **Indicadores de dispersão urbana.** Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Propur, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

KRAFTA, R. Avaliação de desempenho urbano. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7º**, 1997, Recife. Anais do VII Encontro Nacional da Anpur, 1997.

\_\_\_\_\_, R. **Notas de Aula de Morfologia Urbana.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

TALEN, E. Visualizing Fairness: Equity Maps for Planners. **Journal Of The American Planning Association.** Washington, p. 22-38. 1998.

## **1.24 MAPEAMENTO COLETIVO PELA INTERNET COM O PEOPLEGGRID: uma possibilidade de participação no processo de planejamento urbano**

**Maurício Polidori<sup>1</sup>; Otávio Peres<sup>2</sup>; Miguel Polidori<sup>3</sup>; Fernanda Tomiello<sup>4</sup>**

<sup>1</sup> UFPel – FAUrb – LabUrb – mauricio.polidori@gmail.com

<sup>2</sup> UFPel – FAUrb – LabUrb – otmperes@gmail.com

<sup>3</sup> UFPel – FAUrb – LabUrb – miguel.polidori@gmail.com

<sup>4</sup>UCPel – Curso de Arquitetura e Urbanismo – fernandatomielo@gmail.com

### **1. INTRODUÇÃO**

PeopleGrid é o nome de um projeto que permite a realização de mapeamentos coletivos, a partir de questões levantadas por pesquisadores e de respostas espacializadas das pessoas, utilizando a internet. Está implementado numa plataforma computacional, consistindo numa ferramenta que cuja aplicação permite apoiar etapas no processo de planejamento urbano, podendo colaborar no levantamento, análises espaciais, diagnósticos e elaboração de propostas, operando sobre a base geográfica digital do GoogleMaps© e StreetView© e permitindo exportação para programas especializados de SIG – Sistemas de Informação Geográfica.

Tecnicamente, o PeopleGrid é um SIG simplificado que disponibiliza ao internauta um questionário virtual apoiado por um mapa dividido em uma grade de células, a qual pode ser entendida como uma área particionada em uma malha regular de células, onde o atributo de cada uma corresponde ao valor da variável para cada posição dentro da célula (Torrens, 2000). O mapeamento através deste método permite relacionar cada parcela do espaço com sua vizinhança, superando limitações do pensamento e representações espaciais euclidianas (que utilizam pontos, linhas e áreas separadas) e avançando sobre as possibilidades do espaço leibnitziano, atento às relações de contexto (Polidori, 2004).

Este trabalho apresenta os resultados preliminares de uma das pesquisas utilizando a ferramenta PeopleGrid (disponível em <http://www.peoplegrid.com.br/>), na cidade de Pelotas, RS, Brasil, interessada em apoiar uma proposta de dotação de parques para a cidade, de modo associado ao movimento socioambiental “Nem 1 metro de área verde a menos”, do qual os autores deste artigo participam.

## 2. A PLATAFORMA PEOPLEGRID

É conhecida a importância da participação popular em processos de desenvolvimento urbano, sendo considerada uma das diretrizes gerais da política urbana brasileira, como aparece no Art. 2º da lei 10.257, de 2001, que institui o Estatuto da Cidade, no seu artigo 2º, inciso II, a citar: “II – gestão democrática por meio da participação da população na execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;”. Essa diretriz legal vem também sendo repetida nos estados e nos municípios brasileiros, que em tese deveriam ter percorrido algum caminho para implementar a participação popular. Todavia, parecem ser raros os novos instrumentos dedicados a facilitar a participação das pessoas em planos e projetos, sendo que a plataforma PeopleGrid pretende ser uma alternativa para alguns aspectos da realidade, como será mostrado a seguir.

Além das diretrizes legais para a participação, é consenso que as possibilidades trazidas pelas tecnologias computacionais e pelas redes de computadores aparecem como uma das alternativas para a interação entre as pessoas, para a troca de saberes e para o compartilhamento de opiniões (Savazoni e Cohn, 2009; Batty, 2003 e 2009). Na mesma linha está o argumento de Buzai (2009), quando afirma que os avanços computacionais vêm trazendo novas possibilidades no manejo das informações, superando dificuldades de produção, transmissão e guarda de dados sobre as cidades. Nesse caminho está a proposta do PeopleGrid, como um modo para permitir que os planejadores urbanos formulem questões espacializadas sobre a cidade, implementando essas questões na internet e permitido que as pessoas respondam e que, deste modo, sejam construídos mapas colaborativos com os seus saberes e desejos.

Como cada pessoa responde individualmente às questões na plataforma PeopleGrid, o resultado vai ser a soma de muitas opiniões, alcançado por álgebra de mapas, facilmente permitida pelo mapeamento em forma de grid. Certamente a resposta de cada pessoa será marcada pela subjetividade (decisão centrada no sujeito) e pela simplicidade, cuja repetição e acúmulo de respostas permite migrar para a intersubjetividade e para a complexidade, aspectos interessantes para subsidiar estudos aplicados à cidade contemporânea e, ao cabo, dando conta da objetividade (decisão centrada no objeto) típica dos trabalhos de planejamento urbano.

Trabalhos anteriores de SIG participativo trilharam caminhos semelhantes aos propostos neste trabalho, porém operando com técnicas vetoriais, de pontos, linhas ou áreas (Rantanen e Kahila, 2009; Bugs, 2012). Um dos diferenciais do PeopleGrid é justamente a ideia de mapear mediante células, o que implica em decidir o que marcar e o que não marcar, em decisões que sempre levam em conta as vizinhanças e os limites. Para responder escolhendo determinadas células que correspondem a cada opinião, as pessoas passam por um processo de reconhecimento do local, de contextualização e de priorização.

Ao final o respondente pode visualizar o resultado imediatamente, verificando o ajuste de suas opiniões ao conjunto das respostas. Por seu turno o pesquisador pode salvar resultados parciais ou totais, criar mapas temáticos e os exportar para um SIG com outras informações de seu interesse.

### 3. O CASO DOS PARQUES URBANOS EM PELOTAS

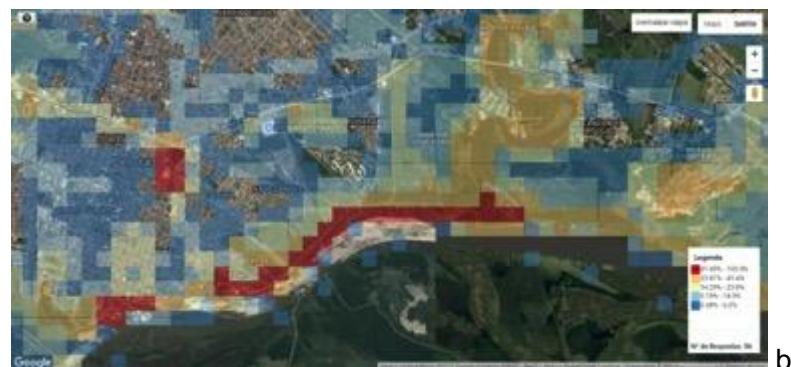
A cidade de Pelotas, RS, Brasil fica ao sul do Rio Grande do Sul, a cerca de 140 km do Uruguai, aproximando-se pelo Rio Jaguarão. Sua população urbana está em cerca de 350 mil habitantes, podendo ser classificada como uma cidade de porte médio. É nacionalmente conhecida pela produção cultural, presente principalmente na arquitetura do Século XIX e na elaboração de doces portugueses. Apesar dessa relativa sofisticação cultural, a cidade não dispõe de parques urbanos, os quais vem sendo crescentemente reivindicados pelos movimentos socioambientais.

Nesse caminho uniram-se duas universidades e duas organizações não governamentais (respectivamente: Universidade Federal de Pelotas e Universidade Católica de Pelotas; Centro de Estudos Ambientais e Grupo Especial de Estudo e Proteção do Ambiente Aquático), para reivindicar melhorias no sistema de aeras verdes da cidade, destacadamente indicando a necessidade de parques urbanos, quer dedicados ao uso das pessoas, quer dedicados à preservação ambiental. No processo de discussão apareceu a importância de elaborar alguma proposta, evitando de os trabalhos restringirem-se somente à denúncia da falta de parques públicos ou a críticas ao poder público local.

Foi então delineada uma pesquisa na plataforma PeopleGrid, com somente uma questão: "Quais áreas destinar para parque urbano público?". Os resultados foram alvissareiros e aparecem de modo simplificado nas figuras 1 e 2, a seguir.

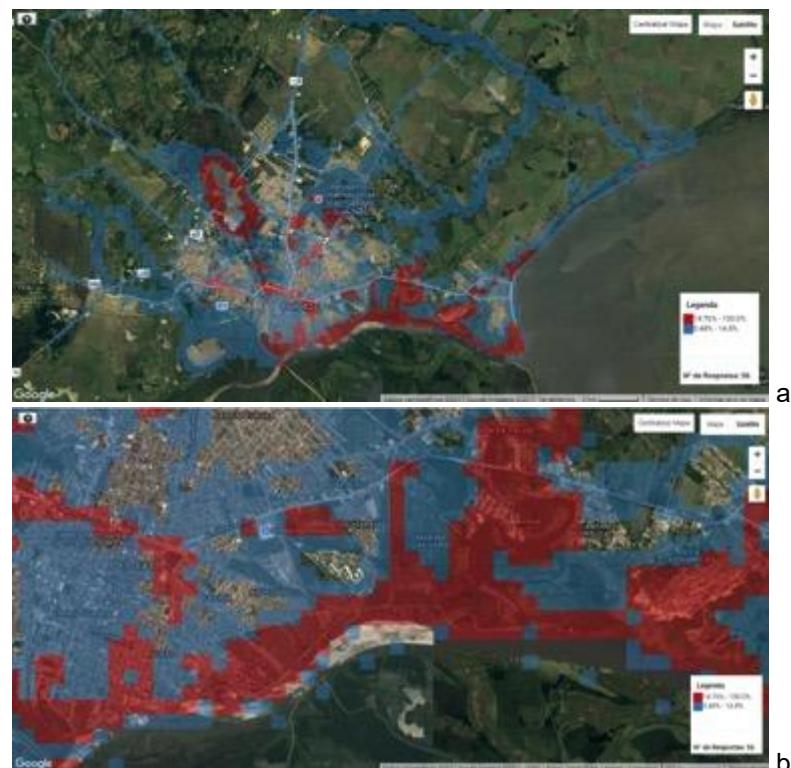


a



b

Figura 1: a) tela com os resultados na plataforma [www.peoplegrid.com.br](http://www.peoplegrid.com.br) (células de 200m), para a pergunta "Quais áreas destinar para parque urbano público?", em Pelotas, RS, em pesquisa realizada em 2016 (50 dias), com 05 (cinco) classes obtidas por natural breaks, com 56 respondentes; b) detalhe de áreas com maior percentual de escolha. Fonte: dos autores, 2017.



a

b

Figura:.. a) tela com os resultados na plataforma [www.peoplegrid.com.br](http://www.peoplegrid.com.br) (células de 200m), para a pergunta "Quais áreas destinar para parque urbano público?", em Pelotas, RS, em pesquisa realizada em 2016 (50 dias), com 02 (duas) classes obtidas por natural breaks, com 56 respondentes; b) detalhe de áreas com maior percentual de escolha. Fonte: dos autores, 2017.

Esses resultados foram legitimados em oficina presencial, realizada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, quando a comunidade foi convidada a indicar as áreas para parques de modo presencial, sobre mapa impresso, como aparece na figura 3, a seguir.



Figura 3: a) e b) imagens da oficina presencial para mapeamento de áreas destinadas a parques urbanos, em Pelotas, RS, Brasil. Fonte: Soler - CEA, 2017.

#### 4. CONCLUSÕES

A plataforma PeopleGrid de fato foi decisiva na elaboração de um mapa indicando prioridades de áreas para destinar para parques urbanos em Pelotas, RS, Brasil, com as seguintes características principais:

- a) a plataforma pode ser acessada facilmente, com possibilidades de visualização da cidade por imagem de satélite com alta resolução, com utilização de zoom para facilitar a visualização e a demarcação de células;
- b) sem a necessidade de um grande número de respondentes o resultado tornou-se estável, sendo que a partir de menos da metade do total apresentado neste trabalho (20 de um total de 56 respondentes) já estava configurado um mapa consistente; esse resultado é estimulante, pois sugere que não há necessidade de um elevado número de participações para aparecerem resultados;
- c) a validação dos resultados não foi difícil, sendo realizada com uma oficina presencial e demarcação sobre mapa impresso, com participação de outras pessoas, sem contato com os respondentes pela internet;
- d) diferentes técnicas de classificação e a possibilidade de integração com SIG favorecem a extração de resultados, os quais podem ser usados como componente do processo de planejamento urbano;
- e) para além de simplesmente indicar áreas para uma determinada função, os resultados apresentam uma graduação nas respostas, com as áreas mais e menos indicadas, permitindo visualizar o mapa como um ranking de possibilidades;
- f) a gratuidade e a possibilidade de utilização remota, com livre formulação de perguntas e muitas alternativas de tamanho de célula tendem a facilitar o uso da ferramenta, sendo que a integração com o GoogleMaps® inclui todos as cidades e lugares do mundo, sem limitação de fronteiras políticas ou administrativas.
- g) as ideias de intersubjetividade (inclusão e superposição das subjetividades) e complexidade (resultados complexos por replicação de demarcações simples) parecem ser aplicáveis ao caso das cidades, o que particularmente é notável nos estudos realizados com a plataforma PeopleGrid, operando como alento para as práticas do planejamento urbano nas cidades contemporâneas.

Outros trabalhos estão em andamento (como é o caso da fronteira do Brasil com o Uruguai), sendo que pesquisadores interessados podem acessar a plataforma na internet e solicitar sua utilização gratuitamente (<http://www.peoplegrid.com.br/>). Os recursos computacionais utilizados até agora são simplificados, o que aponta para a necessidade de aperfeiçoamento e desenvolvimento do PeopleGrid, o que vem desafiando a equipe de trabalho de modo permanente.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATTY, Michael. Experiments is Web-based PPGIS: multimedia in urban regeneration. In: Longley, P.A.; Batty, M. **Advanced Spatial Analysis**. California: ESRI, 2003. Cap.8, p.371.
- BATTY, Michael. Urban modelling. In: **International Encyclopedia of Human Geography Editors-in-Chief Rob Kitchin and Nigel Thrift**. 18p. 2009.
- BUGS, Geisa. **Assessment of Online PPGIS Study Cases in Urban Planning**. Porto Alegre: PROPUR, 2012. 14p.
- BUZAI, Gustavo. **Geografía Global: el paradigma geotecnológico y el espacio interdisciplinario en la interpretación del mundo del siglo XXI**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 1999.
- POLIDORI, Maurício. **Crescimento Urbano e ambiente: um estudo exploratório sobre as transformações e o futuro da cidade**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- RANTANEN, H; KAHILA, M. **The SoftGIS approach to local knowledge**. In: **Journal of Environmental Management** **90**. 2009, p.1981–1990. Acessado em 12 ago 2017. Disponível em: [www.elsevier.com/locate/jenvman](http://www.elsevier.com/locate/jenvman).
- SAVAZONI, Rodrigo e Cohn, Sergio (Org.). **Cultura Digital**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009. 312p.
- TORRENS, Paul. How cellular models of urban systems work. In: **CASA Working Papers**, London, 2000. Acessado em 24 mai 2017. Disponível em: <https://www.ucl.ac.uk/bartlett/cas>

## 1.25 MAPEAMENTO DE ÁREAS VERDES E SUAS ANÁLISES A PARTIR DE FLUXOS E CENTRALIDADES DO MUNICÍPIO DE PELOTAS

Nadiane Castro<sup>1</sup>; Rubens Leal<sup>2</sup>; Maurício Polidori<sup>3</sup> ; Ana Paula Zechlinski<sup>4</sup>

<sup>1</sup>UFPel – castronadiane@gmail.com

<sup>2</sup>UFPel – lotuxx@gmail.com

<sup>3</sup>UFPel – mauricio.polidori@gmail.com

<sup>4</sup>UFPel – anapaulapz@yahoo.com.br

### 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho enfoca o estudo das áreas verdes na cidade de Pelotas-RS. O objetivo principal é analisar como de fato as áreas verdes da cidade contribuem para a qualidade de vida da população, constituindo-se como espaços propícios ao lazer. Segundo Gomes (2003), áreas naturais e arbóreas inclusas no interior das cidades são de extrema importância para a população de forma que além de amenizar a monotonia da área urbana repleta de edificações, tem-se um espaço de lazer acessível a todos. O presente estudo baseia-se em um mapeamento das áreas verdes, a partir do qual, pretende-se realizar uma análise segundo o seu raio de abrangência e o número de habitantes do seu entorno. Há interesse ainda na investigação de fatores que interferem no modo como as pessoas se apropriam destes espaços. Para isso, analisa-se a relação entre a localização das áreas verdes na malha urbana e as características que podem indicar as condições de utilização dessas áreas.

Segundo Gomes (2003), a partir do século XIX se intensificaram as ideias de urbanização incluindo as áreas verdes nas cidades, como parques e jardins. Desde aquela época a população utilizava as praças como locais de encontros, lazer, reuniões, comícios entre outros. Nos dias atuais essas áreas ainda são priorizadas como lugares de lazer e aproximação entre a população, entretanto, como afirma Moro (1976), à medida que os anos foram passando os papéis foram se invertendo e essas áreas tendem cada vez mais a serem substituídas por concreto e edificações aumentando o empobrecimento da paisagem urbana. É importante não generalizar e lembrar que boa parte da população ainda se interessa por esses espaços. Talvez não só como lugares de lazer, pelas vistas e a harmonia do local, mas também como um espaço de grande aglomeração de pessoas, que tendem a transmitir a ideia de locais mais seguros.

A desvalorização e desinteresse por parte da população em relação aos espaços pode ser gerada pela falta de conhecimento da população sobre os benefícios desses espaços e sobre quais os impactos disso na cidade. Segundo Lima (2006), a cidade é totalmente dependente dos recursos do meio ambiente, no entanto, expande seu território e realiza novas construções de casas, estradas, equipamentos públicos, sem o planejamento necessário. Todo esse desenvolvimento desordenado, gera diversas alterações no meio natural, como a falta de cuidados mínimos com infraestrutura, preservação de corpos

d'água e nascentes e ocupação em locais inadequados. A partir disso, entende-se que o planejamento realizado pela prefeitura acompanhado pelo estudo sobre essas áreas é extremamente importante para o melhor cuidado, preservação e inclusão das mesmas na cidade de forma que a degradação desse espaço não seja uma consequência do crescimento do município.

Apesar de toda essa degradação do meio natural dentro das cidades, Gomes (2013) afirma que as áreas verdes são de extrema importância para a cidade em geral. A existência de espaços naturais torna a paisagem mais harmônica, eliminando a monotonia existente nas cidades. As áreas verdes atuam criando visuais que eliminam uma sequência de paredes de concreto e dando espaço para locais agradáveis usados para lazer, prática de esportes e recreações e, ainda, controlam parte da poluição sonora, reduzindo os ruídos da cidade.

Em “A vida e morte das grandes cidades”, Jacobs (2000) afirma que é frequente o grande investimento em parques ou praças em locais com pouco fluxo de pessoas no intuito de atraí-las, mas que acaba não dando certo. Essa problemática urbana gera diversas consequências para a cidade, como exemplo disso tem-se áreas verdes subutilizadas que passam a ter sua periferia evitada por ser considerada perigosa e alvo de vandalismo. De outro modo existem as que não são cuidadas e nem recebem investimentos do município, se encontram em um estado degradado, mas mesmo assim são utilizadas como áreas de lazer pela população. A partir disso, este estudo tem o intuito de analisar as relações entre a localização, o tamanho e as condições de uso das praças e a quantidade de pessoas residentes no entorno, evidenciando qual a influência das praças nos fluxos e espaços mais centrais na estrutura urbana da cidade de Pelotas.

## 2. METODOLOGIA

O presente estudo se constitui de um mapeamento das áreas verdes da cidade de Pelotas, incluindo um banco de dados formado a partir de saídas de campo. Dentre esses dados tem-se a presença ou não de equipamentos públicos, infantis e de esporte e, também, características do seu entorno quanto a degradação podendo se classificar como ausente, intermediária ou presente.

Para a realização do estudo sobre as áreas verdes foram definidas etapas para o desenvolvimento das atividades. A etapa inicial de mapeamento prevê a identificação e classificação das áreas verdes, utilizando categorias de análise relativas ao tamanho em metros quadrados das áreas. A seguir, pretende-se analisar os raios de abrangência dos espaços verdes e a densidade da população residente nesta área de influência. O estudo busca fazer também uma análise da centralidade local, considerando as praças como pontos de atração na malha urbana.

### 2.1 Mapeamento, Saídas de Campo, Banco de Dados

Primeiramente foi realizado um mapeamento espacial das áreas verdes de Pelotas com base no Mub (Mapa Urbano Base) disponibilizado pela

Prefeitura Municipal. A partir disso estão sendo realizadas saídas de campo para que se tenham mais informações sobre as áreas em um banco de dados georreferenciado. Dentre os dados coletados temos os apresentados na Tabela1.

Tabela 1: Banco de Dados

Categorias De Análise	Critérios De Classificação	Categorias De Análise	Critérios De Classificação
1. Disponibilidade da Praça	Total	6. Iluminação	Sim
	Parcial		Não
	Outro uso		
2. Arborização	Dominante	7. Equipamento de Lazer Infantil	Sim
	Intermediária		Não
	Não Dominante		
3. Permeabilidade do Solo	Total	8. Equipamento de Esporte	Sim
	Parcial		Não
	Predomínio de Pavimentação		
4. Acesso Área Pública	Pública	9. Mobiliário	Sim
	Parcial		Não
	Total Privada		
5. Estado de Manutenção	Conservada	10. Presença de Equipamento Público (Educação, Lazer, Saúde e Cultura)	Degradação Ausente
	Parcial		Degradação Intermediária
	Degradada		Degradação Dominante
		11. Entorno	12. Peculiaridades
			Sem Critérios
		13. Imagem	Sem Critérios

## 2.2 Análises espaciais: raios de abrangência e centralidade local

A análise através dos raios de abrangência dos espaços verdes considera o tamanho do espaço em m<sup>2</sup> e verifica a relação com quantidade de pessoas residentes no entorno e as qualidades do espaço, segundo as categorias de análise para a classificação desses espaços.

O estudo de centralidade local será realizado a partir da utilização da medida disponível no software Urban Metrics. Essa análise tem como objetivo entender e observar os espaços que estão melhor posicionados em relação aos outros espaços, considerando uma escala local. Estes espaços provavelmente são mais utilizados nos percursos dos indivíduos e, consequentemente, apresentam maior fluxo. A partir disso, será possível realizar estudos comparando as situações em que as áreas verdes atuam de forma atrativa na malha urbana, percebendo de que forma essas áreas influenciam no deslocamento da população e se isso realmente ocorre. Espera-se também incluir a esse estudo a possibilidade de diferenciar as áreas consideradas degradadas de áreas com bons equipamentos e investimento público.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto tem a intenção de estudar diversas relações da cidade com as áreas verdes e analisar de que forma isso acontece e quais as consequências

dessas relações. Então para isso primeiramente foi estudada uma classificação desses espaços, com base em Fontes (2003) a partir de suas áreas em m<sup>2</sup> e a adaptação dos mesmos para a realidade da cidade de Pelotas. A Tabela 2 descreve essa classificação e ainda a relaciona com um raio de abrangência para cada tipo de área verde.

Tabela 2: Classificação das Áreas Verdes e Raios de Abrangências

ÁREAS (m <sup>2</sup> )	Raio de Abrangência (m)
Até 1000	200
1000 – 5000	400

Posterior a isso foi definida a área de estudo para qual seriam realizados as análises previstas na metodologia do projeto. A Imagem 1 apresenta um recorte da malha urbana da cidade de Pelotas, sendo escolhida como a primeira área de estudo do projeto por integrar bairros de diferentes classes sociais, com variação de uso comercial (central) e residencial (periférica).

Imagen 1: Área de Estudo



A partir da definição da área de estudo foi analisado o raio de abrangência (Imagen 2) das áreas verdes de forma a perceber quais espaços da cidade são contemplados por elas e se a distribuição dessas áreas facilita o acesso da população a esses espaços.

Imagen 2: Raios de Abrangência



Tem-se como discussão, também, entender se a relação do número de pessoas residentes no entorno está diretamente relacionada ao porte da área verde. Ou seja, se quanto maior a praça maior o alcance da população local. Para entender essa análise foi utilizada a Imagem 3, a qual apresenta as áreas verdes sob a classificação do setor censitário de Pelotas, permitindo relacionar se as áreas de maior porte estão localizadas em regiões mais ou menos densas.

Imagen 3: Mapeamento das Áreas Verdes sob os Setores Censitários de Pelotas-RS



Jacobs (2000) afirma que muitos espaços com bons investimentos dependendo da sua posição espacial, podem não ser utilizados e, ainda, acabarem vandalizados. Todas essas problemáticas influenciam diretamente na periferia dessas áreas verdes. Pretende-se entender como essa teoria se aplica para a cidade e se a existência das áreas bem cuidadas e com bons investimentos pode ser também, considerada como um ponto influenciador de fluxos e centralidades. A ideia é analisar como se dariam os fluxos na malha urbana tendo as áreas verdes como pólos atratores ou não, ou seja, o quanto essas áreas influenciam na organização da malha urbana.

#### 4. CONCLUSÕES

Como conclusão espera-se que o projeto possa auxiliar no entendimento do verdadeiro papel das áreas verdes para a sociedade e no seu comportamento com a presença/existência dessas áreas ao longo da malha

urbana. Ademais, entende-se que a população deveria conhecer as vantagens e as possibilidades proporcionadas por áreas naturais.

Por outro lado, a partir do estudo feito entende-se que, com base nos raios de abrangência realizados, dentro do espaço delimitado pela área de estudo, ainda existem locais que não são atendidos pelas áreas verdes, dificultando o acesso da população a essas áreas.

Inclui-se a isso também que com base na relação entre as áreas verdes e os setores censitários, é possível perceber a disposição aleatória dessas áreas na malha urbana ao longo do crescimento urbano, desconsiderando um planejamento prévio por parte do poder público. Essas áreas por sua vez não mantêm uma relação com a quantidade populacional de acordo com seu porte sendo possível analisar, por exemplo, que em locais consideravelmente de pouca densidade há presença de áreas verdes com classificação de 5000 a 25000m<sup>2</sup>, enquanto em outros locais mais densos há predomínio de áreas verdes de menor porte.

Conclui-se o presente projeto a partir da ideia de que para haver uma maior conscientização sobre as áreas verdes por parte da população é preciso que as mesmas tenham acesso a esses espaços com condições de uso. A partir disso, essas pessoas por sua vez passariam a oprimir a ideia de destinar esses espaços para construções, muros de concreto, segregações, entre outros. O entendimento da população de que conservar investir e valorizar as áreas verdes é de extrema importância tanto para a cidade quanto para os próprios moradores.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, Christopher; ISHIKAWA, Sara; SILVERSTEIN, Murray. **A pattern language**. New York: Oxford University Press, 1977.
- FONTES, N. (2003). **Categorias de espaços livres públicos de lazer e indicadores de disponibilidade: Jaboticabal-SP**, 247p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.
- GOMES, Marcos A.S. **A Vegetação nos Centros Urbanos**: Considerações Sobre os Espaços Verdes em Cidades Médias Brasileiras. Rio Claro, 2003.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LIMA, Valéria; **A Importância das Áreas Verdes para a Qualidade Ambiental das Cidades**. Revista Formação (Online). Vol. 13. 2006.
- MORO, Dalton Áureo. **As Áreas Verdes e Seu Papel na Ecologia Urbana e no Clima Urbano**. Revista UNIMAR, Maringá. Vol. 1, p 15-20, 1976.

## **1.26 MATERIALIDADE E IMATERIALIDADE NA FORMA URBANA: uma reflexão sobre Piracicaba e seu rio**

Laís Margiota Salvador<sup>1</sup>; José Roberto Merlin<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Pontifícia Universidade Católica de Campinas – [lais.msalvador@gmail.com](mailto:lais.msalvador@gmail.com)

<sup>2</sup>Pontifícia Universidade Católica de Campinas – [jrmerlin@puc-campinas.edu.br](mailto:jrmerlin@puc-campinas.edu.br)

### **1. INTRODUÇÃO**

Este trabalho corresponde a finalização de uma etapa da pesquisa de mestrado em andamento do Programa de Pós-Graduação de Urbanismo da Universidade Pontifícia de Campinas, financiada pela CAPES, sobre a orla do rio Piracicaba – localizado na cidade de mesmo nome no interior do estado de São Paulo. Seu objetivo é analisar a atual configuração socioespacial das margens deste rio no meio urbano. O recorte consiste em investigar como os elementos tangíveis e intangíveis das margens deste rio se concretizam na morfologia do espaço fluvial dentro do perímetro urbano e quais influências exercem sobre ela.

O rio foi o responsável por atrair o primeiro povoado e formar o núcleo urbano que originou a cidade. Ao se agrupar em sociedades e formar vilas ou cidades, desde a pré-história, o homem sempre optou pela proximidade de rios e córregos para utilização da água como infraestrutura básica e primordial (COSTA, 2004).

A aparente inesgotabilidade das águas trouxe uma cultura predominantemente predatória, considerando a água como empecilho ao desenvolvimento urbano. A implantação de indústrias em suas margens, a captação de água para consumo na cidade, os despejos de esgoto a céu aberto, as canalizações ou retificações das margens dos rios e os assoreamentos tem impactando demasiadamente a qualidade e a quantidade das águas dos corpos hídricos urbanos. Os problemas decorrentes são bastante conhecidos como: mau cheiro, enchentes, poluições, afastamento da população em relação as suas margens. Concretiza-se uma ruptura na relação das cidades com seus rios em escala mundial: nadar, pescar, festejar, contemplar passou a não ser mais tão comum.

O final do século XX é marcado por uma condição em que as pessoas passam a se conscientizar das mudanças estruturais em relação ao meio ambiente. O conceito de sustentabilidade marca uma nova consciência nos limites de crescimento, consumo e poluição. Atualmente, estrutura-se uma reversão desse processo, havendo uma tentativa na reconciliação da relação do rio com os habitantes a partir da implantação de parques urbanos ou espaços públicos em suas áreas de proteção permanentes (APPs) capazes de proporcionar novos usos (re)significando as relações da população com o rio. Esta tendência tem ajudado a mitigar os problemas ambientais instigando a promoção do convívio social ao largo das águas. Nesta busca de revalorização, surgem projetos de intervenção em ambientes fluviais, dentre eles destacamos o Projeto Beira-Rio do rio Piracicaba (GORSKI, 2010), nosso recorte de estudo.

## 2. METODOLOGIA

A pesquisa partiu de uma periodização para elencar os principais acontecimentos que moldaram a forma da cidade, apresentada como resultado através da linha do tempo. Segundo Milton Santos (2014) o significado de cada segmento do tempo é necessário para a apreensão do valor das coisas em cada momento:

“O que vale hoje uma rede de irrigação construída no século passado, ou que significa uma estrada vicinal? Ambas podem ter a mesma realidade aparente, ontem e hoje, mas não a mesma significação, que mudou, pelo fato de que têm outro papel na economia e na sociedade.” (SANTOS, 2014, p.92).

A periodização se fundou em leitura bibliográfica, documental e iconográfica, em institutos e imprensa local, além de coleta de depoimentos informais, observando costumes da população e levantamentos de campo. Foi possível compreender o espaço atual da orla fluvial a partir dos acontecimentos periodizados, sejam eles tangíveis ou intangíveis.

Procedeu-se ao levantamento de campo de toda orla fluvial urbana, promovendo conversas informais com moradores, fotografias, uso de mapas, digitalização de dados e análise para a construção de um panorama geral da configuração da orla urbana.

A pesquisa encontra-se na etapa final através de método próprio para a análise da qualidade espacial a ser aplicado nos diferentes trechos da área de estudo, vinculando a qualidade espacial com a leitura histórica-urbana realizada na periodização. Para tanto, utilizou-se dos conceitos abordados por Lynch (1982), Holanda (2007) e Gehl (2007) entre outros. Dois dos aspectos de desempenho espacial proposto por Holanda considerados intangíveis<sup>8</sup> são: o simbólico (água como local de ritual, cerimônia) e o afetivo (apego a um lugar por ser familiar, representar algo do passado ou ser motivo de orgulho) foram aplicados no recorte.

A coleta, seleção e organização dos dados permitiu construir algumas categorias analíticas que foram discutidas com expertises da área de conhecimento.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da periodização, foi possível compreender os elementos a beira-rio e seus significados na história, identificando a perenidade de seus valores na atualidade, mesmo exercendo outros usos. O canal desativado do Engenho Central que ainda atravessa o Parque do Mirante, as tubulações presentes no

---

<sup>8</sup> Segundo a Unesco, patrimônio intangível é um conjunto de formas da cultura tradicional e popular ou folclórica, obras coletivas que emanam uma cultura ou que se baseiam na tradição – transmitidas oralmente ou mediante gestos podendo ser recriadas coletivamente.

Museu da Água (antiga estação de abastecimento de água da cidade), os barracões do Engenho Central, a própria Fábrica Boyes, a forte ligação da população com o rio e tantos outros aspectos que permanecem na memória dos moradores da cidade, fazem sentido somente através da apreensão de seus significados no período do tempo em que foi concebido.

A Tabela 01 mostra, de forma simplificada, a evolução da cidade sempre em parceria com o rio e seus espaços adjacentes.

Tabela 01 – Periodização

<b>Divino</b>
<b>a categoria cidade</b>
<b>sobre Rua do Porto</b>
<b>ústria a se instalar na beira do rio Pinheiros (Boyes)</b>
<b>cicaba” passa a ser o oficial</b>
<b>Engenho Central a beira rio (margem direita)</b>
<b>sobre Parque do Mirante (margem esquerda)</b>
<b>a Parque do Mirante</b>
<b>rio da Avenida Beira Rio</b>
<b>� de requalificação para orla fluvial</b>
<b>Sistema Cantareira</b>
<b>que da Área de Lazer dos Trabalhadores (margem esquerda da cidade)</b>
<b>que da Rua do Porto</b>
<b>do Engenho Central</b>
<b>Engenho Central como patrimônio histórico</b>
<b>Piracicaba</b>
<b>Boyes</b>
<b>dores tombados como patrimônio histórico</b>
<b>Renato Wagner</b>
<b>Piracicabano é tombado como Patrimônio Histórico da cidade de Piracicaba</b>
<b>mulado como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade</b>

Fonte: autora, 2017.

Os marcos de Piracicaba a beira-rio apresentam-se como provas de resistência aos tempos de depreciação, configurando uma pequena dimensão do quanto aquela paisagem, formada por elementos materiais e intangíveis, permanece valorizada pela população. O rio, sendo o elemento estruturador dessa paisagem, carrega e desvela a origem da tradição e história da cidade. A pescaria, a Festa do Divino, o passeio de barco, o nado, o sotaque, o folclore, o salto do rio, a contemplação e o comércio nasceram do rio e lá permanecem,

criam espaços que preservam a memória, fortalecendo o pertencimento e a cidadania.

Com o passar dos anos, mudanças intermitentes vêm ocorrendo na paisagem do lugar, naturalizando-o conforme o desenvolvimento histórico. A paisagem atual se designa justamente por ser resultado de adições e subtrações sucessivas, apresentando-se com formas heterogêneas e contendo diferentes tecnologias e apropriações sociais nelas refletidas. Neste processo se entende por paisagismo somatório de elementos materiais e imateriais subjacentes.

A desindustrialização gradativa do local mudou o perfil dos espaços centrais; a poluição e enchente afastaram a população das margens do rio; a instalação de bares e restaurantes impulsionaram o uso turístico e para o lazer familiar. Algumas ações desprovidas de gestão e planejamento com os objetivos sociais têm permitido que os interesses privados sejam sobrepostos ao público, impedem que determinados patrimônios sejam destinados para uso público genuíno, modificando a paisagem existente sem apreender os valores neles contidos. Eliminam as rugosidades espaciais privilegiando processos de “tábula rasa” normalmente, sustentados ela falsa ideia de “modernização”.

É preciso que haja discussão e reflexão com a população acerca das posturas dos projetos de requalificação, que enfatizam a “modernidade”, para impedir que se aprovem projetos com pouco ou nenhum critério a favor da cidadania, que levam a descaracterização da paisagem e propõem usos incompatíveis, prejudicando a memória, a paisagem e a população.

Figura 01 – Novos Marcos (ponte) Sobrepostos aos Antigos (passeio de barco)



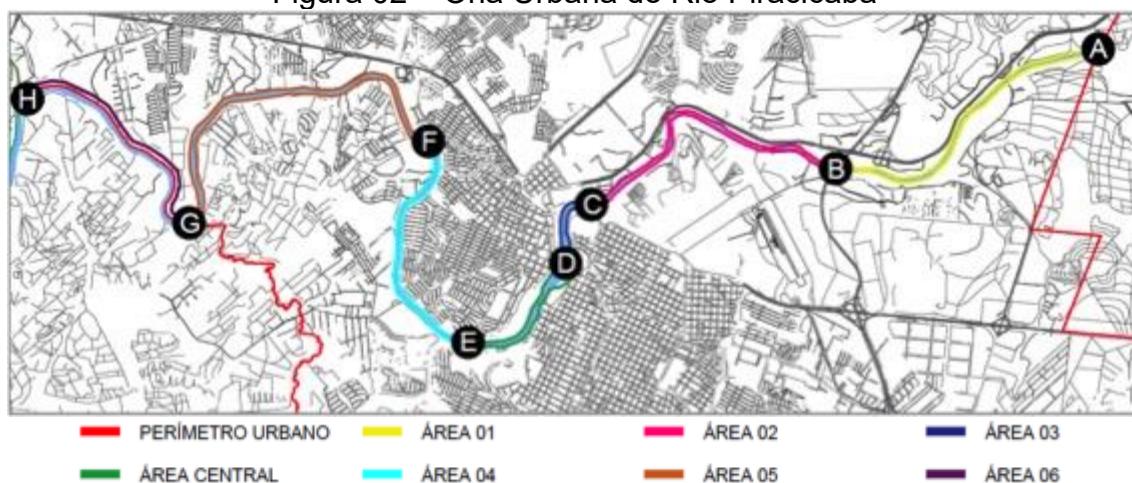
Fonte: autora, 2017.

O rio, é o mais contundente elemento que estrutura a paisagem da cidade, passando a ter suas margens urbanas resgatadas para receber novos usos e apropriações. É fundamental compreender as apropriações e transformações espaciais ao longo do tempo na área que é berço e gênese da cidade, favorecendo a compreensão da paisagem existente e de seus elementos materiais e intangíveis impressos atualmente no local. Preservar

estes indícios é fundamental para a análise e compreensão efetivas das ações do poder público e as apropriações da população na área central, com o Projeto Beira-Rio, ora em andamento na cidade.

Depois de compreendida a periodização da cidade, buscou-se entender o panorama geral atual da orla fluvial urbana, cujo resultado permitiu a identificação de sete áreas homogêneas, criando trechos distintos entre si e internamente homogêneos, coincidentes com as pontes sobre o rio como limite entre eles, de acordo com os tipos formais de elementos imagéticos que Lynch (1982) propõe como divisores da imagem da cidade.

Figura 02 – Orla Urbana do Rio Piracicaba



Fonte: Prefeitura de Piracicaba. Editado pela autora, 2017.

Dentre eles, três trechos foram eleitos para aplicar o método que avalia a qualidade espacial, construindo um quadro comparativo. As áreas identificadas como as mais pertinentes para a pesquisa foram a Área 03, a Área Central e a Área 04. Os motivos são: o forte vínculo que a população tem com a Área Central, justificado conforme construção do tempo na periodização; a proximidade das Áreas 03 e 04 com a Área Central, por estarem inseridas em áreas mais urbanizadas e adensadas quando comparado com o restante da orla; e a constatação de que as margens do rio dessas áreas possuem poucos trechos privatizados, sendo a maior parte de uso público, promovendo interação social ou usadas exclusivamente para preservação ambiental.

#### 4. CONCLUSÕES

Verificou-se que o berço da cidade de Piracicaba, área central, é o espaço a beira rio mais apropriado pela população e que mais recebe intervenção do poder público municipal. Ali o espaço permite que o intangível se manifeste e influencie na permanência do espaço. Ressalte-se que é na região do salto e seu entorno imediato que se pode observar a paisagem mais característica da cidade e de maior vínculo aos mapas mentais dos moradores.

O testemunho material possui dimensões intangíveis, do mesmo modo que o inverso também é verdadeiro, quando todo o patrimônio imaterial apresenta uma dimensão tâtil e revela-se por materialidades, pelo espaço onde a prática toma curso; eles estão intimamente interligados (VEIGA, 2005). Assim a morfologia natural da área do salto ainda permanece e se sobreponem sobre todas as formas usuais urbanas, criando uma paisagem característica única.

Importante reconhecer que as novas intervenções no local deveriam acontecer de modo a se preservar os elementos intangíveis do espaço, já que se trata de uma área repleta de valores simbólicos. Que as intervenções não sejam descontextualizadas ou tenham como foco imprimir nova identidade, o que contribuiria para o apagamento ou esquecimento dessa imaterialidade., Assim, compreendido o caráter fundante dos valores materiais e imateriais ao longo do espaço do rio e sua relevância para o conjunto da população, esta pesquisa aborda e denuncia que algumas intervenções na paisagem cultural, tendo como único princípio o turismo e a valorização imobiliária, prejudica sobremaneira a compreensão da história do lugar, cujo desprezo interfere negativamente na esfera da vida pública.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, R.O. As **Águas do Piracicaba: Século XIX**. Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba/ SEMAE, 2004.

Gehl Architects & ITDP. **Revitalising São Paulo's City Centre: Strategies for Anhangabaú & Quadra das Artes**. Institute for Transportation & Development Policy, jun 2007. Acessado em 20 out. 2017. Online. Disponível em: <https://www.itdp.org/revitalising-sao-paulos-city-centre-strategies-for-anhangabau-quadra-das-artes/>

GORSKI, M.C.B. **Rios e cidades: ruptura e reconciliação**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

HOLANDA, F. **Arquitetura sociológica**. In: *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, vol. 9, n.1, p 115-129, 2007.

LYNCH, K. **Imagen da Cidade**. São Paulo, SP: Arte e Comunicação, 1982.  
SANTOS, M. **Metamorfozes do Espaço Habitado**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

VEIGA, A.C.N.R. **Mapeamento Urbanístico: a materialidade da dimensão do intangível do patrimônio cultural urbano**. 2005. 354f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.

## 1.27 MEDIDAS DE CENTRALIDADE E O COMÉRCIO VAREJISTA EM IBIRUBÁ, RS

Ana Luisa Maffini<sup>1</sup>

<sup>1</sup>*Universidade Federal do Rio Grande do Sul – analuisamaffini@ufrgs.br*

### 1. INTRODUÇÃO

O comércio varejista e a sua capacidade de formar centralidades tem sido constantemente objeto de estudo. Seus padrões de localização têm um papel importante na transformação de um local em uma centralidade urbana ou não.

Para compreender esses padrões locacionais, o presente trabalho utilizou uma metodologia dos sistemas configuracionais, onde foram calculadas medidas de centralidade. Apesar desta metodologia ainda receber crítica, principalmente dos arquitetos e urbanistas, devido ao seu grau de abstração, é importante procurar ampliar os horizontes do estudo urbano, uma vez que as dinâmicas das cidades não são resultados exclusivos da configuração urbana, mas também não são imunes a ela (JACOBS, 2000; SEVTSUK, 2010).

Este artigo possui dois objetivos principais, o primeiro é identificar se os padrões locacionais do comércio varejista podem ser reconhecidos apenas por medidas dos sistemas configuracionais. Enquanto que o segundo objetivo é encontrar qual, ou quais medidas de centralidade melhor conseguem identificar os padrões locacionais do comércio varejista para o município de Ibirubá no Rio Grande do Sul.

As atividades comerciais são um fator importante para a formação de centralidades urbanas (MARASCHIN, 2009; CHRISTALLER, 1996). Talvez uma das consequências espaciais mais facilmente observáveis seja a formação de centros de comércio, causados pela tendência desses estabelecimentos de se aglomerarem (MARASCHIN, 2009).

Compreender como o comércio se estrutura na malha urbana é fundamental para melhor entender como a cidade se estrutura e com isso planejar e projetar cidades que sejam “economically, socially, and environmentally sustainable”<sup>9</sup> (SEVTSUK, 2010, p.6).

O presente artigo buscou uma abordagem empírica para a cidade, utilizando uma metodologia configuracional para o planejamento urbano. Abordagem configuracional aqui sendo: “the study of how the geometric layout of streets, parcels, and buildings can affect the perceived value and patterns of use of different locations within a city”<sup>10</sup> (SEVTSUK, 2010, P.3). Para Sevtsuk (2010), nessa abordagem configuracional nós mudamos nosso campo de visão

<sup>9</sup> “ambiental, social, e economicamente sustentáveis” (SEVTSUK, 2010, p.6, tradução nossa).

<sup>10</sup> “o estudo de como os desenhos geométricos das ruas, parcelas e edifícios pode afetar o valor percebido e os padrões de uso de diferentes locais em uma cidade” (SEVTSUK, 2010, p.3, tradução nossa).

e passamos a estudar os aspectos invisíveis da cidade, os quais não podem ser observados pelos usuários do espaço em nenhum local da cidade.

Porta et al. (2009) e Batty (2004) defendem que a melhor maneira de identificar os padrões de comércio é através das medidas de centralidade por intermediação em redes nodais calculados de forma geométrica (LIMA, 2015). Já Hillier e Hanson (1984) em seus estudos acreditam que essa correlação seja mais visível através de mapas axiais e por medidas de centralidade por proximidade, calculadas de forma topológica (HILLIER, HANSON, 1984). Sevtsuk (2010) já definiu como a melhor maneira de encontrar essa correlação como sendo através de mapas de trechos, com medidas de centralidade por conectividade e que sejam calculadas de forma geométrica.

Buscando desenvolver essas análises em uma realidade brasileira, Lima (2015) propôs um estudo de cinco medidas de centralidade para identificar qual sistema melhor identificava os padrões de localização das atividades comerciais no país. O autor chegou à conclusão de que os mapas que melhor identificam as localizações do comércio para os casos estudados foram os de trechos de rua, obtidos pelo processamento geométrico, associado às propriedades de excentricidade e conectividade, sendo que a propriedade de intermediação também obteve resultados satisfatórios.

Este trabalho se aproxima do estudo de Lima (2015), no entanto, no presente artigo a pretensão é identificar qual a melhor maneira de medir os padrões locacionais em Ibirubá, de aproximadamente 20.000 habitantes no interior do Estado do Rio Grande do Sul.

Os modelos utilizados nesse estudo são baseados nos modelos de centralidade (KRAFTA, 1994), onde centralidade refere-se a uma característica “capaz de diferenciar e hierarquizar um determinado espaço frente a todos os outros que com ele compõem um sistema espacial” (LIMA, 2015, p.1). Para este estudo foram utilizadas as propriedades de centralidade por conectividade, excentricidade, proximidade e intermediação.

Centralidade por conectividade é a medida que determina que nós mais centrais são os que possuem maior número de conexões a outros nós do sistema. Essa medida identifica o grau de conexão de um nó (KRAFTA, 2014). Já a centralidade por excentricidade classifica os vértices segundo suas maiores distâncias. A distância entre dois vértices utilizada em um grafo é a menor distância possível entre eles (caminho mínimo), logo a maior distância de um vértice é o menor caminho que separa os vértices mais distantes entre si (KRAFTA, 2014). Centralidade por proximidade avalia a distância relativa entre os nós do sistema. Também chamada de acessibilidade ou integração, essa medida é um somatório das distâncias de um nó para todos os demais (KRAFTA, 2014). Centralidade por intermediação é a medida que identifica a posição relativa de um nó, ou seja, quantas vezes um vértice esteve no caminho mínimo entre os demais vértices do sistema (KRAFTA, 2014; FREEMAN, 1979).

## 2. METODOLOGIA

O presente trabalho se propôs a testar diferentes medidas de centralidade para identificar qual, ou quais, que melhor percebe os padrões de localização do comércio varejista no município de Ibirubá, RS. Para tal, foi necessário obter um mapa georreferenciado do município. Esse mapa foi obtido através do site do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e foi atualizado a partir de dados do Google Earth e do site Openstreetmap. A atualização do mapa foi feita no software AutoCad 2018.

Para calcular as medidas de centralidade foi construído um mapa de trechos de Ibirubá utilizando o software AutoCad 2018. Foi escolhido o mapa de trechos, porque no trabalho de Lima (2015) o autor identificou que nos seus estudos em três cidades brasileiras esse foi o tipo de representação com maior correlação nos resultados.

O mapa de trechos foi então importado no programa computacional Numerópolis, onde foram calculadas as quatro medidas de centralidade de forma topológica. Os resultados obtidos foram depois importados no software ArcGis 10.3, onde foram espacialmente analisados e transformados em mapas.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ibirubá é um município de aproximadamente 20.000 habitantes, localizado na porção norte do Estado do Rio Grande do Sul. Para este trabalho foi utilizado apenas o núcleo urbano do distrito sede. A área urbana considerada está demonstrada na figura 1.

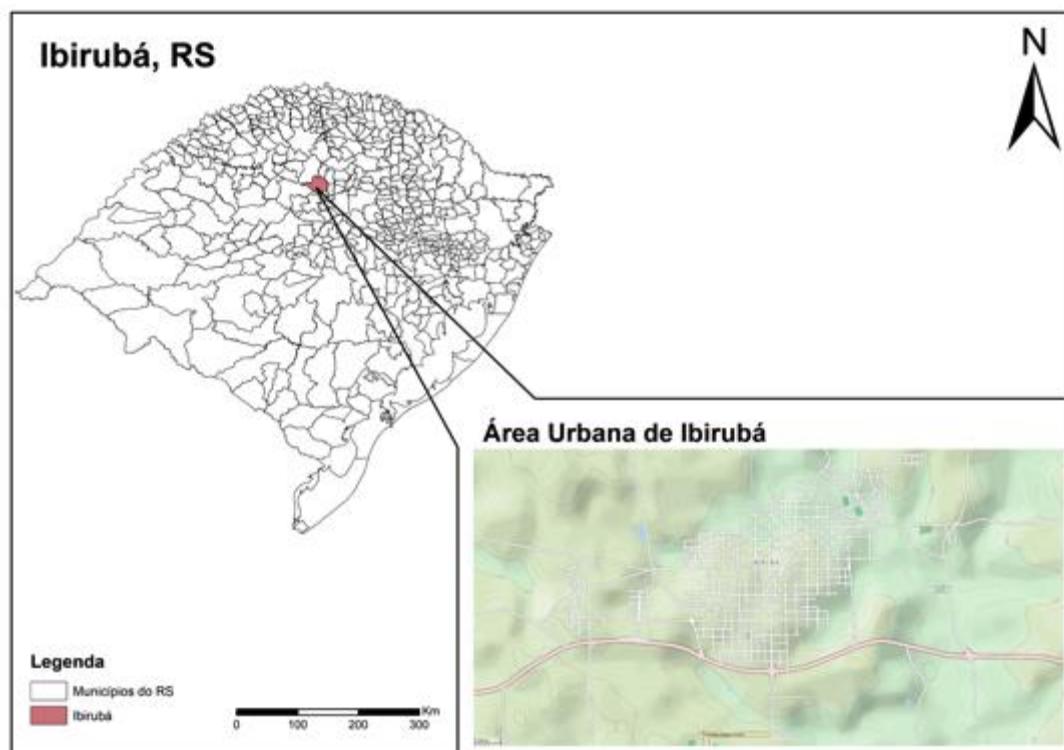


FIGURA 7 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ E ÁREA URBANA UTILIZADA.

A PARTE URBANA DO DISTRITO SEDE DE IBIRUBÁ, AO SER TRANSFORMADA EM MAPA DE TRECHOS, APRESENTOU 692 TRECHOS DE RUAS. A FIGURA 2 MOSTRA O MAPA DE TRECHOS DE RUAS.

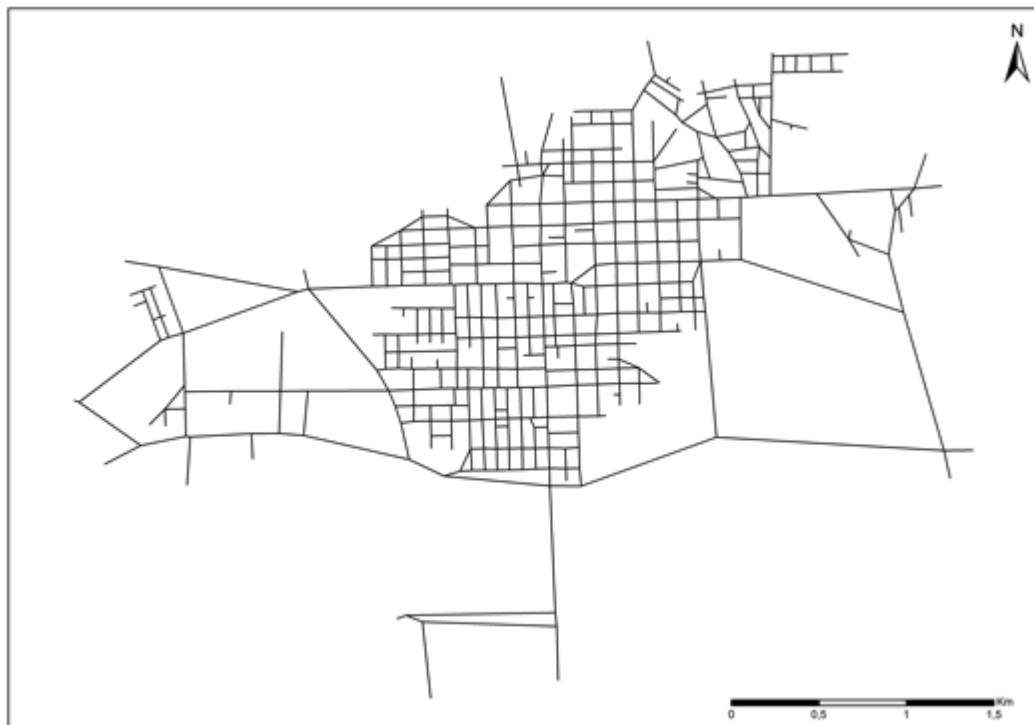


FIGURA 2 - MAPA DE TRECHOS DE IBIRUBÁ, RS.

Para permitir uma análise da correlação das medidas de centralidade com a realidade dos padrões de localização do comércio em Ibirubá foi feito um levantamento da localização dos comércios varejistas, tendo sido encontrados 295 locais de comércio concentrados em 116 trechos de ruas. Esses locais foram espacializados em um mapa, onde é possível observar padrões de localização e aglomeração desse comércio, como mostra a figura 3.

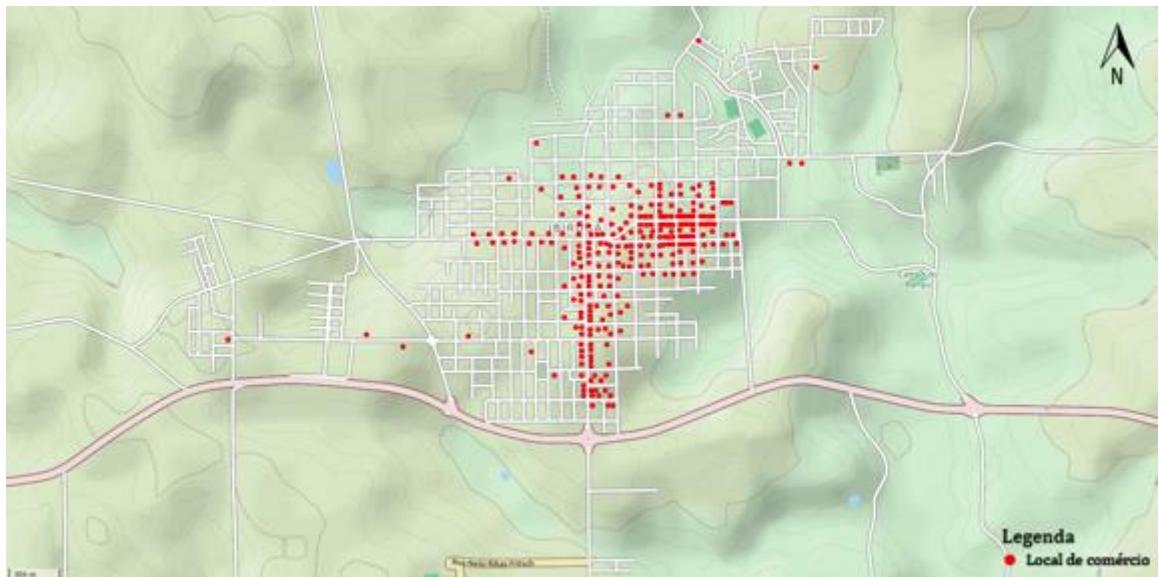


FIGURA 3 - MAPA COM A LOCALIZAÇÃO DOS COMÉRCIOS VAREJISTAS EM IBIRUBÁ, RS.

As medidas de centralidades que foram calculadas foram a centralidade por conectividade, excentricidade, proximidade e intermediação. A medida de centralidade por conectividade é calculada através da seguinte equação:

EQUAÇÃO 1 - CENTRALIDADE POR CONECTIVIDADE. FONTE: ADAPTADO DE LIMA (2015, P.55).

$$C_A^r[i] = \|\{j \in G - \{i\}: d[i, j] \leq r\}\|$$

Onde:

$C_A^r$  é a conectividade de um espaço i num grafo G;

$d[i, j]$  é o caminho mínimo entre os nós i e j no grafo G;

$\|S\|$  é a quantidade de elementos do conjunto S.

Os resultados do cálculo da medida de conectividade foram espacializados em um mapa e conforme demonstra a figura 4. Nela é possível observar que os locais onde há o predomínio do comércio foram identificados como centrais pela medida. No entanto ela englobou uma área muito maior, incluindo como centralidades locais onde hoje não há nenhum comércio.

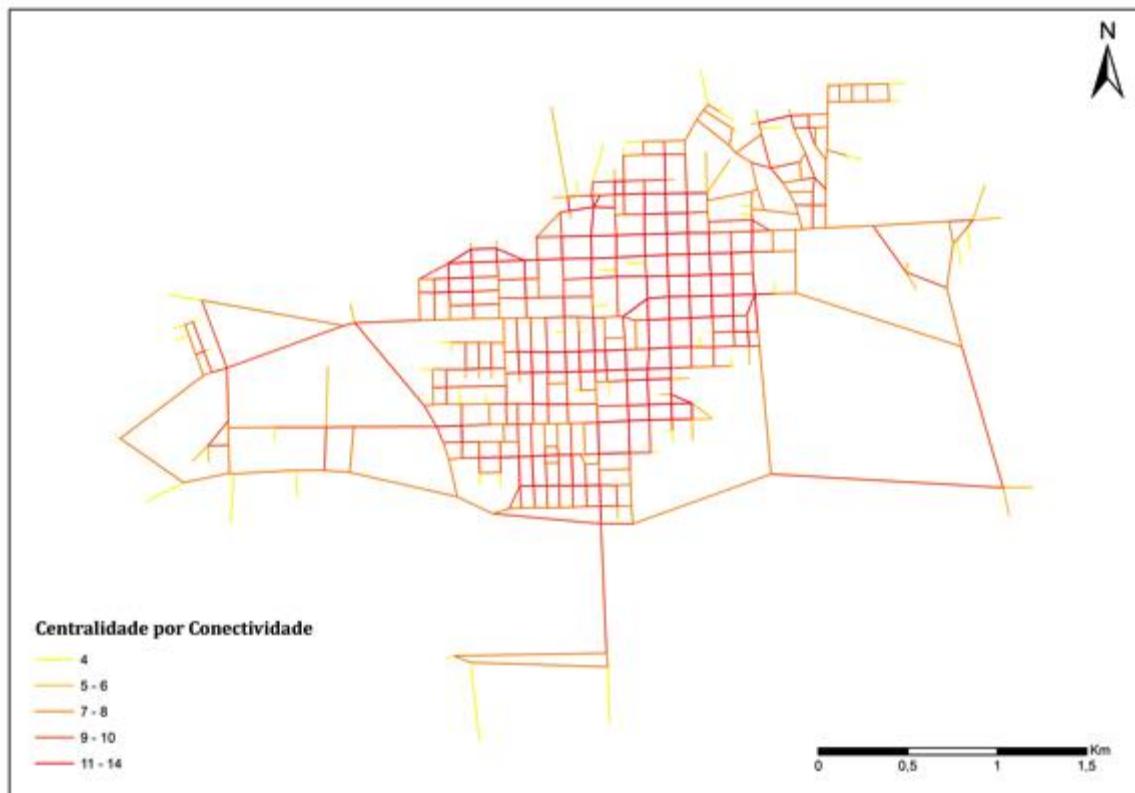


FIGURA 4 - MAPA DA CENTRALIDADE POR CONECTIVIDADE.

A medida de centralidade por excentricidade pode ser calculada através da seguinte equação:

EQUAÇÃO 2 - CENTRALIDADE POR EXCENTRICIDADE. FONTE:  
ADAPTADO DE LIMA (2015, P.56).

$$C_E[i]^r = \sum_{j \in G - \{i\}, d[i,j] \leq r} \frac{\delta[i,j]}{d[i,j]}$$

Onde:

$C_E[i]^r$  é a centralidade por excentricidade do espaço  $i$  dentro de um raio de busca  $r$ ;

$\delta[i,j]$  é a distância em linha reta entre os espaços  $i$  e  $j$ ;

$d[i,j]$  é o caminho mínimo entre os espaços, considerando as restrições impostas pela rede.

O resultado da medida de centralidade por excentricidade já apresentou um resultado mais distante da realidade do que a medida anterior. A centralidade para essa medida não conseguiu demonstrar o padrão existente da localização do comércio varejista, conforme pode ser observado na figura 5.

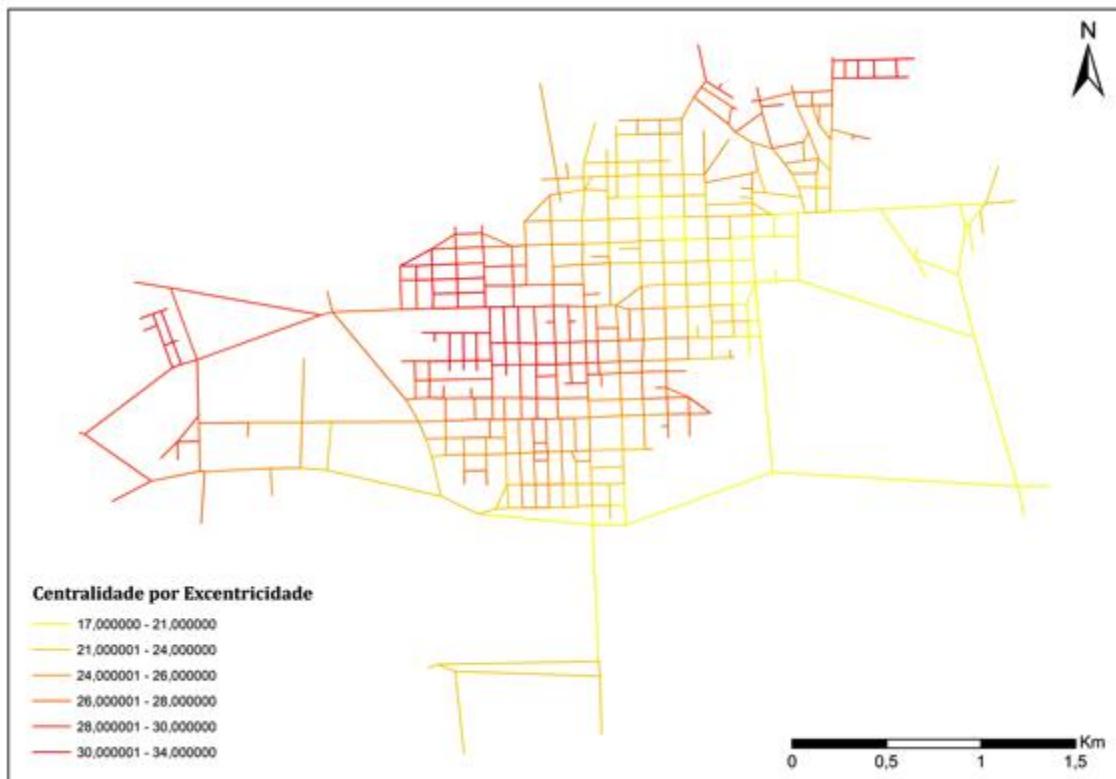


FIGURA 5 – MAPA DA CENTRALIDADE POR EXCENTRICIDADE.

Já a medida de centralidade por proximidade, também chamada de acessibilidade, é apresentada pela seguinte equação:

EQUAÇÃO 3 - CENTRALIDADE POR PROXIMIDADE. FONTE: ADAPTADO DE LIMA (2015, P.60).

$$C_P[i]^r = \sum_{i=0}^n 1/d_{ij}$$

Onde:

$C_P[i]^r$  é a centralidade por proximidade de um espaço i num dado raio de busca r;

d é a distância mínima entre os espaços i e j.

O resultado da medida de centralidade por proximidade apresentou uma melhor correlação com o padrão existente na cidade. Apesar de englobar algumas regiões onde hoje não existem comércios, a maior parte da área considerada como centralidade pela medida corresponde a centralidade real do local.

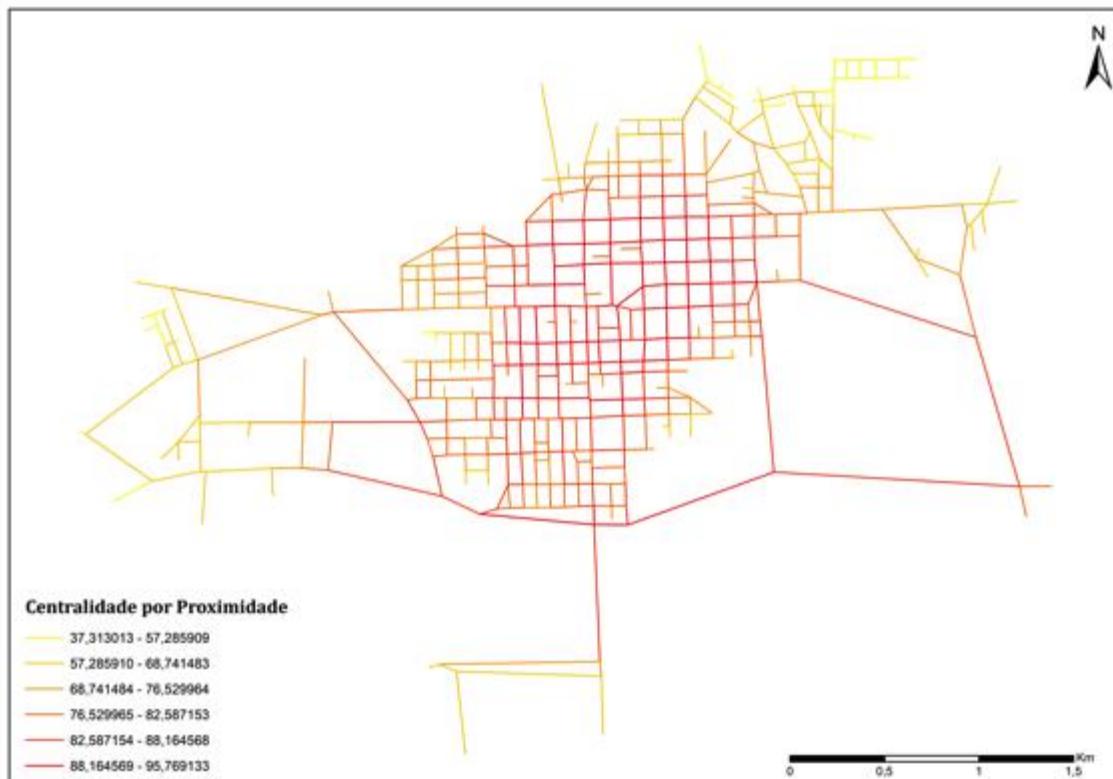


FIGURA 6 - MAPA DA CENTRALIDADE POR PROXIMIDADE.

A medida de centralidade por intermediação é calculada pela equação:

EQUAÇÃO 4 - CENTRALIDADE POR INTERMEDIAÇÃO. FONTE:  
ADAPTADO DE LIMA (2015, P.57).

$$C_I[i]^r = \sum_{j,K \in G - \{i\}, d[j,K] \leq r} \frac{n_{jK}[i]}{n_{jK}}$$

Onde:

$C_I[i]^r$  é a centralidade por intermediação de um espaço  $i$ , num dado raio de busca  $r$ ;

$n_{jK}[i]$  é a quantidade de caminhos mínimos do nó  $j$  até o nó  $K$  que são intermediados pelo nó  $i$ ;

$n_{jK}$  é a quantidade total de caminhos mínimos do nó  $j$  até o nó  $K$ .

A figura 7 mostra o resultado da medida de centralidade por intermediação. Nela é possível perceber que o resultado não se aproximou da realidade, considerando como centralidades trechos onde não existem comércios e, nos locais onde o comércio está presente a medida não considerou como centralidade.

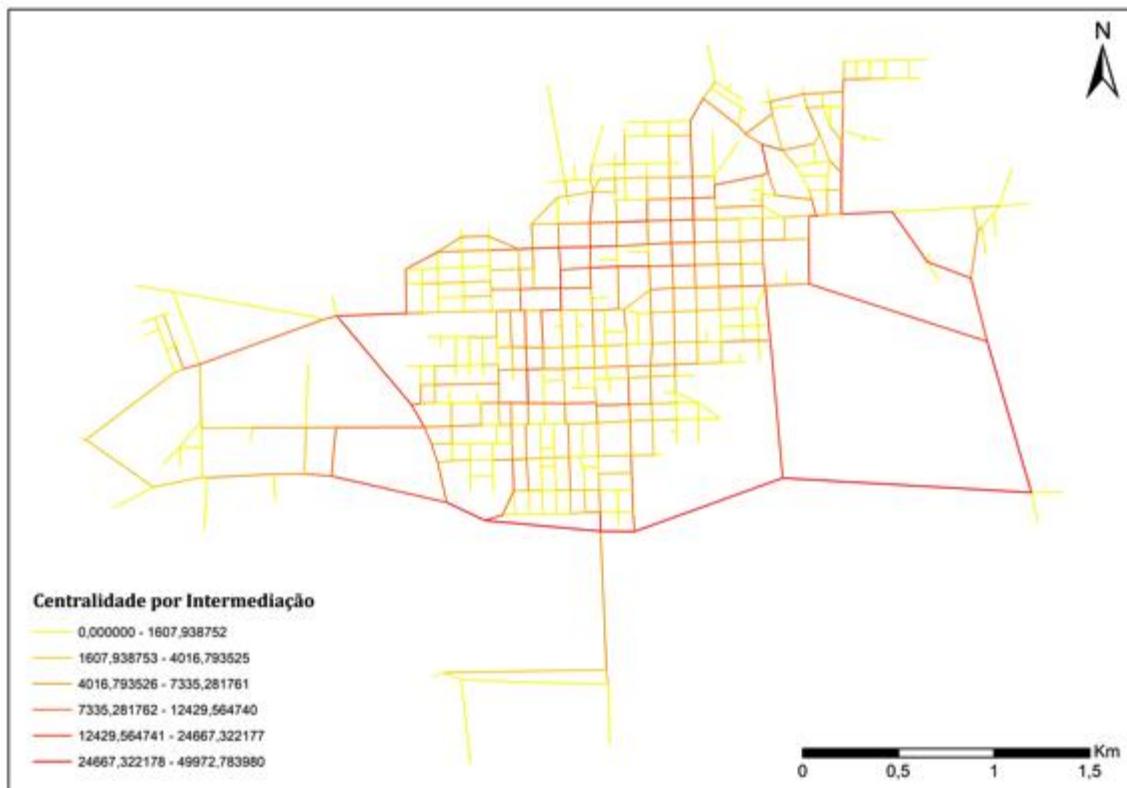


FIGURA 7 - MAPA DA CENTRALIDADE POR INTERMEDIAÇÃO.

Fazendo uma comparação inicial entre os resultados foi possível observar que a centralidade por proximidade foi a que mais se aproximou da realidade dos padrões de localização comercial na cidade. A medida de centralidade por intermediação se distanciou bastante da realidade, assim como a medida de centralidade por excentricidade. Já a medida de centralidade por conectividade ficou em um nível intermediário, tendo encontrado as áreas de centralidade, mas ao mesmo tempo englobando um espaço muito maior do que o existente na realidade.

Na figura 8 é possível observar uma comparação do resultado da medida de centralidade por proximidade, com a realidade da localização dos comércios. Na comparação é possível observar que existe uma correlação significativa entre os resultados.

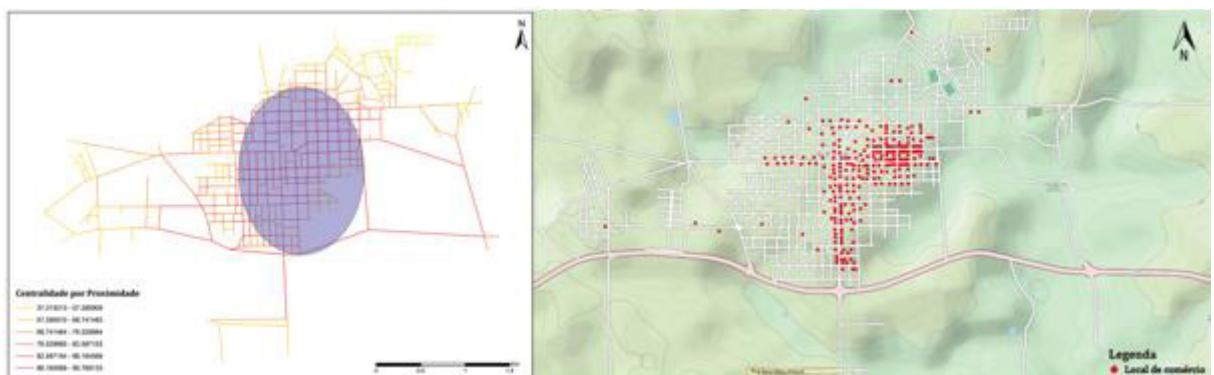


FIGURA 8 - COMPARAÇÃO ENTRE O RESULTADO DA CENTRALIDADE POR PROXIMIDADE E A REALIDADE EXISTENTE NA CIDADE. NA IMAGEM ESQUERDA, DESTACADO EM AZUL, ESTÁ A REGIÃO QUE APRESENTOU OS MAIORES RESULTADOS DE CENTRALIDADE.

#### 4. CONCLUSÕES

Quanto aos resultados encontrados, o presente trabalho almejava identificar qual medida melhor conseguiria determinar as centralidades comerciais. A medida de centralidade por proximidade calculada de forma topológica em um mapa de trechos de ruas obteve um resultado satisfatório. Apesar de o resultado inicial ser satisfatório, mais estudos são necessários, a fim de melhor desenvolver a relação da medida de centralidade por proximidade e a sua relação com os padrões de localização do comércio em municípios de pequeno porte no interior do continente no Brasil.

Para trabalhos futuros se faz necessário realizar o cálculo das medidas de centralidade utilizando distâncias geométricas, assim como é necessário testar em outras cidades de configuração semelhante. Também é importante simular as medidas com diferentes raios, observando seus resultados mais locais, antes de poder considerar que essa medida realmente consegue identificar os padrões de localização do comércio.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATTY, M.. **Building a Science of Cities.** CASA Working Paper nº 170. Londres: CASA – Centre for Advanced Spatial Analysis. University College London, 2004. ISSN: 1467-1298.

CHRISTALLER, W. **Central Places in Southern Germany.** Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1996.

FREEMAN, L.C. A Set of Measures of Centrality Based on Betweenness. **Sociometry**, n.40, v.1 1997. p. 35-41.

HILLIER, B; HANSON, J.. **The Social Logic of Space.** Cambridge, Inglaterra: Cambridge University Pess. 282p. 1984.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KRAFTA, R.. Modelling Intraurban Configurational Development. **Environment and Planning B**, v. 21, 1994. p. 67-82. DOI: 10.1068/b230037.

KRAFTA, R. **Notas de Aula de Morfologia Urbana.** Porto Alegre: UFRGS, 2014.

LIMA, L. **Centralidades em Redes Espaciais Urbanas e Localização de Atividades Econômicas.** 2015. 188p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MARASCHIN, C. **Localização Comercial Intraurbana. Análise de Crescimento Através do Modelo Logístico.** 2009. 266p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

POR TA, S.; STRANO, E.; IACOVIELLO, V.; MESSORA, R.. Street Centrality and Densities of Retail and Services in Bologna, Italy. **Environment & Planning B**, v. 36. P. 450-465. 2009.

SEVTSUK, A. **Path and Place: A study of Urban Geometry and Retail Activity in Cambridge and Somerville, MA.** 2010. 2015p. Tese (PhD in Urban Studies and Planning) - Massachusetts Institute of Technology (MIT) Cambridge: 2010.

## 1.28 MORFOLOGIA URBANA E ACESSO SOLAR AO ESPAÇO PÚBLICO

Brenda Almeida Tejada<sup>1</sup>; Celina Maria Britto Correa<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [brendaalmeidatejada@hotmail.com](mailto:brendaalmeidatejada@hotmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [celinab.sul@terra.com.br](mailto:celinab.sul@terra.com.br)

### 1. INTRODUÇÃO

Apresenta-se aqui o projeto de dissertação que tem como objetivo principal propor uma metodologia de análise e estratégias de implantação que contemplem o acesso solar nos espaços públicos observando a influência da morfologia urbana sobre esse fator, aos 30º de latitude sul. Em climas temperados onde há invernos frios, garantir sol nos espaços públicos é garantir seu uso e apropriação por parte da população.

Os espaços públicos são essenciais para que as cidades sejam bem sucedidas; eles são lugares acessíveis, como ruas, parques, calçadas e espaços de lazer, que abrem seus limites para todos os cidadãos (OLIVEIRA e PISANI, 2016).

O espaço urbano pode ser analisado por seus elementos morfológicos e pela maneira como esses se organizam e se estruturam no território. Segundo Romero (2001) o espaço público deve ser concebido como um objeto arquitetônico, como espaço ao qual se confere uma forma definida, construída e pensada com tanta intenção como uma edificação.

A edificação é o elemento mínimo identificável na cidade e, a partir do arranjo entre as edificações, o espaço urbano é constituído e são organizados os diferentes espaços urbanos: as ruas, as praças, os becos, as avenidas (ROMERO e SILVEIRA, 2005).

A morfologia urbana é um fator determinante da sustentabilidade urbana, na busca da qualidade dos espaços urbanos e no conforto bioclimático dos indivíduos. As características geométricas e materiais dos espaços, as relações entre cheios e vazios, a presença ou não da vegetação influenciam o desempenho ambiental dos espaços urbanos, por interferirem na exposição à radiação solar e aos ventos (SILVEIRA e ROMERO, 2005).

Em geral, as condições climáticas de uma localidade condicionam o modo de vida de seus habitantes. O desenho dos espaços públicos sempre significou ao longo da história uma resposta às condições climáticas adversas, facilitando a adaptação do homem ao ambiente externo (MACHO, DOMÍNGUEZ, FÉLIX e VILA, 1994).

Um dos fatores de extrema importância para a vida ao ar livre é a possibilidade de sol nos espaços públicos e para que se garanta o acesso solar é necessário projetá-los analisando a morfologia urbana, ou seja, a forma do meio urbano em que serão inseridos. As edificações interferem no acesso à luz solar e, em decorrência, na energia e no bem-estar.

Segundo Leite e Frota (2016) é importante ressaltar que as obstruções dos edifícios verticais nos espaços urbanos produzem um significativo

sombreamento, reduzindo as parcelas visíveis de sol e céu e consequentemente diminuindo a radiação solar incidente e absorvida pelas superfícies.

Os edifícios podem se transformar em barreiras contra o vento, provocar excessivo sombreamento e provocar o aumento da temperatura do ar resultante da liberação da energia solar absorvida ao longo do dia pela massa construída (GIVONI, 1998). Por isso, seus impactos devem ser analisados, já que, dependendo da forma de implantação dos edifícios e da configuração dos espaços urbanos, podem desestimular o uso do espaço público por parte da população, espaços estes que tem uma função social, simbólica e ambiental na cidade, e que deveriam promover qualidade de vida para a população.

Dentre os estudos existentes na área, poucos contemplam o acesso solar nos espaços abertos; alguns buscam garantir o acesso solar aos edifícios e os que se referem a análise de espaços abertos procuram garantir seu sombreamento e não permitir a insolação.

Costa (2008) analisa alguns exemplos de arranjos urbanos através da observação da relação entre os edifícios e os espaços abertos, da organização espacial e das características de organização da malha urbana, nas cidades de Túnis (Tunísia), Mardín (Turquia) e no povoado de Acoma (Novo Médico). Nas cidades de Túnis e Mardín, por se tratarem de regiões de clima quente e árido, o sombreamento é desejado, entretanto, no povoado de Acoma, que apresenta um clima desértico, com grande amplitude térmica, é desejável o acesso ao sol no período de inverno.

O estudo de Capeluto et al (2005) considerou que durante os estágios iniciais de projeto de bairros urbanos, o projetista lida principalmente com as características geométricas dos prédios e suas proporções, além de suas alturas e distâncias entre si. Esses parâmetros relacionam-se ao perfil, dimensões e orientação de ruas e dos espaços abertos. Dessa forma, essas características têm influência crucial no desempenho futuro e na qualidade do ambiente construído. Nesse estudo, os autores apresentam uma ferramenta de projeto baseada no método Envelope Solar que pode ser utilizada em estratégias iniciais de projeto para planejamento urbano chamada SustArc. Essa ferramenta fornece a geração e avaliação de diferentes configurações de prédios, garantindo o acesso solar de cada edifício da vizinhança e espaços abertos, como calçadas, jardins e praças.

O uso desse método também pode ser observado no trabalho de Shaviv et al (2001), um estudo de caso em Tel Aviv (Israel), no qual o Envelope Solar foi utilizado para o projeto de um novo distrito de negócios em uma área de alta densidade urbana. De acordo com o estudo, usando esse conceito pode-se determinar o máximo de altura permitida para novos prédios garantindo às propriedades, insolação na vizinhança residencial existente.

Observa-se uma lacuna nos estudos em relação ao acesso solar nos espaços públicos em locais de clima temperado, onde o sol é desejável no inverno; em vista disso, o presente trabalho vem para ampliar o conhecimento nessa área, analisando a influência da morfologia urbana no acesso solar nos espaços públicos, aos 30° de latitude sul, para garantir a insolação no inverno.

## 2. METODOLOGIA

A primeira etapa desse trabalho refere-se a uma revisão bibliográfica e estudos sincronizados sobre a relação entre morfologia urbana e acesso solar e seus temas paralelos. Posteriormente, serão levantados os tipos de espaços públicos frequentes nos novos loteamentos residenciais urbanos em Pelotas, aos 30° de latitude sul, com o intuito de se determinar, a partir daí, modelos de análise.

Na segunda etapa, de caráter analítico, serão testadas diferentes configurações morfológicas do conjunto espaço público e edificações e suas possibilidades de acesso ao sol, através do método do envelope solar.

Knowles (1981) conceituou o Envelope Solar como o “máximo volume de uma edificação que pode ser construído em um terreno de forma que esta não projete sombras indesejáveis fora de seus limites garantindo aos lotes vizinhos o acesso ao sol”. De acordo com o autor, o Envelope Solar regula o desenvolvimento urbano dentro de limites imaginários derivados do movimento relativo do sol, mais tarde, definido por Knowles (2003), como “uma construção de espaço e tempo”.

Os envelopes solares serão gerados no software de modelagem tridimensional *Rhinoceros 3D*, desenvolvido pela *Robert McNeel & Associates* utilizando os aplicativos *Grasshopper* e *DIVA*. O *Grasshopper* é um aplicativo de modelagem paramétrica para o *Rhino 3D*, e o aplicativo *DIVA*, desenvolvido inicialmente pela Escola de Graduação em Design da Universidade de Harvard e atualmente distribuído pela *Solemma LLC*, permite realizar uma série de avaliações de desempenho ambiental, entre elas o Envelope Solar. O aplicativo constrói o envelope para uma determinada poligonal com base na latitude e hora de acesso solar para um ano inteiro.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho se encontra em sua primeira etapa, na fase da revisão bibliográfica e em paralelo a isso, estão sendo levantadas as informações a respeito dos loteamentos urbanos para que se definam quais serão utilizados como referência para a definição dos modelos de estudo. Apenas após a definição dos modelos será possível iniciar a segunda etapa, para a análise dos modelos através de simulação computacional e a proposta de estratégias de implantação contemplando o acesso solar nos espaços públicos e observando a influência da morfologia urbana sobre esse fator aos 30° de latitude sul.

## 4. CONCLUSÕES

Através da revisão bibliográfica pode-se observar uma grande lacuna nos trabalhos acadêmicos que abordam de forma conjunta, morfologia urbana e acesso solar, principalmente em climas temperados onde o sol é desejável no período de inverno. Pretende-se com esse trabalho, avançar no campo de

conhecimento da área e contribuir na revisão das estratégias de implantação de espaços públicos vigentes, consolidadas principalmente pela prática, através da indicação de alternativas de análise que contemplem o acesso solar aos espaços públicos, permitindo seu uso abrangente, vitalidade à cidade e apropriação pela população.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAPELUTO, G.; YEZIORO, A.; BLEIBERG, T.; SHAVIV, E. **From computer models to simple design tools: solar rights in the design of urban streets.** Ninth International IBPSA Conference. Montreal, Canadá, 2005.
- COSTA, M.I.M.M. **Cidade e desenho de luz/sombra.** Dissertação. Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, 2008.
- GIVONI, B. **Climate Considerations in Urban and Building Design.** New York: John Wiley & Sons, 1998.
- KNOWLES, R.L. **Sun Rhythm Form.** MIT Press, Cambridge, MA, 1981.
- KNOWLES, R.L. **The solar envelope: its meaning for energy and buildings.** Energy and buildings, Los Angeles. v. 35, p. 15-25, 2003 Elsevier Science B.V
- LEITE, R. C.; FROTA, A. B. Adensamento Urbano e condições ambientais internas: a influência da morfologia urbana sobre a radiação solar e o vento para o conforto no ambiente construído. In: **ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO. Anais...** São Paulo: 2016.
- MACHO, J. J. G.; DOMÍNGUEZ, S. Á.; FÉLIX, J. L. M.; VILA, R. V. **Guía Básica para el Acondicionamiento de Espacios Abiertos.** Sevilla: Ciemat, 1994.
- OLIVEIRA, L. M.; PISANI, M. A. J. Os espaços coletivos das centralidades urbanas: circulações e permanências em São Paulo e João Pessoa. In: COSTA, A. D. L.; Da SILVA, M. D.; Da SILVEIRA, J. A. R. **Qualidade de vida na cidade: lugares e suas interfaces urbanas.** João Pessoa: AB Editora, 2016. Parte 1, Cap. 1, p. 17-42. Acessado em set. 2017. Online. Disponível em: <http://laurbeufpb.wixsite.com/>.
- ROMERO, M. A. B. **Arquitetura bioclimática dos espaços públicos.** Brasília: Editora da UnB, 2001.
- ROMERO, M. A. B.; Da SILVEIRA, A. L. R. C. Indicadores de sustentabilidade urbana. In: **XI ENCONTRO NACIONAL ANPUR. Anais...** Salvador: 2005.

SHAVIV, E.; YEZIORO, A.; CAPELUTO, I. **Sun and winds in a new business district in Tel Aviv.** Seventh International IBPSA Conference. Rio de Janeiro, RJ, 2001.

## 1.29 MORFOLOGIA URBANA E HISTÓRIA: uma análise da Região da Luz - SP

Régis Leitão Sydrião

Universidade Presbiteriana Mackenzie – regisleitao@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

O estudo da morfologia urbana tem se apresentado como um importante ponto de partida para se compreender diferentes processos e fenômenos que estão atrelados às transformações em curso no espaço urbano.

Diferentes áreas do conhecimento científico tratam do estudo das formas, com abordagens que tanto possuem especificidades quanto complementaridades. No urbanismo, disciplina surgida a partir da necessidade de reordenar as cidades após a revolução industrial, há estudos que abordam esse tema a partir de análises pautadas na representação dos elementos constituintes da morfologia, como o plano e a sua evolução; as relações do plano com o sítio urbano; a fisionomia urbana; a densidade da ocupação, a identificação de áreas morfológicamente homogêneas; a heterogeneidade das formas.

Há, também, estudos que partem de uma análise das formas urbanas como uma investigação que remete ao estudo da paisagem, com foco nos conteúdos culturais, sociais e políticos, que irão se manifestar em formas espaciais, tanto quanto nas representações a partir delas construídas; baseadas em perspectivas históricas, econômicas, sociais ou culturais. Isso se deve às influências das diferentes correntes teórico-metodológicas que, direta ou indiretamente, contribuíram (ou contribuem) nas abordagens referentes à morfologia urbana.

Considerando-se que o estudo das formas urbanas é relevante para se compreender a dinâmica das transformações espaciais, neste artigo é realizada uma discussão sobre diferentes abordagens teóricas que contemplam aspectos ligados à produção do espaço urbano e estruturação da cidade.

Embora o termo morfologia urbana compareça associado à análise da forma e daí que pode ser apreendido a partir do empírico, é preciso considerar que seu significado não se limita apenas a esta dimensão, uma vez que a forma é a concretização de um processo. Partindo-se desta perspectiva, é feita uma discussão sobre a forma urbana da região da Luz no centro de São Paulo, enfocando no histórico da região e as transformações de sua morfologia através do tempo. Tendo como âncora equipamentos muito importantes para a constituição da região, como o Jardim da Luz e as Estações da Luz e Julio Prestes, que simbolizaram a riqueza e o multiculturalismo da “metrópole do café” a partir do século XIX. A região passou por períodos de ascensão e decadência. As estradas de ferro delimitam o espaço urbano, estruturando e segregando por onde elas passam.

## 2. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos para este estudo contemplaram o levantamento de dados primários e secundários, que permitiram não só uma análise das formas, mas também dos processos e conteúdos que constituem a morfologia. A elaboração se estrutura no método de abordagem dialético e como método de procedimento as fontes históricas, principalmente e especificamente fontes secundárias.

Sobre as técnicas de coletas de dados são relatadas as seguintes: pesquisa bibliográfica (livros, artigos, teses, etc, que versem sobre os aspectos teóricos, metodológicos e do objeto em estudo); pesquisa documental iconográfica; estudo de campo e visita a órgãos públicos.

Os resultados obtidos mostram que as lógicas e interesses inerentes ao processo de produção do espaço têm levado à constituição de formas urbanas associadas a uma estrutura cada vez mais complexa no que se refere aos conteúdos, usos e configuração territorial, mesmo sendo o centro uma região já consolidada. Isto porque se constatou, principalmente nas últimas décadas, fortes tendências à dispersão por meio de áreas urbanas cada vez mais distantes e descontínuas territorialmente em relação a este centro tradicional, além de transformações atreladas aos usos e conteúdos, como é o caso da diferenciação social e espacial.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi feita até o momento uma estruturação teórico-metodológica para o embasamento do texto e dos resultados encontrados. Através da pesquisa documental, bibliográfica e de campo foi produzida uma síntese do que há de mais relevante em relação à história da Região da Luz e sua forma urbana, assim como dos bairros ao entorno que formam o centro expandido da cidade de São Paulo. Novas centralidades surgiram alterando a funcionalidade e ocupação do centro original, como o centro “novo” por exemplo, que engloba a região da Praça da República, e novas centralidades como a Avenida Paulista, a Avenida Brigadeiro Faria Lima e a Avenida Luiz Carlos Berrini.

Embora se observem certas especificidades em relação à dispersão ou constituição de descontinuidades territoriais, à variação da densidade demográfica, às diferenciações socioespaciais, etc., as lógicas que permeiam tais dinâmicas são semelhantes, inerentes aos interesses envolvidos no processo de produção do espaço urbano.

Diante disso, evidencia-se a necessidade de se apreender também as articulações de diferentes escalas, pois em muitas situações há uma sobreposição entre fenômenos e processos urbano-regionais e intraurbanos.

#### 4. CONCLUSÕES

O trabalho tem como intuito principal perceber as características da formação e consolidação do centro de São Paulo através de uma análise histórica e da forma da Região da Luz, análise essa que mostrou a importância de se abordar os diferentes contextos históricos e espaciais no âmbito da morfologia urbana, reforçando-a como um importante caminho para se compreender as transformações que ocorreram e que ainda se encontram em curso no espaço urbano, uma vez que evidenciam, em associação ao estudo da estrutura urbana, os processos que atuam na dinâmica espacial e temporal.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATHAYDE, J. C. **Luz: notícias e reflexões.** 1988. 127f. Monografia (XIX concurso de monografias do Departamento do patrimônio histórico) - Departamento do Patrimônio Histórico. Prefeitura de São Paulo.
- COELHO JUNIOR, M. N. **Processos de intervenção urbana: Bairro da Luz, São Paulo** 2010. 330f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- DI MARCO, Anita Regina; ZEIN, Ruth Verde. **Sala São Paulo de Concertos: revitalização da estação Julio Prestes: o projeto arquitetônico: arquitetura Nelson Dupret.** São Paulo: Alter Market, 2001.
- ESTAÇÃO JULIO PRESTES. São Paulo: Prêmio [1997].
- LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. Morfologia urbana e desenho da cidade. 8<sup>a</sup> ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria de Cultura, São Paulo, 24 set. 2010. Arquivo Histórico/ publicações. Acessado em 20 set. 2017. Online. Disponível em: [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo\\_historico/publicacoes/index.php?p=8313](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico/publicacoes/index.php?p=8313)

## **1.30 MORFOLOGIA URBANA NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI: relações do uso do solo comercial na estrutura intraurbana de Chuí/Chuy**

**Felipe Dotto de Moraes<sup>1</sup>; Maurício Couto Polidori<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – felipedotto1@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – mauricio.polidori@gmail.com*

### **1. INTRODUÇÃO**

Cidades de fronteira entre o Brasil e o Uruguai apresentam características peculiares, por vezes com continuidade espacial como se fossem uma cidade só, porém são administradas de modo independente, com investimentos e projetos realizados separadamente. Tal fenômeno pode ser denominado de conurbação internacional, com interferência direta na formação de cada cidade, estabelecendo uma interdependência que as levou a serem tratadas como cidades-irmãs. Este trabalho estuda os municípios de Aceguá, Chuí e Sant’Ana do Livramento, que formam conurbações internacionais com as cidades uruguaias de Aceguá, Chuy e Rivera, respectivamente, constituindo as chamadas fronteiras secas, nas quais os limites entre as cidades não são intermediados por leitos de rios.

A questão levantada é que podem existir fatores que, dentro do uso solo ocupado pelo setor de comércio, se estruturam espacialmente em função das cidades consideradas em conjunto e outros que são regidos por lógicas internas de cada cidade, ou seja, de modo separado no Brasil e no Uruguai.

Dessa forma, tem-se como objetivo investigar os processos que emergem da contiguidade espacial e resultam em conurbações internacionais em zonas de fronteira, onde a partir disso se possa analisar como fatores atrelados ao comércio na estrutura intraurbana recebem influência da associação entre suas malhas.

### **2. METODOLOGIA**

Como os primeiros anos do século XXI e a crise da União Europeia colocaram em xeque a visão romantizada da cooperação transfronteiriça, é necessário identificar quais fatores do uso do solo comercial são realmente influenciados pela associação entre as cidades, para que possamos prosseguir com o debate sobre integração. Para isso, os terrenos parcelados da estrutura intraurbana das cidades de fronteira utilizados pelo comércio serão mapeados de acordo com seus portes, que serão três (3): pequeno (bares e mercearias), médio (queijarias, lojas de vestuário e bazar, restaurantes e farmácias) e grande (supermercados varejistas e atacadistas). Os estabelecimentos do tipo Duty-Free Shop, por se tratarem de elementos diferenciados em todo seu processo de elaboração e não se enquadarem nos fatores acima, serão mapeados de modo separado, mas também de acordo com seus diversos portes, avançando com a classificação elaborada por DETONI et al. (2016).

Esses fatores serão organizados dentro de um programa computacional com tecnologia compatível ao Sistema de Informação Geográfica (SIG) e comparados com uma medida morfológica de centralidade, a qual será construída em três (3) cenários: a) as duas cidades juntas; b) somente a cidade brasileira (como se a cidade uruguaia não existisse); c) somente a cidade uruguaia (como se a cidade brasileira não existisse). Esses resultados serão usados como controle de pesquisa, cuja comparação com a localização dos fatores do uso do solo comercial listados anteriormente e possível legitimação através de levantamentos de tráfego (pedestres, veículos, bicicletas, etc), poderão indicar quais deles estão regidos por lógicas conjuntas ou separadas.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Aqui serão tratadas com maior profundidade as cidades-irmãs de Chuí/Chuy, de modo a mostrar resultados e discussões possíveis acerca dessas cidades. Já os procedimentos ocorrerão de forma semelhante para as de Aceguá/Aceguá e Sant’Ana do Livramento/Rivera – provavelmente gerando outros resultados e outras possibilidades de discussões – os quais completam as áreas de estudo de caso de uma pesquisa maior.

Os estudos sobre a medida morfológica de centralidade e um modelo de contagem de tráfego para legitimação encontram-se apresentados a seguir, já os levantamentos sobre o uso do solo comercial serão desenvolvidos no decorrer da pesquisa.

Dessa forma, na cidade-irmã de Chuí/Chuy, considerada de forma conjunta, o limite entre os países expõe uma acentuada tendência de alta centralidade que se reflete prontamente no tecido, onde as vias existentes sobre este limite se impõem como as principais da malha urbana (Figura 1). Ela apresenta variação da medida entre 126 e 1406, com mais vias apresentando alto índice no lado uruguai do que no brasileiro.

Figura 1: Simulação da Medida Morfológica de Centralidade para Chuí/Chuy.



A cidade do Chuí (Brasil), considerada separadamente, exibe uma escala de centralidade entre 47 e 422, onde há uma concentração de altos índices em algumas vias do tecido e redução em outras, porém, não repercute nas avenidas que dividem os países, demonstrando alto potencial de centralidade em toda sua extensão (Figura 2).

Figura 2: Simulação da Medida Morfológica de Centralidade para Chuí.



Já Chuy (Uruguai), expõe medidas de centralidade entre 79 e 916, onde as vias que limitam as jurisdições apresentam significativas alterações de potencial. No entanto, há certa manutenção na dispersão dos índices por toda a malha, como na Avenida Samuel Prilliac, que corta a cidade em sentido

diagonal ao traçado reticular predominante, mantendo-se com um dos maiores potenciais identificados (Figura 3).

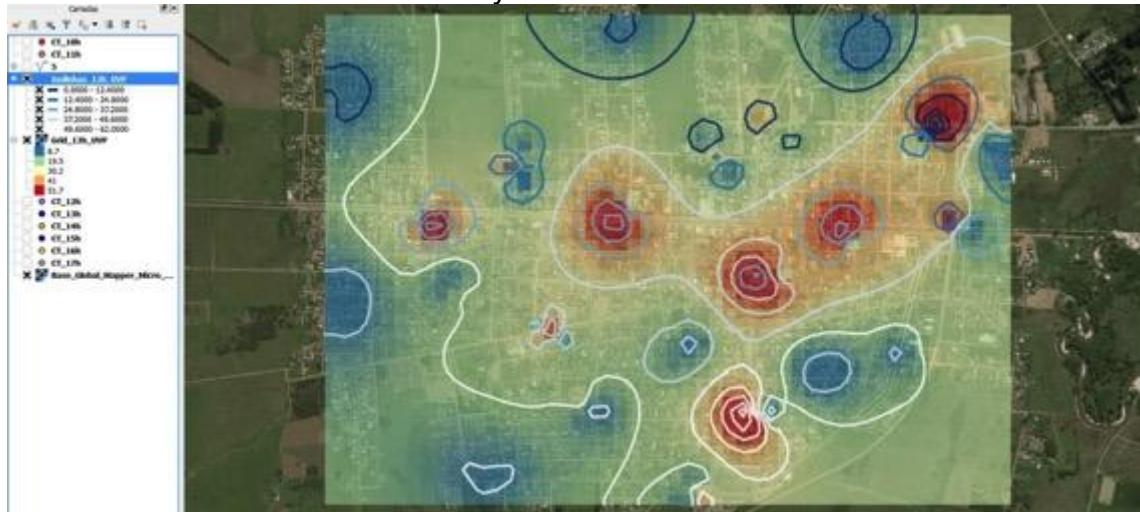
Figura 3: Simulação da Medida Morfológica de Centralidade para Chuy.



A contagem de tráfego vem no sentido de legitimar os resultados obtidos nos levantamentos acerca do uso do solo comercial e também nas simulações alcançadas para a medida de centralidade, de modo que ao envolver três ambientes comparados se espera que demonstrem resultados semelhantes, confirmando possíveis padrões existentes.

Dessa forma, o levantamento de contagem de tráfego (Figura 4) exibe a alocação coerente de pontos por toda extensão da malha urbana, que carregados com valores apurados *in loco* numa plataforma SIG demonstram a trafegabilidade de diversos modais dentro das cidades-irmãs de Chuí/Chuy num dado horário, aqui apresentado o das 13 horas por ser o de maior representatividade de dados.

Figura 4: Levantamento de Tráfego com posterior Interpolação de Pontos para Chuí/Chuy no horário das 13h.



Assim sendo, observa-se com a confrontação de resultados que as avenidas situadas sobre linha imaginária de divisa de fato recebem maior fluxo de usuários, conforme indicou a simulação para o potencial de centralidade, no entanto a Avenida Samuel Prilliac apresentou grande tráfego apenas em sua metade mais próxima à linha divisória em sua porção leste dentro da malha.

#### 4. CONCLUSÕES

Os estudos iniciais revelam diferenças notáveis na medida de centralidade ao considerar as cidades conjunta e separadamente. Desse modo, espera-se que os estabelecimentos do tipo Duty-Free Shop sejam os fatores mais influenciados pelo conjunto das cidades e localizados nas áreas de maior potencial de centralidade do lado uruguai, já que no atual momento só podem se instalar nesse país. Da mesma forma os estabelecimentos tradicionais de grande porte, uma vez que possivelmente também se mostrarião mais influenciados pelo conjunto das cidades e localizados nas áreas mais centrais, porém do lado brasileiro. Os de médio porte acredita-se que sejam mais influenciados pelo conjunto das cidades, no entanto em áreas de menor centralidade que os dois fatores citados anteriormente, tanto no Brasil quanto no Uruguai. Por fim os de pequeno porte, fatores possivelmente mais influenciados pelas cidades consideradas individualizadamente, distribuindo-se por toda extensão da malha dos dois lados do limite, sem muitas distinções entre áreas mais ou menos centrais, mas espera-se que com tendência maior aos espaços de média e baixa centralidade.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DETTONI, L. P.; FORNECK, V.; PERES, O. M.; POLIDORI, M. C. **Dinâmica das Atividades do Livre Comércio**. Universidade Federal de Pelotas – Laboratório de Urbanismo (UFPel/LabUrb). Pelotas, 2016.

## **1.31 NOVAS CENTRALIDADES PARA QUEM? as estratégias locacionais dos shopping center's e seu caráter segregador na produção do espaço urbano**

**Caio de Andrade Pandolfo<sup>1</sup>; Solismar Fraga Martins<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Universidade Federal do Rio Grande 1 – caiopandolfo@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande – solismarfm@terra.com.br

### **1. INTRODUÇÃO**

Ainda que seja crescente a tendência do comércio digital, materializar-se espacialmente é ainda nos dias de hoje premissa básica para as atividades comerciais, o advento da internet não supera necessidades como armazenamento de produtos ou da própria atividade de troca de mercadorias por um equivalente geral. A internet além de não superar as imposições físicas da atividade troca, é incapaz também de substituir um dos artifícios mais bem apropriados pelo comércio e pelo capitalismo, o encontro, assim aponta Vargas (2001):

Imagine que para troca se realizar é necessário o encontro. E a troca não será, apenas, de mercadorias. Ideias, palavras, experiências e sensações fazem parte do encanto... E essa troca, que nos perdoe o comércio virtual (*e-commerce*), não pode prescindir do espaço físico para se materializar (p.11).

Concebido que assentar-se é crucial e fenômeno histórico pertinente ao comércio, se faz necessário compreender algumas implicações desta espacialidade gerada a partir de sua materialização. Contudo, comprehende-se que são vastas as formas atribuídas aos centros comerciais, consequentemente são também numerosas as possibilidades de análise a partir de cada um dos modelos de centros comerciais existentes. Portanto, elege-se nesse artigo os *shopping center's* e suas estratégias locacionais como objeto principal a ser analisado, buscando a erudição das suas implicações na produção de espaços urbanos a partir de seu estabelecimento.

A predileção pelos *shopping's* como centro comercial planejado a ser analisado, pode ser explicada a partir da perspectiva de que os mesmos podem ser considerados como os melhores representantes do setor terciário, sendo o ápice do reflexo de uma sociedade pautada na cultura do consumo. Considerados “mecas” da mercadoria e do consumo (PADILHA, 2006), os *shopping's* podem ser classificados a partir de suas estratégias na escolha de seu posicionamento geográfico, Segundo Vargas (2001) são três as classificações dos *shopping's* quando levado em conta sua localização, podendo ser considerados periféricos (*out of town*), centrais (*downtown*), e os que mesmo fora dos centros urbanos encontram-se dentro da mancha urbana (*inner-town*), dentre eles destaca-se o último citado, por se tratar do modelo mais adotado no Brasil.

Cada uma das supracitadas estratégias possuem distintas implicações espaciais, mas a mais relevante para este artigo é a denominada *inner-town*,

justamente por ser a mais disseminada no Brasil. Dentre as implicações emergentes desse modelo, destaca-se o surgimento de novas centralidades, bem como seu caráter segregador quando acessibilidade por usuários de baixa renda, aspectos esses que serão melhores discutidos no decorrer do texto.

## 2. METODOLOGIA

O presente trabalho pauta-se principalmente de uma análise espacial sob a luz de referencial teórico pertinente, buscando a compreensão de conceitos importantes na erudição da produção do espaço urbano, da sociedade do consumo, dentre outros que são fundamentais para o presente trabalho, para a posteriori poder lançar vistas aos aspectos empíricos devidamente amparados pelos conceitos que dele emergem. Pois acredita-se que o entendimento preciso dos conceitos concernentes a temática evita explicações sofistas sobre a realidade, pois como afirmado por Deslauriers e Kérsit (2012. p. 134) “é preciso ler o que escreveram antes de nós, de certa forma, subir sobre seus ombros para conseguir ver mais além [...].”

Elege-se forma, estrutura e função (LEFÈBVRE, 2000) como principais categorias de análise, pois os estabelecimentos destes centros comerciais remodelam as dinâmicas precedentes, novas formas são criadas com a função pré-determinada de concentrar atividades de comércio e serviços, consequentemente estruturas diversas emergem destas formas e funções ali assentadas.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A estratégia locacional mais utilizada pelos *shopping's* brasileiros está intimamente ligada ao valor de troca do solo urbano, é sabido que em linhas gerais esse se torna menor na medida que se afasta dos centros tradicionais das cidades, logo para compensar o alto custo exigido do seu padrão construtivo torna-se viável e atrativo estes espaços relativamente distantes das áreas centrais. Os *shopping's* buscam ainda assentar-se junto a rodovias, visando a acessibilidade e visibilidade dos seus usuários detentores de veículos.

O primeiro aspecto a ser ressaltado dessa estratégia locacional é seu caráter segregador quanto ao público almejado pelo empreendimento, os *shopping's* apropriam-se de artifícios de socialização que antes pertenciam a espaços públicos como as praças e as ruas, ele cria sua própria praça e ruas e arboriza-se internamente, se propõe ser o local de encontro sem os ônus dos espaços públicos, é climatizado, limpo e seguro, mas é diferente dos espaços que simula, segregador. Sua estratégia locacional seleciona o público alvo, pois torna-se de fácil acesso somente aqueles que possuem veículos próprios, fato que muitas vezes está diretamente associado ao poder de compra do indivíduo, mostra-se ai o primeiro aspecto emergente de sua posição geográfica mais usual.

Outro aspecto que merece atenção é seu potencial em gerar novas centralidades, através da análise de referencial teórico pertinente, constatou-se que associado ao estabelecimento de *shopping center's* em áreas onde até então os aparelhos urbanos eram escassos, surgem a posteriori novas centralidades ou sub-centros (VILLAÇA, 2001). Ao instalar-se nesses locais os *shoppings* os redinamizam, pois levam consigo aparatos urbanos até então inexistentes, ou obrigam o poder público a fazê-lo.

Tal valorização torna a área atrativa para investimentos comerciais e imobiliários, surgindo assim novas centralidades com rationalidades urbanas completas. Contudo, assim como o centro comercial que a originou, tais centralidades possuem também seletividade quanto ao seu público, os loteamentos ou condomínios emergentes nestas novas centralidades selecionam a partir dos valores de comercialização dos seus terrenos aqueles que ali desfrutarão dos aparelhos e infraestrutura urbana criada.

A exemplo deste fenômeno, pode-se citar o município de Rio Grande – RS, onde o Shopping Partage utilizando-se da estratégia locacional previamente citada redinamiza uma área intra-urbana, onde até então era marcada por uma paisagem destituída de aparatos urbanos (Figura 01), e atualmente configura-se como maior centro comercial do município, sendo o mesmo uma nova forma, para atender a função de aglomerar lojas e serviços, criando novas estruturas a partir do seu estabelecimento. Em uma relação simbiótica, surge ao seu entorno um loteamento da iniciativa privada, construído pelo grupo CIPASA com lotes comercializados a partir de 95 mil reais, deixando explícito que destina-se a classe média riograndina.

**FIGURA 08: COMPARATIVO PRÉ E PÓS ESTABELECIMENTO DO SHOPPING PARTAGE RIO GRANDE.**



**FONTE: IMAGENS: GOOGLE EARTH PRO; ORGANIZADO PELO AUTOR.**

Pintaudi (1992) trás em seu texto outro importante exemplo de nova centralidade emergente a partir de um *shopping* na cidade de São Paulo:

Com a implementação do Shopping Center Iguatemi, iniciou-se uma nova etapa de valorização do espaço na sua vizinhança. Quem teve a oportunidade de conhecer a Avenida Brigadeiro Faria de Lima, onde esse SC se situa, na década de 60, quando ainda se chamava Rua Iguatemi, e a vê hoje, sabe bem a diferença. A antiga rua possuía uma ou outra firma comercial ou de serviço (para atender a vizinhança), e os demais terrenos eram destinados a residências. Hoje isto está totalmente mudado, e essa transformação ocorreu após a implantação do SC. Além de terem sido feitas desapropriações, para que a circulação de automóveis fosse melhorada, as antigas moradias foram sendo paulatinamente substituídas por bancos, edifícios de escritórios (alguns de residências) e lojas comerciais e de serviços (p.35).

Estes exemplos mostram que não são raros os casos de novas centralidades que manifestam-se a partir de *shoppings*, seja em cidades médias como Rio Grande, ou em metrópoles globais como São Paulo.

#### 4. CONCLUSÕES

Conclui-se portanto que os *shopping center's* possuem duplo caráter segregador, seja ao seu acesso ou enquanto produtor de espaços urbanos. Na busca de simular espaços públicos historicamente ligados a socialização e ao encontro não democratiza-se, pois seleciona seu usuário, desde sua localização até os seus símbolos e signos voltados ao consumo, realidade essa de apenas uma camada da sociedade. Enquanto produtor de espaços urbanos adjacentes, cria novas centralidades, mas as cria a partir de uma racionalidade capitalista da produção espacial, voltada geralmente a classes sociais médias ou altas, negando-se assim o direito ao “banquete urbano” para as classes sociais excluídas (CORRÊA, 1994).

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

##### Livro

CORRÊA, R.L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Atica, 2004.

LEFÈBVRE, La production de l'espace. Paris: Anthropos, 2000.

PADILHA. Valquíria. **Shopping Center: A catedral das mercadorias**. São Paulo: Boitempo, 2006.

VARGAS, H.C. **Espaço** terciário: o lugar, a arquitetura, e a imagem do comércio. São Paulo: Editora Senac, 2001.

VILLAÇA, Flávio. **O espaço intra-urbano**. São Paulo: Studio Nobel. 2001.

##### Capítulo de livro

DESLAURIERS, J.P; KÉRSIT, M. **O delineamento de pesquisa qualitativa**. In: POUPART, J. et al. A Pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

PINTAUDI, S.M. **O Shopping Center no Brasil: Condições de Surgimento e Estratégias de Localização**. In: PINTAUDI, S.M; JUNIOR, H.F. Shopping Centers: Espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras. São Paulo: UNESP, 1992.

## **1.32 O CICLOATIVISMO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A MOBILIDADE URBANA NO SUL DO BRASIL: O caso de Rio Grande e Pelotas, RS.**

**Camila Teixeira Martins<sup>1</sup>; Maurício Couto Polidori<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – camila.tex.martins@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – mauricio.polidori@gmail.com*

### **1. INTRODUÇÃO**

O assunto emergente na sociedade atual para resolver os problemas de circulação e prover a requalificação urbana é a mobilidade urbana sustentável, cujo tema está presente em diversas áreas do conhecimento, como arquitetura, urbanismo, engenharia de tráfego e civil, as quais vêm adotando o novo paradigma a fim de construir cidades mais humanizadas e ambientalmente conscientes. Adicionalmente, uma das principais possibilidades da mobilidade sustentável é o aumento do uso da bicicleta, de modo associado ao transporte público, cujo modal deveria apresentar a maior porcentagem de viagens realizadas diariamente pela população, isto é, a bicicleta como meio de transporte principal das cidades.

Apesar do conhecimento internacional sobre a insustentabilidade do desenho urbano voltado ao automóvel, cujo projeto de cidade foi iniciado no século XX como aparece em Jacobs (2000), Speck (2013), Arrington (2003) e Gehl (2013), existe uma resistência a sua transformação, a qual engloba tanto conflitos políticos quanto culturais, surgidos na sociedade contemporânea e que transcendem a sociedade contemporânea brasileira. Em países desenvolvidos, tais questões já foram superadas por meio da continuidade em investimentos em educação, bem como pela pressão de grupos sociais unidos pela mesma causa: a construção de cidades mais humanas que propiciem o direto à cidade (GTZ; SUTP; I-CE, 2009). Assim, consolidaram a mobilidade urbana sustentável e a mobilidade por bicicleta.

O Brasil, por outro lado, vem adotando de maneira crescente a tendência internacional para implementação dessa forma de mobilidade, sendo possível encontrar conhecimento técnico e legislações qualificadas compatíveis com os princípios já concretizados em cidades de primeiro mundo. No entanto, a perspectiva real das cidades brasileiras ainda apresenta sérios dilemas quando à circulação, uma vez que a aplicabilidade do conhecimento sobre o assunto situa-se, até esse momento, distante do planejamento urbano e da administração pública. Tal distanciamento, fez com que alguns estudiosos buscassem compreender formas alternativas de planejamento, onde entre elas está o cicloativismo.

O movimento consiste em uma militância de múltiplas lideranças e cujas pautas envolvem a reivindicação do espaço da bicicleta nas cidades, desde temas como infraestrutura urbana e segurança viária, até a busca por mais respeito no trânsito por parte dos motoristas de veículos motorizados. Diferentemente do que se costuma assumir por ativismo social, o cicloativismo

não se origina de uma classe social específica, mas de uma necessidade da sociedade em geral de romper com a ordem dominante. Isto é, de combater a gestão urbana voltada aos automóveis.

Entretanto, são distintos os agentes produtores de espaço urbano, cujos desejos conflituosos expressam no espaço a vontade dos grupos dominantes como o Estado e os proprietários dos meios de produção, o que vem acarretando um ínfimo campo de discussão destinado aos grupos representativos da sociedade civil. É nesse contexto, portanto, que atua o cicloativismo, na busca por uma maior participação dos ciclistas nos processos decisórios do poder público, visto que esse é um dos meios pelos quais se podem alcançar um desenho urbano mais justo às necessidades coletivas, na direção de uma mobilidade sustentável.

Pesquisar o movimento cicloativista e a sua participação no contexto urbano, portanto, assume importância ao identificar outras formas de produção da cidade, sejam concorrentes sejam aliadas do Estado e dos grandes grupos capitalistas. A resistência à consolidação da bicicleta como meio de transporte decorre da composição de variados fatores, os quais podem ser identificados em trabalhos precedentes, cuja reflexão gira em torno de questões políticas e sociais do cicloativismo na sociedade atual brasileira (XAVIER, 2007; BARCELLOS, 2015; TRINDADE, 2016). No entanto, pouco é conhecido sobre os personagens desse movimento, como ele se distribui na área urbana das cidades e qual a visão dessas pessoas sobre o espaço construído, incluindo aspectos relativos à estrutura intraurbana e infraestruturas viárias destinadas à bicicleta.

Visto isso, a presente pesquisa tem como problematização basilar a compreensão do cicloativismo com a morfologia urbana, por meio da captura da prática ativista e a identificação de seus trajetos cotidianos. Assim, tem por objetivo principal investigar o papel do movimento cicloativista na construção de cidades mais amigáveis à bicicleta na região sul do Brasil, fazendo associações com a estrutura intraurbana e com as infraestruturas pró-ciclismo. Para tanto, o trabalho foi organizado em quatro objetivos específicos: a) descrever a operação dos grupos cicloativistas e identificar sua apropriação no espaço intraurbano; b) analisar tal espaço em função das possibilidades do uso da bicicleta por meio da definição de uma hierarquia urbana e de infraestruturas voltadas à mobilidade urbana sustentável; c) relatar o histórico, a prática e a perspectiva dos grupos cicloativistas em cidades da região sul do Brasil e associar tal levantamento com a estrutura intraurbana e as infraestruturas para bicicleta existentes; d) identificar o potencial dos grupos cicloativistas na conquista por segurança viária e infraestrutura urbana, por meio de uma comparação da prática do movimento com os planos públicos e infraestruturas existentes voltadas ao uso da bicicleta.

## 2. METODOLOGIA

O trabalho tem como fundamentação base para investigação a teoria da complexidade, da auto-organização e da emergência (PORTUGALI, 1997; 2000), a fim de compreender a prática do cicloativismo, bem como sua forma

de organização. A ideia é manter o entendimento do todo e das partes como elementos indissociáveis, os quais não podem ser analisados em separado, mas podem ser distinguidos em elementos constituintes de um mesmo sistema complexo, levando em consideração a ordem mais ampla que os rege, a fim de evitar a redução da realidade.

Assim, buscam-se nos campos das ciências humanas, do urbanismo e da engenharia de tráfego conhecimentos relacionados à prática social de grupos de indivíduos, à morfologia urbana e à mobilidade urbana sustentável, respectivamente, com o intuito de estruturar uma revisão bibliográfica, realizada ao longo de toda a pesquisa, a fim de esclarecer quanto a conceitos principais inseridos dentro do contexto a ser pesquisado. As fontes a serem consultadas são manuais, livros, dissertações, teses, artigos, cadernos técnicos e sites vinculados ao movimento social.

Para cumprimento dos objetivos utiliza-se o método social empírico e o procedimento técnico de um estudo de caso para pesquisa exploratória, conforme Yin (2005). A abordagem utilizada será qualitativa quanto à classificação das vias com relação a sua função perante a mobilidade urbana das cidades analisadas, assim como pela necessidade de entrevistas semiestruturadas com os gestores municipais e integrantes do movimento. Adicionalmente, parte da pesquisa terá caráter quantitativo, envolvendo uma abordagem que se destina ao agrupamento dos diagnósticos das vias incluídas no trajeto do movimento social, à quantificação do número de participantes e demais relações entre a prática do movimento e à morfologia da cidade.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A pesquisa encontra-se em andamento, no caminho de alcançar resultados que demonstrem o papel do cicloativismo na construção de cidades melhores para a mobilidade por bicicleta. Entretanto, sabe-se que tal movimento social promove uma reflexão da população sobre o utilização demasiada dos automóveis, cujo uso ainda permanece crescendo no Rio Grande do Sul (DETRAN, 2017).

Para que haja de fato uma transformação dos modos de deslocamento e sua consequente reestruturação no desenho das cidades brasileiras, faz-se imprescindível a atuação de movimentos sociais como o cicloativismo, a fim de lutar pelo espaço da bicicleta junto ao Estado e como formuladores de um planejamento alternativo. Assim, espera-se que ao final dessa pesquisa seja possível definir a forma de apropriação do movimento social nas cidades em estudo, analisando as divergências e as semelhanças de cada uma delas de acordo com a respectiva estrutura intraurbana e a disponibilidade de infraestruturas para a bicicleta. Adicionalmente, espera-se identificar as principais contribuições do cicloativismo para o desenvolvimento de cidades melhores ao uso da bicicleta com meio de transporte.

### **4. CONCLUSÕES**

O confronto pacífico do cicloativismo não busca somente a implantação de infraestruturas adequadas ou a denúncia da insustentabilidade do desenho urbano atual, mas também tem a ação voltada para uma transformação política e social. Processo esse que deve ser gradual e com o objetivo de mudança das bases estruturantes da sociedade contemporânea brasileira, em seus valores e práticas, o qual fomentaria o desenvolvimento de uma contra-hegemonia da ordem dominante.

O cicloativismo, movimento representativo da sociedade civil, torna-se então substancial para determinar o local da bicicleta nas cidades de Rio Grande e Pelotas, podendo ainda colaborar com a aproximação entre o planejamento da mobilidade municipal e a realidade do ciclista local.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRINGTON, G. B.. *Light Rail and the American City: State-of-the-Pratice for Transit-Oriented Development*. In: **National Light Rail Transit Conference**, 9. Portland, 2003. **Anais...** *Transportation Research Circular*, E-C058: *Light Rail Transit and Transit-Oriented Development*. Portland, 2003.

BARCELLOS, F. O Cicloativismo Brasileiro e o Fórum Mundial da Bicleta. In: **Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**, 4., Foz do Iguaçu, 2015. **Anais...** Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 2015.

DETRAN. Departamento Estadual de Trânsito – RS. **Frota do Rio Grande do Sul**. 2017. Acesso em 16 de set. de 2017. Online. Disponível em: <<http://www.detran.rs.gov.br/conteudo/27453/frota-do-rs>>.

GEHL, J. **Cidade para Pessoas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

GTZ, SUTP, I-CE. **Cycling-Inclusive Policy Development: A Handbook**. Tom Goderfroij (editor). Utrecht - Nederland, 2009.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. Martins. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PORUGALI, J. **Self-organizing cities**. Futures, v. 29 nº4/5. Great Britain: Elsevier Science, 1997. p. 353-380.

\_\_\_\_\_. **Self-organizing cities**. Berlin: Springer, 2000. 352 p.

SPECK, J. *The walkable city. TED talks: Ideas worth spreading*. New York, set. 2013. Video.

TRINDADE, A. O. “**Vale a pena acreditar na cidade**”: O movimento ativista em Curitiba e suas práticas. 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Curso de Ciências Humanas. Universidade Federal do Paraná.

XAVIER, G. O Cicloativismo no Brasil e a lei de política nacional de mobilidade urbana. **Revista dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 3, n. 2 (2), janeiro-junho, 2007. p. 122-145.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

## 1.33 O DESENVOLVIMENTO ORIENTADO PELO TRANSPORTE NO PLANEJAMENTO REGIONAL

Marco Leoni Deboer Salvi<sup>1</sup>; Maurício Couto Polidori<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – marcoleoni.eng.civil@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – mauricio.polidori@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

O planejamento urbano enfrenta problemas nas cidades da atualidade, particularmente em função das tentativas individuais de busca de mobilidade, as quais implicam na redução de qualidade do transporte de massa para a população. Os congestionamentos são observados como sintomas deste paradigma urbanístico, porém não é a frota a sua causadora, mas sim o seu uso. Ao incentivar o transporte individual para viagens indispensáveis, regulares e, portanto, previsíveis, a mobilidade urbana se torna deficitária e insustentável, sendo que o fator sustentabilidade não se encontra apenas ligado a quesitos ambientais, mas também a gestão do espaço urbano (VIEIRA et al., 2014; SALVI, 2014). Oferecer alternativas capazes de garantir acessibilidade universal e atratividade, suficientes para incentivar a transferência de modo aos usuários de automóveis e motocicletas inclui-se como responsabilidade estatal para uma gestão sustentável da mobilidade.

A revitalização urbana e inclusão do novo paradigma de projeto – a escala humana, permite, através da produção científica, a busca por incentivos públicos, tornando possível reestruturar as aglomerações urbanas brasileiras. Ao permitir o retorno do pedestre como fator delimitador de qualidade da mobilidade, todos os entes da mobilidade suave percebem a segurança viária, construindo uma urbe direcionada a princípios de sustentabilidade, conforto e atratividade, gerando uma revitalização densa, baseada na centralidade da convivência humana (VIEIRA et al., 2014; SALVI, 2014; SPECK, 2014; SILVA, 2016).

A revitalização urbana é uma realidade vivenciada na atualidade, pois diversas cidades em âmbito mundial estudam formas de consolidar seu crescimento, aliando sustentabilidade e qualidade de vida aos seus habitantes através da mobilidade urbana (SPECK, 2014; GIULIANO e SHIN, 2016). Nesse caminho, estudar a restruturação urbana em municípios médios brasileiros, tendo como base a Aglomeração Urbana do Sul (AUSul), conduz a presente pesquisa, discutindo uma metodologia de planejamento voltada à escala humana, através da metodologia TOD (*Transit-Oriented Development*), a qual permite revisar seu planejamento e buscar a consolidação desta região como conurbação bipolar de importância nacional.

O uso da metodologia TOD, atualmente empregada em países desenvolvidos, vem recentemente ganhando espaço na pesquisa acadêmica da cidade contemporânea, possibilitando uma revisão da mobilidade urbana (ARRINGTON, 2003). A metodologia TOD permite revisar os procedimentos necessários ao projeto e implantação de corredores de transporte público,

gerindo seu poder estruturante e buscando novos modos para melhorar o espaço urbano das cidades, quer de médio e de grande porte.

## 2. METODOLOGIA

Estudar o planejamento voltado a escala humana, conforme amplamente se discute em países incentivadores da mobilidade suave, é assumido como fator de influência no processo de implantação de um serviço de transporte público. As populações de cidades média e grandes brasileiras, bem como as mundiais, sofrem com uma distribuição deficitária das suas viagens, o que se dá especialmente por uma malha viária subaproveitada, contendo vastos espaços urbanos de uso do solo monotípico, geralmente residencial, com presença orgânica de serviços e comércio, embora sem um devido zoneamento (ARRINGTON, 2003; GIULIANO e SHIN, 2016). Este cenário é comum, podendo ser evidenciado no estudo dirigido à AUSul e, através deste, replicar para as cidades brasileiras, como uma alternativa de buscar crescimento sustentável urbano e social.

A revisão de projetos anteriormente elaborados é abordada para uma melhor compreensão do cenário de pesquisa, conhecendo e revisando essas tentativas, através dos preceitos de planejamento de linhas de transporte público. Posteriormente, análises detalhadas, através da metodologia estatística de múltiplos critérios, as intervenções anteriores poderão ser discutidas, buscando o contato com as partes interessadas (*stakeholders*) e possibilitando novas soluções de transporte, adequadas a realidade e porte de cada cidade (VIEIRA *et al.*, 2014; SALVI, 2014; SPECK, 2014).

A análise de múltiplos critérios permite definir linhas e estações de maior poder estruturante na malha urbana, possibilitando um estudo aprofundado. Essa apreciação, aliada a aplicação da metodologia TOD, permitirá definir os modos mais indicados para aproximar a cidade das pessoas, construindo espaços mais densos e diversos, com redes de mobilidade suave (pedestres, ciclistas, pessoas em cadeiras de rodas, skatistas e patinadores), criando um ambiente de convivência (ARRINGTON, 2003; SALVI, 2014). Uma cidade desenhada para pessoas vai oferecer um ambiente mais agradável e atrativo e, principalmente, seguro (GEHL, 2013). Com o foco sobre o ser humano, é vital avaliar e projetar espaços que valorizem a escala do pedestre, com fachadas ativas e maior diversificação do uso do solo da região.

Atualmente, as novas linhas de planejamento buscam um desenvolvimento sustentável, ou seja, uma tentativa de alcançar a mobilidade por meio de modos que evitem impactos negativos na sociedade (SIVEIRA, 2016; SILVA, 2016). Ao abordar o planejamento de uma linha de transporte público, o poder estruturante, qualidade da caminhabilidade e ciclabilidade tornam-se fatores de mensuração da qualidade dos sistemas de transporte público, permitindo quantificar, também, a relação de agravos entre usuários do sistema de mobilidade, definindo sucesso da metodologia, através do parâmetro da segurança (VIEIRA, 2016; SILVA; 2016).

Um desenvolvimento urbano adequado, voltado para as pessoas deve, no mínimo, proteger aos Usuários Vulneráveis (UV), pedestres, bicicletas, motocicletas, nos conflitos com os não vulneráveis (UNV), ou seja, aqueles munidos de carenagem protetora. As condições de risco relativo devem, portanto, ser usadas para descrever a qualidade de desenvolvimento e/ou sustentabilidade dos sistemas de mobilidades. Estes riscos relativos são baseados na prevalência de agravos, entre UV's em relação aos ocorridos entre UNV's (VIEIRA, 2016; SILVEIRA, 2016) e possibilitam observar os fatores de segurança aliados ao bom planejamento urbano.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O estudo pretende aprofundamento em conhecimento de relevância acadêmica e projetual, estando até o momento em processo de análise de projetos anteriores, através de levantamento de dados e consolidação do referencial teórico, ao buscar referências internacionais e nacionais de revitalização urbana. A análise de soluções de mobilidade, na atualidade regional e brasileira, permite que os resultados obtidos anteriormente sirvam de base para discussões relacionadas a metodologia TOD e sua aplicabilidade no contexto.

Visando finalizar o estudo de linhas e estações com ferramentas práticas de urbanismo, o trabalho propõe a aplicação de conceitos urbanísticos como a moderação de tráfego (*traffic calming*), a gestão e planejamento da Mobilidade Suave e a modelagem computacional dos polos geradores de viagens, pretendendo com isso delimitar procedimentos replicáveis em áreas urbanas com problemas afins, para a realidade latinoamericana.

### **4. CONCLUSÕES**

Apontar um novo paradigma se torna evidente, não só para a mobilidade, mas também para o planejamento urbano. É uma questão de escala quanto à velocidade, dimensões e massa, pois todo o sistema viário e demais equipamentos urbanos vêm sendo desenhados para o veículo do homem e não para o homem. Esta parametrização aos veículos rodoviários tem orientado o desenvolvimento urbano, incluindo uma série de riscos e empecilhos ao deslocamento do pedestre ou de seus modos suaves de deslocamento (SPECK, 2014; VIEIRA, 2016).

Um sistema de transporte público viável começa em calçadas com bom índice de caminhabilidade e complementado por rotas cicláveis e acessíveis. Este aspecto fica evidenciado na metodologia TOD (*Transit-Oriented Development*) que propõe revitalizar áreas urbanas degradadas escolhendo locais adequados para implantação de estações, nas quais são prioridades a mobilidade interna a zona e micro acessibilidade. O tratamento do entorno das estações visa melhorar a habitabilidade, com a oferta de calçadas adequadas,

rotas cicláveis e áreas de lazer, atraindo com isso mais usuários potenciais para estação e garantindo a sua viabilidade (ARRINGTON, 2003).

Como ferramenta, o presente trabalho proporciona ao pesquisador possibilidade de avaliar o desenvolvimento urbano e projetá-lo para atender o crescimento socioeconômico forma adequada, com a tecnologia disponível, os entes do novo paradigma, os pedestres. A metodologia TOD pode produzir um ambiente mais amigável à mobilidade suave, sendo os preceitos desta metodologia fatores de proteção ao usuário vulnerável (UV) (ARRINGTON, 2003; VIEIRA, 2016). O planejamento urbano pode assim buscar um desenvolvimento focado no ser humano e em seus modos suaves de deslocamento, bem como em seu complemento estruturante, o transporte coletivo. Essa tendência é baseada na utilização mais racional dos recursos e espaços urbanos, retirando a prioridade do automóvel particular e valorizando o transporte coletivo, colocando em primeiro lugar o pedestre e os modos suaves de circulação urbana.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRINGTON, G. B.. *Light Rail and the American City: State-of-the-Pratice for Transit-Oriented Development*. In: **9<sup>th</sup> National Light Rail Transit Conference**. *Transportation Research Circular. E-C058: Light Rail Transit and Transit-Oriented Development*. Portland – EUA, 2003. **Anais**.

FERRAZ, A. C. P.; TORRES, I. G. E.. **Transporte Público Urbano**. Editora Rima. São Carlos, 2004.

GEHL, J. **Cidade para Pessoas**. Editora Perspectiva. São Paulo, 2013.

GIULIANO, G.; SHIN, E. J.. **Is Los Angeles becoming Transit Oriented?**. Produção USC Price (Educacional). 53min55s (Inglês). EUA, 2016. Acesso em: 04 abr 2017, 17:35:00. Online. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sESvo66LeMg>

KLEIN, J.; OLSON, M.. **Taken for a Ride**. Produção ITVS – Independent Television Service/ New Day Films (Educacional). 52min (Inglês). EUA, 1996. Acesso em: 16 nov 2016, 22:12:00. Online. Disponível em: <https://www.youtube.com/wacth?v=EShbA5aQAc>

SALVI, M. L. D.. **Reimplantação do Transporte Público Ferroviário de Passageiros: Uma estratégia para movimentar pessoas e construir comunidades**. Monografia (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Rio Grande, 2014.

SILVA, A. T.. **A Relação entre Agravos de Usuários Vulneráveis e Não Vulneráveis e o novo paradigma para o desenvolvimento urbano sustentável**. Monografia (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Rio Grande, 2016.

SILVEIRA, I. M.; **Avaliação da Mobilidade Urbana com Ênfase na Condição da Acidentalidade do Usuário Vulnerável**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes) - Universidade de São Paulo (USP). São Carlos, 2016.

SPECK, J.. **The walkability theory.** Produção TEDx Talks (Educacional). 19min (Inglês). EUA, 2014. Acesso em: 16 nov 2016, 22:35:00. Online. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uEkgM9P2C5U>

VIEIRA, H.; VALENTE, A. M.; AQUINO, C. D.; SALVI, M. L. D.. Estudos de viabilidade para implantação de uma linha de transporte público de média capacidade. In: **XVIII CLATPU – Congreso Latinoamericano de Transporte Público y Urbano.** Rosário – Argentina, 2014. **Anais**.

\_\_\_\_\_, H.; SILVEIRA, I. M.; BASTOS, J. T.; VALENTE, A. M.. Avaliação da Mobilidade Urbana com ênfase na condição da accidentalidade do Usuário Vulnerável. In: **XIX CLATPU – Congreso Latinoamericano de Transporte Público y Urbano.** Montevideo – Uruguai, 2016. **Anais**.

## 1.34 O TRABALHO FEITO NA OCUPAÇÃO CANTO DE CONEXÃO

Otávio Segal de Araújo<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Ocupação Canto de Conexão – otaviosegalla@gmail.com

### 2. INTRODUÇÃO

Este presente trabalho se destina a apresentar um pouco do trabalho feito na Ocupação Canto de Conexão. A Ocupação Canto de Conexão se localiza na esquina da Benjamin Constant com Álvaro Chaves, sob o número 87.

Este local surgiu da articulação de diversos agentes sociais e indivíduos da cidade de Pelotas, desde movimentos sociais como Rasta Sul e Frente Negra Pelotense, cooperativas como Crias BGV e com o contato de diversos estudantes da Universidade Federal de Pelotas, oriundos do movimento de ocupação, Ocupa ICH, que ocorreu no inverno de 2016 na UFPel. Contamos com o apoio da comunidade local, do Movimento Nacional de Luta por Moradia e pelo grupo de arquitetas da Arquitetura Humana.

A Ocupação Canto de Conexão surgiu no dia 17/03/2017 e hoje em dia funciona com a proposta de um debate sobre Reforma Urbana e as diversas características da cidade que negam ou permitem o acesso da população carente de condições materiais para viver.

Este projeto tem a pretensão de alcançar os diferentes tipos de usuários. Tendo em vista ser uma área de residência permanente com dormitórios comunitários e familiares. Um centro de assistência e atendimento para a comunidade local que tenha interesse em reestruturar-se para entrar na universidade ou em busca de conhecimento sobre seus direitos, tanto direito a moradia quanto ao acesso a cidade.

### 2. METODOLOGIA

Houve em um primeiro momento onde aconteceu a aproximação do grupo com os métodos de ocupação do Movimento Nacional de Luta por Moradia na Cooperativa 20 de Novembro em Porto Alegre/RS.

Em um segundo momento houve a identificação do local que deveria ser ocupado em Pelotas/RS.

Em um terceiro momento observamos as necessidades da comunidade do entorno para descobrirmos as necessidades físicas e culturais do local. Neste momento foram feitas diversas conversas com agentes do local.

Em um quarto momento houve o processo de ocupação que pode ser dividido em três outros momentos: em primeiro lugar a limpeza geral do ambiente, em segundo lugar a reestruturação mínima com construções necessárias para abrigar pessoas e matéria prima e em terceiro lugar o início de diversos debates junto a comunidade, em principal sobre Reforma Urbana, direito a moradia e acesso a cidade.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Hoje fazem seis meses de ocupação e muita coisa se passou. Muitas foram as dificuldades de convivência, a precariedade e urgente manutenção do local que era completamente estigmatizado pela sociedade ao seu redor e, também, sendo alvo de um crime contra a cidade devido a especulação do setor imobiliário.

Não estamos aqui para falar da história dessa casa, mas sim da história que estamos fazendo neste local. **Para ter noção de nossa articulação visite nossa página no facebook: “Ocupação Canto de Conexão”<sup>11</sup> e nosso documento de reivindicação histórica e política deste local.<sup>12</sup>**

Reivindicamos a revitalização deste espaço abandonado buscando minimizar os aspectos negativos desta zona da cidade. Construímos um novo local, um local que tenta trazer estrutura para o debate, questionamento e enfrentamento da difícil realidade da maioria da população e do “projeto” de cidade que estão planejando para este e outros bairros da cidade.

Os diversos agentes (Movimento Nacional de Luta por Moradia, Frente Negra Pelotense, Estudantes da UFPel, Rasta Sul) constroem nosso projeto junto com as pessoas da comunidade, a exemplo o Sr. Valdemar que coordena e nos ajuda a fazer a manutenção da horta, bem como histórias de vida, debates políticos, ampliando a renovação e a ressocialização de diversas pessoas que buscam uma nova vida melhor.



Justificamos esta luta, pois entendemos que a cidade não está desenvolvendo a inclusão social. A função social da cidade e da propriedade, ao nosso entender, não está sendo cumprida, e cabe a nós, pessoas da comunidade, agentes políticos e culturais, estudantes, jovens e anciãos,

<sup>11</sup> <https://www.facebook.com/cantodeconexao/>

<sup>12</sup> <https://drive.google.com/file/d/0B29jBZLCQeusFFnbW9FMG9ieVE/view>

modificar esse quadro com a ação direta e tomada dos espaços ociosos, ocupando os locais públicos e privados que fazem parte da especulação capitalista que ataca a todos os cidadãos e cidadãs da sociedade.

Qual é a função social da cidade? Nosso projeto propõe cumprir a função de uma propriedade cultural e educacional. Viemos aqui para cumprir e vamos. Estipulamos um cronograma para fazer esse debate e muito dele já foi feito, outro tanto está por vir. Há dois momentos na Ocupação Canto de Conexão: *A chegada e a história.*

O primeiro ponto do cronograma é a chegada. Quando chegamos ao local e nos deparamos com muito lixo acumulado e percebemos que as histórias deste local remontam ao abandono e a especulação em que se encontram tantos e tantos locais.

O que estipulamos é que ele estaria disposto para moradia estudantil e centro cultural dentro de alguns meses e que de março até dezembro de 2017 limparíamos todo o local e arrumaríamos o telhado

Isto vem sendo cumprido. Todo o lixo acumulado e todos os objetos derivados dos furtos e assaltos que aconteciam no local foram retirados. Limpamos tudo que havia de lixo, retiramos todas as telhas que estavam com risco de queda e revitalizamos algumas áreas de vivência essenciais para a manutenção do dia-a-dia. Cozinha, quartos, escritório com computadores e (acredite) um local para criação de patos e galinhas, um grande amigo cão: o “Galpão Free” e nossa gata adotada: “Ocupa”. Por aqui passam pessoas de diversos locais do mundo proporcionando um intercâmbio cultural e estudantil na comunidade.

No segundo mês de ocupação, houve a visita de um grupo de arquitetas de Porto Alegre. Ao nos visitar com a demanda do MNLM, projetaram para nós uma maquete e um projeto digital do que poderia ser a casa. Ou seja, em alguns meses de articulação já estávamos com um projeto arquitetônico em mãos para a casa.

Ainda há diversas urgências e não moramos no paraíso, devemos reconhecer, por exemplo, a urgência que temos com a reforma do telhado, para que a estrutura resista e não chova mais em nossa casa.

A casa foi pintada, as árvores podadas e o muro original sendo restaurado aos poucos. As gestões que os governos da cidade de Pelotas prometeram fazer, mas abandonaram tais projetos e assim criam os “centros periféricos”. Todas as pessoas que passam ali na frente sabem da importância histórica do prédio e que este patrimônio foi abandonado e apoiam nossa atuação no local.

A horta comunitária, que está frente da casa, tem trazido cada dia mais frutos para casa. Com a ampla participação da comunidade, guiada pelo Sr. Valdemar, ensina como a cidade também pode plantar e conviver com uma alimentação mais saudável, longe dos agrotóxicos e dos monopólios das sementes pelas indústrias.

Há a construção de um palco interno, para apresentação de diversos artistas da cidade e do mundo, que passam pela ocupação a cada dia para transformar-se e transformar o outro.

“Sendo assim, a necessidade de centros urbanos que busquem politização, cultura, saúde, segurança e educação, torna-se cada vez mais

emergente". Palavras de nosso primeiro documento, que estamos seguindo à risca para cumprir. Já temos o suficiente para pensarmos: "Quanta mudança houve por aqui!". Com a ajuda da comunidade fazemos diariamente a construção e a manutenção desse novo local, dessa nova forma de se socializar e de fazer o questionamento político sobre os rumos da cidade.

Outra coisa que trouxemos para sociedade pelotense foi o **Ciclo de Debates** em conjunto com a Faculdade de Arquitetura da UFPel que encerra no fim do mês de setembro, aniversário de seis meses da ocupação. O Ciclo de Debates trouxe o conflito das ideias sobre a **Reforma Urbana e seu contexto histórico para cidade e universidade de Pelotas**. Algo que foi muito produtivo e que ainda nos promete longas colheitas.

O terreno político é uma constante disputa. Estamos em constante conflito de interesses. Buscamos o conflito contra essa especulação imobiliária que existe na cidade de Pelotas e buscamos essa casa, pois ela é um centro de reconhecimento das pessoas com o local onde moram, é uma casa histórica e está estrategicamente posicionada para atender a demanda de toda população ao seu redor.<sup>13</sup>

Algumas palavras chaves definem o contexto da Ocupação Canto de Conexão: **Educação ambiental e política; Formação educacional e técnica; Busca pela manutenção de uma economia solidária; A busca de um Conselho de Gestão Compartilhada (ao nosso entendimento, de autogestão à cooperativismo).**

Essa ocupação ocorreu no dia 17 de março de 2017 com diversas pessoas envolvidas e conta com o apoio de diversos movimentos sociais e visa um amplo, aberto e dinâmico diálogo com a comunidade e com as esferas do poder público, para que possamos dar visibilidade quanto a importância do local e colocar em prática, com a vontade das pessoas que ali estão, um local propício para morar e trabalhar, vivenciar a arte e cultura e ser referência em educação e formação.

	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV
Aniversário da Ocupação – Seis Meses	x					
Manutenção do telhado e do palco interno.	x	x	x	x	x	x
Renovação das áreas de convivência, área de informática, cozinha, escritório	x	x	x	x	x	x
Manutenção do viveiro dos animais.	x	x	x			
Segunda parte do Ciclo de Debates em conjunto com a UFPel.	x					
Criação de eventos culturais e oficinas.	x	x	x	x	x	x

Março de 2018 – Um ano de Ocupação Canto de Conexão

<sup>13</sup> <https://drive.google.com/file/d/0B29jBZLCQeusaFFnbW9FMG9ieVE/view>

#### **4. CONCLUSÕES**

Podemos obter neste trabalho um dossie do que tem sido feito na Ocupação Canto de Conexão. Através da vivencia e do recolhimento de dados desses agentes podemos ter uma noção do como alguns movimentos sociais, grupos e indivíduos tem se articulado para modificar a cidade para que haja acesso aos direitos mínimos, como moradia, estudo, saúde e trabalho.

Com este dossie, podemos amplificar o diálogo entre universidade, movimento social e o debate sobre Reforma Urbana, com a construção de seminários como o Ciclo de Debates feito na FAUrb/UFPel.

Há também o constante intercambio entre outras ocupações, sendo assim a Ocupação Canto de Conexão, sendo tão próxima da FAUrb, facilita o acesso a esse intercambio cultural e sociológico e nos apresenta um território de produção e debate sobre a estrutura da cidade e sua apropriação.

Ou seja, concluimos que para que haja a melhoria da qualidade de vida e que ocorra a apropriação da cidade por parte do indivíduos que ali vivem, há a necessidade de estudar as ações desse local. Desde que isso possa ocorrer de forma tranquila, podemos abrir um diálogo para discutir como o planejamento urbano pode auxiliar a população atingida por diversas formas de despejo e perda social.

#### **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

##### Documentos Oficiais da Ocupação Canto de Conexão:

Ocupação Canto de Conexão, *Modelo de Projeto Para a Casa Cultural Porto – Pelotas*. Organização e Comissão do Centro de Moradia, Cultura e Educação.

Ocupação Canto de Conexão, *Projeções e Cronograma: O que já foi feito e o que está por vir*. Ocupação Canto de Conexão – Centro de Moradia, Cultura e Educação.

Página online disponibilizada pelos integrantes da Ocupação Canto de Conexão, <https://www.facebook.com/cantodeconexao/>, visualizada em 25/10/2017.

Ocupação Canto de Conexão, *Questionamento da Reforma Urbana no Brasil a partir do conceito de cidade em paralelo com o contexto brasileiro de cidade e cidadania*, 2017.

##### Legislação:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfica, 1988.



## **1.35 OS ESPAÇOS LIVRES NA FORMA URBANA: configurações contemporâneas na cidade de Uberlândia-MG**

Glauco de Paula Cocozza<sup>1</sup>; Maria Eliza Alves Guerra<sup>2</sup>; Patrícia Azerevedo Pienta Ribeiro<sup>3</sup>; Gabriela Riccioppo<sup>4</sup>; Laura Brenardo Castilho<sup>5</sup>; Letícia Bemfica Ferreira<sup>6</sup>; Luiza Do Couto Gonçalves<sup>7</sup>; Rodrigo Barbosa Pereira<sup>8</sup>; Isadora Fernandes Carvalho<sup>9</sup>

<sup>1</sup>PPGAU/FAUeD – UFU, glauco\_cocozza@yahoo.com.br

<sup>2</sup>PPGAU/FAUeD – UFU, meliza.guerra@ufu.br

<sup>3</sup>PPAU/ FAUeD – UFU, pparibeiro2003@yahoo.com.br

<sup>4</sup>FAUeD – UFU, gabriela.riccioppo@hotmail.com

<sup>5</sup>FAUeD – UFU, laurabcastilho@hotmail.com

<sup>6</sup>FAUeD – UFU, leticiabemficaferreira@gmail.com

<sup>7</sup>FAUeD – UFU, goncalvesluiza@gmail.com

<sup>8</sup>FAUeD-UFU, rodrigobp95@hotmail.com

<sup>9</sup>FAUeD- UFU, isadorafc\_25@hotmail.com

### **1. INTRODUÇÃO**

Esse artigo apresenta uma análise da configuração dos novos espaços livres de Uberlândia, Minas Gerais, produzidos pelos novos e diversificados loteamentos urbanos implantados na cidade. Nessa pesquisa o espaço livre é o foco central de análise, compreendido como todo espaço público não construído: ruas, calçadas, áreas de recreação, áreas verdes, espaços dominiais, e outros, responsável pela constituição da forma urbana e da esfera pública cotidiana. Um dos pressupostos da pesquisa é que os índices urbanísticos relacionados ao espaço livre não promovem a qualidade espacial e ambiental esperadas, configurando um conjunto de espaços livres pouco eficaz às reais necessidades urbanas contemporâneas.

O objetivo principal da pesquisa é verificar como se dá a configuração dos novos espaços livres urbanos, e como esses são idealizados e concebidos em projetos urbanos realizados por diferentes agentes urbanos, em sua maioria relacionados ao mercado imobiliário, que produzem o espaço urbano contemporâneo.

Embora a forma urbana seja objeto construído, busca-se nesse trabalho o entendimento dos processos e condicionantes que a configuraram. Entende-se que a evolução no decorrer do tempo transforma a forma urbanas e seus elementos espaciais, definindo sua morfogênese. Segundo CONZEN (Apud Costa e Netto, 2015), a morfogênese é o estudo do processo morfológico da paisagem urbana existente, disposto em movimento e sustentado pelas exigências funcionais e ambientais das sociedades urbanas locais e por indivíduos ao longo do tempo. A utilização dos princípios da morfogênese urbana, é obrigatoriamente analisar a forma urbana como processo e não como fim, e assim entender, como afirma Krafta (2014), as distintas sucessões genéticas que estruturam o espaço urbano, e que formam o mosaico espacial urbano.

Esse mosaico espacial pode ser compreendido como um sistema de espaços livres, e este é formado pelos conjuntos de fragmentos no tecido urbano que observados sob uma perspectiva sistêmica ganham uma nova dimensão analítica. Os reconhecidos sistema de áreas verdes e sistema viário, que englobam praças, parques, ruas e avenidas, são subsistemas do sistema de espaços livres, incorporando ao desenho das cidades especificidades que criam padrões urbanísticos e estruturais próprios e hierárquicos. Os espaços livres revelam a configuração de nossas cidades, os períodos de expansão, os processos de transformação, a relação com a paisagem local e a constituição da esfera pública ao longo dos anos.

Estes se moldam às novas realidades e necessidades contemporâneas. Uma praça sem muito uso pode ser tornar o principal espaço de encontro com a adição de alguns eventos temporários e transformar a esfera pública local. Uma área de proteção pode se tornar um parque com um forte caráter social. Um antigo pátio de manobras ferroviárias pode virar uma grande praça urbana ou um lugar com grande potencial artístico e cultural. Todo sistema é dinâmico, é dialético, é relacional, é histórico e contemporâneo, e reflete as práticas da sociedade em diferentes espacialidades.

O estudo do Sistema de Espaços Livres (SEL) apresenta uma possibilidade de entendimento da forma urbana, relacionando suas distintas tipologias espaciais à estrutura das cidades. Em cidades de porte médio essa condição permite identificar alguns modelos morfológicos, e tendo em vista o porte da cidade, configuram um importante mosaico de diferentes tamanhos, formatos e características. Os sistemas estão se moldando as novas necessidades e realidades urbanas, onde a esfera pública retoma sua importância junto a sociedade, que reivindica novas espacialidades com qualidade, para o uso coletivo, na busca de novas alternativas de se conectar com as diferenças e com as possibilidades que o espaço livre permite e induz, formando assim um sistema dinâmico e com novas perspectivas de configuração.

## 2. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada através de leituras urbana multi-métodos, tanto quantitativos como qualitativos. Inicialmente foram feitos levantamentos sobre a legislação urbana e ambiental de Uberlândia em diferentes momentos até a atual, verificando e sistematizando os pontos relativos aos espaços livres.

Na primeira parte do trabalho foram elencados os loteamentos a serem analisados quantitativamente pelo programa QGIS, organizados e separados por categorias espaciais descritas na legislação urbana vigente. Esse levantamento permitiu uma quantificação das distintas categorias de espaços livres, compatibilizando com os percentuais exigidos pela legislação. Após isso foi feita uma análise das tipologias espaciais e suas características projetuais, verificando a configuração dos espaços e dos sistemas na escala do bairro.

Na segunda parte do trabalho foram analisados os padrões morfológicos dos espaços livres encontrados em cada loteamento. A análise foi feita em

duas etapas. Na primeira foram separados no programa QGIS as áreas de recreação, e foram feitas análises relativas ao sua inserção no desenho do loteamento e sua configuração espacial. Isso gerou um quadro comparativo e sistematizado em relação as tipologias encontradas. A segunda parte foi feita a partir do entendimento de estrutura urbana, seguindo a definição de Karl Kropf e Stephen Marshall, a qual define uma hierarquia dos elementos morfológicos. Nessa análise definimos o papel dos espaços livres na estrutura urbana de cada loteamento analisado, demonstrando a relações do espaço livre com os demais elementos morfológicos em diagramas que definem a estrutura urbana de cada loteamento.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os loteamentos analisados representam parte da diversidade tipológica de parcelamentos urbanos produzidos nos últimos anos na cidade de Uberlândia. Todos eles seguem a mesma legislação, porém, através de uma quantificação feitas através do programa QGIS, pode-se perceber algumas particularidades em relação a como os Espaços livres se caracterizam nos diferentes padrões espaciais contemporâneos. As categorias analisadas para essa comparação foram: ausência ou presença de APP; percentual de lotes; percentual de área não edificável; percentual de área institucional; percentual de área dominial; percentual de área de recreação e percentual do sistema viário.

Com base na lei complementar nº 523 de 7 de abril de 2011 do município de Uberlândia sobre o parcelamento do solo, foram gerados gráficos comparativos entre os percentuais levantadas durante o estudo e o exigido na lei para cada loteamento. Segundo a lei, as percentagens mínimas de áreas obrigatórias em cada loteamento são: institucional (5%), dominial (7%), área verde/recreação (5%) e sistema viário (20%). Há uma exceção para o loteamento Gávea Sul que foi aprovado pela legislação anterior à nº 523, porém a sua construção se iniciou a partir do ano 2000. Os percentuais mínimos adotados em sua lei são: institucional (10%), área verde/recreação (7%), dominial e sistema viário (20%).

Como resultado preliminar, percebe-se que somente a exigência de um percentual não potencializa o espaço livre como um sistema urbano e integrado ao contexto local. Os espaços encontrados muitas vezes são resíduos do parcelamento, sem qualidade espacial, sem intervenção projetual e com pouca relação sistêmica.

Através da amostragem dos loteamentos, percebe-se que a legislação cria uma organização fundamental para servir de parâmetro aos projetos de loteamentos, porém a não vinculação às distintas realidades e necessidades locais, às distintas densidades previstas pelo zoneamento, já que a normatização não distingue áreas com pouco ou muita densidade, e a falta de uma pensamento sistêmico, empobrece a discussão em relação a essa importante estrutura das cidades.

A falta de um conceito espacial para as áreas verdes também denota uma certa necessidade dos agentes imobiliários em cumprirem quesitos, e não

pensarem na melhor solução espacial. As áreas verdes parecem ser as sobras da área loteável e não o princípio norteador de um projeto. Cabe aqui uma reflexão aos gestores urbanos, incorporadoras e loteadoras, e aos que legislam sobre o espaço urbano, incorporar novas normas legais que qualifiquem os espaços livres como um todo, compreendendo seu importante papel para a cidade contemporânea.

Em relação a configuração, percebe-se que as áreas verdes como estruturas definidoras ou ordenadoras de um traçado raramente aparecem. O que se percebe são duas categorias espaciais predominantes, a da área verde como um pedaço ou parte de uma quadra urbana, ou seja, pensa-se inicialmente no traçado viário e no desenho da quadra, e a área verde surge nesse projeto urbano como uma parcela ou uma pequena parte dessas quadras. A outra tipologia muito presente é a área verde residual, que resulta das “sobras” do traçado urbano, ou seja, pensa-se inicialmente no traçado viário e no formato das quadras, e qualquer área remanescente fica destinada às áreas verdes ou de recreação. No caso dos minha casa minha vida há uma indicação que sejam colocadas próximas às APPs no caso de sua existência.



Figura 1. Mapa de distribuição dos elementos urbanos segundo a lei de parcelamento dos solo de Uberlândia. Fonte: autores, 2017

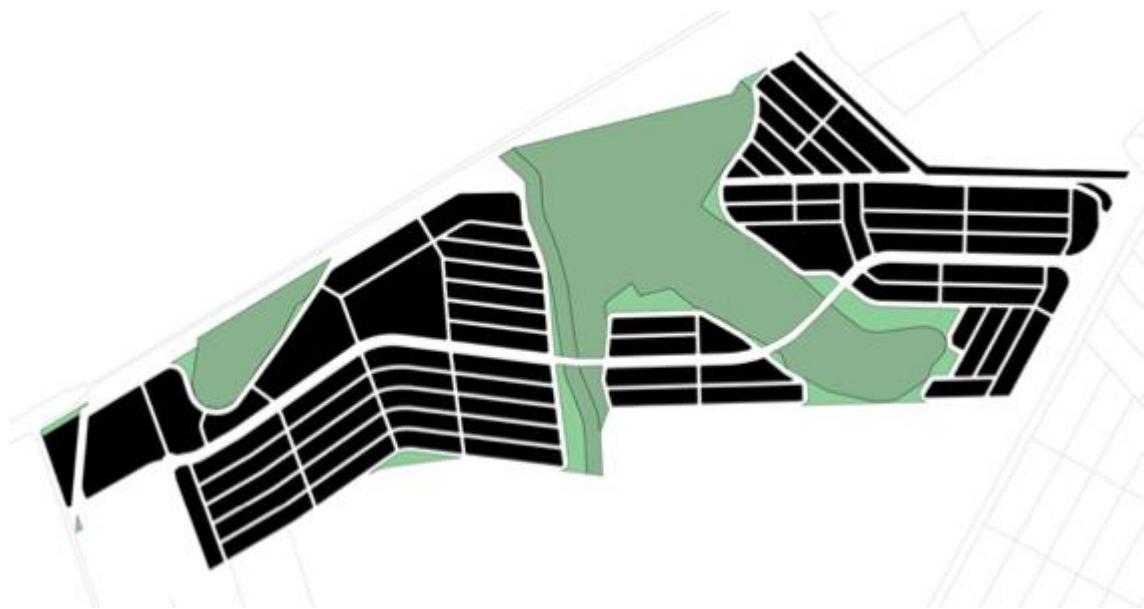


Figura 2. Figura fundo mostrando as áreas de recreação como sobras do parcelamento urbano. Fonte: autores, 2017

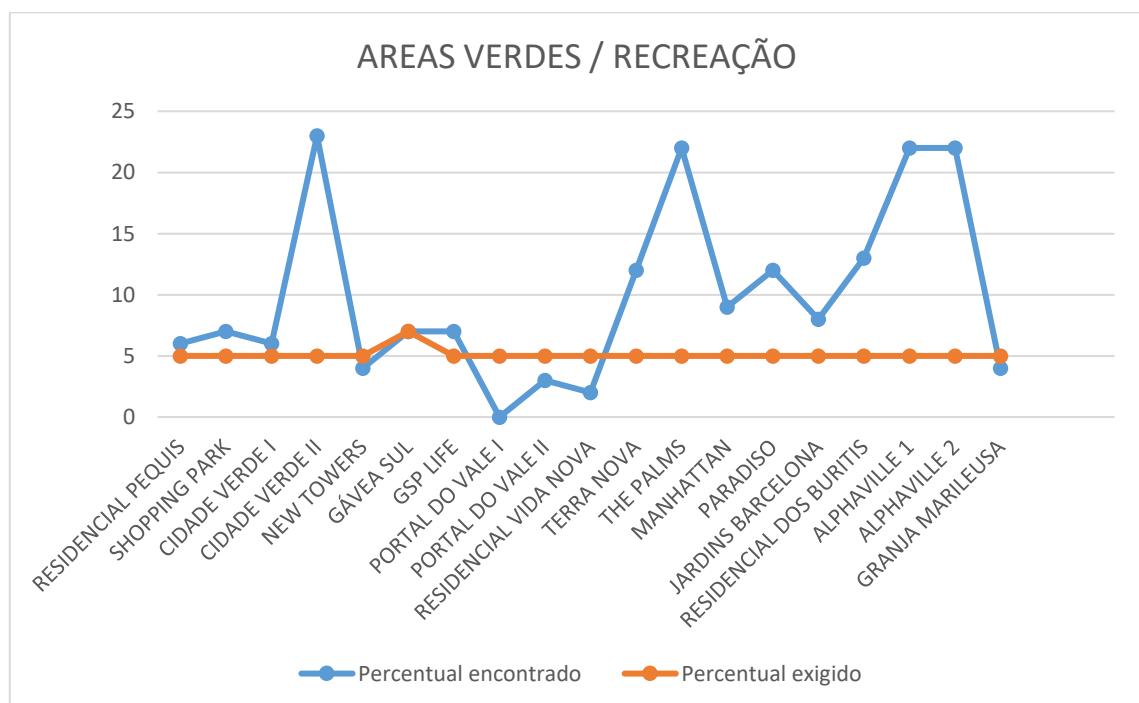


Figura 3. Tabela comparativa do percentual de áreas de recreação encontradas nos loteamentos analisados. Fonte: autores, 2017

#### 4. CONCLUSÕES

O trabalho tem conseguido atingir seus objetivos iniciais, que é demonstrar e analisar quais os efeitos, tanto positivos quanto negativos, da legislação do parcelamento do solo na cidade de Uberlândia. Ainda falta fazer uma simulação em programas de sintaxe espacial da performance de cada tipologia de loteamento para compreender a performance da distribuição dos espaços livres. A diversidade de métodos propiciou uma leitura diversificada sobre a estrutura urbana, apontando diferentes aspectos relativos a forma urbana, aos processos da organização formal e conceitos urbanos utilizados. Espera-se que o entendimento dessa configuração servirá de base para a elaboração de diretrizes urbanísticas para a legislação urbana atual da cidade de Uberlândia, condizente com principais mais qualitativos ao espaço urbano.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM FILHO, O. B. **A Morfologia das cidades médias**. Goiânia; Ed. Vieira, 2005.

COCOZZA, G. De P; Oliveira, L. M. de. Espaços e Espacialidades: caracterização dos espaços livres de Uberlândia. In: 5º COLÓQUIO QUAPÁ-SEL, 2010, São Paulo. **5º Colóquio QUAPÁ-SEL**. São Paulo, 2010.

COSTA, S. de A. P. e NETTO, M. M. G.. **Fundamentos de morfologia urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

KRAFTA, R.. **Notas de aula de morfologia urbana**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

KROPF, K. Ambiguity in the definition of built form, **Urban Morphology** 18, 41-57. 2014.

KROPF, K. Aspects of urban form, **Urban Morphology** 13, 105-20. 2009.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

MACEDO, S. S. **Quadro do Paisagismo no Brasil**. São Paulo: QUAPÁ. 1999  
MAGNOLI, M. M. Espaço livre: objeto de trabalho, **Paisagem e Ambiente: ensaios** nº 21. São Paulo, p.175-197. 2006.

MARSHALL, S. A symbolic articulation of morphological structure. **Urban Morphology**, 2014.

MARSHALL, S. **Cities, design and evolution**. Routledge, Abingdon, 2009.  
MOUDON, A.V. Urban Morphology as an emerging interdisciplinary field. **Urban Morphology**: 3-10. 1997.

SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. 1. ed.  
São Paulo: Expressão Popular. 2007. v. 1. 630p.

TALEN, E. **City Rules: how regulations affect urban form**. Island Press.  
2011,

## **1.36 PLANEJAMENTO DE ESPAÇOS ABERTOS: um estudo para o município de Lajeado-RS**

**Karina Taís Krein<sup>1</sup>; Alice Rauber Gonçalves<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>*Universidade do Vale do Taquari – karinakrein@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade do Vale do Taquari – alicerauber@hotmail.com*

### **1. INTRODUÇÃO**

As cidades são locais de aglomeração de pessoas e são nelas onde acontecem os mais diferentes tipos de atividades em diferentes classes sociais. Os cidadãos de uma cidade são quem dão vida a ela, justamente por movimentarem-na e por nela transitarem. Em se tratando de circulação e de população, é imprescindível mencionar os espaços abertos, pois são eles que acolhem tais fatores. Esses espaços são palcos de diversas atividades, a começar por locais de passagem ou de aglomeração de pessoas até áreas de convívio e lazer. Ademais, também são fundamentais para o equilíbrio ambiental.

A partir do constante crescimento da maioria das cidades brasileiras, tem-se a necessidade de elaborar planos que organizem as atividades que nelas ocorrem. Conforme o Estatuto da Cidades (Lei 10.257, de 10 de julho de 2011), constam, dentre os instrumentos da política urbana, os planos setoriais, garantindo a especificidade de cada tema. As políticas de habitação, saneamento e mobilidade têm sido construídas nos últimos anos, a partir da aprovação de leis que induzem a elaboração de planos setoriais. Assim, exige-se que os municípios planejem seu território e discutam estratégias para sanar esses desafios urbanos.

Apesar de não ser exigido por nenhuma lei, o planejamento dos espaços abertos torna-se essencial para um equilíbrio entre as atividades de uma cidade. Muitos municípios crescem com pouco ou nenhum ordenamento de parques, praças e outros tipos de espaços abertos – todos essenciais para as funções urbanas e para a qualidade de vida. Nessa perspectiva, o presente trabalho evidencia referências teóricas para o tema e um estudo acerca dos espaços abertos do município de Lajeado, com o objetivo de analisar a sua atual situação.

### **2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Os espaços abertos são o elo de ligação de uma cidade. São os locais por onde as pessoas se deslocam, sentam, brincam, praticam esportes, esperam, se manifestam, convivem. Entre a casa e o trabalho, a escola, o comércio, existem as regiões de passagem e de confraternização. Logo, as pessoas demandam desses espaços e o contrário também é verdadeiro, visto que as áreas abertas carentes de usuários se revertem em pontos vulneráveis e desprotegidos.

Assim, a questão não é apenas ampliar o número de espaços abertos, pois como ressalta Jacobs (2000, p. 98), “as pessoas não utilizam as áreas livres só porque elas estão lá, e os urbanistas e planejadores urbanos gostariam que utilizassem”. Para pensar nas áreas abertas, primeiramente é necessário observar as ações dos sujeitos, quais são seus caminhos, por onde eles passam naturalmente.

Coeso a esses fatos, existe uma razão física para os indivíduos escolherem determinada rota ou local de permanência. Com base em Lynch (1997), há “cinco elementos: vias, limites, bairros, pontos nodais e marcos”. As vias são fortes referências por serem canais de circulação, além de também serem limites, de acordo com sua hierarquia. Os bairros podem possuir características econômicas ou culturais e por isso também são entendidos na imagem das pessoas. Pontos nodais e marcos são pontos de referência para a população. Todos os elementos estabelecidos por Lynch (1997) estão relacionados à movimentação dos indivíduos pela cidade e à sua leitura geral da mesma. Nesse sentido, os espaços abertos são fundamentais no apoio aos deslocamentos pela cidade.

Ainda analisando a atitude das pessoas, além dos pontos de referência entendidos em escala municipal, é preciso verificar o fluxo destas e qual a sua posição socioeconômica. Jacobs (2000) destaca que a vida de um espaço aberto está diretamente relacionada à diversidade de usos das edificações adjacentes e da mistura de classes. Esse conjunto gera um ciclo de horários do uso do espaço aberto, seja ele uma praça ou uma calçada. Nesse sentido, “a variação arquitetônica superficial pode parecer diversidade, mas só uma conjuntura genuína de diversidade econômica e social, que resulta em pessoas com horários diferentes, faz sentido para um parque e tem o poder de conceder-lhe a dádiva da vida” (JACOBS, 2000, p. 110-111, grifo dos autores).

Os parques de bairro genéricos mencionados por Jacobs (2000) podem ser bem recebidos quando bem instalados, do contrário, serão apenas um espaço vazio nos bairros. “Um parque de bairro genérico, que esteja preso a qualquer tipo de inércia funcional de seu entorno, fica inexoravelmente vazio por boa parte do dia” (JACOBS, 2000, p. 108). De acordo com Castello (2008), a Unidade Vizinhança, estudada pelo planejador-sociólogo Clarence Perry, estabelece uma comunidade em que possui os equipamentos urbanos básicos para o convívio humano. Para a organização de uma unidade com um raio aproximado de 400 metros.

Distintos autores (JACOBS, 2000; CASTELLO, 2008) enfatizam a importância do uso misto nas unidades e reforçam a ideia de convívio das pessoas, para que os espaços abertos sejam ocupados na maior parte do tempo. Entretanto também se faz necessário pensar em atividades que esses lugares oferecem. Assim sendo, a variedade de opções de lazer e recreação presente nos espaços de convivências está associada aos tipos de frequentadores do local. As áreas abertas de uso genérico habitualmente são compostas por quatro elementos: complexidade, centralidade, insolação e delimitação espacial (JACOBS, 2000).

Outro conceito útil para a questão dos espaços abertos é o de corredor verde, que tem o potencial de cumprir múltiplas funções na cidade, devido ao

seu caráter linear. Corredores verdes são espaços estratégicos de concentração de vegetação, distribuídos, usualmente, de forma linear. Há diversas funções para os corredores verdes, desde aspectos puramente ecológicos até atividades relacionadas às ações humanas. Sendo assim, eles podem auxiliar no convívio social, cultural e ambiental.

Contudo, em inserções urbanas, é preciso atentar à quantidade de usos para qual os corredores verdes atenderão, pois, de acordo com Ahern (APUD SOUZA, 2012), se a fusão de várias atividades afetar suas finalidades, então não há proveito dessa união. Isto significa que, em algumas situações, um propósito fortemente ambiental pode não se correlacionar perfeitamente com práticas humanas de maior euforia, como exercícios esportivos, por exemplo. Souza (2012) afirma que geralmente essas circunstâncias ocorrem em áreas urbanas, logo, nesses locais, o planejamento é mais complexo. Entretanto, “um corredor ripário [em margens de rios] em uma área urbana pode, ao mesmo tempo, auxiliar no controle de inundações, dar suporte a atividades de recreação e contribuir para a qualidade estética do espaço urbano” (SOUZA, 2012, p. 44).

### 3. METODOLOGIA

Como ferramenta de trabalho para confeccionar mapas e arquivar dados, optou-se pela utilização do Sistema de Informações Geográfica (SIG). Geoprocessamento é o tratamento computadorizado de informações geográficas localizadas em determinadas coordenadas espaciais. De maneira geral, os SIG operam com dois módulos essenciais: o banco de dados espaciais e de atributos (SILVA, 2010).

Neste estudo, foi segmentado em várias escalas para melhor integração, organização e compreensão do espaço da cidade. Inicialmente, foi realizado um levantamento dos atuais espaços abertos existentes no município, quais são suas atividades e quais os usos das edificações nas proximidades. Além desse mapeamento prévio, outros condicionantes foram investigados, como: carta de cheias, análise de vias, densidades por bairros, áreas verdes e de uso especial previstas no plano diretor, evolução urbana, censo demográfico.

Após essa essa etapa, para a análise foram empregadas duas escalas de implantação do sistema: bairro; cidade-região (CASTELLO, 2008). A autora define qual atividade corresponde a qual escala e estabelece distâncias apropriadas para tal. Sendo assim, ela sugere a inserção de praças e playgrounds em locais de pouca abrangência, enquanto que parques são implantados a nível de bairro, proporcional a outros serviços alocados nesta escala.

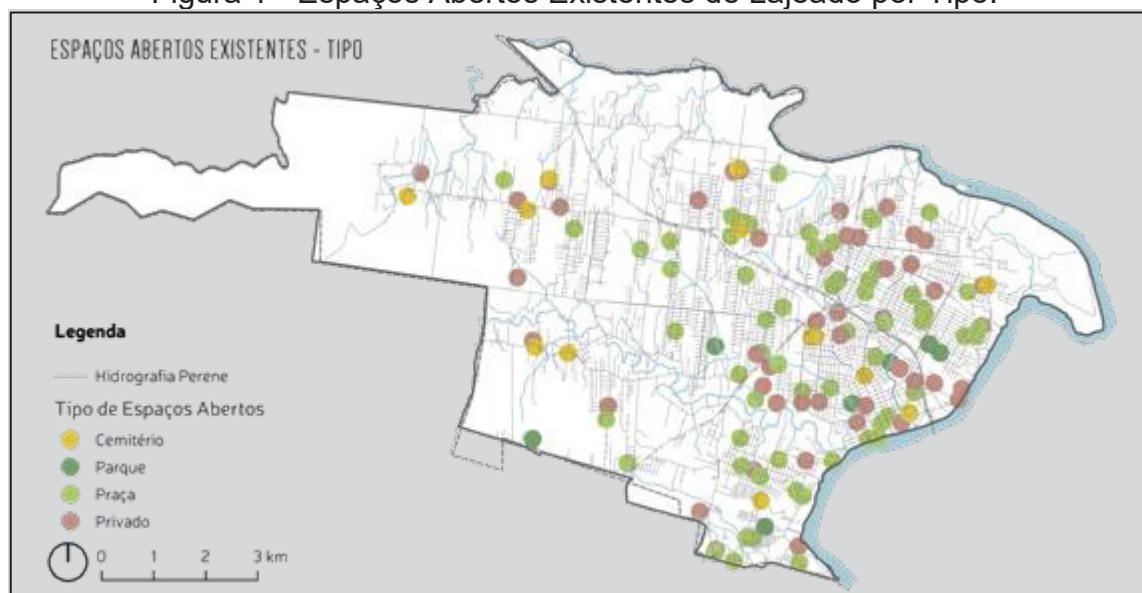
Como parâmetros de planejamento e análise, foram considerados cinco critérios para análise da atual situação dos espaços abertos: I. Quantidade; II. Distribuição; III. Qualidade; IV. Diversidade; e V. Conectividade1. O primeiro refere-se à uma relação entre quantidade de habitantes e de espaços abertos disponíveis, havendo um equilíbrio entre ambos. Observando este fator, tem-se a forma como estes são distribuídos, analisando a aglomeração de pessoas. O terceiro indica a qualidade do que o local oferece. A diversidade de atividades

também se apresenta como um fator que interfere na procura pelo espaço aberto. Por fim, o último diz respeito a interligação entre as determinadas áreas, cujo meio é por um local aberto, também de interesse desse estudo.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quantitativamente, Lajeado possui cerca de 24m<sup>2</sup> de área verde por habitante, considerando os espaços de parques e praças públicas e áreas de clubes privados. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), o mínimo indicado é de 12m<sup>2</sup> por habitante. Contudo, Curitiba é uma capital que apresenta um índice de 64,5m<sup>2</sup>/hab (CURITIBA, 2012). A figura 1 ilustra os espaços abertos existentes por tipo: parques e praças públicas, cemitérios e associações privadas.

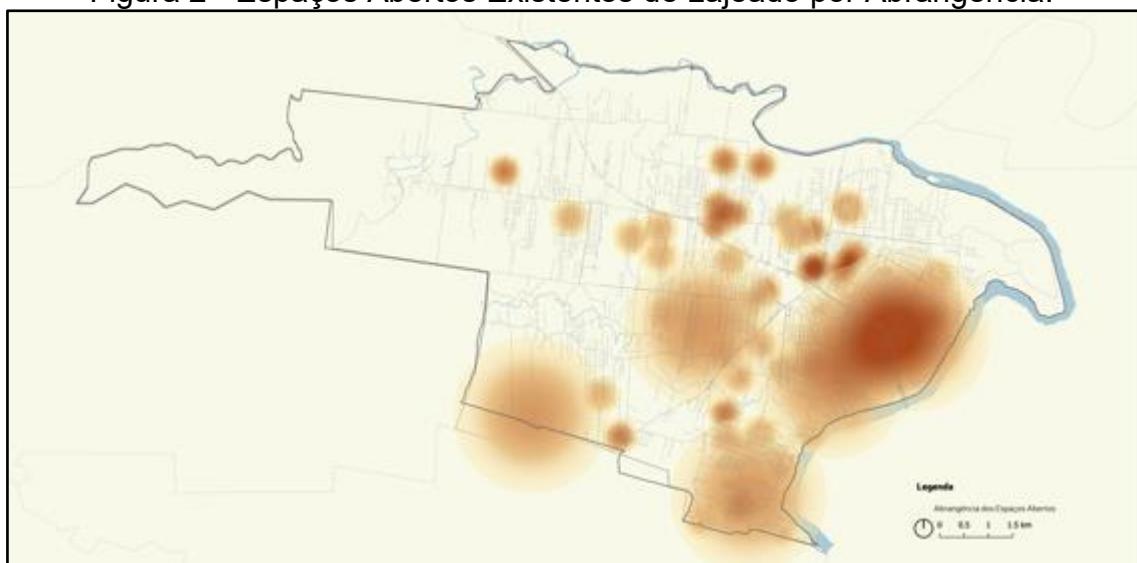
Figura 1 - Espaços Abertos Existentes de Lajeado por Tipo.



Fonte: Krein, 2017.

Apesar do município atender à demanda quantitativa de áreas verdes, é preciso avaliar a distribuição destes espaços. Sendo assim, a figura 2 indica as áreas atendidas por parques e praças, conforme distâncias sugeridas por Castello (2008), observando duas escalas de abrangências. Adotou-se um raio de 400 metros para praças e 1600 metros para parques (CASTELLO, 2008).

Figura 2 - Espaços Abertos Existentes de Lajeado por Abrangência.



Fonte: Krein, 2017.

Em relação à qualidade dos espaços abertos, foram mapeados os locais que apresentam mobiliários urbanos em péssimo estado de preservação, bem como os que estão inacessíveis devido à má conservação da vegetação. Como resultado, percebeu-se que as áreas que carecem de manutenção são pontuais, porém estão predominantemente localizadas em bairros de baixa renda.

Analizando a diversidade de atividades presentes nos espaços, criou-se classes de caráter esportivo, cultural, lazer, infraestrutura e clubes. Assim, verificou-se que há pouco uso cultural existente, além de predominar um tipo de modalidade nos de espaços esportivos privados e públicos.

Quanto à conectividade, examinou-se a articulação de pessoas e da biodiversidade ecológica. Foram mapeados os espaços abertos, principalmente grandes parques, os maciços arbóreos, os recursos hídricos e as ciclovias. Entretanto, não se percebe uma continuidade, tanto ambiental, quanto viária, que permita as pessoas realizarem um percurso por entre os espaços abertos.

## 5. CONCLUSÕES

Observa-se que o município possui uma quantidade adequada de espaços abertos, com possibilidades de melhoria, porém não estão distribuídos apropriadamente. A qualidade é fundamental para que as pessoas façam uso do espaço e no caso de Lajeado, a viabilidade de concretizar este parâmetro é acessível. Contudo, é necessário haver mais variedade de usos, visto que em diversas regiões da cidade não possui atividade cultural ou múltiplas opções de esporte.

Além disso, o sistema hídrico tem forte influência na evolução da ocupação urbana e na expansão dos corredores verdes. Lajeado poderia

explorar mais seus recursos ambientais, de forma a interligar a biodiversidade da fauna e da flora, bem como articular a circulação de pessoas.

Em geral, percebe-se que ainda não há um planejamento efetivo que organize os espaços abertos e ambientais da cidade. Estudos como este se tornam importantes não só para o município em questão, mas também para outros com problemas semelhantes.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

CASTELLO, I. R. **Bairros, loteamentos e condomínios**: elementos para o projeto de novos territórios habitacionais. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

CURITIBA. **Prefeitura Municipal de Curitiba**: Meio Ambiente. 2012. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/indice-de-area-verde-passa-para-645-m2-por-habitante/25525>>. Acesso em 12 set. 2017.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KREIN, K. **Sistema de espaços abertos**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo) – Universidade do Vale do Taquari, UNIVATES.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SILVA, R. M. da. **Introdução ao geoprocessamento**: conceitos, técnicas e aplicações. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2010.

SOUZA, D T P. de. **Corredores Verdes**: uma abordagem para o seu planejamento em municípios brasileiros de pequeno porte. 2012. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Núcleo Orientado para a Inovação da Edificação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

## **1.37 PLANEJAMENTO URBANO NAS CIDADES DE FRONTEIRA: contribuições da medida de centralidade espacial e da diversidade cultural no caso Chuí e Chuy**

**Adriana Teixeira Camisa<sup>1</sup>; Andréia Teixeira Camisa<sup>2</sup>; Lucas da Silva Gonçalves<sup>3</sup>; Vinícius Fossati da Silva<sup>4</sup>; Maurício Couto Polidori<sup>5</sup>**

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – adrianat.camisa@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – andreiat.camisa@gmail.com*

<sup>3</sup>*Universidade Federal de Pelotas – lucasdasgoncalves@gmail.com*

<sup>4</sup>*Universidade Federal de Pelotas – vinicius.fossati@gmail.com*

<sup>5</sup>*Universidade Federal de Pelotas – mauricio.polidori@gmail.com*

### **1. INTRODUÇÃO**

Compreender a complexa questão que envolve o estudo das faixas de fronteira entre países torna-se um desafio quando exposta ao contexto global, onde estas regiões muitas vezes são marcadas por disputas de territórios, conflitos e denotam ambientes hostis às populações. Por outro lado, as fronteiras também demonstram seu potencial de integração territorial e miscigenação das culturas que, naquele ponto, estão em contato direto. Diante disso, o Laboratório de Urbanismo (LabUrb) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) tem na questão das fronteiras uma de suas prioridades acadêmicas, e dessa forma desenvolve o programa de extensão Preservação do Patrimônio Cultural Edificado na Fronteira Brasil-Uruguai, em parceria com o Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (NEAB).

A construção deste projeto o comprehende como uma atividade integrada entre extensão e pesquisa, onde a extensão apoia propostas para o futuro das cidades e a pesquisa provê instrumentos e leituras especializadas. Neste trabalho estarão sendo mostrados resultados dessa leitura, em apoio às atividades realizadas no campo. Partindo do ponto de vista do patrimônio cultural edificado, tem-se como objeto de estudo as cidades do Chuí e Chuy, no Brasil e no Uruguai, as quais apresentam, para além da continuidade morfológica que compõe a sua estrutura intraurbana, uma evidente integração sociocultural. Nesse sentido, faz-se necessário reconhecer as semelhanças e diferenças entre as duas cidades, respeitando suas particularidades, mas sem perder de vista o potencial das suas ligações.

O reconhecimento do patrimônio cultural é de fundamental importância para a memória e a identidade dos povos. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) salienta que, de acordo com a redefinição promovida pelo Artigo 216 da Constituição Federal de 1988, considera-se como patrimônio cultural:

" [...] as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor

histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico." (IPHAN, 2016).

Para identificar, analisar e descrever o patrimônio cultural edificado, este programa de extensão trabalha, sobretudo, no intuito de diferenciar a estrutura intraurbana e apontar lugares estratégicos para priorizar a preservação do patrimônio edificado. Dessa forma, são utilizados recursos de modelagem urbana, mediante a medida de centralidade espacial. Essa medida é obtida simulando o potencial de copresença humana nos espaços abertos e será assumida como indicador de possibilidade de mudança nas edificações

## 2. METODOLOGIA

A perspectiva de desenvolvimento de um planejamento urbano conduzido pela diversidade cultural, social e ambiental de cada cidade reivindica para si meios técnicos aprimorados, os quais devem ser capazes de fundamentar não só os diagnósticos e análises acerca dos espaços - em face das suas complexidades -, como também as possíveis propostas de intervenção. Nesse sentido, no intuito de compreender a estrutura intraurbana da cidade, tendo em vista as suas particularidades morfológicas e sociais, a ciência da modelagem urbana apresenta-se como uma ferramenta de representação de um espaço, simulando, de forma simplificada, situações reais e concretas.

A representação das cidades através da modelagem urbana pode ser realizada com suporte na teoria dos grafos, a qual estuda as relações entre pontos, linhas e superfícies a partir das suas conexões (SANCHEZ, 1998), permitindo o reconhecimento de propriedades compostivas de uma cidade. Dentre as medidas morfológicas de comparações intraurbanas que podem ser extraídas de um grafo está a centralidade espacial; uma propriedade dos espaços abertos a qual avalia a sua intensidade de participação no menor caminho possível entre duas formas construídas de um sistema urbano (KRAFTA, 1994). A partir do uso do software UrbanMetrics (POLIDORI e SARAIVA, 2016), estudaram-se os níveis de centralidade espacial nas ruas das cidades de Chui e Chuy, assumindo este fator como um indicador de presença humana e fomentador de modificações nas edificações.

O trabalho visou ainda desenvolver o conhecimento empírico acerca das particularidades do objeto de estudo, com saídas de campo que permitiram que fossem identificados e priorizados lugares de centralidade espacial relevantes sob o ponto de vista da percepção. O contato direto com as cidades estudadas também contou com entrevistas aos moradores locais e compartilhamento dos resultados e progressos obtidos através de encontros realizadas com o poder público e a população interessada.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A modelagem para a medição da medida de centralidade nas cidades foi realizada mediante uma representação simplificada das cidades, através da elaboração de mapa com as ruas representadas por seus eixos, conforme ilustrado na Figura 2.



Figura 2: à esquerda a imagem de satélite das cidades de Chuí e Chuy e à direita o mapa de eixos das ruas das cidades.

Da mesma forma, no intuito de aprimorar os resultados atingidos, foram incorporadas informações acerca da pavimentação das vias, entendendo esta como interferente na presença humana nos espaços. Além disso, foram também utilizados carregamentos que indicam a localização dos equipamentos urbanos dentro das cidades; assumindo que a presença humana está diretamente ligada com a provisão de serviços. Tais fatores foram levantados a partir de saídas de campo e descritos através do software QuantumGis, o qual opera a partir de um Sistema de Informações Geográficas (SIG), conforme o mapa evidenciado na Figura 3.

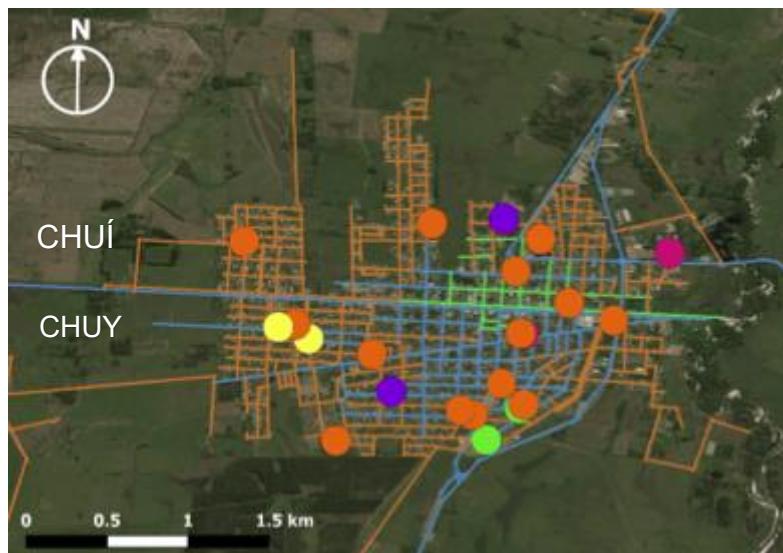


Figura 3: mapa das cidades Chuí e Chuy com a descrição da pavimentação e localização dos equipamentos urbanos; as linhas laranjas para saibro, azul para asfalto e verde para bloco de concreto, já os círculos laranjas para equipamentos de educação, rosas para administração, roxos para saúde e amarelos para serviço social.

Diante disso, foi utilizado o software UrbanMetrics, desenvolvido pelo Laboratório de Urbanismo, o qual permite operacionalizar modelos dedicados a análises espaciais de base morfológica, sendo possível realizar a simulação de propriedades de diferenciação espacial, como a centralidade. O mapa resultante dessa operação aparece na Figura 4.



Figura 4: medida de centralidade espacial descrita para as ruas que compõem as cidades do Chuí e Chuy, onde os eixos mais largos e em azul mais escuro indicam maior centralidade espacial.

Os resultados obtidos evidenciam a importância estrutural da Avenida Internacional para a malha urbana das duas cidades, uma vez que, além de ser a faixa de fronteira, é aquela com a medida de centralidade mais elevada. Da mesma forma, a predominância do comércio e dos serviços, bem como de muitas das edificações importantes, ao centro-leste das cidades, faz com que se destaquem ainda ruas próximas, as quais sugerem a formação de uma área cuja concentração de centralidade espacial diferencia-se das demais. Por outro lado, na cidade do Chuy, destaca-se, sobretudo, a rua Samuel Prilliac, que, além de romper a estrutura quadriculada da cidade, passa por equipamentos urbanos importantes como a escola de educação infantil do Chuy e a prefeitura municipal (Alcaldía).

#### 4. CONCLUSÕES

A partir da análise dos resultados obtidos, pode-se afirmar que as estratégias de planejamento urbano das duas cidades devem considerar em suas configurações, portanto; a) desassociar a medida de centralidade espacial de uma única área urbana concentrada, estendendo os serviços de infraestrutura para a direção oeste da cidade, a qual, atualmente, tem concentração urbana rarefeita; b) estimular a centralidade espacial das ruas perpendiculares e transversais à Avenida Internacional, ou seja, as ruas que fazem a integração entre as duas cidades devem ser priorizadas.

Vale ressaltar ainda que o mapeamento do espaço urbano com a centralidade espacial evidenciada deverá ser correlacionado com as análises tipológicas do patrimônio cultural edificado, realizado em paralelo ao desenvolvimento deste trabalho pelo Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (NEAB), de forma a identificar os prédios e lugares fundamentais para a memória coletiva das cidades.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IPHAN. **Patrimônio cultural.** Acessado em 03 out. 2017. Online. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>.

KRAFTA, R. **Modelling Intraurban Configurational Development.** Environment and Planning B, Planning and Design, London, v.21 p. 67-82, 1994.

POLIDORI, M.; SARAIVA, M. (2016). **Software UrbanMetrics versão 2.2.** Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/urbanmetrics/>. Pelotas: Laboratório de Urbanismo, FAUrb, UFPel.

SANCHES, D. Teoría de Grafos aplicada a redes naturales y antrópicas. **Sistemas Ambientales Complejos: Herramientas de Análisis Espacial.** Buenos Aires, p. 321-345. 1998.

## **1.38 PRODUÇÃO DE MORADIA EM CIDADES MÉDIAS DO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL: abertura para desigualdades socioespaciais e emergência da crise fundiária urbana**

Rafael Kalinoski<sup>1</sup>; Juçara Spinelli<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal da Fronteira Sul – r.kalinowski@rawlinsdesign.com

<sup>2</sup> Universidade Federal da Fronteira Sul – jucara.spinelli@uffs.edu.br

Membros dos Grupos de Pesquisa Netap/UFFS e ReCiMe/UNESP/PP.

### **1. INTRODUÇÃO**

O espaço urbano no Brasil apresenta fortes desigualdades socioespaciais quando observadas tipologias das moradias, caracterização socioeconômica da população e acesso à cidade. A incapacidade dos sistemas políticos e econômicos em garantir moradia de qualidade para um grande contingente de famílias evidencia, a partir do início do século XXI, os resultados de um longo processo de desconstrução da habitação como um bem social e de sua transmutação em mercadoria e ativo financeiro (ROLNIK, 2015). A última virada de século ficou marcada pela mudança do urbanismo com características utópicas do século XX para a entrada em campo das ideias neoliberais, onde o mercado imobiliário passa a ser um agente inexorável na produção do espaço urbano do século XXI (BONDUKI, 2011). Erechim e Passo Fundo, cidades médias localizadas no norte do Rio Grande do Sul e objetos deste estudo, não são exceções. O jogo de forças do mercado imobiliário envolve agentes do Estado, os grupos sociais (excluídos e privilegiados) e, cada vez mais, os agentes incorporadores: imobiliárias, construtoras e entes financeiros (CORRÊA, 2003; SPINELLI, 2015).

A valorização imobiliária que este estudo verificou nas cidades supracitadas permite traçar o histórico do acirramento das desigualdades socioespaciais intraurbanas a partir das ações dos agentes imobiliários. A sistematização de anúncios imobiliários dos classificados de jornal desses municípios e, posteriormente, seu processamento qualitativo e quantitativo, incluindo mapeamento e análise dos números, foi essencial para transformar essas informações em conhecimento, preenchendo uma lacuna no estado da arte sobre como o mercado imobiliário age, além das áreas metropolitanas, também nas cidades médias do interior.

A pesquisa analisou ofertas imobiliárias de 2005, 2010 e 2015 e a consequente (re)produção do espaço intraurbano de Passo Fundo e Erechim. Assim, para além da sistematização e análise de dados, a investigação avançou em estudos comparados da precificação dos imóveis anunciados de ambas cidades e, neste momento, os pesquisadores envolvidos começam a investigar as relações entre a evolução da precificação e o surgimento de assentamentos informais. Procura-se traçar um paralelo com o cenário da crise fundiária urbana que se agrava no Brasil diante do desmonte de importantes programas sociais voltados à habitação, como o Minha Casa Minha Vida.

### **2. METODOLOGIA**

Desenvolve-se em três amplas etapas: A) estudo bibliográfico para a tomada de conhecimento do aporte teórico-metodológico e para o levantamento de dados imobiliários; B) Levantamento de dados imobiliários e sua representação espacial; e C) Análise e interpretação: avaliação qualitativa e quantitativa e estudos comparados. Essa última etapa é foco deste texto, onde relacionam-se os dados encontrados na etapa B com as teorias abordados na etapa A, identificando as particularidades do recorte empírico.

De modo a avaliar a oferta fundiária e imobiliária, fez-se o levantamento dos anúncios dos classificados dos jornais de maior circulação dos referidos municípios nos anos de 2005, de 2010 e de 2015. Consideraram-se para essa sistematização os classificados dos meses de outubro e dezembro, por serem os meses com o maior número de ofertas segundo a expressividade do volume de anúncios. Foram sistematizadas ofertas de venda de terrenos, casas e apartamentos.

Quantificadas as ofertas, foram lançadas em tabelas as que continham, no mínimo, as informações de área e valor do imóvel, de modo que se pode saber o preço por metro quadrado dos imóveis (processo de triagem). Além disso, foram levantadas sua localização, imobiliária anunciante, tipo e uso (residencial ou comercial). Para verificar a evolução do preço/m<sup>2</sup> dos imóveis para fins de comparação do comportamento dos valores ao longo do tempo, a metodologia previu o cálculo da correção da inflação ou deflação ocorrida no período, parametrizado com um indicador de inflação, utilizando dezembro/ 2015 como base na Calculadora do Cidadão (correção de valores pelo IGP-DI). Sistematizados os dados, realizou-se a elaboração de tabelas, gráficos e mapas-síntese para demonstrar a espacialização das ofertas no espaço urbano e sua transformação ao longo do tempo.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O estudo sistematizou 11.093 anúncios de vendas para a cidade de Passo Fundo e 7.993 para Erechim. Após a triagem mencionada acima, foram lançadas nas tabelas 617 anúncios de Passo Fundo e 450 de Erechim. A partir das ofertas por bairros, em ambas cidades, identifica-se maior número de anúncios de apartamentos no centro e em bairros do seu entorno. As ofertas de casas são dispersas. E as ofertas de terrenos predominam nos bairros periféricos, especialmente no último ano da análise (2015). As informações evidenciam o adensamento das áreas centrais e uma expansão urbana horizontal, com novos loteamentos em áreas afastadas. O número de imobiliárias ofertantes foi crescente ao longo dos anos da análise, com forte incremento desse agente, especialmente em Passo Fundo. Contudo, as imobiliárias que apresentaram maior número de anúncios, com pequenas variações, permaneceram as mesmas, apontando para a manutenção dos agentes com forte consolidação em termos de atuação no ramo dos negócios imobiliários. O preço dos imóveis por m<sup>2</sup>, em todos os anos da análise, se demonstrou, salvo algumas oscilações, em elevação, especialmente na tipologia apartamentos. A média dos preços/m<sup>2</sup> de cada uma das cidades

revela valores elevados (Quadro 1), evidenciando o caráter especulativo dos negócios imobiliários, fato que favorece à exclusão dos menos favorecidos, dada a dificuldade de aquisição da casa própria.

Quadro 1 – Preço médio de terrenos e de áreas úteis por m<sup>2</sup> em Passo Fundo e Erechim, RS (Brasil) - 2005, 2010, 2015.

Ano	Preço médio por m <sup>2</sup> dos terrenos*		Preço médio por m <sup>2</sup> da área útil*	
	Passo Fundo		Erechim	
	R\$	R\$	R\$	R\$
2005	106,23	123,77	843,72	737,34
2010	364,79	232,14	1.311,25	1.246,40
2015	498,78	407,64	3.694,68	2.313,96

Fonte: Dados dos classificados dos Jornais O Nacional (Passo Fundo) e Diário da Manhã e Bom Dia (Erechim), organizados pelos autores.

\* Valores em Reais (R\$) corrigidos pela deflação (Calculadora do Cidadão, Base: Dezembro/2015).

Em ambas cidades, as habitações populares e de padrões construtivos mais simples aparecem nas periferias, onde os terrenos têm sido ofertados com menores preços. Os edifícios de médio e alto padrão são construídos predominantemente nas áreas centrais, mais valorizadas. Essas localizações e suas características permitem inferir que, se por um lado, certo número de habitantes pode ter acesso à casa própria, por outro, o modelo de exclusão social comum das grandes cidades se reproduz nas médias e pequenas. Morfológicamente, demarca a concentração nas áreas centrais e a dispersão da cidade nas periferias e, consequentemente, pressupõe o crescimento de famílias em luta pela reforma urbana e pelo direito à cidade.

Historicamente no Brasil as administrações municipais são reativas, e não proativas em relação ao mercado imobiliário. Em outros termos, mais se remedia – quando o fazem! – do que se previne a expansão horizontal das cidades. Embora o Estatuto da Cidade, Lei 10.257/01, apresente uma expectativa de se aproveitar, através do adensamento, as áreas urbanas já infraestruturadas, é a Lei 6.766/79 que, desde a crise do Regime Militar, continua a regular a expansão urbana. A exigência dessa Lei em prover os lotes de infraestrutura básica antes da venda formal, por conta do proprietário da gleba, encarece seu preço e não os torna acessíveis às famílias de baixa renda (SANTORO, 2014). Assim, muitas dessas famílias, sem outras opções de acesso à moradia e à cidade, acabam tendo que apelar à **ocupação** de áreas urbanas, via de regra em locais inadequados à urbanização, quer por serem áreas de risco socioambiental, quer por se constituírem em inadequação legal.

Tanto em Passo Fundo quanto em Erechim, as ocupações são características nas áreas de beira-trilhos, além de diversas outras que se espalham pelo tecido urbano. Enquanto condomínios fechados com residências de alto padrão se multiplicam às margens da BR 285 em Passo Fundo, estima-se que entre 40 e 50 mil pessoas, segundo Fernanda Pegorini,

advogada da Ocupação Pinheirinho<sup>14</sup>, vivam em mais de 52 ocupações já mapeadas por Spinelli (2015). No caso de Erechim, o mais valorizado condomínio fechado está na privilegiada área de mata nativa do “Estar do Chile”, em contraponto a diversas outras ocupações no entorno do aeroporto e de áreas de “beira-trilhos”, “beira-sangões” e “beira-rodovias”.

A insegurança jurídica dos moradores de ocupações os coloca na situação que Rolnik (2015) denomina de “transitoriedade permanente”, pois vivem sujeitos a despejos e à necessidade de reconstituir sua moradia em outras ocupações até que, não se sabe quando, consigam ser contemplados em algum programa social que lhes permita adquirir a casa própria. Em depoimento à reportagem mencionada acima, um morador relata:

*[...] Por não pagar aluguel, no fim do mês sobra um troquinho que dá para alimentar nossos filhos. [...] A gente não consegue dormir direito pensando no que pode acontecer amanhã ou depois, com a ameaça de uma máquina vir aqui e destruir nossas casas e tudo o que adquirimos com o maior sacrifício. Estamos tentando fazer o que os nossos governantes não fazem, que é se preocupar com a habitação. [...] (Moisés Forgiarini, morador da Ocupação Bela Vista, em Passo Fundo, ao Portal Sul21, 2017).*

Nesta etapa da pesquisa, busca-se explorar como o modelo de exclusão social comum nas grandes cidades se reproduz, também, nas cidades médias do interior, estabelecendo para além das metrópoles o que Rolnik chama de “Guerra dos Lugares” em publicação que reúne relatos similares de moradores de ocupações em diversos países, fruto de seu trabalho como relatora especial para o Direito à Moradia Adequada da ONU.

---

<sup>14</sup> SUL21. Com mais de 50 ocupações, Passo Fundo vive um dos maiores conflitos fundiários urbanos do RS. Publicado em 2 de julho de 2017. Acessado em 03 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/jornal/com-mais-de-50-ocupacoes-passo-fundo-vive-um-dos-maiores-conflitos-fundiarios-urbanos-do-rs/>



Passo Fundo: Ocupação IV-Corsan/Zachia. Imagem: Juçara Spinelli, 2017.

#### 4. CONCLUSÕES

A construção de banco de dados e de conhecimentos acumulados pelas sínteses qualitativas e quantitativas permitiu obter uma base informacional acerca das ofertas, tipologias, precificação e localizações dos empreendimentos imobiliários de Passo Fundo e Erechim e as consequências desse processo de reprodução de capital através da moradia e do espaço urbano. Constatou-se em ambas cidades a redução na quantidade de oferta de terrenos (formais), concomitante à observação empírica do aumento de ocupações, crescente oferta de apartamentos e incremento nos preços de apartamentos, casas e terrenos, respectivamente.

As análises permitem inferir que a cidade passa a ser um dos principais lócus da reprodução do capital, pois o mercado imobiliário busca retroalimentar seus ganhos, criando estratégias balizadoras nos períodos de arrefecimento, não com a finalidade de suprir a demanda por moradia, mas de atrair investidores. Tais estratégias acirram as desigualdades socioespaciais, fato que favorece o aumento do número de famílias em luta pelo direito à moradia.

A pesquisa segue em curso, aprimorando as representações cartográficas e analisando as desigualdades sociais que se desenrolam à medida que os agentes incorporadores avançam sobre o espaço urbano.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONDUKI, N. O modelo de desenvolvimento urbano de São Paulo precisa ser revertido. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, p. 23-36, 2011.
- BOTELHO, A. **A produção do espaço como estratégia do capital. O setor imobiliário.** In: O urbano em fragmentos. São Paulo: Annablume/FAPESP, p. 21-66, 2007.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** 4<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Afiliada, 2003.
- MELAZZO, E. S. **Dinâmica imobiliária e processos de estruturação intraurbana em cidades de porte médio: hipóteses e propostas de trabalho.** Relatório para o Workshop da ReCiMe, Rio de Janeiro, 2010.
- ROLNIK, R. **A guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.
- SANTORO, P. F. Perímetro urbano flexível, urbanização sob demanda e incompleta: o papel do Estado frente ao desafio do planejamento da expansão urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 16, n. 1, p. 169-187, 2014.
- SPINELLI, J. **Mercado Imobiliário e reestruturação do espaço urbano em Passo Fundo, RS.** 2015. 316f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do sul.

## **1.39 PROJETOS DE REVITALIZAÇÃO URBANA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: o legado dos grandes eventos, suas consequências e suas possibilidades turísticas inexploradas**

Diego dos Santos Souza

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro - dossantossouza.diego@gmail.com*

### **1. INTRODUÇÃO**

As políticas públicas efetuadas no recorte temporal do artigo possuem enfoque central em todos os fatos relatados e analisados na busca por conclusões do que ainda pode ser feito para reverter investimentos indevidos, acima do necessário e modificadores da configuração espacial da cidade na intenção de tornar ainda mais contrastante socialmente. A escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Pan-Americanos de 2007, a realização do evento Rio+20, selecionada como uma das sedes da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014, para enfim se tornar sede dos Jogos Olímpicos no ano de 2016 como era esperado gerou uma expectativa quanto ao desenvolvimento socioeconómico e perspectivas de avanço como uma cidade turística com potencial de expansão mercadológica entre os principais destinos no mundo.

O questionamento da pesquisa está proposto de acordo com a forma que foi realizado o uso de recursos públicos viabilizando os eventos na cidade, enquanto outros aspectos básicos como segurança pública, saúde e educação tiveram seus recursos geridos de maneira inapropriada assim prejudicando a população.

“É sabido que tão importante quanto um bom projeto de cidade é uma gestão de projetos adequada. Em meio aos muitos argumentos que justificam a necessidade de modelos mais efetivos de gestão urbana, pode-se citar: Importância econômica das cidades; Crescente lista de responsabilidades da administração local; Papel privilegiado que os municípios têm na tomada de decisões; Pressão sob o uso do território; e Necessidade legal da prestação de serviços públicos de qualidade aos cidadãos.”  
BUGS, Geisa (2009)

Um dos principais setores que foi indicado como parte influente neste desenvolvimento seria o Turismo que alavancaria outros setores de serviços interligados, a atividade teve sim um desenvolvimento e necessita de mudanças para ser devidamente explorada na cidade que possui um caráter sazonal, devido a seus principais atrativos serem paisagens naturais com o clima sendo um fator de suma importância. O maior fluxo de visitação da cidade do Rio de Janeiro se dá no verão, porém nas outras estações do ano a cidade recebe turistas de diversas localidades e não possui na atividade um equilíbrio para esse período de menor exploração das belezas naturais.

## 2. METODOLOGIA

Através da análise de estimativas antes da realização dos grandes projetos de revitalização urbana da cidade e os resultados obtidos oficialmente pelos órgãos reguladores e entidades responsáveis pela fiscalização na busca dos objetivos nas melhorias infra-estruturais propostas nas candidaturas para sediar os “Megaeventos”. A questão de adaptação do cenário urbano e o contraste social ainda maior gerado pela realização das obras, como a população foi beneficiada e os principais setores que geraram o esperado retorno socioeconômico aos cidadãos.

“O processo contemporâneo de espetacularização das cidades é indissociável dessas estratégias de marketing urbano, ditas de revitalização, que buscam construir uma nova imagem para a cidade, que lhe garanta um lugar na nova geopolítica das redes internacionais.”  
Jacques, P. B. (2003)

Todo o processo de pesquisa teve como principal objetivo compreender as transformações urbanas que foram realizadas, suas consequências para a sociedade e contraste social gerado pela expansão imobiliária gerada pelos eventos.

De acordo com Paiva(2014) os equipamentos urbanos foram selecionados de acordo com sua rentabilidade para a definição de políticas públicas criando uma “seletividade institucional” em todo o processo político-administrativo.

A pesquisa é fundamentada na morfologia urbana da cidade do Rio de Janeiro em que possui área 1.200.177 km<sup>2</sup> e aproximadamente 6,5 milhões de pessoas, com os bairros diretamente privilegiados na realização obras sendo uma parcela menor que um terço da cidade e os bairros indiretamente envolvidos na realização dos eventos que receberam outros investimentos, sendo o principal em virtude da mobilidade urbana com a expansão do sistema de BRT (Bus Rapid Transit) e ampliação do metrô com as obras da Linha 4 (responsável pelo novo acesso da região da Barra da Tijuca). O grande investimento em infra-estrutura e revitalização urbana foi na região portuária com o projeto Porto Maravilha, na região da Barra da Tijuca com os complexos esportivos e expansão de empreendimentos turísticos e imobiliários, na região de Marechal Deodoro que teve algumas modalidades olímpicas sediadas e na Zona Sul que possui grande fluxo de visitação turística.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O artigo proposto tem como objetivo principal o desenvolvimento da pesquisa e agrupamento das informações para definir como podemos realizar novas políticas públicas visando um equilíbrio entre os interesses da população que segue carente de serviços básicos que necessita, além claro da cidade do Rio de Janeiro possuir um fluxo dos seus próprios residentes na visitação de

seus mundialmente famosos atrativos. Toda a pesquisa compõe parte de uma proposta de pesquisa acadêmica para o mestrado.

#### 4. CONCLUSÕES

Os projetos que foram propostos em virtude dos eventos que ocorreram entre 2007 e 2016, período em que ocorreram alguns dos principais eventos internacionais na cidade do Rio de Janeiro, possuiram diversos atrasos, mudanças e cancelamentos em seus cronogramas originais.

A governança urbana que se desenvolveria devido ao legado dos grandes eventos não foi estabelecida, sendo o resultado de investimentos públicos sem o correto planejamento prévio uma grande crise fiscal não somente na cidade, como também para todo o estado do Rio de Janeiro, somada a falta de infra-estrutura e disparidade entre as regiões beneficiadas e a maior parte do território da cidade em questão.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PEREIRA, A. L. S. A gentrificação e a hipótese do diferencial de renda: limites explicativos e diálogos possíveis. **CADERNOS METRÓPOLE**, v. 16, p. 307-328, 2014.

VAZ, L. F. ; SILVEIRA, Carmen B. . Áreas Centrais, Projetos Urbanísticos e Vazios Urbanos. **Território**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 51-66, 1999.

REIS, A. T. L. ; LAY, M. C. D. . Avaliação da Qualidade de projetos: uma abordagem perceptiva e cognitiva. **Ambiente Construído** (São Paulo), v. 6, p. 21-34, 2006.

FREY, K. Governança urbana e participação pública. **RAC. Revista de Administração Contemporânea**, v. 1, p. 136-150, 2007.

PAIVA, L. R. Megaeventos, Mega-remoções: processos de segregação sócio-espacial na “cidade maravilhosa”. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 43-67, Jan./Jun. 2014.

ULTRAMARI, Clóvis; Rezende, D. A. Grandes Projetos Urbanos: conceitos e referenciais. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 7-14, abr./jun. 2007.

JACQUES, P. B. Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo?. **RUA. Revista de Arquitetura e Urbanismo**, Salvador, v. 8, 2003.

Bugs, G. MODELOS DE GESTÃO DE PROJETOS URBANOS. **Revista Iberoamericana de Urbanismo**, v. 1, p. 41-56, 2009

**FIALHO, Daniela M.** Uma leitura sensível da cidade: a cartografia urbana. In: **IV Journée d'Histoire des Sensibilités**, 2007, Paris. IV Journée d'Histoire des Sensibilités, 2007.

**SANTOS, A. M. S. P.; Medeiros, M. G. ; Vasques, P. H.** . Política Urbana no Rio de Janeiro: entre a cidade do plano e a cidade real. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, v. 2, p. 1, 2013.

**BRAGA, Milton Liebentritt de Almeida.** **Infra-estrutura e projeto urbano**. 2006. 202 p.: Il. Tese. (Doutorado – Área de Concentração: Projeto Espaço e Cultura) - FAUUSP Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

## **1.40 RE-ESTRUTURANDO O ESPAÇO URBANO: Projeto Jogo Limpo – Bairro Limpo**

Franciéelly Maria Fiorini; Fernanda Moscarelli  
CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IPA – fe\_moscarelli@yahoo.com.br

### **1. INTRODUÇÃO**

O 4º Distrito, zona emblemática da cidade de Porto Alegre, caracteriza-se pelo empobrecimento e degradação decorrentes da re-estruturação econômica que desestruturou a antiga área portuária-industrial metropolitana. O Distrito têm sido alvo recentemente de políticas municipais que procuram redinamizar a área, das quais destacamos a inserção de grandes equipamentos, como é o caso da Arena do Grêmio. Entretanto, a inserção de um equipamento deste porte acarreta, além de uma injeção econômica, conflitos com os atuais moradores que sofrem as consequências dos dias de eventos (jogos e outros eventos como shows) tais como dificuldades de mobilidade, uso intensivo dos seus espaços públicos (praças e ruas) pelos visitantes e um grande acúmulo de resíduos, que agrava ainda mais os recorrentes problemas de alagamentos na região. Paralelamente a esta situação, a região do 4º Distrito concentra diversas Unidades de Triagem. Neste contexto, a rede cooperativa do 4º Distrito, formada pela Secretaria de Relações inter-institucionais, pela Extensão Universitária do Centro Metodista “Intervenções Urbanas” e pela associação de Empresários do Humaitá Nevagantes têm tentando resolver os conflitos e re-estruturar o território através do Projeto “Jogo Limpo – Bairro Limpo”, que além de tratar da educação ambiental local no bairro, visa um impacto positivo na questão dos alagamentos, mobilidade, além de beneficiar os atores “catadores” das Unidades de Triagem.

### **2. METODOLOGIA**

O grupo têm atuado na análise do espaço construído pela atividade efêmera dos jogos e shows. Tal análise parte de uma leitura do espaço e da apropriação dos usuários através da técnica de cartas mentais, completadas por visitas em loco nos dias de eventos e cruzamento com dados oficiais de mobilidade, coleta de resíduos e, em breve, entrevistas estruturadas.

### **4. OBJETIVOS**

O Objetivo do Projeto é redução do acúmulo de resíduos na região, não somente em dias de jogos ou eventos, mas que se torne uma prática diária entre a comunidade. Diminuir o impacto dos alagamentos. Aumento do volume e qualidade dos resíduos recicláveis nas Unidades de Triagem da região, consecutivamente aumentando a renda dos recicladores. Responsabilizar e

alertar comerciantes pela disponibilização de coletores de lixo, assim formando multiplicadores de responsabilidade socioambiental.

O Objetivo do estudo é subsidiar a re-estruturação do território, exigindo assim uma compreensão do território cultural construído de forma efêmera.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados apresentados são preliminares, mas contam com a elaboração de um mapa mental síntese do espaço construído e da coleta de imagens que demonstram o tipo de uso, as formas de apropriação momentâneas dos visitantes e os conflitos com os moradores. O projeto está em andamento e tem importante foco no processo de construção de uma consciência ambiental e no fortalecimento da rede. Entretanto são apenas os primeiros passos, pois é necessário firmar, de forma permanente, parceria entre a Arena, Grêmio e Unidades de Triagem e alargar as ações de conscientização e educação ambiental entre todas as partes: moradores, comerciantes, sejam ambulantes ou bares, e torcedores.

### **4. CONCLUSÕES**

As dificuldades são muitas, mas o primeiro dia de ação do projeto foi um sucesso, resultando na coleta de uma grande quantidade de resíduos e na atuação de vários agentes ambientais, que foi de extrema importância para a realização da ação. Quanto mais ações do Jogo Limpo conseguirmos realizar, acreditamos que isso irá fortalecer a compreensão e cooperativismo entre todas as partes, gerando um ambiente mais saudável para a população e amenizando os problemas do 4º Distrito.

## 1.41 SÃO LUIZ: De capital da França Equinocial à capital do Maranhão

Rholmer Philipe Lobo da Silva; Fernanda Moscarelli

Centro Universitário Metodista - IPA – [rholmercms@hotmail.com](mailto:rholmercms@hotmail.com)

Centro Universitário Metodista - IPA – [fe\\_moscarelli@yahoo.com.br](mailto:fe_moscarelli@yahoo.com.br)

### 1. INTRODUÇÃO

A observação atenta da composição urbana nos oferece questionamentos e respostas interessantes. Esta análise tenta mostrar quais decisões beneficiam, impulsionam ou anulam o desenvolvimento das cidades.

Sendo assim, um olhar voltado para a evolução histórica juntamente com a evolução urbana da cidade de São Luiz, elucidará como as escolhas de criação e uso da malha urbana, direcionam a evolução e quais são as características e resultados destas escolhas.

### 2. METODOLOGIA

Diversas cidades brasileiras foram fundadas sob influência lusitana. Seu traçado urbano e conjunto arquitetônico, de modo geral, exemplificam o pragmatismo português. Suas evoluções, erros, acertos e sobreposições impactam em muito a sustentabilidade do modo de vida atual dos habitantes de suas cidades.

Com base em uma análise da evolução morfológica urbana, o autor pretende comparar como o modelo urbanístico se adapta ao contexto histórico e geográfico. Para responder estes questionamentos, a cidade de São Luiz, capital do estado brasileiro do Maranhão, será exposta de forma a confrontar a evolução histórica com a evolução morfológica da mesma.

Foram utilizados como materiais para a elaboração deste artigo, dissertações de mestrado e doutorado, assim como imagens e mapas topográficos disponibilizados na internet. A organização dos materiais e o desenvolvimento do artigo foi feito de maneira a paralelizar as evoluções histórica e urbanística, bem como, seus benefícios e malefícios observados na dinâmica social da cidade.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo visa mostrar que a simples salvaguarda de edifícios e paisagens urbanas, não são suficientes na complexa equação que é desenvolver e tornar plenamente sustentável uma cidade.

### 4. CONCLUSÕES

O estudo não propõe resultados quantificados, contudo sugere que o olhar atento a exemplos bem sucedidos pode direcionar o poder público, a iniciativa privada e a população a valorização real de seu belíssimo patrimônio histórico, cultural e urbanístico.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Artigo

FIGUEIREDO, Margareth - A influência pombalina na morfologia urbana de São Luiz do Maranhão - 2014.

FREIRE, Ana Luiza; JONAS, Lenilson; ALVES, Maria Heloísa; PITTA, Meline - Análise morfológica e os elementos ordenadores do tecido urbano - 2012.

GARCEZ, Kedma Madalena Gonçalves - Centro e centralidade em São Luiz do Maranhão - 2009.

LEITE, Carolina Maria de Araújo Martins Silva; RAMOS, Tânia Beisi - A cidade que parou no tempo - 2012.

PRADO, Barbara Irene Wasinski - Charles Thays na formação urbana de São Luiz: A ilheidade de São Luiz a partir da praça Pedro II - 2007.

ZENKNER, Thais Trovão dos Santos - Legado renascentista e forma urbana: As cidades de São Luiz e Belém no século XVII - 2002.

### Documentos eletrônicos

<http://www.visitesaoluis.com/historia> - Acesso em nov/2016.

Mapa topográfico - <http://pt-br.topographic-map.com/places/Iilha-de-Sao-Luis-4011607/> - Acesso em nov/2016.

## 1.42 SISTEMA DE GERENCIAMENTO URBANÍSTICO

Adilson José Pereira Junior<sup>1</sup>; Ivandro Rafael Heckler<sup>2</sup>; Raphael Duarte Silva Custodio<sup>3</sup>

<sup>1</sup>*Universidade Federal do Rio Grande - adilson.ajpj@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal do Rio Grande - irh\_heckler@hotmail.com*

<sup>3</sup>*Universidade Federal do Rio Grande - raphaeel.duartee@gmail.com*

### 1. INTRODUÇÃO

O planejamento urbano é uma ferramenta reguladora e organizadora do espaço urbano - este que não raramente encontra-se em desordem - tendo como objetivo principal proporcionar aos habitantes uma melhoria na qualidade de vida. Atualmente o problema do desordenamento urbano não está somente nas cidades, mas também em espaços urbanos menores.

Portanto, o Laboratório de Acessibilidade e Mobilidade Urbana (LAMU), deu início a elaboração de um plano de desenvolvimento integrado na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), com o intuito de materializar as ações planejadas, de tal forma que toda a comunidade acadêmica possa usufruir de melhores condições quanto ao uso do espaço urbano e suas características, tais como segurança, praticidade, mobilidade e acessibilidade.

O projeto é baseado em um Sistema de Informações Geográficas (SIG), composto de um banco de dados referente a informações de zoneamento, restrições ambientais, localização e identificação dos prédios e seus serviços, estrutura viária (ruas e estacionamentos), ciclovias, calçadas, passarelas, rotas acessíveis (de acordo com a NBR 9.050 de 2015), vagas destinadas para pessoas com deficiência e demais informações relevantes ou conforme demanda.

O SigUrb tem como principal objetivo servir de ferramenta para dar início a um plano de urbanização para a Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Essa ferramenta pretende servir como uma base de informações para todos os usuários do *Campus* (docentes, discentes e demais funcionários).

Portanto, o SigUrb permitirá o acesso a diversas informações presentes no *Campus*, sendo também um aplicativo interativo, no qual os usuários poderão relatar possíveis melhorias e diversos problemas, como lâmpadas queimadas, projetores com mau funcionamento, entre outros.

Utilizando-se da definição de Morfologia Urbana (MU), que segundo (Moudon, 1997), já não é mais somente o “estudo da cidade como o habitat humano”, pretende-se criar um ponto de partida para uma visão mais abrangente dos instrumentos de apoio e das estratégias para as intervenções no espaço público urbano em questão.

Tal como citado acima, (Moudon 2011) afirma ainda que a cidade, aqui considerado como espaço urbano “é a mais complexa das invenções humanas... na confluência entre a natureza e o artificial”, portanto, pretende-se amenizar essa complexidade dos espaços, intervindo com o sistema de gerenciamento a ser desenvolvido.

## 2. METODOLOGIA

Para cumprir com os objetivos estabelecidos no projeto, fez-se necessária inicialmente a obtenção de imagens aéreas de toda a área abrangida pelo *Campus*, sendo esse procedimento realizado com o auxílio de um drone. Após a aquisição das imagens, foram realizados diversas técnicas de fotogrametria digital, dentre elas a correção geométrica e o georreferenciamento das imagens. Essas metodologias permitiram a criação de um mosaico ortorretificado e de um modelo digital de elevação.

Os dados processados foram de suma importância para o prosseguimento da pesquisa, uma vez que, serviram de base para todo o trabalho. A metodologia utilizada juntamente com a tecnologia do drone propiciou maior resolução espacial e temporal. Fatores essenciais para a elaboração de arquivos vetoriais a fim de representar as estruturas do *Campus*, uma vez que o mesmo está vêm sofrendo constantes mudanças e atualizações, com o crescimento de sua infraestrutura.

A partir dos dados gerados e com o uso do software *QG/S*, foram então vetorizadas várias feições presentes no *Campus*, como os principais itens de infraestrutura e recursos naturais (prédios, estacionamentos, calçadas, lagos, áreas de preservação, entre outros). Os arquivos gerados, foram então preenchidos com diversas informações, corroborando para a construção da base de dados almejada nesse projeto.

Com o intuito de enriquecer e proporcionar maior detalhamento e informações, teve início o processo de modelagem 3D dos elementos urbanos. Pretende-se abranger, do ponto de vista “espaço-tridimensional” objetivamente: fachadas, materiais e texturas, massa arbórea, áreas verdes, piso mole e piso duro, composição volumétrica, composição de alçados, iluminação, contrastes cromáticos, mobiliário urbano, entre outros elementos e características.

Esse procedimento foi realizado com o auxílio dos softwares *SketchUp* e *Revit*, utilizando como base um conjunto de arquivos (plantas de situação, localização, baixa, cortes, fachadas e imagens), disponibilizadas pela Pró-Reitoria de Infraestrutura da Universidade, considerada como importante parceira neste projeto. Posteriormente esses elementos foram inseridos no banco de dados.

Para a visualização do mapa tridimensional em desenvolvimento, foi necessária a utilização do software *ArcG/S*. Esse software desempenhou a função de agregar em um único *layout* de visualização todas as feições que foram vetorizadas e modeladas pelos softwares descritos acima.

Esse banco de dados conterá todas as informações sobre os serviços disponíveis em cada local, assim como também fará com que o usuário tenha acesso a todas as plantas dos prédios de salas de aula, contendo informações tais como, área, capacidade de alunos, equipamentos instalados (computadores, sistema de som, projetor, ar condicionado, etc.).

O banco de dados ainda irá fornecer o número de patrimônio de todos os itens em cada sala, o qual será atualizado conforme possíveis mudanças, com o intuito de facilitar o controle dos bens juntamente ao setor responsável por tal função na universidade. Outro recurso do sistema será o de fornecer

informações sobre horários de uso da sala de aula e agendamentos para o uso da mesma.

Um dos objetivos finais do projeto, é a criação de um *website* e um aplicativo para *smartphone*. Os quais disponibilizarão um mapa do *Campus* e todas as informações contidas no banco de dados, o qual será constantemente atualizado. O sistema ainda contará com a possibilidade do usuário relatar eventuais problemas relacionados à infraestrutura ou mau funcionamento de um patrimônio.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A partir da metodologia adotada foi possível concluir alguns dos objetivos prescritos neste trabalho. Para tanto, ao longo da metodologia, foram gerados diversos dados auxiliares, que foram fundamentais para o cumprimento dos objetivos. Esses dados e algumas das etapas já concluídas seguem apresentados em sequência.

Até o momento de submissão desse resumo, obteve-se a conclusão do mapa bidimensional, com todas as áreas idealizadas, e por volta de 30% das modelagens tridimensionais concluídas, inseridas e georreferenciadas no banco de dados. Mapeamos e marcamos todos os pontos de iluminação (postes, luminárias...), assim como também espaços onde existe a necessidade da implantação de novos pontos de iluminação, para dessa forma abranger melhor todo o terreno do *Campus*. A figura 1 representa uma parte do atual estado de desenvolvimento do projeto tridimensional.



**FIGURA 9: MODELAGEM 3D COM SOFTWARE SKETCHUP**

O mesmo procedimento de marcação foi feito para o projeto de arborização, onde mapeamos todos os locais onde já existem espécies plantadas e também pontos onde podem ser plantadas novas mudas.

Outro aspecto importante já concluído, foi a alocação de pontos, utilizados como marcadores para identificar a localização das vagas para pessoas com deficiência, entradas e acessos aos prédios que possuem ou não acessibilidade para pessoas em cadeira de rodas, assim como também quais deles possuem banheiro adaptado e elevador para acesso aos demais pavimentos.

Num outro momento, ao desenho urbano é atribuída a responsabilidade de adequar os elementos urbanos, interligando-os e dando a flexibilidade necessária à evolução da estrutura urbana. Pensando nisso, um dos eixos do Sistema de Gerenciamento Urbanístico a ser desenvolvido é se preocupar também com tais elementos. Subdividido em camadas para fácil visualização e identificação, foram mapeados todos os pontos onde devem ser instaladas, coletas seletivas de lixo, bicicletários, pequenos espaços de convívio com bancos, entre outros elementos.

#### **4. CONCLUSÕES**

Atualmente o homem vem desenvolvendo inúmeras novas tecnologias e estratégias para resolver os problemas sobre o desordenado crescimento de centros urbanos, porém, tais estratégias não suprem a enorme demanda de tais mudanças.

Hoje o uso de softwares e técnicas de geoprocessamento, vem sendo usado com maior frequência, servindo como ferramenta para a manipulação de dados espaciais e de localização aplicados ao ordenamento do desenvolvimento urbano. O SiG Urb, além de processar e compartilhar informações de localizações, traz o diferencial de servir como estratégia para o uso na elaboração de um plano de urbanização que possa atender as demandas e resolver problemas do uso do espaço urbano.

O espaço urbano aqui em estudo encontra-se desorganizado no ponto de vista de uma harmonia entre o usuário e o ambiente. Com a criação e implantação desse sistema, os gestores da universidade poderão ter um panorama referente ao uso do espaço urbano e quais intervenções devem ser priorizadas.

O maior diferencial do sistema será sua utilização para agilizar em atividades rotineiras da universidade, tais como o uso e controle dos bens patrimoniais, os quais poderão ser rapidamente localizados através do banco de dados que será disponibilizado.

Com a estruturação do ambiente urbano, é possível distinguir diferentes formas de marcação do território e de seu uso. Não obstante, existe a necessidade de interpretar novos significados no tecido urbano (STEVENS, 2006). E assim preencher as lacunas entre a diversidade de utilização dos espaços e as atividades dos utilizadores.

O SiG Urb tem como objetivo preencher as lacunas existentes entre esses espaços e suas atividades, servindo como meio facilitador, se preocupando com a eficiência do processo de urbanização e a forma em que o homem se mantém no meio dele.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ArcGIS, Programa para Windows. Versão 10.5: software de mapeamento, gerenciamento, processamento e análises de dados. Esri® 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT - NBR 9050 – **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015.

MOUDON, Anne V. (1997). **Urban Morphology as an interdisciplinary field**. Urban Morphology (1), 3-10.

MOUDON, Anne V. (2011). **Transportation-Efficient Land Use Mapping Index (TELUMI)**, a Tool to Assess Multimodal Transportation Options in Metropolitan Regions. International Journal of Sustainable Transportation no. 5 (2), 111-133.

QGIS, Programa para Windows. Versão 2.18: software de criação, edição, visualização, análise e publicação de informação geoespacial. Open Source Geospatial Foundation (OSGeo)®, 2017.

SKETCHUP. Programa para Windows. Versão SketchUp Make 2017: *software* de modelagem 3D. Trimble Navigation®. 2017.

STEVENS, Q. (2006). **The shape of urban experience: a reevaluation of Lynch's five elements.** Environment and Planning B: Planning and Design n.º 33 (6), 803-823.

## 1.43 UM NOVO URBANISMO É POSSÍVEL? a construção de uma intervenção urbana no recorte da Vila Brejal no Bairro da Levada – Maceió/AL

Lourival Assunção

*<sup>1</sup>Centro Universitário Tiradentes – loriassuncao@me.com* 1

### 1. INTRODUÇÃO

A Cidade nasce como um território voltado para as práticas sociais comerciais, e as relações entre as pessoas; enquanto Arquitetos e Urbanistas, partimos do fundamento de que é essencial compreender o uso do espaço para então propor e satisfazer, entender que não são apenas instalações materiais, mas também as projeções das relações de poder “e os valores e símbolos culturais inscritos no espaço” (Souza, 1963, p.99).

A ausência de um plano direcional ao crescimento da cidade, juntamente com uma política coronelista, exercida pelos poderosos e para eles, apresentam uma imagem de cidade amarrada por uma gritante segregação social, com máscaras de embelezamento em pontos estratégicos. Esta segregação é vista de forma explícita na comunidade Vila Brejal, localizada no bairro da Levada, na cidade de Maceió/AL, onde é evidente a criminalidade informal da apropriação privada, onde as lutas de classe mencionadas nos livros de histórias são reconhecidas e onde se vê a olho nu o que Karl Marx falava em 1848, a respeito das expressões sociais recorrentes da Sociedade Capitalista. Desta forma, a proposta deste trabalho é compreender e analisar os problemas e as potencialidades deste local a fim de entender como este urbanismo da exclusão se especializa.

### 2. METODOLOGIA

A proposta de intervenção foi guiada por uma análise sensorial e observatória da região, de forma que foram feitas visitas ao bairro, com o intuito de identificar o desenvolvimento das características que Lamas (2011), mencionava ao se falar sobre Cidade, tais como: Quartéis, ruas, lotes; adicionando também o estopim dos estudos de Gelh (2013), pessoas.

A pesquisa desenvolveu-se em duas etapas: a primeira, foi de cunho observatório, observando os manejos da população, usabilidade dos espaços, a presença de modais e a qualidade do espaço público. A segunda etapa foi sensorial, todavia, não referente ao pesquisador, mas aos moradores; momento crucial para o projeto, do qual foi possível apreender as sensações das pessoas que residem e utilizam o espaço. Desta forma, é que analisar o cenário inercial do bairro da Levada é navegar pelas exposições morfológicas que ele apresenta e mergulhar dentro das falas diretas (os aspectos encontrados no decorrer do bairro) e as falas indiretas (sua história e seus usuários).

Foi na década de 1970, que a Vila Brejal nasce, decorrente do surgimento de novos aterros no bairro da levada, devido sua localidade às margens dos polos comerciais da época (Centro e Jaraguá), foi sendo apropriada pelos abastados sociais que almejavam espaços próximos aos locais de trabalho. Nas palavras de Lamas (2011, p. 206), o subúrbio gerou a extensão do solo construído com modificações nos modelos espaciais e urbanísticos.



*Figura 01: Demarcação das áreas de aterro na década de 70*

Fonte: Google maps

Na Levada, o que se encontra é a alta densidade populacional, a geminação de casas em tamanhos variados, espaços aglomerados que forma uma nova concepção de paisagem e de espaços urbanos. Os elementos que compõem o meio urbano são parte de um grande organismo vivo, que modifica e aprimora com o tempo e uso; apenas neste recorte é possível vislumbrar como a vontade do homem, muda as lógicas de planejamento e a paisagem urbana.

No quarteirão é possível conhecer os fundamentos dos instrumentos urbanos, de forma que se caracteriza como o pontapé inicial do diagnóstico, seus limites são as vias que também os interligam, e nele abrigam-se, os lotes, sedes das relações sociais, públicas ou privadas As vias separam os quarteirões e dão "ritmo a cidade e induz as formulações dos quarteirões" (Lynch, 2011, p.106).

Na levada, os quarteirões são orgânicos, as ruas elas são desniveladas e em barro, calçadas variam entre a inexistência e 1.20m de largura, a vegetação é quase inexistente; O esgotamento sanitário é reduzido, segundo os mapas de instalação sanitária de Maceió, o bairro não conta com nenhum apoio público. A estrutura de imposição dos lotes dentro da Vila brejal proporcionam um sentimento de enclausuramento, devido as suas vielas, ruas sem saídas e a falta de entradas direcionais, o que de certa forma é inversamente proporcional ao que o Plano Diretor de Maceió nos apresenta em seu Art. 159, qual fala que o loteamento da área urbana deverá estar articulado com o sistema viário, as conexões com as glebas vizinhas, os demais sistemas de circulação e com o serviço prestado existentes.



*Figura 02: Vista em 3D da Vila Brejal  
Fonte: Google maps*

E aos moradores, restam os anseios de mudanças, a confiança no poder público e a esperança do reconhecimento e dignificação social.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O bairro da Levada é pobre em todos os pontos ao qual Gehl (2013) trata como política urbana adequada para se obter uma cidade mais propícia para pessoas. O projeto urbano para o bairro da Levada visa integrar todos os elementos de forma a caucionar um bairro mais seguro, vivo, sustentável e saudável; uma cidade que corrobora com espaços em dimensões humanas onde as pessoas possam se movimentar e permanecer em espaços urbanos transitando por curtas distâncias a pé, em espaços urbanos atrativos com finalidades diversas para todos os públicos.

Devido à apropriação irregular da área, não foi encontrado documentos legais de posse de terra, e com a sua história, pode-se concluir que a posse do terreno seja a partir de usucapião. Segundo o PD de Maceió, no art. 167, a regularização fundiária poderá se dar a partir da concessão real do uso; para fins de moradia e usucapião de imóveis urbanos. Desta forma, enquanto agentes governamentais, poderá ser concedido a regulamentação fundiária ausente e propor melhorias na qualidade do território e habitacional.

De forma que a reconstrução deste espaço é assegurada por lei, pois, de acordo com o art. 152 (PD), caso o espaço a ser parcelado venha ser do poder público, o mesmo poderá sofrer alterações se o empreendedor (público ou privado) tiver como objetivo de implantação de parcelamento habitacional de interesse social ou de regularização fundiária, o que engloba dois objetivos da proposta projetual de renascimento da Vila Brejal.

Com a aprovação da construção do novo loteamento as construções se darão em partes. Ao lado da implantação do Sesi há um vazio urbano que servirá como trecho 0 (ao qual comportar um total de 113 famílias, número superior ao de famílias por quarteirões) da construção, e assim se dará o modo de desenvolvimento construtivo. Com o trecho 0 finalizado será alocado as famílias dentro do trecho 01 e assim sucessivamente até toda a malha estar estruturada e ao fim, acontecerá as alocações de áreas de lazer. O objetivo

principal é criar espaços públicos qualificados e vivos, para “caminharem, parem, sentem-se, olhem, ouçam e falem” (Gehl,2013,p.118).



*Figura 03: Vista em 3D da Vila Brejal em processo de implantação da proposta  
Fonte: Google maps e edições no Illustrator*

Ao longo dos anos o pedestre tem se enclausurado, seja pela violência ou pelos automóveis e essa “ prisão ” precisa ser desfeita. Desenvolver um quarteirão com conforto para andar, seja térmico ou mesmo a passagem bem delimitada ao pedestre pode criar novas experiências dentro da Cidade, que o mesmo seja sem muros, sem barreiras, visível. Com espaços de lazer espalhados pelo loteamento, que não tenham hora para funcionar, pois segundo Gehl (2013) uma cidade viva é aquela que funciona dia e noite, de forma que as práxis sociais que fundam a cidade dependem da existência de pessoas que a usem e aproveite em todas dimensões ofertadas.

Neste projeto, temos um bairro com ritmo do caminhar, transparência entre o público e privado, o aprimoramento dos sentidos, a diversidade das funções e a implantação de características pessoais, junto da apropriação individual de todos da Vila Brejal.



*Figura 04: Pista de decolagem  
Fonte: <https://goo.gl/kjFyzZ>*

Partindo do conceito de aviação, foi pensado na implantação a partir da pista de decolagem de aviões, o grande percurso se transformou em ruas principais, subdividido o centro para a criação dos quarteirões, no entanto encontramos problemas bioclimáticos nesse primeiro traçado urbano, buscando a solução na própria cidade de Maceió; no bairro da Jatiúca, há uma implantação de quarteirão similar, com a presença de um grande corredor vivo, dividido os espaços de avenidas e ruas secundárias.



Figura 05: Croqui da malha urbana atual

Fonte: Google Maps

A proposta é a implantação de uma malha de tipologia espinha de peixe (figura 04), do qual segundo Rigatti (2002), as junções de vias secundárias em um caminho principal, promovem uma maior distribuição da integração espacial. Juntamente com a implementação de um corredor-praça como estrutura central do quarteirão, pois, a praça se apresenta como “centro social integrado ao tecido urbano” (Alex, 2011, p.23), como estruturado por Lynch (1981) elas podem ser reconhecidas como o coração de um espaço integralmente urbano.

Essa tipologia pode gerar controvérsias nos espaços acadêmicos, visto que se cria a tendência de haver quadras longas e independentes; segundo Jacobs (2013), a ausência de conexões criadas em pequenos quarteirões, fazem com que ocorra movimentações em determinados locais e vazios humanos em outros. De certa maneira, identificamos verdade nesta fala, ao se imaginar um quarteirão fechado, como a figura 06.

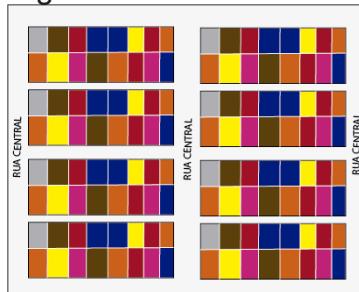


Figura 06: Estudo de implantação Arquitetônica do quarteirão

Fonte: Propriedade do autor

Este tipo de enclausuramento não é objetivado, visto que o espaço de intervenção é marginalizado socialmente pela população; O primordial a este ponto é criar espaços de abertura, para que eles encarem a cidade, se fortaleçam e assim, os do outro lado, possam compreender-los e conhecê-los. Desenvolvendo assim, uma tipologia de quarteirão impermeável.

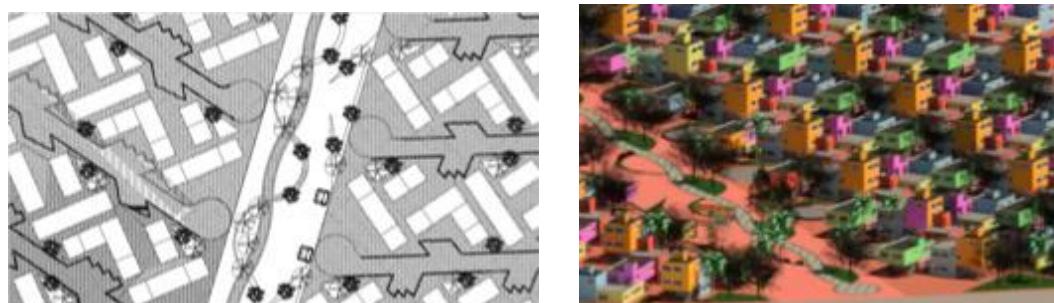


Figura 07 e 08: Imagem da proposta de implantação do quarteirão

Fonte: Propriedade do autor

As casas serão alocadas a cada 2,5m por edificação, gerando espaço de passagem entre eles. Todo o espaço de intervenção possui uma área de 194.823m<sup>2</sup>, contabilizando as demarcações de quarteirões, ruas, ciclovias, praças e áreas comerciais. Dentro das áreas residenciais foi implantado aproximadamente 800 casas por famílias, já nas zonas comerciais foi idealizada a implantação de galpões alocados no meio do quarteirão, sendo-os separados por um espaçamento de aproximadamente 4m<sup>2</sup> visando a continuação da permeabilidade dos quarteirões residenciais.

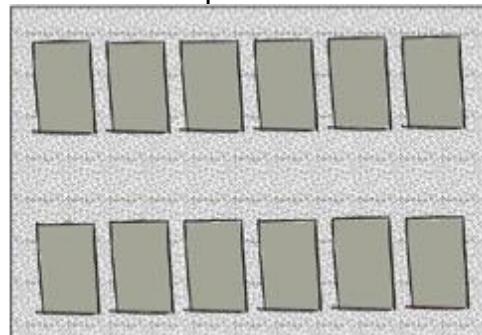


Figura 09: Proposta de implantação da zona comercial

Fonte: Propriedade do Autor

Buscamos implementar uma malha que pudesse receber e distribuir todas as tipologias de ventos, presentes em Maceió. De uma maneira que a ventilação adentre a malha pelo canal central, funcionando como um catalizador e acelerador de ventilação natural. Pois, segundo Barbirato, et al (2016), adequar o espaço ao clima do local, representa uma criação de melhores condições de conforto; desta forma é que buscamos aperfeiçoar e confirmar as teorias com simulações.



Figura 10 e 11: Imagem aérea do Corredor Vera Aruda

Fonte: Google Maps

Foi desenvolvido uma maquete feita de plástico, na escala de 1/2000, para a simulação em uma mesa d'água; A partir das simulações de ventilação foi

confirmado que o núcleo central da malha urbana, na tipologia espinha-de-peixe, com uma orientação de 90° graus, sofria redução da ventilação; refazendo a simulação com 45° de angulação, obteve uma maior fluidez de ventilação sudeste.



*Figura 12: Croqui para a proposta de intervenção urbana*

*Fonte: Propriedade do autor*

Atualmente na Vila Brejal e em suas proximidades não há espaços de lazer para jovens ou adultos, apenas o Sesi, que existe dentro do seu território, quadras poliesportivas, mas que não são de uso livre.

A implantação de uma ciclovia por todo o trecho, separada por uma faixa de grama que delimita o espaço, juntamente com a imposição de árvores e arbustos para servirem de proteção. Os mesmos podem ser encontrados ao logo de toda a praça e nos quarteirões, as áreas de lazer infantil são próximas a espaços de permanência para que os mesmos sempre estejam na companhia dos pais. Também foi inserido duas áreas de eventos, uma na própria praça e outra na segunda praça atrás da igreja, em que o paisagismo seguiu os mesmos preceitos da praça central e de todo o quarteirão.



*Figura 13: Imagem renderizada para a proposta da Vila Brejal*

*Fonte: Propriedade do autor*

Com toda a remodelação do território, as vias de acesso e percurso interno, também sofrerão intervenções. Foi adicionado uma nova entrada a comunidade e as vias locais serão sem saídas e possuirão o limite de até 30km/h.

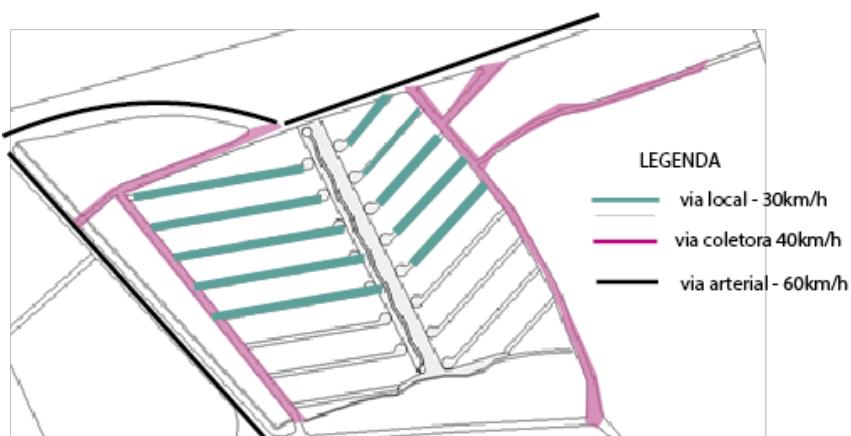


Figura 14: Croqui para a proposta de mobilidade automotiva na Vila Brejal  
Fonte: Propriedade do autor

#### 4. CONCLUSÕES

Em suma, a maior relevância deste trabalho é repensar e otimizar o espaço urbano de comunidades carentes, vítimas de um processo de urbanização excludente, a partir de um estudo de caso em um bairro de uma capital nordestina marcada por uma grande segregação social.

Desta forma, possibilita a extensão das reflexões levantadas para outras cidades e bairros que possuem características semelhantes, bem como provoca a realização de um diagnóstico urbanístico que foque mais em características do que em problemas, estimulando o encontro de potencialidades nos locais estudados.

Além disso, levanta a bandeira do novo urbanismo e seu lema maior que é transformar as cidades em espaços que tenham as pessoas como protagonistas, abraçando as suas dinâmicas, sua escala e criando a possibilidade do encontro ao transformar as ideologias em prática espacial.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades** – 3º Ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade** – 3º Ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade** – 6º Ed. – Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

PREFEITURA DE MACEIÓ; **Plano diretor da Cidade de Maceió.** 2005.

PADILHA, Isadora. **Levada à margem:** A importância do lugar na memória da cidade. 2012. 164 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - UFB, Bahia, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano.** 6º ed. Rio de Janeiro:2011.

PADILHA, Isadora. **Levada à margem:** A importância do lugar na memória da cidade. 2012. 164 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - UFB, Bahia, 2012.

## 1.44 VELOCIDADE, EMERGÊNCIA E CRESCIMENTO URBANO

**Maurício Polidori<sup>1</sup>; Otávio Peres<sup>2</sup>; Fernanda Tomiello<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> UFPel – FAUrb – LabUrb – mauricio.polidori@gmail.com

<sup>2</sup> UFPel – FAUrb – LabUrb – otmperes@gmail.com

<sup>3</sup> UCPel – Curso de Arquitetura e Urbanismo – fernandatomiello@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

A variação da velocidade no crescimento urbano pode produzir mudanças estruturais nas cidades, alterando os padrões espaciais que emergem ao longo do tempo. Para testar esta hipótese e estudar esses padrões espaciais, foram realizados experimentos de simulação de crescimento urbano, considerando a variação de velocidade e os resultados comparados, usando o modelo de simulação baseado em autômatos celulares CityCell, na área urbana de Pelotas em o sul do brasil. O teste demonstra que as variações na velocidade de crescimento podem implicar resultados diferentes. Os principais são os seguintes: a) o crescimento lento facilitou a consolidação de áreas remotas, a compacidade e a monocentralidade; nesse caso, a interface da área urbana com o ambiente natural apareceu com um baixo índice de ocupação, porém com tendência de eliminação integral dos remanescentes naturais; b) o rápido crescimento produziu a anexação das áreas remotas à estrutura urbana, combinada com aumento de fragmentação e produção de policentralidade; nesse caso, a interface com o meio ambiente natural manteve-se contrastada por índices de ocupação mais elevados do que no crescimento lento; no entanto, o tecido urbano resultante tem maiores chances de manter restos do ambiente natural. Esse resultado questiona a ideia tradicional de que o rápido crescimento urbano é a causa da degradação ambiental, sugerindo que a conversão do território feita de maneira seletiva pode alcançar resultados de integração adequados mediante o rápido crescimento. Sendo assim, observando urbanização de território simulada nos experimentos, a supressão do ambiente natural na cidade parece não ser um problema de velocidade excessiva de crescimento urbano, mas uma consequência do território escolhido para ser destinado à urbanização ou à preservação ambiental.

### 2. MODELANDO CRESCIMENTO URBANO

Uma das principais possibilidades da modelagem urbana é a geração de cenários futuros, levando em consideração as tendências anteriores ou a influência das mudanças atuais (Torrens, 200). Ao contrário de antecipar o futuro, esta possibilidade permite compreender melhor a dinâmica de alguns processos de mudança e pode ajudar quando se trata de tomar decisões (Timmermans, 1997). Desta forma, foi construído o modelo de simulação de

crescimento urbano CityCell, desenvolvido por Polidori e Saraiva (2016), que permite alcançar cenários de futuro com crescimento interno e externo simultâneo, fundado em teorias de grafos, autômatos celulares e geotecnologias (Polidori e Krafta, 2005).

### **3. UM ESTUDO DE CASO EM PELOTAS, RS**

A variação da velocidade de crescimento urbano pode provocar mudanças estruturais nas cidades, além do aumento da área final ocupada pela cidade e se espera que um crescimento mais lento e outro mais rápido produzam resultados diferentes (McCann e Ewing, 2003). Para testar essa hipótese, foram realizadas experiências de simulação de crescimento urbano utilizando o modelo de simulação de crescimento urbano CityCell, o qual permite regular a velocidade de crescimento e fazer uma análise comparada dos resultados.

Assume-se o caso de Pelotas, Rio Grande do Sul (RS), no Brasil, localizada a 250 km ao sul de Porto Alegre. Pelotas tem uma superfície efetivamente urbanizada em torno de 5.500 ha e uma população urbana estimada em 340.000 habitantes (2016). As simulações partiram do ano 2000 e o período de referência para a extração da taxa de crescimento real está representado pelo intervalo entre 1955 e 2000 (45 anos), quando o crescimento médio anual da área urbana foi de 2,44% ao ano (Silva e Polidori, 2004), o que representa a velocidade de crescimento usada para regular a simulação.

Três hipóteses de crescimento estão simuladas usando o ano 2000 como ponto de partida e como horizonte temporal no ano de 2045 (45 anos) com a calibração alcançada no intervalo entre 1955 a 2000 (Polidori, 2004). As hipóteses são as seguintes: a) hipótese de crescimento inferior: a cidade cresce com metade da velocidade encontrada no período de 1955 a 2000 (1,22% ao ano); b) hipótese de crescimento intermediário: a cidade cresce na mesma velocidade encontrada no período de 1955 a 2000 (2,44% ao ano); c) hipótese de crescimento superior: a cidade cresce com uma velocidade uma vez e meia mais rápida do que no período de 1955 a 2000 (3,66% ao ano).

A entrada do modelo de simulação leva em consideração os seguintes fatores: estoque construído, águas superficiais, banhados, campos e vegetação de pequeno porte, florestas nativas, áreas alagáveis, dunas e praias, áreas descobertas pelo sistema rodoviário (como aparece na Figura 1, adiante). O experimento funcionou com 45 interações, cada uma representando 1 ano, sendo que oito estados foram selecionados e apresentados a seguir, representando células efetivamente urbanizadas no processo de crescimento (marrom), distribuição de centralidades (azul), potencial de crescimento (bege), fatores naturais (verde) e problemas ambientais urbanos internos (vermelho e amarelo), como aparece nas figuras 2, 3, 4 e 5, mais adiante.

As interpretações de hipóteses de crescimento urbano inferior, intermediário e superior seguem as possibilidades do modelo de simulação de crescimento, usando os seguintes resultados para observação e análise: a) conversão de células não urbanas em células urbanas e a velocidade que essas conversões ocorrem; b) formação de núcleos remotos; c) formação de

vazios urbanos; d) distribuição dos estoques construídos; e) vetores de crescimento e novos pólos de atração; f) formação de periferias e centros; g) potencial de crescimento novo; h) atributos naturais com concentração ou rarefação, observando a localização, a forma das manchas e suas relações com a cidade; i) intensidade e localização de problemas ambientais urbanos internos, bem como suas relações com a dinâmica de urbanização.

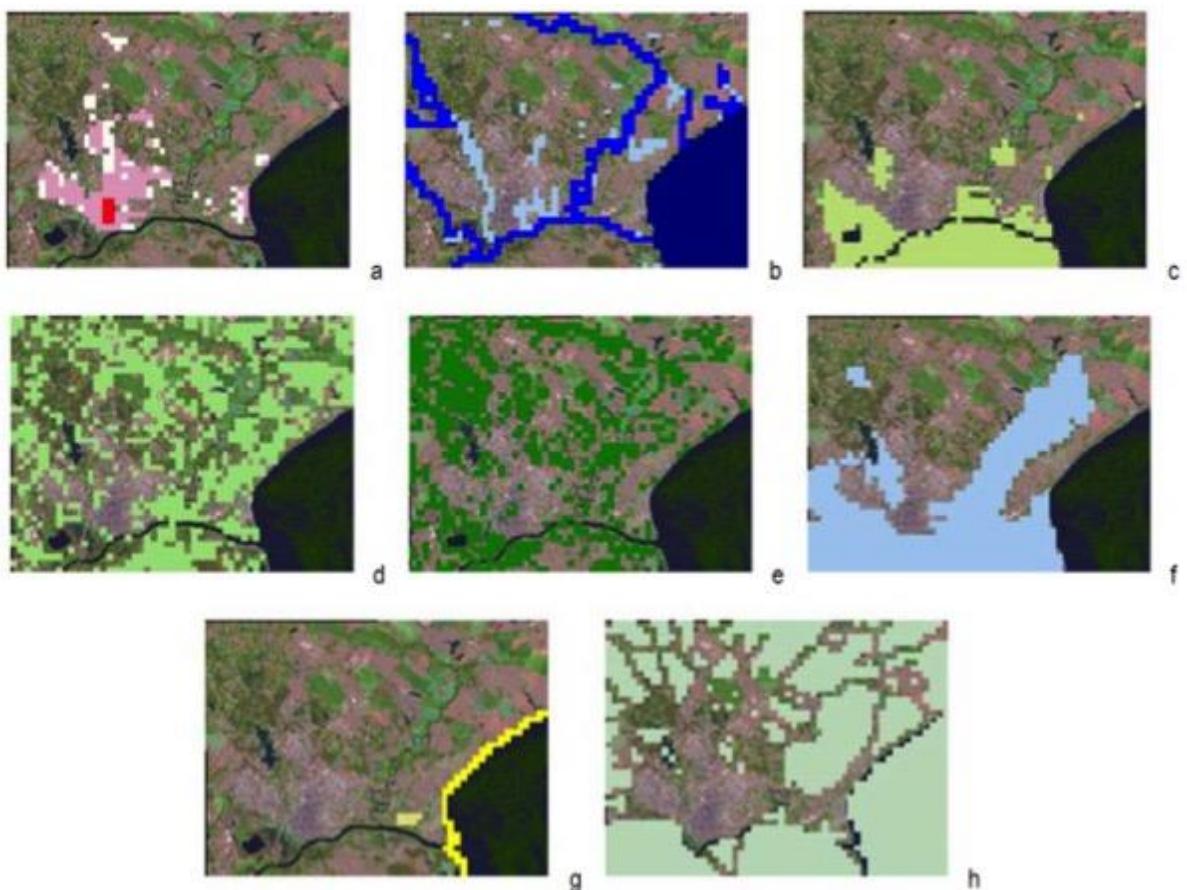


Figura 1: entradas usadas no CityCell; a) estoques construídos; b) águas superficiais; c) banhados; d) campos e vegetação de pequeno porte; e) matas nativas; f) áreas transbordadas; g) dunas e praias; h) área descoberta pelo sistema rodoviário.

Em seguida, os resultados da simulação de crescimento estão apresentados, com oito estados de um total de 45 iterações, considerando uma variação de velocidade crescente.

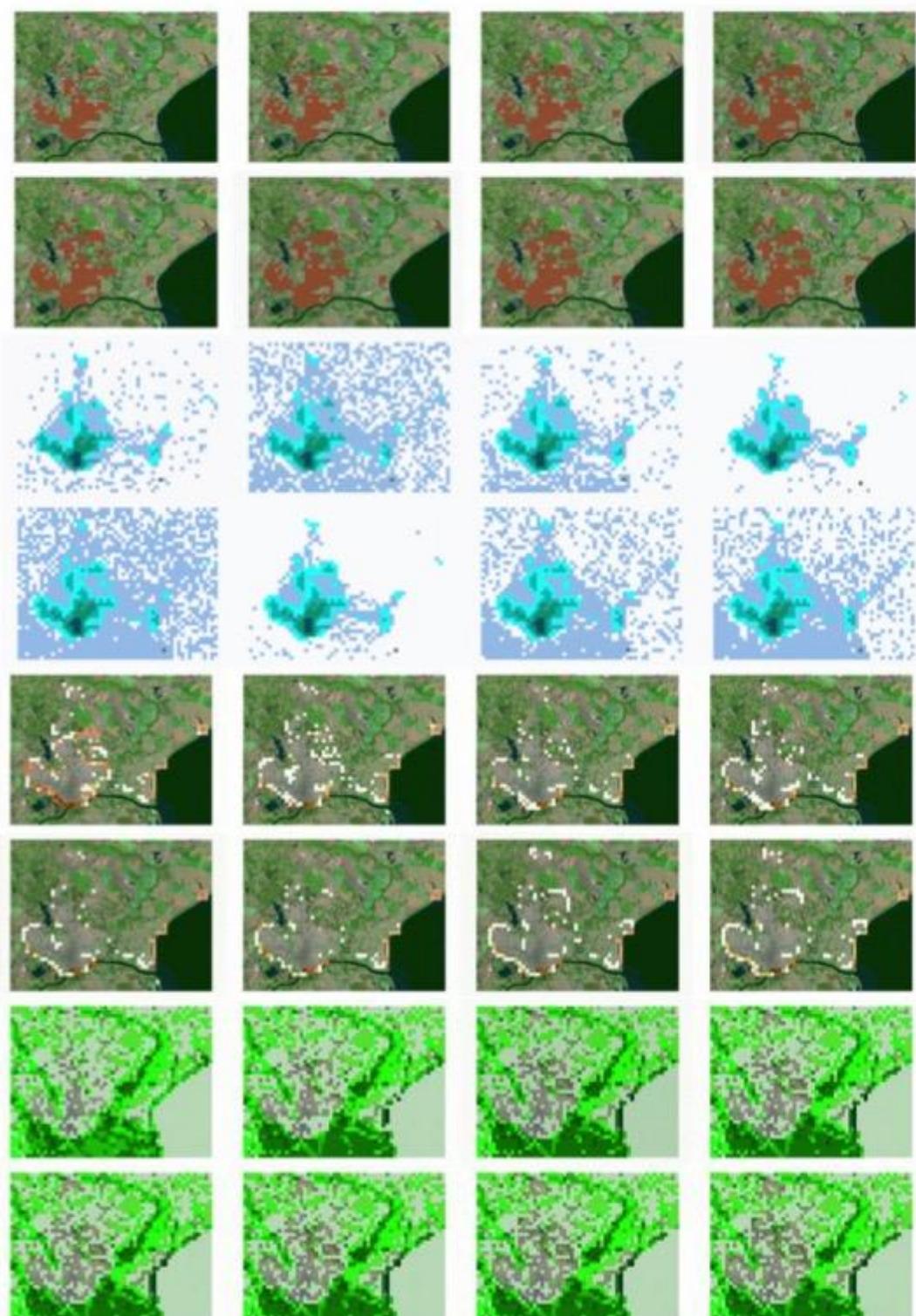


Figura 2: hipótese de velocidade de crescimento inferior, mostrando oito estados do sistema, representando a evolução de: células efetivamente urbanizadas no processo de crescimento (marrom), distribuição de centralidades (azul), potencial de crescimento (bege) e fatores naturais (verde).

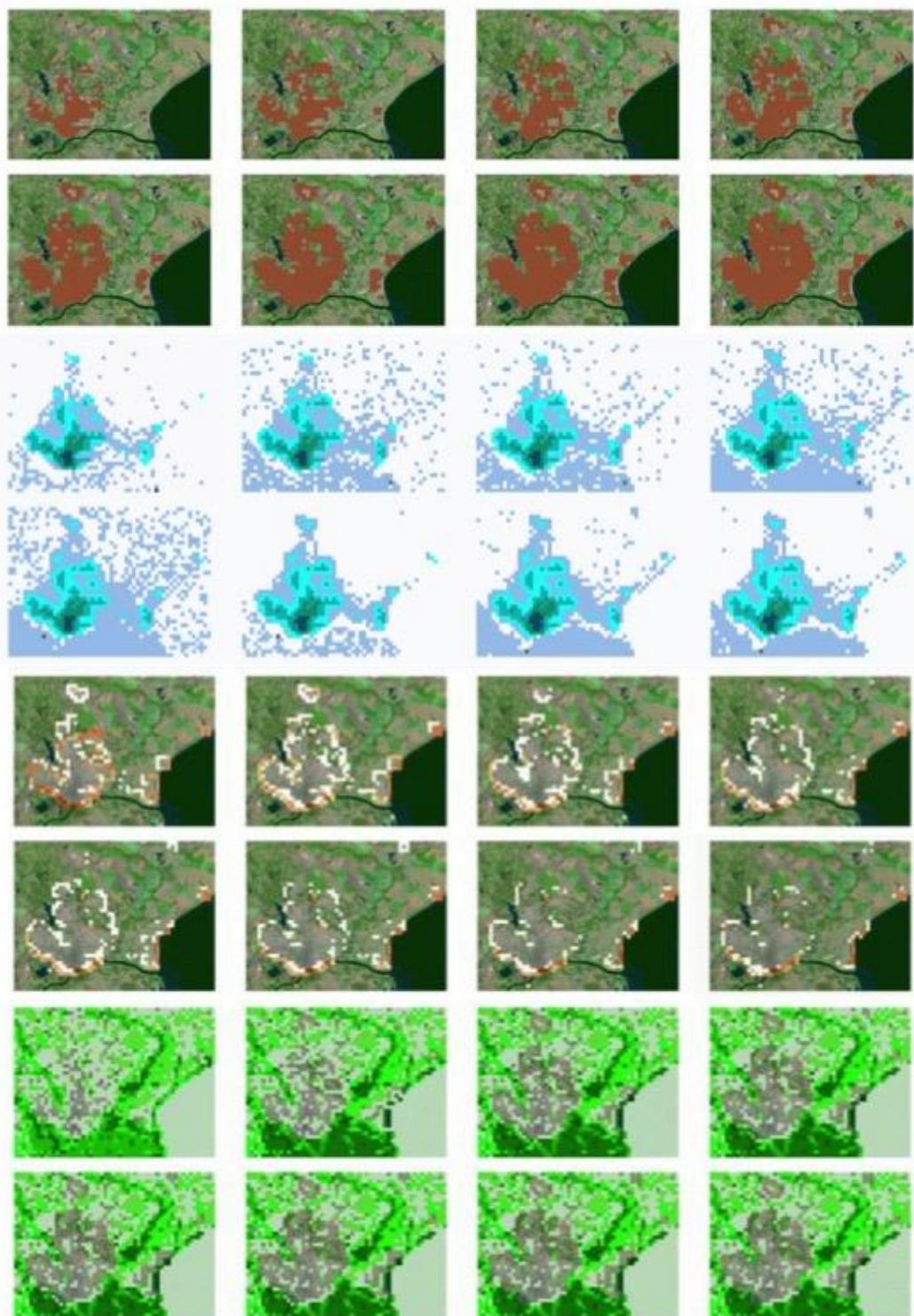


Figura 3: hipótese de velocidade de crescimento intermediário, mostrando oito estados do sistema, representando a evolução de: células efetivamente urbanizadas no processo de crescimento (marrom), distribuição de centralidades (azul), potencial de crescimento (bege) e fatores naturais (verde).

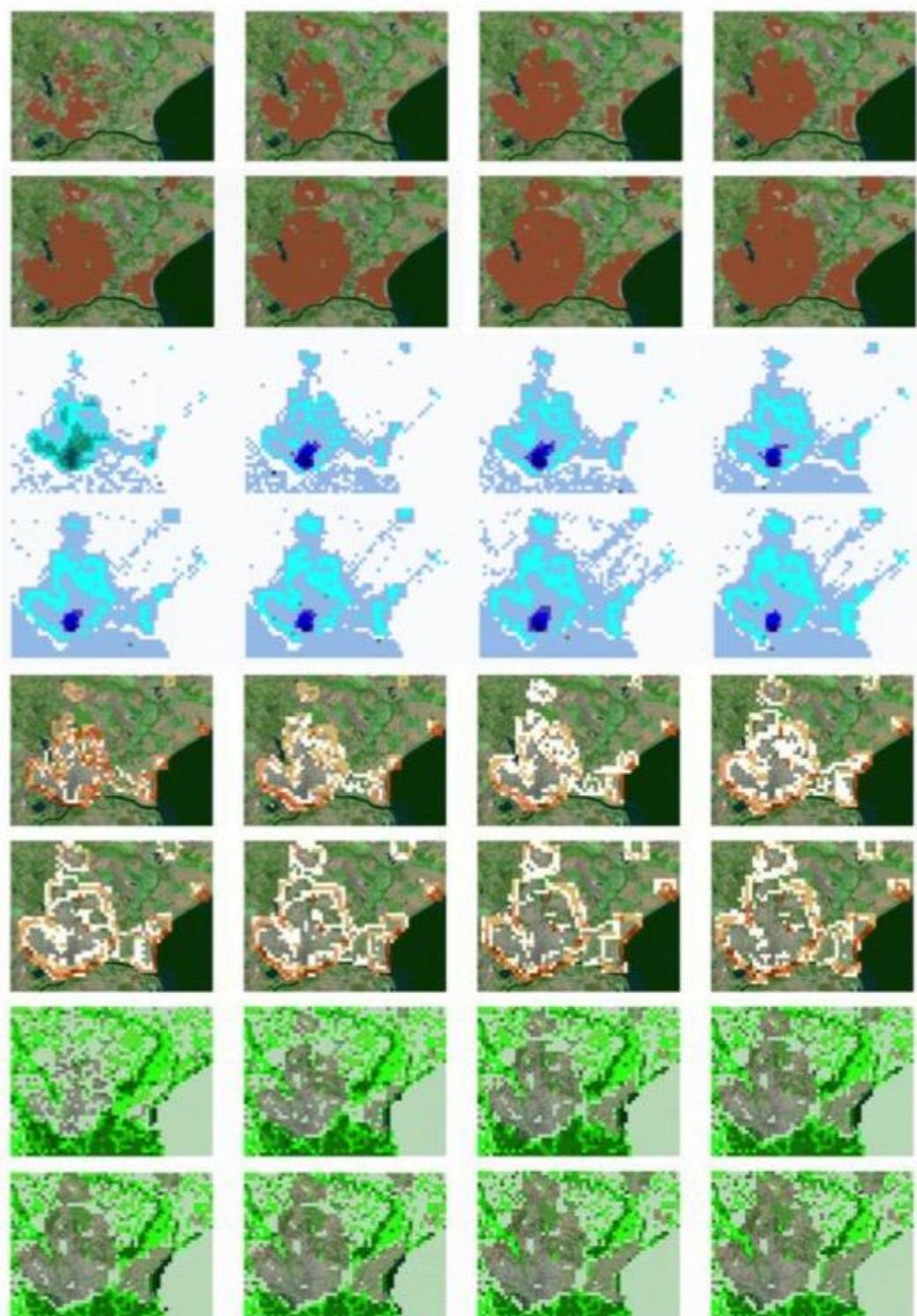


Figura 4: hipótese de velocidade de crescimento superior, mostrando oito estados do sistema, representando a evolução de: células efetivamente urbanizadas no processo de crescimento (marrom), distribuição de centralidades (azul), potencial de crescimento (bege) e fatores naturais (verde).

#### 4. CONCLUSÕES

Em um exame dos resultados das hipótese crescimento que apresentam variações de velocidade existem observações recorrentes, sendo as principais as seguintes:

1. O aumento da velocidade de crescimento implica na migração de estoques construídos para as zonas de borda, comandados por forças centrífugas; no entanto, o processo de ocupação dentro da área de expansão pode ser invertido, com as áreas mais densas acirrando o centro preexistente.

2. A paisagem natural da cidade condiciona as mudanças, juntamente com a variação da velocidade de crescimento, tornando-se possível identificar dois padrões: 2.1) no crescimento lento, menos território é convertido em solo urbano, porém a urbanização tende a não deixar vestígios da paisagem natural anterior; 2.2) no crescimento rápido, mais território é convertido em solo urbano, porém há mais probabilidade de que fragmentos naturais anteriores permaneçam.

3. Os experimentos demonstram que, no crescimento urbano, ocorre um mecanismo de *feedback* positivo no qual os espaços se distinguem de forma crescente; no entanto, quando um limite urbano é encontrado, seja natural ou institucional, ocorre um mecanismo de *feedback* negativo, com a ocorrência de problemas ambientais internos urbanos e a superação desses problemas, o que pode produzir uma auto-regulação do sistema;

4. A paisagem natural e seus atributos representam o ambiente no tempo anterior da cidade, funcionando como um campo de irregularidades que influencia o crescimento urbano de curto e longo prazos, de acordo com a intensidade que resistem à urbanização; enquanto que em curto prazo a baixa resistência natural atrai o crescimento urbano, esse processo aumenta o potencial de crescimento das áreas de maior resistência, aumentando a pressão da urbanização em um longo prazo.

No final, os resultados demonstram que a variação da velocidade de crescimento pode implicar em diferentes resultados, uma vez que o crescimento lento facilitou a consolidação dos núcleos remotos, compacidade e monocentralidade. Neste caso, a interface da área urbana com o ambiente natural apareceu com um baixo índice de ocupação, porém com tendência à eliminação integral de restos naturais. Nesse caso, a interface com o ambiente natural tornou-se contrastada com os índices de ocupação mais elevados do que no crescimento lento, embora as maiores chances de manter partes do ambiente natural.

Esses resultados questionam a idéia dominante de que o crescimento urbano rápido é o responsável pela degradação estrutural ambiental, já que o consumo seletivo de território pode alcançar resultados de integração adequados entre cidade e natureza, considerando exatamente esse crescimento rápido. Deste modo, com relação à conversão de solo não urbanizado em urbanizado, a supressão do ambiente natural pela cidade parece não ser um problema de excesso de velocidade de crescimento urbano, mas sim uma consequência do território escolhido para a urbanização ou conservação ambiental.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MCCANN Barbara A; EWING, Reid. **Medindo os efeitos na saúde da expansão.** Smart Growth America - Projeto de Política de Transporte de Superfície, 2003.
- POLIDORI, Maurício Couto. **Crescimento urbano e ambiente - Um estudo exploratório sobre as transformações e o futuro da cidade.** 2004. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS - PPGECO.
- POLIDORI, Maurício Couto e KRAFTA, Romulo. **Simulando crescimento urbano com integração de recursos naturais, urbanos e institucionais.** GeoFocus (Artículos), nº 5, p. 156-179. Espanha, Madrid. 2005.
- POLIDORI, Maurício; SARAIVA, Marcus. **Software UrbanMetrics versão 2.2.** Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/urbanmetrics/>. Pelotas: Laboratório de Urbanismo, FAUrb, UFPel, 2017.
- SILVA, Juliana Gadret; POLIDORI, Maurício Couto. **Evolução urbana e parcelamento do solo em Pelotas, RS.** Pelotas: UFPel – FAUrb, 2004.
- TIMMERMANS, Harry (Ed.). **Sistemas de apoio à decisão no planejamento urbano.** Londres: E & FN Spon, 1997. 326 p.
- TORRENS, Paul. **Como funcionam os modelos celulares de sistemas urbanos.** Londres: Casa, UCL, 2000. 68 p.

## 2. CARTOGRAFIA URBANA

## 2.1 A CIDADE GRITA: intervenções artísticas temporárias em João Pessoa-PB

Juliê Caroline dos Santos Melo<sup>1</sup>; Marcela Dimenstein<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Centro Universitário de João Pessoa – julie\_carolinejp@hotmail.com

<sup>2</sup>Centro Universitário de João Pessoa – mmarcelad@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

Este estudo faz parte de um Trabalho de Conclusão de Curso ainda em andamento, e aborda questões a respeito da relação entre arte e cidade à medida que analisa o impacto das intervenções artísticas temporárias em João Pessoa-PB. O estudo da arte urbana ocorreu por uma visão arquitetônica e urbanística, tendo em vista que o campo de Arquitetura e Urbanismo abrange não somente espaços edificados, mas também a percepção e apropriação do indivíduo sobre a cidade.

As intervenções aqui examinadas inserem-se no conceito de arte contemporânea, a qual procura sempre a aproximação com a realidade. Além de elucidar a relação dos habitantes com as cidades, este assunto adquire maior relevância uma vez que tem o potencial de manifestar a amabilidade de um local, conceituada por Adriana Fontes (2011) como a qualidade que confere significado ao espaço sem identidade à medida que estimula vínculos sociais e conexões das pessoas com o lugar.

Tomando como base o conceito de Robert Temel<sup>15</sup> explicado por Fontes (2011), o temporário está entre o efêmero e o provisório. O efêmero diz respeito a algo que, após seu curto ciclo de vida, não pode ser estendido. O provisório, por sua vez, pode estender seu breve período enquanto algo de melhor qualidade não é providenciado. Por fim, o temporário inicia com a vida curta do efêmero e pode ser estendido como o provisório, embora sem ser substituto de algo.

No mundo artístico, interferência e intervenção têm o mesmo significado e dizem respeito à toda forma de arte feita na cidade (IMBROISI; MARTINS, 1998). A explicação arquitetônica e urbanística de Fontes (2011) sobre interferência é de que se trata de uma interrupção na rotina do espaço urbano. Desta forma, esta pesquisa trata de rupturas temporárias no cotidiano do espaço urbano que, através da arte, expressam a relação do cidadão com as cidades e as pessoas.

O papel da arte urbana tem relação com o cenário recente de produção e apropriação da cidade. Paola Jacques (2005) afirma que as cidades estão cada vez mais parecidas umas com as outras. A autora explica que isto resulta da disseminação do mesmo modelo de cidade ao redor do mundo, em favor de financiadores multinacionais. Cada vez mais torna-se frequente a propagação da padronização de espaços, cultura individualista, especulação imobiliária, aumento da violência, obsessão por automóveis, e destruição ambiental

---

<sup>15</sup> No livro *Temporary Urban Spaces: Concepts for the Use of City Spaces* (2006).

(DIMENSTEIN, 2014). Em decorrência disto, as cidades tornaram-se reféns da negligência à escala humana, perda do significado do espaço urbano enquanto lugar de encontros e experiências, e disseminação desenfreada de grandes empreendimentos.

Gehl (2009) afirma que a presença de atividades pequenas, pontuais e espontâneas geram voz em meio aos espaços escassos de identidade, muito presentes no contexto atual das cidades. Dialogando com isto, Pallamin (2000) discursa sobre como o estudo da arte urbana permite a compreensão sobre as diferentes formas de apropriação da cidade.

É notável a grande presença de intervenções artísticas em João Pessoa (**Figuras 1 e 2**), cidade de atuação deste estudo. Ao primeiro olhar cabe a limitada ideia da existência de arte urbana apenas na forma de grafite e pichação. Entretanto, à medida que se comprehende a abrangência dos conceitos de arte contemporânea, é possível a identificação de outras.

**Figuras 1 e 2:** Paraíba destacada em vermelho no mapa brasileiro / João Pessoa destacada em vermelho no mapa paraibano



Fonte: Google Maps, editado pela autora, 2017.

É possível observar, na capital paraibana, tais problemáticas referentes ao processo homogeneizador e espetacularizado das cidades. Logo, investigar os efeitos da arte urbana temporária em dois bairros da cidade de João Pessoa – Tambaú e Jardim Cidade Universitária – configurou-se como principal objetivo deste resumo.

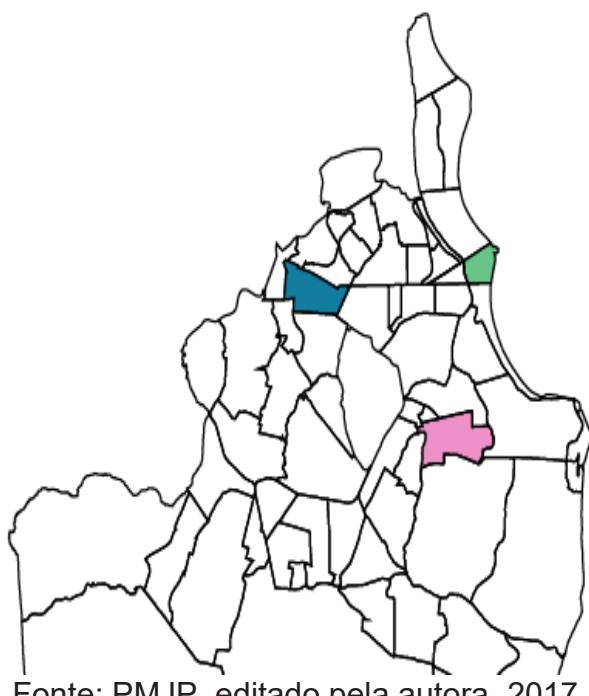
Este estudo trata das artes urbanas denominadas grafite, performance, lambe-lambe, escultura e grafite apagado – termo adicionado estritamente para este trabalho que diz respeito a obras alteradas por terceiros. É importante ressaltar que, aqui, grafite e pichação são tratados com o termo “grafite”, tendo em vista que têm a mesma natureza de expressão, além de que nem todas as intervenções são passíveis de identificação da legalidade delas – o que é um fator decisivo de diferenciação entre estes dois tipos de arte urbana. Assim também, este estudo classifica performances e *happenings* com o termo “performance”, tendo em vista que ambos têm a mesma essência de estrita relação com as artes cênicas, apenas diferenciando-se pela necessária interferência do receptor da arte, que ocorre no *happening*.

## 2. METODOLOGIA

A escolha dos bairros (**Mapa 1**) ocorreu seguindo dois critérios. Primeiramente, escolheu-se levar em conta o estudo da arte urbana em um local com constante troca de experiências, reconhecido como importante ponto de conexão entre a população de diferentes bairros. Tambaú se insere neste critério ao passo que é um dos bairros mais vivos da cidade, onde se encontram edificações residenciais, comerciais, institucionais, e espaços de entretenimento privado e público.

Por outro lado, também é preciso entender o significado das intervenções artísticas temporárias em um bairro com menor intensidade de trocas de experiências. O bairro de Jardim Cidade Universitária vai de acordo com este critério por ser mais calmo, tendo em vista que se trata de um bairro primordialmente residencial.

**Mapa 1:** Tambaú e Jardim Cidade Universitária destacados no mapa do município



Fonte: PMJP, editado pela autora, 2017.

A partir disto, a etapa inicial consistiu na caracterização da área, a fim de entender a dinâmica dos bairros e relacionar as informações deles com os dados das intervenções artísticas temporárias. Isto se deu por meio de mapeamento e observação de campo.

Após isto, foi feito o levantamento de dados das intervenções propriamente ditas. Isto foi estruturado por meio de visitas à campo, mapeamento e levantamento fotográfico. O mapeamento envolveu dados de intensidade e catalogação das artes, bem como das alterações feitas nas intervenções previamente identificadas. A medida que se observou e mapeou

as manifestações artísticas existentes, também foi analisado se a população interagia com elas e como isto aconteceu. Por fim, foi feita a compatibilização geral de todos os dados levantados e análise final da presença da arte urbana nos bairros.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a análise dos bairros foi possível constatar que enquanto o Jardim Cidade Universitária é majoritariamente ocupado por lotes residenciais, Tambaú se mostra com maior diversidade de usos. Além disto, os estudos de hierarquia viária em ambos os bairros elucidaram a relação entre a alta intensidade de fluxos e áreas com grande variedade de usos. Desta forma, as áreas de visibilidade para as intervenções artísticas temporárias, assim como as de maior incidência delas, vão de encontro com as informações citadas – encontram-se em áreas diversificadas e com grande fluxo viário. No mais, não foram encontradas relações entre as artes identificadas e os estudos de cheios e vazios.

Observou-se, no Jardim Cidade Universitária, a presença de grafite – sendo a categoria de maior incidência –, performance, lambe-lambe, escultura e grafite apagado. Além disto, é notável que há maior incidência de intervenções em áreas que permitem maior visibilidade. Assim também, a arte urbana encontrada no bairro retrata o contexto social (**Figura**) e a expressão pessoal dos artistas.

**FIGURA 3: GRAFITE NA ESCOLA ESTADUAL CAIC DAMÁSIO**



Fonte: autoria de Juliê Melo, 2017.

Seguindo o tipo de observação sistemática/não-participante, foi possível constatar as relações entre as pessoas e a arte urbana. Os pedestres não mostraram algo além de indiferença às esculturas e grafites. É possível lançar a hipótese de que a população está habituada à convivência diária com as

intervenções, e maiores interações ocorrem quando uma nova arte surge no bairro ou quando isto surge como tópico de assunto em conversas.

As únicas interações visíveis durante os dias de observação foram entre os receptores da arte e as performances, as quais se apresentam com pouca incidência no bairro. Foi possível constatar pedestres e motoristas lançando olhares e comentários sobre o desempenho dos malabaristas, e alguns motoristas deram dinheiro aos artistas por suas apresentações. Assim, foi possível notar que este bairro tem maior potencialidade para intervenções artísticas temporárias que fazem uso de interação indireta com a arte e o artista.

Por outro lado, notou-se a presença de apenas três categorias de arte temporária em Tambaú: grafite, performance e grafite apagado. Foi encontrado maior número de grafites com desenhos elaborados em Tambaú do que no Jardim Cidade Universitária – eles foram percebidos, em sua maioria, na extremidade norte, próximo a bares e ambientes com vida noturna ativa e grande público jovem. É possível lançar a hipótese de que houve estratégia para inserção destas intervenções, tendo em vista a visibilidade por parte de um público que, em maioria, é mais receptivo para este tipo de arte.

Ainda que a maior incidência encontrada tenha sido de grafites, foi possível perceber que este bairro tem maior potencialidade para intervenções que propiciem interação direta, ou seja, a performance (**Figura** ).

**FIGURA 4: PERFORMANCE MUSICAL NO COMPLEXO ALIMENTAR VARANDAS DE TAMBAÚ**



Fonte: autoria de Juliê Melo, 2017.

Assim como no Jardim Cidade Universitária, os pedestres não mostraram nada além de indiferença ao grafite. As interações visíveis foram entre a população e as performances identificadas. De início, é importante ressaltar que todos os performistas encontrados disponibilizaram uma caixa onde os pedestres poderiam depositar o dinheiro que lhes fosse conveniente

em troca da apresentação, ou pediram dinheiro após o fim da intervenção artística. As interações mais notáveis foram entre os transeuntes e as performances musical e de truques de mágica encontradas, as quais ocorreram em três dias diferentes durante o período de observação de campo.

#### 4. CONCLUSÕES

A análise da presença de intervenções artísticas temporárias nestes dois bairros permitiu melhor compreensão do impacto da arte urbana em localidades com diferentes níveis de trocas de experiências sociais na cidade.

Evidenciou-se que elas expressam a voz do artista em meio a diferentes contextos sociais, relatando suas opiniões e levando informação à todos, inclusive àqueles que não têm acesso. Também percebeu-se que a presença dessas manifestações artísticas incita a conexão entre pessoas, e entre pessoas e lugares – assim estimulando a amabilidade, mencionada na introdução deste resumo. Além disto, elas despertam identidade em espaços reféns da homogenização.

Desta forma, é possível entender a dinâmica de apropriação do espaço urbano. A medida que o arquiteto e urbanista entende as práticas sociais existentes tanto no espaço edificado quanto no livre, a probabilidade de sucesso é maior, tendo em vista que o homem é seu principal usuário. Assim, os estudos da produção da arte urbana se mostra relevante também durante o processo projetual de arquitetura e urbanismo.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCHER, M. **Arte Contemporânea**: uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

BRITTO, F. D.; JACQUES, P. B. Corpografias Urbanas: relações entre corpo e cidade. **Cadernos PPGAU UFBA: Resistências em espaços opacos**, Salvador, vol. 1, n. 5, 2007.

BRITTO, F. D; JACQUES, P. B. Corpocidade: arte enquanto micro-resistência urbana. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, vol. 21, n. 2, p. 337-349, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/2625>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

CARTAXO, Z. Ações Performáticas na Cidade: o corpo coletivo. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Arte da UnB**, Brasília, vol. 10, n. 1, p. 38-45, 2011.

CARTAXO, Z. Arte nos Espaços Públicos: a cidade como realidade. **O Perceivejo Online: Periódico do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, p.1-15, 2009.

CASTOR, D. C.; LIRA, A. H.; NEGRÃO, A. G. A periferização da cidade produzida pelo Estado: o setor sudeste de João Pessoa, Paraíba. In:

PEIXOTO, Elane Ribeiro; DERNTL, Maria Fernanda; PALAZZO, Pedro Paulo; TREVISAN, Ricardo (Orgs.) **Tempos e escalas da cidade e do urbanismo**: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Brasília, DF: Universidade Brasília- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014.

DANTO, Arthur. **Após o Fim da Arte**: arte contemporânea e os limites da história. São Paulo: Odysseus Editora, 2006.

DIMENSTEIN, M. **Experiências Urbanas de Idosos no Centro de João Pessoa**. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba.

FERREIRA, L. M. O espaço urbano como suporte para a arte. **Simpósio Nacional Sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente**, Belo Horizonte, 2005.

FERREIRA, M. L; KOPANAKIS, A. R. A cidade e a Arte: um espaço de manifestação. **Revista Tempo da Ciência**, vol. 22, n. 44, p.79-88, Toledo, 2005.

FONTES, A. S. **Intervenções Temporárias, Marcas Permanentes**: a amabilidade nos espaços coletivos de nossas cidades. 2011. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GEHL, Jan. **Cidade Para Pessoas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Estrutura do Projeto de Pesquisa. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. Cap. 4, p. 65-88.

GOMBRICH, Ernst Hans. **A História da Arte**. Rio de Janeiro: Ltc, 2000.

**História das Artes**. Margaret Imbroisi; Simone Martins. 1998. Online. Disponível em: <http://www.historiad das artes.com>.

JACQUES, P. B. Errâncias urbanas: a arte de andar pela cidade. **Arqtexto**, vol. 7, p.16-25, Porto Alegre, 2005.

JACQUES, Paola Berenstein. **Apologia da Deriva**: Escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

NASCIMENTO, João Paulo Costa do. A condição pós-moderna, de Jean-François Lyotard. In: NASCIMENTO, João Paulo Costa do. **Abordagens do**

**pós-moderno em música:** a incredulidade nas metanarrativas e o saber musical contemporâneo. São Paulo: Unesp, 2011. Cap. 1, p. 21-45.

PALLAMIN, V. M. Arte urbana como prática crítica. In: PALLAMIN, Vera M. (Org). **Cidade e Cultura:** esfera pública e transformação urbana. São Paulo: Estação Liberdade, 2002, p. 103-110.

PALLAMIN, Vera Maria. **Arte Urbana:** São Paulo: região central (1945 – 1999). São Paulo: Annablume Editora, 2000.

PEIXOTO, N. B. Intervenções urbanas. In: PEIXOTO, N. B. (Org). **Intervenções Urbanas:** arte/cidade. São Paulo: Senac São Paulo, 2012. Cap. 1, p. 18-31.

ROGERS, Richard. **Cidades Para Um Pequeno Planeta.** Barcelona: Editorial Gustavo Gill Sa, 1997.

## **2.2 A CIDADE SENSÍVEL: impacto no bem-estar por meio do sistema sensorial dos seres humanos nas feiras da orla do porto de Manaus**

**Samara Farias<sup>1</sup>**

*<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas 1 – fsamaralima@gmail.com 1*

### **1. INTRODUÇÃO**

Cada parte da cidade é produto e produtora da cultura, é repleta de formas, cores, cheiros, sons e movimentos que podem ser estimados por cada pessoa que se integra a ela, por Lynch (1997) “A cidade é altamente imaginável (evidente, legível ou visível), distinta digna de nota: convidaria o olho e ouvido a um atenção e Participação maiores”. Nesse sentido as relações na produção da paisagem urbana das feiras que compõem a Orla de Manaus trazem topofilia da percepção, atitudes, valores e compreensão dos aspectos sócios culturais extraídos do meio, um ambiente bonito ou não, pode ter outras relações ao caminhar e vivenciar este espaço.

O **corpo humano** é composto de **cinco sentidos**, a saber: a **visão**, o **olfato**, o **paladar**, a **audição** e o **tato** que fazem parte do **sistema sensorial**, e que são importantes para sentir o ambiente, responsável por enviar informações obtidas para o **sistema nervoso central**, que por sua vez, analisa e processa a informação recebida, seguindo este pensamento as relações na produção da paisagem, valores e compreensão dos aspectos geográficos extraídos do meio são conectados diretamente a percepção de cada ser humano, contudo uma análise por meio dos sons e cheiros relacionando os outros sentidos do corpo humano são pontos crucial neste estudo.

Todos os povos e civilizações possuem suas maneiras culturas que se referenciam ao espaço em que se vive ou viveu um dia. Uma das maneiras de demonstrar o que se tem na cultura e identidade são através das formas afetivas ao lugar, em que se pode observar, sentidos e sentimentos diferentes. Para refletir a relação pessoal com o lugar, é necessária uma apreciação direta de vivência no espaço, encontrando assim variadas formas de experimentar a cidade numa escala corporal feito pelos sentidos sensoriais do corpo humano ocasionando o bem-estar ou não. De acordo com os reportados por Tuan (1980) “A imagem urbana é uma para o executivo pendular e outra bem diferente para a criança sentada na escada de entrada de um bairro pobre”. Contudo uma análise por meio dos sentidos do corpo humano nos dá uma leitura de topofilia estimulando a avaliação do ambiente como é percebido e sentido.

As relações entre homens e seus lugares, tendo por objetivo de destacar a pluralidade do espaço e estrutura do mundo perceptível através das ilustrações principalmente sonora, olfativa e memorial adquiridas no espaço que também dão sentido a todos os aspectos da feiras, cultura e relações sociais. Possibilitando assim experiências do significado de lugar com o objetivo de pontuar os aspectos que impactam marcando e relacionando as dinâmicas de afetividade a partir das lembranças ou de relações já vividas, são

traços de uma sociedade que associa o barulho e o cheiro a algo, seja do dia-dia, trabalho, moradia e outros.

Esses fragmentos estruturais na inserção da paisagem geográfica nos possibilitam conhecer os valores e condições do bem-estar físico do espaço/lugar, possibilitando interagir com o mundo exterior do perceptível visualmente. Neste contexto, os sons e cheiros podem ser como agente influenciadores, causando impactos no bem-estar físico ou emocional, essas percepções dão uma dicotomia da paisagem epistemológica, ligando a momentos da vida, tornando as qualidades físicas relacionadas aos atributos de identidade e na estrutura mental diversa a cada cidadão.

## 2. METODOLOGIA

Os estudos foram desenvolvidos para aferir as lembranças obtidas através do passeio e destacando as relações com o ambiente sonoro e olfativo, como Jacques (2003) descreve “o que lhes acontece a cada momento, é hábito sob todas as formas”. Realizou-se um levantamento de informações bibliográficas para maior familiaridade com a temática, bem como dos conceitos de percepção, imaginabilidade da forma urbana, laços afetivos, cujas bases teóricas residem nas obras de Tuan (1980), Lynch (1997), Jacques (2003) e Heidegger (2012) e os demais dados foram coletados em trabalho de campo. Foi utilizada câmera fotográfica para aferir a realidade visual do lugar, criado mapa mental e anotações de experiências vistas ao longo do campo como elemento essencial da pesquisa.

Ao caminhar pelo percurso de Mercado Adolpho Lisboa, seguindo Feira Manaus Moderna, ao lado encontra-se Feira da Banana envolta da Orla do porto de Manaus, foi realizada observações pessoais, conversas com os comerciantes para entender qual a percepção deles, realizou-se também conversas informais com alguns usuários encontrados no durante o passeio introduzindo a ideia do plano afetivo na composição dos espaços urbanos mediante aos sons e cheiros, a partir do conceito de percepção de mundo na imaginabilidade parar e sentir de outra maneira, e esclarecer os significados e lembranças diversificados, formando, assim, uma cartografia daquele lugar através da experiência. Manaus Moderna, teve início como percurso o Mercado Adolpho Lisboa, seguindo Feira Manaus Moderna ao lado, Feira da Banana e Orla Manaus Moderna.

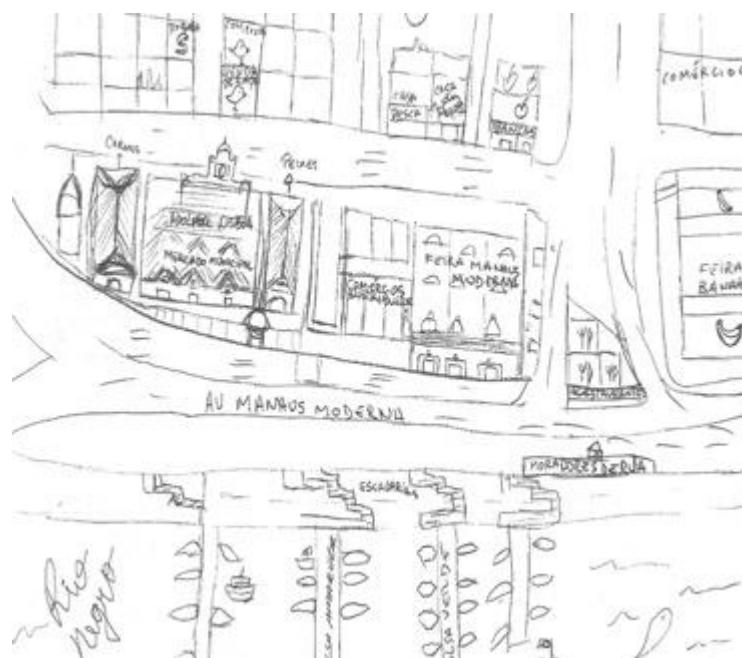


Figura 1: Mapa Mental da área de estudo, localizando as feiras da Orla de Manaus.  
Fonte: SANTOS, A. J. L., 2016.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Uma vez que a formação da imagem é um processo interativo, entre o observador e o objeto, pode-se analisar em prática as relações das pessoas com os lugares, destacando um tipo de cartografia urbana realizada pelo corpo, demonstrando sentimentos topofólicos, em que para cada um tem significado diferente, sendo de liberdade pela afetividade. A topofilia pode assumir assim muitas formas, variando em amplitude emocional e intensidade, as relações na produção da paisagem, valores e compreensão dos aspectos geográficos extraídos do meio, formam uma apreciação por meio dos sons e cheiros relacionando os outros sentidos do corpo humano, como disse Heidegger (2012) “Entre o pensamento e a poesia há um parentesco porque ambos usam o serviço da linguagem e progridem com ela. Contudo, entre os dois persiste ao mesmo tempo um abismo profundo, pois moram em cumes separados”. Conforme as experiências obtidas são importantes pontuar os aspectos das feiras que se destacam com dinâmicas de afetividade a partir das lembranças vividas.

Ao caminhar foi perceptível comerciantes fazendo demonstrações dos seus produtos na qual explana sons e alguns remetem a lembranças, de acordo com relatos de usuários e comerciantes, que podem ser agradáveis ou não. Como destaca Tuan (1980) “O meio ambiente pode não ser a causa direta da topofilia, mas fornece o estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá forma às nossas alegrias e ideias”. Um exemplo bem regional que podemos destacar é dos indígenas que por meio de seus conhecimentos vernaculares do espaço vivido, procuravam explicar o que observavam através

do comportamento da natureza em relação as estações do ano, os fenômenos naturais e suas atividades relacionadas a essa dinâmica natural. Atingindo toda sua força de expressão, por meio da tensão entre a memória e a palavra, entre mímica e música. O conjunto de entendimentos, interpretações e significados faz parte de uma complexidade cultural que envolve linguagem, sistemas de afetividades e classificação, maneiras de usar e reconhecimento.

Os objetos “ocultos” são totalmente diferentes do que foi mencionado nas entrevistas, porem “O meio ambiente pode não ser a causa direta da topofilia, mas fornece o estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá forma as nossas alegrias e ideias” Tuan (1980).

Considerando as respostas das diversas idades alguns sons lembram coisas iguais ou totalmente avessos como é de exemplo o som 1 que o pensamento do adolescente está mais para violência, é o mundo que ele está inserido, cada vez tem se tornando pior, enquanto para um idoso foi relacionado ao animal tranquilo na natureza, paisagem bonita creio eu, que ele deve ter imaginado, fazendo assim O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro pensamento e desejamos o outro. Essas respostas podemos relacionar no que diz Tuan (1980) as experiências que tem conotação de passividade, que provoca a capacidade de aprender a partir da própria vivência. Ter experiências é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência. O que pode ser conhecido é uma realidade que é um constructo da experiência, uma criação de sentimento e pensamento.

De acordo com Lynch “O observador sensível e familiarizado poderia absorver novos impactos sensoriais sem ruptura de sua imagem básica”, ao ouvir os sons e sentir os cheiros, alguns aspectos perceptíveis se ampliaram rapidamente causando reações no bem-estar físico, geradas a aspectos das relações sociais e de conflitos espaciais não somente para as pessoas que trabalham, mas para quem visita o lugar rapidamente. Tuan (2012) comenta também que o odor tem o poder de evocar lembranças, de cenas passadas e outros momentos. Isso foi percebido, onde vários cheiros de ervas trouxeram lembranças aos usuários, o cheiro dos peixes também foi presenciado mal-estar de uma pessoa ao passar por aquele pavimento da feira.

A voz e o toque de tambor seguem tempos diferentes e ambos são percebidos de modo independente ao buscar uma analogia musical que nos seja própria, Lynch (1997) menciona. Ampliar e profundar nossa percepção do ambiente é dar continuidade ao desenvolvimento biológico e cultural de nosso corpo, sentidos nessa comunicação simbólica quanto ao lugar. Foi exatamente esta experiência que foi buscada ao sentir o espaço, ouvir diversos sons e sentir variados cheiros no decorrer do caminhar nas feiras da Orla de Manaus. Estudar a vida cotidiana seria uma tarefa ridícula, e condenada se tal proposta não fosse para transformá-la segundo Jacques (2003). Então o lugar é transformador ao ser estudado, é possível de uma percepção de escala em outros sentidos.

Essas relações Tuan (2012) diz, que sensibilidade auditiva tem como informações que ajudam a auxiliar informações do lugar e compreensão da realidade humana, ele destaca que a grande importância da audição, então os

sons e cheiros podem ser agentes influenciadores, e se ligam a outros momentos da vida. E o ser humano tem essa necessidade de se encontrar no espaço, como expõe Heidegger (2012), “As modalidades de acesso e interpretação devem ser escolhidas de modo que esse ente possa mostrar-se em si mesmo e por si mesmo”.

#### 4. CONCLUSÕES

O resultado deste trabalho indiciou que as experiências que formam o significado de lugar, impactam e marcam o relacionamento e as dinâmicas a partir das relações já vividas, sendo traço de uma sociedade que associa barulhos, cheiros, a algo do dia-dia, cultura, sentimentos, moradia e outros. Esses fragmentos estruturais presentes na inserção da paisagem geográfica nos possibilitaram conhecer os valores e condições do bem-estar físico das pessoas, que por sua vez pode ser bom ou ruim, possibilitando assim correlacionar e interagir ao mundo exterior. Todos esses sistemas sensoriais penduram na memória, contrastando a percepção do lugar a outros lugares, fazendo associações que podem irritar ou recordar algo bom, ganhando outro contexto na cidade.

A cidade torna-se uma projeção da sociedade sobre um espaço, a partir desse raciocínio Lefebvre (1991) conclui que o espaço traduz um conjunto de diferenças ou seja, é o lócus de coexistência da pluralidade e das simultaneidades de padrões, de maneiras de viver a vida urbana. Ampliar e aprofundar nossa percepção do ambiente é dar continuidade aos instintos biológicos e cultural no que torna extremamente importante para o melhor conhecimento. Portanto, os sentidos são agentes norteadores, e causam impactos no bem-estar físico ou emocional, reportados por Heidegger (2012) “Nunca chegamos aos pensamentos. São eles que vêm”. Assim, os sentidos aguçados no caminhar nas Feiras influenciam nessa dicotomia da paisagem epistemológica, ligando a momentos da vida e às qualidades físicas relacionadas aos atributos de identidade, além da estrutura mental diversa de cada cidadão.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRITTO, F. D. JACQUES, P. B. **Cenografias e Corpografias urbanas: um diálogo sobre as relações entre corpo e cidade.** Cadernos PPG-AU/UFBA. Vol 7, edição especial (2008) – Paisagens do Corpo.
- HEIDEGGER, M. **Os Problemas Fundamentais da Fenomenologia.** Ed: Vozes, 2012.
- JACQUES, P. B. **Apologia da deriva – Escritos Situacionistas sobre a cidade.** Editora: Casa da Palavra – Rio de Janeiro, 2003.
- LYNCH, K. **A Imagem da cidade.** Ed: Martins, São Paulo, 1997.

**TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Tradução: Lívia de Oliveira: Eduel, 2012.

## 2.3 APP+SAÚDE: aplicativo georreferenciado para auxílio a gestão pública e social

Natália Lohmann D' Ávila<sup>1</sup>; Eduardo Rocha<sup>2</sup>;  
Juan Manuel Diez Tetamanti<sup>3</sup>; Glauco Roberto Munsberg dos Santos<sup>4</sup>; Aline  
dos Santos Neutzling<sup>5</sup> Vinicius Dias de Paula<sup>6</sup>

<sup>1</sup> FAUrb/UFPel – nathyloh@hotmail.com

<sup>2</sup> PROGRAU/UFPel – amigodudu@yahoo.com.br

<sup>3</sup>Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco – jmdiezte@gmail.com

<sup>4</sup> PPGC/UFPel – glaucomunsberg@gmail.com

<sup>5</sup> PNPD/UFPel – neutzling@live.de

<sup>6</sup> FAUrb/UFPel – viniciussdias-rs@hotmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

O projeto APP+Saúde tem como objetivo ampliar e qualificar o acesso à serviços de saúde pública de pessoas que vivem em comunidades rurais e áreas vulneráveis. Para possibilitar tal ação, partiu-se da ideia da criação de um sistema de aplicativo para tablet e celular para a coleta e controle dos dados das comunidades. Esse vem para facilitar o processo realizado pelos agentes de saúde, que hoje é feito através de papel, e para possibilitar que a própria população o acesse e preencha seus dados. Inicialmente sendo trabalhado nas cidades de Pelotas, Brasil e Comodo Rivadavia, Patagônia Argentina, para posteriormente ampliar o projeto a nível estadual ou nacional.

O projeto é uma parceria entre a UFPel – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e a *Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco* (UNPSJB), que realiza a sete anos estudos na área do uso de programas e técnicas de georreferenciamento (TETAMANTI, 2014) que auxiliam a saúde pública local. Esse projeto engloba diversos cursos, como: Arquitetura e Urbanismo, Geografia, Engenharia de Computação e Gestão Ambiental, entre outros, promovendo uma grande interdisciplinaridade e intercâmbio de conhecimentos.

### 2. METODOLOGIA

A metodologia vem sendo desenvolvida através de 8 atividades teórico-práticas, sendo elas: Revisão Bibliográfica, onde buscou-se o reconhecimento de trabalhos dirigidos ao uso de georreferenciamento em auxílio a saúde pública, como os trabalhos de uso de SIGs para a construção do mapa da saúde em cidades paranaenses (MANOEL, 2010 e LISBOA MULLER, CUBAS e CORDEIRO, 2010); Estudo de caso do trabalho em andamento realizado pelo Instituto de Investigações Geográficas da Patagônia; Reconhecimento e avaliação de sistemas de visualização e manipulação de mapas georreferenciados disponíveis como APP; Desenvolvimento de um software

tipo APP de caráter interativo, colaborativo e online (LOWDERMILK, 2013) que auxilie o armazenamento de dados de uma determinada região e facilite a logística local de saúde pública; Teste do aplicativo nas cidades de Pelotas, RS, Brasil e Comodoro Rivadavia, Chubut, Argentina, e posterior comparação entre o uso do mesmo nas diferentes regiões; Criação de um tutorial de uso para o aplicativo, tanto para a população como para os agentes de saúde; Divulgação do APP através de diversas plataformas, como página do facebook e site; Transferência do resultado aos órgãos públicos interessados na aplicabilidade.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Utilizando-se do geoprocessamento, processo que auxilia a logística da disponibilização de recursos oferecidos pelos órgãos de saúde pública de um determinado local, notou-se a necessidade de se produzir um aplicativo - para tablet e celular por serem ferramentas, em geral, de fácil acesso à população. Atualmente os agentes de saúde de ambos os países atuam utilizando formulários em papel, que são preenchidos à mão e contém diversas informações sobre cada família de uma determinada região, com esse método muitas informações são perdidas e não sistematizadas. Então o processo digital é uma forma de atualizar e qualificar esse trabalho.

Para o desenvolvimento deste projeto foram necessárias diversas reuniões entre a equipe brasileira e a equipe argentina com profissionais da área da saúde a fim de que fosse desenvolvido um aplicativo capaz de atender às políticas públicas de saúde em ambos os países. Através da análise da "planilha da família", utilizada na Argentina e do "Sistema Único de Saúde - Atenção Básica; Programa Nacional de Controle da Dengue; Programa de Controle da Doença de Chagas e; programas municipais" utilizados no Brasil, fez-se uma combinação das informações obtidas e gerou-se um questionário com 210 perguntas, relativas à aspectos ambientais, programas habitacionais, sociais, pessoais e familiares. Logo, após revisão reduziu-se esse número para 177.

A troca de informações que se dá em função de ser um projeto binacional é de extrema importância para o desenvolvimento do projeto, pois é possível aprender com as diferenças entre as metodologias realizadas pelas diferentes universidades, que possuem relações distintas entre os representantes governamentais da área da saúde pública e a comunidade universitária, além de um diferente cenário quanto à organização cultural e social. Esse é um dos motivos pelo desenvolvimento do projeto na Argentina e no Brasil andarem em etapas diferentes. Por exemplo, na Argentina as reuniões feitas foram diretamente com os agentes de saúde, enquanto no Brasil, ao tentar marcar uma reunião é necessário passar por supervisores, e para obter permissão para a participação dos agentes é necessário um aval de

Porto Alegre ou Brasília, e em função da grande burocracia, e da demora para marcar as reuniões não se conseguiu falar com os agentes.

Dentre as reuniões feitas na Argentina ocorreu uma análise do teste da identidade visual do aplicativo (Figura 1 e 2), que resultou em uma discussão sobre diversos temas relacionados à esse. Por exemplo, foi analisado que o agente de saúde tem um código para algumas doenças, como HIV, sífilis e hepatite, pois ainda há um preconceito relacionado à elas. Nesse caso, a pessoa que responde as questões do agente não se sente confortável, se ela for portadora de algumas destas doenças, ao ver o preenchimento destes dados em seu formulário. Portanto, houveram algumas modificações importantes na versão inicial da identidade visual do APP, onde foi retirado o nome de algumas doenças das telas e foram substituídos pelo seu código.

Para poder ser utilizado plenamente em mais de um país o aplicativo foi desenvolvido em duas línguas, se baixado no Brasil ele será carregado em português e em países que a língua oficial é o espanhol, como a Argentina, o aplicativo é carregado automaticamente em espanhol.

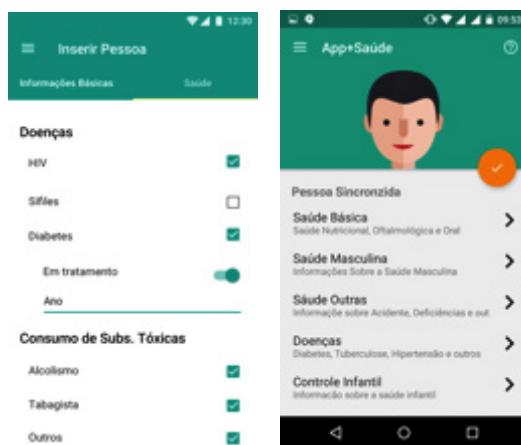


Figura 1 e 2: À esquerda a Tela do Aplicativo que foi criticada em reunião e depois alterada. À direita Tela do Aplicativo atual já alterada com as modificações indicadas. Fonte: Arquivo dos Autores.

#### 4. CONCLUSÕES

Facilitar a gestão da saúde comunitária através de um controle georreferenciado e promover tarefas de prevenção e constante monitoramento em questões sanitárias, permite expandir as possibilidades de atendimento e cobertura à saúde, principalmente em áreas rurais ou de vulnerabilidade social. A articulação de mapas com conteúdos sociais e o cruzamento de dados levantados pelos agentes de saúde permitirão a sua atuação com maior eficácia. Pode-se usar como exemplo as enfermidades causadas pela precariedade da moradia, onde serão identificadas através das recorrências em problemas sanitários, climáticos e ambientais, e através dessas informações poderá ser previsto investimentos na infraestrutura do local. Sendo assim, a

função do APP+Saúde, além de permitir que os órgãos do governo identifiquem e tratem doenças de acordo com a sua área de maior frequência, também possibilita a sua prevenção, através de melhorias básicas na qualidade de vida da população.

A produção do protótipo do aplicativo já foi desenvolvido, maiores informações sobre esse estão disponíveis no site <http://appsaude.wixsite.com/argbr>, juntamente com o seu download e tutorial de uso. A estimativa do projeto é de que a fase de testes ocorra até o final do ano de 2017, passando pelas adequações necessárias para que possa então ser utilizado pelos agentes de saúde em ambos os países. Na Argentina a utilização desse aplicativo está em processo de transferência, passando a sua gestão da universidade (UNPSJB) para o Governo da Província de Chubut. Enquanto no Brasil, o seu uso pelos agentes vem sofrendo algumas dificuldades devido à grande burocracia do país.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITOS, N. **Ámbito profesional y mundo del trabajo. Políticas sociales y trabajo social en los noventa.** Buenos Aires: Editorial Espacio, 2006.

LISBOA MÜLLER I, CUBAS I, CORDEIRO BASTOS. **Georreferenciamento como instrumento.** Georreferenciamento de gestão em unidade de saúde da família. En: Rev. Bras. Enferm. Brasília, 2010 nov-dez, 6.

MANOEL, A. F. **Uso de geotecnologia para construção do mapa da área 600 da unidade de saúde.** Santos Andrade em Curitiba (PR). Em Anais da VI Semana Acadêmica de Geografia da UFPR, 2010.

LOWDERMILK, T. **Design Centrado no Usuário: um guia para o desenvolvimento de aplicativos amigáveis.** São Paulo: Novatec, 2013.

TETAMANTI, J. M. D. **Hacia una geografía comunitaria: abordajes desde cartografía social y sistemas de información geográfica.** Comodoro Rivadavia: Universitaria de la Patagonia/EDUPA, 2014.

PAULA, V.D.D.; ÁVILA, N.L.D.; CASTRO, J.H.P.; SANTOS, G.R.M.D.; ROCHA, E. APP+Saúde: Sistema georreferenciado e comunitário para a gestão, mobilidade e acessibilidade a saúde. In: **SEGUNDA SEMANA INTEGRADA DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO UFPEL**, Pelotas, 2016. CEC 2016: Congresso de extensão e cultura, Pelotas: UFPEL – Faculdade de arquitetura e Urbanismo, 2016. v.3. p. 148.

### 2.4 ARQUITETURA E DANÇA: cartografia e processo de composição

Taís Beltrame dos Santos<sup>1</sup>; Humberto Levy de Souza<sup>2</sup>; Debora Souto Allemand<sup>3</sup>

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – tais.beltrame@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – levyarqui@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – deborallemand@hotmail.com*

## 1. INTRODUÇÃO

Entendendo que os deslocamentos que o corpo faz por uma cidade é permeado de infinitas ocasiões. Essas, são permeadas por qualidades espaciais e temporais que nos atingem a todo momento, de forma direta ou indireta. Enquanto criadoras – arquitetas, urbanistas e artistas -, temos a possibilidade de entender-las e incluí-las no processo de criação, ou somente ignorá-las. O resumo, objetiva apresentar o processo de composição em dança através da cartografia do corpo, que se dá, nesse caso, justamente na observação e compreensão dessas referências sugeridas pela cidade e pelos corpos que qualificam ela.

A pesquisa apresentada aqui foi iniciada na disciplina de expressão corporal, cadeira do curso de graduação em Dança-licenciatura da UFPel, a qual cursei como aluna especial. A proposta principal da matéria baseou-se na produção de sequências coreográficas através de estímulos exteriores, que propunham o reconhecimento da dança como expressão do corpo no espaço urbano. Como uma forma de compreender melhor o processo empírico, buscou-se teorias que pudessem amparar o que foi observado.

Usa-se como base do processo, a expressão síntese definida por Paola Jaques (2008) como corpografia urbana. A corpografia é, segundo Paola, uma cartografia corporal (ou corpo-cartografia), onde a experiência do corpo pela paisagem urbana é inscrita, em diversas escalas de temporalidade, mesmo que involuntariamente. Partindo desse pressuposto, a ressignificação da realidade que atinge o corpo, enquanto processo de criação, pode ser identificada como parte dos movimentos criados por esse mesmo corpo, e é desse conceito que se baseia a técnica de composição.

## 2. METODOLOGIA

Compor através de corpografias é imergir em um ambiente e se dispor. É necessário associar diferentes inquietações de uma forma contínua. E permitir que o corpo seja interseccionado pelos espaços, como uma forma de compreender a urbanidade. Durante o processo, considerou-se que os condicionantes físicos e temporais são qualidades de um lugar, e esses nos afetam. Assimilou-se o modo como nos colocamos a perceber esses condicionantes e a entender que esses não são suscitados somente pelo recorte a qual estamos inseridos, mas compõem a cidade.

Após apreender a linguagem urbana em um recorte de tempo/espaço, as divagações e observações feitas, foram relatados em um diário de processo.

Esse, foi usado como uma forma de expressar em palavras e linhas, as sensações e movimentos estimulados enquanto experimentação. Vale lembrar que os movimentos observados foram testados e ensaiados enquanto dinâmicas para então se tornarem composição. E, através das ressalvas e limitantes impostos, novos elementos e alternativas foram dispostos. Segundo OSTROWER (1977) são essas impossibilidades que oportunizam a criação de novas direções. E resultam assim, em um objeto mais ou menos complexo, que desperta um nível maior ou menor de interesse naquele que expecta.

A dança se colocou, a todo momento, como uma ferramenta de análise, justamente por possuir a capacidade de explorar e expressar, por meio do corpo, as diversas proporções que as escalas apresentam. O corpo, na coreografia sequenciada, aparece como uma alusão dessas realidades pertinentes a reinvenção da cidade. Podendo ser suave, ou exagerado. Podendo expressar felicidade ou raiva. E brincando, com essas proporções de leitura, que podem ou não destacar alguns elementos. Reunindo assim, a multiplicidade formal, que encontramos ao caminhar, e perceber.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de sermos criadores, somos produtores de resistência, que encontram nos desdobramentos cotidianos as sensibilidades e os pormenores para refletir e compor. Somos corpos, segundo PIRES (2007), vinculados aos fluxos e contra fluxos, que a todo momento reagem e expõem as contradições presentes no meio urbano. Somos campos, batalhas e confrontamentos coletivos. Somos, uma malha, de corpos individuais, composta.

O processo de observação, que procura entender as correlações entre crítica e possibilidade, dentro de uma leitura do já existente predispõe a cidade como um catálogo aberto e abstrato, onde as vivências e percursos progressos dos próprios compositores, são qualificadores para interpretar e compor a sequência coreográfica. Se retormarmos a coreografia gerada como resultado, o corpo aparece como uma alusão das realidades pertinentes a reinvenção da cidade. Podendo ser suave, ou exagerado. Podendo expressar felicidade ou raiva. E brincando, com essas proporções de leitura, que podem ou não destacar alguns elementos. Reunindo assim, a multiplicidade formal, que encontramos ao caminhar, e perceber. O corpo, quando personagem máquina, é rotina: acorda, trabalha, dorme. Acorda, faz, dorme. E prende-se a redundância, condicionada à necessidade de sobrevivência e acesso no/ao meio urbano

Se considerarmos a dança, e a observação da linguagem corporal de transeuntes, teremos que escolher algumas pessoas que se destaquem. Esse será o recorte, como para, por exemplo definir máscaras. Ou ainda perceber os movimentos que revelam mais significativamente a expressão dessas pessoas. E então passaremos a explorar somente esses movimentos e abstraí-los, de forma a incorporar novas expressões a uma sequência coreográfica. Já na arquitetura, a linguagem visual concreta, por exemplo, se destacará. Se formos fazer uma análise de entorno, algumas edificações representarão de melhor

forma a ambência, e serão essas que servirão como resguardo para a nova composição, de modo a projetar algo que dialogue com o entorno eminente e os estilos que o caracterizam.

A cidade, portanto, não só deixará de ser cenário, mas segundo Paola Jaques (2008), ganhará corpo a partir do momento em que será praticada. Se tornará “outro” corpo. Dessa relação entre o corpo do cidadão e esse “outro corpo urbano”, poderá surgir uma nova forma de apreensão urbana e, consequentemente, de reflexão e de intervenção na própria cidade. A interpretação que se intenciona não seguramente será alcançada. Não é possível que um movimento represente a cidade, muito embora possa fazer alusão a ela. E mesmo que se relate o objetivo que se teve ao propor uma composição, as correlações feitas serão referentes a memórias pessoais.

Portanto, encontramos em toda intervenção um campo aberto e não controlável de experimentações, onde, continuamente, o autor da intervenção e os espectadores, estarão produzindo e absorvendo sensações. Mesmo uma construção arquitetônica, inerte e materializada, participa de contínuas apropriações e ressignificações. A cidade é, portanto, um fluxo contínuo de relações e leituras coreográficas, e os produtos, tanto da bailarina, como da arquiteta, serão sempre lidos de formas específicas por cada leitor, muito embora ambos conjuntos de experimentos, tenham tempos e durabilidade diferentes.

#### 4. CONCLUSÕES

Os atos de criar, tanto na dança, como na arquitetura, se aproximam por serem possibilidades. Ambos os campos podem partir do observar para compor. Os dois partem da lógica de estruturação e desestruturação enquanto elaboração dos seus produtos. Buscando, fundamentalmente, no corpo a referência primordial de escala. Possuem técnicas de composição, que aliadas as referências já reconhecidas em cada campo, instruem o compositor a ressaltar uma ou outra parte.

O projetar, tanto arquitetura como dança, é, portanto, entender o que se pretende. É partir do princípio de que tudo já foi inventado, e que, para produzir algo, que se assemelha a novidade, precisamos reativar os procedimentos de composição. E nesse ponto que se encaixa a resistência. Em encontrar, nos não-lugares e não-processos as brechas para intervir no que se apresenta como verdade absoluta. É repensar os espaços, para questionar o que está todo tempo sendo reproduzido. Repensar as possibilidades e ampliá-las, acreditar que as coisas não precisam ser da forma que são. Tudo é mutável. Tudo que está na cidade, é cidade. E tudo pode desencadear uma composição. Basta querer compor.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livro

SILVA, C. P. D. A.; ALLEMAND, D. S. **Extremo interno: um processo criativo a partir do cotidiano.** XXV CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTIFICA. Anais...Pelotas: 2016.

DELEUZE, G. **Conversações.** São Paulo: 34 Ltda, 1992.

FREIRE, C. **Além dos mapas, os monumentos no imaginário urbano contemporâneo.** São Paulo: FAPESP-SP, 1978.

LOBO, Lenora; NAVAS, Cássia. **Teatro do Movimento: um método para o intérprete criador.** 2 ed. Brasília: LGE Editora, 2007.

LOUPE LAURENCE. **Poética da dança contemporânea.** Lisboa: ORFEU NEGRO, 2012.

LYNCH, K. **A imagem da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

OSTROWER, F. **Criatividade e processos de criação.** 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

PALLASMAA, J. **A imagem corporificada.** Porto Alegre: Bookman, 2013.

PIRES, E. **Cidade Ocupada.** 361. ed. Rio de Janeiro: Tramas Urbanas, 2007.

### Capítulo de livro

CASTRO, I. E. DE. O problema da escala. In: **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: bertrand Brasil, 1995. p. 117–140.

### Artigo

BRITTO, F. D.; JACQUES, P. B. Cenografias e corpografias urbanas: um diálogo sobre as relações entre corpo e cidade. **Cadernos UFBA Paisagens do Corpo**, v. 7, p. 79–86, 2008.

GARCÉS H., A.; HERNÁNDEZ, C.; IMILAN, W. A. Antropologías urbanas en Latinoamérica: De objetos, territorios y movimientos. **AIBR: Revista de Antropología Iberoamericana**, v. 3, n. 3, p. 327–331, 2008.

HELLER, A. A. A experiência do compor. In: **Tubo de Ensaio - Composição.** 1. ed. Florianópolis: Instituto Meyer Filho, 2014. p. 41–47.

### Resumo de Evento

JACQUES, P. B. Corpografias Urbanas. **IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, p. 1–13, 2008.

SILVA, C. P. D. A.; ALLEMAND, D. S. Extremo interno: um processo criativo a partir do cotidiano. **XXV CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTIFICA.** Anais...Pelotas: 2016

## 2.5 CARTOGRAFANDO AS FEIRAS DAS PULGAS

Rafaela Barros de Pinho<sup>1</sup>; Eduardo Rocha<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – rafaelaapinho@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas– amigodudu@yahoo.com

### 1. INTRODUÇÃO

As feiras sempre tiveram uma importância muito grande, não só no papel comercial das cidades, mas também em questões de espaço, cultura e trocas sociais, devido a isto, a investigação dedica-se a descobrir os aspectos sociais e a intervenção no espaço público das feiras das pulgas que ocupam de forma efêmera e atemporal as cidades. As feiras das pulgas são uma espécie de intervenção urbana no espaço público adaptável e aceitável (domesticidade), sendo uma ferramenta fundamental na variedade, movimento e experiência das cidades.

Foram experimentadas através do método da cartografia – uma aproximação sensível do território - , feiras das pulgas localizadas no sul da América do Sul – uma brasileira, uma uruguaia e uma argentina – das seguintes cidades: Curitiba, no Brasil ; Buenos Aires, na Argentina e; Montevidéu, no Uruguai (fig. 1). Tendo em comum suas mercadorias (bens antigos, usados, artísticos e de fabricação artesanal), sua ocupação em espaços públicos, a periodicidade de montagem (dias específicos da semana e horários) e já fazem parte da identidade cultural das cidades estudadas.



FIGURA 10: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS FEIRAS ESTUDADAS NA AMÉRICA DO SUL. FONTE: [HTTP://MAPS.GOOGLE.COM.BR/](http://maps.google.com.br/)  
EDITADO PELA AUTORA.

Na contemporaneidade, as feiras têm diversificado ao máximo possível o seu lastro de comércio, hoje, em quase todas as cidades de interior e alguns bairros de metrópoles, existe uma feira livre de comércio em dias determinados, para as pessoas comprarem e venderem as mais diversas mercadorias, desde produtos sofisticados até mínimas coisas que a classe mais pobre precisa; são momentos onde todos, independentemente de sexo, cor ou religião, aproveitam como momento de lazer e distração.

O espaço público – podendo aqui pensar também nas feiras - a partir do interesse de “qualificação” por muitas vezes acaba imerso na lógica institucional, e assim, passa a ser normatizado, homogeneizado – contrário do que seria sua heterogeneidade – de local de expressão, de manifestação, de todos; e acaba então, sendo pensando para poucos.

Sendo assim, a feira é, reconhecidamente, um espaço – um mundo – de percepções, sentidos e interações, no qual redes de sociabilidades e culturas são tecidas, por feirantes e fregueses, sujeitos sociais que se constroem trocando produtos, saberes, fazeres, estratégias de comprar e vender, enfim, realizam a feira e constroem sua história.

Acredita-se no espaço público, como potência para a experiência; e vê-se nas feiras das pulgas, um acontecimento que leva as pessoas a aproveitarem estes espaços, que fazem parte das suas cidades e que as pertencem. As feiras das pulgas a partir dessa ocupação do espaço público, semi público e as vezes privado, está incluída no que chamamos contemporaneamente nas teorias da cidade como uma cena para-formal<sup>16</sup>.

As feiras das pulgas – que podemos aqui considerar um grande conjunto para-formal – são potentes experiências urbanas, pois são dispositivos capazes de produzir alteridade na cidade – hospitalidade e hostilidade. Através de trocas materiais ou culturais, as feiras das pulgas mudam o espaço público, dão vida ao lugar, resistem e profanam o sagrado (a cidade consagrada pelo poder público).

## 2. METODOLOGIA

Principal método utilizado nesse processo de pesquisa é a cartografia, conceito trazido pelos filósofos da diferença Gilles Deleuze e Felix Guatarri (1997). Esse método procura percorrer a cidade em busca da diferença, de cenários não marcados no mapa habitual das cidades, como as feiras das pulgas; a cartografia não se configura como um método tradicional, é uma maneira de proceder que pode admitir as modificações temporais no espaço e busca mediar a experiência corporal do pesquisador, usuários com as feiras das pulgas. Um método dinâmico, constituído de infinitas linhas que se cruzam, de dobras, desdobras, de territórios, desterritórios e retterritórios(PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009).

A cartografia a partir da experiência de aproximação com a cidade – feira das pulgas – passa a ser percebida em um mapa vivido, no qual o território não está representado como um substrato mineral contínuo, nem estável, mas sim como inter-relações de configurações múltiplas, reversíveis, que acabam por não compartilhar de um mesmo quadro temporal (KOOLHAAS, 2000).

---

<sup>16</sup> O para-formal referido nesse ensaio encontra-se no cruzamento do formal (formado) e do informal (em formação), são todas as atividades (comerciais, culturais, moradia, lazer, mistas, etc.) encontradas nos espaços abertos e públicos da cidade, que não fazem parte de seu desenho urbano original, mas que agora – na contemporaneidade – fazem parte do seu cotidiano.

Se busca a perspectiva contemporânea de experimentar um lugar, com olhares laterais, pelas frestas, que tendem a diminuir a distância entre o observador e o observado, habilitando, assim, uma espécie de mediação subjetiva e circunstancial durante a aproximação ao território cartografado

Como um dispositivo sensível, o corpo é o sujeito capaz de apreender e se relacionar com a cidade através de suas experiências; optou-se então pela abordagem através da corpografia, para uma aproximação humana do território, experimentar e interagir com a cidade com objetivo de reunir percepções mais próximas da realidade.

É uma experiência que se faz deixando marcas tanto no corpo quanto na cidade, ao que se chama de corpografia urbana (JACQUES; BRITO, 2008), estudo no qual se alia esta pesquisa e que permite a leitura do ambiente urbano a partir da experiência do corpo no seu espaço próprio de deslocamento e vivência cotidiana – a cidade.

As corpografias urbanas, que seriam estas cartografias da vida urbana inscritas no corpo do próprio habitante, revelam ou denunciam o que o projeto urbano exclui, pois mostram tudo o que escapa ao projeto tradicional, explicitando as micropráticas cotidianas do espaço vivido, as apropriações diversas do espaço urbano que não são percebidas pelas disciplinas urbanísticas hegemônicas [...] mas que não estão, ou melhor, não deveriam estar, fora do seu campo de ação (JACQUES; BRITO, 2008, p.183).

Os praticantes da cidade, como os errantes, realmente experimentam os espaços quando os percorrem e, assim lhe dão “corpo” pela simples ação de percorre-los, denunciando e resistindo a cidade contemporânea.

Foi proposta uma caminhada errante pelas feiras das pulgas; relacionando-se com o espaço desconhecido, o corpo modificando e modificando-se. Onde o corpo-pesquisadora e o corpo-feira unem-se, criando um novo território, experienciando.

Um processo que orienta, desorienta e re-orienta, ou territorializa, desterritorializa e reterritorializa<sup>17</sup>. Segundo Paola Jacques “O interesse do errante estaria precisamente neste momento do desterritorializar, ou do se perder, este estado efêmero de desorientação espacial, quando todos os outros sentidos, além da visão, se aguçam possibilitando uma outra percepção sensorial. A possibilidade do se perder de se desterritorializar está implícita mesmo quando se está territorializado, e é a busca desta possibilidade que caracteriza o errante.”

O cartógrafo urbano, no meio de suas perambulações tem seu corpo tocado pelo invisível das experiências; o que Sueli Rolnik (2014) denomina “corpo vibrátil”: os corpos são tomados por uma mistura e uma movimentação

---

<sup>17</sup> Para Deleuze e Guatarri (1997) vivemos em um movimento de *ritornelo*, constituído de três etapas: buscamos alcançar um território (reterritorialização), habitamos esse território (territorialização) e lançamo-nos para fora deste mesmo território em busca de outro lugar, outros territórios (desterritorialização). Território, no presente estudo, é entendido a partir dos estudos pós-estruturalistas de Deleuze e Guatarri, e pode ser definido tanto como um espaço vivido quanto um sistema percebido no seio do qual o sujeito se sente “em casa”.

de afetos, de energia e de intensidades. As cartografias vão se desenhando ao mesmo tempo em que os territórios vão tomado corpo: a produção do desejo e da realidade é ao mesmo tempo material, semiótica (atingindo o plano dos desejos) e social.

Em meio a essa desterritorialização, em que um experimento curioso na cidade em que pisamos, tateamos, o que se veste e se desnuda diante de nossos olhos, nos seduz e nos intimida. Mudando nossos perceptos e afectos<sup>18</sup> a cada caminhar.

As experiências nos proporcionam os encontros, seja marcada ou não intencional, e esses encontros nos proporcionam uma série de sentimentos e pensamentos, que comportam uma série de diferenças extensivas. O visual recria, como destacou Lefebvre (1991), possíveis engates entre os significantes móveis da cidade e os significados, também ambulantes, que movem o olhar do pesquisador. Uma cidade, em qualquer circunstância (e sem nenhuma preocupação com relativizações), nunca se reduz a um mapa fixo.

O corpógrafo se entrega às circunstâncias do ambiente vivido e o permeia, permite-se criar desvios de percurso como parte do processo. A própria dinâmica da cidade, repleta de criações e recriações de seus lugares, apresenta ao corpógrafo uma variedade de caminhos, ou seja, delimitar prioridades de olhares é um desafio. A cidade não pode ser reduzida a um mapa fixo, as fronteiras físicas possivelmente não representam até onde o olhar enxerga; a cidade também é representada pelas cenas urbanas dos sujeitos, pelas memórias, pelo vivido, pelo experimentado.

Tudo que se passa quando não se encontra o que se espera [...]conhecer não é reconhecer a realidade, não é representar, e que o concreto se atualiza nestes espaços de ruptura. O presente e o tempo importam na pesquisa que se faz como acompanhamento dos processos. Pragmáticas performam mundos e vice-versa. Um aspecto importante na formação é desmontar o sistema de responsividade estimulo-resposta que considera o mundo dado e as ideias já formuladas. É preciso aproveitar os deslocamentos que viabilizam o acesso ao plano de transformação da vida, em vez de funcionar de modo mecânico, automático. (SADE; KASTRUP, 2011, p.144).

Ver, ouvir, sentir e vivenciar, deixando-se ser afetado e permitindo que o olhar seja também guiado pelas experiências que a cidade pode proporcionar. Numa visão de ciência nômade, na reterritorialização dos conceitos e desconstrução dos olhares, as feiras têm potência; criando um novo e independente cotidiano.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

<sup>18</sup> Os perceptos não são percepções, são pacotes de sensações e de relações que sobrevivem àqueles que os vivenciam. Os afectos não são sentimentos, são devires que transbordam aquele que passa por eles (tornando-se outro) (Deleuze, Conversações, p.171.2004)

Após a visita as três feiras escolhidas, o corpo se toma em atravessamentos. Esse trabalho não termina em uma conclusão, segue como um tempo que não para de avançar; num futuro que é sempre passado; mesmo assim são narrados como um “fim-começo” dois agenciamentos que nasceram dos encontros com as feiras das pulgas e as teorias estudadas: hospitalidade+hostilidade e estrutura+ruptura. Em encontros que se agenciam mais pela soma e menos pela oposição, mais pela heterogeneidade do que pela homogeneidade.

Frisa-se aqui a importância da cartografia como questão metodológica, as percepções que ficam dos locais são subjetivas, condicionadas ao olhar de uma arquiteta-cartógrafa-viajante, o que já torna as observações múltiplas, desdobrando-se no imaginário de cada observador. Então, por mais que existam várias possibilidades de visualização das cenas, isso torna as feiras ainda mais interessantes.

A cartografia foi utilizada nesse trabalho com o objetivo de mapear – corporificar - a experiência que ficou inscrita no corpo, e que foi se formando através das caminhadas e dispositivos utilizados nas ruas da cidade, na percepção dos pequenos detalhes - pequenos, porém intensos - que vão se transformando com a mesma rapidez da vida contemporânea; e para contribuir com uma leitura mais sensível sobre essas atividades que ocorrem no espaço público e urbano na contemporaneidade.

O trabalho também teve como objetivo representar uma dinâmica das feiras das pulgas, reconhecendo a importância da compreensão desses eventos de rua para o arquiteto e urbanista, esperando assim para que ao proporem a realização ou requalificação de espaços urbanos, tenham consideração pela multiplicidade e heterogeneidade que constam nesses locais. São esses acontecimentos urbanos, que recriam a cidade, reativam lugares e se propõem a dar novos sentidos à estrutura urbana e sua arquitetura, visto que a paisagem da cidade permanece mesmo nos detalhes de todas as coisas que as constituem.

É importante que o profissional reconheça os lugares para que tenha condições de interferir nos mesmos, reconhecer de forma mais profunda, observando e conversando com as pessoas, compreendendo que existem as diferenças, as contradições e complexidades, sem homogeneizar a vida, para assim oferecer melhores condições para aqueles que o habitam; descobrindo as micro resistências e potências que resistem e interferem no local, para que cada vez mais se busque desacomodar e aproveitar a imensidão de cenários que a cidade nos oferece.

Com eventos como as feiras das pulgas, ainda não captados pelos poderes hegemônicos, que resistem, a cidade se torna mais humana, mais colorida e sensível. Mapear essas intensidades a partir de uma cartografia, diferente do mapa cartesiano, formal, é explorar as transformações, a essência, uma experiência em constante movimento.

Por fim, cria-se uma nova realidade e entende-se que cada encontro pode ser potente com aquele que está disposto a sentir, aprender e trocar, se desterritorializar.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia.** V.1. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- JACQUES, Paola Berenstein. **Corpografias urbanas.** 2008. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>. Acesso em: 23/05/14.
- KOOLHAAS, R. e outros. **Mutaciones.** Barcelona. Actar. 2000.
- LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade.** Editora Moraes. São Paulo. 1991
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre. Editora Sulina, 2012
- PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia. **Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum – volume 2.** Porto Alegre. Editora Sulina, 2014
- ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental: Transformações contemporâneas do desejo.** Porto Alegre. Sulina, 2014.

## 2.6 CARTOGRAFIA DA AUSÊNCIA: a fotografia na construção de uma paisagem sensível

Camila da Silva Domingues<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Rio Grande do Sul – camila.domingues@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a mobilidade urbana tem sido amplamente discutida na sociedade brasileira – e Porto Alegre tem se destacado por reunir importantes grupos que reivindicam espaço para o uso da bicicleta como transporte urbano. Contudo, a cidade é uma das mais perigosas do Brasil: entre 2006 e 2015, foram registrados 32 acidentes fatais envolvendo bicicletas, segundo dados da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC). A partir dessas informações estatísticas, a pesquisadora mapeou e fotografou todos os locais em que ocorreram acidentes fatais em Porto Alegre nesse período.

A intenção do projeto é realizar uma *cartografia da ausência*, na qual a violência dos habitantes se inscreve a partir da evocação de quem foi vitimado no trânsito. Afastando-se do imaginário da morte e da violência que o noticiário apresenta diariamente, as fotografias buscam na sutileza dos espaços públicos um retrato desses embates do trânsito. Com a série de fotografias em tom neutro, as ruas da cidade perdem o referencial visual de imagens de violência, espetacularizadas; ela se torna um espaço vazio e desabitado. Não há protagonistas nem disputas. A cidade, palco da violência, é apresentada de forma crua, frontal.

O projeto Cartografia da Ausência<sup>19</sup> surge do questionamento sobre como nos relacionamos com o espaço urbano no Brasil, e as consequências que tal postura reflete na sociabilidade e no transporte dentro dessas cidades. A série fotográfica parte de uma aproximação da pesquisadora com grupos cicloativistas de Porto Alegre, como o Mobicidade, que têm trabalhado para evidenciar a violência no trânsito brasileiro e promovido ações de reflexão sobre a mobilidade urbana.

A proposta de uma *cartografia da ausência* decorre do questionamento sobre a construção do imaginário urbano a partir dos parâmetros monopolizadores da cartografia tradicional. Dessa forma, a construção cartográfica artística/experimental sugere novas formas de pensar a cidade e suas sociabilidades. A desconstrução do paradigma de representação a partir da ruptura com os regimes visuais consolidados é o ponto de encontro entre a prática cartográfica e a fotográfica. Dessa forma, a proposta se fundamenta a partir da abordagem da História Cultural sobre os jogos de construção do imaginário da cidade e as diferentes formas de narrá-la. O ponto de vista da pesquisadora se entrepõe com os dados científicos para a produção de uma paisagem sensível, que rompe com o regime de verdade absoluta.

### 2. METODOLOGIA

<sup>19</sup> Uma seleção da série de fotografias do projeto está em exposição na 11ª Bienal de Arquitetura de São Paulo.

A pesquisa se constrói em duas instâncias – teórica e prática – e a partir de dois conceitos-chave: *cartografia* e *fotografia*. A cartografia se ancora no pensamento de Deleuze e Guattari (2000) sobre as possibilidades interpretativas do mapa e a noção de rizoma. Em paralelo, se utiliza do conceito de “segunda realidade” proposto por Kossoy (2000) para tratar da relação entre realidade e ficção no documento fotográfico. A partir dessa discussão, se busca relacionar ambos os conceitos dentro do espectro do imaginário, sob o entendimento de trata-se de um sistema de ideias e representações mentais e materiais que os indivíduos e os coletivos constroem para significar o mundo. Para isso, são utilizados os apontamentos conceituais de Backzo (1985) e Pesavento (2003).

A etapa posterior ao desenvolvimento conceitual se dá pela execução prática da pesquisa, a partir de percursos fotográficos que constroem uma cartografia alternativa ao modelo tradicional de representação urbana. Os percursos têm como ponto de partida dados estatísticos aplicados ao mapa descritivo do território, mas ao longo do trajeto outros fatores são agregados na determinação das escolhas espaciais para a captura das fotografias. O saber científico percorre lado a lado com a prática artística o trajeto da pesquisa, ora invertendo posições de protagonismo ora impulsionando um ao outro.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa encontra-se em fase de análise de dados e finalização. Após a organização dos percursos a serem realizados, conforme a Figura 1, foram produzidas as fotografias nos diversos pontos pela cidade de Porto Alegre. As fotografias foram capturadas de acordo com um padrão estético pré-definido, com uso de uma lente normal (50mm), com a qual se buscou uma relação aproximada com a visão humana. A intenção não é sugerir uma suposta objetividade da fotografia, mas para evitar grandes distorções de perspectiva ou a espetacularização da imagem a partir de ângulos ou lentes. Por outro lado, se buscou fotografar os lugares sem a presença humana e durante o dia, mantendo um padrão de iluminação e cores.

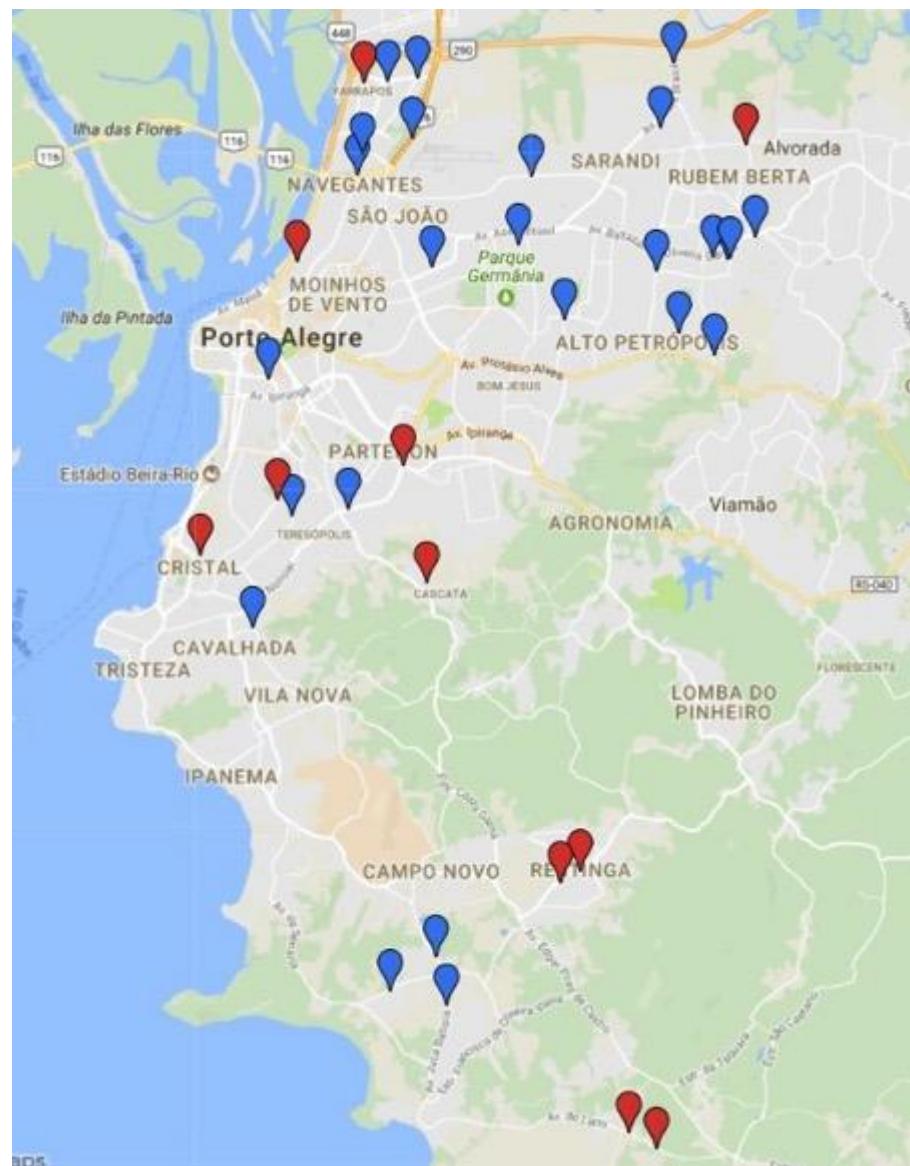


Figura 1: Mapa de referência para obtenção das fotografias

Ao longo da série fotográfica obtida é possível perceber diferentes faces da cidade onde a violência ocorre, desde importantes vias de trânsito até caminhos periféricos da cidade (Figuras 2 e 3, respectivamente). A cidade se dá a ler por suas particularidades e pela projeção das relações sociais que existem nesse contexto urbano por ora desabitado. O trabalho suscita mais questionamentos do que entrega respostas sobre a possibilidade de uma leitura sensível da cidade, seja ela particular ou coletiva. A prática fotográfica se coloca como uma possibilidade que não extingue outras ações na tentativa de apropriação simbólica da cidade e das práticas que são expressadas no contexto urbano.



Figura 2: Avenida Sertório



Figura 3 : Estrada Antônio Severino

#### 4. CONCLUSÕES

O potencial inovador de tal pesquisa está na busca por uma intertextualidade entre *fotografia* e *cartografia*. A confluência de duas áreas que agregam diversas camadas de leituras possíveis exige uma complexidade maior na decodificação não apenas do que ambas exibem, mas o que elas omitem. A cidade, como um palimpsesto, permite que seu imaginário se transforme incessantemente ao passo que ela mesma se reconstrói, seja em sua materialidade ou nas práticas cotidianas e nos modos de fazer de seus habitantes.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano:** 1. Artes de Fazer. 3 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs - Capitalismo e esquizofrenia.** Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica.** 2<sup>a</sup> ed. Cotia: Ateliê, 2000.

Capítulo de livro

BACZKO, B. Imaginação social. In: **Encyclopédia Einaudi. Antropos-Homem.** Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.

## 2.7 CARTOGRAFIA DO LIMITE: a cidade e sua borda molhada

Fabricio Sanz Encarnação<sup>1</sup>; Eduardo Rocha<sup>2</sup>

<sup>1</sup> PROGRAU/UFPEL – [fabricioencarnacao@hotmail.com](mailto:fabricioencarnacao@hotmail.com)

<sup>2</sup> PROGRAU/UFPEL – [amigodudu@yahoo.com.br](mailto:amigodudu@yahoo.com.br)

### 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho vem enaltecer o espaço livre de uso público, situados nas bordas molhadas das cidades, exaltando esse importante limite que a cidade faz com a água, valorando a pertinente apropriação desses espaços pelos cidadãos e pautados pela diversidade e a urbanidade. Cidades, hoje, que são habitadas por uma complexa sociedade, que não muito raro passa por momentos de futuros incertos e que necessita de atitudes mais reflexivas sobre um novo olhar para a questão do urbanismo na contemporaneidade.

Hoje, o modelo de cidade que é almejada pelas pessoas é aquele que dá abrigo ao diferente, que reconhece a complexidade, que suporta a tecnologia, que reconhece a alteridade, que apoia a diversidade de gêneros, que aplica justamente as leis que promove uma economia social e que viabiliza a mobilidade. (ASCHER, 2010)

Podemos observar que desde o primeiro século, quando Vitruvio (2006) elenca alguns princípios para a decisão de se escolher um bom lugar para se implantar novas cidades, uma das primeiras características que ele ressalva é a eleição de um lugar o mais saudável possível, e dedica uma grande parte do seu trabalho para analisar os tipos de água e sua relação com a saúde.

Alberti (2012), em seu Tratado de Arquitetura, observa que as cidades e os serviços públicos que fazem parte dela, são destinados a todos e que o propósito de se implantar uma nova cidade em algum lugar é propiciar aos habitantes viver em tranquilidade, sem doenças e da forma mais confortável possível, ainda enfatiza que a água e o fogo são os elementos fundamentais para que os homens possam se reunir em grandes comunidades.

Jan Gehl (2013) argumenta que as estruturas urbanas influenciam o comportamento humano e define como funcionam as cidades. Observa a estreita ligação entre o espaço público e uma boa qualidade de vida dos cidadãos e que esse aspecto pode ser percebido em várias escalas, desde uma pequena área aberta até grandes parques e orlas.

A contemporaneidade fomenta uma ampla discussão sobre os limites, as margens e as fronteiras, apontando para a necessidade de relacionar esses temas com as questões das cidades e suas margens molhadas.

A cada dia, a pesquisa sobre o urbanismo se faz propositiva, aponta maiores associações entre a teoria e a prática, e define parâmetros para as cidades e para os projetos urbanísticos, facilitando a adoção desses conceitos em outros campos do conhecimento, alcançando um público mais generalizado.

Manter a pesquisa sobre os princípios do urbanismo em consonância com a rápida transformação da sociedade contemporânea é fundamental para

que as cidades possam se preparar para buscar uma harmonia com seu tempo, principalmente a pesquisa sobre a relação do homem com o seu sítio e a sua dimensão humana, tão esquecida e tratada aermo por tantas décadas.

A pesquisa sobre o urbanismo contemporâneo se mantém atual quando busca questionar a si mesma, revendo seus conceitos e ampliando seus limites. É mister que o pesquisador se mantenha incessantemente rompendo limites entre áreas de conhecimento e propondo a performance interdisciplinar como uma forma mais rica de criação. Estudar os espaços de orla, com ênfase nas questões urbanas e humanas, pode estabelecer um novo olhar para a prática, o planejamento e o uso dos espaços de contato imediato entre o meio urbano, a natureza e as pessoas.

## 2. METODOLOGIA

A pesquisa pretende desenvolver ensaios cartográficos contemporâneos, a partir da revisão crítica de textos clássicos do urbanismo e de outras disciplinas e da experiência acumulada da visita à alguns projetos executados nas bordas molhadas de várias cidades.

Propõe pesquisar autores que escreveram sobre as cidades e os espaços públicos, revisitando-os à luz de uma abordagem contemporânea, trazendo-os para questões inerentes a contemporaneidade e renovando, assim, a teoria e a prática do urbanismo. A pesquisa utiliza textos que se debruçaram sobre questões pertinentes a vida nas cidades, com a pretensão de descobrir, nessa experiência cartográfica literária, imanências que possam ser utilizadas para agenciar novas reflexões acerca dos paradigmas que versam sobre os espaços livres de uso público e a efetiva apropriação desses espaços pela população.

A experiência de termos visitado algumas bordas molhadas de várias cidades, servirá de conteúdo para a elaboração de uma cartografia do devir contemporâneo, que exponha a importância de transformar essas bordas em espaços livre de uso público, exaltando a diversidade, a multiplicidade e a urbanidade.

## 2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A atual investigação sobre o urbanismo contemporâneo tem buscado ampliar a percepção sobre o próprio urbanismo, compreendido muitas vezes de forma restrita a partir de conceitos apriorístico, sem buscar o conhecimento na alteridade, na multiplicidade e nos sentidos humanos. A pesquisa acerca do urbanismo contemporâneo deve ser investigativa e propositiva ao mesmo tempo, fornecendo a possibilidade de uma reflexão filosófica que extrapola, excede e transfigura a realidade do conhecimento clássico e que, ao fazer uma analogia com a pesquisa e a prática do urbanismo contemporâneo, autoriza a transgressão do próprio conhecimento do urbanismo, revelando, assim, novas possibilidades de se pensar as cidades.

Os autores estudados nesta pesquisa foram selecionados com o objetivo de analisar obras que se debruçaram sobre o tema das cidades e da vida

urbana e que focam em hipóteses relevantes para a contemporaneidade. A busca por autores heterogêneos para desvendar temas complexos como: a economia envolvida em investimentos em áreas públicas, o crescimento das cidades, a mobilidade, a qualidade do espaço público, a diversidade cultural e principalmente o homem como escala para vida urbana, nos leva a confecção de quatro ensaios cartográficos, que buscam relacionar tema importantes acerca do urbanismo com as áreas públicas e as bordas molhadas das cidades.

(i) O primeiro ensaio cartográfico identifica em vários autores a preocupação com a qualidade de vida das cidades e principalmente com a apropriação das pessoas pelos espaços públicos. A relação entre a água, as bordas molhadas e a qualidade de vida são investigadas no intuito de verificar como os espaços públicos podem promover a possibilidade do encontro, da diversidade e da urbanidade.

(ii) O segundo ensaio cartográfico observa que a partir da revolução industrial a sociedade foi alavancada pelas novas descobertas, e que a expansão da mobilidade urbana, proporcionada pelo motor a explosão, vai mudar toda a dinâmica de crescimento das cidades e da própria sociedade. Observamos que as cidades podem crescer seguindo um modelo que se assemelha ao padrão definido por Haussmann (2007) ou por Cerdá (1867). Ou a cidade cresce sobre si mesma ou cresce extrapolando seus limites, mas como observa Cacciari (2009) sempre se mantém em crescimento. Harvey (2012), a partir de Lefevre (1999), vai observar que o investimento do excesso de capital em áreas públicas é quem vai propiciar esse crescimento das cidades e manter o ciclo do capitalismo em funcionamento. Observamos que esse modelo de investimento nas cidades continua acontecendo, visto o grande investimento em áreas públicas em toda a Europa, onde grande parte desse investimento se deu nas bordas molhadas das cidades. Como, então, podemos utilizar essa experiência acumulada para que possamos transformar as bordas molhadas de nossas cidades em um território harmônico, sustentável e com urbanidade e que respeite a alteridade.

(iii) O terceiro ensaio investiga o fato de que a sociedade tem compreendido que o espaço público deve ser experimentado a partir da valorização da percepção sensorial e da possibilidade do encontro. Os espaços públicos devem ser pensados para servir de alicerce para que os sentidos humanos possam ser vivenciados em sua plenitude. Apoiado na leitura da filosofia o ensaio busca na teoria da Khora de Derrida (1995) a possibilidade de se pensar os espaços públicos pautados na possibilidade do terceiro gênero, do múltiplo, daquilo que pode vir a ser. A distinção entre o “Eu” e o “Si-mesmo” que Nietzsche (2011) faz, mostrando que o Eu é uma contextura histórico-social e o Si-mesmo é o poderoso soberano que habita e é o próprio corpo, é significativa quando queremos compreender as necessidades e os desejos da sociedade para com os espaços livre de uso públicos nas bordas molhadas.

(iv) O quarto ensaio versa sobre a construção da cartografia contemporânea e coloca algumas hipóteses: Como a cartografia contemporânea se comporta em tempos onde a percepção do espaço é cada vez mais diversificado, pluralista e caótica? Como fazer cartografia para uma

sociedade que não se assenta mais somente sobre o espaço físico, mas também sob o espaço virtual?

(v) O quinto ensaio cartográfico revive as visitas realizadas em algumas bordas molhadas com o objetivo de registrar acontecimentos e experiências agenciadas nas caminhadas e com um foco nos espaços urbanos que propiciam o encontro entre pessoas. Amsterdam, Lyon, Lisboa, Barcelona, Madri Frankfurt e Bilbao, reurbanizaram áreas públicas de orlas e investiram grandes vultos do erário destinando-o para a recuperação e criação de novos espaços públicos conectados com a água. A experiência de vivenciar esses espaços públicos, usando o experimento do caminhar, fornece base para analisar ao quanto importante é para a qualidade de vida urbana que os espaços públicos possibilitem e incentivem o encontro entre as pessoas.

#### 4. CONCLUSÕES

Acreditamos que o planejamento e o projeto de orlas urbanas são um fenômeno de ordem mundial, expressado em distintas escalas e tipos. O aprofundamento na pesquisa sobre intervenções em orlas urbanas tem se mostrado como uma das principais vertentes para o estudo do urbanismo contemporâneo. Espera-se contribuir para aprofundar o conhecimento sobre as cidades, destacando atributos de qualificação dos espaços públicos em orlas urbanas através da cartografia contemporânea. Complementarmente, pretende-se colaborar para que a pesquisa sobre o urbanismo se mantenha focada na escala e na dimensão humana, para que os espaços públicos sejam cada vez mais generosos e forneçam abrigo para todos os cidadãos, incentivando o diálogo entre o homem e a natureza, facilitando o contato do espaço fílico com a paisagem e promovendo o encontro entre as pessoas. Ao fim deste trabalho espera-se ter dado mais um passo no longo caminho do aprofundamento da pesquisa do urbanismo contemporâneo, principalmente na questão da urbanização das orlas, pautado na multiplicidade do conhecimento, na importância do espaço público para a vida e na escala e dimensão humana.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Leon; **Tratado de arquitetura e urbanismo**. Tradutor: Sergio Romanelli. São Paulo: Hedra, 2012.

ASHER, François. **Os novos princípios do Urbanismo**. Tradução: Nadia Somekh. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

HAUSSMANN apud. BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Tradução do alemão: Irene Aron; Tradução do francês: Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

CACCIARI, Massimo. **A cidade**. Tradução: José J. C. Serra. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2009.

CERDÁ, Idelfonso. **La teoria general de la urbanizacion, y aplicacion de sus principios e doctrinas a la reforma y ensanche de Barcelona.** Madri: Imprenta Española, 1867.

DERRIDA, Jacques. **Khôra.** Tradução: Nicia Adan Bonnati. Campinas: Papirus, 1995.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas.** Tradução: Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HARVEY, David. **O direito a cidade.** Tradução: Jair Pinheiro. São Paulo: UNESP/Lutas Sociais, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Tradução: Sergio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos Ídolos (ou como filosofar com o martelo).** Tradução: Marco Antônio Casa Nova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2011.

VITRÚVIO, Pollio. **Tratado de arquitetura.** Tradução: M. Justino Maciel. Lisboa: Instituto Superior Técnico, 2006.

## 2.8 CARTOGRAFIA URBANA SENSÍVEL: Uma experiência na fronteira Brasil-Uruguay

Lorena Maia Resende; Eduardo Rocha<sup>2</sup>

<sup>1</sup>PROGRAU/UFPEL – lorenamilitao@gmail.com

<sup>2</sup>PROGRAU/UFPEL – amigodudu@yahoo.com.br

### 1. INTRODUÇÃO

A palavra cartografia remete a mapas, desenho em duas e/ou três dimensões confeccionados digitalmente que podem ser impressos ou virtuais que representam um espaço, um lugar seja ele geográfico, imaginário ou conceitual. Os mapas são meios de comunicação e análise. Comunicação visual, mas também imagética, sonora, sensitiva. De não só localizar, mas de sentir o lugar. A cartografia não só comunica como é fotografia, psicologia, desenho. Pode-se dizer que a cartografia de um espaço é determinada por um conjunto de mapas que são representados de maneiras distintas, pois cada mapa tem um objetivo específico e uma maneira de representação próprios.

A dissertação de mestrado, ainda em andamento, intitulada “CARTOGRAFIAS URBANAS NA LINHA DE FRONTEIRA: travessias nas cidades gêmeas Brasil-Uruguay” tem como objetivo investigar os novos sentidos e potencialidades das cidades de fronteira através do método da cartografia urbana sensível. Devido a certa inquietação sobre os atuais discursos hegemônicos referidos a essa fronteira Brasil-Uruguay que recebe epítetos de fronteira-viva, fronteira-modelo, fronteira da paz, sendo considerada a fronteira mais aberta, densa e homogeneousemente povoada - adjetivações apontadas por Adriano Silva Pucci (2010) no *Estatuto da Fronteira* -, a intenção é colaborar para que o discurso da Fronteira seja mais íntegro no contexto contemporâneo, e enuncie as novas potencialidades.

Se faz necessário compreender o que é ser e estar em fronteira. Um conceito que constantemente evolui, se cria e re-cria no espaço-tempo. De um lugar de conflito, disputa por poder e posse territorial, até um lugar estratégico de potencialidades e integração. Ser fronteira é lidar com o dualismo cotidiano, perceber o eu e o outro, as diferenças e semelhanças, se enraizar as tradições ou desejar a errância e nomadismo. Segundo Deleuze, fronteira pode ser entendida como movimento, construção e produção, aproximando-se mais como abertura e atualidade do que como acabada, finalizada. Locais de mutação e subversão. Também são sítios de agitação e do excesso onde os “limites” são ultrapassados tornando então um espaço de ruptura - conflitante ou pacífica. É no limiar que se aprende a conviver com o imprevisível e inacabado. (DUARTE,2012)

A pesquisa de mestrado pretende contribuir para a compreensão dos acontecimentos, do que existe e do que (re) existe na linha de fronteira, mas não apenas em uma função cognitiva – conhecer e re-conhecer o mundo e

as coisas que o cercam – e sim, aprender com a diferença, tudo aquilo que foge dos padrões até agora estabelecidos.

## 2. METODOLOGIA

A cartografia urbana sensível, de cunho qualitativo, pode ser entendida como o modo de acompanhar os processos e não o de quem busca respostas ou motivos pré-estabelecidos. Os mapas resultantes dessa cartografia buscam a expressão dos diversos cotidianos, da vivências e trocas que acontecem durante a errância. E a complementação dessa cartografia pode se apoderar de fontes variadas além das escritas-teóricas-conceituais. Os operadores conceituais podem surgir de filmes, de narrativas com moradores, de uma música, leitura e outras singularidades.

Os mapas oficiais carregam consigo importantes informações das cidades, como localização de edificações, quarteirões, ruas, além dos aspectos naturais do relevo, hidrografia, vegetação e uma infinidade de existências. Porém, esses mapas não conseguem dar conta de toda informação que pulsa e vai além de aspectos físicos, como os *affectos*, as sensações dos lugares que acolhem ou que repulsam e da singularidade de cada trajeto/caminhada. Esses e outros eventos ignorados por esses mapas oficiais podem ser complementados, ou melhor, sobrepostos por outros mapas desenvolvidos através da cartografia sensível, do olhar, observar, da caminhada errante. Mapas que reconhecem e deixam registrados os múltiplos sentidos. Em síntese, a cartografia sensível contempla tanto o processo de deriva, uma caminhada errante, como também uma corpografia ao lançar o corpocartógrafo em um território a ser desbravado.

Dessa forma, a cartógrafa lança seu corpo por toda linha de fronteira em uma viagem ininterrupta pelas doze cidades-gêmeas da fronteira Brasil-Uruguai. Chamamos de pedagogia da viagem um dos procedimentos metodológicos que acontece pelo universo da descoberta, além da viagem exploratória, mas uma constatação de certos aspectos que estavam ali – ocultos. A viagem embora trace caminhos preparados, conhecidos – “porque de certa forma conhecemos para onde vamos” – pode nos apontar novos e diversos caminhos a seguir (pensar). E no mesmo caminho abrindo brechas para expandir nossos próprios caminhos e sempre reorientar criticamente nossas concepções (cartografia). Então podemos dividir a experiência da pedagogia da viagem em três partes: temos uma bagagem antes da viagem, preparamos as malas com certas intenções (a expectativa/ansiedade); viajamos e nos abrimos ao novo, carregamos coisas pelo caminho e deixamos outras (a experiência) e; por fim chegamos, desfazemos as malas, com todas as coisas coletadas junto com as que levamos, é preciso organizá-las, pensá-las, saber o que guardar, o que dar, o que presentear, o que devolver e o que esquecer (resistências/pausa/reflexão).

Seria essa uma pedagogia da viagem, uma pedagogia do entre, da fresta nas cidades e nas concepções de qualidades de um bom lugar. Por outro lado, essas experiências no entre, são do que se agita na fresta, “o sentido é apenas um vapor movendo-se no limite das coisas e das palavras” (Deleuze,

2006, p. 225). Por isso adentrar no mundo da viagem nas frestas da cidade é da ordem da complexidade e das multiplicidades. A pedagogia da viagem por frestas permite experimentá-las, descobri-las e vivê-las inventando novas relações, para fazer emergir quem sabe relações menores, desterritorializantes, provocando novos encontros e acontecimentos (hospitalidades e hostilidades).

O trajeto da viagem organizada pelo Laboratório de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFPel, como mostrado na Figura 1, teve início no dia 14 de março de 2016, saindo da cidade de Pelotas com destino ao Chuí - Chuí e retornando no dia 19 de março de Aceguá - Aceguá, totalizando aproximadamente 2.110km percorridos em seis dias.



**FIGURA 11 - TRAJETO PERCORRIDO NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI. FONTE: GOOGLE MAPS, 2016.  
EDIÇÃO DA AUTORA.**

Em mãos um diário de viagem, suporte que guarda/registra falas do pensamento inquietante no processo errante. Composto por folhas brancas e mapas básicos, o diário se tornou um instrumento precioso, ali é possível reviver, extraír as sensações de cada travessia ou perambulações que a subjetividade convidava. Outro suporte era a câmera fotográfica que como forma de capturar momentos, situações, paisagens permite entender o olhar do cartógrafo, em quais situações a necessidade de um registro era inquietante.

E a partir da experiência na viagem – a própria vivência – e aplicação do método da cartografia urbana sensível, criam-se planos e atravessamentos para contrapor o discurso hegemônico de uma fronteira única, para construir uma fronteira carregada de heterogêneos e complexidades.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como arquiteta, urbanista, cartógrafa e corpógrafa adentrei aos acontecimentos das cidades de fronteira, permiti criar desvios de percurso

como parte do processo. A própria dinâmica da fronteira se apresenta com uma variedade de caminhos, ou seja, delimitar prioridades de olhares é um desafio. Durante a caminhada errante percebe-se a complexidade da fronteira e a impossibilidade de reduzi-la em um mapa fixo, as cidades pulsam de tal forma que parecem gritar, se fazer presente seja pelas cenas dos sujeitos, nas memórias, pelo vivido e experimentado.

Provocada pelos sons, cheiros, corpos percebe-se como a linha de fronteira é o lugar de mistura de cotidianos – diferente de monotonia. Cada dia as fronteiras reinventam o espaço, apropriam-se e multiplicam o sentido dos lugares; não excluindo o estruturado, mas somando-se. Trata-se de uma memória urbana ativa. Conformada pela coexistência de mundos, por atravessamentos e heterogêneos.

Pessoas, construções, patrimônio, urbanidades, veículos, gestos foram várias cenas que chamaram a atenção tanto pela simplicidade ou complexidade. O corpo resistia, reagia sobre outros corpos-cidadãos ou corpos-urbanos. Às vezes não se entendia o motivo, somente o desejo do registro, como se a câmera tivesse vida própria e exigisse o clique.

Como forma de exemplificar o processo da cartografia sensível - muito embora a essência está inscrita no próprio corpo, e qualquer tipo de representação já limita ou diminui a grandiosidade da experiência -, a tentativa é de poder externar a ebulação da fronteira para outros leitores-espectadores a fim de desmistificar o discurso hegemônico relacionado a essa região. A seguir, um relato das cidades-gêmeas de Aceguá/BR e Aceguá/Uy, descritos através de uma collage, próximo ao conceito da “*A Collage como trajetória amorosa*” de Fernando Fuão (2011).

A cidade de Aceguá/Br e Aceguá/Uy são separadas por uma rua, em um caráter mais rural, as cidades juntas somam 5.887 habitantes. A Figura 2 mostra uma imagem de satélite onde lê-se a estrutura urbana e cartesiana de seu desenvolvimento. Compreende-se o desenho urbano, a composição das quadras e lotes, a distinção das vias coletoras e locais, o entendimento da topografia, a vegetação presente, os rios e a demarcação política do território.



**FIGURA 12 - MAPA AÉREO DAS CIDADES DE ACEGUÁ/BR (AO NORTE) E ACEGUÁ/UY (AO SUL). A LINHA VERMELHA É A DEMARCAÇÃO POLÍTICA ENTRE OS DOIS PAÍSES. FONTE: DA AUTORA.**

Mas, é a partir de um processo de collage, como exemplificado na Figura 3, que floresce a essência do lugar. O plano de fundo invisível da estrutura agora toma corpo, voz e vislumbre. A cartógrafa ao caminhar, atravessar entre as cidades, não conseguem distinguir o começo ou fim de cada país, conversam com tanta naturalidade que se imagina ser uma cidade única. Se na imagem de satélite a percepção do limite é nítida, inerte e objetiva, na collage intenta transmitir a sensação percebida no processo de caminhada errante, a diluição e indistinção.



FIGURA 13 – COLLAGE ACEGUÁ/ACEGUA. FONTE: DA AUTORA.

Ainda na collage é possível somar os *afectos* e *perceptos* sentidos na travessia. A recepção do outro, a hospitalidade e hostilidade, o pulsar pacato da cidade pequena, o som dos cavalos pelas vias, a língua portuguesa e o espanhol que colidem e flutuam ao mesmo tempo, os espectros de um cenário de guerra e os espectros de uma luta de classes (...) São visões, vozes, tatos que o corpo recebe e tenta externar em collages, cartografias sensíveis e narrativas que rompem e agregam a estrutura.

Dessa forma, em uma linguagem não-espetacularizada, a dissertação busca na história do método, artifícios de comunicação que agreguem na composição do cenário contemporâneo das cidades-gêmeas de fronteira Brasil-Uruguai. Sair da zona de conforto, de discursos homogêneos para a realidade concreta. Buscar na diferença indícios de novas potencialidades que ajudem no planejamento urbano em constantes intervenções.

#### 4. CONCLUSÕES

A contribuição que a pesquisa se propõem é de pensar novos meios de acompanhar processos contemporâneos, extrapolando os métodos tradicionais, na medida em que inova sua forma de apreensão do uso e ocupação dos espaços urbanos. A lógica de pensamento não procura separar sujeito e objeto, arquitetura e usuário, espaço público e privado, Brasil e

Uruguay, mas sim entender as qualidades dos espaços públicos dessas cidades como entidades que carregam potência de agir, ou como Espinosa mesmo coloca: “força de existir”. E essa potência envolve afecções e afetos, os quais vão se desencadeando, se articulando e se desdobrando quando ocorre o encontro entre corpos.

Durante o processo cartográfico, a caminhada errante, ficou nítida a complexidade da fronteira e a impossibilidade de reduzi-la em um mapa fixo, as cidades pulsam de tal forma que parecem gritar, se fazer presente seja pelas cenas dos sujeitos, nas memórias, pelo vivido e experimentado. Dessa forma, acredita-se que com o estudo dos conceitos e com a sobreposição dos mapas coexistentes (cartesianos e sensíveis), um novo discurso - inscrito no próprio corpo-cartógrafo - emergirá com mais fidelidade, constituindo mais uma fonte de consulta para arquitetos, urbanistas e profissionais atuantes na criação, planejamento e intervenção dessas cidades fronteiriças.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996. V. 3.

DUARTE, Luís Sérgio. **O conceito de fronteira em Deleuze e Sarduy.** Textos de História, v.13, n.1/2,2005. Góias – GO.

FUÃO, Fernando. **A collage como trajetória amorosa.** Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.2011.

PUCCI, Adriano Silva. **O estatuto da fronteira Brasil-Uruguai.** Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2010.

## 2.9 CARTOGRAFIAS DA HOSPITALIDADE: Pesquisa de extensão do Laboratório de Urbanismo do PPGAU Mestrado associado UniRitter/Mackenzie

**Gabriela Ferreira Mariano<sup>1</sup>; Lizandra Machado Moreira<sup>2</sup>; Carlla Volpatto<sup>3</sup>**

<sup>1</sup>PPGAU, Mestrado Associado UniRitter/Mackenzie – [gbmariano@gmail.com](mailto:gbmariano@gmail.com)

<sup>2</sup>PPGAU, Mestrado Associado UniRitter/Mackenzie – [lizandrammoreira@gmail.com](mailto:lizandrammoreira@gmail.com)

<sup>3</sup>PPGAU, Mestrado Associado UniRitter/Mackenzie – [carllavolpatto@gmail.com](mailto:carllavolpatto@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

A Pesquisa de extensão do Laboratório de Urbanismo do PPGAU Mestrado Associado UniRitter Mackenzie Cartografia da Hospitalidade produz ações de cartografias subjetivas individuais e coletivas que ajam como dispositivos de atravessamento de políticas de abertura de possibilidades de reconhecimento, manifestação e representação dos sujeitos não percebidos e não acolhidos pelos olhos daqueles que não querem ver, em um espaço urbano determinado: são ações cartográficas de natureza política inclusiva, que trazem a crítica social para o campo da representação da cidade e suas arquiteturas. O resultado da representação cartográfica destas paisagens psicossociais acontece em Contramapas.

Para nos aproximarmos destes conceitos, que resultarão em ações cartográficas individuais e coletivas, elegemos como estudo de caso, a Praça da Alfândega, situada no Centro Histórico de Porto Alegre. Este local surge no final do século XVIII fazendo parte da história inicial de Porto Alegre. A estruturação desse espaço foi marcada por três fatos: a construção do edifício da Alfândega em 1824, sua demolição e a construção do aterro em 1912, e absorção do leito da Rua Sete de Setembro, 1979. Hoje a Praça da Alfândega é um lugar de passagem, de encontro, de descanso, de trabalho, ou seja, um espaço de pluralidade. Que se modifica ao longo do dia, e ao longo do ano. A praça promove diversos eventos entre eles a Feira do Livro, desde 1955, evento que ocorre anualmente e movimenta a cidade.

A cidade contemporânea existe pela experiência de ‘deixar-se existir’: uma experiência sensorial contínua, que hoje assume as imagens do inconsciente como sujeitos ativos das percepções do corpo no espaço onde está domiciliado, enquanto as extensões tecnológicas participam do processo. As ações cartográficas propostas são de natureza política inclusiva: focam no reconhecimento da complexidade humana nos espaços públicos trazendo a crítica social para o campo da representação da cidade e suas arquiteturas. Utilizadas como dispositivos de hospitalidade<sup>20</sup>, seus frutos buscam somar, aos

<sup>20</sup> Nesta proposta de pesquisa, o significado de hospitalidade é amparado pelo pensamento do filósofo Jacques Derrida: para Derrida, a palavra hospitalidade é entendida como sinônimo de acolhimento e reconhecimento do rosto daquele que chega de surpresa (por vir): o inesperado que porta em si a diferença (*différance*). Ver em: DERRIDA, Jacques; DUFOURMANTELLE,

estudos qualitativos de pesquisa para projetos de arquitetura e urbanismo em praças e parques – em nível de planejamento e intervenção – a real dimensão da urgência do resgate do sentido de coexistência entre diferentes nestes espaços. Assumindo que os estudos de Urbanismo Contemporâneo são contaminados pela Sociologia, Geografia, Filosofia e as Artes, as cartografias da hospitalidade são Contramapas de natureza subjetiva multidisciplinar: priorizam o reconhecimento, registro e representação das manifestações sociais, artísticas e culturais inseridas nas diferentes paisagens psicossociais urbanas da área a ser estudada e os modos que estas se permeiam relacionando-se entre si e com as arquiteturas que abrigam estes eventos.

## 2. METODOLOGIA

Este trabalho utiliza como base a metodologia cartográfica subjetiva desenvolvida na tese de doutorado Contramapas do Acolhimento<sup>21</sup> de Celma Paese, a qual será adaptada às necessidades da atual pesquisa.

Assim como era no princípio<sup>22</sup>, quando um ser humano caminha em uma cidade, seja ela conhecida ou não, as diferentes percepções e sentimentos que brotam durante o percurso modificam culturalmente o significado do espaço percorrido e, consequentemente, o próprio espaço: o caminhar acolhe o movimento do corpo, em espírito e ideia. Quando o processo de se entregar ao movimento chega a ponto de induzir o sujeito a com-fundir-se com a espacialidade, o movimento de percepção espaço-temporal modifica-se, como se fosse uma forma de psicastenia<sup>23</sup>: novas referências físico-espaciais são criadas pelos encontros e pela contingência dos caminhos, que fazem os

---

Anne. Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade. São Paulo: Ed. Escuta, 2003, p. 23 a 25

<sup>21</sup> PAESE, Celma. **Contramapas de Acolhimento**. 330 p. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2016, p. 20. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/151123>>. Acesso em: 27 fev. 2017

<sup>22</sup> “É na sucessão de encontros durante a errância urbana que o sujeito acolhe o por vir: desta maneira, vai renovando os significados dos espaços nos caminhos, os transformando em espacialidades. No decorrer da história, o caminhar sempre estabeleceu as bases das relações humanas com o espaço: apesar de não o construir, o ressignificou. Os encontros entre os bando de errantes nos caminhos primitivos agenciaram as primeiras relações entre bandos, enquanto o espaço era ressignificado de maneira simbólica pelas primeiras trilhas: a arquitetura de paisagem e as primeiras cartografias são heranças destes tempos.”

PAESE, Celma. **Contramapas de Acolhimento**. 330 p. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2016, p. 20. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/151123>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

<sup>23</sup> “Voltando à figura da psicastenia, pode-se argumentar que esse estado, em vez de ser a incapacidade de um organismo de distinguir-se de seu meio ambiente, pode ser interpretado como a habilidade do organismo em fundir-se com este meio ambiente. Assim definida, a psicastenia substituiria as hierarquias rígidas por transições fáceis, representando uma condição cultural totalmente nova”

OLALQUIAGA, Celeste. **Megalópolis: sensibilidades culturais contemporâneas**. São Paulo: Ed. Studio Nobel, 1998, p.27.

sujeitos envolvidos desacelerarem e parar o passo. Esses eventos fazem as hierarquias rígidas dos limites serem percebidas como transições fáceis, transcendendo a experiência espaço-temporal para uma condição onde o sujeito desacelera o ritmo a ponto de dar um passo atrás na velocidade da vida, enquanto abre-se ao *por vir*.

Sabemos que o trabalho do cérebro é conectado ao corpo, que interage com o espaço através dos sentidos cartografando-o. Tal metodologia de reconhecimento do espaço faz nascer sua Cartografia Influencial<sup>24</sup>, que nasce dos registros subjetivos durante a errância cartográfica: esta é a base do Contramapa. A sua criação solicita ao arquiteto-cartógrafo um tipo de atenção que Kastrup descreveu como flutuante concentrada e aberta, como se o errante cartógrafo estivesse percebendo o espaço à espreita. Assim, evitam-se dois extremos: o relaxamento passivo e a rigidez controlada. Sua função é a de detectar formas e forças circulantes, como se identificando as situações em curso nas paisagens psicossociais da espacialidade em questão. Assim, a cartografia passa de uma competência para uma *performance* e passa a ser desenvolvida como uma política cognitiva do envolvimento do sujeito no processo. Este último, enquanto complexo e individual faz a atenção do sujeito assumir diferentes funcionamentos: seletivo ou flutuante, focado ou desfocado, concentrado ou disperso, voluntário ou involuntário, e diversas combinações, como seleção voluntária, flutuação involuntária, concentração desfocada, focalização dispersa, entre outras várias que podem surgir. Embora coexistam, as diferentes organizações e proporções distintas das variedades atencionais refletem as suas políticas cognitivas<sup>25</sup>.

Nosso processo cartográfico subjetivo convida a caminhar aberto à percepção do que é não visto, do não percebido e do não oficial, criando outras possibilidades de acolhimento e representação da urbanidade inserida nas paisagens psicossociais que se sobrepõem em seu espaço.

Ao identificar o real potencial de hospitalidade dos seus espaços, a convivência entre estas ‘diferentes cidades’ é facilitado em todas as dimensões possíveis. Ações de apropriação espacial como as propostas são dispositivos políticos de desmontagem de pré-conceitos, que buscam criar condições para a manifestação das potências dos sujeitos que habitam o ‘diferente’.

A partir da escolha da Praça da Alfândega como objeto de estudo, foram executadas ações de cartografia urbana de hospitalidade, em nível individual e coletivo. Desta cartografia, produziram-se cartografias influenciais, que resultaram em material disponibilizado em um site/blog chamado Cartografia da Hospitalidade<sup>26</sup>, além de material digital como fotos, mídias, collages etc, e que vem sendo postadas à medida que as pesquisas avançam. Este site/blog

<sup>24</sup> PAESE, Celma. **Contramapas de Acolhimento**. 330 p. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2016, p. 90. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/151123>>. Acesso em: 27 fev. 2017

<sup>25</sup> KASTRUP, Virginia; PASSOS, Eduardo; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs). **Pistas do método da cartografia** – pesquisa-intervenção e produção da subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2014, p.33 a 48.

<sup>26</sup> <https://cartografiadahospita.wixsite.com/cartografia/metodologia>

também serve para divulgação de conteúdo que o grupo de trabalho acredita ser conveniente e pertinente à complementação do conteúdo apresentado.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão dos critérios de análise dos espaços da cidade pela ótica proposta chama o olhar para além das aparências encontradas nas representações das cartografias convencionais: enquanto os limites dos mapas vão sendo permeados e perdendo a importância, as suas bordas dançam e convidam a reconhecer os múltiplos sentidos e experiências dos espaços e a traduzi-los em representação. Seres e potências econômicas, culturais e sociais até então ignoradas e seus afetos são iluminados e acolhidos, em um movimento de des-fragmentação. E assim vão nascendo os Contramapas<sup>27</sup>: construções cartográficas que envolvem uma contínua tradução do concreto ao abstrato e novamente ao concreto, buscando um ponto de encontro ou terreno comum entre diferentes linguagens e realidades espaciais, culturais e sociais.

### 4. CONCLUSÕES

As Cartografias de Hospitalidade convidam ao caminhar aberto à percepção do que é não visto, do não percebido e do não oficial, criando outras possibilidades de acolhimento e representação da urbanidade inserida nas paisagens psicossociais que se sobrepõem em um espaço. Ao identificar o real potencial de hospitalidade destes lugares, a convivência entre estas ‘diferentes cidades’ é facilitado em todas as dimensões possíveis. Ações de apropriação espacial como as propostas são dispositivos políticos de desmontagem de pré-conceitos, que buscam criar condições para a manifestação das potências dos sujeitos que habitam o ‘diferente’. Convidamos o arquiteto a perceber o espaço do entorno para além da identificação pessoal. Vem caminhar conosco.

### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DERRIDA, Jacques; DUFOURMANTELLE, Anne. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade**. São Paulo: Ed. Escuta, 2003, p. 23 a 25.

KASTRUP, Virginia; PASSOS, Eduardo; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs). **Pistas do método da cartografia – pesquisa-intervenção e produção da subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2014, p.33 a 48.

---

<sup>27</sup> Ver: PAESE, Celma. **Contramapas de Acolhimento**. 330 p. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2016, p. 20. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/151123>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

OLALQUIAGA, Celeste. **Megalópolis: sensibilidades culturais contemporâneas.** São Paulo: Ed. Studio Nobel, 1998, p.27.

PAESE, Celma. **Contramapas de Acolhimento.** 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/151123>>. Acesso em: 27 fev. 2017

## **2.10 CARTOGRAFIAS DO LIMIAR: processos de formação de um arquiteto e urbanista errante**

Gustavo de Oliveira Nunes<sup>1</sup>; Carla Gonçalves Rodrigues<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Mestrando em Educação na UFPel – gustavohnunes@msn.com

<sup>2</sup> Professora PPGE FAE, Doutora em Educação – cgrm@ufpel.edu.br

### **1. INTRODUÇÃO**

A pesquisa em questão trata do caminhar pela cidade. Tem por objetivo experimentar a errância (JACQUES, 2014) como um processo de formação do arquiteto e urbanista. Justifica-se pelo fato de que os atuais modos de constituição do sujeito estão, usualmente, presos às demandas do Estado e do capital, que prescrevem condutas para viver e atuar no meio urbano (FOUCAULT, 1979). Assim, questiona-se: como é possível, a partir do caminhar pela borda da cidade, um processo de subjetivação do referido profissional que fuja das necessidades estatais e mercadológicas?

Partindo de um percurso cartográfico, na perspectiva das filosofias da diferença de Deleuze e Guattari (1995), caminhou-se pelos limiares do mapa de Pelotas com um grupo multidisciplinar de dezoito estudantes, por lugares em que o traçado urbano, preferencialmente na sua forma cartesiana, é rompido. Nesse experimento, um diário foi escrito a partir de notas realizadas durante a caminhada. A fim de produzir variados sentidos à experiência, estudou-se acerca da prática do caminhar por um viés artístico, filosófico e científico. Tais estudos são matérias a serem cruzadas com o relato pulsante do diário de bordo, num exercício de indissociabilidade entre teoria e prática, afirmando-se um território de conhecimento a partir de uma experimentação intensiva da cidade.

### **2. METODOLOGIA**

O método da pesquisa é a cartografia (DELEUZE; GUATTARI, 1995; ROLNIK, 2014). Nessa perspectiva, foge-se de um eixo genético para pesquisar, ou seja, não se busca a origem de algo ou o seu fim, pois as coisas pertencem a um incessante processo em que forças se movimentam para produzir sentido ao vivido. Assim, tem-se a criação de um mapa, composto por um plano extensivo e outro intensivo. O primeiro trata daquilo considerado como o já dito, o já visto, ou seja, os trajetos histórico-mundiais significados por um saber. O segundo trata das forças que colocam uma vida, um pensamento, obras de arte, conceitos filosóficos ou teorias científicas em movimento, criando outras formas de ver e de dizer o mundo (DELEUZE, 2005).

No plano extensivo da pesquisa, foi feita uma caminhada errática pelas bordas da cidade de Pelotas. Realizada por um grupo formado em decorrência do seminário Explor-ações urbanas: errar no limiar, ofertado no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de

Pelotas<sup>28</sup>. Nele, caminhou-se às quartas-feiras, do dia 17 de agosto de 2016 a 1º de março de 2017, percorrendo-se o perímetro urbano em oito trechos diferentes. Em meio à experiência, foram criados mapas dos movimentos e trajetos, bem com um diário de bordo foi escrito.

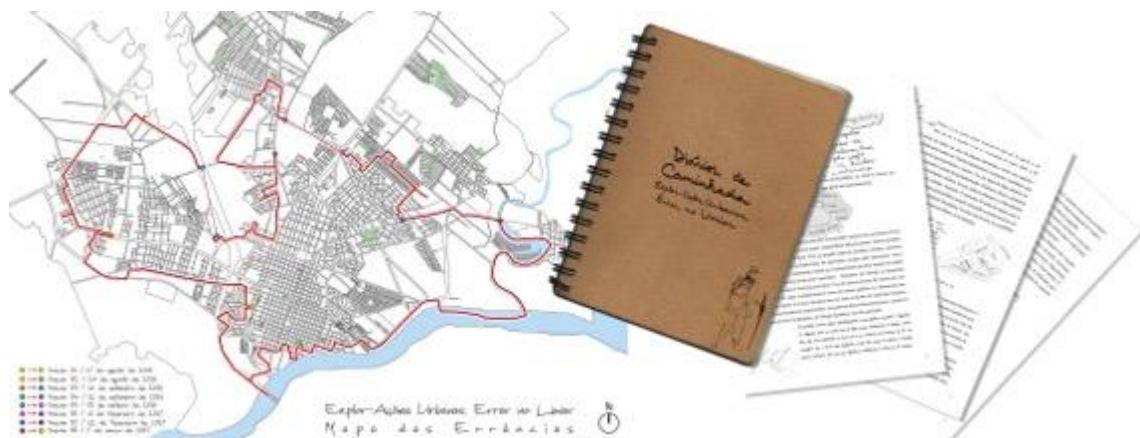


Figura 1 Mapa Explor-ações urbanas (à esquerda) e diário de bordo (à direita). Fonte: Gustavo Nunes, 2017.

Além das caminhadas, compõe ainda o plano extensivo, estudou-se o caminhar em três distintas áreas do conhecimento, nomeadas por Deleuze e Guattari (2010) de caóides. São elas: arte, ciência e filosofia. Na arte, encontrou-se com Francis Alÿs (2006), artista belga radicado no México desde 1986, que caminhou repetidas vezes pelas ruas da capital mexicana, destruídas por um terremoto em 1985. Na tentativa de dialogar com seu contexto urbano caótico e apreendê-lo, acabou produzindo variadas formas de expressão para a experiência, tais como desenhos, pinturas, performances e vídeo-arte.

Na filosofia, acompanhou-se Friedrich Nietzsche em suas caminhadas próximas aos penhascos à beira mar de Sorrento ou pelas montanhas em Sils Maria. Nelas, buscava um pensar liberto das amarras da razão e próximo ao corpo. Tal exercício foi considerado por ele um momento de grande saúde, possibilitado pela força do pensamento em relação ao movimento da caminhada. Na ciência, percorreu-se a história do urbanismo, os modos como foi constituída a formação do arquiteto e urbanista até as torções em tal pensamento provenientes da ideia de um caminhar como prática estética, apontadas pelo arquiteto italiano Francesco Careri (2013).

O plano intensivo da pesquisa surge a partir das forças que atravessaram o corpo do arquiteto errante quando em deslocamento pelas bordas da cidade, apreendidas no diário de bordo. Este funciona como instrumento para coleta de dados e implica a subjetividade daquele que escreve. O movimento analítico da pesquisa emerge, então, a partir do cruzamento dos dois planos. Assim, os saberes teóricos reunidos no primeiro

<sup>28</sup> Seminário ministrado pela Profª. Dra. Emanuela di Felice, pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPel.

plano são convocados para produzir novos sentidos e saberes para a formação do arquiteto que erra pelas bordas da cidade

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa trata de um modo de constituição do arquiteto e urbanista que caminha de forma errática<sup>29</sup> para entrar em relação com as forças da borda<sup>30</sup> urbana e, dessa forma, produzir singularidades em meio a elas, afetando e se deixando afetar pelos acontecimentos aí desencadeados. Ocupando-se do diário de bordo, colocam-se novas questões: o que tal ação tem a ensinar para um profissional em formação? Que signos emergem a partir da prática da errância pela cidade não cartesiana e como isso produz subjetivação?

Para Deleuze (2005; 2016), um processo de subjetivação é produzido por três dispositivos: saber, poder e subjetividade. No primeiro deles, os saberes são responsáveis pelos modos de ver e dizer de toda uma formação histórica, que condiciona o visível e o enunciável. Dessa maneira, o ponto de vista a partir do qual o arquiteto olha para a cidade está situado dentro da cidade histórica (CARERI, 2013). Assim, todo fenômeno que rompe sua estrutura, organizada geralmente de forma cartesiana, é visto como caótico, sendo preciso intervir, curar, pôr ordem, dar qualidade (*idem*).

A partir do estudo da formação do arquiteto e urbanista, pode-se afirmar que este, ao operar seu saber sobre a cidade, age ora como um compositor de belas formas (VITRUVIUS, 2007), ora enquanto projetista que utiliza a razão para pensá-la (INEP, 2010), ora à maneira de um profissional utópico, que a pensa voltada a um ideal de futuro (CORBUSIER, 1993). Todavia, as relações de saber se modificam na medida em que encontram relações de poder que estão para além de seu regime de significação.

Quando isso acontece, o pensamento se movimenta para criar novos sentidos ao mundo, como o que ocorreu com Francis Alÿs. Formado em arquitetura na Bélgica, foi trabalhar nas obras de reconstrução da capital do México, destruída por um terremoto. Mediante o caos urbano, seus saberes não dão conta de entender as novas relações de poder que proliferaram no centro da cidade, como o comércio informal, e por isso realiza repetidas caminhadas para apreender tais acontecimentos. Com a prática, acaba por se singularizar de outra maneira, tornando-se artista. Na mesma perspectiva, durante o seminário Explor-ações urbanas, buscou-se encontrar com tais forças que vazam a estrutura da cidade, na tentativa de criar outras maneiras de olhá-la e expressá-la. Porém, quais forças são essas e como ocorre tal processo?

Um exemplo pode ser o evento ocorrido logo no início das explorações, quando o grupo se deparou com uma família em pleno ato de ocupação de um espaço de terra nas bordas da cidade. Ao serem abordados pelos alunos que cursavam o seminário, um dos habitantes autodenominado Prefeito disse-lhes

<sup>29</sup> Para Jacques (2014), as errâncias são experiências de apreensão e investigação do espaço urbano pelo corpo, contadas a partir de pequenas narrativas.

<sup>30</sup> A borda urbana refere-se aos limites geográficos e políticos da cidade, bem como aos lugares em que o traçado urbano em sua forma cartesiana é rompido.

de sua surpresa por haver pessoas olhando para ele, pois “geralmente ninguém o olhava. As pessoas tinham desenvolvido o mau olhado, ou seja, tinham perdido a capacidade de olhar para as coisas”<sup>31</sup>. Além disso, ao ocupar o lugar, “batalhariam por um pedaço de chão nesse mundo”<sup>32</sup>.

Tal encontro atesta certa invisibilidade daqueles que estão na margem da sociedade, geralmente habitando as bordas urbanas. Invisíveis aos olhos acostumados a perceber apenas a estrutura urbana consolidada, produzem movimentos no pensamento do arquiteto e urbanista, que não sabe como agir em tais situações. Isso ocorre devido à sua formação, que tem privilegiado uma aproximação da cidade através da planificação do mapa, usado geralmente pelo Estado e capital para controlar os fluxos urbanos, como os projetos de planejamento regional e mobilidade. Assim, ao distanciar o corpo daquilo que acontece na cidade, seu saber não dá conta de apreender as forças do presente, que estão sempre em movimento. O diário tem sido, então, um instrumento de captura de tais intensidades da cidade, ou seja, aquilo que acontece e não está significado pelos saberes que constituem a profissão. Aqui, essas forças são consideradas matéria do pensamento. Tal processo inventa um outro tipo de arquiteto e urbanista, que caminha para pensar a cidade, constituindo assim um outro território de formação. À maneira de Nietzsche, que registrava em pequenos cadernos os pensamentos que lhe ocorriam durante as caminhadas (NIETZSCHE apud GROS, 2010), durante as errâncias, “pegamos ruas sem saída, fizemos retornos, inscrevemos na pele o espaço”<sup>33</sup>, pois se “os meios de se conhecer a cidade limitam-se a processos racionais, fica-se sem saber o que acontece no espaço em sua intensidade”<sup>34</sup>.

#### 4. CONCLUSÕES

No percurso errático realizado, pode-se afirmar uma outra forma de apreender e aprender com a cidade. Se o arquiteto tem sido ora um compositor de belas formas, ora o idealizador de um urbanismo utópico, a prática da errância possibilita um processo de subjetivação desse profissional em relação com as forças do presente, como aquelas encontradas nas bordas da cidade e citadas anteriormente.

Na experimentação realizada, aprende-se que se trata menos de transformar a cidade, mas de se transformar com a cidade, acolhendo os signos que afloram em espaços de invisibilidade e que, usualmente, fogem à forma cartesiana de organizá-la, sendo excluídos das demandas do Estado e do capital. Assim, na medida em que se coloca o corpo e o pensamento em encontro com forças que fogem aos saberes consolidados da profissão, como os relativos ao controle do espaço viabilizado pela planificação do mapa, abrem-se possibilidades de pensar a cidade a partir de seus acontecimentos.

<sup>31</sup> Fragmento extraído do diário de bordo, do dia 24 de agosto de 2016.

<sup>32</sup> Idem.

<sup>33</sup> Fragmento extraído do diário de bordo, do dia 14 de setembro de 2016.

<sup>34</sup> Idem

Nesse movimento, afirma-se o caminhar enquanto uma atitude ética (ROLNIK, 2014) que permite ao arquiteto e urbanista singularizar-se em meio à imanência do presente que se expressa nos limiares da cidade.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALÝS, Francis; MEDINA, Cuauhtémoc; DISERENS, Corinne. **Diez cuadras alrededor del estudio**. México: Antiguo Colegio de San Ildefonso, 2006.

CARERI, Francesco. **Walkscapes**. São Paulo: G.Gilli, 2013.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

\_\_\_\_\_. **Dois regimes de loucos**. São Paulo: Editora 34, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**. 2. v.1. São Paulo: Editora 34, 1995.

\_\_\_\_\_. **O que é a filosofia**. São Paulo: Editora 34, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GROS, Fréderic. **Caminhar: uma filosofia**. São Paulo: É Realizações, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Trajetória e estado da arte da formação em engenharia, arquitetura e agronomia**. Brasília: Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, 2010.

JACQUES, Paola B. **Elogio aos Errantes**. Salvador: EDUFBA, 2014.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2014.

## 2.11 CAUSA, ASPECTOS DA CAUSA E CENÁRIOS POSSÍVEIS PARA REVERTER AS EXPERIÊNCIAS EMOCIONAIS NEGATIVAS DURANTE A CAMINHADA POR TRECHOS DE RUAS ATRAVÉS DO DESIGN ESTRATÉGICO: a Rua General Câmara como estudo de caso

Fernanda Fedrizzi Loureiro de Lima<sup>1</sup>

<sup>1</sup>arquiteta e urbanista, especialista em design estratégico  
fernanda.fedrizzi@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

Esse artigo propõe a conexão entre o entendimento emocional do ser humano em contato com o território, através do design para emoções, e das possibilidades de qualificação do lugar, sob a ótica do urbanismo, onde a conexão e a complexidade surgem como tentativa de obter uma estrutura projetual mais robusta para lidar com as experiências emocionais negativas geradas ao caminhar por um trecho da Rua General Câmara, em Porto Alegre. Busca-se a causa da experiência negativa, os aspectos da causa e, também, descobrir a vocação do lugar e o possível caminho projetual que deve ser tomado para obter-se experiências emocionais positivas. Como resultado da proposta obtém-se a avaliação do potencial de utilização dos dois métodos em conjunto para projetar possíveis futuros que contemplam as necessidades físicas, sociais e psicológicas das pessoas que circulam pela rua analisada.

Tuan (1997), diz que o lugar é identificado pela experiência sensível e estética, correspondendo tanto às emoções que provocam o espaço, quanto às qualidades espaciais e o seu entendimento. Quando somamos significado e sentido a um mesmo lugar criamos uma experiência completa, onde os usuários entram em estado de total absorção. Zevi (1996), diz que a arquitetura surge do vazio em que as pessoas circularam e não do espaço construído, e esse vazio só pode ser vivido e conhecido pela experiência direta. Gehl (2014) salienta que a melhor forma de projetar espaços públicos pensados para pessoas é observando o comportamento humano. Através do cruzamento de dois métodos de pesquisa busca-se elaborar um método de projeto que faça a amarração entre o momento da experiência e o momento de reflexão sobre ela. As questões de *Appraisal* avaliam as experiências emocionais dos usuários e, para avaliar o lugar, surge o *Placegame*, método de avaliação de lugares criado pelo *Placemaking*.

Desmet e Hekkert (2007), afirmam que a experiência do usuário é compreendida por três tipos de experiência: estética, que trata da capacidade de envolver os sentidos; de significado, que desperta através de experiências ou conhecimentos prévios; e, emocional, ligada às emoções ativadas durante o processo da experiência. Contudo, há uma hierarquia natural entre essas experiências, e as emoções surgem do encontro entre o produto e as predisposições do usuário. Esse encontro é definido como o *Appraisal* (Desmet, 2002). Uma das aplicações do modelo de Desmet (2002) no contexto do design para emoções é utilizar as questões chave de *Appraisal* (Demir,

Desmet e Hekkert, 2009), que surgem como o entendimento profundo das necessidades do usuário, mais focado nas pessoas e suas experiências intransferíveis, levando em conta as experiências sensoriais e de significado.

*Placegame* é um jogo de avaliação de performance dos espaços públicos, onde a população local faz o papel de projetistas e pesquisadores, entrevistando outros frequentadores da área e buscando compreender oportunidades e fraquezas do local. É, também, uma ferramenta para iniciar o processo de projetação do *Placemaking*, abordagem que mostra às pessoas a importância e o valor da visão coletiva no processo de imaginar e potencializar espaços públicos através da vida social nas ruas (*Project for Public Spaces*, 2009).

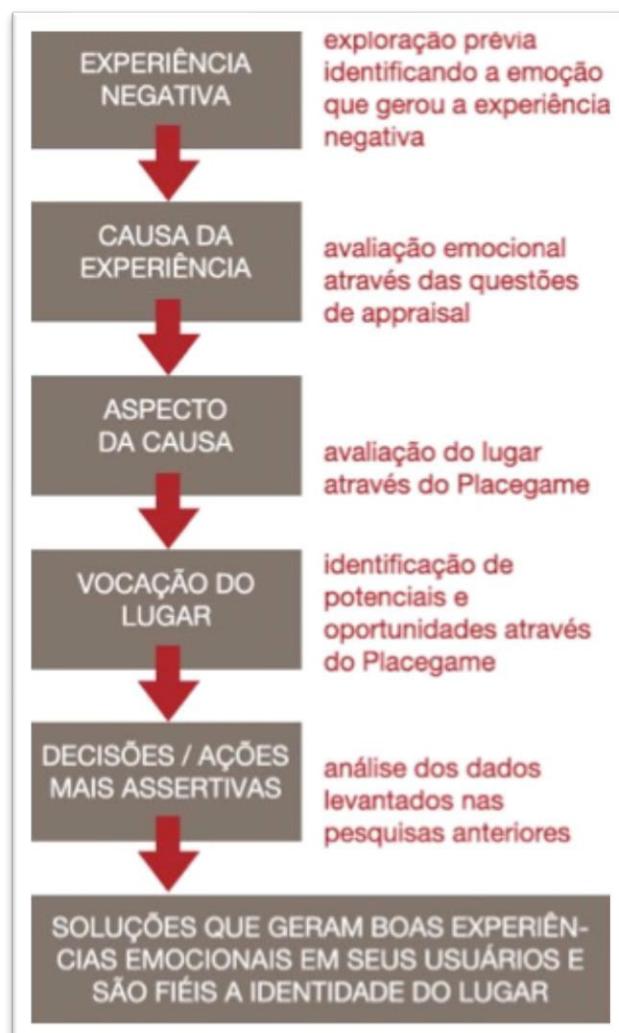
Neste estudo os dados coletados nas pesquisas de *Appraisal* e *Placegame* serão utilizados para criar um gráfico *SWOT* (sigla das palavras Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças em inglês) de onde serão retiradas as palavras-síntese que definirão as polaridades, que serão cruzadas afim de criar cenários e *visions* para os possíveis rumos projetuais para a área analisada. Na aplicação para projetos urbanísticos as *visions* podem ser entendidas como diretrizes projetuais.

## 2. METODOLOGIA

A análise da experiência dos usuários foi feita na Rua General Câmara, conexão entre dois dos principais espaços públicos da cidade: a Praça da Alfândega e a Praça Marechal Theodoro. Para buscar respostas mais interessantes sobre a pesquisa foi escolhido trabalhar com pessoas que tiveram experiências negativas durante a caminhada. Utilizar um perfil insatisfeito possibilita a proposição de ações que possam satisfazer as necessidades deste e de outros perfis, mais satisfeitos, atingindo todos de forma positiva ao fim de um processo de projeto.

A pesquisa inicia com a pergunta sobre o tipo de experiência emocional obtida na caminhada. Nos casos de emoção neutra ou positiva, não se deu continuidade à pesquisa.

Figura 1: Esquema do método de projeto.



Fonte: Elaborada pela autora.

O fato do usuário entrevistado ter iniciado a responder as questões relatando experiências negativas lhe permite, ao longo da pesquisa, pensar sobre essas emoções e sugerir alterações para que reflitam seus desejos em relação ao lugar. Pelo fato da pesquisa buscar os aspectos emocionais relacionados a este contato, o entrevistado não pode saber do seu papel como colaborador em um processo de projeto, caso contrário suas respostas estariam condicionadas aquilo que ele julga ser a resposta correta para os problemas da área. Cabe ao designer analisar e interpretar o que foi coletado nas pesquisas e dar continuidade ao processo de projeto.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa em campo foi realizada duas vezes: A primeira tentativa ocorreu com a aplicação das questões de *Appraisal*, uma pausa e então o preenchimento da avaliação do lugar e identificação de oportunidades do *Placegame*. Na segunda tentativa ocorreu da aplicação de ambos os métodos na sequência, fazendo com o que o usuário refletisse sobre suas experiências, percepções e desejos de forma continuada. Em ambos os dias as entrevistas foram feitas durante a tarde, com temperatura amena e céu nublado, os áudios foram gravados, foram anotadas as principais palavras ditas e coletadas as mesmas informações sobre os usuários. A pesquisa, qualitativa, encerrou-se por repetição.

Figura 2: Pergunta inicial e questões de *Appraisal*. Síntese das respostas dadas pelos entrevistados em ordem do mais referidos aos menos referidos.

<p>0. Resuma sua experiência emocional ao caminhar por esse trecho da rua</p> <p>DIA 01   INSEGURANÇA; CANSATIVA; terrível; DIA 02   RUIM; claustrofóbica; dolorosa; estranha; triste;</p>
<p>1. Por qual MOTIVO ou necessidade você percorreu essa rua?</p> <p>DESLOCAMENTO; comércio; trabalho; serviços; lazer;</p>
<p>2. Como você sente-se em termos de PRAZER ou desprazer ao caminhar por esse trecho da rua?</p> <p>DESPRAZER; neutro; prazer;</p>
<p>3. Quais eram suas EXPECTATIVAS sobre caminhar nessa rua?</p> <p>SEM EXPECTATIVAS; encontrar comércio; ver um paisagem bonita; ficar/manter-se bem; encontrar amigos;</p>
<p>4. A experiência de caminhar nesse trecho de rua foi acima ou abaixo da NORMALIDADE em comparação à percursos semelhantes vividos ou conhecidos por você?</p> <p>ABAIXO; normal; acima;</p>
<p>5. Quanto de CERTEZA você teve sobre o que poderia encontrar, fazer ou ocorrer nessa rua e sobre os efeitos futuros desses acontecimentos?</p> <p>MUITA CERTEZA; média certeza; nenhuma certeza;</p>
<p>6. Quem ou o que (pessoa, objeto, circunstância) você acredita ser RESPONSÁVEL pelas experiências que você tem nesse local? Como você se sente em relação a isso?</p> <p>OUTRAS PESSOAS; prefeitura municipal; a própria pessoa; não soube responder; topografia; insegurança;</p>
<p>7. (em caso de emoção negativa na anterior) Como você LIDOU/LIDA com essa situação? Se não conseguiu lidar, por que?</p> <p>ACEITANDO OS FATOS; tristeza; prevenção; irritação; não consegue lidar com a situação;</p>

Fonte: Elaborada pela autora.

Após esse momento inicial a avaliação segue pelo *Placegame*.

Figura 3: Questões de avaliação do lugar:  
síntese e média das respostas dadas pelos entrevistados.

Conforto e Aparência	RUIM	RAZOÁVEL	BOM
Atratividade	1	2	3
Sensação de Segurança	1	2	3
Limpeza e Manutenção	1	2	3
Sensação de revigoramento e restauração	1	2	3
Conforto e Aparência   avaliação geral: (soma/4)		1,29	

Acessos e Conexões	RUIM	RAZOÁVEL	BOM
Identificável à distância	1	2	3
Caminhável	1	2	3
Acessível através de transporte motorizado	1	2	3
Sinalização e Informação claras	1	2	3
Acessos e Conexões   avaliação geral: (soma/4)		1,70	

Usos e Atividades	RUIM	RAZOÁVEL	BOM
Contorno dos lugares para sentar	1	2	3
Frequência de eventos/atividades	1	2	3
Ocupação da área	1	2	3
Variedade de coisas para fazer	1	2	3
Usos e Atividades   avaliação geral: (soma/4)		1,33	

Sociabilidade	RUIM	RAZOÁVEL	BOM
Pessoas em grupos	1	2	3
Evidências de voluntariado	1	2	3
Sentimento de orgulho e pertencimento	1	2	3
Presença de crianças e idosos	1	2	3
Sociabilidade   avaliação geral: (soma/4)		1,54	

Fonte: *Project for Public Spaces* (2002).  
Tradução livre e preenchimento feitos pela autora.

Compreende-se que as classificações foram negativas por conta do perfil dos entrevistados, contudo nota-se quais desses aspectos são mais ou menos problemáticos através da análise geral dos dados. Na identificação de oportunidades os entrevistados, já com um olhar mais apurado sobre aquele trecho de rua, chegaram nos seguintes resultados:

Figura 4: Questões de identificação de oportunidades:

síntese e média das respostas dadas pelos entrevistados.

**1. O que você mais gosta sobre esse lugar?**

SEBOS E LIVRARIAS  
Comércio

**2. Liste três coisas que você faria para melhorar esse lugar que poderiam ser feitas imediatamente e não custariam muito:**

- | DIMINUIR / RETIRAR CARROS E MOTOS DA RUA
- | Inserir lugares para sentar
- | Limpeza da rua

**3. Quais três mudanças a longo prazo você faria que teriam o maior impacto nesse lugar?**

- | MELHORAR A ACESSIBILIDADE
- | Manutenção das calçadas
- | Manutenção das fachadas das edificações

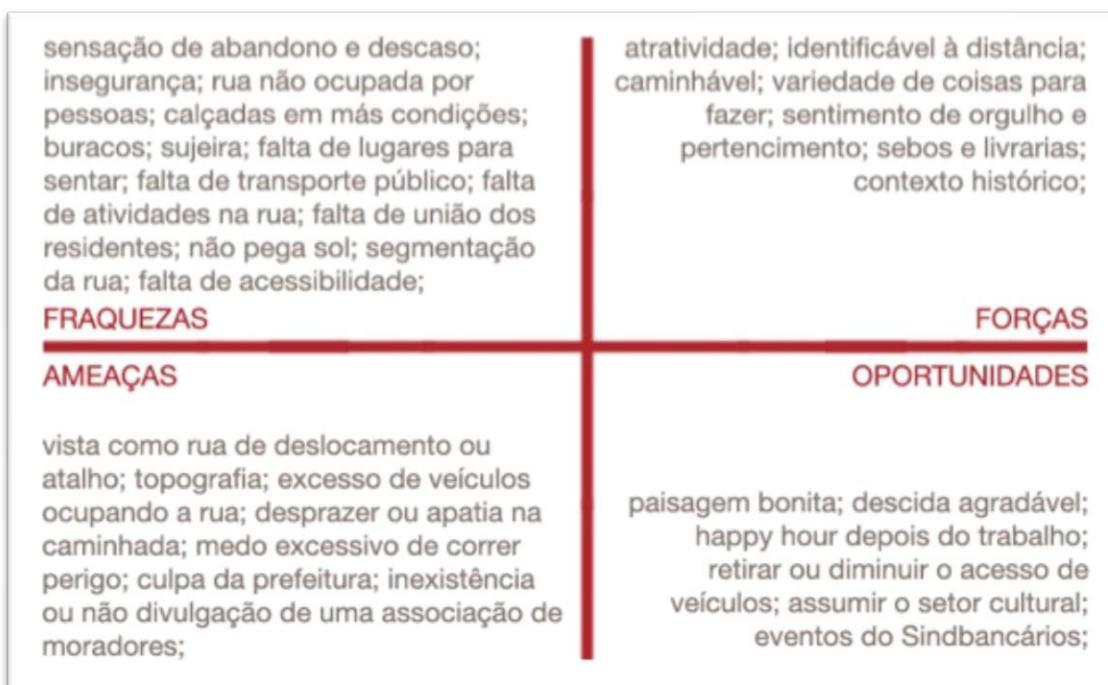
**4. Quais parceiros e/ou talentos locais você identificou que poderiam implementar alguma das suas propostas de melhoria? Por favor seja o mais específico possível.**

PREFEITURA  
Associação de moradores

Fonte: Adaptação de *Project for Public Spaces* (2002).  
Tradução livre e preenchimento dos dados feitos pela autora.

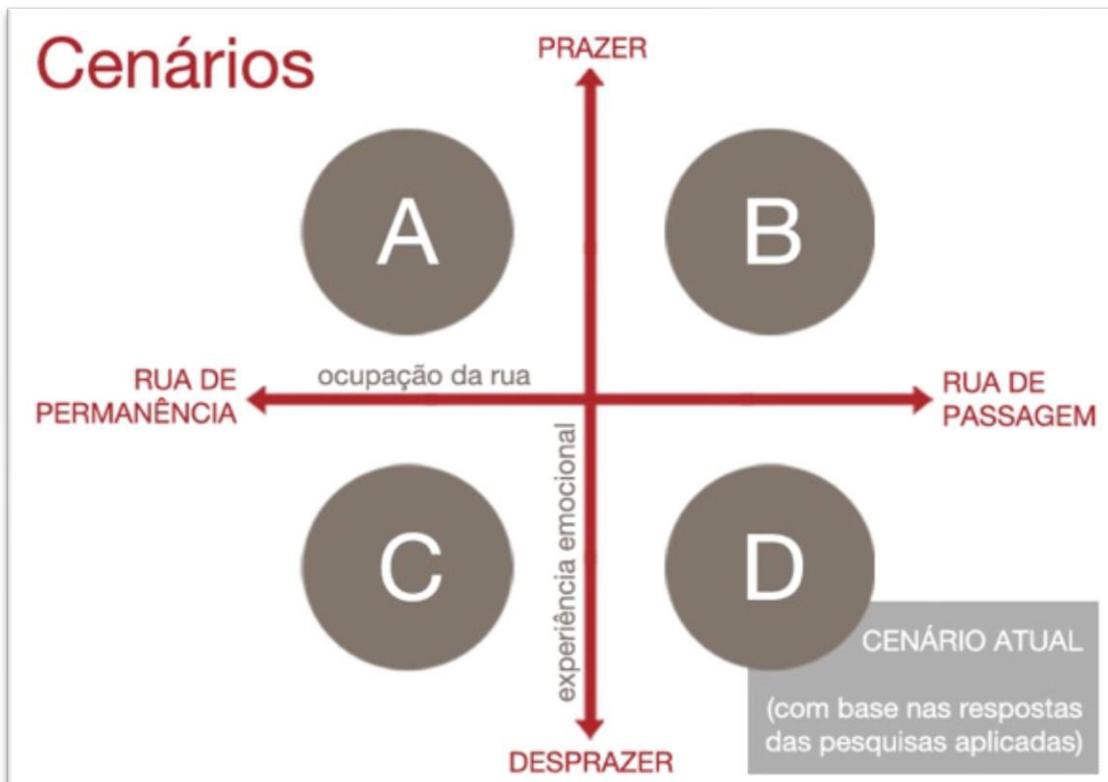
A partir deste momento entrou em cena a figura do designer-intérprete, compreendendo e analisando as informações retiradas das pesquisas e propondo caminhos projetuais. Foi possível visualizar as expressões e palavras que mais apareceram durante os questionários e com isso montar um gráfico SWOT, indicando palavras que sintetizam as falas dos entrevistados. Com isso encontraram-se possibilidades de polaridades, que foram traçadas com base na ocupação da rua e na experiência emocional dos entrevistados. Optou-se, então, utilizar as polaridades Permanência-Passagem e Prazer-Desprazer.

Figura 5: Gráfico SWOT.



Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 6: Polaridades para a construção dos cenários.



Fonte: Elaborada pela autora.

Dando sequência, foram desenvolvidas narrativas e propostas *visions* para os cenários. Do cenário A, cruzamento entre “Prazer” e “Rua de Permanência” surgiu o cenário “Rua para Pessoas”. Do cenário B cruzamento entre “Prazer” e “Rua de Passagem” surgiu o cenário “Da Apatia à Recompensa”. Do cenário C, cruzamento entre “Desprazer” e “Rua de Permanência” surgiu o cenário “Enjambre”. Do cenário D, cruzamento entre “Desprazer” e “Rua de Passagem” surgiu o cenário “Tudo Igual, Nada Mudou”.

A fim de demonstrar o desenvolvimento de um cenário expõe-se aqui o “Rua para Pessoas”: “Oferece cultura, lazer e uma bela vista para cada direção que se olha. Exclusiva para pedestres, conta com espaços de permanência e entretenimento. Crianças e idosos dividem espaço e são capazes de subir e descer a ladeira sem problemas após a reestruturação da rua, que trouxe segurança e conforto ao caminhar.”

*Visions:* Menos carros, mais pessoas; Espaços de vida social; Instalação de barras de apoio nas fachadas; Criação de uma associação de moradores; Revitalização e reformas; Sinalizar e informar sobre o Setor Cultural;

Figura 7: *Moodboard* do Cenário A “Rua para Pessoas”.



Fonte: Imagens retiradas do Pixabay. Montagem elaborada pela autora.

#### 4. CONCLUSÕES

Foi vista uma oportunidade de inovação no processo de projetar o território através da coleta das informações por meio das questões de *Appraisal* e do *Placegame* e da figura do designer-intérprete. As modificações ao longo do desenvolvimento trouxeram amadurecimento ao processo, porém, para validação completa desse método de projeto seria interessante aplicar as questões de *Appraisal* e *Placegame* em situações climáticas diversas e em diferentes horários, a fim de se obter um entendimento global das causas das experiências emocionais negativas. Contudo, foram obtidos resultados suficientes para compreender as necessidades dos usuários da rua e os rumos que poderiam ser tomados para atingir uma situação onde o caminhar torna-se prazeroso.

A metodologia de projeto desenvolvida neste estudo possibilita a criação de *visions* mais assertivas para projetos de áreas urbanas. Optar por colocar o usuário como fonte de informação trouxe à tona as camadas mais íntimas da experiência e, ao buscar por usuários que tiveram experiências emocionais negativas orientou o trabalho para uma situação extrema, porém, sabendo solucionar problemas que surgiram do íntimo dessas pessoas, é possível propor soluções para outros usuários como consequência dos resultados propostos para o grupo escolhido, garantindo satisfação física, social e psicológica para todos que circulam por aquele trecho de rua.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSEMBLEIA DO CIAM. **Carta de Atenas**. Assembleia do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, novembro de 1933. Acessado em 02 nov. 2017. Online. Disponível em:  
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>
- CARDOSO, R. **Design para um mundo complexo**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- CARERI, F. **Walkspaces**: o caminhar como prática estética. / Francesco Careri; Prefácio de Paola Berenstein Jacques; Tradução de Frederico Bonaldo. São Paulo: G Gili, 2013. 1v.
- DESMET, P. HEKKERT, P. Framework of product experience. **International Journal of Design**, Delft, v.1, n.1, p. 57-66, 2007.
- FLUSSER, V. **O mundo codificado**: por uma filosofia do design e da comunicação. / Vilém Flusser; Organizado por Rafael Cardoso; Tradução: Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- FRANCO, S.C. **Guia histórico de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS)/Prefeitura Municipal, 1992.
- GEHL, J. **Cidade para pessoas**. / Jan Gehl; Tradução de Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- HERZOG, C.P. **Cidade para todos, (re)aprendendo a conviver com a natureza**. Rio de Janeiro: Mauad x Inverde, 2013.
- JACKSON, J.B. **A sense of place, a sense of time**. New Haven: Yale University Press, 1994.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. / Edgar Morin; Tradução de Dulce Matos. Lisboa: Instituto Piaget, 2008. 5v.

MUNARI, B. **Das coisas nascem coisas.** / Bruno Munari; Tradução de José Manuel de Vasconcelos. Lisboa: Edições 70, 1981.

NIEMEYER, L. **Design no Brasil:** origens e instalação. Rio de Janeiro: 2AB, 2007.

NORMAN, D.A. **Design emocional:** por que adoramos (ou detestamos) os objetos do dia-a-dia. Tradução: Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

PIXABAY. **Banco de imagens Pixabay.** Acessado em 15 jul. 2016. Online. Disponível em: <https://pixabay.com/pt>

PROJECT FOR PUBLIC SPACES. **Placegame.** Project For Public Spaces, Nova Iorque, 31 dez. 2009. Acessado em 08 jul. 2016. Online. Disponível em: [http://www.pps.org/pdf/livemem\\_placegame.pdf](http://www.pps.org/pdf/livemem_placegame.pdf)

PROJECT FOR PUBLIC SPACES. **What is Placemaking?** Project For Public Spaces, Nova Iorque, 31 dez. 2009. Acessado em 02 nov. 2017. Online. Disponível em: [http://www.pps.org/reference/what\\_is\\_placemaking](http://www.pps.org/reference/what_is_placemaking)

REYES, P. **Projeto por cenários:** o território em foco. / Paulo Reyes, --. Porto Alegre: Sulina, 2015.

TUAN, Y. **Space and place:** the perspective of experience. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977.

VERGANTI, R. **Design-driven innovation:** mudando as regras da competição: a inovação radical do significado de produtos. São Paulo: Canal Certo, 2012.

ZEVI, B. **Saber ver a arquitetura.** / Bruno Zevi; Tradução de Maria Isabel Gaspar e Gaëtan Martins de Oliveira. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 5v.

## **2.12 CENTRO HISTÓRICO DE CANOAS: corredor cultural e a busca pela identidade**

**Bruna Bonacina Pereira<sup>1</sup>; Débora Becker<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Unisinos – [bruna\\_bonacina@hotmail.com](mailto:bruna_bonacina@hotmail.com)

<sup>2</sup>Unisinos – [debabecker74@gmail.com](mailto:debabecker74@gmail.com)

### **1. INTRODUÇÃO**

Este artigo tem por objetivo apresentar uma proposta de projeto para requalificação urbana do centro de Canoas/RS, através da adoção de estratégias de desenho urbano, que focam na solução dos problemas de mobilidade e acessibilidade, resgatam o patrimônio cultural da cidade e visam à humanização dos espaços públicos, dotando-os de vitalidade, identidade, estrutura e boa imagem.

Canoas, localizada na Região Metropolitana de Porto Alegre/RS, tem como principal característica físico-espacial a segmentação gerada pela existência de duas importantes barreiras físicas, que possuem uma intrínseca relação com a cidade: a rodovia BR-116 e a Linha do Trensurb, as quais contribuíram para o desenvolvimento local, porém parcelam a cidade, gerando grandes problemas de mobilidade, expansão e relação entre bairros.

Buscou-se com este estudo entender os aspectos que geraram a problemática atual da cidade e investigar possíveis soluções para a área central.

### **2. METODOLOGIA**

Para apreensão da área de estudo foi adotada metodologia sugerida por DEL RIO (1990) que busca compreender o sentido do lugar através da leitura de seus atributos físicos, culturais e sociais e das concepções de seus usuários. Dessa forma, foram realizadas análises técnicas, como levantamento de dados e arquivos, leitura da morfologia urbana, e sintaxe espacial (HILLIER e HANSON, 1984); e análise da percepção dos usuários, através da aplicação de questionários e de mapas mentais (LYNCH, 1960).

As análises técnicas foram realizadas através de estudos de cartografias e imagens de satélite da área, buscando dados e estatísticas junto aos órgãos públicos; assim como análises no próprio local e com seus usuários, registrando os pontos críticos e favoráveis de cada item analisado. Aplicou-se também uma pesquisa com os usuários, através de formulário digital, onde a principal intenção foi obter a percepção do usuário do espaço sobre seu próprio espaço.

A partir destes dois tipos de análise – técnicas e dos usuários - foram estabelecidas as principais potencialidades e deficiências da área, gerando

assim análises, especializadas em mapas, de mobilidade para veículos e pedestres, fluxo de transportes coletivos, usos e alturas, atividades, etc.

Além das análises sociais, históricas e legais, a mobilidade foi profundamente estudada através de sintaxe espacial, para que fosse possível estabelecer as áreas mais críticas para mobilidade de veículos e pedestres, possibilitando determinar onde cabiam alterações estruturais na proposição do projeto.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O centro de Canoas é particularmente atingido por duas barreiras físicas construídas – BR-116 e Linha 1 da Trensurb - vez que está localizado entre estas; configurando-se num local inseguro para pedestres, com graves problemas de trânsito e sem relação com outras áreas da cidade. Fatos que agravam os problemas de mobilidade e isolam a área central, principalmente em horários não comerciais, fazendo com que o centro de Canoas apresente características de ilha, com diversas “pontes” para acessar a região: passarelas para pedestres e viadutos para veículos.

A região central de Canoas é o berço do desenvolvimento da cidade, local onde foi instalada a primeira estação de trem da então localidade do Capão das Canoas, em 1871, e ponto da qual a cidade evoluiu espacialmente; isto explica a concentração de todo patrimônio histórico cultural da cidade, a maioria já tombado, nesta área, todavia algumas destas edificações encontram-se subutilizados e desconhecidos pela própria população da canoense.

Parte destas edificações foi restaurada recentemente e com isto passaram a fazer parte da imagem da cidade, o que mostra que o estado degradado dos bens os torna praticamente invisível na paisagem. De encontro a estas ações já executadas, pretende-se apresentar neste estudo apresentar uma forma de dar continuidade ao processo de resgate de identidade do centro histórico de Canoas.

A partir das leituras obtidas, a principal estratégia utilizada para requalificação urbana foi o resgate da identidade a partir do uso de estratégias de desenho urbano, que valorizam o pedestre e propiciem a vitalidade do lugar.

Como principal elemento de proposição para requalificação da área central, surge o Corredor Cultural, que norteia a proposta a partir da criação de um percurso peatonal, qualificado paisagisticamente, e que articula nove pontos de centralidades, gerados a partir do patrimônio existente - edificações e espaços abertos.

Para cada uma das centralidades são geradas atividades culturais diversas, promovendo a formação da identidade e estrutura da área, inserindo a cultura no cotidiano da população, e visando valorizar o patrimônio histórico

cultural e arquitetônico existente através de um percurso urbano qualificado e com estratégias de valorização do pedestre e ciclista.

Para auxiliar na humanização dos espaços, foram adotadas estratégias de mobilidade como a criação de trechos em subsolo para passagem de trem e automóveis – projeto em estudo pelos órgãos municipais - liberando o nível da rua para os pedestres, além da inserção da malha cicloviária, proporcionando mais conexão com outras áreas da cidade; a reestruturação da malha viária, baseada em estudos de sintaxe espacial, visando distribuir o fluxo de maneira mais harmônica e levar mais segurança aos pedestres; alterações de usos e adequações morfológicas de edificações, buscando fomentar o uso em horários não comerciais; além do tratamento paisagístico dos espaços abertos públicos, com a inserção de um novo parque linear no trecho onde os veículos e Trensurb serão rebaixados.

Além das estratégias propostas para as melhorias estruturais da área, são estudados padrões de desenho com o objetivo de recontar a história de formação da cidade. Estes padrões são inseridos na pavimentação e mobiliário urbano proposto, partindo do núcleo central de desenvolvimento de Canoas: o local da primeira estação de trem.

#### **4. CONCLUSÕES**

Este trabalho tem como objetivo mostrar uma nova perspectiva sobre o problema de identidade apresentado na cidade de Canoas/RS, buscando resgatar o valor histórico, cultural e arquitetônico das edificações existentes, através de um percurso urbano com qualidades – o corredor cultural – melhorando com isso a caminhabilidade, buscando gerar processos de apropriação por parte da população e com isso aumentar a sensação de segurança.

Para atingir tais objetivos foram adotadas medidas para levar vitalidade e humanização à área central, propondo melhorias na mobilidade, conexões, paisagem urbana, buscando a valorização do pedestre.

Esta investigação visa mostrar uma nova perspectiva sobre uma área tão vital para qualquer cidade – o seu centro – e que no caso de Canoas abrange o berço de desenvolvimento da cidade, busca-se mostrar que algumas medidas simples, como a reformulação de perfis viários e a criação de mobiliários e espaços atraentes a diversificação de atividades, podem incentivar o uso da região e valorizar os bens ali inseridos.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livro

Prefeitura Municipal de Canoas: Instituto Canoas XXI. **Estado da Cidade: Um Retrato de Canoas.** Canoas, 2014

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. **The social logic of space.** Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1960.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento.** São Paulo: PINI, 1990.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas.** São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2010.

### Tese/Dissertação/Monografia

BRITTO, Marcelo Famil. **Análise do Perfil Socioeconômico do Município de Canoas-RS.** Porto Alegre, 2009. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) – Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

### Documentos eletrônicos

Prefeitura Municipal de Canoas. **A cidade.** Acessado em 05 nov. 2017. Online. Disponível em: <http://www.canoas.rs.gov.br/site/home/pagina/id/7>

Facebook. **Fotos Antigas de Canoas.** Acessado em 05 nov. 2017. Online. Disponível em: <https://www.facebook.com/FotosAntigasDeCanoas>

Blog do Bairro Mathias Velho. **Fotos Antigas do Bairro.** 13 ago. 2009. Acessado em 05 nov. 2017. Online. Disponível em: <http://mathiasvelhocanoas.blogspot.com.br/2009/08/fotos-antigas-do-bairro.html>

## 2.13 CIDADES PEQUENAS: o papel de uma arquiteta-urbanista-cartógrafa na contemporaneidade

Luana Pavan Detoni<sup>1</sup>; Eduardo Rocha<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFPel – luanadetoni@gmail.com

<sup>2</sup> Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFPel – amigodudu@yahoo.com.br

### 1. INTRODUÇÃO

A partir dos estudos sobre as teorias do urbanismo contemporâneo e da filosofia da diferença, esse trabalho apresenta os resultados, ainda em construção, da pesquisa intitulada “CIDADES PEQUENAS: território de um devir menor na contemporaneidade”, desenvolvida no PROGRAU/UFPel. Na pesquisa foram abordadas as adversidades da arquitetura e do urbanismo quanto à apreensão do território das cidades pequenas, considerando a atualidade e os possíveis desejos de intervenção. Com o objetivo de aprender com os modos de vida e os lugares experienciados nas cidades pequenas, a fim de sugerir pistas sobre a prática de planos, projetos e intervenções urbanas, que possam atuar como potências na contemporaneidade.

O território das cidades pequenas na contemporaneidade apresenta a potência de um devir menor. Noção construída através dos encontros teóricos (i) com o conceito de fronteira (DELEUZE, 1997), experienciado entre o campo e a cidade; (ii) com o conceito de literatura menor (DELEUZE; GUATTARI, 2014), experienciado nos modos de subjetivação; e (iii) com o conceito de desejo (DELEUZE; GUATTARI, 2010 e ROLNIK, 2006) que experiencia a condição da contemporaneidade nas cidades pequenas. “Não são três momentos sucessivos em uma evolução. São três aspectos em uma só e mesma coisa, o Ritornelo” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 102).

Embora pouco abordada nas diversas áreas acadêmicas, os estudos sobre as cidades pequenas denota uma temática complexa, a começar pela classificação desses territórios. No Brasil, estatisticamente, 83% dos municípios têm população inferior a vinte mil habitantes, ou seja, pertencem à classe das cidades pequenas (SOARES; MELO, 2010). Para esta pesquisa, a classificação das cidades pequenas, vai além das variáveis de localização, densidade demográfica, crescimento populacional, economia, dimensão territorial, formação histórica, inserção regional, visto que é fundamental também o entendimento sobre suas características, seus cotidianos, suas funções e suas formas.

A pesquisa apoiada no método da cartografia capturou cenas, através de encontros dos planos extensivos e intensivos nas cidades pequenas localizadas na microrregião de Pelotas/RS. As cidades de pequeno porte podem ser classificadas como cidades dormitórios, cidades de passagem, cidades isoladas, cidades economicamente arruinadas. No entanto, são as cidades pequenas que se encontram na fronteira entre o campo e a cidade que interessam a esta pesquisa. Cidades que apresentam vivências e formas

singulares, que não estão estagnadas a favor da preservação das suas essências, e que também não são passíveis as representações impostas pela urbanização, mas se encontram na inflexão destes movimentos.

## 2. METODOLOGIA

“As cidades são locais fantasticamente dinâmicos, o que se aplica inteiramente a suas zonas prósperas, que propiciam solo fértil para os planos de milhares de pessoas” (JACOBS, 2000, p. 8). Reconhecer que existem singularidades e interesses distintos neste contexto é fundamental para a atuação do arquiteto e urbanista que se propõem a ação de planejar e projetar nas e para as cidades. Quase que contraditoriamente as concepções que definem planos e projetos, na perspectiva do urbanismo contemporâneo, desejam-se processos que permitam que a vida aconteça, transformando o produto final em elemento não hierarquizável, aberto no continuum do espaço e do tempo.

“Um processo que, al terminar, permita dejar unas condiciones abiertas para que la vida opere, igual cuando se planta un árbol” (GUALLART, 2008, p.5). Em consonância com as ideias de Vicente Guallart, a arquiteta-urbanista-cartógrafa pretende pesquisar de modo a deixar condições abertas para que a vida possa atuar nas cidades pequenas. No entanto, não como uma árvore, mas sim em um devir menor, como uma grama. A árvore, modelo representativo da raiz-pivotante ou fasciculada, segue uma lógica binária, articula e hierarquiza os decalques. A árvore é filiação, impõe o verbo “ser”. A grama, modelo representativo do rizoma, não segue uma lógica estrutural ou gerativa, é cartografia, mapa, e não decalque. O rizoma, é aliança, não tem início nem fim, se encontra sempre no meio, no entre as coisas, tem como tecido a conjunção “e... e... e...” (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

O método da cartografia possibilita a apreensão das cidades pequenas vista pela lógica das heterogeneidades presentes na contemporaneidade, através do plano da experiência, pesquisa-intervenção, por processos rizomáticos. Os resultados desta pesquisa cartográfica, ainda em construção, demonstram a importância entre o interesse da ciência que investiga e o interesse próprio da investigadora sobre as cidades pequenas. Na cartografia “o pesquisador sai da posição de quem – em um ponto de vista de terceira pessoa – julga a realidade do fenômeno estudado para aquela posição – ou atitude (o ethos da pesquisa) – de quem se interessa e cuida” (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2014, p. 29). Na experiência de arquiteta-urbanista-cartógrafa, a pesquisadora coloca-se em uma dimensão interativa, conferindo ao trabalho um sentido de cuidado às atividades de plano e projeto do urbanismo contemporâneo; e também às intervenções e práticas pedagógicas na contemporaneidade.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As cidades pequenas cartografadas nesta pesquisa demostram uma condição de “contra-urbanismo”, algumas cidades surgiram espontaneamente

e receberam uma pátina da vida. No entanto, além da ausência de planos e projetos na sua concepção, as cidades pequenas seguem sobrevivendo sem diretrizes para a implantação de medidas de ordem técnica, econômica, social ou política, provenientes das práticas do planejamento urbano, regulamentadas pelo plano diretor. E também, muitas vezes, sem a atividade técnica de criação para as intervenções no espaço urbano, ou seja, sem projetos urbanísticos de loteamento, regularização fundiária, sistema viário, acessibilidade, entre outros.

A atividade dos arquitetos e urbanistas em geral está voltada para as grandes e médias cidades. O Estatuto da Cidade (2002), por exemplo, traz essa concepção no seu conteúdo, onde grande parte dos instrumentos está direcionada aos processos de verticalização, de expansão periférica e da falta de habitação. Ressalta-se que no capítulo II da Política Urbana, o Estatuto apresenta como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Contudo, o plano diretor, instrumento básico dessa política de desenvolvimento, é obrigatório apenas para as cidades com mais de vinte mil habitantes. Fato que exclui a maioria dos municípios, para os quais o país não tem política específica, a não ser que as leis orgânicas estaduais ou municipais o determinem, ou que os municípios, voluntariamente, desejem implementar o plano diretor.

As cidades pequenas, sem ordenamentos previsíveis e controladores, podem ser vistas como cidades selvagens. Livres dos aspectos negativos e dos rigores formais, que remetem a artificialidade e a assepsia, característicos das práticas da arquitetura e do urbanismo em domesticar. Contudo, a intenção de um plano ou de um projeto é sempre positiva. Os arquitetos e urbanistas atuam em prol de resolver ou amenizar os problemas, qualificar os espaços, em síntese para tornar melhor a vida urbana, em cidades, em sociedades.

A produção do espaço urbano das cidades pequenas na contemporaneidade mostra além do presente momento também as aspirações da representação da “modernidade”. As modificações frutos desse desejo oferecem formas, objetos, conteúdos e problemas até então exclusivos de núcleos maiores, seu consumo e sua consumação incorporaram as novas formas aos modos de vida (BAUMGARTNER, 2010). O desejo da cidade grande e o desejo da cidade pequena visto pelo conceito nietzschiano de “eterno retorno”, continuado por Deleuze (1988), são faces da mesma moeda. Como uma chave para ultrapassar certos antagonismos, e atingir relações de complementariedade e sobreposição. Coexiste no desejo da cidade pequena um desejo da cidade grande, através de símbolos do desenvolvimento, a população deseja o shopping e o asfalto. Também no desejo da cidade grande coexiste um desejo da cidade pequena, que é exaltado pelas condições de segurança, tranquilidade e qualidade de vida.

Em meio à trivialidade do dia a dia, essas pequenas cidades mantêm certa originalidade em seus hábitos, diferenciando-se do simulacro que ocorre nas grandes cidades. Por exemplo, as relações de vizinhança, não são criadas ou idealizadas, são atos de resistência. Para Michel Foucault (1987) onde há poder, há resistência. Afirmação que indica os limites da disciplina, da relação de docilidade e utilidade dos sujeitos. Nesta pesquisa se adverte a relação de ordem da urbanização, tais limites, bordas, fronteiras estão sujeitas a

procedimentos capilares. Microrresistências, segundo Michel de Certeau (2014), movidas por práticas cotidianas antidisciplinares, as chamadas “táticas” ou “maneiras de fazer”. Capacidade criativa, de astúcia, de produção de resistências diante das chamadas “estratégias” do poder.

#### 4. CONCLUSÕES

A cidade pequena expressa por um devir menor, articula táticas no cotidiano imposto pela cidade grande, resiste às políticas impostas pelo urbanismo com referência nas metrópoles. Esse “devir minoritário é um caso político, e apela a todo um trabalho de potência, uma micropolítica ativa” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 78). Pesquisar sobre as cidades pequenas rompe com os estudos corriqueiros e tradicionais em arquitetura e urbanismo e aponta uma questão pedagógica nesse movimento de aprender com essas cidades. Esta pesquisa quando traspõem os lugares comuns, os estudos óbvios e por vezes ultrapassados, apresenta também uma possível contribuição das pistas da arquiteta-urbanista-cartógrafa para os princípios e métodos de ensino em arquitetura e urbanismo.

“A única finalidade aceitável das atividades humanas é a produção de uma subjetividade que enriqueça de modo contínuo sua relação com o mundo” (GUATTARI, 1992, p.33). As cenas experienciadas nas cidades pequenas estão diretamente relacionadas ao conceito de “produção de subjetividade” proposto por Félix Guattari (1992), sendo preciso considerar a singularidade de cada indivíduo. A ação da arquiteta-urbanista-cartógrafa na contemporaneidade requer flexibilidade, elasticidade, habilidade, agilidade, disposição. “Um mapa é uma questão de performance, enquanto que o decalque remete sempre a uma presumida competência”. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 21).

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMGARTNER, W. H. Diferenças e repetições na produção do espaço urbano de cidades pequenas e médias. In: LOPES, D. M. F.; BAUMGARTNER, W. H. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010, p. 45 - 58.

BRASIL. **Estatuto da Cidade e Legislação Correlata**. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de saber fazer**. Petrópolis: Vozes, 2014.

DELEUZE, G. **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Kafka: por uma literatura menor**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 1.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 4.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

GUALLART, V. **Geologics: geografía, información, arquitectura.** Barcelona: Actar, 2008.

GUATTARI, F. **Caosmose: Um novo paradigma estético.** São Paulo: Ed. 34, 1992.

GUATTARI, F; ROLNIK, S. **Micropolítica – Cartografias do desejo.** Petrópolis: Vozes, 1986.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 1987.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MARINHO, G.; POZZOBON, R. M. Plano Diretor para Pequenos Municípios. In: ROLNIK, R. (Org.). **Plano Diretor Participativo:** guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Disponível em:<<http://www.cidades.gov.br/>>. Acesso em 16/05/2017.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L.(Orgs.). **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e Produção de Subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. (Orgs.). **Pistas do Método da Cartografia: A experiência da pesquisa e o plano comum.** Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SOARES, B. R.; MELO, N. A. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. In: LOPES, D. M. F.; BAUMGARTNER, W. H. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso.** Salvador: SEI, 2010, p. 229 - 247.

## 2.14 CULTURA ATIVISMO CIDADE: a ocupação urbana do ‘Minhocão’ em São Paulo

Kelly Yamashita<sup>1</sup>; Miguel Antonio Buzzar<sup>2</sup>

<sup>1</sup>IAUUSP Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo –  
kelly.yamashita@usp.br

<sup>2</sup>IAUUSP Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo –  
mbuzzar@sc.usp.br

### 1. INTRODUÇÃO

É possível perceber pela emergência de conflitos e protestos – além de outros congêneres difusos como as ‘ocupações urbanas’ de praças, parques e ruas – que eclodiram em escala global na última década, que não apenas o espaço urbano, mas a dinâmica política e social das cidades, como um todo, se encontra em pauta. Alguns autores, no calor da hora das *occupies*, procuraram rapidamente compreender o acirramento social (que se instalava inclusive em solo brasileiro), apontando também para o florescimento de um conjunto de práticas de artistas e ativistas que pareciam manter como horizonte comum questionamentos da ordem da atual associação entre o capital financeiro e o imobiliário no plano urbano. Em muitas situações, a estratégia ensaiada se deu por meio de verdadeiros embates com aspectos concretos da vida nas cidades como justa contraposição aos processos da globalização neoliberal e suas consequências sociais desastrosas – as ações do *Occupy Wall Street* em Nova Iorque (2011), mas não apenas elas, são exemplos emblemáticos desse caso. Após as intensas manifestações políticas, sobretudo a partir das Jornadas de Junho (2013) no caso brasileiro, foi notável a verificação de que a agitação do período teria estimulado uma espécie de presença acentuada dos jovens, em grande parte grupos ligados à produção cultural, cuja atuação se distribuía em áreas públicas da cidade. Insinuava-se uma ocupação das ruas sem precedentes como proposição de outros usos para esses espaços. Especialmente em São Paulo, a Avenida Paulista, o Largo da Batata, as imediações do Memorial da América Latina e o “Minhocão” são alguns dos exemplos desse entusiasmo.

Apesar dessa agitação e o interesse por uma compreensão mais aprofundada a respeito da natureza dessas ocupações corresponderem às inquietações que integravam de início as intenções desta pesquisa, o aprofundamento do estudo conduziu à verificação de que, sobretudo no caso do Minhocão, as ações de artistas e ativistas incidiam sobre o espaço urbano com ambiguidades que careciam de um exame mais detalhado. As disputas e articulações quanto ao seu futuro sinalizaram para uma veemência particular de engajamento, participação e ativismo. Isto é, episódios como o reconhecimento de usos pouco habituais experimentados na via elevada na última década como realização de festas, projeções de filmes ao ar livre, piqueniques, práticas esportivas, práticas culturais de dança, teatro e música,

entre outras atividades de lazer, durante os períodos em que permanece fechada ao tráfego de veículo; somados ao ativismo das organizações como a Associação Amigos do Parque Minhocão, Movimento Desmonte do Minhocão e demais correlatos, que disputam o destino do Elevado e a sanção do ‘Parque Minhocão’ por ocasião da aprovação do Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo (em julho de 2014); seriam algumas das circunstâncias que posicionariam o Minhocão como local privilegiado para uma reflexão sobre a legitimidade, a representatividade e os interesses dos grupos e agentes urbanos atuantes na região; questões quanto às formas de diálogo ou amortecimento do debate sobre cidadania e cidade; a ressignificação do espaço urbano e urbanidades alternativas na cidade de São Paulo; além do papel da arte, da cultura, do engajamento e do ativismo na cidade contemporânea. Desse modo, o artigo, que corresponde a parte da pesquisa de doutorado em andamento (2015-2019), estrutura-se a partir de recortes parciais de análise necessariamente construídos sobre a fronteira entre arte e arquitetura e urbanismo, na confluência de campos, com ênfase nos desdobramentos da crítica social e política no espaço urbano. Pois, para que uma compreensão sobre as ocupações urbanas contemporâneas se constitua, é necessário que a discussão sobre ativismo seja confrontada e trabalhada como integrante do debate urbano cujo sentido crítico ou não, constitui seu cerne. Nesse sentido, as apropriações do Elevado João Goulart (Minhocão) na última década, objeto a partir do qual serão ponderadas as considerações deste estudo, comparecem como importantes articulações entre cultura, ativismo e engajamento político. E desse modo, como objetivo, concerne ao trabalho interpretar em que medida essas ações promovem algum atravessamento de sua controversa condição urbana original ou se, mesmo que afirmem o contrário, refletem meros interesses de particulares e de grupos, na verdade alheios às possibilidades de uma outra urbanidade.

## 2. METODOLOGIA

Em termos metodológicos, sendo parte de uma investigação maior, além da pesquisa bibliográfica, o trabalho vem sendo realizado a partir dos seguintes procedimentos:

- Levantamento de documentos através de fontes secundárias;
- Participação em encontros e fóruns de discussão de grupos com os artistas, ativistas e pesquisadores da área;
- Levantamento e consulta em acervos pessoais e dos grupos, arquivos e bibliotecas;
- Levantamento de materiais disponíveis na internet em repositórios pessoais, sites, blogs, redes sociais, entre outros;
- Entrevistas preferencialmente presenciais com grupos, artistas, frequentadores, ativistas, dirigentes de associações e órgãos envolvidos diretamente nos debates sobre o Elevado e imediações;
- Levantamento de relatórios, legislações urbanísticas e documentos correlatos;

- Pesquisa empírica de observação, conversas informais e registro documental do cotidiano e de situações especiais como eventos realizados no Elevado e imediações;

Tais procedimentos visam contribuir com a construção de uma base documental sobre o assunto, tendo em vista a necessidade de organização de um quadro demonstrativo sobre o Elevado a partir de processos como:

- Identificação e Mapeamento dos artistas, ativistas e coletivos atuantes nas ocupações urbanas do Elevado na última década;
- Identificação e Mapeamento dos atores sociais e culturais que disputam ações para a região do Elevado na última década;
- Levantamento e análise das principais propostas de intervenção urbana para o Elevado na última década, incluindo a Segunda Edição do Prêmio Prestes Maia em 2006;
- Levantamento e análise de eventos culturais e festivos, editais de incentivo à cultura e outras formas de ocupação, sejam elas temporárias ou permanentes, do Elevado;

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os debates e transformações em curso no Minhocão permitem a discussão tanto das atividades de artistas e ativistas - as intervenções culturais -, como das ocupações urbanas enquanto ações práticas e alternativas aos modelos de planejamento que teriam dado origem à via elevada – como parque ‘feito por e para pessoas’ em oposição ao raciocínio rodoviário que acometeu, e ainda acomete a cidade de São Paulo. Ao mesmo tempo, essas mesmas proposições apresentadas pela comunidade local sinalizam que a potência para o repensar da cidade e do urbanismo que o Minhocão congrega, vem se dando de forma pontual e comedida, reduzida a questões de circulação, lazer e privacidade dos moradores das imediações. Sem desprezar a legitimidade das reivindicações dos grupos que disputam atualmente o destino do Elevado, há que se considerar a estranheza, pois se trata de uma das obras mais controversas já realizadas em São Paulo, não apenas pelos impactos urbanos provocados nos bairros que atravessa e pelo porte da estrutura, mas, sobretudo, por seus significados para a cidade. O que se pretende problematizar é que apesar de haver uma crença de que um parque elevado ou o desmonte da estrutura representariam alguma vitória sobre a chamada ‘lógica do automóvel’, não estão sendo questionadas as premissas norteadoras do planejamento estratégico – as requalificações em partes. A ausência de uma perspectiva que considere a metrópole como uma totalidade, complexa, que produz e ao mesmo tempo é resultado de processos políticos, econômicos, sociais e culturais comuns, reforça a ideia de que as discussões pautadas meramente nos usos do Minhocão, como via ou como parque, não ultrapassam a esfera dos interesses privados dos grupos e seus representantes, onde o ativismo ali corrobora para a construção não de um contexto alternativo, mas uma alternativa única.

Entre outras considerações, há, por exemplo, um ponto importante no discurso da Associação Amigos do Parque Minhocão que reflete algo como uma visão subjugada do urbanismo enquanto possibilidade de ampliação de um debate crítico à cidade. As máximas ‘parque feito pelas pessoas’, ‘o parque já está lá’, ‘parque sem projeto’, ‘parque espontâneo’, expressam a velha oposição entre o pensamento totalizante e ordenador do especialista planejador e a perspectiva local, e por isso mais ‘real’, do morador e da comunidade. Essa mesma oposição acontece quanto aos predicados de descrédito nos governantes e sua incapacidade de compreensão da realidade local, possibilitando ao ativismo comunitário se afirmar como substituto imediato do vácuo político. Sem uma discussão mais ampla a respeito da urbanidade e da cidade como metrópole que o Elevado potencialmente poderia ativar, o parque Minhocão se sustenta por decreto local, ou coisa parecida, como ressignificação atomizada.

A reticência reside justamente nessa cidade que está em discussão como se derivasse dos sintomas de uma ‘nova’ utilização que supostamente ocorre sem imposições. O ativismo das ocupações urbanas – enquanto movimentos que de algum modo reivindicam a cidade – enaltece um discurso de transposição de limiares de urbanidade fomentadas pela energia crítica daquele junho de 2013 que questionava a ‘cidade que nos faz sob circunstâncias que não escolhemos’ (HARVEY, 2013, p.31); todavia revela o exato limite do desacordo como retomada do espaço público, ao converter-se em consenso por manter oculta a existência do *status quo*, como no caso da cultura, nas prescrições engenhosamente controladas pelas políticas públicas e ONG que passaram a incorporar as ocupações urbanas em seus editais. Problematizar os processos participativos e de engajamento são primordiais, pois o conjunto de ações que perpassam o polêmico Minhocão fornecem pistas de que no lugar da ‘reinvenção’ da cidade estaria em curso a neutralização do seu processo de construção.

Conforme dito, o presente trabalho deriva da pesquisa de doutorado em andamento e o conteúdo a ser apresentado corresponde à parte das análises presentes no Memorial de Qualificação, aprovado em agosto deste ano. Cabe acrescentar ainda que, embora um boa parte do trabalho de campo previsto já tenha sido realizado, há que se considerar a possibilidade de inclusão de novos dados por se tratar de um processo inconcluso.

#### **4. CONCLUSÕES**

A investigação se justifica ainda por colocar em perspectiva os riscos de mistificação das ocupações urbanas encorajadas pelo ativismo contemporâneo que, reflexo de uma consagração e, ao mesmo tempo, de distorções sobre a compreensão (ou falta de) do sentido de espaço público e do direito à cidade, passaram em muitos casos a serem utilizadas em defesa de interesses privados, mesmo que inicialmente almejassem fornecer alternativas para uma suposta reinvenção das cidades como tentativas compensatórias das

deficiências dos sistemas sociais e políticos. Assim, em que pese a entrada em cena de novos agentes urbanos, grupos de jovens, ativistas, produtores culturais, etc., a hipótese do trabalho é a de que há uma espécie de encolhimento da essência do ativismo nas experiências atuais.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, O. **Urbanismo em fim de Linha**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.
- ARANTES, P. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ARTIGAS, R., MELLO, J., CASTRO, A. C. (org.) **Caminhos do elevado. Memória e projetos**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.
- FOSTER, H., **O retorno do real**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- HARVEY, D. et al. **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. Tradução João Alexandre Peschanski, et al. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2012.
- HERBST, A., MALZACHER, F.,(ed.) **Truth is Concrete: a Handbook for Artistic Strategies in Real Politics**. Graz: Sternberg Press, 2014.
- JEUDY, H. P. **Memórias do Social**. Rio de Janeiro: Florense, 1990.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.
- LIPPARD, L. **Trojan Horses: Activist Art and Power**. In: WALLIS, B. **Art After Modernism: Rethinking Representation**. New York/Boston: New Museum of Contemporary Art, 1984.
- MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.
- MESQUITA, A. L. **Insurgências Poéticas. Arte Ativista e Ação Coletiva (1990-2000)**. 2008. Dissertação (Mestrado). - Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- SENNETT, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. Tradução Lygia A. Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SOUZA, R. M. **O discurso do protagonismo juvenil.** 2006. Tese (Doutorado). - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

WRITERS FOR THE 99%; **Occupying Wall Street: the inside story of an action that changed America.** Nova Iorque: OR Books, 2011.

## 2.15 DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO NOS BAIRROS DIEHL E SÃO JOSÉ DE NOVO HAMBURGO/RS

Geisa Bugs<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Feevale – geisa@feevale.br

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta o diagnóstico participativo realizado durante o ano de 2016 como parte das atividades projeto de extensão Habitar Legal. O projeto busca uma aproximação com moradores e agentes de saúde em áreas vulneráveis de Novo Hamburgo para sensibilizar a comunidade sobre os direitos e deveres socioambientais, além de gerar alternativas para prevenir e minimizar os efeitos dos danos e riscos nestes locais. O nome Habitar Legal engloba o sentido da legalidade nos âmbitos da Arquitetura e Urbanismo (território, habitação, infraestrutura), do Direito (questão fundiária e de direitos humanos) e da Gestão Ambiental (educação ambiental e prevenção de danos e riscos ambientais).

O projeto Habitar Legal terá duração de cinco anos e nos dois primeiros anos (2016 e 2017) foca nos bairros Diehl e São José, localizados na porção norte do município, onde já existe um histórico de levantamentos e estudos realizados desde 2011 por projetos de extensão anteriores (BRITO e KEHL, 2014). Ademais, recentemente, o Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres do RS - CEPED/RS mapeou 11 áreas de alto risco a desastres naturais em Novo Hamburgo, as quais abrangem, aproximadamente, 3.500 residências (CEPED/RS, 2015). Destas, 5 se encontram nestes dois bairros. Nos anos seguintes a atuação se voltará para os bairros Santo Afonso e Canudos, na porção sul da área urbana, em função da proximidade com o Rio do Sinos e, consequentemente, do risco de alagamentos.

O bairro Diehl possui 9.341 habitantes e 2.143 residências, com destaque para o loteamento Kephas, construído em 1978 na forma de mutirão. O bairro São José, com 5.851 habitantes e 1.443 residências, foi durante muitos anos a principal ligação entre *Hamburger Berg* e Dois Irmãos (PMNH, 2016). Segundo o Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS, os dois bairros possuem, na sua maioria, população com renda até dois salários mínimos (LATUS, 2010). Parte do bairro São José é constituída de loteamentos regulares já consolidados, com edificações simples de alvenaria, algumas com bom padrão construtivo, e conta com transporte público e infraestrutura completa (BRITO e KEHL, 2014). Entretanto, o bairro também possui áreas (públicas e privadas) que foram invadidas e estão em situação irregular, sob os aspectos jurídicos, ambientais e construtivos. O bairro Diehl possui alta vulnerabilidade de deslizamento em setores de encostas (CEPED/RS, 2015).

Além do diagnóstico ambiental e urbano que está sendo produzido pela equipe técnica do projeto Habitar Legal, formada por professores e estudantes

da Universidade Feevale, o diagnóstico participativo tem como objetivo coletar a percepção dos moradores e de agentes de saúde, parte da chamada leitura comunitária indicada pelo Ministério das Cidades (ROLNIK e PINHEIRO, 2004). Ou seja, descobrir informações relevantes de circunstâncias e eventos a partir do ponto de vista dos habitantes locais. Estas informações a nível local, que só os habitantes possuem, não estão disponíveis em outras fontes de dados (CARVER, 2001).

Portanto, a fim de obter uma melhor análise do território e buscar maior interação com os moradores, realizou-se oficinas participativas com o uso de uma grande maquete física do território para coletar as percepções e identidades da comunidade.

## 2. METODOLOGIA

A maquete foi construída em chapas de papel paraná, cortadas a laser no Feevale Techpark, na escala 1/2000, com curvas de nível de 2 em 2 metros, com a delimitação do sistema viário, dos recursos hídricos e alguns pontos de referência (equipamentos públicos: escolas, por exemplo). Nas oficinas, agentes de saúde e moradores da comunidade foram convidados a marcar com alfinetes coloridos locais que apresentassem as seguintes temáticas: moradia, poços ou bicas de água, perigo de desabamento, esgoto a céu aberto, depósito irregular de lixo, alagamentos, desmatamento, criação de animais, incêndio e outras problemáticas. Nas oficinas realizadas, foram marcados 101 pontos representando as temáticas propostas.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a realização das oficinas presenciais, o material produzido foi digitalizado e espacializado em software de Sistema de Informação Geográfica – SIG para produção de mapas temáticos que permitem descrever a distribuição das variáveis de estudo e identificar a existência, ou não, de padrões na distribuição espacial dos eventos estudados (CÂMARA et al., 2002). A análise inicial baseou-se na agregação espacial dos pontos para delinear áreas de concentração, através dos mapas de calor. Estes inventários descritivos são o ponto de partida para análises e modelagens mais sofisticadas que posteriormente poderão ser desenvolvidas, a fim de subsidiar alternativas e ações para a prevenção de danos e riscos nestes locais.

Trata-se de uma metodologia perceptiva e dinâmica, encorajando os participantes a expressarem seus conhecimentos de forma mais espontânea e próxima da sua realidade. Ademais, o mapeamento produz conhecimento sobre o território, pois, quando uma pessoa registra algo, ela também está adquirindo saberes sobre o lugar e fazendo descobertas. Ainda, o ato de marcar lugares na maquete é mais concreto do que ações de fala, pois o que foi marcado fica registrado, criando um senso de propriedade sobre as contribuições produzidas (BUGS, 2014).

#### 4. CONCLUSÕES

Espera-se que os resultados do diagnóstico participativo sirvam para, posteriormente, subsidiar alternativas para prevenção de danos e riscos ambientais e urbanos nestes locais. O projeto de extensão Habitar Legal tem buscado aumentar o nível de compreensão das comunidades atendidas em relação às questões jurídicas e socioambientais, de modo a oportunizar que essas pessoas busquem e lutem por condições de vida melhores. As atividades realizadas foram importantes, mas é sabido que esse trabalho deve se desenvolver de forma contínua visando envolver um maior número de pessoas. Portanto, os próximos anos ainda deverão ser de busca por engajamento da comunidade.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO, A. M. do A.; KEHL, C. O futuro dos (Des)bordes urbanos. **Bloco (10): Ideias sobre o futuro**. Juliano Caldas de Vasconcellos e Tiago balem (Org). Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2014. 208p.

BUGS, G. Tecnologias da informação e comunicação, sistemas de informação geográfica e a participação pública no planejamento urbano (Tese de doutorado). 2014. Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M.; FUCKS, S. D.; CARVALHO, M. S. **ANÁLISE ESPACIAL E GEOPROCESSAMENTO. ANÁLISE ESPACIAL DE DADOS GEOGRÁFICOS**, 2002. v. 2. Disponível em:<[www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/analise/cap1-intro.pdf](http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/analise/cap1-intro.pdf)>. Acesso em 04 de setembro de 2014.

CARVER, S. Participation and Geographical Information: a position paper. In: **ESF-NSF Workshop**. Spoleto, Italy, 2001.

CEPED/RS - Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres do RS. **Projeto Mapeamento de Vulnerabilidades a Áreas Suscetíveis à Inundações e Deslizamentos em 8 municípios do RS**. 2005. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/web/guest/projeto-mapeamento>>. Acesso em 05 jan. 2016.

LATUS – Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos. **Diagnóstico para o Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS**. Novo Hamburgo/RS, 2010.

PMNH – PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO. **Bairros**. Disponível em: <<http://www.novohamburgo.rs.gov.br/modules/catasg/governo.php?conteudo=472>>. Acesso em 09 maio 2016.

ROLNIK, R.; PINHEIRO, O. M. **Plano Diretor Participativo: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos.** 2004. Ministério das Cidades, Brasil.

## 2.16 DO ESPÍRITO DO ESPAÇO: ensaio para uma geografia dos *points urbanos*

Luis Henrique F. Dias<sup>1</sup>; Gilciane J. Recondo<sup>2</sup>

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – ahoradelh@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – gilciane.jansen@gmail.com*

### 1. INTRODUÇÃO

Abordamos o papel da materialidade dos espaços de encontro, proposta na qual o espaço é pensado como uma instância demarcadora de identidades na cena social. O exercício consiste em não partir de uma abordagem social do espaço, mas conceber um poder de ação do espaço em si, afrontando-o como meio receptor e produtor de valores na esfera coletiva.

Para embasar a análise, buscamos em Santos (2008) a concepção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, a fim de afrontar o espaço como objeto definidor de mapas culturais que configuram os *points* da cidade.

Esta dialética alinha-se a Douglas e Isherwood (2004), admitindo que os objetos dão visibilidade e estabilidade a um conjunto particular de julgamentos nos processos fluidos de classificar pessoas e eventos.

Portanto, pensar o espírito do espaço é considerá-lo em sua dimensão material; postura que associa o viés *concreto* e o caráter subjetivo do espaço. Segundo NETTO (2012), em ambiente urbano, nossa experiência do mundo e do outro é frequentemente mediada pela materialidade, como emaranhados da ação e interação ancorados sob a forma de espacialidades.

Para argumentar de modo abrangente e coerente, reputamos central o atributo da visibilidade, uma vez que a mesma, nas palavras de Gomes (2013), incorpora a morfologia do espaço físico e observadores sensíveis aos sentidos nascidos da associação entre o espaço e o evento.

E associar espaço e evento é reunir materialidades e ações *comuns* que legitimam os espaços do cotidiano. Desse modo, como afirmou Certeau (2002), o método consiste em dialogar com a cultura ordinária e fazer da análise uma variante do próprio objeto.

Desta maneira, extraímos alguns dados de campo da pesquisa intitulada *Domingo na “donja”: a manifestação espacial do lazer na av. Dom Joaquim, Pelotas-RS* (DIAS, 2016), como forma de fazer da análise uma variante de algo concretamente tangível.

Sem querer negar, porém, um certo despudor dessa etapa exploratória, na qual os resultados do estudo servem mais para articular um horizonte entre fato e teoria, que validar hipóteses de pesquisa.

### 2. METODOLOGIA

Em poucas palavras, pesquisar é ter olhos críticos diante do fenômeno observado; mas para isso, o pesquisador deve compor um quadro coerente de técnicas definidas a partir de seus objetivos de estudo. Conforme mencionado,

estamos nos valendo aqui dos trabalhos de campo e de trechos de entrevistas semiestruturadas de uma outra pesquisa.

Nesse contexto, as obras escolhidas dão o escopo preliminar, enquanto os dados apresentados endereçam uma pesquisa já realizada. No entanto, não estamos tangendo estes dados como se fossem bois, mas sim validando uma metodologia qualitativa para reduzir a distância entre teoria e mundo empírico, propondo, quem sabe, que inovar na pesquisa social pode ser desafiar velhas conclusões.

### 3. DO ESPÍRITO DO ESPAÇO

Conceber um espaço de uso como entidade social é dotá-lo de espírito, nesses termos, é algo decisivo a capacidade de agenciamento intrínseca aos lugares, o que nos leva a considerar o jogo entre a dimensão física do espaço e a prática nele inscrita. Assim, confrontamos uma geografia que reúne forma e conteúdo.

Dito por outras palavras, pensamos o espaço de uso como expressão de desejos coletivamente projetados em uma forma concreta. Surge, pois, o pano de fundo desta questão: a opção por este em detrimento daquele espaço, sofre influência da visibilidade que personifica o espírito do espaço.

Também por essa razão, as cidades exprimem seus *points*, seus lugares *da moda*, suas áreas de concentração – que concentram ações! – sendo que no espaço público, as cidades de fato acontecem, pois a visibilidade individual e coletiva encontra autonomia de existência no consumo da rua.

Defendemos que os diversos espaços da cidade introduzem distintas estéticas controladoras da ação, pois implicam nas escolhas de uso, podendo demarcar sistemas de presença em que predominam uma dimensão *simbólica* legitimando os pontos de encontro. (NETTO, 2012)

Nesse contexto, o domínio do visível, caracterizando áreas na cidade, atua, em certos casos e medidas, como o espírito inscrito pela materialidade do espaço, o que referencia o fenômeno social dos ajuntamentos. Não por acaso, diferentes grupos consagram os seus espaços de reconhecimento e afirmação públicos, onde fixam identidades no fluxo do cotidiano; logo, o espaço material mantém autonomia frente às operações de uso. Segundo Milton Santos,

essa é uma visão renovada da dialética concreta, e abre novos caminhos para o entendimento do espaço, já que, desse modo, estaremos atribuindo um novo estatuto aos objetos geográficos, às paisagens, às configurações geográficas, à materialidade. Fica mais claro, desse modo, porque o espaço não é apenas um receptáculo da história, mas condição de sua realização qualificada. Essa dialética concreta também inclui, em nossos dias, a ideologia e os símbolos. (SANTOS, 2008, p.126)

Pelo exposto, depreendemos o entendimento do autor quanto ao caráter ativo da materialidade do espaço sobre o acontecer social. Ao pensar o espaço como a dimensão qualificadora da história, Santos (2008) conclui que o mesmo cumpre papel central na vida diária. Ou seja, o espaço é um *bem* coletivamente

elaborado que “estabelece e mantém relações sociais”. (DOUGLAS & ISHERWOOD, 2004, p.105)

Por isso a morfologia do espaço é fator relevante na construção social do uso, pois pode manter sistemas de presença regulados pela estética. Nessa lógica, a relação de um grupo com determinado espaço de uso, retroalimenta a produção temporária deste espaço e evento identificados pelo ajuntamento do grupo. Em consequência, os elementos da visibilidade parecem centrais:

Três elementos seriam fundamentais para a caracterização da visibilidade: a posição dentro de um contexto espacial no qual se inscreve o fenômeno; a morfologia do espaço físico em que se faz a exposição; e a presença de observadores sensíveis aos sentidos nascidos da associação entre o espaço e o evento. Resumindo: a visibilidade depende da morfologia do sítio onde ocorre, da existência de um público e da produção de uma narrativa, dentro da qual aquela coisa, pessoa ou fenômeno encontra sentido e merece destaque. (GOMES, 2013, p. 90)

Emblemático ao debate é o espaço da av. Dom Joaquim, Pelotas – RS. O traçado dessa via apresenta canteiro central com 2 km de extensão, com espaços de estar e de lazer para as pessoas. A morfologia do espaço se compõe de elementos naturais e arquitetônicos que formam um ambiente físico favorável ao ajuntamento social (Pergunta: por que você vem para a av. Dom Joaquim?).

As casas, os prédios e o comércio do lugar, conferem uma visibilidade diferenciada pelo conjunto arquitetônico destas construções; o que denota uma área dominada por uma classe de padrão econômico elevado. Defendemos que os atributos materiais do espaço, evocando uma estética típica da elite, são fatores de imposição social (Pergunta: que imagem você tem da av. Dom Joaquim?).

Apoiados no caso empírico, acreditamos que o espírito da av. Dom Joaquim é significado na prática social, pois o uso do espaço público pode ser entendido como posse circunstancial e coletiva elaborada no evento. Mas o espírito do espaço continua sendo a essência do evento; ou, pensando com Douglas e Isherwood (2004), a estética da av. Dom Joaquim estabelece e mantém as especificidades do encontro.

Em suma, os trabalhos de campo na av. Dom Joaquim a indicaram como lugar de destaque do/no contexto espacial da cidade, mas embora um espírito espacial do dinheiro, não ocorre um uso preponderante por grupos mais abastados, uma vez que a materialidade elitizada também atrai a grupos considerados populares. Neste particular, encontramos em Certeau (2002) uma análise para argumentar em favor das “engenhosidades do fraco para tirar partido do forte”.

Nas palavras do autor,

Muitas práticas cotidianas (falar, ler, circular, fazer compras ou preparar as refeições etc.) são do tipo tática. E também, de modo mais geral, uma grande parte das “maneiras de fazer”: vitórias do “fraco” sobre o mais “forte” (os poderosos, a doença, a violência das

coisas ou de uma ordem etc.), pequenos sucessos, arte de dar golpes, astúcias de “caçadores”, mobilidades da mão-de-obra, simulações polimorfas, achados que provocam euforia, tanto poéticos quanto bélicos. (CERTEAU, 2002, p. 47)

Podemos considerar, enfim, o uso da av. Dom Joaquim como tática: em uma área da cidade, onde a materialidade evoca o espírito do dinheiro, os investimentos na estrutura física agregam valor econômico ao espaço público. Diante disso, grupos sociais que em tese poderiam não ser considerados para uma socialização no lugar, se tornam habituais *usadores* do espaço, como uma presença possivelmente não prevista, mas que avança qual *pequeno sucesso* sobre a ordem do capital.

#### **4. OBSERVAÇÕES FINAIS**

O ponto de partida para articular as ideias, foi pensar o espaço material na perspectiva de objeto social, pois entendemos que assim referendarmos a imposição do espaço como *inventor* do cotidiano dos indivíduos. A interlocução entre a forma e o conteúdo permitiu discutir o espaço como entidade dotada de espírito, evidenciando que a estética do espaço agencia as ações.

Assim, o espaço compõe um sistema coletivo de significação, isto deixa entrever que importa menos se o acesso é livre ou depende de dinheiro, e mais pela capacidade de um espaço dar visibilidade e unidade na diversidade das práticas sociais. Essa condição permeia a reprodução dos *points* da cidade, como procuramos ilustrar com o caso da av. Dom Joaquim.

#### **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AGUIAR, D; NETTO, V. M. **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio digital: letra e imagem, 2012.

CERTEAU, M. de Introdução geral. In: CERTEAU, M. de; GIARD, L; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2002.

DIAS, L.H.F. **Domingo na “donja”: a manifestação espacial do lazer na av. Dom Joaquim, Pelotas (RS)**. 2016. 113 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, UFPel.

DOUGLAS, M; ISHERWOOD, B. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

GOMES, P. C. da C. **O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. 4<sup>a</sup> ed. 4<sup>a</sup> reimpressão. São Paulo: Edusp, 2008.

## 2.17 ENVELHECIMENTO ATIVO E SOCIALIZAÇÃO URBANA: um olhar sobre a mulher idosa

**Thais Debli Libardoni<sup>1</sup>; Lígia Maria Ávila Chiarelli<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas – [thais\\_libardoni@hotmail.com](mailto:thais_libardoni@hotmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas - [biloca.ufpel@gmail.com](mailto:biloca.ufpel@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

Em um cenário de envelhecimento populacional global, percebe-se uma feminização da velhice, o que requer uma atenção especial a este grupo social e a seus desejos e necessidades específicos. No Brasil, no ano de 2000, a proporção da população idosa era de 7,8% homens idosos e 9,3% mulheres idosas. Em 2010, os números passaram para 8,4% e 10,5% e a projeção para 2020 é que atinjam 11,1% e 14% respectivamente. E essa proporção tende a se diferenciar ainda mais entre os idosos mais longevos (BRASIL, 2012).

A atualidade da temática faz com que ela seja incluída na agenda global, mas com maior atenção em países em desenvolvimento, onde o fenômeno tende a ocorrer de forma mais rápida e sem o suporte presente em países desenvolvidos. Entretanto, entendimento sobre o processo do envelhecimento tem evoluído desde os anos 60. Mais recentemente, a partir do fim dos anos 90, a Organização Mundial da Saúde – OMS - passou a utilizar o termo Envelhecimento Ativo, com um enfoque especial na participação do idoso em diversas esferas, dentre elas a social. A OMS define Envelhecimento Ativo como o processo de “otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas” (OMS, 2005, p.13). “Ativo” refere-se à participação social, econômica, cultural, espiritual e cívica, ampliando conceitos anteriores para outros fatores que afetam o processo de envelhecimento (OMS,2005).

A carência de relações sociais, como fator de risco à saúde, é considerada tão prejudicial quanto tabagismo, pressão arterial elevada, obesidade e sedentarismo (ANDRADE; VAITSMAN, 2002). A interação social pode ocorrer em vários níveis e é incentivada ou reduzida através da configuração ambiental. Assim, é necessário que o indivíduo esteja inserido em ambientes favoráveis à socialização.

Espaços públicos urbanos podem ser atraentes e dar suporte ou inibir a presença de certos usuários, em especial aqueles socialmente vulneráveis. Dentre eles estão as mulheres idosas, devido a uma maior vulnerabilidade em situações de insegurança. Alguns estudos consideram a proporção de mulheres e crianças presentes no espaço como um indicador da sensação de segurança que ele transmite (HE, 2015). Além disso, devido a costumes e valores de outras épocas, há uma maior tradição de socialização em espaços públicos urbanos pelos homens, ficando as mulheres idosas, muitas vezes, restritas ao ambiente do lar e a situações de socialização mais controladas, em grupos de atividades específicas, em ambientes fechados (ALVES, 2004).

Este estudo é parte de uma pesquisa mais abrangente sobre relações intergeracionais em espaços públicos urbanos da cidade de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Especificamente este recorte trata das questões de gênero presentes nestas relações, tendo como objetivo analisar a inserção e a apropriação da mulher idosa em espaços de convivência publicos urbanos. Para isso, pretende-se estabelecer um comparativo etário e por gênero em diferentes tipologias de espaços públicos urbanos: praça, parque urbano, largo e calçadão comercial. Os objetivos específicos são (*i*) mapear o uso dos espaços conforme a faixa etária e gênero; (*ii*) analisar os fatores que podem estar facilitando ou inibindo a apropriação pelas idosas e suas relações sociais.

## 2. METODOLOGIA

O estudo parte de uma perspectiva ecológica, inerente à Psicologia Ambiental, assumindo que ambiente e usuários se influenciam mutuamente e que o ambiente é percebido de acordo com o que os indivíduos podem ou desejam receber, conforme suas especificidades GIBSON (1986). Por se tratar de eventos contemporâneos e não haver controle comportamental, adota-se o estudo de caso (YIN, 2001). Pelotas foi escolhida para o estudo por possuir tipologias espaciais recorrentes a cidades brasileiras de mesmo porte. A abordagem à área central é devido à convivialidade ser favorecida pela diversidade de estímulos (LAYNE, 2009). E este recorte se detém na Praça Cel. Pedro Osório, Calçadões, Largo do Mercado Público Central e no Parque Dom Antônio Zattera.

A investigação iniciou pela pesquisa bibliográfica e documental de plantas. O levantamento físico de Barroso (2012) foi base para a checagem in loco de alterações. Foram produzidos 12 mapas comportamentais na praça, no largo, no parque e 11 mapas no calçadão, de 18 de maio a 19 de junho de 2016, divididos em 3 tipos (semana, sábado e domingo) e 4 horários (9:30h, 11:30h, 15:30h, 17:30h), considerando a maior circulação de pedestres (BARROSO, 2012) e condições climáticas. Usuários (gênero e faixa etária) e atividades (em grupo, pares ou individuais) foram registradas.

Este estudo discute as apropriações urbanas das diferenças, identificando-as através de levantamento físico e observação sistemática de comportamentos e usos, produzindo padrões por área.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após 12 sessões de observação em praça, largo, parque e calçadão, a frequência de usuários por idade e por gênero pode ser observada na tabela 01.

Tabela 01 – Frequência etária e por gênero em cada espaço.

	CRIANÇAS		JOVENS		ADULTOS		IDOSOS		TOTAL
	MENINOS	MENINAS	MENINOS	MENINAS	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	
<b>PRAÇA</b>	94	76	284	305	544	509	174	98	
	170		589		1053		272		2084
	55,29%	44,71%	48,22%	51,78%	51,66%	48,34%	63,97%	36,03%	
<b>LARGO</b>	4,51%	3,65%	13,63%	14,64%	26,10%	24,42%	8,35%	4,70%	
	14	7	78	79	327	278	96	71	950
	21		157		605		167		
<b>CALÇADÃO</b>	66,67%	33,33%	49,68%	50,32%	54,05%	45,95%	57,49%	42,51%	
	1,47%	0,74%	8,21%	8,32%	34,42%	29,26%	10,11%	7,47%	
	55	43	199	166	952	1091	634	208	3348
<b>PARQUE</b>	98		365		2043		842		
	56,12%	43,88%	54,52%	45,48%	46,60%	53,40%	75,30%	24,70%	
	1,64%	1,28%	5,94%	4,96%	28,43%	32,59%	18,94%	6,21%	
	217	140	227	140	815	740	193	159	2631
	357		367		1555		352		
	60,78%	39,22%	61,85%	38,15%	52,41%	47,59%	54,83%	45,17%	
	8,25%	5,32%	8,63%	5,32%	30,98%	28,13%	7,34%	6,04%	

Fonte: autoras, 2017.

Apesar de 9,2% da população da cidade ser composta por idosas enquanto apenas 6,1% são idosos, percebe-se que a frequência de mulheres idosas nos espaços públicos estudados em nenhum dos casos é maior do que 7,47% (largo do mercado). Além disso, dentro do próprio grupo etário é notável uma discrepância. Em nenhum dos espaços a presença de idosas supera a de idosos, e na praça e no calçadão os números revelam uma diferença ainda mais significativa.

Na praça, a frequencia de mulheres idosas é a mais baixa de todos os espaços, representando apenas 4,70% do total de pessoas observadas. Homens idosos aparecem com quase o dobro de presença (8,35%). Neste espaço, em estudo anterior (LIBARDONI et al, 2016) para a identificação de áreas de apropriação significativa para jovens e idosos, foi detectado um microterritório etário jovem. O entendimento de microterritório no estudo é o de um espaço de apropriação anfêmérica, contínua e quantitativamente significativa por grupos etários específicos de micropartes do espaço urbano, resultando na produção de microterritorialidades etárias com identidade própria. No caso da praça, o microterritório jovem localiza-se na área de canteiro formada pelo encontro das ruas XV de Novembro e Lobo da Costa (área 02), com destaque para a frequência de jovens meninas, representando 61,29% do público jovem no local e 51,69% do público jovem em toda a praça. Chama a atenção a baixa frequencia das idosas na área 08, do *playground*, somente uma foi observada nesse local. Também apenas uma frequentou a área 06, formada pelo encontro das ruas Mal. Floriano e Felix da Cunha. Sua presença é maior na esplanada localizada em frente ao Teatro Sete de Abril, no canteiro de encontro das ruas Mal. Floriano e XV de Novembro (22, ou 22,45% das mulheres idosas na praça) e na área 01, centro onde está o chafariz (17 ou 17,35% das mulheres idosas na praça). Na área da esplanada, uma das sessões de observação coincidiu com sua utilização para uma manifestação antimanicomial, da qual diversas idosas participaram, ressaltando seu potencial para receber diversos tipos de eventos programados.

O largo é o espaço de maior frequência das mulheres idosas (7,47%) quando comparadas a todas as faixas etárias e gêneros. É um espaço que age como extensão da sociabilidade do Mercado Público Central, ao passo que

dá lugar à mesas de bares e restaurantes que lá foram localizados após a reforma de 2012. Além desse uso cotidiano, o largo recebe diversos usos efêmeros, especialmente aos finais de semana. São eventos programados como feiras e shows que se utilizam da potencialidade do espaço. A maior frequência de idosas ocorre justamente aos sábados, durante os eventos.

Ainda no estudo de LIBARDONI et al (2016), o calçadão da Rua Sete de Setembro foi identificado como microterritório idoso. Entretanto, o calçadão apresenta a menor porcentagem feminina dentro do grupo de idosos (24,70%). O espaço possui uma tradição de socialização masculina nos cafés e confeitarias que se estende à área pública, ainda que esta muitas vezes ocorra de pé, próximo às fachadas do comércio.

O parque, apesar de ser o terceiro espaço dentre os estudados em importância em frequência de idosas (6,04%) é o que apresenta a maior proporção feminina de idosas (45,17%). As áreas mais frequentadas pelas idosas são os extremos norte e sul, onde localizam-se a academia ao ar livre (norte) e a Avenida Bento Gonçalves (sul), que atraem os mais velhos para observar o movimento e as atividades ali desenvolvidas. Dentre as menos frequentadas estão a 03, onde está a pista de skate, e a 04, o *playground*.

#### 4. CONCLUSÕES

Tanto a configuração da esplanada, local de maior ocupação das mulheres idosas na praça, quanto o do largo permitem diversos usos e atividades, incluindo as de grupos envolvidos com ações sociais, o que reflete a busca pelas atividades de socialização programadas e controladas. Segundo ALVES (2004, p.16), isso pode ser devido ao fato dessas mulheres “não terem sido socializadas no passado em atividades de sociabilidade autônomas”, demonstrando claramente uma diferença no trato às relações sociais urbanas entre gêneros.

Isso fica ainda mais evidente na manutenção da tradição do uso do espaço público urbano para socialização idosa masculina no calçadão e nos cafés da rua Sete de Setembro e consolida-se através da constituição de um forte microterritório etário e de gênero. Dessa forma, diferencia-se da apropriação jovem que apresenta divisão de gênero mais equilibrada e até mesmo com predominância feminina em alguns casos. Infere-se assim, que a apropriação do espaço público pelas mulheres pode estar mudando com o passar das gerações, ao passo que certas tradições e preconceitos vão se alterando.

A questão da falta da sensação de segurança espacialmente para grupos sociais mais vulneráveis como as mulheres idosas mostra-se não somente ligada à presença de pessoas nos espaços (LAYNE, 2009), mas também as suas características específicas, como gênero e idade. Nesse sentido, Alves (2004) menciona a busca das idosas por grupos constituídos por semelhantes, tanto nos aspectos anteriormente citados quanto de classes sociais. Talvez por isso as áreas de *playground* tanto do parque quanto da praça são pouco frequentadas por idosas, ainda que a presença de crianças seja um dos fatores normalmente associados à sensação de segurança (HE, 2015).

Dessa forma, o estudo dá evidências de que a dificuldade de apropriação dos idosos dos espaços públicos de socialização tão presentes na literatura tende a se manifestar mais fortemente em relação às mulheres, não apenas por questões de vulnerabilidade e segurança como também fortes questões de representação de gênero.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Andréa Moraes. **A dama e o cavalheiro: um estudo antropológico sobre envelhecimento, gênero e sociabilidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. Acessado em 20 ago. 2017. Online. Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=pXHaBEck2fYC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>.
- ANDRADE, G.; VAITSMAN, J.. Apoio social e redes: conectando solidariedade e saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, n. 4, p. 925-934, 2002.
- BARROSO, C. de P. **Conforto e orientação na percepção da acessibilidade urbana: área central de Pelotas RS**. 2012. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - PROPUR, UFRGS.
- BRASIL, Secretaria Nacional De Promoção Defesa Dos Direitos Humanos. **Dados sobre o envelhecimento no Brasil**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2012. Acessado em 26 out. 2017. Online. Disponível em <http://www.mdh.gov.br/assuntos/pessoa-idosa/dados-estatisticos/DadossobreoenvelhecimentonoBrasil.pdf>.
- GIBSON, J.J. **The ecological approach to visual perception**. East Sussex: Psychology Press, 1986.
- HE, Junjie. **The relationship between park characteristics and human social behavior: learning from Main Street Garden in Dallas, Texas**. 2015. Dissertation (Master of Landscape Architecture) - The University of Texas at Arlington.
- LAYNE, M.R. **Supporting intergenerational interaction: Affordance of urban public space**. 2009. Dissertation (Philosophy Doctorate). NCSU.
- LIBARDONI, T.; GOMES, L.; BALLESTE, S.; MEDVEDOVSKI, N.; CHIARELLI, L.. Microterritorialidades etárias urbanas: A construção da identidade de jovens e idosos com espaços públicos de Pelotas. In: **ENPOS UFPEL**, XIIIX, Pelotas, 2016. Anais... Pelotas: UFPel, 2016. Acessado em 29 set. 2017. Online. Disponível em: [http://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2016/SA\\_03049.pdf](http://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2016/SA_03049.pdf).
- OMS. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. GONTIJO, S. (trad.). Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

YIN, R.K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos.** GRASSI, D. (Trad.).  
Porto Alegre: Bookman, 2001.

## **2.18 ESTUDO DE PRÉ-PROPOSTA PARA O PLANO DIRETOR DA CIDADE DE MONTE CARLO – SC**

**Fabiane Laeufer Dos Santos<sup>1</sup>; Inara Pagnussat Camara<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>*Universidade do Oeste de Santa Catarina, UNOESC – fabiane096@gmail.com*

<sup>2</sup>*Faculdade Meridional, IMED e Universidade do Oeste de Santa Catarina, UNOESC – inara.pagnussat@hotmail.com*

### **1. INTRODUÇÃO**

Mesmo após a implementação do Estatuto da Cidade, muitas cidades brasileiras não implementaram o Plano Diretor, instrumento político de desenvolvimento e de expansão urbana. Em 2015 pesquisas realizadas pelo IBGE apontaram que 50% (2.786) dos municípios brasileiros tinham Plano Diretor (IBGE, 2015). Destes municípios, 52,1% não o implementaram por não se enquadarem às exigências submetidas em lei – população superior a 20 mil habitantes, localização em áreas metropolitanas ou com atividades de grande impacto ambiental, entre outras – como é o caso de Monte Carlo, situado na microrregião do Planalto Sul de Santa Catarina.

Ainda que não possua os requisitos obrigatórios para a implementação do Plano Diretor, Monte Carlo já exibe problemas refletidos no exercício da cidadania, exercício da função social da propriedade, princípios de ordem econômica, crescimento desordenado e ocupação de solo inadequada.

Sabendo da importância do Plano Diretor e de seu impacto no planejamento urbano de uma cidade é que a pesquisa se justifica na elaboração de uma base que delimita as áreas urbanas e onde poderá ser aplicado o parcelamento, edificação ou utilização compulsória, considerando a existência de infraestrutura e demanda para a utilização, tal como discorre o art. 5º do Estatuto da Cidade, além de sugerir propostas cartográficas de zoneamento para o desenvolvimento de Monte Carlo, SC.

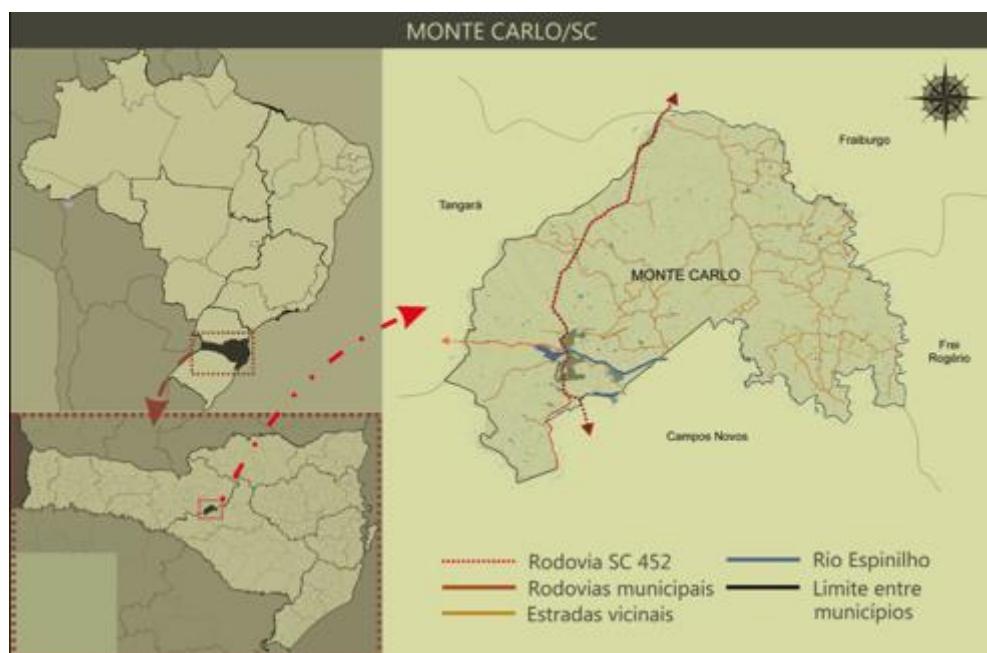
### **2. METODOLOGIA**

Inicialmente se apresenta um diagnóstico dos usos pontuais, respectivas abrangências e da atual (2017) malha urbana e equipamentos existentes no município de Monte Carlo. Posteriormente, elaboram-se diretrizes para o ordenamento urbano e territorial. A pesquisa, que ainda se encontra em fase exploratória, define onze eixos temáticos de planejamento, os quais se traduzem em propostas específicas para cada perspectiva da cidade. Estas propostas objetivam se sincronizar na busca de um planejamento integrado.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Monte Carlo localiza-se na microrregião do Planalto Sul do Estado de Santa Catarina. Posiciona-se ao longo da SC – 452, que liga os municípios de

Fraiburgo e Campos Novos. Tem como municípios limítrofes: Fraiburgo ao norte, Campos Novos ao sul, Frei Rogério à leste e Tangará à oeste. Possui uma área de aproximadamente 193,520 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). De acordo com o último censo do IBGE realizado em 2010, o município conta com 9.312 habitantes e uma estimativa populacional de 9.785 habitantes para o ano de 2017 (IBGE, 2010).



FONTE: A AUTORA, 2017

A região onde hoje se localiza Monte Carlo era conhecida desde o século XVII por espanhóis que peregrinavam em companhia dos jesuítas. Não possuía nenhuma instalação até a chegada de Joaquim Correa de Mello e sua família, em 1850, que adquiriu terrenos pertencentes à região, os batizando de Fazenda Velha do Espinilho. Em meados da década de 40, inicia-se um intenso ciclo de desenvolvimento provocado por empresas madeireiras instaladas na região.

A principal indústria denominava-se Indústria Madeireira Rio Bonitense - Imaribo. Seu nome fazia alusão ao local onde surgiu, a comunidade de Rio Bonito, que mais tarde se chamaria Tangará (SCHENEIDER, 2013). A Imaribo era responsável por industrializar madeira serrada e, na época em que foi inaugurada, abastecia o mercado nacional, especialmente o estado de São Paulo.

A demanda cresceu de forma tão alta que foi necessário o aumento na produção e consequentemente, a expansão da empresa e áreas para obtenção de matéria-prima (IMARIBO, 2017). Desta forma, a Imaribo foi a grande influenciadora no desenvolvimento e formação da comunidade conhecida como Monte Carlo. Na década de 90 Monte Carlo conquista sua emancipação política, quando pela Lei Estadual n.º 8.351, de 26 de setembro de 1991, desmembra-se de Campos Novos e é elevado à categoria de município (IBGE, 2016).

No início do século XXI, surge uma preocupação referente ao planejamento urbano do município. Secretários da prefeitura juntamente com alguns vereadores iniciam discussões para o projeto de um Plano Diretor para a cidade. A equipe de consultoria e planejamento Espaço Urbano, oriunda de Joaçaba, é contatada juntamente à AMPLASC (Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina) e começam diversos estudos para a elaboração do Plano Diretor do município. Dois anos depois, os estudos para o Plano Diretor são finalizados e o projeto de lei contendo Código de Obras, Código de Posturas, Legislação Ambiental Básica, Diretrizes Urbanísticas e Parcelamento do Solo de Monte Carlo é enviado à câmara de vereadores e não é aprovado. Desde então, nada mais se discutiu sobre o gênero em Monte Carlo.

Sem legislação específica para nortear o crescimento e a expansão urbana do município, Monte Carlo apresenta problemas no que se refere ao exercício da cidadania, princípios de ordem econômica, exercício da função social da propriedade e ocupação irregular. É perceptível a proliferação de assentamentos à beira do rio Espinilho, nos córregos, nas áreas de proteção ambiental, ocupações com precariedades urbanísticas, carentes de saneamento básico, com altos índices de vulnerabilidades sociais e riscos ambientais. Diante da segregação socioespacial no município, a cidade se encontra dividida e com intensos contrastes.



Fonte: A autora, 2017



Fonte: A autora, 2017

Conforme Silva Júnior e Passos (2006, p. 14) “O Plano Diretor é a base do planejamento do município, cabendo a ele a tarefa de articular as diversas políticas públicas existentes, fazendo-as convergir para uma única direção”, seu objetivo consiste em ordenar o desenvolvimento físico da cidade e de estimular suas funções sociais, econômicas e administrativas, além de promover a qualidade de vida dos seus habitantes e preservação do meio ambiente. Castells (1983) define o espaço urbano como um produto de cada formação social, afirmando, portanto, que o planejamento urbano é a

(...) intervenção sobre a articulação específica das diferentes instâncias de uma formação social no âmbito de uma unidade coletiva de reprodução da força de trabalho, com a finalidade de assegurar sua reprodução ampliada, de regular as contradições não antagônicas, assegurando assim os interesses de classe social no

conjunto da formação social e a reorganização do sistema urbano, de forma a garantir a reprodução estrutural do modo de produção dominante (CASTELLS, 1983, p. 376 – 377).

Para que este planejamento seja realizado por meio do Plano Diretor é necessário compreender o espaço onde este instrumento se aplicará. Sant'ana (2006) observa que o processo de elaboração de um Plano Diretor “não deve copiar ou aceitar qualquer outro modelo, mas sim, criar o seu próprio modelo diante de suas bases reais”, assim sendo, elaborar um plano para uma cidade exige conhecimento dos elementos que a constituem, bem como seu desenvolvimento.

Dentro deste contexto é que se realizou a análise das informações de Monte Carlo com o auxílio da sistemática Condicionantes, Deficiências e Potencialidades (CDP) – método representado por uma ordenação criteriosa e sistemática dos pontos negativos e pontos positivos observados no levantamento de dados, realizou-se um diagnóstico, onde foi possível compreender como e quando atuar, compatibilizando soluções e propondo diretrizes.

Este diagnóstico definiu onze eixos temáticos de atuação, são eles: Mobilidade, Sistema viário, Sustentabilidade e Meio Ambiente, Saneamento básico, Desenvolvimento econômico, Infraestrutura, Participação popular, Uso e ocupação do solo, Regularização fundiária, Integração do espaço urbano e o rural e Cultura e patrimônio urbano. O objetivo dos eixos está em classificar propostas e instrumentos dentro de suas abrangências específicas. Silva (2016, p. 2) observa que “a cidade é um espaço integrado e simbiótico, isto é, as partes da cidade, apesar das diferenças existentes dentro dela, são interligadas e interdependentes entre si”, assim sendo, estes temas estratégicos, apesar de possuírem questões distintas a serem trabalhadas, devem sincronizar-se entre si, visando a busca de um planejamento integrado.

#### 4. CONCLUSÕES

A primeira etapa da pesquisa trouxe uma reflexão sobre o histórico do planejamento urbano no Brasil, a qual, atrelada aos estudos de caso apresentados tornou visível pontos cruciais no êxito ou não da aplicação do Plano Diretor. Frisando a importância de conhecer as peculiaridades de uma cidade para assim elaborar propostas e planos. Partindo desta premissa, esta pesquisa possibilitou a familiarização com o objeto de estudo, o município de Monte Carlo, evidenciando seu histórico, sua expansão, suas características, potencialidades e deficiências urbanísticas. Assim, o embasamento teórico sustentará propostas e diretrizes que auxiliem a futura elaboração de Plano Diretor para o município, evidenciando a importância deste instrumento para Monte Carlo.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Estatuto da cidade (2001). **Estatuto da cidade:** Lei n. 10.257, de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. 35 p.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Reinvente seu bairro: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade.** São Paulo: Editora 34, 2003. 224 p.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** Ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1983.

DEÁK, Csaba, SCHIFFER, Sueli Ramos. **O Processo de Urbanização no Brasil.** São Paulo, Editora Universidade de São Paulo. 1999.

FERRARI, Célson. **Curso de planejamento municipal integrado: urbanismo.** São Paulo: Pioneira, 1977. 631 p.

IMARIBO. **A Empresa.** 2017. Disponível em: <<http://www.imaribo.com/empresa>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Santa Catarina – Monte Carlo – Infográficos:** dados gerais do município. 2016. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=421105&search=%7Cmonte-carlo>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biblioteca IBGE: Monte Carlo – SC.** Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/santacatarina/montecarlo.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

SANT'ANA, Ana Maria de. **Plano Diretor Municipal.** Ed. Universitária de Direito: São Paulo, 2006.

SCHENEIDER, Cristóvão. **Bem-vindo ao município de Monte Carlo.** 2013. Disponível em: <<http://www.montecarlo.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/6690#.WSVzeGjyvIU>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

SILVA, Carlos Henrique Dantas da. **Plano Diretor: Teoria e prática.** Saraiva: São Paulo, 2008.

SILVA JÚNIOR, Jeconias Rosendo da; PASSOS, Luciana Andrade dos. **O negócio é participar: a importância do plano diretor para o desenvolvimento municipal** – Brasília DF: CNM, SEBRAE, 2006.

## **2.19 EXPERIÊNCIAS SENSORIAIS NA ARQUITETURA: considerações sobre o programa ambiental**

**Flávia Martini Ramos<sup>1</sup>; Rodrigo Gonçalves dos Santos<sup>2</sup>; Rodrigo Almeida Bastos<sup>3</sup>**

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Santa Catarina – flaviamartiniramos@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Santa Catarina – rodgonca@gmail.com*

<sup>3</sup>*Universidade Federal de Santa Catarina – rodrigobastos.arq@gmail.com*

### **1. INTRODUÇÃO**

Considerando o aporte do intangível como parte do processo de apropriação espontânea dos espaços e expressões de modos de vida que interpretam e produzem experiências sensoriais na Arquitetura, este trabalho propõe discutir uma das formas de aproximação com a dimensão sensível da experiência humana no fazer arquitetônico. Apresenta uma experiência de interação com o Programa Ambiental - alternativa de Programa Arquitetônico baseado nos princípios encontrados nas obras de Helio Oiticica na década de 1960. O artista contribuiu decisivamente para a consolidação de uma “Arte Ambiental”, na qual a experiência sensorial do experimentador é parte constitutiva da obra de arte. Acredita-se que uma abordagem semelhante pode ser vislumbrada na Arquitetura em alternativa ao tradicional Programa de Necessidades. Ao invés de se pautar pela estrita funcionalidade, o “Programa Ambiental” seria motivado por ambiências, ou seja, por qualidades espaciais reconhecidas pelo universo sensível e capazes de gerar noção de pertencimento e identificação. Essa compreensão fundamentou o desenvolvimento do Trabalho Final de Graduação intitulado “Arte e Corpo no Espaço Educativo”, defendido no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina em 2015, que será apresentado sucintamente aqui. Atualmente o estudo segue em desenvolvimento no Programa de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo (PosArq) da UFSC.

Cabe destacar que o Programa Ambiental tem o objetivo de ajudar a gerar objetos arquitetônicos capazes de estabelecer relações de afeto e identidade com seus locais de implantação. Seu intuito é favorecer a noção de pertencimento e motivar a apropriação do lugar, razão pela qual se desenvolve a partir de uma leitura sensível do contexto urbano no qual se insere. Ressalta-se, também, que a sensibilidade aqui citada refere-se ao reconhecimento de características do ambiente urbano a partir da ativação dos meios sensoriais no corpo de quem o experimenta, revelando manifestações, apropriações, valores e relações. Desta forma, as cartografias, corpografias e formas outras de microrresistência (conceitos entendidos sob a ótica de Britto e Jacques (2008) e de Jacques (2010)) nos espaços urbanos são relevantes no sentido de ampliar o entendimento das condicionantes de projeto para além dos aspectos técnicos e legais. Com base nisso, o objetivo deste trabalho é apresentar uma das experiências já realizadas com o Programa Ambiental como forma de

exaltá-lo enquanto possibilidade a ser explorada no ensino e no exercício da Arquitetura, discutindo algumas possibilidades e dificuldades em sua aplicação.

Entende-se que tal discussão seja relevante uma vez que, embora seja consenso que os espaços influenciam o comportamento e a vida de seus experimentadores, a dimensão sensível na Arquitetura é, por vezes, negligenciada. Segundo Kahn (2002, p.22), “uma das grandes deficiências da arquitetura, hoje, é que as instituições não estão sendo definidas, mas apenas dadas por um programa, e transformadas em um edifício”. Acredita-se que tal postura denota uma falta de reflexão crítica a respeito do papel das instituições no contexto urbano e social em que se inserem e que uma aproximação com o Programa Ambiental poderia facilitar definições a partir de valores ponderados com maior cautela. De forma análoga, Merleau-Ponty (2004, p.136-137) afirma que o mundo não é mais “a soma de objetos determinados, mas (...) horizonte latente de nossa experiência”, motivo pelo qual o exercício Ambiental parece pertinente ao homem contemporâneo, valorizando a experiência na sua relação com o mundo. Além disso, embora a relação empática do homem com o ambiente tenha sido amplamente abordada por diversos ramos da ciência, identifica-se uma carência de formulações teóricas e práticas sobre o Programa Ambiental na Arquitetura, motivo pelo qual se considera necessário seu estudo.

## 2. METODOLOGIA

A aplicação do Programa Ambiental aqui discutida foi realizada durante o TFG anteriormente citado que contemplou o projeto de uma Escola de Ensino Fundamental para a comunidade do Morro do 25 em Florianópolis, SC. Tendo em vista a dificuldade de acesso aos moradores que, desconfiados em função das inúmeras manobras políticas já realizadas no bairro, não se mostravam abertos a conversas e entrevistas, optou-se por utilizar o Programa Ambiental como forma de realizar uma aproximação sensível com a área de intervenção.

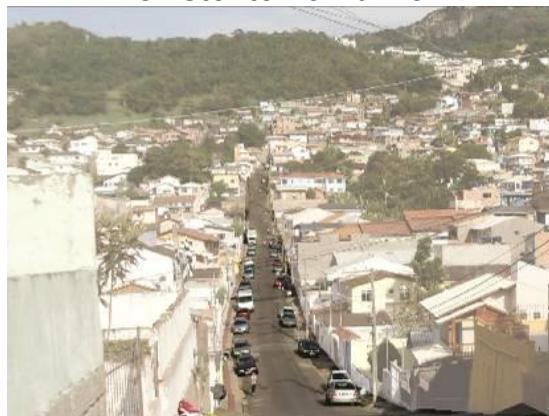
Para embasar sua construção, os métodos utilizados foram: observações não-estruturadas, levantamentos fotográficos tanto da configuração física da área, como de microrresistências encontradas no espaço e errâncias urbanas, durante as quais caminhava-se pela área de intervenção sem roteiro pré-definido absorvendo estímulos e observando relações. Assim foi possível identificar cinco ambiências principais: a rua, as caixas, o clube, as janelas e as paredes, todas as quais apresentavam tanto potencialidades a serem exploradas, quanto carências a serem revertidas. A partir disso concebeu-se um projeto cujo principal objetivo era gerar identificação com a comunidade para ajudar na sensação de pertencimento e facilitar a apropriação do espaço. Tais questões foram refletidas em projeto segundo exposto no item 3 deste Resumo, que também apresenta uma discussão sobre os êxitos a serem explorados e os aspectos problemáticos a serem reconhecidos e, se possível, revertidos.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e a discussão aqui apresentados referem-se tanto à experiência citada, que já foi concluída, bem como às possibilidades que se pretende explorar ao longo do processo de Mestrado, em atual estágio de desenvolvimento. Inicialmente, serão expostas as ambiências reconhecidas durante a experiência do TFG e o modo como elas se refletiram em projeto e, a seguir, será apresentada a discussão que elas motivaram:

A primeira ambiência reconhecida e que atuou como elemento articulador do projeto foi a Rua, uma vez que a principal via do bairro (Figura 1) consistia em um importante eixo de ligação através do qual todos os moradores transitavam. Com um traçado linear bastante marcante na paisagem do Morro, esta ambiência foi explorada como um grande eixo articulador (Figura 2) que passou a organizar o projeto da Escola. Cabe destacar que, além de área de passagem, a rua também é uma área de encontro e contato, motivo pelo qual o eixo do projeto passou a abrigar os pontos de acesso ao edifício e áreas de estar.

**Figura 1 – A Rua (linear e extensa) existente no Bairro**

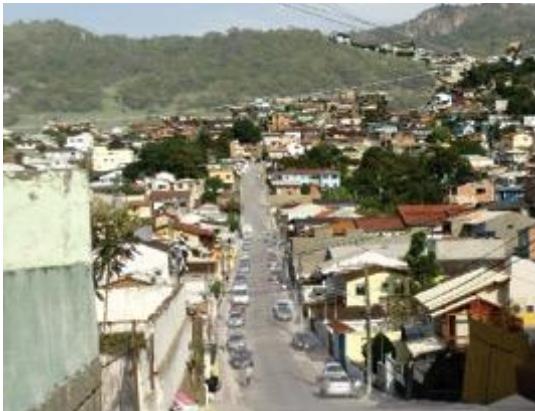


**Figura 2 – A ambiência de Rua (eixo central) no projeto**



À segunda ambiência reconhecida deu-se o nome de “Caixas” em referência às pequenas casas (Figura 3) térreas ou de dois pavimentos que, pouco espaçadas entre si, também definem a paisagem do Morro. Uma vez que as residências sugerem a reunião de pequenos grupos, esta ambiência ecoa em projeto na forma de salas de aula (Figura 4) que permitem a regulação de suas dimensões com painéis pivotantes e de correr, flexibilizando seu uso.

**Figura 3 – As Caixas (casas) existentes no Bairro**



**Figura 4 – A ambiência de Caixa (salas de aula) no projeto**



A terceira ambiência – talvez a de maior valor afetivo – foi o “Clube”, diretamente relacionado às origens do lugar. Ele era a única instituição comunitária do bairro e foi extinto em 2005, quando a comunidade passou a ter uma grande carência de espaços de reunião e lazer. Com base nisso, esta ambiência se refletiu no projeto em áreas de reunião e lazer geridas pela própria comunidade, incluindo a biblioteca proposta como um ponto de contato entre comunidade e Escola.

A penúltima ambiência abordada, por sua vez, foi a ambiência das “Janelas”, entendidas enquanto ponto de contato entre interior e exterior das residências (Figura 5), ou seja, entre público e privado. Desta forma, as ambiências criadas no projeto inspiradas neste elemento consistem nos terraços acessíveis e abertos e nas áreas de uso público (Figura 6), facilitando o contato visual entre a Escola e seu entorno.

**Figura 5 – As Janelas (áreas de contato interior-exterior) existentes no Bairro**



**Figura 6 – A ambiência de Janelas (terraços e áreas de uso coletivo) no projeto**



Por fim, a última ambiência explorada foi a das “Paredes”, que atuavam de modo bastante rígido direcionando – e, por vezes, enclausurando – os percursos dentro da Comunidade. Esta ambiência também denota algumas das

microrresistências citadas anteriormente, uma vez que boa parte delas é apropriada pela comunidade em forma de pinturas murais e graffitis (Figura 7). Assim, as “Paredes” foram usadas, no projeto, como maneira de flexibilizar os caminhos, quebrando a rigidez identificada ao assumirem a forma de painéis pivotantes e personalizáveis (Figura 8), capazes de gerar permeabilidade e flexibilidade nos ambientes.

**Figura 7 – As Paredes existentes no Bairro (muros altos com intervenções artísticas)**



**Figura 8 – A ambiência de Paredes (paineis flexíveis e personalizáveis) no projeto**



Durante o processo de pesquisa e projetação percebeu-se que as preexistências físicas e sociais definem ambientes capazes de revelar a personalidade e parte dos valores e relações que compõem as comunidades, auxiliando no reconhecimento de condicionantes de projeto. Ressalta-se, entretanto, a importância de estabelecer um diálogo direto entre a experiência do arquiteto e a dos moradores uma vez que os afetos desenvolvem-se a partir de heranças e referências pessoais que os estrangeiros podem custar a identificar. Desta forma, um dos desafios do Programa Ambiental é evitar que o reconhecimento das ambientes se dê somente a partir da avaliação do arquiteto, em um esforço de envolver os moradores diretamente no reconhecimento das qualidades e deficiências do lugar onde vivem.

Entende-se que estudos a respeito das corpografias – ou a memória urbana inscrita no corpo a partir de sua experiência na cidade (BRITTO; JACQUES, 2008) – podem ajudar neste sentido, fomentando uma aproximação entre homem e ambiente. Esta relação sugere a participação ativa do corpo no lugar, enfatizando a necessidade de o arquiteto, à semelhança do proposto pelo método fenomenológico, despir-se de preconceitos (e, temporariamente, da rigidez técnica excessiva) e abrir-se à experiência. Entende-se que tal abertura diz respeito à imersão do corpo no ambiente e toca a questão da percepção ao valer-se dos inúmeros sentidos que corpo e Arquitetura contemplam. Desta forma, uma das maiores dificuldades na aplicação do Programa Ambiental pode ser a abertura do arquiteto enquanto “corpo sensível”, o que demanda uma transformação lenta e gradativa de (re)conhecimento de si. Assim, ressalta-se que é importante evoluir os estudos na área a fim de fomentar as reflexões sobre o papel do corpo no

reconhecimento das ambiências, buscando formas de facilitar sua identificação e formulação.

#### 4. CONCLUSÕES

Entende-se que o Programa Ambiental é uma potente estratégia de projeto capaz de induzir a um contato mais próximo entre as dimensões tangíveis e intangíveis da Arquitetura, complementando seu exercício a partir de uma abordagem ainda pouco explorada. Embora o Programa tenha se desenvolvido no contexto das artes plásticas e ainda apresente um longo caminho para adaptar-se devidamente à Arquitetura, acredita-se que o esforço de divulgá-lo e de compartilhar experiências a seu respeito pode atuar como catalizador deste processo, auxiliando o desenvolvimento de adaptações capazes de deixá-lo cada vez mais afinado com o campo em questão.

Desta forma, a contribuição deste trabalho consiste em compartilhar uma experiência prática de aplicação do Programa Ambiental, uma vez que a pouca bibliografia encontrada a seu respeito na Arquitetura atém-se à teoria. Em um campo que envolve a personalidade de cada ator e a subjetivação constante de conceitos e aparências, julga-se necessário o compartilhamento de experiências a fim de exaltar tanto as vantagens e desvantagens de um novo fazer arquitetônico, como as melhores formas identificadas para desenvolvê-lo. Esta atitude tem o intuito de endossar o esforço de restituir valor a uma dimensão mais humana e sensível na Arquitetura, motivando a elaboração de projetos cada vez mais críticos, respeitosos e engajados com seus contextos.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITTO, F. D.; JACQUES, P. B. Cenografias e corpografias urbanas: um diálogo sobre as relações entre corpo e cidade. In: **Cadernos PPGAU/UFBA**. Ano 6, número especial, 2008, p. 79-86. Salvador: PPGAU/UFBA, 2008.

JACQUES, P. B. Zonas de tensão: em busca de micro-resistências. In: JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra (Org.). **Corpocidade: debates, ações e articulações**. Salvador: EDUFBA, 2010.

KAHN, L. **Conversa com Estudantes**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2002.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

## **2.20 FRONTEIRAS URBANAS COMO INDICADORES E ELEMENTOS DE DIFERENCIACÃO SOCIESPACIAL EM RIBEIRÃO PRETO: estudo e analise sobre as reações e manifestações da presença de barreiras e limites sobre o espaço urbano**

**Marilia Gabriela Porto<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>*Centro Universitário Moura Lacerda 1 –mariliaporto.au@gmail.com 1*

### **1. INTRODUÇÃO**

Este trabalho é fragmento do projeto de pesquisa intitulada **Fronteiras Urbanas como indicadores e elementos de diferenciação sociespacial em Ribeirão Preto: estudo e analise sobre as reações e manifestações da presença de barreiras e limites sobre o espaço urbano**, inserida no âmbito do trabalho final de graduação intitulado **Resquícios Urbanos: resistir e pertencer, transposições e transfigurações das imposições do espaço urbano** (ambos em desenvolvimento), do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Moura Lacerda da cidade de Ribeirão Preto – São Paulo.

Conduzindo o olhar para os rastros desse processo de urbanização e da produção do espaço urbano, objetivou-se identificar e compreender as manifestações fenomenológicas, de especificidades tangíveis e intangíveis que se dão a partir da configuração dos novos arranjos territoriais defrontados na cidade, propondo analisar e discutir as consequências do modelo de gestão urbana da cidade de Ribeirão Preto, onde o capital imobiliário fomenta o crescimento da Zona Sul, aproximando cada vez mais a lasciva articulação de estratégias fundiárias e espaços utilizados pelo setor imobiliário como mercadoria, como os enclaves fechados de médio e alto padrão, o veroz processo de verticalização e outros equipamentos a Zonas e áreas menos favorecidas da cidade, aproximando e evidenciando ainda mais a segregação socioespacial, onde a partir desta proximidade de territórios de realidades distintas são criados e identificados limites e delimitações que passam a ter um papel diferenciador que aponta os diferentes lados do processo que se presume a produção e apropriação desigual do espaço urbano. Conduzindo o estudo a partir do caso do Jardim Progresso – primeiro bairro originário de ocupação irregular em processo de regularização fundiária em Ribeirão Preto onde os moradores vivem uma imposição espacial delimitada por muros e outras fronteiras e limites (materiais e imateriais) – a pesquisa buscará identificar e apontar as problemáticas encontradas a partir dessa configuração e arranjo espacial encontrada no bairro.

O município de Ribeirão Preto caracteriza se por um modelo urbano, fragmentado e corporativo, próprio de uma modernidade incompleta [...] que produz, ao mesmo tempo, uma riqueza cada vez mais concentrada e uma pobreza difusa. (SANTOS, 1990 apud GASPAR, MIRANDA, 2016).

A ação do mercado imobiliário em Ribeirão Preto vem não apenas acompanhando o crescimento da cidade, mas também articulando áreas e regiões a benefício próprio, fazendo com que a cidade seja impulsionada por processos da própria economia. A Zona Sul, por exemplo, é a região da cidade que mais recebe investimentos do setor privado, se destacando pelo grande número de condomínios horizontais e verticais, onde fechada em muros, intensifica as diferenças entre as regiões e áreas da cidade, principalmente a questão das condições e qualidade da terra urbana, gerando cada vez mais desigualdades socioespaciais.

Em Ribeirão Preto, as desigualdades socioespaciais mostram-se cada vez mais marcantes. Concomitantemente à proliferação de bairros e condomínios/ loteamentos de luxo, servidos de boa infraestrutura, existem também, em número crescente, bairros populares e os assentamentos denominados “favelas”, desprovidos da mínima infraestrutura. (GOMES, 2013, p.2).

Essa desigualdade socioespacial está, não somente mais marcante como está bem delineada, com os lados opostos dessa realidade próximos. Na região sudoeste, por exemplo, nota-se que sua localização adjacente à Zona Sul, tem uma demarcação bem salientada, apontando os diferentes lados do processo que se presume a produção e apropriação desigual do espaço urbano, trata-se de uma área de transição entre diferentes regiões da cidade, áreas que estão localizadas em aproximação com outras, porém com uma espacialidade urbana diferente evidenciada por suas bordas.

“A borda se refere ao extremo ou margem de algo. É um confin no qual se verifica um limite, o perfil ou figura que fecha uma forma configurando-a e estabelece o deslinde entre esta e seu entorno adjacente, gerando um fecho perimetral. A borda define uma área fechada ou um espaço, contido e delimitado por elementos envolventes. No campo disciplinar da arquitetura, o termo borda se associa não só com a ideia de um fechamento que deslinda campos com precisão, como também com um estado ou situação intermediária entre duas áreas ou regiões adjacentes.” (ARROYO, 2007).

As bordas no espaço urbano não se referem apenas as demarcações e delimitações, podem representar também fronteiras, barreiras e limites internos, faixas de transição de realidades e espacialidades entre áreas, que não necessariamente são de ambientes antagônicos, mas que indubitavelmente não são iguais. São elementos que demarcam de maneira material e imaterial territórios “No espaço urbano, as bordas geram uma fenomenologia que se registra tanto na ordem física da cidade como na simbólica” (ARROYO, 2007).

Perante essa fenomenologia, se faz necessário compreender as definições de seus elementos, visto que podem ocorrer de diferentes maneiras sobre o espaço interno urbano.

O termo fronteira nos remete a algo físico, diferenciador de áreas, puramente delimitador, porém, trata-se de algo mais abrangente e amplo, pois

localizadas em áreas de transição e integração com outras áreas, as fronteiras passam a ter um papel diferenciador também de realidades e existências. Sendo assim, dentro do conceito de bordas, que são elementos que demarcam fisicamente e simbolicamente essa repartição de cidade, a fronteira tem função de espaço de diferenciação que podem ocorrer também de forma física (material) e ideológica (imaterial).

Encararmos a palavra fronteira como uma barreira física do meio, algo que nos trás a ideia de intransponibilidade, ou de coisas onde até certo ponto se tem uma homogeneidade de todos os componentes pertencentes à certa área, e aí, quando ultrapassamos essa barreira física chamada fronteira, tudo muda, a paisagem, as pessoas os direitos sociais. Enfim, através da fronteira temos uma ruptura substancial entre duas áreas. O que não se pode esquecer é que muitas vezes geramos fronteiras ideológicas, que podem ser muito mais eficientes que as físicas. Barreiras culturais, sociais geram linhas e/ ou fronteiras totalmente eficientes em se tratando da exclusão humana. [...] (CARVALHO, 2012).

Entenda-se então, que o termo fronteira associado a um aspecto físico, é caracterizado uma barreira, o que a própria definição da palavra esclarece como uma estrutura que impede o acesso a determinado local, obstáculo, bloqueio figurado. Já as fronteiras ideológicas, simbólicas, estão associadas a algo mais linear não necessariamente físico, mas sim restritor e limitador, caracterizando um limite, um contorno de domínio abstrato ou que separa dois desses domínios, um elemento mais ponderador do que físico.

“... sem dúvida também, porque mais do que um fato geográfico e um fato social, a fronteira é um fato biológico incrustado no hipotálamo. Espaço-temporal, a fronteira é também bio social: ela delimita um “para cá” e outro “pra lá”, um “antes” e um “depois”, com um limite marcado.(OLIVEIRA, 2005, p11)

Como é o caso do Jardim Progresso, que possui uma forte e clara delimitação de seu território, preponderando a descontinuidade natural urbana, que acontece de forma mais acentuada em sentido a Zona Sul, área abastada da cidade, e mais difusa em sentido a Zona Oeste, que possui bairros populares, evidenciando assim, a possível existências de fronteiras (barreiras e limites).

“A fronteira entre um bairro popular e um bairro chique pode ser uma rua, uma ponte, ou simplesmente não ser nada muito aparente, mas somente uma imagem, um ponto uma esquina. [...] É como se a cidade fosse por áreas, fronteiras imaginárias, que define o lugar de cada coisa e cada um dos moradores”. (ROLNIK, 1988, pág.41)

## 2. METODOLOGIA

Perante essa configuração espacial e social, a pesquisa tem como objetivo geral pontuar e identificar as fronteiras existentes no bairro Jardim Progresso, e classifica-las dentro do conceito de barreiras e limites. E como objetivos específicos analisar o espaço adjacente onde essas fronteiras ocorrem identificando as consequências e reações de suas existências para os moradores do bairro, não restringindo as áreas a serem analisadas apenas as bordas extremas do bairro, mas também a sua malha interna.

A pesquisa está dividida em duas etapas, a primeira etapa consiste na localização e identificação de fronteiras na área, e a segunda etapa procurará analisar e discutir os impactos consequentes dessas fronteiras.

Buscando pontuar e identificar, as fronteiras existentes, a fim de classifica-las para melhor compreensão e reconhecimento da forma em que se dão como elementos diferenciadores e delimitadores, a presente pesquisa utilizará os seguintes indicadores classificatórios:

Serão classificadas como fronteiras materiais e identificadas como barreiras os elementos de natureza morfológica física. E classificadas como fronteiras imateriais e identificadas como limites os elementos de natureza antrópica.

Para a análise e identificação das consequências e reações para os moradores, serão associadas as características da área adjacente as fronteiras com a classificação das mesmas, através do registro de imagens, possibilitando assim uma comparação e associação de elementos, características, transposições entre outros que possam ser identificados durante as visitas *in loco*.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados referentes a primeira etapa da presente pesquisa, a partir da aplicação dos indicadores classificatórios, foi a identificação da presença e localização de fronteiras em suas duas formas, como barreiras e limites. Foi identificada a presença de barreiras na área localizadas nas extremidades do bairro. No sentido para as zonas mais favorecidas da cidade, na orientação próxima a Zona Sul, onde se encontra localizado um condomínio fechado de alto padrão, onde seu muro faz uma clara delimitação de espaços evidenciando a ruptura e violação entre os dois lugares e salientando a diferença de classes de apropriação da terra urbana. Em sua adjacência a Rodovia Prefeito Antônio Duarte Nogueira, onde do outro lado da rodovia se encontram condomínios fechados de alto padrão e outros empreendimentos imobiliários, também foi identificado a presença de uma barreira murada, assim como ocorre no sentido Noroeste da área, onde também foi identificado barreiras muradas provindas de equipamentos privados de uso comercial.

Essas delimitações fragmentam e desponta para diferenciar e demarcar territórios e situações que não devem ser vistas como iguais e muito menos receber o mesmo tratamento.

Já no sentido Norte e Nordeste da área, foi identificada a presença de ambos os caso. Trata-se de uma faixa de transição entre bairros, um espaço demarcado por uma barreira viária, a Avenida Manoel Antonio Dias, e que ao fim de sua delinearão do bairro encontrasse uma substancial área verde de propriedade publica sem uso, são elementos que rompem com a organicidade, impondo descontinuidades do traçado da área, diferenciando os bairros, tenta conter movimentos. Foi identificada na mesma situação, a ocorrência também de um limite, pois a falta de recursos do bairro faz com que os moradores busquem suprir suas necessidades em diferentes escalas nas áreas próximas as extremidades dos bairros vizinhos, tendo essa faixa de transição uma ligação forte para os moradores do bairro Jardim Progresso, identificada pelos mesmos, como uma extensão ou até mesmo como área pertencente ao próprio bairro. O deslocamento e o movimento dentro e fora dessa faixa transitória quebram simbolicamente a via como fronteira material de natureza morfológica, caracterizando a presença de um limite já transposto pelos moradores.

A segunda etapa da presente pesquisa encontra-se em andamento e os resultados iniciais em aprimoramento, porém com algumas características relevantes que podem ser entendidas como reações e consequências da presença das fronteiras na área, como o alto índice de ocupações irregulares nas áreas adjacentes a barreiras.

#### 4. CONCLUSÕES

A utilização dos indicadores classificatórios baseados na configuração das fronteiras se mostrou eficiente e de fácil aplicação para a localização e identificação de barreiras e limites, referentes a primeira etapa da pesquisa. Referente a segunda etapa, as análises das áreas adjacentes as barreiras e limite, vem demonstrando uma reação ou consequência negativa associada a presença das fronteiras em quase todos os locais que foram pontuados a existência das mesmas, como a identificação de áreas residuais e fragmentos de ocupações precárias e irregulares. Por se tratar de indicadores e características de cunho social, a presente pesquisa segue se aprofundando nesta questão.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ROLNIK, R. **O que é Cidade**. São Paulo: Brasiliense, ano da publicação.

ARROYO, Julio. Bordas e espaço público. Fronteiras internas na cidade contemporânea. **Arquitextos**, São Paulo, ano 07, n. 081.02, Vitruvius, fev. 2007 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.081/269>>.

Carvalho Soares, N.: "A fronteira como espaço de diferenciação", en **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, Marzo 2012, [www.eumed.net/rev/cccsl/19/](http://www.eumed.net/rev/cccsl/19/)

## 2.21 MAPA NOSTÁLGICO DE PELOTAS: uma proposta metodológica

**Karla Nazareth-Tissot<sup>1</sup>; Sidney Gonçalves Vieira<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – karlanazarehtissot@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – sid.geo@gmail.com*

### 1. INTRODUÇÃO

No livro, “De que tempo é esse lugar?” (1975), Kevin Lynch argumenta que para o bem-estar do indivíduo no meio onde vive, a qualidade da imagem do tempo também é importante. Isto é, quando o tempo incorporado ao ambiente físico corresponde à experiência e às expectativas temporais dos indivíduos, cria-se uma relação de bem-estar, “sente-se em casa no tempo” (LYNCH, 1975, p.48) e, consequentemente, no lugar ou lugares que o incorporam. No entanto, essa congruência só é possível quando a imagem pessoal do tempo celebra e amplia o presente (a temporalidade onde é possível existir e agir), desfrutando-o conscientemente, e/ou ampliando a sua densidade através de conexões com o passado e com o futuro.

Lembranças e expectativas nos colocam, no presente, em contato com as outras temporalidades. A intensidade do diálogo, no entanto, pode ser ainda maior quando os atos de lembrar e de planejar ativam sensações e sentimentos que, fora da esfera do pensamento, agem diretamente no corpo. No caso das expectativas, por exemplo, através de emoções como esperança, ansiedade. No caso de lembranças, emoções como alegria, saudade.

A nostalgia é um tipo de saudade, a saudade específica de um tempo trazido à tona pela/na memória. Aqui buscamos o sentimento desencadeado a partir da percepção do tempo desejado como incorporado no espaço. Ou seja, os lugares nostálgicos, espacialidades em que o passado fez a sua morada e de onde continua a exercer sua influência através dos sentimentos saudosos que provoca, seja em tons de nostalgia-doce, em que a ausência do passado é suprida, com prazer, pela experiência do sentimento em si; ou nostalgia-amarga, que encara a ausência do tempo passado com pesar, insegurança, ressentimento.

Nas duas situações, como essa presença do passado é sentida pode indicar um relevante papel na construção da identidade e no senso de pertencimento com os lugares o que, nessa pesquisa, buscaremos interpretar através do mapeamento dos mesmos.

### 2. METODOLOGIA

Antes de adentrarmos nos pormenores metodológicos, é preciso comentar que a sustentação teórica orbitou na compreensão e inter-relação dos conceitos de Espaço, Lugar e Tempo, segundo Yi-Fu Tuan (1971, 1979, 1980, 1983, 1991 e 2011) e Kevin Lynch (1975, 1982); Memória, Identidade e Pertencimento, apoiados principalmente nos trabalhos de fôlego de Halbwachs (2003 e 2004), Pollak (1989 e 1992) e Jöel Candau (2006, 2008 e 2014); e

Nostalgia, em que diversos autores foram empenhados para a elaboração das duas valências do sentimento: a nostalgia-amarga e a nostalgia-doce.

Para construir o mapa, nos interessaram as lembranças de infância dos respondentes nascidos entre 1977 e 1982 ( $n=10$ ) e suas percepções acerca da cidade nos dias de hoje. Assim, depoimentos foram coletados com a ajuda de um questionário semiestruturado, e a análise das entrevistas seguiu três momentos: (1) o momento descritivo, onde coube a contextualização da cidade e a descrição do presente a partir da percepção dos interlocutores; (2) o momento analítico-regressivo, em que as lembranças de infância identificaram acontecimentos e relatos que pudessem elucidar a relação dos participantes com a cidade; (3) e o momento histórico-genético, em que o presente foi interpretado a partir do mapeamento dos lugares nostálgicos.

O mapeamento ocorreu utilizando-se o recurso de mapas do Google e a demarcação dos lugares nostálgicos buscou inspiração nas categorias trabalhadas por Kevin Lynch (vias, limites, bairros, pontos nodais, marcos).

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da análise das entrevistas, verificamos que a elaboração de um mapa nostálgico demandou um processo organizador além da simples diferenciação dos mesmos. Primeiro, porque não somente os lugares nostálgicos foram citados, mas outros enquadramentos espaciais auxiliaram na organização das lembranças referentes a eles. Segundo, porque as narrativas sobre as lembranças de infância e sobre as percepções do presente ajudaram a estabelecer distintos graus de importância entre os lugares, e se estes eram de natureza doce ou amarga. Assim, a organização da imagem nostálgica da cidade adaptou os elementos similares aos sugeridos por Kevin Lynch (Figura 1):

- 1. Marcos:** tanto ancoram lembranças, como a identidade. Quem se foi e quem se é, se relaciona intimamente com determinados lugares na malha da cidade. Portanto, estes são pontos de referência tanto para a permanência de lembranças, quanto para a própria vida e identidade dos sujeitos;
- 2. Pontos nodais:** pontos estratégicos na narrativa. Tratam de lugares em que o narrador frequentava intensamente e que pode vir a servir como símbolo de atividades e períodos específicos;
- 3. Caminhos:** trajetos que ligam lugares. Podem ser eles mesmos nostálgicos dependendo dos lugares com que se relacionam;
- 4. Região:** são zonas (re)conhecidas por alguma característica marcante, por exemplo, toda a vizinhança da época da infância. Podem incorporar para si a nostalgia dos lugares que agrupa.

Figura 1 - Símbolos definidos para os elementos



Fonte: elaborado pela autora

Também foram estabelecidas as cores rosa, para quando a marcação se referiu à nostalgia-doce; lilás, nostalgia-amarga, e verde, prospectiva, isto é, quando tratou dos lugares de que se espera sentir falta no futuro. Quando, no entanto, os espaços mencionados não provocaram qualquer reação emotiva, foram considerados neutros e receberam a cor cinza (Figura 2).

Figura 2 - Legenda utilizada no mapa

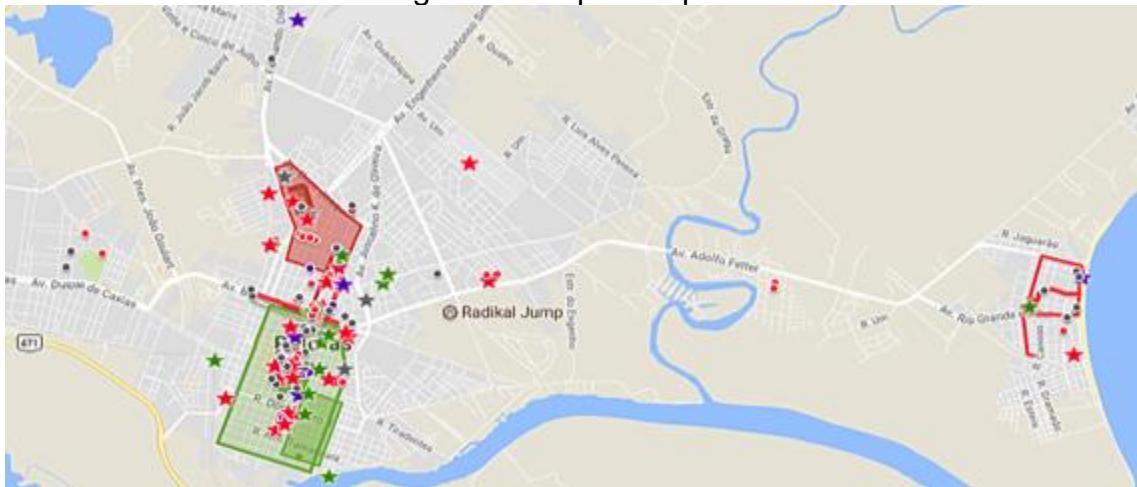
	PONTO NODAL	MARCO	CAMINHO	REGIÃO
DOCE				
AMARGA				
FUTURA				
NEUTRO				

Fonte: elaborado pela autora

O mapeamento contou com a ajuda ativa dos participantes através da identificação dos lugares em um mapa impresso durante as entrevistas. Em seguida, os dados foram transferidos para um mapa on-line<sup>35</sup>, onde, mais uma vez, foram conferidos, corrigidos ou, caso fosse necessário, incrementados.

<sup>35</sup> [www.lugaresnostalgicos.com/pelotas](http://www.lugaresnostalgicos.com/pelotas)

Figura 3 - Mapa completo



Fonte: elaborado pela autora

Delimitados os pontos e sentimentos a eles relacionados, o mapeamento final (Figura 3), nos permitiu, então, fazer algumas leituras. A primeira delas aponta para a divisão de duas regiões: uma rosa, mais acima da Avenida Bento Gonçalves, e uma verde, na zona antiga da cidade, em que o desenho reticulado é predominante. Conforme as narrativas, pareceu-nos que, para esse grupo, a infância e seus lugares nostálgicos possuem uma forte imagem de bairro, de vida de bairro, de casas de bairro e dinâmica de bairro — o que passa a ficar evidente observando a demarcação rosa. Por outro lado, a Pelotas do Centro Histórico, com seus casarões, calçadão, Mercado Público e Praça Coronel Pedro Osório, onde também observamos um conglomerado de experiências diversas (nem todas nostálgicas), é pelo que esperam sentir falta no futuro (Figura 4).

Figura 4 - Nostalgia prospectiva



Fonte: elaborado pela autora

Observamos também que os lugares citados, ao serem burilados pelas constantes experiências dos entrevistados nos espaços, possuem o tempo

como um ativo importante. E, ainda quando não provocam sentimentos nostálgicos, ajudam a conectar os pontos que formam a malha narrativa das lembranças infantis na cidade.

O lugar é construído através da vivência no espaço no decorrer do tempo. São as permanências diárias. É a loja de brinquedos, é o clube, é a pracinha, é a livraria dos fins de semana, é o parque de diversões que se confundem com a infância propriamente dita dos respondentes. Dia após dia, antes de serem apenas cenários, são testemunhas, cúmplices e protagonistas na construção e na manutenção do eu. Os lugares nostálgicos, contudo, tratam também de *topofilia*, das emoções que provocam, e da densidade temporal que passa a ser percebida ou lembrada como intrínseco à materialidade.

Essa densidade diz respeito à qualidade e à intensidade do que foi vivido, o que, conforme os relatos, apontaram para as experiências sociais. Isto é, se os lugares foram forjados através de íntimas relações sociais, tão maior a sua importância para aquele que o viveu. E os espaços que auxiliam na rememoração, que a organizam, parecem ser ainda mais essenciais quando guardam os espaços ocupados por outras pessoas (as que nos são caras ou a nós mesmos, em outra fase da vida).

Os lugares, então, testemunham (ou facilitam) essas vivências e, muitas vezes, se tornam marcos que, enquanto restam, podem provocar nostalgia que, quando doce, nos permite interpretá-los também como topofílicos. Pequenas topofilias que extravasam para lugares maiores, como a segurança do lar familiar que transborda para toda a cidade e para o que se espera da cidade.

E o tempo da infância percebido nos espaços — que, por ser percebido como uma característica inerente a eles (LYNCH, 1975), os destaca na malha da cidade —, segue mais acrescentando ao presente do que lhe tomado emprestado. Nesse caso, a nostalgia-doce se evidencia predominante, e apesar do pessimismo quase geral observado nas entrevistas, o senso de pertencimento se mostra igualmente evidente. Em síntese, menos quando a sensação de segurança experienciada no passado parece ser maior que a do presente, o presente parece, sim, estar em harmonia com o passado. E é dessa harmonia e da nostalgia-doce que lhe brota, que sugerimos que, apesar dos percalços, a identidade com Pelotas existe, é forte e se mostra, pelo menos para o grupo em questão, lhes promovendo bem-estar temporal. Do futuro, no entanto, ainda não sabem o que esperar, mas ainda há esperança e ela se mostra bem verde, ocupando uma grande área do mapa nostálgico da cidade.

#### **4. CONCLUSÕES**

Os tempos da cidade são muitos. São os da sua própria história e a de cada pessoa que lhe dá forma e vida. Os tempos que sobrevivem nos lugares ou aos lugares, através da memória dos que ficam ou mesmo entranhados nos corpos são, muitas vezes, objetos platônicos da nostalgia. Miragem que o sentimento nostálgico, ao aquecer o coração, ilude o corpo de que o capturou por alguns instantes.

Nessa pesquisa, o bem-estar temporal foi pensado em termos de lugares nostálgicos que, por razão de muitos ainda existirem, provocam na geração

entrevistada, uma sensação de pertencimento com a cidade, uma vez que o tempo que prédios, ruas e dinâmicas urbanas instigam não sufocam, mas ampliam o presente dos respondentes, os mantendo em contato com outros períodos significantes de suas vidas.

Essa ferramenta, portanto, ao ser utilizada entre outros grupos de pessoas de diferentes faixas etárias e classes socioeconômicas, pode nos fornecer valiosas indicações a respeito da imagem temporal que mais identificaria Pelotas, ajudando a orientar questões sobre preservação, restauração, renovação, entre outras.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livro

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HALBWACHS, M. **Los Marcos Sociales de la Memoria**. Caracas: Anthropos Editorial, 2004.

LYNCH, K. **A Imagem da Cidade**. Martins Fontes: São Paulo, 1982.

LYNCH, K. **¿De qué tiempo es este lugar? Para una nueva definición del ambiente**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1975.

TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio Ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

### Artigo

CANDAU, J. Mémoire collective et mémoire individuelle fonctionnent-elles selon le même modèle? **Archives**, n. 25, abr. 2008.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.200-212, 1992.

TUAN, Y. Geography, Phenomenology, and the Study of Human Nature. **The Canadian Geographer/ Le Géographe Canadien**; v.15, n.3, p.181-192, 1971.

TUAN, Y. Space and place: humanistic perspective. In: Gale, S.; Olsson, G (eds.) **Philosophy in Geography**. Dordrecht, Holanda: D. Reidel Publishing Company, p.387-427, 1979.

TUAN, Y. A view of Geography. **Geographical Review**, v.81, n.1. p.99-107, 1991. Disponível em: <<https://goo.gl/FZxgyE>>.

TUAN, Y. Espaço, tempo, lugar: um arcabouço humanista. **Geograficidade**. v.01, n.01. p.8-19, 2011.

## 2.22 MICROTERRITORIALIDADES DO BRIQUE DA REDENÇÃO E SEU ENTORNO

Nathalia Danezi<sup>1</sup>; Luciana Miron<sup>2</sup>

<sup>1</sup>PROPUR/UFRGS – n.danezi@gmail.com

<sup>2</sup>PROPUR/UFRGS – luciana.miron@ufrgs.br

### 1. INTRODUÇÃO

Fisicamente, o espaço público é qualquer tipo de espaço onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa (GOMES, 2002). Entretanto, essa definição se torna insuficiente quando analisadas as complexidades reais existentes na cidade e quando se fala de acessibilidade simbólica. Mesmo nos espaços públicos de acesso fisicamente livre a todos, algumas regras desse livre acesso não são completamente respeitadas no campo da subjetividade (RODRIGUES; RATTI, 2008). Existem códigos invisíveis que formam limites simbólicos (RAFFESTIN, 1993) e, portanto, cada grupo social vivência o espaço de forma diferenciada (SERPA, 2014).

Quando a apropriação de um espaço tem a intenção de estabelecer uma relação de poder, constitui-se um processo de territorialização (ARAÚJO, 2007), que pode ou não efetivar-se como território. Independente da efetivação desse território, que diz respeito às expressões de poder localizadas e manifestas no espaço social (CAMPOS, 1999), as territorialidades tem um papel cada vez mais importante (HAESBAERTH, 2007), pois estão relacionadas ao modo como as pessoas usam o espaço, se organizam e dão sentido a ele (SACK, 2013).

No complexo cotidiano urbano, coexistem múltiplos tipos de territorialidades, que podem se manifestar tanto como forma de expressão de domínio e poder, como também na forma de resistência às transformações impostas por grupos dominantes, às desigualdades e conflitos socioeconômicos e culturais ou estabelecendo formas de diálogo, limites e regras sócio-espaciais entre diversos grupos sociais (CAMPOS, 1999).

As territorialidades também podem se manifestar através de práticas efêmeras e cotidianas (MOREIRA, 2016), configurando microterritorialidades (HEIDRICH, 2013). Para Heidrich (2013), a cidade tornou-se um espaço preenchido por diversos microterritórios e seus momentos. O tema das microterritorialidades nas cidades remete a “estratégias de uso, apropriação e defesa de pequenas porções do espaço urbano por parte de grupos sociais minoritários” (NETO, 2013, p. 7).

Portanto, as microterritorialidades partem dos mesmos princípios de relações de poder que as territorialidades, porém em um contexto mais específico, relacionados aos microacontecimentos de resistência à homogeneização do espaço social e aos discursos de poder (MOREIRA, 2016).

Quanto mais complexos são os agrupamentos humanos, maior é a propensão para o estabelecimento de usos distintos do espaço. Heidrich (2013) coloca que na metrópole, onde o meio urbano se superdimensiona, os espaços públicos são objetos de diversas ocupações e usos que podemos compreender como microterritorialidades.

O espaço onde ocorre a feira do Brique da Redenção em Porto Alegre pode ser tomado como um exemplo da complexidade das relações no espaço público. A feira a céu aberto de antiguidades, artesanato, artes plásticas e alimentação, que ocorre todos os domingos no canteiro da Avenida José Bonifácio, paralela ao Parque Farroupilha (Figura 1), se tornou um dos pontos de referência da cultura e lazer de Porto Alegre e atrai cerca de 50 mil pessoas a cada domingo (GOMES, 2011).

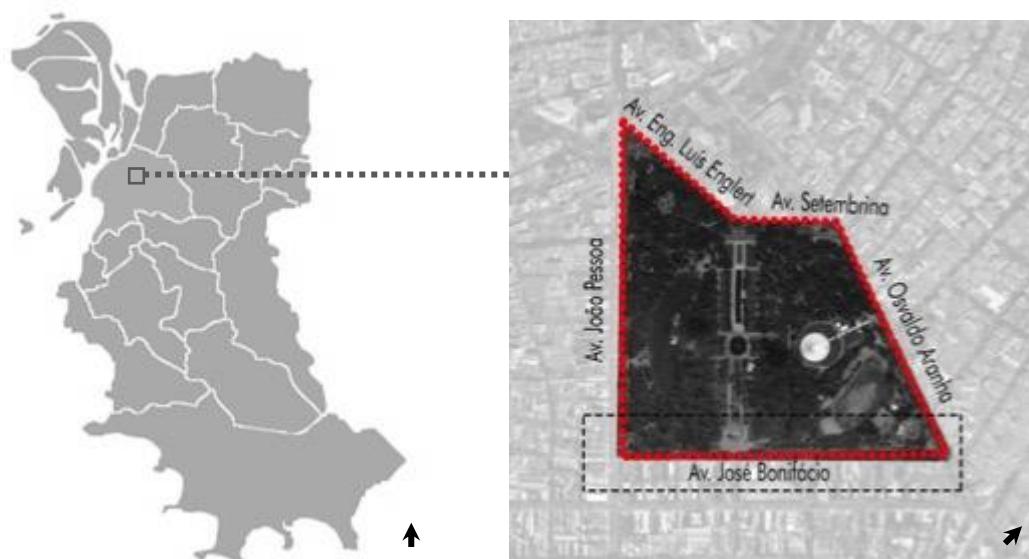


FIGURA 14 - LOCALIZAÇÃO DO BRIQUE DA REDENÇÃO: REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE E PARQUE FARROUPILHA.

O Brique da Redenção teve sua inauguração em março de 1978, inspirado no famoso “Marché aux Puces” – Mercado das Pulgas -, realizado em Saint-Ouen, nos subúrbios de Paris, e contava com “expositores que colocavam suas peças no chão sobre panos e tecidos improvisados” (GOMES, p. 13, 2011). A feira começou com peças de antiguidades e ao longo desses 39 anos foram somando-se outros segmentos constituindo na diversidade atual da feira. O Brique da Redenção não está relacionado apenas ao comércio, mas também à cultura, à arte e à história. Por esse motivo, em 2005 o Brique da Redenção foi declarado Patrimônio Cultural do Estado.

No espaço do entorno do Brique da Redenção se concentram diversas atividades que ora complementam as atividades da feira, ora se apresentam como um problema, gerando conflitos e disputas territoriais.

A partir desse contexto, está sendo desenvolvida uma dissertação de mestrado que tem como objetivo principal cartografar as microterritorialidades do Brique da Redenção e seu entorno. Como objetivos específicos: [a] Identificar, descrever e mapear as principais microterritorialidades do Brique da

Redenção e seu entorno; e [b] Compreender as relações e conflitos entre as microterritorialidades do Brique da Redenção e seu entorno. Este resumo expandido relata alguns resultados preliminares da pesquisa de mestrado em desenvolvimento.

## 2. METODOLOGIA

A estratégia de pesquisa adotada é o estudo de caso, por ser a modalidade de pesquisa mais adequada para a investigação de fenômenos contemporâneos dentro do contexto real, no qual os limites entre fenômeno e contexto não são claramente percebidos (GIL, 2010). A pesquisa será composta de quatro etapas, descritas a seguir.

Etapa A: De natureza exploratória, essa etapa se refere à construção do referencial teórico e, a partir de pesquisa bibliográfica, tem como objetivo: (a) definir o contexto da pesquisa; (b) discutir o estado da arte do tema abordado; e (c) definir os conceitos que serão utilizados. Foram realizados levantamentos de trabalhos e produções científicas já realizadas sobre o tema e sobre o objeto empírico.

Etapa B: Essa etapa se refere à contextualização do objeto empírico sob o ponto de vista do tema das microterritorialidades, para que se possa: (a) identificar e mapear as microterritorialidades existentes; (b) identificar os atores envolvidos na gestão e organização do espaço; (c) delimitar as microterritorialidades que serão estudadas; e (d) definir o roteiro de questionários e entrevistas para a fase de coleta de dados. Para atingir tais objetivos, nessa fase foram realizadas pesquisa bibliográfica e observação, a partir de incursões pelo Brique da Redenção e seu entorno.

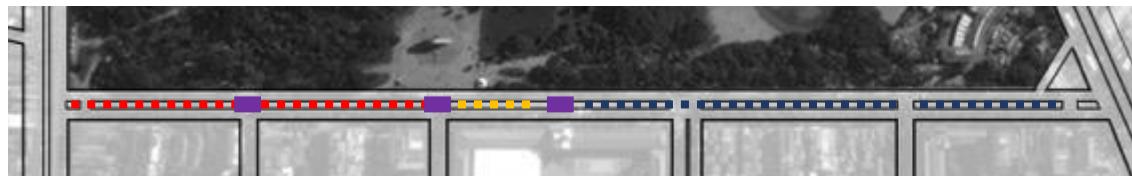
Etapa C: Essa etapa se destina à coleta de dados em campo com os grupos selecionados na fase anterior e será divida em três fases, com objetivos distintos. Essa é a fase em que a pesquisa se encontra atualmente. Antes das aplicações dos questionários e entrevistas, a pesquisa foi encaminhada para aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS.

Etapa D: Essa etapa se refere à análise e consolidação dos dados obtidos nas etapas anteriores e tem como objetivo e elaboração das cartografias das microterritorialidades existentes no Brique da Redenção e seu entorno e a discussão teórica acerca dos resultados.

## 3. RESULTADOS PRELIMINARES

Até o momento, foram realizadas as etapas [A] e [B]. Após a aprovação do projeto de pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFRGS), em Outubro/2017, iniciou-se a etapa [C], fase atual desenvolvimento atual da pesquisa. Nessa seção serão expostas as microterritorialidades que foram identificadas na etapa [B] e os grupos que foram selecionados para a etapa de coleta de dados.

A feira possui quatro segmentos distribuídos por atividade produtiva ao longo do canteiro central da Avenida José Bonifácio (Figura 2): Artesanato (180 expositores); Artes plásticas (40 expositores); Antiquários (70 expositores); e Gastronomia (10 expositores).



Legenda: ■■■ Antiquários ■■■ Artes Plásticas ■■■ Artesanato ■■■ Gastronomia  
FIGURA 15 – MAPA DOS SEGMENTOS DO BRIQUE DA REDENÇÃO.

Cada feirante possui um espaço fixo pré-determinado (Figura 3) e cada segmento possui uma comissão que administra o seu espaço na feira. Essas comissões também são responsáveis – junto à SMIC – pela seleção de novos expositores.



FIGURA 16 – SEGMENTOS DO BRIQUE DA REDENÇÃO. FONTE: ACERVO PESSOAL

O grande fluxo de pessoas na feira induz à ocupação do espaço público por outros grupos que comercializam diversos tipos de produtos. Eles se instalaram no asfalto da própria Avenida José Bonifácio (aos domingos é proibido o acesso de veículos) ou na calçada do Parque Farroupilha de frente para os expositores do Brique da Redenção e para o público que por ali passa. São artistas, músicos, artesãos, ambulantes, indígenas e uma diversidade de atrações (Figura 4).



Figura 17 - Entorno do Brique da Redenção. Fonte: Acervo pessoal.

Os indígenas, que tem nesse espaço um local para expor seu artesanato e realizar apresentações culturais, acabam também comercializando produtos que não são produzidos por eles. Outros grupos comercializam produtos industrializados, desagradando os expositores da feira. Também há conflitos referentes à poluição sonora pelas apresentações de músicos e artistas. Entre os próprios músicos ocorrem conflitos pelo uso do espaço para apresentação. Conflitos em função da fumaça dos ambulantes de alimentação do também foram citados. Essas são algumas das questões que emergiram a partir de conversas informais durante a etapa [B].

A partir do contexto exposto, foram selecionados sete grupos para participarem da próxima etapa: [1] Expositores do Brique da Redenção; [2] Artesãos do entorno do Brique da Redenção (expositores que comercializam seu próprio trabalho); [3] Comerciantes de produtos industrializados do entorno do Brique da Redenção; [4] Expositores indígenas; [5] Músicos e Artistas de Rua; [6] Ambulantes que comercializam alimentos no entorno do Brique da Redenção; e [7] Usuários.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de uma pesquisa em desenvolvimento e atualmente na fase de coleta de dados em campo, não há ainda conclusões que possam ser apontadas. Porém, tanto a literatura quanto os dados inicialmente coletados, indicam que o espaço do Brique da Redenção e seu entorno possuem uma variedade de usos, apropriações e práticas que podem se constituir como microterritorialidades, por se manifestarem tanto em forma de domínio e poder, quanto de resistência.

A proximidade entre os diversos usos e espaços apropriados – por estarem dispostos frente-a-frente na rua - pode indicar uma complexidade maior de conflito nesse espaço público. Também, o fato de ser um espaço historicamente importante para a cidade pode tornar a disputa territorial mais intensa.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, F. G. B. “Identidade” e “Território” enquanto simulacros discursivos. In: ARAUJO, F. G. B.; HAESBAERTH, R. (Org.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007. Cap, p. 13-32.

CAMPOS, H. A. **Permanências e mudanças no quadro de requalificação sócio-espacial da área central de Recife (PE)**. : um estudo sobre territorialidades urbanas em dois setores “revitalizados”. 1999. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOMES, T. **Brique da Redenção:** domingos, cultura, arte e chimarrão. Porto Alegre: PMPA, Secretaria Municipal da Cultura, 2011.

HAESBAERTH, R. Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial. In: ARAUJO, F. G. B.; HAESBAERTH, R. (Org.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos.** Rio de Janeiro: Access, 2007, p. 13-32.

HEIDRICH, A. L. Compartilhamento e microterritorialidades do espaço social metropolitano. **Cidades**, São Paulo, v. 10, n. 17, p. 76-106, 2013.

MOREIRA, J. F. R. As Estratégias Espaciais e as Microterritorialidades da Parada LGBT em Goiânia, Goiás. In: **SEMINARIO NACIONAL SOBRE MULTIPLAS TERRITORIALIDADES E SEMINARIO INTERNACIONAL SOBRE MICROTERRITORIALIDADES NAS CIDADES**, 4, 2016, Ponta Grossa. Anais... Ponta Grossa: UEPG, 2016.

NETO, N. T. Microterritorialidades nas cidades: uma introdução à temática. **Cidades**, São Paulo, v. 10, n. 17, p. 7-17, 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ed. Ática, 1993.

RODRIGUES, A. P. C.; RATTS, A. Corporeidade negra e espaço público em Goiás: a Congada de Catalão. **Espaço em Revista:** UFG-CAC, Goiás, v. 10, n. 1, p. 172-187, jan./dez. 2008.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Org.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais.** Florianópolis: Insular, 2013.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2014.

## 2.23 MUSEU PATRIMÔNIO EFÊMERO

Rafael Teixeira Chaves<sup>1</sup>

*<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas- UFPel 1 – [rafateixeirachaves@gmail.com](mailto:rafateixeirachaves@gmail.com)*

### 1. INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa identificar a relação do patrimônio urbano e a virtualidade pessoas estão se apropriando do patrimônio urbano afim observar a afetividade das pessoas com os espaços criando seus territórios existenciais na cidade.

As novas tecnologias revelam às instituições novas possibilidades de aumentar o seu contato com os visitantes, a partir da velocidade de comunicação no ciberespaço. Com esta visão, cada vez mais os museus buscam investir nas ferramentas virtuais, de forma a aumentar a sua conexão com os visitantes, tendo em vista que estes podem acessar a instituição em tempo real e de qualquer lugar, desde que estejam conectados à internet.

O Museu Patrimônio Efêmero é um projeto de um museu virtual no Instagram que trabalha com a musealização instantânea através de olhares e contrastes do patrimônio com elementos naturais. O acervo é composto por fotografias enviadas por seguidores da rede social. Atuando como um agente patrimonial, doutrinando o olhar pedagógico no formato instantâneo, e que se torna uma compulsão para ver as imagens serem postadas, o efêmero da memória; são fotografias que geralmente pelas constantes atualizações diárias os seguidores visualizam uma vez só, assim tornando esta rede como uma exposição instantânea.

### 3. METODOLOGIA

O Museu, tem como missão promover a reflexão e reconhecimento do patrimônio cultural por meio de uma curadoria colaborativa onde os seguidores enviam voluntariamente fotografias com o tema patrimônio, isto também é uma forma de analisar o que as pessoas entendem por patrimônio, assim incentivando a comunicação, preservação e expressão por meio de registros fotográficos, construindo um ambiente virtual e democrático dentro da plataforma Instagram, utilizando esta curadoria colaborativa, refletindo sobre o que as pessoas consideram patrimônio, e como se apropriam dele. Assim buscando um olhar sobre a preservação patrimônio arquitetônico e ambiental urbano com base nos processos de transformação dos tipos arquitetônicos na contemporaneidade.

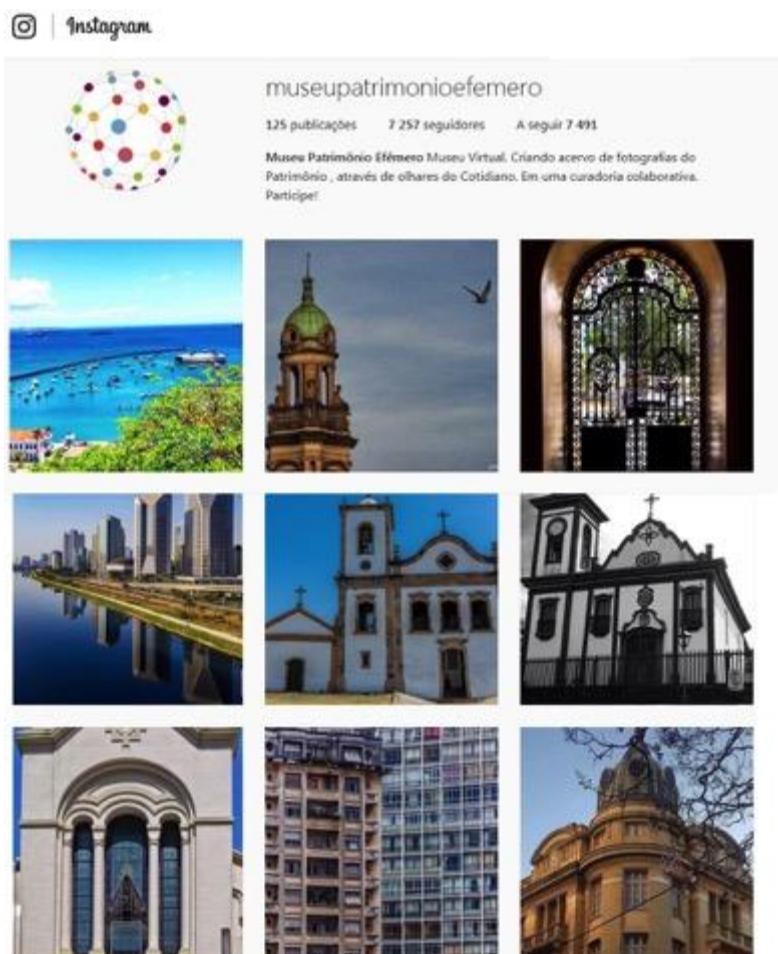
#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisar o papel do Museu Virtual no entendimento das cidades através do compartilhamento de fotografias do patrimônio urbano brasileiros através da rede social denominada Instagram .

#### 5. CONCLUSÕES

Os museus são instituições sem fins lucrativos, onde se conserva, comunica e expõe, atuando como um mediador de memórias.

Segundo Tereza Scheiner, o estudo processual do termo museu é uma importante via de reflexão para os teóricos da Museologia, sendo este compreendido como conceito fundador, “a partir do qual todo o construtor do campo se desenvolve e a Museologia ganha identidade e razão de ser, seja como filosofia ou como ciência”.



Fonte PrintScreen Instagram do Museu: <https://www.instagram.com/museupatrimonioefemero/?hl=pt>  
acesso 12/11/2017.

As redes sociais estão possibilitando uma cultura de compartilhamentos espontâneos, tornando dentro desta plataforma uma experimentação de uso para museus, considerando que as mídias sociais não foram feitas para a preservação. Este novo fenômeno museológico é um grande desafio atual, com isto devemos conhecer as novas formas de conversação em rede determinando terminologias onde os usuários tenham compreensão deste novo fazer museológico.

A análise funciona como uma multiplicação de sentidos, que inaugura novos problemas. Assim, podemos dizer que a cartografia se volta para um problema, bem como, novos problemas são os seus resultados (BARROS; BARROS p. 178).

Neste novo cenário, os museus utilizam as redes sociais como um viés para comunicação, pois atualmente ainda enfrentam o distanciamento do visitante, sendo assim é na exposição que o visitante tem a oportunidade de conhecer o processo museológico em seus conceitos básicos como aquisição, documentação, conservação e comunicação.

O exercício da apreciação em museus e exposições tem como uma das finalidades reduzir a lacuna existente entre o que estimulou o autor (ou artista) a fazer o artefato (ou obra) e o fruidor, permitindo que uma multiplicidade de significados seja expressa, interpretada, compartilhada e revelada (RIZZI, 1998, p.218).

Para Rosane Maria Rocha de Carvalho a evolução da comunicação dos museus na Internet é atualizada também por análise de artigos da mídia impressa e online. Verificou-se que museu virtual é aquele construído sem equivalência no espaço físico, com obras criadas digitalmente, não sendo substituto equivalente ou evolução dos primeiros. Segundo Rosane Maria Rocha de Carvalho (2012), este conceito ainda não é conhecido e levado em conta pelas instituições públicas que formulam políticas para museus, assim como pela sociedade, de forma clara. Observou-se também que os sites de museu estão em expansão, sendo disponibilizados cada vez mais pelos museus físicos para dar acesso às suas coleções, obterem maior visibilidade, fidelizarem seus públicos e atraírem novos segmentos. Novas pesquisas acadêmicas se mostram necessárias para dar maior embasamento ao trabalho das equipes dos museus físicos e virtuais.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAGAS, Mário. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade.** Chapecó: Argos, 2015.

CHUEKE, Gabriel, LIMA MANOLITA. **Pesquisa Qualitativa:** evolução e critérios, Revista Espaço Acadêmico, 2012.

Instituto Brasileiro de Museus, **Guia dos Museus Brasileiros**, Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

HENRIQUES, Rosali. **Museus Virtuais e Cibermuseus:** A internet e os museus. Portugal, 2004.

MAGALDI, Monique, **Navegando no Museu Virtual:** um olhar sobre formas criativas de manifestação do fenômeno Museu. 2010.

PIERRE, Lévy. **O Que é Virtual.** Editora 34 São Paulo. 2011.

PIERRE, Lévy. **Cibercultura.** Editora 34 São Paulo. 2010.

PIZA, Mariana Vassallo. **O fenômeno Instagram: considerações sob a perspectiva tecnológica.** Disponível em:<[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/3243/1/2012\\_MarianaVassalloPiza.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/3243/1/2012_MarianaVassalloPiza.pdf)>. Acesso em: 09 jul. 2015, 20:15.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na internet.** Porto Alegre, Ed Sulina: 2014.

SCHEINER, Teresa Cristina. **Apolo e Dioniso no templo das musas. Museu – Gênesis, ideia e representações na cultura ocidental.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Estado do Rio e Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, Brasil, 1998.

ROCHA, Eduardo. **Cartografias Urbanas.** In: Revista Projectare. n. 2. p.162-172. Pelotas: UFPel, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Soberania e disciplina.** Curso do Collège de France, 14 de janeiro de 1976. In.: FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

## 2.24 NARRATIVAS DE LUGARES BOÊMIOS

Késsio Guerreiro Furquim<sup>1</sup>

<sup>1</sup>PROPUR URGFS – kessioguerreiro@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

As primeiras ideias sobre boemia datam de meados do século XIX (Seigel, 1992). De lá para cá, essa ideia sobrevive com significados variados em diferentes tempos e lugares (Furquim, 2016). De maneira ampla, definimos boemia como uma forma de expressão da vida pública nas cidades (Sennet, 2014), relacionada à diversão noturna de sujeitos e coletividades. Emergem, daí, duas facetas principais do fenômeno: a boemia como um imaginário e a boemia como uma prática de apropriação da cena noturna por aqueles que buscam diversão.

Diante disso, é evidente a relação do fenômeno com as cidades. Enxergamos essa relação como uma subjetividade que é fabricada tanto através de elementos que vem de dentro de sujeitos e coletividades em si (memórias e afetos decorrentes de suas práticas de diversão noturna), como também por outros que são exteriores (como um exemplo entre tantos outros, podemos falar da legislação urbana que restringe ou facilita atividades noturnas em determinadas áreas da cidade).

Dentro dessa subjetividade fabricam-se também lugares nas cidades. Lugares boêmios que podem ser reconhecidos por uma ampla coletividade (a Lapa como um bairro boêmio conhecido como tal até mesmo a nível nacional) ou apenas através de memórias particulares decorrentes de se frequentar essa vida pública (“a boemia de quando eu era jovem acontecia naquela rua...”).

Esses lugares, portanto, resultam em valorações e valorizações que se ligam a determinados espaços urbanos, esclarecendo, através disso, o fato de muitas dessas áreas boêmias serem enxergadas no campo dos estudos urbanos principalmente através de seus potenciais econômicos (Furquim, 2017). O lugar de que falamos, no entanto, não se resume a uma questão de valor econômico ou tem qualquer pretensão de demarcação identitária; por via contrária, lugar é visto como um sentimento (de se ter lugar numa noite de diversão, de que existe um lugar da boemia na cidade etc.) e que brota dentro de sujeitos e coletividades.

Diante de tudo isso, torna-se claro como um lugar boêmio é resultado de um vasto conjunto de fatores. Como realizar uma tessitura entre esses fatores que nos permitam entender como se constroem lugares boêmios em nossas cidades? O objetivo do presente trabalho é focar nesses lugares enquanto um sentimento e cartografar momentos em que ele se faz presente seja através de experiências virtuais (como um livro ou um filme, por exemplo, que nos conta sobre a boemia de outros tempos e lugares), seja através de vivências contemporâneas de sujeitos e coletividades pelas cidades.

## 2. METODOLOGIA

A pesquisa se apoou na coleta de fragmentos para abordar os diferentes aspectos que se fazem presente na relação da boemia com a cidade. Tais fragmentos foram colhidos, em sua maioria, a partir de pesquisa de campo nos bairros Cidade Baixa e Centro Histórico em Porto Alegre, que se destacaram durante as investigações prévias por apresentarem uma relação com a boemia da cidade tanto através de um imaginário, como também por práticas contemporâneas. Além disso, valemo-nos de outros fragmentos, como conversas com diferentes pessoas sobre o que seria um lugar boêmio de Porto Alegre e/ou trechos do diário de pesquisa no qual buscamos registrar diferentes percepções e reflexões sobre o tema.

Com o conjunto de fragmentos operou-se processos de montagem e remontagem deles a fim de constituirmos narrativas que nos permitissem falar desses lugares por diferentes caminhos.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As narrativas já foram construídas e buscaram enfatizar o papel da memória (de sujeitos e colevidades) na construção de lugares boêmios. A escrita delas se deu com a montagem dos fragmentos produzidos ao longo do processo de pesquisa, não primando em serem narrativas construídas em torno de um sentido único. Por via oposta, a pesquisa resultou em narrativas fragmentárias que optam por falar de diferentes aspectos e ressaltar a diversidade de questões que atravessam o tema em questão. Em alguns momentos, essas narrativas rompem com a captura do leitor, sobretudo daquele acostumado com um texto científico tradicional (fortemente argumentativo) ou com outros tipos de textos no qual existe um interesse em mantê-lo “preso” ao texto. O trabalho, portanto, dialoga com os meios de ruptura possíveis em um texto que se quer científico, mas não apenas; que se quer como uma história, mas não apenas. Num certo tom de manifesto, as narrativas construídas querem ser apenas textos no quais diferentes aspectos presentes numa subjetividade construída com a cidade possam ser ditos, ao invés de terem que ser silenciados dentro de uma forma de escrita acadêmica tradicional.

Um exemplo dessas narrativas é apresentado no trecho a seguir:

*Uma das melhores coisas para fazermos por esses bairros que concentram um grande número de estabelecimentos e opções de diversão noturna é sair a caminhar por eles. São errâncias que nos permitimos fazer nas quais vamos sem muita pretensão de chegar a um lugar específico; estamos mais interessados nas descobertas do caminho, na conversa que vamos tecendo com amigos que nos acompanham, em observar diferentes “movimentos” e, talvez a partir de tudo isso, decidir se ficamos em algum canto em si.*

*Ouvi dois caras, que passaram por mim na R. Gen. Lima e Silva, dizerem: "Vamos voltar daqui?". Ao que outro respondeu: "Não! Vamos até a boate ali e de lá a gente volta". Eles caminhavam pelo bairro boêmio observando o movimento em diferentes lugares para decidirem aonde ir (ou não...).*

*Essas errâncias, além disso, permitem a descoberta das noites nas ruas desses bairros, o que se intensifica por encontros casuais com amigos ou conhecidos, ou com lugares que somente através desse caminhar conseguimos descobrir; que a experiência de busca pela Internet, por exemplo, dificilmente nos levaria até ali.*

*Quando caminhávamos pela R. da República, encontramos com G que estava com outra amiga. As duas pararam, ficamos a conversar por um bom tempo. Logo passou por nós outra amiga de G, elas se cumprimentaram e G apresentou-nos a ela. Era uma cantora bastante conhecida daqui de Porto Alegre, segundo nos contou G depois. Ficamos por ali, naquele trecho meio escuro da rua em frente a um prédio residencial, a conversar por um bom tempo. Foi uma espécie daqueles instantes da noite em que nos sentimos quase íntimos dessas pessoas que acabamos de conhecer, falando de tudo muito livremente (sob efeito de uma leve ebriedade). Uma pausa no assunto, G e sua amiga (a que estava com ela antes) resolvem procurar um banheiro e são acompanhadas pela cantora. Despedimo-nos e seguimos a caminhar em direções contrárias.*

### 3. CONCLUSÕES

O presente trabalho mostra como a ideia de boemia sobrevive e adquire significados próprios nos dias de hoje; lugares boêmios não são coisas do passado apenas. Ao articular a ideia de lugar enquanto um sentimento, a pesquisa abre espaço para que se fale de uma ampla sensibilidade presente na relação de sujeitos e coletividades com espaços noturnos das cidades.

Obviamente o estudo não esgota o tema (relação da boemia com a cidade). Sua principal contribuição está em mostrar uma intrínseca relação entre boemias-memórias-lugares-narrativas. Além disso, contribui para que falemos da dinâmica de diversão noturna aliando tanto imaginário construído sobre isso, quanto as práticas de diversão vivenciadas contemporaneamente. Nessa direção, o trabalho advoga sobre a importância de falarmos em boemia e não em lazer ou entretenimento noturno, como visto em parte da bibliografia estudada.

Por fim, ao explorar narrativas fragmentárias e suas rupturas, o trabalho questiona a construção textual dentro da prática de um urbanista. Defende uma visão sinóptica para ele (conforme Jacques, 2015) a partir da qual o fenômeno estudado seja abordado sob os mais variados ângulos.

### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FURQUIM, K. G. Lugares boêmios de Brasília. In: **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**, 2016, Porto Alegre. Anais do IV ENANPARQ, Estado da Arte.. Porto Alegre: PROPAR / UFRGS, 2016.

FURQUIM, K. G., A boemia além do consumo. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL**, 2017, São Paulo. Anais do XVII ENANPUR, Desenvolvimento, crise e resistência: Quais os caminhos do Planejamento Urbano e Regional?. São Paulo: FAU / USP, 2017.

JACQUES, Paola Berenstein. Montagem urbana: uma forma de conhecimento das cidades e do urbanismo. In: JACQUES, P. B. et al. (org.). **Experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2015. P. 47-94.

SEIGEL, J. Paris boemia: Cultura, política e os limites da vida burguesa 1830-1930. Porto Alegre: L&PM, 1992.

SENNETT, Richard. O declínio do homem público. Rio de Janeiro: Record, 2014.

## 2.25 O ECLETISMO EM PELOTAS E UMA CARTOGRAFIA PEDAGÓGICA

Humberto Levy de Souza<sup>1</sup>; Thifani Gomes Ortiz Machado<sup>2</sup>

<sup>1</sup>UFPel – levyarqui@gmail.com

<sup>2</sup>UFPel – thifani.ortiz@outlook.com

### 1. INTRODUÇÃO

É certo que como estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo muitas vezes nos vemos distantes dos conteúdos que estudamos nas aulas, pouco pensamos como a teoria, sobretudo os recortes históricos, se aproximam da vida real de ordem prática. Apesar dessa realidade na academia, acreditamos que com o repertório teórico que adquirimos durante essas aulas passamos a ver o mundo com outro olhar, mais técnico, mais sensível, mais capaz de desvendar símbolos e características da cidade que outras pessoas veem mas não compreendem.

Estudar Arquitetura e Urbanismo em Pelotas é como caminhar em um grande laboratório a céu aberto, onde podemos entrar em contato com edifícios históricos e construções mais modernas, podendo percorrer uma linha do tempo da história construtiva do Brasil em uma única quadra.

Este trabalho se inicia de uma prática dentro da universidade, onde fomos estimulados a pesquisar sobre o Ecletismo como estilo arquitetônico e urbanístico, reconhecer suas tipologias e os seus motivos, pensar suas causas sociais e suas consequências, tão vívidas na memória popular, mas quase despercebidas.

A investigação para realizar o trabalho proposto na disciplina nos levou a explorar e a pensar a cartografia como ferramenta para a nossa autoformação, e esse é um ponto que este resumo pretende abordar: A cartografia do estudante de arquitetura, que pretende formar um repertório teórico e empírico de maneira a compreender o mundo que o forma e que ao mesmo tempo é formado por ele.

### 2. METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho foi inicialmente baseada na produção em sala de aula. Durante a disciplina de Teoria e História III somos incentivados a estudar como o estilo arquitetônico e urbanístico eclético e pré-industrial aconteceu no Brasil, estudando as suas tipologias, os seus motivos, os seus condicionantes e os como esse período influenciou as gerações seguintes.

Em um dos momentos da disciplina, foi proposta uma atividade de análise bibliográfica do livro “Quadro da arquitetura no Brasil” do autor Nestor Goulart Reis Filho, mais especificamente do capítulo Arquitetura Brasileira no século XIX e a partir disso, a apresentação de um seminário. No desenvolvimento deste trabalho notamos a necessidade de ir além da

bibliografia indicada buscando outros textos que contribuíssem para o desenvolvimento de nosso trabalho.

Com a apreensão do texto e o repertório que adquirimos a partir dessa leitura passamos a reconhecer exemplos vivos do que seria o ecletismo no Brasil e como ele ainda continua presente na cidade contemporânea. Então como meio de compor a apresentação que realizariam em aula, fomos à rua e registramos esses exemplos fotograficamente, o que nos instigou a pensar a cartografia como uma ferramenta de aprendizado, a pensar uma cartografia sobre a ótica de um estudante de Arquitetura que está no início de sua formação, que busca reconhecer de forma crítica no mundo o que aprende em aula.

A cartografia é um meio e não um método para se acompanhar algum processo, dessa forma a cartografia inverte o sentido tradicional da metodologia - definido por um caminho predeterminado por metas - e se apresenta como um instrumento a ser experimentado, onde o caminho que ditará as metas. Nesse sentido a cartografia acompanha diretamente o tempo real, ela afeta o ambiente ao mesmo tempo que este a afeta, não surge de ordens bibliográficas mas faz uso da biografia como ferramenta de discussão. É tarefa do cartógrafo dar voz para novos afetos que pedem passagem , do cartógrafo se espera que este esteja mergulhado nas intensidades do seu tempo, e que atento às linguagens que encontra, devore as que lhe parecerem elementos possíveis para a composição das cartografias que se fazem necessárias. O cartógrafo é antes de tudo, um antropófago (ROLNIK, 1989).

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No desenvolvimento do trabalho de sala de aula, o autor trabalha questões históricas, que encaramos criticamente pelos viés socioeconômico e sempre buscando evidenciar a dependência do Brasil em relação à cultura europeia e como isso se refletia nas questões estéticas . Ao associarmos isso a nossas vivências na cidade de Pelotas, que muitas vezes se dá na periferia, notamos a presença de alguns elementos que, mesmo timidamente, fazem alusão ao ecletismo como a platibanda e o beiral. Com isso surgiu a hipótese de esse complexo de mimetizar estar acontecendo na micro-escala.



Entendemos que a catalogação dos elementos arquitetônicos, que surge nesse período, contribui para o ecletismo ter levado a questão estética a um limite, ou seja, ser fechada em si, criando uma independência em relação a técnica (questões estruturais, construtivas e tecnológicas). Isso facilita a dominação pela linguagem uma vez que existe a necessidade da população pobre se aproximar da imagem da classe média, de se afirmar imageticamente enquanto cidadão de bem e assim ter algum tipo de atuação social. Segundo Ermínia Maricato (2015), é recorrente o uso do discurso como forma de dominação, isso é evidenciado pela noção de “cidade” se reduzir, pelo menos num primeiro momento, a imagem do centro, a uma realidade que não corresponde com o real. Pelo fato de o ecletismo separar as questões estéticas das técnicas, acreditamos que ele contribui para esse processo de alienação e dominação das camadas mais pobres, pois o uso da platibanda, por exemplo, se dá por um fetiche de consumo tanto quanto nos palacetes.

Atualmente, estamos buscando mais estudos que tratem de moradias de pessoas de baixa renda em diversos períodos, e como é trabalhada essa “não-arquitetura” por quem a constrói. Além disso, buscamos mais evidências do ecletismo e de outros estilos, sobretudo nas periferias, para melhor desenvolvimento da reflexão sobre o papel do arquiteto-urbanista nesse processo, como pensar a atuação desse profissional como ferramenta social.

#### 4. CONCLUSÕES

Em seu livro *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*, Paulo Freire nos atenta que a posição do educando não pode ser

passiva, que este deve se posicionar criticamente sobre aquilo que lhe é proposto em aula, a fim de assim construir um conhecimento verdadeiro daquilo que lhe é interessante saber (1996). E é nessa linha de sujeitos autônomos, que buscam construir bases sólidas para uma formação crítica e política que pretendemos seguir.

As atividades em aula foram disparadoras para uma pesquisa extra classe, onde procuramos novas bibliografias e descobrimos a cartografia como um método de apreensão para nossos futuros estudos. A cartografia como prática pedagógica é uma ferramenta potente para a formação autônoma do discente, já que essa necessita de uma visão crítica e pessoal da pessoa que a constrói.

A cartografia enquanto método de pesquisa, formação de uma ética-estética, tem uma série de particularidades, é um método que não se aplica, mas que se pratica. A cartografia é um cultivo e dela pode se colher diversos produtos. Não existe um conjunto de regras a serem aplicadas a um objeto de estudo, pois a cartografia é um método em processo de criação, coerente com a realidade aquilo que se investiga (DI FELICE, 2017).

No mais, compreendemos que o lugar que habitamos, como o habitamos e nos posicionamos nele, influência muito em como aprendemos Arquitetura e como reconhecemos a incessante influência do passado sobre nós.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARICATO, E. **Para Entender a Crise Urbana**. Local de Edição: Expressão Popular, 2015.

BOULOS,G. **Por que ocupamos? uma introdução à luta dos sem-teto**. Local de Edição: Autonomia Literária, 2015.

FILHO,N. G. R. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. Local de Edição: Editora Perspectiva, 2000.

XAVIER, A. M. R. Arquitetura e Urbanismo em um contexto de precariedade econômica e social: confrontando o modelo . In: **IV CONGRESSO DE EXTENSÃO E CULTURA**, Pelotas, 2017.

SOUZA, H. L. Para-formal na quebrada: estudos para uma cartografia poética. In: **XXVI CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**, Pelotas, 2017.

ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental, Transformações contemporâneas do desejo**. Editora Estação Liberdade, São Paulo, 1989.

KASTRUP, Virgínia. In: **Pistas do método da cartografia pesquisa intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *A república ensina a morar (melhor)*. São Paulo, Hucitec, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FELICE, E. LUDUS HUMANUM EST - Brincar é humano, errar é um devir.  
**PIXO**, revista de arquitetura, cidade e contemporaneidade, Pelotas, v.2, n.2, p.86-99, 2017.

## 2.26 O HOMEM FÁUSTICO: a destruição da identidade urbana pela ambição da construção

Clarissa Squizani Manske<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR - UFRGS – clarissasquizani@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

A história e os seus vestígios são produzidos diariamente, em cada ação realizada e em cada edifício construído. Cada vestígio torna-se uma importante parcela da trajetória dos homens. O que foi contemporâneo hoje é parte da história, e algumas vezes isso não é tomado por verdade e não é considerado quando novas ações são realizadas e afetam diretamente essas marcas históricas.

Diante dessa reflexão, este trabalho busca trazer alguns pensamentos e discussões sobre a atualidade do patrimônio industrial e as propostas de revitalização que vêm sendo feitas para estes espaços. Através de uma dialética da figura fáustica apresentada por Marshall Berman em *Tudo que é sólido desmancha no ar* (2016), onde este apresenta diálogos acerca da modernidade, faz-se uma breve análise sobre a relação entre o tratamento que vem sido dado ao patrimônio industrial e a imagem de Fausto, personagem da obra de Goethe, escrita no final do século XVIII.

### 2. METODOLOGIA

O estudo proposto deu-se em duas etapas. Em um primeiro momento, fez-se uma conceituação teórica e histórica acerca do patrimônio industrial e suas atuais repercussões, bem como uma discussão de projetos de revitalização realizados nos últimos anos em espaços industriais ociosos nas cidades. A partir desta discussão, o ato de edificar sobre o patrimônio entra em debate e faz-se uma reflexão com a figura do homem faustico, debatida por Berman (2016).

A materialização do debate, em uma segunda etapa, surge através de um experimento para ilustrar o fenômeno da Cidade Genérica. A partir de um caso de revitalização ocorrido em Porto Alegre, as imagens da obra edificada foram utilizadas em uma busca por imagens semelhantes no mecanismo de busca na Internet – Google Imagens –, na tentativa de demonstrar o caráter genérico que sítios patrimoniais vêm assumindo através da ambição da construção contemporânea.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conceito de bem cultural vem alterando-se ao longo do tempo, e adequando-se aos novos vestígios culturais produzidos nas últimas décadas.

Recentemente, surgiu o conceito de patrimônio industrial. Após tentativas incipientes anteriores, foi posteriormente à década de 1950, na Inglaterra, após a demolição de importantes testemunhos históricos que o patrimônio industrial passou a ser considerado efetivamente um bem cultural. Nos anos seguintes, a temática relativa ao patrimônio industrial aparece em discursos cada vez mais numerosos. Além dos textos e definições feitas por autores que trataram do tema, foi redigida a Carta de Nizhny Tagil, um documento do The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), no ano de 2003, que traz um amadurecimento de definições acerca de bens industriais anteriormente feitas.

### O caso da FIATECI, Porto Alegre, Brasil

Este trabalho traz como objeto de estudo um complexo industrial desativado, localizado em Porto Alegre e que foi alvo de um “projeto de revitalização”. O edifício em questão trata-se da Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense (FIATECI), construída em 1893 na capital (MIRANDA, 2003).



Fachada e paisagismo da Fiateci na década de 1920. Fonte: Costa, 1922.

### A decadência dos edifícios industriais

As alterações sofridas pela economia nas últimas décadas fizeram com que as indústrias perdessem força. Essa alteração de prioridades do mercado fez com que muitas indústrias buscassem áreas para sua implantação com valor do solo mais baixo, longe das áreas centrais da cidade, ou mesmo fechassem suas portas.

À medida em que esse processo de esvaziamento de polos industriais urbanos ocorre, surge a necessidade de projetos e políticas de revitalização e reocupação dessas áreas, uma vez que se tornam espaços ociosos. Estes tornam-se áreas propícias para violência e atividades ilícitas, tornando-se um causador de problemas sociais no tecido urbano.

### O modelo fáustico de desenvolvimento

Marshall Berman (2016), disserta sobre a modernidade e arquétipos do homem moderno, dentre essas figuras encontra-se o personagem de Goethe, Fausto. Este trabalho invoca a figura fáustica em seu último momento na trama, onde Fausto “conecta seus rumos pessoais com as forças econômicas, políticas e sociais que dirigem o mundo; aprende a construir e a destruir” (BERMAN, 2016, p. 77).

Fausto para construir um novo ambiente social, esboça projetos megalomaníacos a serem criados em uma terra que considerava improdutiva. Com seu trabalho, Fausto renova a região, mas uma pequena parcela de terra permanece intocada. Trata-se de uma casa ocupada por um casal idoso, querido pela comunidade. Goethe investe neles o papel das “pessoas que

estão no caminho – no caminho da história, do progresso, do desenvolvimento; pessoas que são classificadas, e descartadas, como obsoletas” (BERMAN, 2016, p. 85). Obcecado com a posse da terra do casal, que se recusou a sair, Fausto convoca homens para que os retirem de seu lugar, pois deseja as terras livres para iniciar a obra de uma grande torre de observação sobre a antiga casa.

Berman define o que denominou de “modelo fáustico” de desenvolvimento (2016). O objetivo de tal modelo está mais voltado para o desenvolvimento ao longo prazo do que para lucros imediatos, sendo que o primeiro é o que geraria melhores resultados para todos. Porém, em um contraponto, o autor menciona que muitos projetos moldados dentro do modelo fáustico tornam-se o que chamou de pseudofáusticos, pois simplesmente não funcionam. Para Berman, são projetos executados “[...] sem habilidade científica e técnica, sem sensibilidade política para as reais necessidades e desejos do povo” (2016, pg. 97). Destaca-se ainda a fala seguinte do autor:

“Milhões de pessoas têm sido vitimadas por desastrosas políticas de desenvolvimento, concebidas em compasso megalomaníaco, executadas em maneira primária e insensível, que ao fim desenvolveram pouco mais do que a fortuna e o poder de seus mandantes. Os pseudo-Faustos do Terceiro Mundo, em apenas uma geração, se tornaram hábeis manipuladores de imagens e símbolos do progresso [...], contudo se mostraram notoriamente incapazes de gerar progresso real para compensar a devastação e a miséria reais que trouxeram.” (BERMAN, 2016, pg. 97)

### **Projetos de revitalização: arquiteturas globais e a Cidade Genérica**

O aparecimento de espaços industriais ociosos fez com que surgissem propostas de revitalizações. O que se pode observar, porém, é que frequentemente as propostas de revitalização acabam não respeitando a identidade e a arquitetura local, pecando pela falta de sensibilidade e implantando projetos com uma arquitetura de caráter global, vulgarizando a identidade estética da área.

Como exemplo, podemos lembrar do plano 22@BCN, que ocorreu em um distrito industrial degradado na cidade de Barcelona, Espanha. O projeto objetiva promover transformações sociais, urbanas e econômicas no bairro Poblenou, área tradicionalmente industrial que passou por um processo de abandono e degradação a partir de 1965.

Apesar do esforço do poder público em envolver a comunidade no projeto, ocorre uma resistência por parte desta às transformações que vêm ocorrendo, devido ao processo de gentrificação. Além disso, as intervenções têm sido consideradas agressivas devido à excessiva altura dos novos edifícios e o desrespeito ao plano Cerdá. O projeto está deixando de lado a participação popular em detrimento de grandes empreendimentos globalizados (LEITE, 2011).

Capel (2007) ressalta a insensibilidade ao patrimônio industrial local através de modificações e demolições dos edifícios históricos. As ações foram realizadas sem um plano de patrimônio corretamente desenvolvido e não dedicou atenção suficiente à diversidade do espaço, no que se trata de arquitetura e atividades existentes no local. Além disso, Segre (2004) menciona uma não-valorização da arquitetura popular local por parte dos arquitetos, que insistem em construir lugares universalizados. O próprio plano 22@ propõe a geração de um espaço que privilegia a individualidade dos prédios. Estes prédios, menciona Borja (2009), tratam-se de uma arquitetura sem história e não integrada com seus arredores, não é vitalizada por um uso social diversificado, torna-se uma “arquitetura cemitério”. Os projetos não parecem ser feitos para os habitantes locais, que se sentem deslocados de sua própria cidade. Borja questiona a “arquitetura de objetos singulares”, que vem sido praticada por arquitetos “estrelas” (BORJA, 2009, s.p.).

O fenômeno de surgimento de arquiteturas sem identidade caracteriza o que Koolhaas (2010) chamou de a “cidade genérica”, que ocorre em todos os continentes.

### O caso do empreendimento Rossi – Fiateci

Diante das reflexões acerca de projetos de revitalização e as arquiteturas globais, traz-se como objeto de discussão o projeto Rossi-Fiateci, realizado em Porto Alegre. Anunciado como um empreendimento de revitalização para uma área degradada, o projeto constitui-se de três torres residenciais de dezoito pavimentos, uma torre de salas comerciais de dezessete pavimentos, e a implantação de um shopping e um supermercado nos antigos pavilhões industriais. A maior parte da área livre do terreno é ocupada por áreas condominiais e estacionamento. Devido a sua altura, o conjunto arquitetônico edificado assume um caráter agressivo em relação ao entorno, no qual predominam edificações baixas e históricas.



Imagen de divulgação do projeto Rossi-Fiateci. Fonte:  
<http://www.ronaldorezende.com.br>, acesso em set. 2017.



Rossi-Fiateci, fotografia de Paulo Hopper. Fonte:  
<http://www.skyscrapercity.com>, acesso em set. 2017.

O condomínio foi proposto com o conceito de se auto-sustentar, e ser um local onde se possa residir, trabalhar e comprar. O conjunto, no entanto, assemelha-se à uma célula urbana enclausurada, tendo seus limites murados e

gradeados, afastando e impedindo que a comunidade não residente do local utilize ou sequer visualize o conjunto de pavilhões históricos.

Também podemos ressaltar o caráter universal da arquitetura. Torres de inúmeros pavimentos e com estética genérica, as quais poderiam ser edificadas em qualquer cidade, não dialogam com a presença do bem histórico, e cobrem as fachadas neoclássicas e a chaminé da fábrica.

Assim, ressalta-se o caráter do conjunto como uma semente da cidade genérica, que existe por si só e não busca diálogo com o sítio patrimonial em que se encontra e com o bairro como um todo, o qual possui uma forte identidade histórica.

#### **Experimento: o fenômeno da cidade genérica**

Para ilustrar o fenômeno da cidade genérica, fez-se um pequeno experimento. Através do sistema de busca do Google Imagens, realizou-se uma busca por imagens similares às fachadas das torres do conjunto Rossi – Fiateci, com os seguintes resultados.



Diagrama de resultados. Fonte: pesquisadora, 2017.



Diagrama de resultados. Fonte: pesquisadora, 2017

Os resultados das buscas demonstraram a existência de edifícios esteticamente semelhantes no mundo. Sabe-se que a arquitetura contemporânea tem assumido um caráter universal, o qual demonstra a simplificação das linhas e formas, herdada do movimento modernista. Em suma, o conjunto edificado através da proposta de revitalização nas antigas instalações da Fiateci assume um caráter igualmente universal, o qual não dialoga com o contexto urbano e arquitetônico preexistente e, consequentemente, não demonstra uma eficaz valorização dos edifícios históricos.

#### 4. CONCLUSÕES

Diante da figura pseudofáustica definida por Berman (2016), que divulga seus ideais como sendo em prol de um bem comum e acaba falhando, beneficiando apenas a si própria, a proposta de revitalização das instalações da Fiateci pode ser lembrada como um projeto pseudofáustico. Na ambição de revitalizar uma área, o projeto acaba por voltar-se a si mesmo. Volta-se a si mesmo tanto como um lugar murado sem possibilitar o acesso da comunidade às edificações históricas, como no retorno financeiro, direcionado apenas aos seus investidores, e não ao existente nas áreas adjacentes, uma vez que se propõe a ser uma célula auto-sustentável, onde os moradores vivem, trabalham e consomem sem sair dos limites do conjunto.

Ainda que viabilize um novo fluxo de pessoas na região do 4º Distrito, o projeto não demonstrou o necessário cuidado com o patrimônio histórico edificado na área, e nem mesmo sensibilidade com o entorno urbano

consolidado, ao implantar a arquitetura definida aqui como genérica, sem identidade local. A arquitetura destaca-se por si só, tanto por seu porte como por sua estética, assumindo um caráter fáustico, que nega a existência de figuras do passado. Assim, o projeto de revitalização Rossi – Fiateci remete-se também à figura fáustica em si, na imagem do Fausto que não resistiu à tentação de remover a casa do casal de idosos, que representava a permanência da história e identidade local, e no seu lugar edificou uma alta torre de observação. Será essa a nossa sina: ocultar a história e sobre ela edificar altas torres sem alguma identidade?

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmacha no ar: a aventura da modernidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- BORJA, J. **The City: between dispossession and reconquest.** Metropolis, Barcelona, set. 2009. Acessado em 28 set. 2017. Disponível em: <<http://lameva.barcelona.cat/bcnmetropolis/arxiu/en/pageda1c.html?id=21&ui=229&prevNode=33&tagId=134#>>.
- CAPEL, H.. El debate sobre la construcion de la ciudad y el llamado modelo Barcelona. **Scripta Nova – Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. XI, n. 233, 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-233.htm>>. Acessado em set. 2017.
- CARTA DE Nizhny Tagil sobre patrimônio industrial. **TICCIH – BRASIL**, Comitê Brasileiro de Preservação do Patrimônio Industrial. 2003. Disponível em: <<http://www.patrimonioindustrial.org.br/modules.php?name=News&file=article&sid=29>> Acessado em mai. 2016.
- COSTA, A. R. da (Org). **O Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1922.  
KOOLHAAS, R. **Três textos sobre a cidade.** Barcelona: Gustavo Gili, 2010.  
LEITE, C. (Coord.). **Cidades sustentáveis, Cidades inteligentes.** Porto Alegre: Bookman, 2011.
- MIRANDA, A. E. **A evolução do edifício industrial em Porto Alegre, 1870 a 1950.** 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SEGRE, R. Múltiplas vozes em Barcelona. **PROJETOdesign**, [S.I.], n. 296, out. 2004. Disponível em <<https://www.arcoweb.com.br/projetodesign/artigos/artigo-multiplas-vozes-em-barcelona-01-10-2004>>. Acessado em set. 2017.

## 2.27 O MÉTODO PARA ANÁLISE DA APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO EM CIDADES DA FRONTEIRA SUL: Brasil, Argentina e Uruguai

Karla Nunes de Barros Coelho<sup>1</sup>

*<sup>1</sup>Curso de Arquitetura e Urbanismo ULBRA-Torres – karlabarroscoelho@gmail.com*

### 1. INTRODUÇÃO

Fronteira. Tema que gera uma discussão multidisciplinar. Se tratarmos da fronteira de maneira geral, vemos que elas existem nos mais variados espaços, nas mais variadas ideias e discussões. É a área onde aparecem dualidades, conflitos, mas também pontos que se entrelaçam, ligações e semelhanças. Estudamos as fronteiras internacionais entre países. Estes espaços são resultado de uma intenção política de organização do território. Divisões políticas que se modificam, considerando grandes intervalos de tempo, mas que interferem muito nas populações locais. Deste tema, temos a tese de doutorado: Travessias e Passagens em Espaços Urbanos Fronteiriços: Brasil, Uruguai e Argentina, que teve como objetivo entender como acontece a apropriação do espaço pelo cidadão fronteiriço, de um lado e do outro da fronteira, em uma cidade e na outra, levando em consideração a memória cultural existente na fronteira sul do Brasil, a fronteira Platina. Para a análise de como os cidadãos utilizam e se apropriam do espaço fronteiriço em cidades vizinhas, ou cidades gêmeas, utilizamos um método baseado no mapeamento das atividades de alguns fronteiriços, comerciantes e usuários do comércio, trabalhando principalmente com entrevistas e mapas mentais. Para a análise do uso do espaço em tempos passados, utilizamos entrevistas focadas em histórias de vida daqueles cidadãos com comércios mais antigos e tradicionais nas cidades.

Esta pesquisa propõe a apresentação e discussão do método utilizado para entender a apropriação do espaço nas cidades de fronteira, salientando três unidades de análise: o território, o cotidiano e a memória. A utilização do método e as análises realizadas resultaram em cartografias locais as quais possibilitaram a demonstração da análise dos usos e apropriação do espaço urbano nas cidades gêmeas de fronteira. Acreditamos que a apresentação e discussão do método utilizado para entender o espaço local e seus usos, torna-se importante na medida em que pode ser útil em outras pesquisas da área, ou ser aperfeiçoado, ou discutido ou reinventado em outras oportunidades.

### 2. METODOLOGIA

Para a discussão de método, nos utilizaremos primeiramente da apresentação e justificativa do mesmo. Em um segundo momento a análise dos resultados obtidos.

Dando início a descrição do método utilizado, tivemos como lócus, para a abordagem da fronteira Platina, dois pares de cidades gêmeas que definimos

como representantes desta região. Uruguaiana (BR) e Paso de los Libres (AR), e Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY). Cidades que possuem importância na faixa de fronteira platina e brasileira em função de suas dinâmicas de intensas trocas e relações, tanto de conflitos como de cooperações, geradas pela situação fronteiriça. São chamadas pelo Ministério da Integração brasileiro, cidades gêmeas prioritárias, em função do número populacional e de dinâmicas sociais e econômicas existentes (BARROS COELHO, 2014).

Escolhidas as cidades foco, como representantes da fronteira Platina, acreditamos que ao propormos o método para o estudo da fronteira, é importante que a temática seja compreendida a partir de sua temporalidade e das transformações resultantes do cotidiano e da ação do homem sobre o espaço. Sem essa combinação, a explicação do sentido histórico da fronteira fica prejudicado (GOLIN, 2002; CORRÊA, 1999). Na pesquisa social, envolvendo cidades e seus habitantes, e a cidade em uma condição de fronteira onde especificidades identitárias, relações de cooperação e ao mesmo tempo conflitos entre dois povos acontecem, nos utilizaremos da análise das práticas cotidianas (CERTEAU, 1994), da memória coletiva e do território, principalmente a partir de relatos dos cidadãos da fronteira. Conforme Certeau (1994):

Os relatos de que se compõe esta obra pretendem narrar práticas comuns. Introduzi-las com as experiências particulares, as freqüentações, as solidariedades e as lutas que organizam o espaço onde essas narrações vão abrindo um caminho, significará delimitar um campo. Com isto, se precisará igualmente uma “maneira de caminhar”, que pertence aliás às “maneiras de fazer” de que aqui se trata. Para ler e escrever a cultura ordinária, é mister reaprender operações comuns e fazer da análise uma variante do seu objeto (CERTEAU, 1994, p.35).

“Reaprender as operações comuns”, ou seja, as práticas diárias que consomem o dia a dia de um homem em seu território. Com isso, vemos a construção dessa pesquisa como uma união de fatores cotidianos, espaciais e temporais. Tendo o cotidiano fronteiriço como uma das categorias de análise, teremos informações sobre as práticas cotidianas atuais, as práticas passadas, estando assim contemplada a memória coletiva da população da fronteira, e os percursos habituais do cidadão fronteiriço (BARROS COELHO, 2014).

O método de fundo qualitativo, possibilitou-nos entender as práticas cotidianas e o entendimento do cidadão sobre a cidade-gêmea. A abordagem de Certeau (1994), com a análise do cotidiano a partir dos relatos e percursos, e de Kevin Lynch (1997), utilizando deste os mapas mentais, são métodos utilizados para entendermos o cotidiano das cidades-gêmeas estudadas. Conforme Certeau (1994), as maneiras de fazer constituem as mil práticas pelas quais os usuários, neste caso o cidadão fronteiriço, se reapropria do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural.

Além dos relatos dos cidadãos e da análise das estratégias urbanas, a coleta de documentos históricos como imagens, notícias de jornais, e a

apresentação do histórico das cidades, complementaram o entendimento destes espaços. A partir daí, iniciou-se a elaboração de mapas que representaram os espaços e equipamentos importantes na relação entre as cidades.

Na discussão inserimos também a memória como constituidora do território. Acreditamos ser questão chave para avaliarmos particularidades em diferentes territórios, em diferentes tipos de relação territorial. As interferências entre o cotidiano e a memória também foram tratados e foram parte integrante do discurso sobre a população fronteiriça e seus hábitos, vocabulário, relações familiais e comerciais. A memória das disputas territoriais, das possibilidades de exílio e proteção do outro lado, de uma unidade territorial política que um dia foi transformada, dos laços de amizade, das rivalidades, das práticas cotidianas, e de um vai e vem fronteiriço que passa de geração para geração. As práticas que remetem a memória, ou memórias que remetem a práticas. A memória operando com liberdade, escolhendo elementos e acontecimentos no espaço e no tempo, que possuem um significado coletivo (BOSI, 2003).

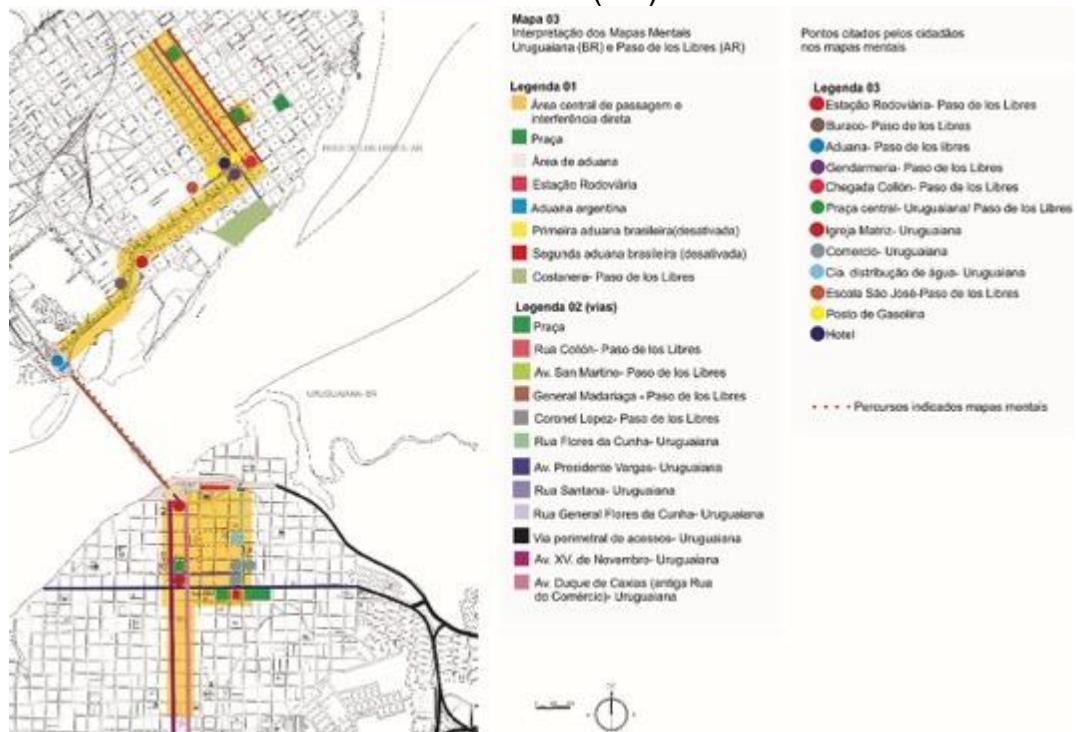
### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Como resultado da aplicação do método- relatos e percursos do cidadão fronteiriço (CERTEAU,1994), mapas mentais (LYNCH, 1997), e histórias de vida (BOSI, 2003) - os dados foram analisados e especializados em mapas das cidades, resultando assim em cartografias de análise de usos e apropriação do espaço. É importante salientar que o cidadão descreveu nos mapas ou nas entrevistas seus principais percursos na sua cidade e na cidade vizinha, e suas principais atividades na sua cidade e na cidade vizinha, e estes foram transcritos e interpretados para as cartografias.

Assim, os mapas demonstrados abaixo, são o resultado de toda a análise dos dados obtidos. As figuras 01 e 02 são as interpretações de todos os mapas mentais feitos por cidadãos uruguaienses (BR) e librenhos (AR) (Figura 01), e santanenses (BR) e riverenses (UY) (Figura 02), respondendo a questões como: Quais são os pontos de referência na tua cidade e na cidade vizinha? Como acontece o seu percurso para ir até a cidade vizinha? Quais os motivos de frequentar a cidade vizinha? Quais os limites mais perceptíveis para ti, entre uma cidade e outra? Qual a frequência que vais até a cidade vizinha? A partir destas questões os cidadãos (comerciantes e usuários do comércio local) desenharam seus próprios mapas mentais.

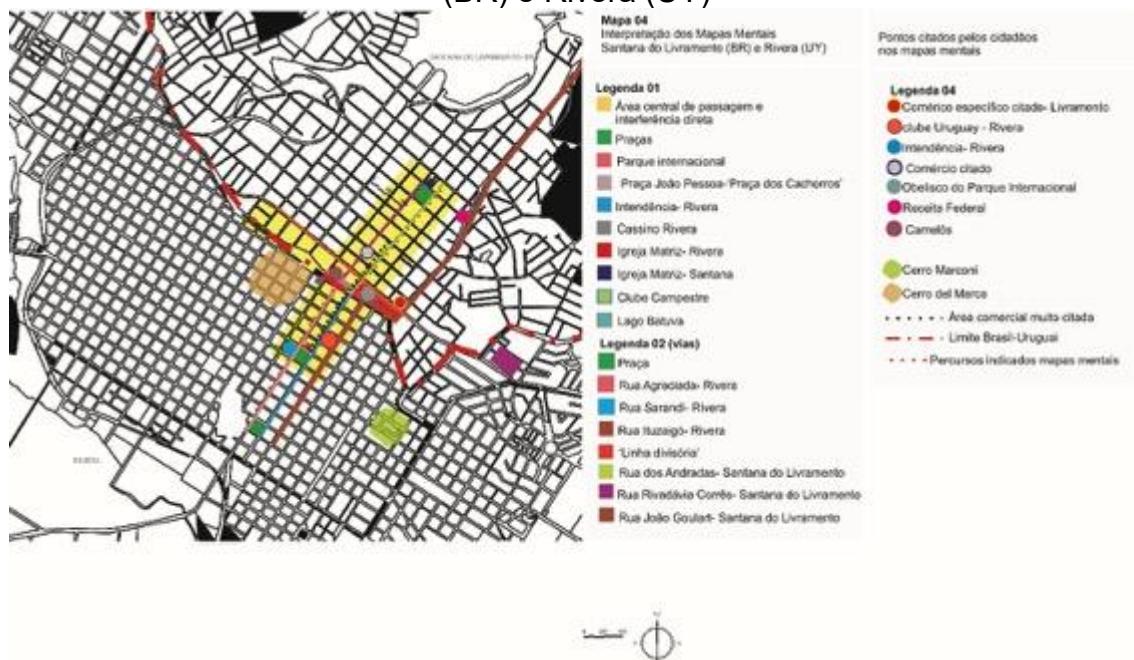
Já os mapas demonstrados nas Figuras 03 e 04, são resultados da interpretação dos percursos relatados pelos cidadãos das cidades de Uruguaiana (BR) e Paso de los Libres (AR) (Figura 03), e pelos cidadãos das cidades de Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY) (Figura 04), os quais responderam as mesmas perguntas citadas acima.

Figura 01: Interpretação dos Mapas Mentais: Uruguiana (BR) e Paso de los Libres (AR)



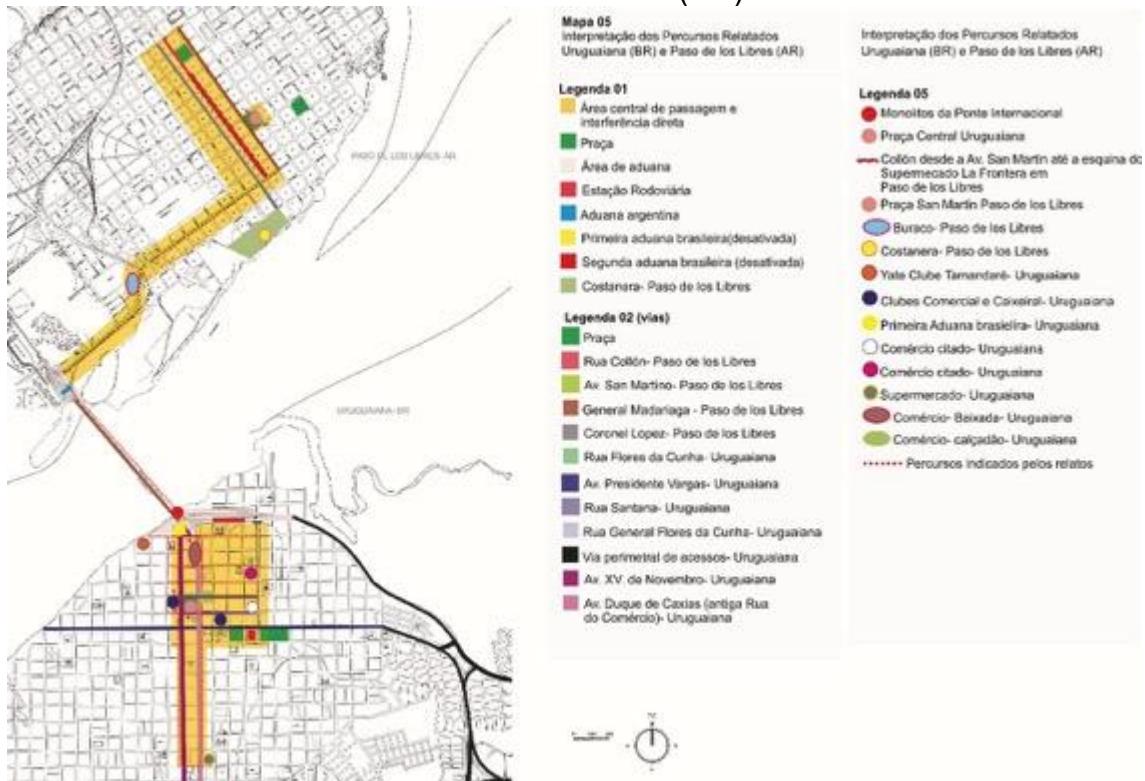
Fonte: BARROS COELHO, 2014, p.155.

Figura 02: Interpretação dos Mapas Mentais: Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY)



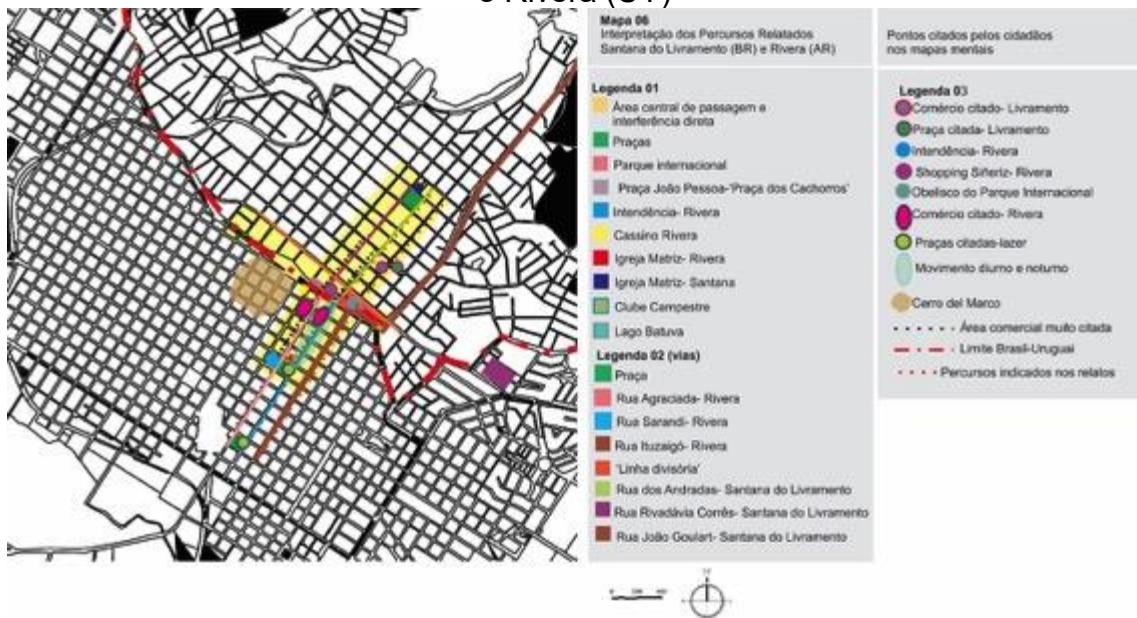
Fonte: BARROS COELHO, 2014, p.155.

Figura 03: Interpretação dos Percursos Relatados: Uruguaiana (BR) e Paso de los Libres (AR)



Fonte: BARROS COELHO, 2014, p.162.

Figura 04: Interpretação dos Percursos Relatados: Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY)



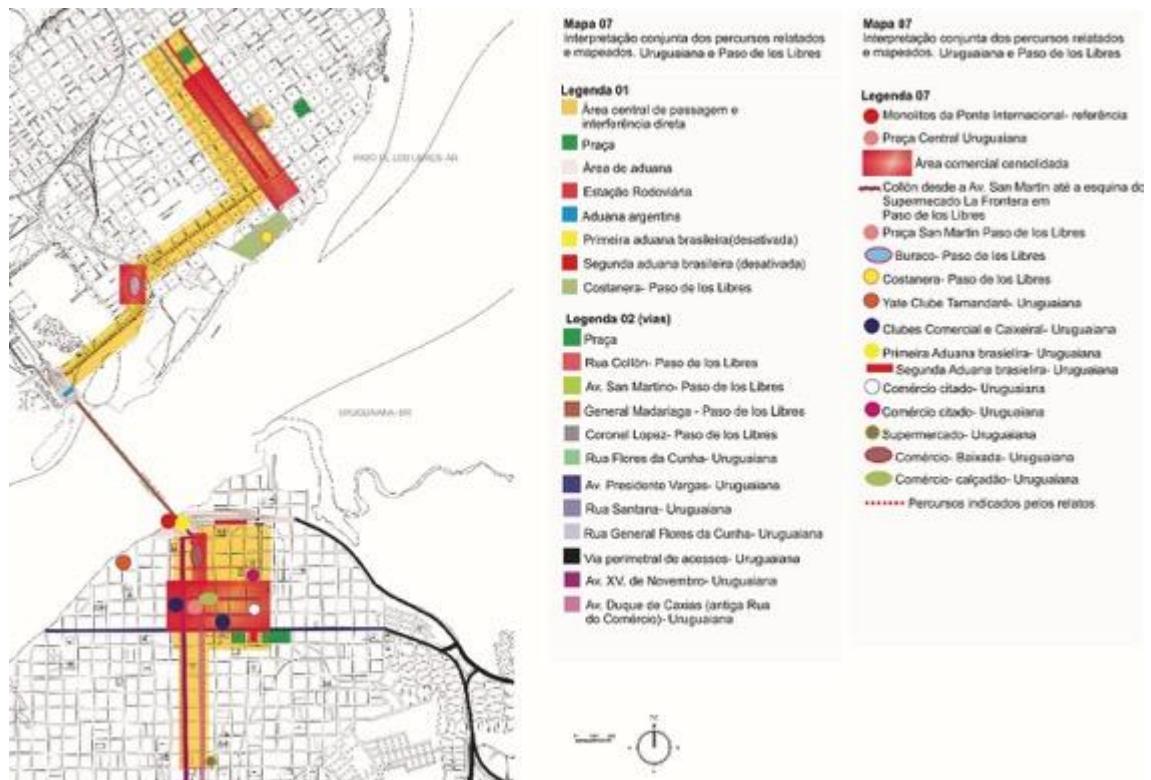
Fonte: BARROS COELHO, 2014, p.163.

O mapa da figura 05 (Figura 05) é a interpretação conjunta dos mapas mentais e relatos coletados nas cidades de Uruguaiana (BR) e Paso de los Libres (AR). Temos aí, a interpretação e acumulação dos mapas 01 e 03, resultando em uma análise mais aprofundada do espaço urbano local em ambas as cidades.

O mapa da figura 06 é a interpretação conjunta dos mapas mentais e relatos coletados nas cidades de Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY). Estes, também apresentam a interpretação acumulada dos mapas apresentados nas figuras 02 e 04.

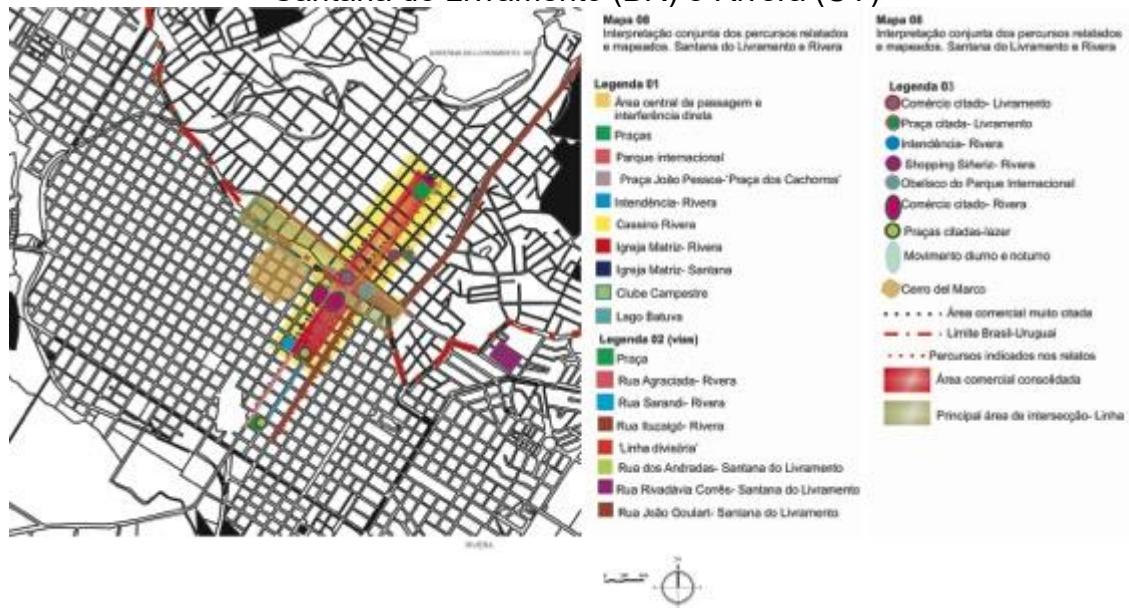
Finalizando a apresentação dos mapas que possibilitaram toda a análise feita no espaço urbano de fronteira, temos os mapas nas figuras 07 e 08, que resultam da interpretação feita a partir dos relatos da memória. Acreditamos que a partir das histórias de vida dos cidadãos fronteiriços, que também se insere na memória coletiva local (BOSI, 2003), podemos entender o uso do espaço urbano em tempos passados.

**Figura 05: Interpretação Conjunta dos Percursos Relatados e Mapeados: Uruguaiana (BR) e Paso de los Libres (AR)**



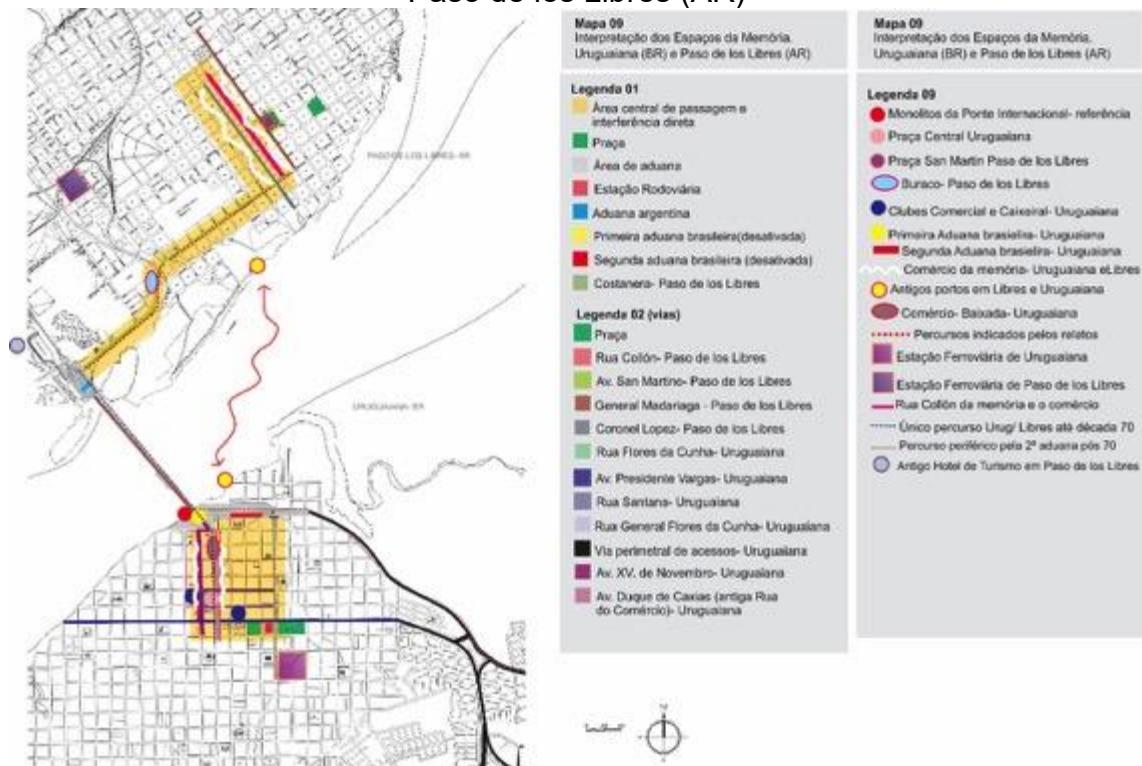
Fonte: BARROS COELHO, 2014, p.170.

**Figura 06: Interpretação Conjunta dos Percursos Relatados e Mapeados: Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY)**



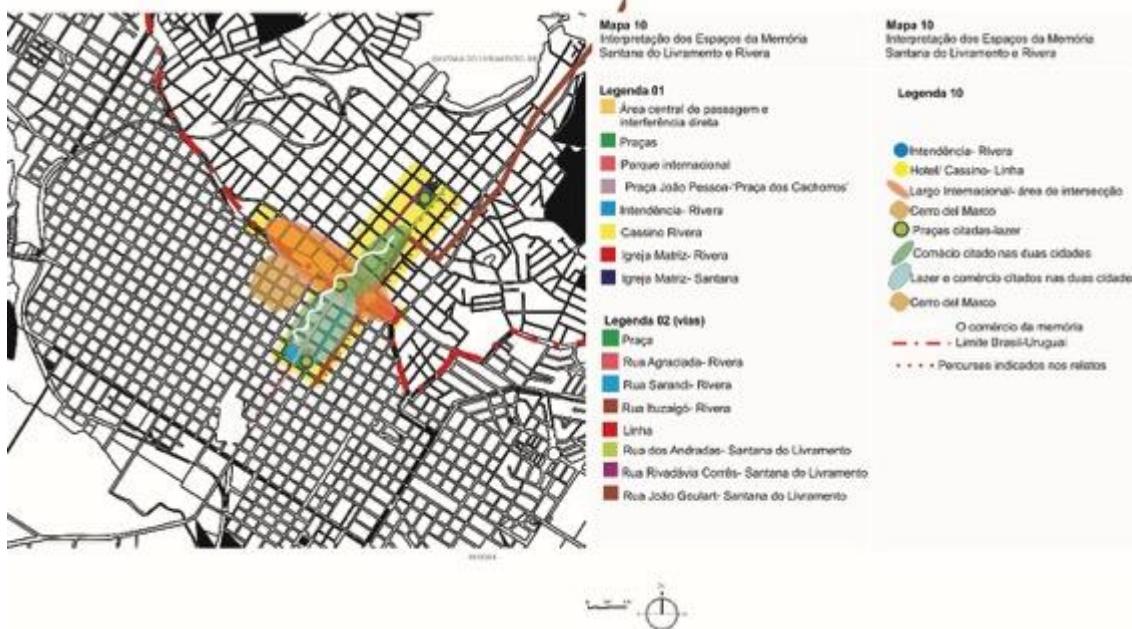
Fonte: BARROS COELHO,2014, p.171.

**Figura 07: Interpretação dos Espaços da Memória: Uruguaiana (BR) e Paso de los Libres (AR)**



Fonte: BARROS COELHO,2014, p.218.

Figura 08: Interpretação dos Espaços da Memória: Santana do Livramento (BR) e Rivera (UY)



Fonte: BARROS COELHO, 2014, p.219.

#### 4. CONCLUSÕES

Concluiu-se que o método utilizado para a análise cumpriu com seus propósitos. A cartografia urbana de fluxos, referências e demarcações de uso do espaço obtida, possibilitou que chegássemos a conclusões importantes sobre os espaços urbanos de fronteira, mais especificamente as cidades gêmeas, considerando os dados fornecidos pelos habitantes locais. Com a cartografia produzida, chegamos ao entendimento de que nestas cidades existem os territórios transnacionais, espaços em que o binacional é corriqueiro seja no idioma, nas famílias, no comércio ou nos encontros do dia a dia. Principalmente nos espaços centrais onde encontramos grande parte do comércio local, e nos espaços públicos de lazer, onde acontece o convívio cotidiano com o outro, identificamos o que chamamos de espaços de integração binacional (BARROS COELHO, 2014).

Esta discussão não pretende encerrar o tema. O método de mapeamento do espaço urbano a partir dos relatos de percursos, mapas mentais e histórias de vida, interpretados, transferidos e transformados em cartografia ainda pode ser esmiuçado em outras pesquisas e discutido em outras oportunidades.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS COELHO, K N. **Travessias e Passagens em Espaços Urbanos Fronteiriços: Brasil, Uruguai e Argentina.** 2014. 246f Tese (Doutorado em

Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasili, 1995.

GOLIN, Tau. **A Fronteira. Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina.** Porto Alegre: Ed. L&PM , 2002. P 52.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

## **2.28 PARA-FORMAL NA QUEBRADA: estudo para uma cartografia poética**

Humberto Levy de Souza<sup>1</sup>; Lorena Maia Resende<sup>2</sup>;  
Tais Beltrame dos Santos<sup>3</sup>; Eduardo Rocha<sup>4</sup>

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – levyarqui@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – tais.beltrame@gmail.com*

<sup>3</sup>*Universidade Federal de Pelotas - lorenamilitao@gmail.com*

<sup>4</sup>*Universidade Federal de Pelotas – amigodudu@yahoo.com.br*

### **1. INTRODUÇÃO**

Este trabalho é o marco inicial para diversas investigações/explorações/experimentações-cartográficas que se pretendem construir \_em periferias através do caminhar como prática estética, considerando ser uma experiência essencial para entender o território que vivemos e que pretendemos agir. O Laboratório de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel estimula práticas cartográficas que vão de encontro com a cidade contemporânea real, que dribla os planos diretores e que funciona através de dinâmicas imprevistas por arquitetos, urbanistas e planejadores. E é através da cartografia urbana que se pretende formular uma práxis de criação de subjetividade do sujeito periférico. Acredita-se que são nas

fronteiras difusas entre trabalho, presença precária do poder público, estratégias de sobrevivência e atividades no limiar entre o lícito e o ilícito que se evidenciam as práticas de configuração da cidade contemporânea, a sua dinâmica de intercâmbios e lugares. Dessa forma, a cartografia proporciona um meio capaz de estimular uma prática para os sujeitos coletivos no sentido de um reposicionamento da periferia no contexto da cidade.

A investigação foi realizada, durante um período de dezoito dias, na margem da capital São Paulo, no bairro Cidade Tiradentes, localizado no extremo leste da cidade. O território abordado está no limiar entre a capital e o município Ferraz de Vasconcelos, e é uma invasão de caráter habitacional. Já conta com um curioso planejamento urbano: loteamento dos terrenos (planejados, para que a prefeitura não reivindique a posse desse território) e distribuição de serviços (energia elétrica e água) para todos moradores.

Quando a periferia fala sobre a periferia ela escolhe um entre tantos nomes que possuí: Comunidade, Pedaço, Área, Favela, Quebrada, entre outros. O termo *quebrada* me convém, porque sinto um afeto pela palavra. Essa me evoca um sentido fragmentário de algo que tem tantos pedaços espalhados que nunca poderemos recolher todos. Também se relaciona com as teorias do surrealismo etnográfico desenvolvidas por James Clifford (2011) escolhido como ferramenta para ser explorada na cartografia. É comum, que em São Paulo, as pessoas chamem umas às outras de *quebrada*, evidenciando a intrínseca relação das pessoas com os lugares que elas habitam. Acredito, ao me incluir nessa coletividade que um grupo não pode ser entendido sem o seu território, no sentido que a identidade sociocultural das pessoas está inevitavelmente, ligada aos atributos da paisagem (GORAYEB, MEIRELES, 2014). Sendo assim, a produção de conhecimento acadêmico por pessoas da periferia também é um objetivo deste trabalho, e se faz necessário para que afirmemos nossas subjetividades e histórias dentro de contextos onde somos objetos de estudo de pessoas que nunca estiveram em situações parecidas.

O para-formal é um conceito criado pelo grupo argentino GPA (2010). É um conceito de fronteira que, ao contrário da oposição entre o formal e o informal – a partir de áreas do conhecimento como o urbanismo e a economia, que categorizam seus estudos e objetos em cidade/economia formal e informal – busca experimentar a fresta ou o interstício entre categorias, que aqui se desenvolve a verdadeira máquina da cidade.

Este aspecto informal, longe de ser ocasional, constitui uma regra importante no desenvolvimento de muitas cidades na contemporaneidade - os lugares considerados para-formais são aqueles que se encontram no cruzamento do formal (formado) e do informal (em formação), são constituídos por três pontos essenciais: a cidade em formação, o princípio de acordos, regras e projetos; a cidade em desagregação, os processos de acordos urbanos conflitivos, friccionantes ou catastróficos e; as situações urbanas onde existam fortes "indiferenças" estratégicas entre os atores denominamos como "cenários urbanos para-formais". E o que pode ser mais para-formal que uma *quebrada* onde a condição de habitação, de fornecimento de serviços seguem padrões formais, mesmo as ruas não possuindo nem mesmo nome e as casas numeração?

Esse estudo busca compreender um pouco da vida marginal, o lugar em transformação, o modo de criar novas visualidades para auxiliar na percepção da cidade e dos cidadãos contemporâneos que de alguma forma convivem com a ilegalidade, com o ilícito e com o informal.

## 2. METODOLOGIA

Delimitou-se para a metodologia dessa pesquisa que a investigação do território se desse através da caminhada errante e da estadia nesse ambiente como uma prática estética, a fim de coletar imagens e testemunhos para registrar a paisagem do local, a transformação das casas e o trajeto da população.

A cartografia é um meio e não um método para se acompanhar algum processo, dessa forma a cartografia inverte o sentido tradicional da metodologia - definido por um caminho predeterminado por metas - e se apresenta como um instrumento a ser experimentado, onde o caminho que ditará as metas. Nesse sentido a cartografia acompanha diretamente o tempo real, ela afeta o ambiente ao mesmo tempo que este a afeta, não surge de ordens bibliográficas mas faz uso da biografia como ferramenta de discussão. É tarefa do cartógrafo dar voz para novos afetos que pedem passagem , do cartógrafo se espera que este esteja mergulhado nas intensidades do seu tempo, e que atento às linguagens que encontra, devore as que lhe parecerem elementos possíveis para a composição das cartografias que se fazem necessárias. O cartógrafo é antes de tudo, um antropófago (ROLNIK, 1989)

Quanto ao uso das teorias do Surrealismo Etnográfico no projeto: o rótulo etnográfico sugere uma característica atitude de observação dos artefatos de determinada realidade cultural e o termo surrealismo é usado em um sentido expandido para determinar uma estética que valoriza, fragmentos, coleções curiosas, justaposições inesperadas que servem para provocar a manifestação de realidades extraordinárias com base no domínio do erótico, do exótico e do inconsciente (CLIFFORD, 2011), e é adequado para abordar os encontros curiosos que costumam acontecer na Cidade Tiradentes.

Essa cartografia é construída através da ótica de uma pessoa que vivencia o ambiente, se retira por tempo indeterminado e retorna, se propondo a revisões infinitas do seu conteúdo, sempre atento a acompanhar as mudanças percebidas após os intervalos de estar.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

É nas fronteiras difusas entre trabalho, presença precária do poder público, estratégias de sobrevivência e atividades na fronteira entre o lícito e o ilícito que se pode procurar entender algo sobre as práticas de configuração da cidade contemporânea, na sua dinâmica de intercâmbios e lugares, com capacidade para fornecer uma prática para os sujeitos coletivos no sentido de um reposicionamento da periferia no contexto da cidade.

A produção de uma cartografia da quebrada feita por sujeitos que habitam o território ou que se sentem parte dele, pode contribuir para o desenvolvimento de discursos contra-hegemônicos que massificam representações negativas a respeito dos espaços periféricos e de seus moradores. Preconiza-se uma narrativa diferente, calcada no orgulho de habitar a margem, e revelando alternativas (sociais, culturais, econômicas e políticas) que apenas a periferia, em oposição a ordem social excludente, pode oferecer.

Do contato direto com a dicotomia vida periférica que de uma lado apresenta uma linda faceta criativa e d<sup>36</sup>e outro sua face suja - sem recursos financeiros e abandonada à própria sorte pelo poder público - que essa cartografia procurou se estabelecer a partir de fotos e vídeos. Então, da seleção desses registros que nasce o zine fotográfico *Boladinho de 2*, produzido pelo autor deste resumo com colaboração direta de David Batista Soares, - morador e autor de fotos que estão na publicação - e do auxílio de moradores que através de conversas contribuíram para a apreensão do lugar. O trabalho indaga sobre a paisagem urbana e os seus condicionantes e é o resultado desse estudo cartográfico inicial. O trabalho \_sugere, através de fotografias e pequenos textos, abordar alguns aspectos da vida na periferia, apresentando fragmentos sobre o espaço público, moradia, economia informal e os diferentes estilos de vida nesse cenário urbano.

#### 4. CONCLUSÕES

A cartografia enquanto método de pesquisa, formação de uma ética-estética, tem uma série de particularidades, é um método que não se aplica, mas que se pratica. A cartografia é um cultivo e dela pode se colher diversos produtos. Não existe um conjunto de regras a serem aplicadas a um objeto de estudo, pois a cartografia é um método em processo de criação, coerente com a realidade aquilo que se investiga. (DI FELICE, 2017)

Como referência para uma vida entre as diferenças, mesmo em situações de escassez, de carência e de ambientes físicos com pouca qualidade de estrutura e conforto. Apesar de tudo, estes espaços apresentam uma intensa dinâmica de intercâmbio, criatividade e gestão partilhada de escassos recursos. E é nesse sentido, de reforçar o potencial da imaginação para meios materiais e humanos, que a vida na informalidade tem algo de muito positivo. Reforçar a nossa percepção sobre a singularidade de cada situação na

---

<sup>36</sup> A cartografia urbana é um método que se faz para cada cada, cada grupo, cada tempo e cada lugar. Podemos registrar essa cartografia urbana através de desenhos, fotografias, filmes, cadernos de campo, exercícios artísticos, sons, etc. - quaisquer formas de expressão que possibilitem avançar no exercício do pensar. A cartografia é um modo de ação sobre a realidade, um modo próximo a uma tática, um mapa que propõe o enfrentamento com o real, despojando-se com as mediações a partir de modelos preconcebidos (ROCHA, 2008). ROCHA, Eduardo. Cartografias Urbanas. In: Revista Projectare. m. 2. p.162-172. Pelotas;UFPel, 2008.

<sup>2</sup>Subjetividade é tudo aquilo que concorre para a produção de um “si”, um modo de existir, um estilo de existência

perspectiva da sua articulação com o circuito da interligação e da informação, revelando potenciais.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental, Transformações contemporâneas do desejo**. Editora Estação Liberdade, São Paulo, 1989.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs - Capitalismo e Esquizofrenia**. V.1. Rio de Janeiro: Ed.34, 1995.

JAQUES, Paola. Apologia da deriva; escritos situacionista sobre a cidade. Rio de Janeiro;

KASTRUP, Virgínia. In: **Pistas do método da cartografia pesquisa intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

FELICE, E. LUDUS HUMANUM EST - Brincar é humano, errar é um devir.  
**PIXO**, revista de arquitetura, cidade e contemporaneidade, Pelotas, v.2, n.2, p.86-99, 2017.

SOARES, L.B. ; MIRANDA L.L. - Produzir subjetividades: o que significa?. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**.. Rio de Janeiro, v.9, n.2 , p.408-424, 2009.

CLIFFORD, James. **Sobre o surrealismo etnográfico**, in. A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no Século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011

### Documentos eletrônicos

GORAYEB, A. **Cartografia Social e Populações Vulneráveis**. Oficina do Eixo Erradicação da Miséria. Fortaleza, fevereiro 2014. Acessado em 13 out. 2017. Online. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Cartilha-Cartografia-Social.pdf>

## 2.29 PERCEPÇÃO URBANA: a vivência e a dinâmica no espaço público

Renata Ferreira Silva; <sup>1</sup> Laíres Lanna Rocha Albuquerque; <sup>2</sup> Erica Cardoso Correia; <sup>3</sup> Laís Lima de Albuquerque<sup>4</sup>

<sup>1</sup>UNIT - Centro Universitário Tiradentes – renataferreira133@hotmail.com

<sup>2</sup>UNIT - Centro Universitário Tiradentes – lairesalbuquerque@gmail.com

<sup>3</sup>UNIT - Centro Universitário Tiradentes – ericacorreia12@hotmail.com

<sup>4</sup>UNIT - Centro Universitário Tiradentes – lais.lima@souunit.com.br

### 1. INTRODUÇÃO

O tema para a pesquisa reflete o estudo de urbanismo voltado para o espaço e a paisagem que geram mudanças na malha urbana do Bairro do Benedito Bentes, localizado no subúrbio da cidade de Maceió, Alagoas. O mesmo foi desenvolvido na disciplina de Planejamento Urbano e Regional II, ministrada pela professora Laís Lima do Centro Universitário Tiradentes.

A escolha do bairro para a realização do estudo se deu devido à carência de atenção do poder público em relação a prática do planejamento urbano no complexo, tendo em comparação a outros bairros da cidade que tiveram intervenções exercidas.

O Bairro do Benedito Bentes a princípio, era um conjunto habitacional idealizado com a proposta de abrigar famílias que não possuíam condições financeiras para poder construir o seu próprio imóvel. No entanto, com o passar do tempo, ele se tornou o maior bairro de Maceió, não crescendo somente em território, mas também populacionalmente e economicamente, com cerca de 932.748 habitantes de acordo com o último Censo do IBGE, realizado no ano de 2010.

Entretanto, devido a essa expansão, os índices negativos também cresceram, conforme o Censo de 2010 e o complexo do Benedito Bentes se tornou o bairro mais violento de Maceió, passando a possuir o maior índice de homicídios da cidade. Pode-se dizer que, alguns dos conjuntos habitacionais que compõe o bairro, foram construídos sem o planejamento adequado para atender toda a população. Nessa conformidade, os espaços ociosos e a ausência de áreas de lazer, de espaços públicos acessíveis e de espaços de permanência, terminam por propiciar índices de violência ainda mais elevados.

Com uma tipologia arquitetônica horizontal, e uso predominantemente residencial, o bairro ainda apresenta em diferentes pontos um intenso comércio que absorve quase toda extensão de sua avenida principal, com lojas dos mais variados ramos de negócios, possuindo atualmente, por exemplo: shopping, faculdades, supermercados, unidade de saúde de pronto atendimento e indústrias.

A área de conhecimento a ser estudada é de Humanas Sociais Aplicadas, onde a problematização identificada é a deficiência que o complexo enfrenta em relação a diversos fatores, bem como: mobilidade urbana, identidade, segurança e ainda o preconceito. O objetivo da pesquisa é o estudo do bairro, desde sua história, até sua importância econômica e política, como

também as suas leis, onde serão realizados recortes para uma avaliação mais detalhada e ainda uma análise em toda a sua malha urbana.

## 2. METODOLOGIA

O método utilizado para a realização do estudo foi por meio da pesquisa descritiva e qualitativa, sendo essas através de um estudo mais detalhado, com o levantamento de dados, que busca compreender e interpretar o comportamento do bairro, a modo de solucionar a problemática identificada. Além disso, a pesquisa foi realizada baseada em consultas bibliográficas e trabalhos relacionados, visitas de campo, bem como e ainda entrevistas com os moradores do bairro, onde foram recolhidos dados históricos, políticos e económicos sobre o mesmo, conforme a resultante dos métodos escolhidos.

Os questionários foram realizados por meio da abordagem presencial, através de questões exploratórias, sendo essas aplicadas para cerca de 90 pessoas. Assim, sendo composto pelas seguintes perguntas: “Para você qual a maior dificuldade hoje em morar no bairro do Benedito Bentes?” e “O que você considera ruim no seu bairro?”. Pode-se dizer que, tais perguntas foram realizadas com o intuito de obter um resultado mais preciso, diante da grande dificuldade de reconhecimento da problemática existente no bairro, ao contrário de questões subjetivas, levando essa um maior tempo para a constatação dos dados.

A metodologia compreendeu as determinadas etapas: o estudo do espaço urbano, identificação de potencialidades e negatividades do complexo e ainda o recolhimento de dados através das entrevistas realizadas com os moradores locais. É importante salientar, que dentre as visitas feitas a campo para referenciar a pesquisa, foi observado a estrutura urbana e os espaços públicos e como as pessoas se comportam mediante a eles, visando não só as áreas centrais, mas também, as ruas adjacentes que serviu para verificar a mudança de comportamento nesses pontos visitados.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o resultado parcial do estudo, sendo esse a resolução das respostas dos questionários, foi identificado a problemática do complexo, a “cicatriz do bairro”, que se conformou também através do mapeamento dos pontos de interesses, das potencialidades e ainda das negatividades encontradas no bairro.

A cicatriz do bairro é pontuada pela mobilidade urbana, o preconceito e ainda a vivência nos condomínios residenciais. Por se tratar de uma área que está distante do centro e das praias, cartão postal da cidade, os moradores sofrem diariamente para se deslocar das suas residências até os locais de estudo, trabalho ou lazer. O que dificulta, é que as vias de trânsito e os

transportes públicos não colaboram para a realização desses deslocamentos, as vias congestionadas e os transportes constantemente lotados.

O preconceito e os condomínios são as cicatrizes mais marcantes no bairro, já que a deficiência na mobilidade urbana também afetam muitos outros pontos da cidade. É notório que o alto índice de criminalidade é um dos motivos pelo qual o complexo é mal visto pela população, mesmo sendo um problema que afeta não só o bairro em estudo, mas toda a cidade de Maceió por completo. Diante da grande parte desta população não acreditar na mudança, muitos acabam sofrendo com a prática preconceituosa e ainda a praticam por não terem argumentos para defender o bairro.

Os condomínios que surgiram no bairro foram apontados como uma cicatriz pelo fato de se multiplicarem sem o planejamento adequado. Novas escolas, praças e demais espaços públicos necessários não foram criadas para atender esses novos moradores. Além disso, as construtoras desses condomínios optaram por cercá-los com altos muros, segregando e afastando as pessoas, além de criarem "ruas cegas", as quais ajudam a incitar ainda mais a prática de atos criminosos.

Desta forma, através da análise dos dados obtidos e a partir da metodologia descrita na seção anterior obtemos resultados que nos permitem levar a concluir que é evidente que o bairro do Benedito Bentes em geral, antes de mais nada, necessita de uma nova identidade, pois o modo como o bairro é visto, não só pelo restante da cidade, mas também por sua própria população, precisa mudar. Além disso, outra questão identificada é a mudança na percepção de segurança, isto é, um local precisa estar livre de ameaças e ainda deve existir coesão social, projetando assim, um bairro de modo a potencializar a visibilidade do espaço e sua transparência, com a utilização de elementos arquitetônicos que fomentem a vigilância natural entre os cidadãos. "O sentimento de segurança".

#### 4. CONCLUSÕES

O estudo descritivo em sua natureza, buscou não só explorar e identificar as problemáticas do bairro do Benedito Bentes, bem como também levantar questões que pudessem ser discutidas e solucionadas posteriormente.

Diante disso e da carência de estudos voltados para esse tema, seriam considerados pesquisas direcionadas para a área de planejamento urbano, ligados a valorização do espaço e paisagem urbana, através da abordagem histórica e cultural, da elaboração de espaços sujeitos a caminhabilidade e ainda o estudo da morfologia da paisagem, com o objetivo de manter o equilíbrio sobre suas funções naturais do espaço.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GEHL, J. **Cidade Para Pessoas**. São Paulo: Perspetiva S.A, 2014.

Manual dos espaços Públicos. **Diagnóstico e metodologia do projeto, São Paulo, 2013**. Acessado em 25 de outubro de 2017. online. Disponível em: <http://www.solucoesparacidades.com.br>

**Cidades IBGE**. Disponivel em: <<https://www.ibge.gov.br/>> Acessado em 26 de outubro de 2017

## **2.30 PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DE CANTEIRO URBANO PARA UM PARQUE LINEAR PARA O MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA/RS.**

**Natalia Hauenstein Eckert<sup>1</sup>; Bruna Disconzi Meotti<sup>2</sup>; Julia Calvaitis Padilha<sup>3</sup>;  
Marina Aimi Pereira<sup>4</sup>**

<sup>1</sup>*Universidade de Cruz Alta – eckert@unicruz.edu.br*

<sup>2</sup>*Universidade de Cruz Alta – brunameotti@hotmail.com*

<sup>3</sup>*Universidade de Cruz Alta – juliacpadilha@outlook.com*

<sup>4</sup>*Universidade de Cruz Alta – marina\_aimi@hotmail.com*

### **1. INTRODUÇÃO**

Revitalização, em conceito, são ações conjuntas para qualificar espaços, já existentes, tornando-os os mais eficientes a nível urbano e arquitetônico. Fatores como a mobilidade dos usuários, condicionantes e varrições de tempo e clima e as mudanças recorrentes as cidades interferem nas atitudes projetuais, gerando conflitos de importâncias, pois as diferentes partes envolvidas apresentam opiniões e necessidades distintas, o que é relevante para a população nem sempre será para os órgãos financiadores.

Os processos envolvendo revitalizações de espaços públicos vem, cada vez mais, tomando espaço no contexto das cidades atuais, uma vez que há uma grande proporção de áreas públicas que se encontram em estado de degradação. A importância de readequar, reestruturar e ambientar estas áreas é um importante preceito de sustentabilidade e consciência ecológica, e a incorporação destes espaços a vida ativa de seu entorno instiga a volta da população para usufruir destas áreas.

O trabalho em questão apresenta um projeto de intervenção em um espaço urbano no município de Cruz Alta – RS elaborado pela disciplina de Projeto de Urbanismo I, que faz parte da faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Cruz Alta. A área de 45 mil m<sup>2</sup>, aproximadamente, localiza-se no Bairro Central do município, nas dependências do EASA (Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas), que a entidade responsável pela sua manutenção. A utilização se restringe a circuito de corrida e/ou caminhada, uma vez a mesma não dispõe de infraestrutura nem atrativos básicos de lazer e recreação para ser diariamente frequentada.

Entretanto, a razão dos espaços apresentarem condições precárias é oriunda de várias partes e sua raiz vem das heranças e conflitos socioculturais entre a população e os órgãos governamentais. Jacobs (1961. Pág. 439) faz menção a estas problemáticas:

“Precisam, entre outras coisas, de personagens públicos informais, espaços público vivos, bem vigiados e usados com constância, acompanhamento fácil e natural das crianças e inter-relação de usos com as pessoas de fora. Em resumo, na sua reintegração, à estrutura urbana, esses projetos precisam adquirir as virtudes de uma estrutura urbana sadia”.

O principal objetivo do trabalho foi elaborar um projeto que utilizasse a área em questão, a fim de torná-lo um espaço para a realização de esportes, com infraestrutura adequada, instigando as pessoas a exercitarem-se. Desse modo, propôs-se a adequação do local segundo as atividades relacionadas ao esporte, tornando o ambiente convidativo e incentivando o lazer da população, com a finalidade de envolver todas as faixas etárias, gêneros, condicionando o espaço a categoria multifuncional, de forma a contribuir para que o esporte e lazer sejam acessíveis a todos.

## **2. METODOLOGIA**

O trabalho foi proposto pela disciplina de projeto de Urbanismo I, entre os meses de fevereiro a julho de 2017. O mesmo possui caráter de atelier e seu desenvolvimento se deu nas seguintes etapas: reconhecimento da área, descrição dos aspectos culturais e históricos, levantamentos físicos (topografia, vegetação e entorno imediato), elaboração do plano de diretrizes e propostas para intervenção e a elaboração do projeto de intervenção, com especificações de matérias, mobiliários, vegetação e adequações necessárias para viabilizar as novas atividades e usos propostos.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O espaço destinado a intervenção se caracteriza por ter forma longitudinal alongada com vias para retorno de veículos ao longo de sua extensão, uma espécie de canteiro central. Sua área bem vegetada, apresenta grande número de espécies arbóreas, além de uma vasta gama de arbustos. A topografia, relativamente acidentada em alguns pontos, ocasiona desconforto nos acessos a área por não respeitar normas de acessibilidade universal.

A alameda apresenta uma lista de potencialidades a serem exploradas. Entre elas podemos destacar: área ampla; grande número de vegetação existente (médio e grande porte); redes de iluminação a nível viário; pavimentação asfáltica das vias de tráfego de automóveis; topografia do terreno; espaços de esportes existentes: quadra de areia e pista de skate; quantidade de lixeiras na área residencial; proximidade ao EASA; e localização na cidade. A figura 1 mostra a localização da cidade do mapa do Rio Grande do Sul, a figura 2, delimita a área na cidade de Cruz Alta e a figura 3 apresenta a delimitação da área em estudo.

Figura 1: Localização da cidade no mapa do RS.



Fonte: Google Earth, 2017

Figura 2 e 3: Localização e delimitação da área, respectivamente.



Fonte: Google Earth, 2017

Para os problemas encontrados buscou-se diretrizes e estratégias para sua melhor resolução. Assim, previu-se com a ausência e má conservação da pavimentação das calçadas a substituição do material e uniformização do mesmo, através da implementação de piso intertravado, adequando conforme a legislação da cidade (código de obras e plano diretor), além de implementar um caminhódromo, com pavimentação e iluminação adequados.

As imagens seguintes, em nível de implantação, mostram as áreas de intervenção. A figura 4 representa a área existente, com o entorno imediato, sistema viário e vegetação. A figura 5 representa a proposta de intervenção, que será descriminada nos tópicos a seguir.

Figura 4: Área existente.



Fonte: Elaborado com base no mapa da cidade, PMCA, 2017.

Figura 5: Proposta de intervenção.



Fonte: Autoras, 2017.

A insuficiência de iluminação à nível de pedestres deve ser resolvida com maior quantidade de luminárias e diversificar os tipos e estilos destas. Foi previsto a utilização de lâmpadas LED e colocação de iluminação direcionada a vegetação, caminhódromo e áreas de descanso. A sinalização de trânsito também deve ser ampliada, tanto no sentido horizontal quanto vertical, de acordo com o manual de sinalização rodoviária do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes).

Há falta de mobiliário urbano e os que existem estão precários, assim, se propôs a substituição dos existentes por novos de boa qualidade e de design de acordo, aumentando a quantidade de bancos e adicionando lixeiras ao longo do trajeto. Também foram propostas novas de paradas de ônibus que atendessem as necessidades dos usuários.

A vegetação necessita de manutenção e organização, através de deslocamento de algumas espécies e implementação de outras. Previu-se realocar as palmeiras Jerivá para outro território, fazer a devida manutenção da vegetação restante, delimitar espaços para forrações, bem como canteiros de plantas de pequeno porte. O projeto também contém a implantação de mais espécies de grande e médio porte e criação de um projeto de paisagismo adequado.

A acessibilidade deve ser adequada de acordo com a NBR 9050, para que todos possam ter acesso a toda extensão do parque. A topografia deve ser suavizada para melhor conforto ao caminhar. Para as escadas, foi sugerido melhorias e que fossem substituídas quando necessário, bem como refazer o meio fio, para adequar-se as normas. A figura 6 apresenta uma vista da área atualmente e a figura 7 uma vista, no mesmo ângulo, da proposta de intervenção.

Figura 6 e 7: Vista do existente e vista do projeto, respectivamente.



Fonte: EASA, 2015. Autoras, 2017

A proposta conta ainda com um anfiteatro ao ar livre, este com longos bancos e uma estrutura de palco, para apresentações de diversas artes e também poderá ser projetado filmes durante a noite. Aos fundos do mesmo se encontra um chafariz proposto com o intuito de fazer uma homenagem à cidade, lembrando da lenda da panelinha, que quem bebia da água da panelinha, acabava, voltando para Cruz Alta.

Outras estratégias propostas foram a implementação de um chimarródromo, de uma academia ao ar livre, melhorias na quadra de areia e pista de skate e designar uma área para jogos de mesa. Ainda a implementação de um meio de transporte alternativo, reorganizando as vias de trânsito e fechamento de algumas, bem como a implementação de ciclovia e caminhódromo. Por fim, adicionar sistemas de segurança, através de câmeras.

#### 4. CONCLUSÕES

De certa forma, as cidades tendem a isolar e menosprezar espaços degradados tornando-os mais subjugados e abandonados. A falta de segurança e a precariedade impede a vida ativa destas áreas e o poder público tem feito pouco ou quase nada para reavivar estes espaços, alegando que a população não manifesta interesse em usá-las.

A totalidade das cidades perante as áreas sem infraestrutura básica encontrados em zonas de alto potencial, tanto físico como social, classifica-se como um espaço dispendioso, algo que pode desqualificar seu entorno imediato. Carlos Leite e Juliana Awad, comentam, ainda, em seu livro *Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes* (2012) a perda do senso de abrangência dos cidadãos perante seu território, como se os mesmos fossem estrangeiros em sua própria terra, pois não conectam o uso dos espaços públicos com as suas moradias individuais.

Nesta temática, o projeto buscou contrapor paradigmas socioculturais transformando a preexistência de uma área menosprezada potencialmente em um espaço que atendesse as necessidades reais da população, sem grandes benfeitorias e radicalismos urbanos.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

LEITE, C. AWAD, J di C M. **Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

Exército Brasileiro – Comando Militar do Sul - EASA. **Participação em Projeto Urbanístico**. EB em Revista, 31 de mar. 2015. Acessado em 1º de nov. 2017. Disponível em: [http://www.eb.mil.br/web/resiscomsex/cms-/asset\\_publisher/5GOiNizkxh97/content/escola-de-aperfeiçoamento-de-sargentos-das-armas-easa-participa-de-projeto-urbanistico-de-cruz-alta](http://www.eb.mil.br/web/resiscomsex/cms-/asset_publisher/5GOiNizkxh97/content/escola-de-aperfeiçoamento-de-sargentos-das-armas-easa-participa-de-projeto-urbanistico-de-cruz-alta)

## 2.31 RUA DA CONSOLAÇÃO: da trilha indígena a avenida urbana

Artur Bernardes

Universidade Presbiteriana Mackenzie – bernardes.artur@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

A Rua da Consolação, situada na porção Oeste da cidade de São Paulo, é a temática de dissertação em andamento. Para auxiliar a pesquisa, estará sendo apresentado nesse resumo expandido, a análise de parte do conjunto formado por 11 mapas que foram publicados em 1954, momento em que a capital bandeirante completou 400 anos desde a sua formação.

É importante a investigação apreciativa das modificações da contemporaneidade urbana, no modo como incidem no espaço da cidade e na identificação dos marcos referenciais que pontuam a urbe e auxiliam os momentos presente e futuro da sede metropolitana. Se faz necessário o entendimento de como a polis adquiriu a sua paisagem atual para uma melhor compreensão do sítio posto na malha urbana.

O artigo tem como objetivo a investigação desses importantes registros, pois além de auxiliar a pesquisa de dissertação podem ser explorados em outros estudos a respeito da capital paulista.

### 2. METODOLOGIA

O estudo é parte de uma dissertação em andamento, que tem uma das bases teóricas a análise de um volume de mapas históricos, que foram apresentados à cidade com a denominação *São Paulo Antigo: Plantas da Cidade*, consequente do quarto centenário da Capital do Estado, constituído por 11 documentos cartográficos do município ao longo do século XIX.

A Comissão do IV Centenário foi a responsável pela publicação que é “um imprescindível instrumento de pesquisa [...] do período colonial, imperial e da Primeira República. [...] inesgotáveis as informações que se podem extrair desses documentos gráficos: dados relativos às diferentes etapas de desenvolvimento urbano”. (Prefeitura de São Paulo, 2008. Acesso em: 18 ago 2017).

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os 11 mapas do século XIX publicados pelos 400 anos da pauliceia, tem a primeira planta datada do começo dos oitocentos, 1810, e a última de 1897. Com esse registro é possível verificar que o objeto de estudo da dissertação está relacionado com a história paulistana desde a sua formação e como a polis passou por grandes transformações ao longo desse século.

Como o resumo expandido tem um limite de palavras, não será possível estar disposta todas as plantas.



Figura 1. Planta da Cidade de São Paulo de 1810.

Fonte: <http://www.arquiamigos.org.br/info/info20/i-1810.htm>. Acesso em: 18 ago 2017.

Esse primeiro mapa é de 1810 com início em 1807, com autoria do engenheiro militar português Rufino Felizardo e Costa, e enquanto o desenhava, exercia a função de segundo-tenente do Real Corpo de Engenheiros. Também levantou o Caminho do Mar. (Prefeitura de São Paulo, 2008. Acesso em: 18 ago 2017).

Em 1769, a cidade é elevada a Capitania de São Paulo e por motivações políticas, administrativas e militares, os capitães-generais, por ordens da coroa portuguesa, voltam a atenção para a urbe da colina. São construídas benfeitorias para o núcleo urbano, como a Casa de Câmara e Cadeia (1783-1791), o Quartel dos Voluntários Reais (1790-1791), o Chafariz da Misericórdia (1790-1792), a Ponte do Lorena, de 1795 que dá acesso ao caminho de pinheiros, bem como mais três pontes, a do Carmo (1805-1808) e outras duas do Marechal, uma referente ao marechal Frei José Raimundo Chicorro (1786-1788) e a outra de 1809, construída por Daniel Pedro Müller. (Prefeitura de São Paulo, 2008. Acesso em: 18 ago 2017).

Observa-se que a cidade está resumidamente na região central da colina, compreendida entre a várzea do rio Tamanduateí e o vale do Anhangabaú, “conhecida na época da conquista portuguesa sob o nome indígena de *Inhapuambuçu*”. E os moradores do começo do século 1800 não chegavam a 10.000 habitantes.

Desse conjunto urbano partia caminhos para todas as direções. Rumo a Oeste, se tinha acesso a Jundiaí e Goiás, pelas Ruas Sete de Abril, do Arouche e das Palmeiras, e também ao caminho dos Pinheiros e a cidade de Sorocaba. Esses dois últimos destinos correspondem à parte da “trilha pré-cabralina proveniente do Paraguai – ramal do antiquíssimo Peabiru, que interligava as terras guaranis e o litoral do Sudeste brasileiro [...] levava a partir do século XVIII às regiões meridionais do Brasil, produtoras de gado vacum e muar”, e hoje são a Rua da Consolação, a Avenida Rebouças, a Rua dos Pinheiros e a Rua Butantã. *ibid.*

No início do século, momento da confecção do mapa, o crescimento urbano precisou ir para além do profundo Vale do Anhangabaú, região denominada de *Cidade Nova*, pois a Leste existia as margens do Rio Tamanduateí, que como eram bastantes alagadiças distanciava a região da Sé ao Brás, e já ao Sul era uma região de pouco prestígio, lugar no qual estabeleceu-se, no desfecho do século XVI, a força, que presentemente é a Praça da Liberdade, e também o Cemitério dos Aflitos, com origem remetente a 1775 onde se enterrava os escravos, enforcados e indigentes, e é a atual Rua dos Estudantes.

Pela presença desses equipamentos públicos, as pessoas abastadas da época procuravam residir longe dessa franja urbana, e juntamente a essa característica a urbanização dessa extensão era limitada também por motivo de segurança, nesse setor existia a Casa da Pólvora, com construção datada de 1785, e no momento presente está ocupado pelo Largo homônimo. *ibid.*

Diante dessas limitações geográficas o governador da Capitania, Bernardo José Maria de Lorena, nos anos compreendidos entre 1782 a 1797 indicou a outra margem do Anhangabaú, de “terreno montuoso e desigual”, para a cidade de São Paulo crescer rumo às terras situadas no Morro do Chá. Como a Cidade Nova estava afastada da parte inicial da urbe e com a presença de inúmeras chácaras, esse vetor a Oeste se manteve com ares rurais nas primeiras décadas do século XIX.

O segundo mapa, figura 2, foi feito baseado no anterior de 1810, com alguns acréscimos e correções pois, na época da confecção do primeiro documento, supostamente Rufino não dotava dos instrumentos apropriados, o que acabou gerando certas distorções que foram corrigidas. (Prefeitura de São Paulo, 2008. Acesso em: 01 set 2017).

Os edifícios paulistanos das primeiras décadas do século XIX eram simples construções em estilo barroco e feitas de taipa. As igrejas precisavam de reparos, nas vias públicas não existiam calçadas e os largos estavam descuidados com nenhuma arborização, o que não era uma preocupação no período.

Em uma das passagens do Centro antigo para a Cidade Nova, logo após a Ponte do Lorena na subida do Piquês, em 1814 foi erguido a Pirâmide do Piquês, um obelisco situado próximo a uma fonte, em pedra de cantaria com autoria do tenente-coronel Daniel Pedro Müller. Trinta anos depois o Imperador D. Pedro II foi homenageado com a implantação do Chafariz Dois de Dezembro, em referência ao seu aniversário. (Prefeitura de São Paulo, 2008. Acesso em: 01 set 2017).

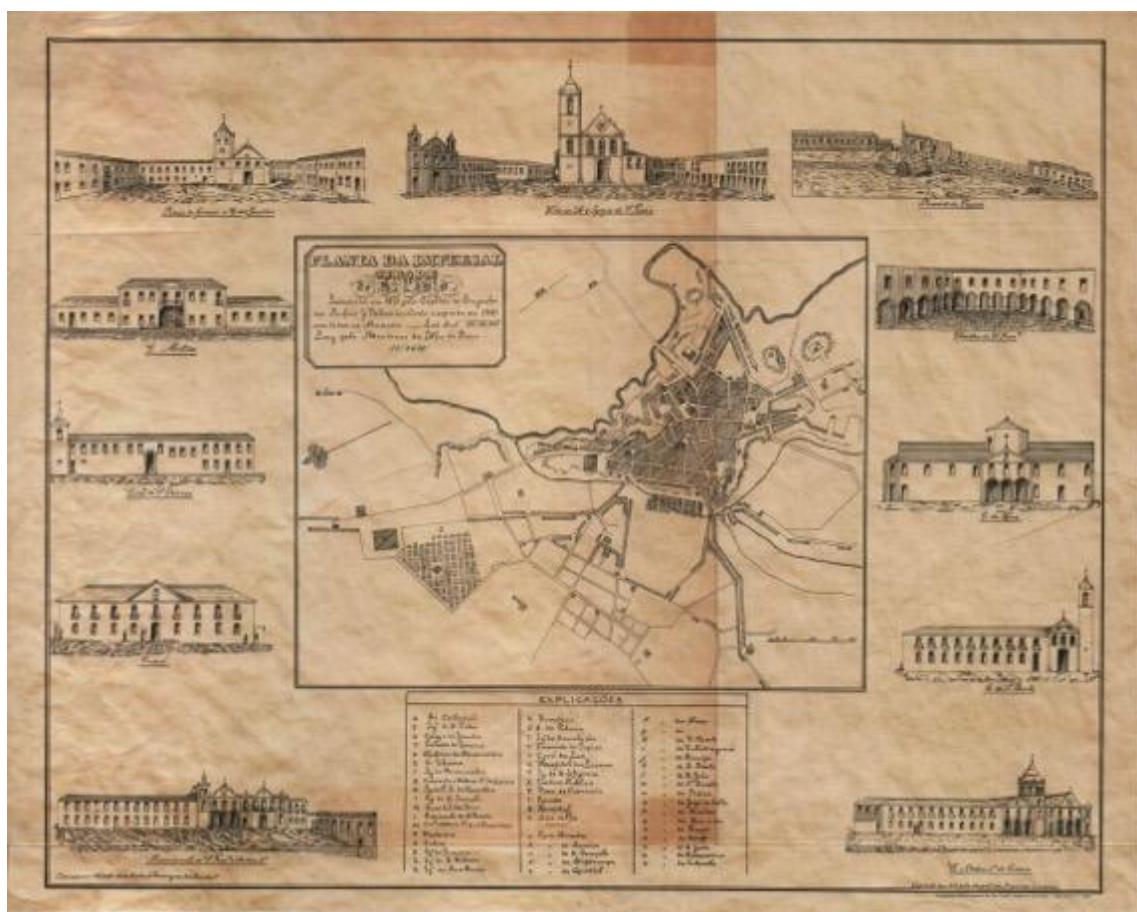


Figura 2. Planta da Imperial Cidade de São Paulo de 1810.  
Fonte: <http://www.arquiamigos.org.br/info/info20/i-1841a.htm>. Acesso em: 01 set 2017.

Na página seguinte há outro mapa paulistano de 1841, figura 3, o terceiro da série dos onze documentos, e é uma cópia do desenho do agrimensor alemão Carl Abraham Bresser. (Prefeitura de São Paulo, 2008. Acesso em: 01 set 2017).

O que difere esse documento em relação ao anterior é que ao Norte ultrapassa o Convento da Luz. Ao Sul é registrado o Córrego Lavapés, trecho do percurso para Santos, a Leste nota-se a Igreja do Brás, que em 1818 recebeu o título de matriz, e a Oeste está demarcado o caminho para Sorocaba, que tem início, a partir do centro antigo, pela Ponte do Lorena,

passando pela Pirâmide do Piques, Rua da Consolação e pela Igreja da Consolação. *ibid.*

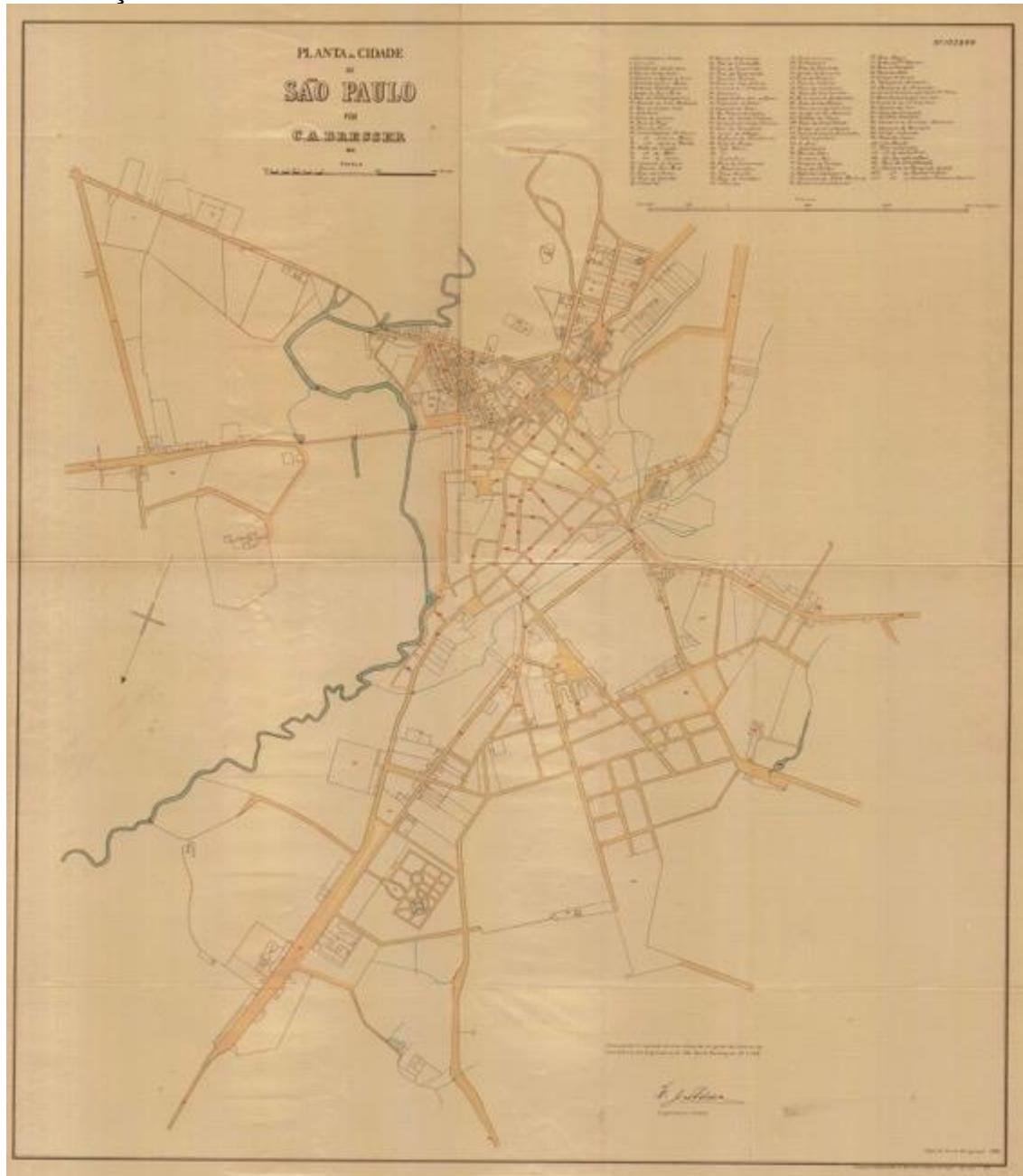


Figura 3. Planta da Cidade de São Paulo de 1841.  
Fonte: <http://www.arquiamigos.org.br/info/info20/i-1841b.htm>. Acesso em: 01 set 2017.

O mapa, representado pela figura 4, foi confeccionado para nortear a proteção da cidade de São Paulo no decurso da Revolução de 1842, momento em que a capital esteve ameaçada, corria o risco de ser tomada pela Coluna Libertadora, com o brigadeiro Tobias de Aguiar na liderança. O Império

protegeu a capital paulista fundando barreiras em pontos táticos. (Prefeitura de São Paulo, 2008. Acesso em: 08 set 2017).



Figura 4. Carta da Capital de São Paulo de 1842.

Fonte: <http://www.arquiamigos.org.br/info/info20/i-1842.htm>. Acesso em: 08 set 2017

Na próxima página está o quinto mapa, revelado pela figura 5. Foi levantado no período em que o presidente da Província era o Marechal Lima e Silva. Feito por Bresser e ao que indica, parece ser a continuação do que ele desenhou em 1841, com diferença nos limítrofes da capital ao Norte, onde vai até o Rio Tietê, exemplificando a Ponte Grande de Santana. *ibid.*

O documento tem a sua relevância por ser de correspondência cadastral. Embora há semelhanças com os anteriores, teve alguns imóveis cadastrados e apenas na parte mais antiga que foi marcado o nome das vias. O registro cartográfico é uma cópia de 1918, e a original foi executada no decorrer de 1º de maio de 1844 a 5 de novembro de 1847. Ainda é de se notar que a Cidade Nova teve o seu arruamento realizado a quatro décadas anteriores e ainda estava pouco adensada.

No sexto mapa, figura 6, já se vê indícios de mudanças que iriam ocorrer na polis paulistana, embora era ainda uma cidade pouco expressiva e com recursos limitados. *ibid.*

Nos primeiros anos da segunda metade do século XIX a Corte Portuguesa estava cada vez mais presente culturalmente na pauliceia, iam

aumentando a quantidade de engenheiros, artífices e trabalhadores especializados. As edificações recebiam novos componentes e métodos de construção. Tais mudanças alteraram os hábitos da sociedade, pelo contato cada vez maior com a cultura europeia. (Prefeitura de São Paulo, 2008. Acesso em: 08 set 2017).

A cidade passa por grandes melhorias, suas ruas principais são cobertas por pedras ou recebem macadamização, também são criadas as calçadas com a sarjeta, que se diferenciava do leito carroçável, e as vias secundárias recebem pedregulhos.

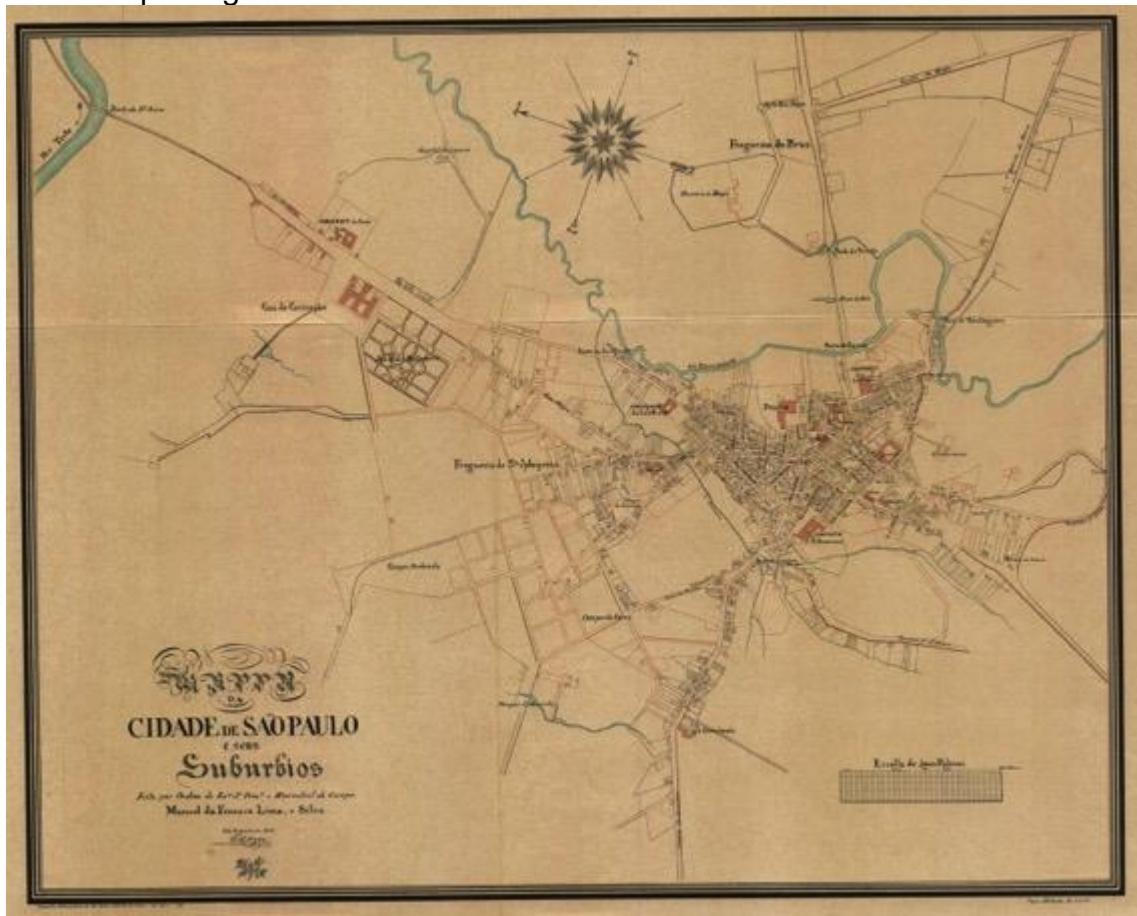


Figura 5. Mapa da Cidade de São Paulo e seus Subúrbios, de 1847.  
Fonte: <http://www.arquiamigos.org.br/info/info20/i-1847.htm>. Acesso em: 08 set 2017.

São experimentadas alternativas com o intuito de promover o embelezamento da urbe, com a implantação do belvedere no Morro do Carmo (1850-1862). Em um momento posterior ao feitio do mapa em 1859, teve uma proposta de urbanização da Várzea do Tamanduateí, já que tinha ocorrido a retificação desse leito entre 1849 a 1851. *ibid.*

O novo conceito de cidade que surgia passa a ser cada vez mais expressivo. Nos anos de 1850 a municipalidade cria um número significativo de posturas, que acabam não sendo implementadas, não obstante vão compor o

inaugural Código de Posturas da Capital da Província em 1873, que são a continuidade das propostas desse período.

Um fato primordial que aconteceu na história da Província de São Paulo, que alavancou o crescimento urbano paulistano, foi a fixação no Oeste Paulista da cultura do café, que possibilitou o enriquecimento da região e assim permitiu a implantação de projetos urbanos. Ao mesmo tempo a Província, desde o início dos anos 1850, atraia para a sua capital e região operários portugueses e alemães, para cumprirem funções como pedreiros, canteiros e calceteiros, além de engenheiros militares e civis, brasileiros e estrangeiros. (Prefeitura de São Paulo, 2008. Acesso em: 08 set 2017).

Esse fluxo de pessoas evidencia o clima de mudanças que se iniciava na região, mas sempre em meio a adversidades, o porte da cidade vai se alterando lentamente. Paralelamente a isso, as classes médias e altas da sociedade foram mudando a sua visão de cidade pequena para a ideia econômica-mecanicista influenciada pelo progressismo burguês, e nessa atmosfera, há reivindicações por melhorias urbanas. *ibid.*

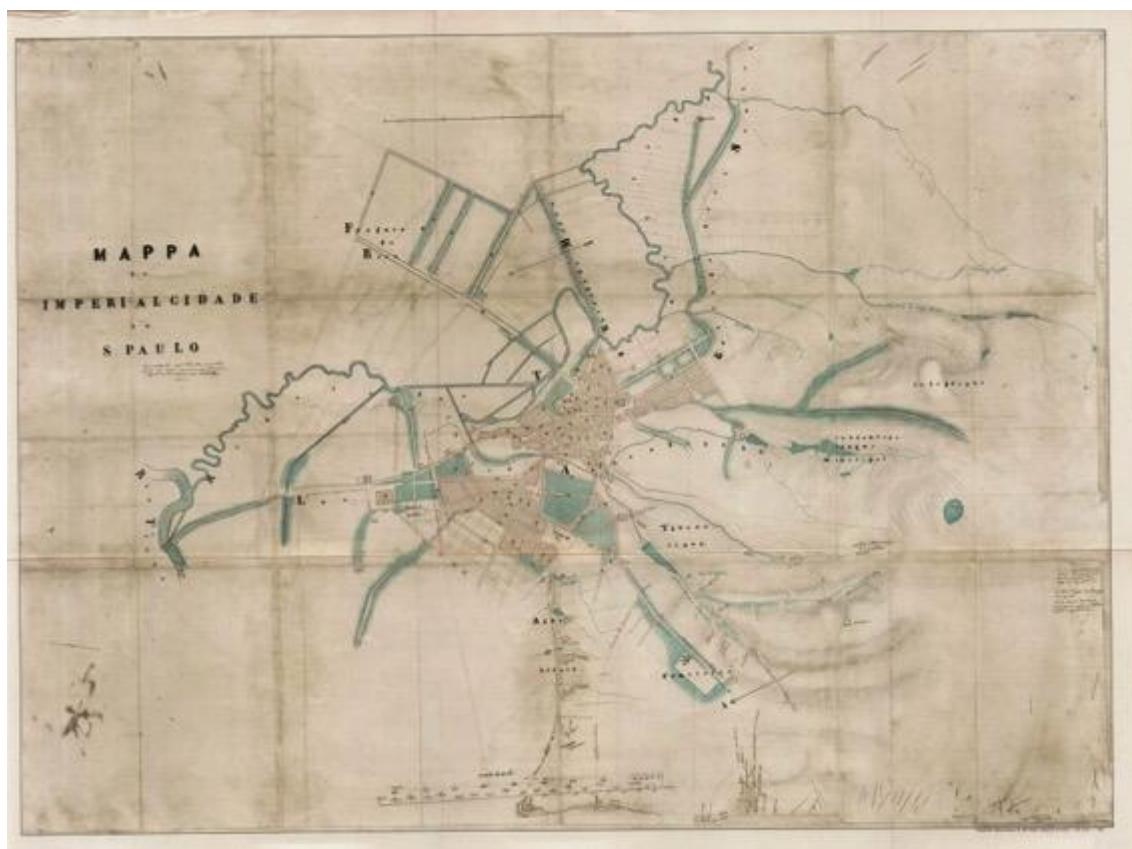


Figura 6. Mapa da Imperial Cidade de São Paulo, de 1855.  
Fonte: <http://www.arquiamigos.org.br/info/info20/i-1855.htm>. Acesso em: 08 set 2017.

#### 4. CONCLUSÕES

A apreciação dos mapas do século XIX é significativa em razão das possibilidades que geram em pesquisas acerca da cidade de São Paulo. O registro histórico tem a sua relevância na medida em que se observa como o crescimento urbano da polis ocorreu, e como foi se dando as novas centralidades rumo ao Oeste da malha urbana paulistana.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **São Paulo antigo:** Plantas da Cidade. Disponível em: <<http://www.arquiamigos.org.br/info/info20/i-intro.htm>>. Acesso em: 18 ago 2017.

## **2.32 SENSIBILIDADE URBANA: a dinâmica social como reflexo do uso dos espaços públicos**

Rogério Henrique Vieira Amorim Gato<sup>1</sup>; Luiza Thainá Vieira da Silva<sup>2</sup>; Lais de Lima Albuquerque<sup>3</sup>

<sup>1</sup>*UNIT – Centro Universitário Tiradentes – rogeriovgato@gmail.com*

<sup>2</sup>*UNIT – Centro Universitário Tiradentes – luizathainavs@hotmail.com*

<sup>3</sup>*UNIT – Centro Universitário Tiradentes – lais.lima@souunit.com.br*

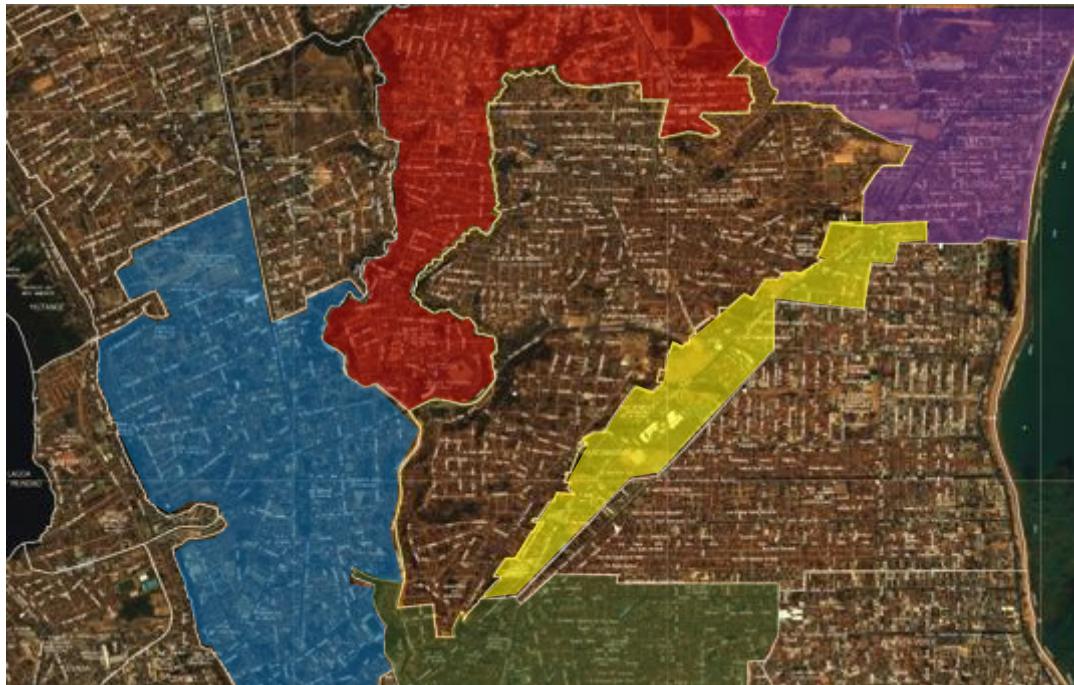
### **1. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho refere-se a um estudo de caso realizado no bairro do Jacintinho, Maceió, capital de Alagoas, para a disciplina de Planejamento Urbano e Regional II, ministrada pela professora Lais Lima de Albuquerque, no Centro Universitário Tiradentes (UNIT/AL).

Trata-se da realização de um diagnóstico urbano comportamental de um recorte espacial no bairro do Jacintinho. Com embasamento nas diretrizes para a identificação de uso do solo, problemas e potencialidade dos espaços públicos através da metodologia do manual de Espaços Públicos de Simone Gatti (2013).

Na primeira metade do século XX, durante a expansão urbana da capital alagoana, o que hoje é a região do bairro do Jacintinho era na verdade um grande sítio com mata atlântica e pequenas casas de moradores. Seu proprietário era Jacinto Athayde, descendente de portugueses, que construiu sua casa no bairro do Poço e uma ladeira de pedra que ligava a casa ao seu sítio. Jacinto atendia aos pobres que o procuravam, e lhes auxiliava permitindo construir suas casas no sítio no alto da ladeira. A partir desta ocupação, o sítio de Jacinto se tornou bairro, e em sua homenagem recebeu o nome de Jacintinho.

O bairro do Jacintinho tem 3,67 km<sup>2</sup> de área, com 86.514 habitantes segundo o censo do IBGE em 2010. É o segundo bairro mais populoso de Maceió, formado pela ocupação irregular, apresentando característica predominante residencial, com moradores de classe média e baixa renda, e parcelas comerciais e de serviço.



**IMAGEM 1 – MAPA COM ILUSTRAÇÃO DOS BAIRROS FRONTEIRAS COM O BAIRRO DO JACINTINHO. FONTE: PIMENTEL, 2017.**

Marcação nossa: em azul o bairro do Farol; vermelho o bairro do Feitosa; rosa o bairro de São Jorge; roxo o bairro da Cruz das Almas; amarelo o bairro da Mangabeiras; e verde o bairro do Poço

O bairro pode ser dividido em duas regiões: norte e sul. Ao sul, próximo ao bairro do Poço, é onde estão os resquícios históricos do início de sua ocupação e traçado mais espontâneo. Ao norte apresenta um cenário diferente, com loteamentos planejados, e a instalação irregular de uma feira ao ar livre popularmente chamada de *Feirinha*, que ocupa toda a extensão de 890 m da rua da Cleto Campelo.

Embora o bairro apresente cenários diferentes no mesmo território, ele é conhecido principalmente por prevalecer a mesma dinâmica dentre os seus moradores. Suas ruas e calçadas são precárias, que oferecem pouquíssima possibilidade de transição ao pedestre, classificando 90% do bairro na *Macrozona prioritária para infraestrutura* (MACEIÓ, 2006). Calçadas estreitas e irregulares com grandes desniveis, obstáculos na passagem, esgoto ao ar livre, e ruas apertadas não se tornam, todavia, impedimentos para o uso dos espaços públicos e transição a pé dos moradores. O bairro apresenta um demasiado número de transeuntes nas ruas, além dos grande uso misto do solo, atividades nas ruas, encontro de pessoas nas calçadas, etc. Atividades que não somente acontecem durante o dia, como também se estendem à madrugada. Este cenário nos chama a atenção principalmente na rua Cleto Campelo, na extensão da Feirinha, que há uma enorme competição de modais entre carros, pedestres e feirantes, onde o carro que sai prejudicado.

## 2. METODOLOGIA



**IMAGEM 2 – MAPA DO JACINTINHO, COM MARCAÇÃO NOSSA DA DELIMITAÇÃO DO RECORTE ESPACIAL. FONTE: PIMENTEL.**

Por se tratar de um bairro de grande extensão territorial, e de apresentar vários cenários com ritmos diferentes, foram realizados recortes espaciais para um estudo e aprofundamento melhor das atividades que acontecem nos espaços públicos do bairro. O recorte espacial do presente trabalho é o do *Conjunto José da Silva Peixoto*, na região norte do bairro.

A formação do conjunto José da Silva Peixoto se deu pelo novo conjunto habitacional da COHAB, na década de 1960, que construiu ruas e lotes padronizados de acordo com seu planejamento arquitetônico e urbano.

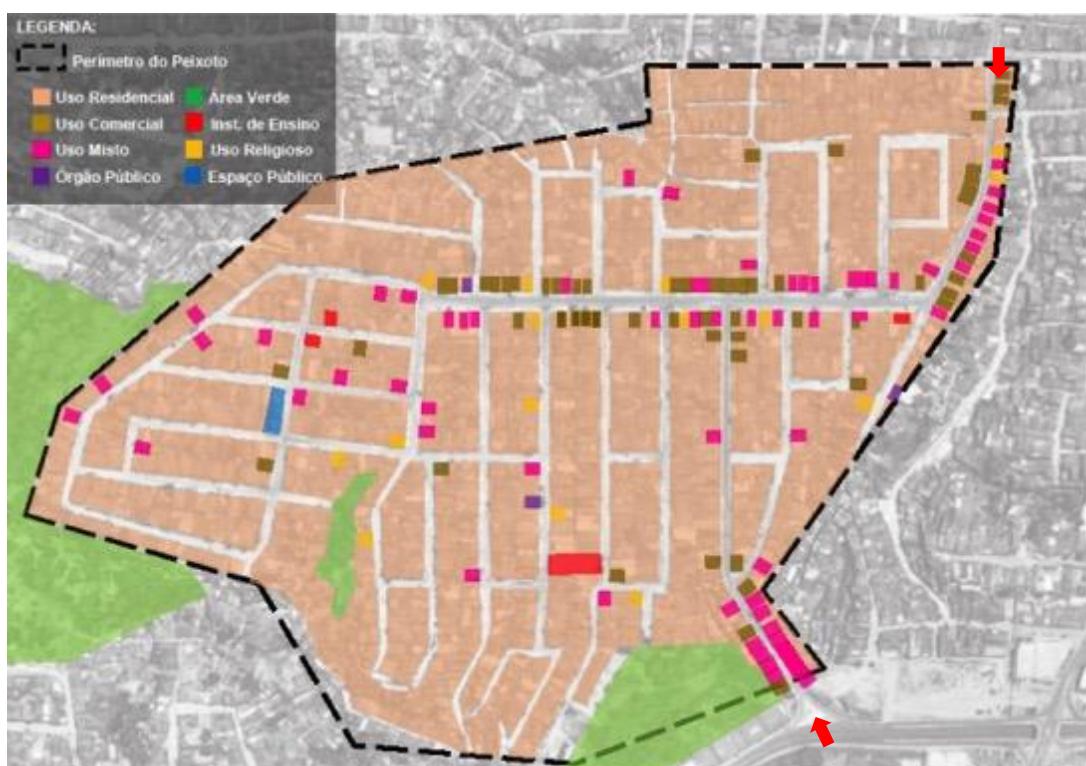
Assim, teve-se como principal base para desenvolvimento do estudo de caso a experiência sensorial dos autores obtidas através das visitas de campo, por uma análise minuciosa dos pontos de interesse e referenciais do bairro, entrevistas com os moradores e usuários do espaço, destacando os pontos de infraestrutura urbana e segurança pública, análise observatória do comportamento individual e coletivo, e da consulta bibliográfica a respeito do tema.

Através disso, o estudo de caso do Peixoto pôde evidenciar o que diz a teoria, como até mesmo gerar mais questionamento, baseando-se na análise e testemunho das pessoas.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conjunto do Peixoto dispõe de duas entradas principais: ao sul pela Praça da Macaxeira, e ao norte pela rua do Encanto. Tanto as duas entradas, quanto a principal do conjunto, dispõe de pontos de comércio e serviços.

A entrada norte dispõe mais de serviços como oficinas de eletrodomésticos, marcenarias, e vidraçarias. A rua principal do Peixoto dispõe de serviços e comércios, como cabelereiros, farmácias, panificações, lanchonetes, barzinhos, barbeiros, papelarias, etc, enquanto as transversais encontram-se poucos pontos de comércio ou serviço. Já a entrada sul dispõe de poucos serviços de mecânicos, e mais de barzinhos e lanchonetes.



**IMAGEM 3 - MAPA CATEGORIZANDO O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO CONJUNTO HABITACIONAL JOSÉ DA SILVA PEIXOTO.**

Há muitos centros religiosos no conjunto de diferentes denominações: católicos, protestantes, espíritas e umbandistas. À noite, os locais com bares e lanchonete mantêm-se abertos.

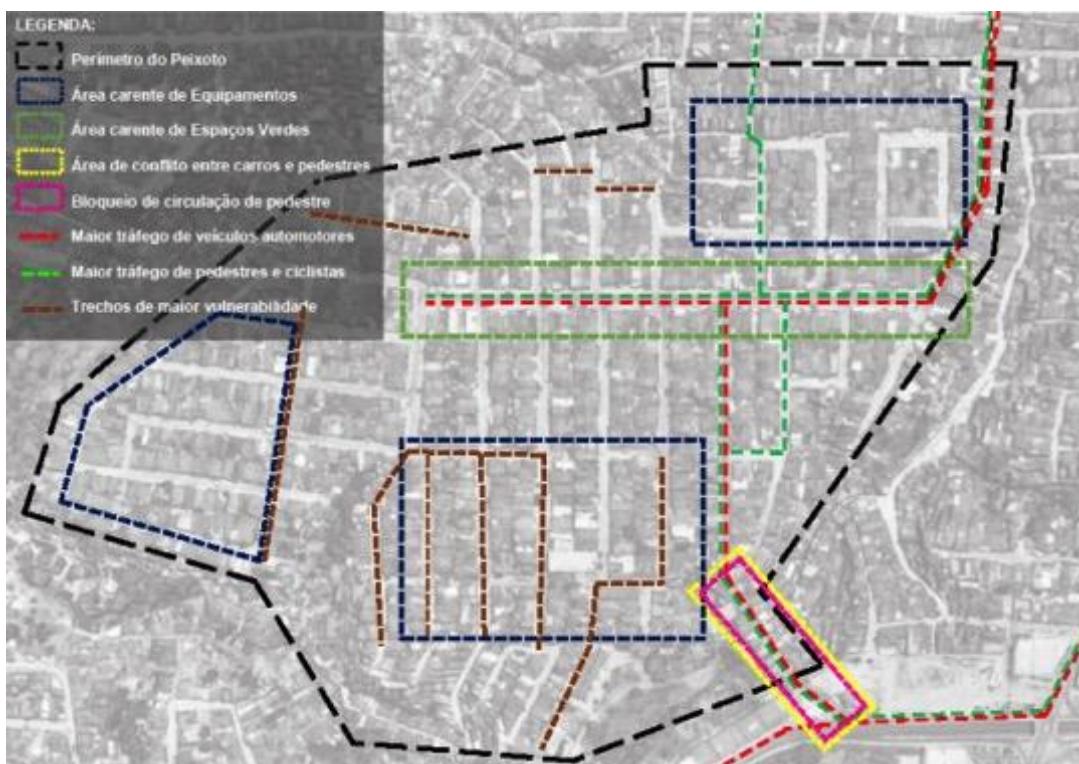
Mesmo com grande presença de locais de comércio e serviço, o território do Peixoto ainda é predominantemente residencial, com concentração de outros usos apenas na rua principal, rua do Encanto e perto da Praça da Macaxeira.

O uso misto é relevante para esta análise por ser responsável pela vitalidade da rua. Uma rua com lotes de uso misto, e principalmente com estabelecimentos que se mantêm abertos até a madrugada, favorece a dinâmica e movimentação de pessoas no espaço público (GEHL, 2013), enquanto os pontos para uso comercial não beneficiam o mesmo, já que o lote não tem vida após o horário comercial.

Foi através da análise das visitas de campo e relatos dos moradores que levaram as seguintes observações do espaço urbano do conjunto José da Silva Peixoto.

Primeiramente, a vulnerabilidade afeta a população em grande escala. Através da pesquisa de campo e testemunho de moradores, é o problema mais alarmante e enfatizado, responsável por profundas alterações na relação homem-espacó. Os moradores contam que no início do conjunto as casas possuíam muros baixos e grades vazadas, enquanto hoje os muros subiram e os portões não colaboram para a visibilidade do interior-exterior.

Os moradores e comerciantes das extremidades da rua principal são os que reclamam da insegurança e vulnerabilidade, e de acordo com informações obtidas, as ocorrências não fazem vítimas apenas em altas horas, mas se tornou comum em qualquer horário do dia. Já os moradores mais centrais e funcionários de estabelecimentos de permanência relatam não ter nenhum medo de ficar na rua ou dos assaltos.



**IMAGEM 4 - MAPA IDENTIFICANDO OS PROBLEMAS E POTENCIALIDADES DO CONJUNTO HABITACIONAL JOSÉ DA SILVA**

Acredita-se que isso tenha a ver com as ruas transversais, incluindo a rua do Encanto, a entrada norte. Esta sempre foi conhecida por ser uma rua perigosa, de muitos assaltos, embora tenha muitos pontos comerciais. Todavia, nenhum desses pontos são estabelecimentos que perduram até a madrugada, e ao anoitecer, a rua do Encanto se torna ponto de encontro de delinquentes e traficantes.

Isso também acontece nas transversais do conjunto. Essas são predominantemente residenciais, e o excesso de tranquilidade nas áreas unicamente residenciais também transmite sensação de insegurança e receio em transitar. Segundo relatos dos moradores das transversais, há dois lugares mais perigosos para se transitar: as paralelas à rua principal, e às margens das grotas<sup>37</sup>. Todo conjunto é margeado por grotas, e acreditam os moradores que muitos dos marginalizados veem dessa região.

A insegurança é como um ciclo vicioso, a falta de vigilância favorece a vulnerabilidade, e a vulnerabilidade favorece o medo da rua. Se tais problemas não forem tratados, o índice e criminalidade e medo do espaço público tendem a aumentar (JACOBS, 2011).

Em contrapartida, através da leitura do espaço é evidente a funcionalidade do bairro guiada pelo setor de comércio e serviços na rua principal e saídas. Isso comprova o desenvolvimento dessas atividades e sua integração com a circulação de pedestres na mesma área. Ao contrário dos trechos menos movimentados, citados acima, nos quais há maior probabilidade de assaltos, sobretudo a principal não dá oportunidades à violência, já que o

<sup>37</sup> Grotas é como os moradores chamam as ocupações irregulares feitas em morros.

movimento consegue garantir maior segurança; o que não acontece com as transversais e paralelas desertas.

A área correspondente ao maior tráfego de pedestres e ciclistas, enfatiza a importância das ruas e calçadas, elementos classificados por Jacobs (2011) como os órgãos mais vitais da cidade. Eles conectam lugares e pessoas, em qualquer momento, enquanto os moradores os dão movimento e vida, por meio de cada trajeto percorrido. As ruas e calçadas estão entre os primeiros elementos de percepção do lugar, dos quais as pessoas que transitam vão construir uma visão positiva ou negativa.

A vitalidade urbana, segundo Jacobs (2011), é dependente da diversidade. Caso houvesse apenas o setor comércio, consequentemente, após o horário de funcionamento, resultaria num lugar deserto. Mas a diversidade de usos favorece ruas vivas, e isso é visível na parte do conjunto demarcado como um maior tráfego de pedestres, que transitam principalmente nas idas às igrejas, às escolas, mercados, lojas, salões de beleza, e todos os empreendimentos que compõem o local.

Próxima à centralidade da rua principal, há bares e lanchonetes que perduram até a madrugada. Os funcionários e usuários desses estabelecimento afirmam que permanecem nesses locais até depois de meia-noite, e mesmo assim, não se sente amedrontados de ficarem nas ruas.

Com esse dinamismo, as ruas e calçadas, assim como os espaços, se tornam mais interessantes. Como também defende Jane Jacobs (2011), a calçada que funciona é uma barreira ao crime. Ela precisa ser movimentada de dia e noite, em horários diferentes, por diferentes populações. Mais especificamente, no Peixoto, o equilíbrio de horários é estabelecido pela existência de lanchonetes que fecham somente às 00:00, como também bares que abrem exclusivamente no período noturno, quando outros pontos estão fechados. É essa dinâmica que repele pessoas mal-intencionadas, e a ausência dela que as atrai nas demais ruas, tornando-as mais vulneráveis.

#### **4. CONCLUSÕES**

Ao fim do estudo, admite-se que, embora esteja na mesma delimitação do conjunto habitacional do Peixoto, cada uma de suas ruas – seja a principal, transversais ou paralelas – provocam experiências sensoriais diferentes tanto para os moradores quanto para os transeuntes. Com o suporte nas bibliografias, visitas de campo, e entrevistas pôde-se identificar os elementos responsáveis por tais resultados, o que incitou estudos de casos mais aprofundados capazes de gerar propostas para, amenizar as situações críticas, e potencializar as prioridades da região.

#### **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ADEMIR, José; PIMENTEL, Jair Barbosa. **História do Bairro do Jacintinho**. Disponível em: <<http://www.bairrosdemaceio.net/bairros/jacintinho>> Acessado em 22 de setembro de 2017.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. 2001

FERREIRA, Edilson. **Jacintinho e suas Riquezas**. Disponível em: <<http://jacintinhoesuasriquezas.blogspot.com.br/>> Acessado em 22 de Setembro de 2017.

GATTI, Simone. **Espaços Públicos: diagnóstico e metodologia de projeto**. São Paulo: ABCP, 2013.

GHEL, Jan. **Cidades Para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida das Grandes Cidades**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

MACEIÓ. **Plano Diretor de Maceió - Alagoas**. Maceió: SEMPLA, 2006

MACEIÓ. **Código de Urbanismo e Edificações do Município: Diretoria do Plano Diretor de Maceió - Alagoas**. Maceió: SEMPLA, 2006

## 2.33 SISTEMA CICLOVIÁRIO E SUA RELAÇÃO COM AS ÁREAS VERDES NA CIDADE DE PELOTAS

Paula Del Fiol<sup>1</sup>; Nadiane Castro<sup>2</sup>; Joana Franke<sup>3</sup>; Ana Paula Zechlinski<sup>4</sup>

<sup>1</sup> UFPel – [paulaadelfiol@gmail.com](mailto:paulaadelfiol@gmail.com)

<sup>2</sup>UFPel – [castronadiane@gmail.com](mailto:castronadiane@gmail.com)

<sup>3</sup>UFPel – [joana.scalcofranke@gmail.com](mailto:joana.scalcofranke@gmail.com)

<sup>4</sup>UFPel – [anapaulapz@yahoo.com.br](mailto:anapaulapz@yahoo.com.br)

### 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como enfoque o estudo da relação entre as áreas verdes e o sistema cicloviário da cidade de Pelotas-RS. O objetivo principal consiste em entender se a escolha das vias que fazem parte do sistema cicloviário está associada à presença de áreas verdes na cidade. E como as áreas verdes influenciam a vida dos usuários do sistema cicloviário, proporcionando bem-estar e maior conforto em relação aos aspectos climáticos. Segundo SPIRN (1995) “Na cidade, concreto, pedra, tijolo e asfalto substituem a cobertura vegetal natural do campo. Esses materiais absorvem o calor mais rapidamente e o mantém em maiores quantidades do que as plantas, o solo e a água.” Por isso, a presença de áreas verdes na cidade é fundamental para amenizar os efeitos negativos decorrentes da urbanização.

Este estudo se baseia em um mapeamento das áreas verdes e do sistema cicloviário para analisar em que proporções as ciclofaixas e ciclovias estão alocadas junto às áreas verdes na cidade. Ainda seria importante entender quais os motivos das pessoas fazerem o uso da rede cicloviária na cidade.

Ao longo do processo de desenvolvimento de grande parte das cidades brasileiras, o adensamento urbano reservou poucos vazios que representassem oportunidades de lazer e preservação de recursos naturais. Os sítios disponíveis encontram-se isolados, cercados por ruas e avenidas que, por sua vez, possuem pouco espaço para pedestres, menos ainda para ciclistas e pequena possibilidade de arborização. (PENTEADO, 2007)

Então, por que não integrar esses espaços, gerando melhores experiências para todos que os usam? A importância da integração entre essas duas áreas pode ser observada a partir dos benefícios proporcionados para as pessoas que utilizam esses espaços. As visuais ficam mais interessantes para quem usa a ciclovia ou ciclofaixa e a área verde possibilita maior integração entre pedestre e ciclista. Outro fator a ser considerado é o aumento da segurança para ambas as partes, visto que segundo,

Os ciclistas representam um tipo diferente e uma forma mais rápida de tráfego a pé, mas em termos de experiências sensoriais, vida e movimento, eles são parte do resto da vida urbana. Naturalmente, ciclistas também são bem-vindos para apoiar a promoção de cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis. (GEHL, 2015)

Além disso, a associação entre as áreas verdes e o sistema cicloviário possibilita tornar os espaços mais agradáveis para o ciclista, que estão

praticando um exercício físico, já que contribui para amenizar as ilhas de calor geradas pelas grandes construções de uma cidade.

A vegetação conquistou aos poucos o espaço urbano brasileiro, tanto em decorrência da monotonia das cidades quanto em consequência das necessidades ambientais que se faziam presentes devido à expansão urbana e problemas dela decorrentes. (GOMES, 2003)

Sendo assim, percebe-se a necessidade do estímulo do uso da área verde nas cidades. Um bom jeito de se estimular isso seria se essas áreas da cidade fossem interligadas com outras áreas consolidadas da cidade. Sendo a bicicleta um dos jeitos de incentivo ao uso de áreas verdes.

Para entender o porquê da importância desse trabalho para a cidade PAPPA (2011) explica que as cidades tem a função de fomentar trocas entre a sociedade, proporcionando cultura e conhecimento. Portanto a mobilidade é um atributo da cidade e garante o deslocamento das pessoas no perímetro urbano. Sendo nesse trabalho o enfoque na facilidade de deslocamento para pessoas que vivem a área verde e para os que utilizam a rede cicloviária. E como já dito anteriormente, esses dois campos precisam ser mais vívidos para a cidade possa atribuir sentidos diferentes á esses espaços tão pouco valorizados.

## 2. METODOLOGIA

A proposta do trabalho consiste em um mapeamento das áreas verdes e da rede cicloviária da cidade de Pelotas, elaborado em ambiente de SIG – Sistema de Informações Geográficas. Em um primeiro momento, é feita uma classificação das áreas verdes, identificando quais as áreas verdes que são lineares, como largos ou avenidas, e quais são praças. Os espaços lineares estão mais associados ao sistema de mobilidade urbana, enquanto as praças propiciam atividades de lazer com mobiliários e equipamentos próprios para isso.

A seguir, propõe-se a análise do sistema cicloviário, observando qual a sua relação com as áreas verdes da cidade. Para isso, identifica-se as situações em que a localização das ciclovias ou ciclofaixas coincide com a localização das áreas verdes lineares e quais as situações em que isso não ocorre. O estudo pretende ainda caracterizar os prováveis locais de origem e destino dos usuários do sistema cicloviário, a fim de identificar relações entre o tipo de percurso e a presença das áreas verdes. Os tipos de percursos considerados neste estudo se diferenciam pelo o objetivo de deslocamento das pessoas, que utilizam a bicicleta por necessidade de locomoção diária ou por lazer.

### 2.1 Mapeamento com uso de SIG:

Essa etapa é constituída pela localização das áreas verdes e da rede cicloviária da cidade, tendo como base respectivamente o MUB (Mapa Urbano Base) e o mapa temático das ciclovias, ambos fornecidos pela Prefeitura Municipal de Pelotas. O mapeamento dessas áreas está sendo implementado em ambiente de SIG, utilizando-se para isso o software QGIS.

## **2.2 Classificação de áreas verdes lineares ou praças:**

Praças: Tem a função de propiciar convívio e lazer ao usuário. Porém, nelas precisam existir áreas verdes, como arborização. O solo ainda precisa ser permeável no que diz respeito a água da chuva.

Lineares: Tem uma função estética e ecológica na cidade como um todo, sendo elas por vezes amenizadoras de ilhas de calor. Mas para as pessoas que usam a cidade ela possui função de passagem. Possuindo como característica sua linearidade.

## **2.3 Análise da associação entre o sistema cicloviário e as áreas verdes**

A análise proposta pretende identificar em que proporções o sistema cicloviário se localiza junto às áreas verdes lineares. Para isso, considera-se a medida do comprimento em metros lineares tanto das áreas verdes como das ciclovias ou ciclofaixas. A partir disso, observa-se a porcentagem do sistema cicloviário cuja localização coincide com as áreas verdes da cidade.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Tem como discussão desse trabalho a análise de por que as áreas verdes tornam o sistema cicloviário mais interessante para toda sociedade. De como a vida na cidade seria mais segura, mais sustentável, mais saudável e por fim, mais vivas. Ainda entender o porquê Pelotas, tem um ótimo potencial para ser uma cidade que em que o sistema cicloviário se torne muito forte com o passar dos anos. Tendo isso em vista por que não os tornar mais interessantes e vivos para as pessoas que os usam.

## **4. CONCLUSÕES**

Como conclusão espera-se descobrir as quantidades de sistema cicloviário se interliga com áreas verdes. A fim de entender qual a importância dessa relação para a sociedade. Além disso, qual parcela da sociedade mais faz uso do sistema cicloviário e quais seriam suas origens e destinos. Assim seria possível descobrir para quais fins a rede cicloviária é usada.

Sendo assim, as pessoas seriam capazes de incentivar dois atos muito importantes, que seriam o exercício físico que é andar de bicicleta, e o lazer, que seria o uso de áreas verdes.

## **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

GEHL, J. Boas cidades para pedalar. In: GEHL, J. **Cidades Para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2015. Cap. 4.9, p. 182-191.

GOMES, M.A.S. **A Vegetação nos Centros Urbanos: Considerações Sobre os Espaços Verdes em Cidades Médias Brasileiras**. Rio Claro, 2003.

PAPPA, M.F. **Mobilidade Urbana Sustentável**. Maringá, 2011.

SPIRN, A.W. **O jardim de granito**. São Paulo: Edusp, 1995.

PENTEADO, H.M. **A Vegetação nos Centros Urbanos: Considerações Sobre os Espaços Verdes em Cidades Médias Brasileiras**. São Paulo, 2007.

BARGOS, D.C. **Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual**. Piracicaba, 2011.

NETO, E.M.L. **Análise das áreas verdes das praças do bairro centro e principais avenidas da cidade de Aracaju-SE**. Aracaju, 2007.

## **2.34 TAVA MBYÁ-GUARANI – Parque da Fonte Missionária e Centro Cultural da Memória Indígena das Missões**

Ana Helena Leichtweis<sup>1</sup>; Taís Maria Peixoto Alves<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo - UFSM – [anahelenaleichtweis@gmail.com](mailto:anahelenaleichtweis@gmail.com)

<sup>2</sup>Prof. Drª. CAU/DEPG - UFSM

### **1. INTRODUÇÃO**

Este trabalho insere-se na área das Ciências Sociais e abrangeu um estudo teórico e referencial que fundamentou a proposta de Parque da Fonte Missionária e Centro Cultural da Memória Indígena desenvolvido como trabalho de conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo. O estudo insere-se no contexto histórico-cultural que envolve os Sete Povos das Missões, especificamente, o contexto do Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo e o povo *Mbyá-Guarani* – povo *Guarani* remanescente na região missionária. As ruínas do sítio histórico são reconhecidas como a *Tava* São Miguel Arcanjo pelos indígenas *Mbyá-Guarani* e é registrada como patrimônio cultural imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Segundo Guimarães, et al. (2014), “[...] a importância de uma *Tava* está no fato de conter os marcas dos corpos de seus antepassados, os quais se transformaram em imortais, [...]”. (GUIMARÃES, et al., 2014, p. 36). Uma *tava* é compreendida como um lugar de referência cultural que possibilita perpetuar o modo de viver *Guarani*, o *nhande rekó*, o qual permitirá alcançar a imortalidade, a “Terra sem Mal”. O sítio do estudo, o Parque Natural da Fonte Missionária e a área adjacente do monumento do Jaz em São Miguel das Missões, também abriga vestígios da história da redução Jesuítico-indígena e representa uma importante referência de lugar para o povo *Mbyá-Guarani* missionário. A área encontra-se desconectada do Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo e do contexto urbano, o que reflete no esquecimento do lugar da narrativa missionária. Os *Guarani* que possuem importante papel nos Sete Povos das Missões e na construção cultural do Sul do Brasil, é pouco difundida e por vezes desvalorizada na história. Além disso, mesmo com sua significativa presença diária no Sítio Histórico no qual vendem seu artesanato e contemplam a *Tava* São Miguel Arcanjo, há carência de um espaço apropriado e da valorização cultural desse povo. Através da referência *Tava*, o trabalho objetiva resgatar a memória e valorizar a cultura do povo *Mbyá-Guarani* das Missões, assim como recuperar a conexão do sítio de intervenção com a história dos Sete Povos das Missões, com o povo *Guarani* e com o sítio histórico de São Miguel Arcanjo. O trabalho envolveu estudos urbanístico, paisagístico e arquitetônicos, visando a preservação da biodiversidade local, conservação da paisagem natural e a valorização da riqueza cultural, arqueológica e histórica na qual se insere.

### **2. METODOLOGIA**

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste trabalho consistiu na articulação de três etapas: o levantamento de dados, que envolveu a compilação de dados bibliográficos, documentais, fotográficos, entrevistas com o público-alvo e visitas ao sítio de intervenção; a análise, que envolveu uma análise crítica do material selecionado e o estudo teórico acerca do tema de trabalho; e a síntese projetual, que englobou as atividades práticas projetuais.

As primeiras duas etapas representaram o estudo do tema, que foi imprescindível na construção e orientação do desenvolvimento projetual posterior. Nesta etapa foi possível o estudo da evolução e do contexto histórico do tema, como o patrimônio cultural envolvido, o lugar, os saberes da cultura *Mbyá-Guarani* e o contato com o patrimônio vivo da cultura do povo indígena local. Esta etapa também possibilitou o levantamento e a análise de potencialidades e fragilidades do sítio de intervenção e o estudo da temática de projeto, assim como de precedentes e de obras congêneres. A etapa de síntese representa os resultados gerados com o trabalho, quais sejam a formulação do conceito e das diretrizes gerais para a prática projetual assim como o consequente desenvolvimento da proposta.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

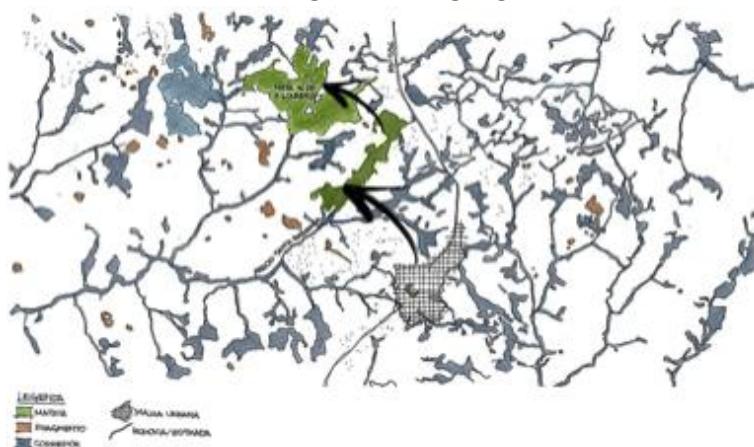
As etapas de levantamento de dados e de análise crítica e produção teórica, definidas como o estudo do tema, foram finalizadas e compiladas como monografia. Esta etapa de estudo resultou na elaboração do conceito do trabalho, o qual seria “O passado como memória presente e construção cultural futura”, abordado através da referência da *Tava* São Miguel Arcanjo. A *Tava*, ao entendimento do autor, expressando o sentido de um lugar de encontro do passado, presente e futuro. O passado sendo resgatado através das narrativas históricas do lugar da redução Jesuítico-indígena e da materialidade das ruínas da fonte missionária do sítio de intervenção construída pelos *Guaranis*. O presente é retratado através da presença remanescente *Mbyá-Guarani* nas Missões e sua expressão cultural local e contemplação do lugar da *Tava* São Miguel Arcanjo. O futuro como expressão do legado resguardado destes patrimônios culturais através dos instrumentos de conservação e de intervenção cultural e social implantados.

Como diretrizes gerais de trabalho, resgatou-se três parâmetros da cultura *Mbyá-Guarani* que, de acordo com Guimarães, et al. (2014), são “[...] práticas e saberes considerados pelos *Guarani* como fundamentais para experenciarem seu *nhande rekó* (o bom modo de viver) [...]” e que se associam ao sentido de *tava*, quais sejam: “natureza livre”, “territorialidade livre” e “respeito à dimensão do segredo”. (GUIMARÃES, et al., 2014, p. 22). Segundo Arnt (2007), o *Mbyá rekó* depende de áreas naturais preservadas e do trânsito livre *Guarani*, mas também procura resguardar suas práticas espirituais dos não-indígenas.

Entendeu-se a necessidade de afirmar a preservação dos patrimônios culturais e naturais presentes em São Miguel das Missões, da conservação da

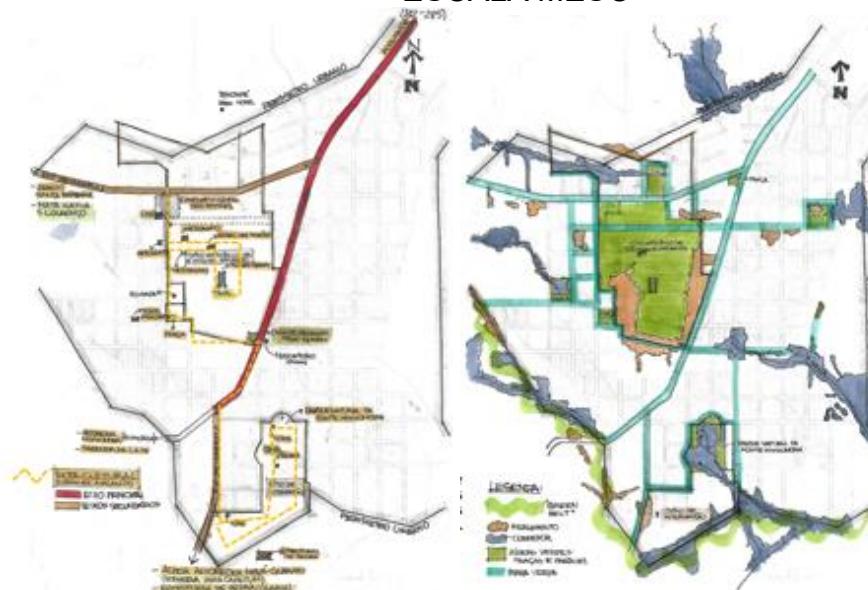
cultura indígena *Mbyá-Guarani* e do resgate da identidade do sítio de intervenção dentro do contexto urbano histórico-cultural. Dessa forma, na etapa de síntese projetual, definiram-se três escalas de abordagem como resposta às percepções e necessidades do lugar e do público-alvo orientadas pelo conceito e pelas diretrizes elaboradas anteriormente.

## **ESCALA MACRO**



Na escala macro, estudou-se a ecologia da paisagem do entorno do perímetro urbano através da identificação de elementos naturais com significância histórica para o povo *Guarani* das Missões no entorno do município de São Miguel das Missões. Foram propostas diretrizes gerais de conservação e reconexão da paisagem natural do município e do entorno através do conceito de planejamento ecológico da paisagem.

ESCALA MESO



Na escala meso, o trabalho desenvolveu-se com as paisagens natural e cultural de São Miguel das Missões. Para a paisagem cultural, foram propostos

o roteiro peatonal cultural e os eixos viários culturais (com a requalificação viária dos mesmos e das vias do entorno do sítio de intervenção) através da identificação dos atrativos histórico-culturais do perímetro urbano e seu entorno. Para a paisagem natural, foi proposto o planejamento ecológico através da inserção de infraestrutura verde nas vias (jardins de chuva) e da implantação de um cinturão verde (“green belt”) no perímetro urbano para conectar os fragmentos de paisagem natural do meio urbano com o entorno.

#### ESCALA MICRO



Na escala micro, foi desenvolvido o projeto de requalificação paisagística do sítio de intervenção (Parque da Fonte Missionária) com proposta arquitetônica de edificações indígenas de apoio (três casas de passagem, uma casa de reza e uma casa de banho) e o projeto arquitetônico de Centro Cultural da Memória Indígena das Missões. A proposta paisagística de requalificação do sítio de intervenção prioriza a preservação natural e cultural. O parque é zoneado em três setores de uso (intangível, de transição, de uso extensivo) e quatro setores de atividades (histórico – referente à área da fonte missionária; sensorial – referente à contemplação da natureza; indígena – de uso *Mbyá-Guarani* e de implantação das edificações indígenas de apoio; e cultural – implantação do Centro Cultural e concentração das atividades culturais. O roteiro cultural peatonal São Miguel Arcanjo urbano também é estendido para o parque, percorrendo os “marcos” que narram a cultura e a história do lugar e dos *Guarani* nas Missões. Foi proposto o resgate da pedra-cupim na construção dos “marcos” e de elementos arquitetônicos para expressar a conexão entre o passado, o presente e o futuro. Esta pedra tornou-se o elemento principal de intervenção nas edificações indígenas tradicionais *Mbyá-Guarani*, sendo retomada na proposta arquitetônica do Centro Cultural. As

edificações são propostas como resgate do lugar com o povo indígena, possibilitando a venda de seu artesanato em ambos os sítios históricos e o cultivo de suas tradições culturais. Para a edificação principal, buscou-se reforçar as diretrizes já adotadas para as escalas anteriores e incorporar a definição etimológica de *tava* através da leitura de construção de pedra contemporânea moldada pelo homem. Segundo Casara (2014), o termo *tava*, no idioma *Mbyá-Guarani*, é composto pela junção de “*ita*” (pedra) e “*avá*” (pessoas, humanidade), ou seja, traduz o sentido de “ação humana sobre as pedras” ou “construção de pedra”. A proposta é uma metáfora sobre as pedras dispostas no lugar, amarradas ao solo e à vegetação, conformando frestas entre os volumes por onde pessoas e vegetação fluem livremente. A leitura da edificação é realizada pelo percorrido da forma, onde em um primeiro contato depara-se com uma edificação fechada, sólida e desconhecida em meio à vegetação e aberta e direcionada para a cultura e a paisagem natural ao final do percurso. O principal ambiente da edificação, a galeria de exposição e o “alpendre” proposto para venda do artesanato pelos *Mbyá-Guarani*, se abre para o pátio cultural vivo e para a paisagem natural. Esta etapa de síntese projetual encontra-se em fase de finalização, na qual as propostas urbanística, paisagística e arquitetônicas estão sendo desenvolvidas a nível de anteprojeto.

#### 4. CONCLUSÕES

O trabalho realizado possibilitou o estudo de uma cultura pouco apresentada e conhecida pela população em geral, mas de extrema importância na formação cultural e histórica das Missões e do estado do Rio Grande do Sul, ou seja, a importância na identificação das memórias locais de um lugar. O estudo permitiu reconhecer a importância de preservar o patrimônio cultural de um lugar, através do pensamento sobre o passado como memória presente e o poder de seu reflexo na construção cultural da sociedade do futuro. Além disso, foi possível compreender as intervenções como instrumentos cabíveis de conservar memórias e resguardar legados culturais.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARNT, M. A.; et al. ***Tava-miri São Miguel Arcanjo, Sagrada Aldeia de Pedra: Os Mbyá-Guarani nas Missões***. Porto Alegre: IPHAN, 2007. 52p.
- GUIMARÃES, S.; et al. ***Tava – Lugar de Referência para o Povo Guarani: Dossiê de Registro como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil***. [s.l.]: IPHAN, 2014. 145 p.
- LEICHTWEIS, A. H. ***Tava Mbyá-Guarani – Parque da Fonte Missionária e Centro Cultural da Memória Indígena das Missões***. 2017. 115 p. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Maria.

### **3. TEORIA URBANA**

### **3.1 A ESPONTANEIDADE COMO FERRAMENTA DE MICROPLANEJAMENTO URBANO**

Estefânia Wasen Weber Ariza<sup>1</sup>; Artur do Canto Wilkoszynski<sup>2</sup>

<sup>1</sup>UNISINOS, Bacharela em Arquitetura e Urbanismo – estefaniaweben@gmail.com

<sup>2</sup>UFRGS, Mestre em Planejamento Urbano e Regional, Doutorando PROPUR/UFRGS,  
professor Unisinos e UniRitter – arturdocanto@gmail.com

#### **1. INTRODUÇÃO**

As reuniões populares têm sido fenômenos que se destacam na história dos povos desde os primeiros registros da humanidade, tendo importância fundamental para construção da inteligência e sensibilidade coletivas, sendo pontos vitais para o desenvolvimento da vida em comunidade e a formação das cidades.

Num país como o Brasil que, além de apresentar clima favorável para realização de atividades ao ar livre, é mundialmente conhecido por sua receptividade para festas e eventos de rua como o Carnaval e São João, não surpreende que iniciativas de cunho coletivo funcionem de forma tão natural. No Brasil não faltam exemplos dessa tendência para o coletivo. Iniciativas como a ocupação do Elevado Pres. João Goulart, - o “Minhocão” - em São Paulo têm sido surpreendentes, mesmo sem qualquer tipo de estrutura de apoio ou planejamento para que aconteçam. Outro exemplo é o fechamento da Av. Beira Rio em Porto Alegre aos finais de semana desde o início dos anos 90, com ocupação massiva por pessoas da própria cidade e também da região metropolitana. Muitas vezes essa ocupação se dá simplesmente para apreciar o pôr-do-sol da orla do rio.

Uma vez que esse tipo de apropriação acontece de forma tão efetiva e sem nenhum suporte funcional, é possível imaginar o que aconteceria se houvesse algum planejamento nessas áreas.

#### **2. METODOLOGIA**

A partir da problemática do microplanejamento urbano, este trabalho se baseia em pesquisa exploratória bibliográfica e documental (GIL, 1987) a fim de analisar questões de ocupação do espaço público pela população, exemplos bem sucedidos e discutir a partir das necessidades e potencialidades identificadas a influência que o arquiteto e urbanista pode ter, mantendo-se o caráter orgânico desses movimentos.

#### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As diversas formas de ocupação do espaço urbano acontecem devido à necessidade de atualização das cidades com relação as suas grandes estruturas defasadas, impróprias para as diversas novas demandas da

população, e acontecem como forma resiliente e criativa dos atores de lidarem com esses problemas estruturais (GAETE, 2015).

Esses espaços desafiam as lógicas convencionais da cidade, criando relações sociais, espaciais e econômicas alternativas e autogeridas. Tais apropriações acontecem de forma natural, ou acionadas por alguma iniciativa de empreendedorismo cultural ou *culturepreneurs*, que Bastian Lange (2006) chama de novos protagonistas urbanos em seu estudo sobre a Berlim pós unificada, bem como o recente sucesso das iniciativas culturais e *food parks* ao ar livre, difundidas em diversas metrópoles mundiais. É possível pensar que a construção coletiva da cidade poderia ser a chave para solução de diversos problemas estruturais de *masterplan*, aplicando-se técnicas e estratégias coletivas de forma pontual, tais como o *placemaking* e o urbanismo tático.

Essas formas de apropriação mostram-se pertinentes pois, além de darem voz a todas as camadas da sociedade interessadas naquele espaço, incentivam o sentimento de pertencimento, condição humana universal, de cuidado e até mesmo de autossustento da comunidade, garantindo a preservação com o passar do tempo (DOYAL E GOUGH, 1994). Ainda segundo Doyal e Gough (1994, p. 229), isso provê a satisfação mínima dessa necessidade de pertencimento social, ou seja, da possibilidade de se reconhecer no processo de construção de sua identidade e subjetividade, de se apropriar das próprias possibilidades de participação na sociedade, de prover a saúde mental básica de uma população.

Além dos benefícios já mencionados para os usuários, essas microintervenções coletivas poderiam promover a ressignificação de espaços que já não têm seu uso original ocupado em totalidade. Essa ressignificação poderia dar-se através da reativação de territórios degradados, incentivo à cultura popular, versatilidade de usos nos diferentes horários do dia e da semana e a criatividade em propor alternativas às grandes e onerosas obras públicas, afetando até mesmo parte dos problemas de segurança pública. O microplanejamento como forma de experimentação, segundo Rosa (2011, p.14), é uma forma vital de abordar a complexidade crescente das cidades como alternativa de planejamento capaz de absorver o que emerge e é gerado pelos meios urbanos. Sendo assim, com poder de transformar uma avenida que tem trânsito congestionado durante horários de pico em feiras ecológicas à noite ou fins de semana, por exemplo, admitindo as combinações ou misturas de usos de forma fundamental (JACOBS, 1961).

A esse caráter adaptativo das micro intervenções, é possível somar o crescente aumento da utilização de arquitetura efêmera em eventos e espaços públicos e de organizações comunitárias (práticas *bottom-up*), evidenciando o potencial do microurbanismo como estratégia de urbanização numa escala de paisagem (HEHL, 2011). Táticas nessa escala podem ser interessantes também do ponto de vista econômico para os empreendedores, uma vez que promovem uma real aproximação ao público alvo (LANGE, 2016). Essas táticas mostram-se igualmente interessantes do ponto de vista social, tendo em vista celebrar a história e vida cotidiana das pessoas (SASSEN, 2007), estimulando demandas em potencial e táticas adaptativas, desenvolvimento de projetos em etapas e até para testar intervenções antes de efetivá-las, por um processo de

“experimentação projetual (tentativa e erro)”, operando pela ótica do Design – foco na solução (REYES, 2014). Exemplo disso, são as mudanças mundialmente conhecidas na Times Square em Nova York/EUA, realizadas por Janette Sadik-Khan, em que a intervenção serviu como forma de “convencer” os nova iorquinos de que, ao menos, valeria a pena tentar uma mudança da dinâmica daquele local (SADIK-KHAN E SOLOMONOW, 2016, p.94).

Mas, frente à essa participação popular tão forte, onde ficaria o papel do arquiteto e urbanista no planejamento da cidade? Bernardo Secchi (2006) afirma que a cidade contemporânea se mostra instável e incompleta, e que demanda projetos muito mais abertos e de mecanismos mais articulados de projeto. A participação na identificação e formulação dos problemas nesse processo, dos habitantes, usuários, vizinhos e todos os atores envolvidos, torna-se fundamental também na visão de Francois Ascher (2010). Ao arquiteto e urbanista caberia aquilo que, sem dúvida, é sua atividade fundamental: ouvir as partes interessadas, analisar o entorno e os condicionantes, formular uma estratégia, passar para o papel e tratar de materializá-la. Para Lina Bo Bardi (1979, p.144), é importante que o povo faça arquitetura e que o arquiteto comece pela base. Para Paulo Reyes (2014), tendo em vista um processo projetual mais aberto e participativo, pensa que o “território urbano é um objeto complexo que deve ser focado como um sistema aberto de maneira a ser revisado em qualquer momento através da construção de múltiplos cenários”.

Nesses casos, o papel do arquiteto passa a ser menos o projeto da parte edificável ou materializável, mas o de planejar o não edificável, o espaço “entre”, espaço esse que, para Deleuze (1997, p.42) é a consistência de um conjunto fluido em que tudo se distribui num espaço aberto e indefinido, concebidos em função do trajeto, do evento e da ação, das bases (BO BARDI, 1979) para que algo possa ocorrer ou o que podemos chamar de design de eventos. O espaço “entre” considera-se aqui toda apropriação espontânea temporal que possa ocorrer. E isso pode, muitas vezes, transcender o planejamento formal do arquiteto. Contemporaneamente, é desejável que isso ocorra, afinal, seria impossível que o arquiteto pudesse prever e limitar toda intervenção de um espaço que nem mesmo existe de forma definitiva.

#### 4. CONCLUSÕES

A partir do sentido analisado, o objetivo do projeto seria a apropriação livre, a criação, as experimentações, ou seja, um projeto aberto a uma infinidade de utilizações. A própria utilização do espaço criará seu significado dependendo da ótica de quem o utiliza. Segundo Deleuze (1997a, p. 123), “o começo não começa senão entre dois, intermezzo” e a linha “tem a potência de expressão e não a forma” (DELEUZE, 1997b, p.186), definindo a linha como traço demarcador e abstrato de projeto, seja de hierarquia, seja de suporte ou de guia para as atividades que vão ser desenvolvidas e definidas posteriormente pelos usuários-interventores. Mais do que isso, convém que se projete esperando o máximo de interações entre o que está definido e o que não está definido, podendo-se utilizar táticas como arquitetura efêmera, mobiliários interativos e itinerantes. Tal como referem Secchi (2006) e Ascher

(2010), o desafio do arquiteto nesse tipo de espaço seria o de se projetar para que espaços espontâneos e ativos possam ser criados constantemente, considerando a temporalidade e a impermanências desses espaços, ou seja, abrir espaços para as imprevisibilidades, como lugares utilitários disponibilizados para as próprias comunidades preencherem da forma que mais lhes fizer sentido.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASCHER, F. **Os novos princípios do urbanismo.** São Paulo: Romano Guerra, 2010

BO BARDI, L. 1979. In: GRINOVER, M.; RUBINO S. (orgs), Op. Cit., p.144.  
**Lina por escrito: textos escolhidos de Lina Bo Bardi 1943-1991.** São Paulo: CosacNaify, 2009

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs; capitalismo e esquizofrenia.** Volume 4. São Paulo: Editora 34, 1997a

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs; capitalismo e esquizofrenia.** Volume 5. São Paulo: Editora 34, 1997b

DOYAL, L.; GUOGH, I. **Una teoría de las necesidades humanas.** Trad. José Antonio Moyano; Alejandro Colás. Barcelona: Icaria Fuhem, 1994

GAETE, C. M. "O que é "placemaking criativo" e como ele se relaciona com a resiliência?" [¿Qué es el Placemaking Creativo y cómo se relaciona con la resiliencia?] 26 Mar 2015. ArchDaily Brasil. (Trad. Baratto, Romullo) Acessado 31 Out 2017. <https://www.archdaily.com.br/764366/o-que-e-placemaking-criativo-e-como-ele-se-relaciona-com-a-resiliencia>

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1987.

HEHL, R. The Convergence of Micro- and Macro-actors. **ETH Zurich's Research,** Zurich, p. 122 -130, 2011

JACOBS, J. **The Death And Life Of Great American Cities.** New York: Random House Inc, 1961

LANGE, B. Culturepreneurs in der kreativen Wissens - ökonomie Berlins: Raumaneignungen und Vergemeinschaftungsformen. **Umweltpsychologie,** 10<sup>a</sup> ed., Edição 2, p. 55-68, 2006

PROJECT FOR PUBLIC SPACES. **Placemaking and the Future of Cities.** UN-HABITAT and Project for Public Spaces, fev. 2015. Acessado em 31 out.

2017. Online. Disponível em <https://www.pps.org/wp-content/uploads/2015/02/Placemaking-and-the-Future-of-Cities.pdf>

REYES, P. Projeto por cenários. Uma contribuição aos processos de planejamento. **Vitruvius**, São Paulo, n. 165.02, p. 1-10, 2014

ROSA, M. L. **Microplanejamento: práticas urbanas criativas**. São Paulo: Editora de Cultura, 2011

SADIK-KHAN, J; SOLOMONOW, S. **Streetfight - Handbook For An Urban Revolution**. New York: Viking Usa, 2016

SASSEN, S. **Una sociología de la globalización**. Buenos Aires: Editorial Katz, 2007

SECCHI, B. **Primeira lição de urbanismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006

### **3.2 A GESTÃO DO TURISMO POR MEIO DA REGIONALIZAÇÃO: uma oportunidade de desenvolvimento urbano e regional para o oeste de Santa Catarina**

Everton Gabriel Bortoletti<sup>1</sup>; Francieli Boito<sup>2</sup>; Cláudio Machado Maia<sup>3</sup>; Lidia Cruzetta Monteiro<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). E-mail: everton.bortoletti@unochapeco.edu.br

<sup>2</sup> Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). E-mail: francieliboito@unochapeco.edu.br

<sup>3</sup> Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). E-mail: claudiomaia.dr@hotmail.com

<sup>4</sup> Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). E-mail: lidia.monteiro@unochapeco.edu.br

#### **1. INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos há uma crescente oferta de pontos turísticos nos municípios que compõem a Região Oeste Catarinense e com isso ocorre aumento da necessidade de fomento para esta área por parte dos Governos Federal, Estaduais e Municipais.

Neste sentido, a Política Nacional de Turismo, que traz consigo a proposta de desenvolvimento turístico por meio do fortalecimento das regiões, através do Macro Programa de Regionalização do Turismo, tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento urbano e regional, contudo, encontra dificuldades na descentralização de recursos a para o planejamento e a qualificação do turismo em cada município.

O aumento do fluxo turístico nesta região revela suas potencialidades, contribuindo para a consolidação e o fortalecimento da identidade regional, além de demonstrar suas contribuições, econômicas, políticas e sociais, o que justifica também, o aumento nos investimentos.

Diante disso, compreender a inserção do turismo como elemento protagonista e não como um mero apêndice no processo de constituição das políticas públicas de desenvolvimento, é fator decisivo na construção e valorização das belezas naturais, arquitetônicas e culturais dos municípios da região Oeste de Santa Catarina, numa forma de potencializar por meio da implementação de políticas de turismo o caráter regional.

Partindo destas reflexões iniciais, o presente escrito tem como objetivo demonstrar como os mecanismos de regionalização promovidos pelo Plano Nacional de Turismo no seu macro programa de regionalização podem se tornar uma oportunidade de desenvolvimento urbano e regional.

## 2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, baseada num método dedutivo e consubstanciada por dados obtidos junto ao Conselho Regional de Turismo do Oeste de Santa Catarina (CONTUROESTE), Convention & Visitors Bureau de Chapecó e pela Câmara temática de Turismo, cultura e esporte do Estado de Santa Catarina.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar as diretrizes presentes no Plano Nacional de Turismo e no seu macro programa de regionalização, verifica-se a amplitude de seus objetivos, dos quais enfatiza-se “o desenvolvimento econômico e social, com vistas à erradicação da pobreza, baseada numa gestão democrática com participação da sociedade, além da geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo; o incentivo a inovação e ao conhecimento; e a regionalização como abordagem territorial e institucional para o planejamento da atividade” (BRASIL, 2013, p. 08). Constata-se ainda, que o conjunto das políticas nacionais de turismo têm como premissa “a efetivação do potencial da atividade para um desenvolvimento econômico sustentável, ambientalmente equilibrado e socialmente inclusivo” (BRASIL, 2013, p. 53).

Diante disso, Beni (2008, p.188) explica que “a existência de políticas neste setor são orientações específicas para a gestão diária do turismo, abrangendo os muitos aspectos operacionais da atividade”. Entende-se no entanto que, para que a atividade turística seja desenvolvida de forma ordenada, é necessário que seu planejamento e as políticas públicas no âmbito municipal e regional, sejam amparadas em diretrizes/políticas que nortearão os rumos desta atividade.

Assim sendo nota-se, que o Estado de Santa Catarina é dividido em 12 (doze) regiões turísticas, demarcadas pelo conjunto de políticas nacionais de turismo, onde a região Oeste é dividida em 3 (três) regiões: Grande Oeste, Vale das Águas e Caminhos da Fronteira. Sublinham-se nestes espaços as belezas naturais, estâncias de águas termais, turismo rural e urbano, turismo de eventos e negócios, gastronomia, festas típicas, museus e atividades ligadas ao ecoturismo.

Esta região possui paisagem campeira adornada por cataratas e cachoeiras. Tem como principal centro urbano e polo econômico a cidade de Chapecó, que possui intensa atividade turística em função de seus eventos e negócios. A Região Vale das Águas, desmembrada da Região Grande Oeste no ano de 2015, tem como principais atrativos suas cachoeiras, águas termais e o turismo religioso. Já a Região Caminhos da Fronteira, destaca-se pelo ecoturismo, esportes de aventura, festas típicas e o intercambio cultural por ser situada na fronteira entre Rio Grande do Sul, Paraná e Argentina.

Em suma, este conjunto de políticas trabalha sob a perspectiva de que mesmo um município que não possui uma clara vocação para o turismo - ou seja, que não recebe o turista em seu território - pode dele se beneficiar, se

desempenhar um papel de provedor ou fornecedor de mão de obra ou de produtos destinados a atender o turista. Assim, o trabalho regionalizado permite ampliação ganhos, não só para o município que recebe o visitante, mas para toda a região.

Outro aporte importante, oriundo da Política de Regionalização no Turismo é a formação de redes, construídas a partir do diálogo entre os diversos municípios do oeste catarinense, no sentido de, em conjunto, buscar soluções e melhorias para esta atividade na Região.

Neste sentido Cruz (2001, p.33) considera,

“[...] as localidades turísticas da atualidade como partes de uma rede, os nós dessa rede são, invariavelmente, cidades cuja função estratégica, do ponto de vista do turismo, não decorre apenas da infra-estrutura material de que dispõem e do papel que ocupam no espaço cognitivo, mas de sua localização”.

A partir do exposto comprehende-se que o turismo no Oeste Catarinense está em desenvolvimento e com a implementação das políticas nacionais, principalmente a com ênfase na regionalização, tem se tornado uma forte oportunidade de abrangência do desenvolvimento sustentável possibilitando a melhoria na qualidade de vida dos habitantes.

#### 4. CONCLUSÕES

Percebe-se que nas regiões turísticas delimitadas no Oeste do Estado, as políticas públicas de turismo tem se configurado como oportunidade de desenvolvimento e fortalecimento da região, na medida em que é proposto um programa de regionalização do turismo, o qual busca o desenvolvimento sustentável nos municípios por meio da definição de roteiros/redes.

Assim sendo, observa-se o avanço da exploração turística da região. Contudo, faz-se necessário discutir formas para a qualificação desse potencial na perspectiva do desenvolvimento sustentável e isto demanda aumento no fomento para esta atividade. Logo, esse debate deve surgir a partir do diálogo entre o Estado e os atores sociais, agentes públicos, privados e a população.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENI, Mário Carlos. Política e desenvolvimento do turismo. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godói. **Turismo como aprender como ensinar.** 4<sup>a</sup>ed.-São Paulo: Editora Senac, 2008

BRASIL. Mistério do Turismo. **Programa de regionalização do turismo diretrizes.** Brasília DF, 2013. Acessado em 20 ago. 2017. Online. Disponível em: < [www.turismo.gov.br](http://www.turismo.gov.br) >

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de Turismo e Território.** 2º ed. São Paulo – SP. Contexto, 2001.

### **3.3 A PAISAGEM PERCEBIDA ATRAVÉS DA BR 153 E O ANTAGONISMO ENTRE A CIDADE PERCEBIDA E A CIDADE INVISIBILIZADA**

Juliana Ribeiro França; Maria Clara Ferreira de Macêdo<sup>2</sup>

<sup>1</sup>*Universidade Federal da Fronteira Sul – juliana\_ribeiro@rocketmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal da Fronteira Sul – mariaclaramacd@live.com*

#### **1. INTRODUÇÃO**

As contradições sociais do espaço urbano do século XXI estão repletas de fronteiras intangíveis. As barreiras socioespaciais não apenas demonstram a estruturação do status quo, sobretudo no que diz respeito ao sistema de produção capitalista contemporâneo, mas a toda a construção histórica, aos meios que no espaço/tempo condicionaram as relações humanas. Neste sentido a reflexão acerca de contradições, e do acesso efetivo ou não a cidade fora abordado a partir da percepção do observador da BR 153 em relação a cidade de Erechim/RS e da investigação acerca das intencionalidades expressas não apenas em documentação histórica, mas na própria paisagem.

Neste sentido a problematização tem por objetivo identificar os fenômenos históricos que condicionaram as barreiras sociais, percebidos através da paisagem.

O principal antagonismo entre a percepção do observador da BR 153 ocorre entre dois bairros que circundam a BR 153, o Progresso, bairro marginalizado que apesar de ser atravessado pela via situa-se numa região de fundo de vale, e o núcleo do Centro, bairro elitizado que, apesar de não estar tão próximo a BR 153 quanto o bairro citado anteriormente, é a primeira imagem que pode ser observada por situar-se numa região topográfica mais elevada. Tanto o Centro quanto o Progresso, em aspectos espaciais, estão próximos um do outro, mas no que diz respeito às barreiras sociais, estão muito distantes. A abordagem de leitura das relações do presente trabalho partira, principalmente, dos trabalhos de Milton Santos, sobretudo no que diz respeito aos conceitos de Luminosidade e Opacidade para esmiuçar e problematizar as percepções acerca da paisagem percebida e das intencionalidades da primeira impressão de uma cidade que pode não condizer com a realidade efetiva da heterogeneidade das relações sociais do espaço urbano.

#### **2. METODOLOGIA**

O presente artigo foi desenvolvido a partir de pesquisas realizadas no Acervo Histórico de Erechim-RS, sendo a revisão bibliográfica o primeiro material para a formação da análise crítica. Essas informações embasaram o entendimento sobre as decisões que regeram o desenvolvimento da cidade, levando em consideração a ordem cronológica dos acontecimentos.

Outros artifícios utilizados foram a visita a campo e o levantamento fotográfico, com isso foi possível verificar através da análise da paisagem alguns conceitos que definiriam a presente conformação socioespacial da cidade que foi moldada através das imposições de determinada classe econômica.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cidade de Erechim, bebera dos impulsos para o desenvolvimento do país, sobretudo na década de 1950. Os ideais higienistas, o darwinismo social, e o princípio de progresso atrelado ao chamado milagre econômico brasileiro no período ditatorial, ao final da década de 1960 deixou resquícios mesmo nos estados e regiões interiorizadas tardiamente em relação às regiões ocupadas durante o período colonial. Em Erechim, durante a implantação do traçado planejado influenciado por ideais haussmanianos, houveram muitas políticas de "limpeza" das novas avenidas "afrancesadas", do eixo central. O ponto central do novo traçado determinaria o que deveria ser visto, o que seria o cartão postal, e o que deveria ser ocultado em prol da chamada modernidade e desenvolvimento local.

"[...] as cidades começaram elas mesmas a ser geridas como mercadorias, e o solo passa a ser o novo nome para a natureza. Existe uma contradição recorrente entre o valor de uso que o lugar representa para os seus habitantes e o valor de troca com que ele se apresenta para aqueles interessados em extrair dele um benefício econômico qualquer, [...]. A forma da cidade é determinada pelas diferentes configurações deste conflito".

ARANTES, Otília. 2007, p. 26.

As relações de trabalho estabelecidas no meio entre os espaços de reconhecimento e valoração (Luminosos) e os espaços de mera sobrevivência (Opacos) ocorrem concomitantemente em meio as contradições do espaço urbano. Milton Santos, ao assim reconhecer tais espaços, demonstra as contradições das cidades no que diz respeito a apreensão espacial do sujeito exposto as aparências, idealmente e estrategicamente, desejáveis em contraponto as relações complexas, as desigualdades socioeconômicas cenarizadas, inscritas numa pseudo homogeneização estratégica. Neste sentido, no caso estudado, um documento consultado no Arquivo Histórico da

cidade demonstrara de forma objetiva as intencionalidades de se criar espaços idealmente percebidos em primeiro plano e espaços que deveriam distanciarse das imagens "cartão postal" da cidade (uma dicotomia entre as relações efetivamente existentes, e as relações ordenadas espacialmente, sobretudo, pela vigência do sistema socioeconômico). Neste documento a Associação Comercial e Industrial de Erechim, em 18 de janeiro de 1977, repassou para a prefeitura um ofício contendo sessenta e quatro itens referentes a solicitações para uma "cidade progressista ideal", que ajudam a compreender muitos dos

processos que conformaram algumas das relações evidenciadas no presente estudo.

"A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE ERECHIM, entidade desta cidade que congrega comércio em geral, indústria e atividades liberais, permite-se comparecer a V. Exa. Para, expondo o ponto de vista de sua Diretoria e seus associados, expostos a esta presidência, solicitar a especial atenção do novo governo municipal para os itens em que se divide este Ofício – talvez algo volumoso quanto ao conteúdo, porém expressando o que é mais humano – as necessidades de nossa tão abandonada e sofrida cidade"

Construção pela Companhia Rio-grandense da Habitação (COHAB) de centros comunitários; Eliminar favelas à beira do asfalto;

Divulgação do nome do município de Erechim em termos positivos para os que demandam nossa cidade ou, especialmente, no noticiário, abandonando-se sistemática de apresentação de dados negativos, como ocorre com certos fatos;

Descentralização da zona comercial da cidade, aumentando a utilização de outras mais, além da Maurício Cardoso e suas adjacências e assim transferindo a elevadíssima valorização dos terrenos e prédios destas ruas para outras, em função da presença do comércio;

O problema das malocas, levá-los a um local onde fiquem situados, orientados, porém pagando uma taxa mínima que seja para obrigá-los a ter responsabilidade e ao mesmo tempo criar uma possível infraestrutura para lhes dar condições de vida humana."

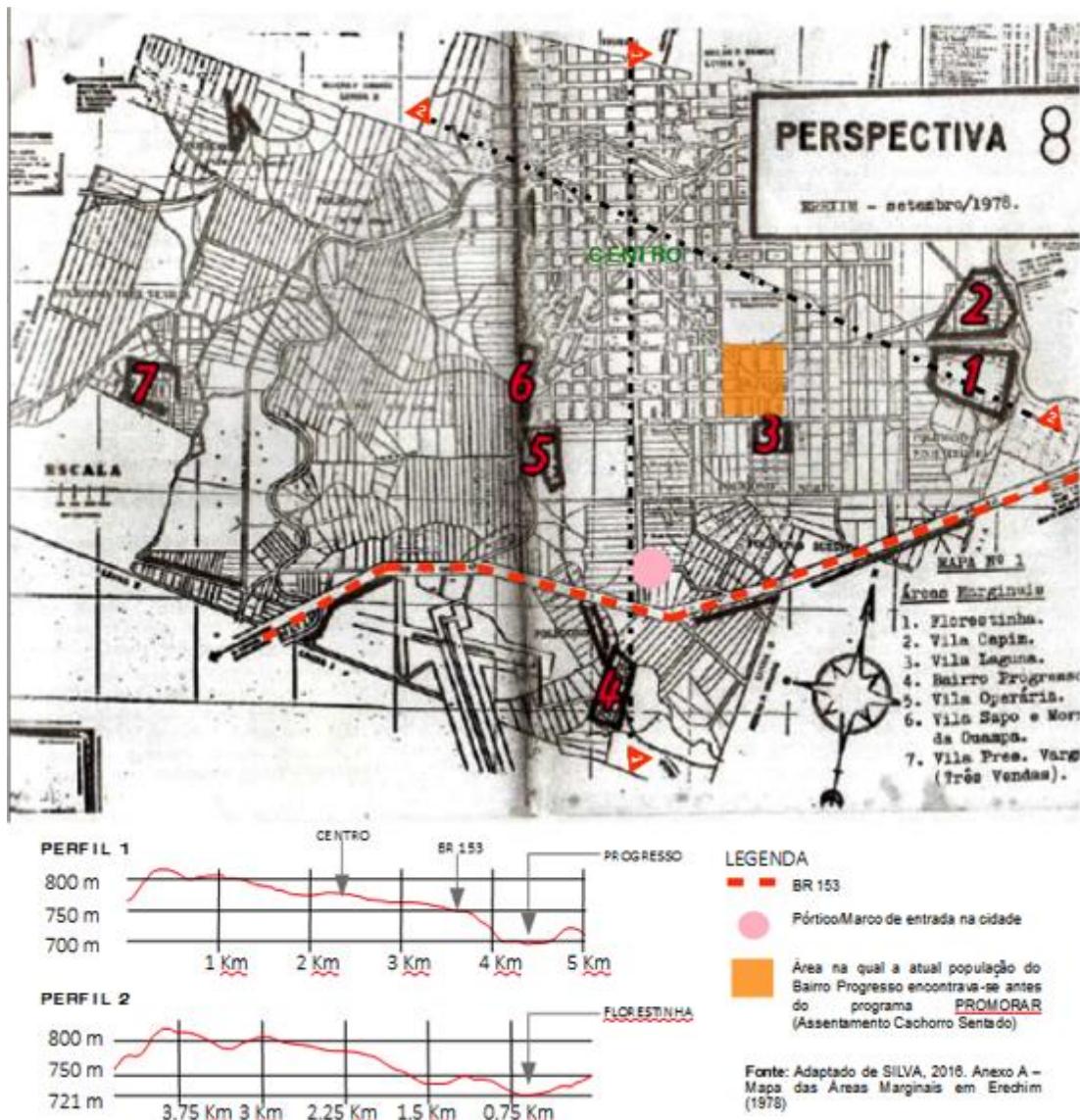
Fonte: A.C.I.E Gestão Menno Reuwsaat. REINVINDICAÇÕES. 1975 - 1976 - 1977.

O trecho apresentado indica algumas das intencionalidades que conformaram não apenas a estruturação espacial da cidade, mas a maneira como as relações deveriam ser expressas de acordo com interesses do comércio local, estendidos desde as relações públicas até a grande mídia local. Neste sentido ficam evidentes os impulsos liberais pelos quais o país passara no período e o enaltecimento nacional militarizado numa escala municipal/regional, que conformaram os espaços luminosos e opacos no contexto erchinense.

O grande marco simbólico de "início" espacial da cidade de Erechim é seu pórtico. Apesar da existência deste marco, anterior ao pórtico está situado um dos bairros menos assistidos socioeconomicamente da cidade, o bairro

Progresso. O bairro situa-se numa região alagadiça de fundo de vale e é segregado espacialmente pela BR 153, ou seja, neste caso a conformação natural, atrelada as políticas de "limpeza urbana" foram uma tentativa de mascarar a pobreza e as desigualdades socioeconômicas do local. Visitantes advindos de outros estados do país que circulam pela BR 153, antes de qualquer percepção da paisagem no trecho em que se encontra a cidade de Erechim, enxergam os prédios da região central, situados em pontos elevados da topografia local.

Figura 1 - Mapa das áreas marginalizadas de Erechim, 1978



Os moradores do Progresso nem sempre moraram nesta região. A implantação do projeto PROMORAR, que estava sendo instaurado na cidade na década de 1970, pelo poder público, insistiu que os moradores que antes

habitavam irregularmente uma região próxima ao centro da cidade, o assentamento Cachorro Sentado, fossem realocados para a área indicada no mapa acima, afastada do núcleo central.

No período houve inúmeras mobilizações populares, tanto dos moradores do assentamento, quanto dos moradores do Bairro Florestinha (São Vicente) que até o presente momento mantiveram suas habitações irregulares em resistência a políticas como as do PROMORAR.



Figura 2: Bairro Progresso visto das proximidades da BR 153  
Fonte: Arquivo pessoal autoras



Figura 3: Vista da Região Central de Erechim a partir da BR 153  
Fonte: Arquivo pessoal autoras

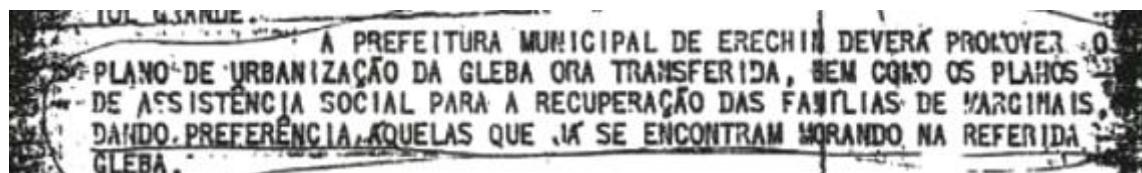


Figura 4: Fragmento de Documento de concessão de Posse de Terras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul (1967)

Fonte: Adaptado de SILVA, 2016. Anexo B – Documento de concessão de Posse de Terras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul (1967)

Muito embora no documento oficial de realocação de moradores do antigo assentamento Cachorro Sentado tenha sido previsto medidas de assistência, essas não ocorreram de maneira efetiva em sua implantação e, concomitante a isso, medidas de financiamentos a indústrias tiveram continuidade na cidade.

Fenômenos como as solicitações da Associação comercial e industrial de Erechim que influenciaram o surgimento do plano diretor da cidade e o PROMORAR, por exemplo, relacionam-se diretamente com a expressão de espaços Luminosos e Opacos no âmbito do planejamento urbano, pois são a correspondência estratégica entre exclusão e imposição de uma condição de cidade idealizada, cultural e espacialmente, por uma minoria que detém

maiores montantes financeiros, que tomam as decisões numa esfera teoricamente democrática, longe da real diversidade, conflitos e desigualdades socioeconômicas, ou seja, o planejamento urbano neste caso possui total relação com o não acesso a cidade e a não representatividade dos anseios das classes marginalizadas, que resistiram a muitas das políticas, sobretudo as de habitação, que de alguma forma agrediram seu acesso pleno à cidade.

## CONCLUSÕES

Em suma, o presente trabalho identificara não somente no âmbito documental, mas também no âmbito espacial as barreiras materiais e imateriais no contexto urbano da cidade de Erechim. Ao analisar o panorama da paisagem da cidade a partir da BR 153, a estruturação espacial do que se quer apresentar em primeiro plano é evidente, o espaço Luminoso. O centro e os prédios comerciais surgem de maneira panorâmica para quem circula pela BR 153. Os pontos elencados por comerciários para ordenar espacialmente a cidade na década de 1970 predominam na paisagem até o presente momento. Por mais próximos que estejam, o bairro Progresso e o Centro possuem barreiras, tanto materiais quanto imateriais, e isso evidencia a contradição do direito efetivo a cidade, de acordo com as circunstâncias observadas.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Otilia. Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas In:\_\_\_\_\_, VAINER, Carlos; MARICATO, Emínia (Org.) **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, v. 4. 2007.P. 11-74.

BENINCA, Dirceu. **Reciclando a (Des)Ordem do Progresso Arcan – uma alternativa sócio-ambiental**. 2006. 262 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **A cidade**. São Paulo: 2009. p. 11 - 34.

FAGUNDES, Izabela. **É POSSÍVEL FALAR DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM ERECHIM?** 2014. 95 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2014.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades. In: **Redobra**, Ano 3, número 9. Salvador. EDUFBA, 2012.

SILVA, Aldori Nascimento da. **OS IDEIAIS POSITIVISTAS E A SEGREGAÇÃO SOCIAL NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE ERECHIM.** 2016. 41 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2016.

### **3.4 ANÁLISE DAS CONDIÇÕES URBANAS DA CIDADE DE SALTO DO JACUÍ, RS**

**Gabriela Chiele<sup>1</sup>; Bruna Giacomelli<sup>2</sup>; Natália Hauenstein Eckert<sup>3</sup>**

<sup>1</sup>*Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ) – chielegabi@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ) – brunagiacomelli1@gmail.com*

<sup>3</sup>*Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ) - nataliaehe.arq@gmail.com*

#### **1. INTRODUÇÃO**

As pequenas cidades apresentarem condicionantes que os diferenciam das grandes aglomerações, neste sentido deve-se considerar sua importância, uma vez que o desenvolvimento de algumas características urbanas como as questões sócias econômicas, venha a se destacar no âmbito global, por serem centros menores, suas peculiaridades destacam a diversidade das regiões, bem como agregam ao território em que estão inseridos, através de possíveis potencialidades econômicas e sociais diferenciadas e características do local, sendo assim as mesmas interferem no contexto geral da urbanização de um país fonte.

Salto do Jacuí é uma das cidades pertencentes ao grupo dos 24 Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (COREDE) do Alto Jacuí, um, abrangendo 14 cidades, tendo Cruz Alta como cidade pólo, com a finalidade de possibilitar a participação da população na concepção e inserção de ações que promoveriam o desenvolvimento regional das cidades participantes.

Seu potencial é evidentemente claro, visto isso, o trabalho objetivou a realização de um levantamento geral, descrevendo as condições urbanísticas da cidade, levando em conta fatores como redes de infraestrutura – água, esgoto, lixo e energia -, equipamentos públicos comunitários, morfologia urbana e malha viária. Com o intuito de identificar problemas urbanos, potenciais e condições gerais, a fim de propor melhorias nos setores necessitados, assim contribuindo com a metodologia de desenvolvimento que o grupo COREDE objetiva para as cidades participantes.

#### **2. METODOLOGIA**

A metodologia foi baseada em uma revisão bibliográfica de dados informativos da cidade em estudo, durante a mesma constatou-se a precariedade em conseguir material em fontes secundárias. Não há no município um banco de dados com informações e fotos antigas que contextualize a história e o desenvolvimento da sociedade local. Os endereços eletrônicos mais utilizados foram da Prefeitura Municipal, onde consta dados das legislações vigentes, IBGE, FEE e entre outros, conforme Quadro 01.

Quadro 1 – Indicadores e fontes de evidência.

Indicador	Fonte de evidência	Ano base da referência
Redes de abastecimento de água	Fundação Economia e Estatística - FEE (2010)	2009 - 2010
Rede de esgoto	Fundação Economia e Estatística - FEE (2010)	2010
Coleta de lixo	Fundação Economia e Estatística - FEE (2010) Registro fotográfico - Autoras (2016)	2010
Serviços e equipamentos públicos	PMSJ - Prefeitura Municipal de Salto do Jacuí (2016) Registro fotográfico - Autoras (2016)	2016
Dados geográficos	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010)	2010
Morfologia urbana	PMSJ - Prefeitura Municipal de Salto do Jacuí (2016)	2016
Malha viária	MAPLINK - Mapa das ruas de Salto do Jacuí (2016) Registro fotográfico - Autoras (2016)	2016

Fonte: Elaborado pelos autores (2017).

Juntamente com um visita *in loco* nos principais pontos da cidade como as estações de energia, as creches e escolas públicas nos bairros de classe baixa, bem como hospitais e postos de saúde, praças, parques, área industrial e redes de abastecimento de água e esgoto, realizando nesses locais registros fotográficos para posterior análise das condições encontradas.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cidade de Salto do Jacuí comprehende uma área de 519 km<sup>2</sup>, com altitude de 306 metros e clima subtropical úmido. Faz limite com as cidades de Fortaleza dos Valos, Jacuizinho, Estrela Velha e Júlio de Castilhos, ficando a 218 km de Porto Alegre, conforme Figura 01 (COREDE, 2010). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a cidade tem 12.395 habitantes, divididos em 5 bairro, com uma densidade populacional de 23,8 km<sup>2</sup> e a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais é de 8,57% (IBGE,

2010).

## **FIGURA 01 – LOCALIZAÇÃO DE SALTO DO JACUÍ.**

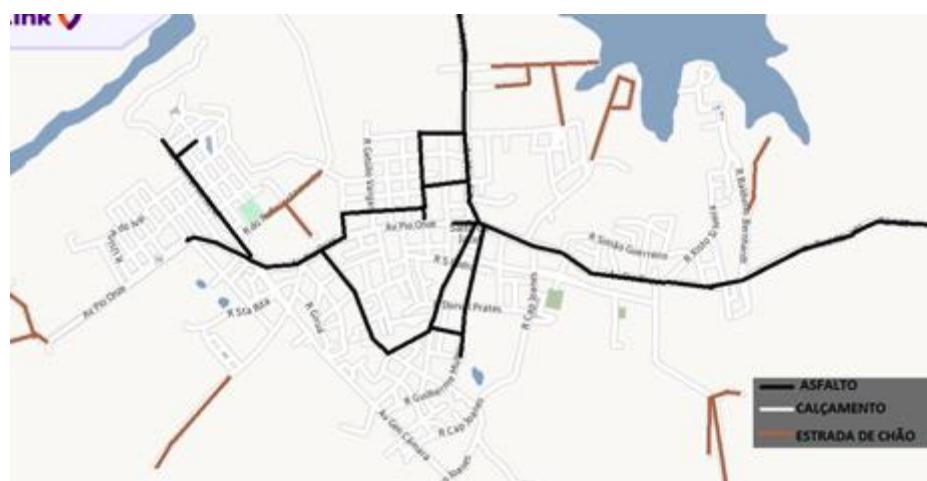


Fonte: Google (2017)

As atividades econômicas praticadas no município, devido as características da topografia serem favoráveis, é a agricultura e a pecuária, tendo como principais produtos a soja, trigo, milho, feijão, fumo, sorgo, cevada e cana-de-açúcar (Prefeitura Municipal de Salto do Jacuí, 2016).

A infraestrutura do sistema viário urbano da cidade de Salto do Jacuí apresentado na figura 02 possui a maior parte de suas ruas com calçamento, sendo este muito precário em alguns pontos, principalmente nos extremos do município onde vivem a população de baixa renda. Notam-se alguns trechos que ainda há estrada de chão batido, principalmente próximo ao rio.

Figura 02 – Sistema viário urbano.



Fonte: autoras (2016)

A cidade apresenta problemas como à falta de infraestrutura, iluminação precária, falta de pavimentação, equipamentos públicos, acessibilidade e lazer nas praças (figura 03), isto faz com que as mesmas sejam abandonadas pela população. Além disso, a precariedade aumenta nas praças retiradas do centro da cidade, nos bairros mais pobres. A partir disso, medidas como incentivo ao lazer e esportes proporcionando iluminação adequada, academias ao ar livre, assentos e pavimentação para caminhar, tornariam esses grandes espaços públicos urbanizados e seguros.

Figura 03 – Quadra de esporte (item B) e pracinha infantil (item C), sem iluminação adequada, sem bancos e sem acessibilidade (item A e D).



Fonte: autoras (2016)

No diagnóstico urbanístico e comunitário da cidade, em relação à infraestrutura da rede de abastecimento de água, notou-se que a área urbana é abastecida principalmente pela rede geral de abastecimento e na área rural a água é obtida através de poço ou nascente. Sobre as instalações sanitárias, a maior parte do esgoto é ligado a uma fossa rudimentar, tanto na área urbana como na área rural, além de outras formas mais usuais como a fossa séptica e a rede geral de esgoto. A coleta de resíduos é feita por todo o município, sendo 2.544 toneladas na área urbana, outra grande porcentagem do lixo é queimada e/ou enterrada. Todas as informações foram obtidas pela FEE (2010).

A cidade possuía um antigo lixão onde era feito a separação do lixo para a reciclagem, porém esse lugar se encontra abandonado e sem nenhuma infraestrutura, se tornando um descaso com a saúde pública, ambiente propício para o desenvolvimento de doenças e pragas.

Ainda se tratando de problema, o Hospital Notre Dame Aderbal Schneider de Salto do Jacuí encontra-se com projetos de ampliação inacabada, além de todo o prédio estar comprometido pela ação do tempo. A reforma não se faz necessária apenas na parte estrutural, o hospital precisa

urgente de uma equipe de funcionários em todas as áreas da saúde; devido à falta de especialistas, o hospital é obrigado a mandar os pacientes para um hospital da região mais preparado. O município ainda conta com prédios abandonados (figura 04), antigos postos de saúde, sendo a reforma e a retomada desses locais proporcionariam empregos e serviços rápidos de saúde à população que não precisaria percorrer longas distâncias.

Figura 04 – Hospital Notre Dame, (item A), posto de saúde abandonado, (item B).



Fonte: autoras (2016)

Contudo, o município apresenta grandes tendências de desenvolvimento, o mesmo conta com uma área industrial ampla e com recursos de infraestrutura já implantados (figura 05) o qual seria possível qualificar a mão-de-obra local na indústria predominante, sendo a mineração e lapidação de pedras preciosas a mais importante. Esta área se localiza fora do perímetro urbano, o que não ocasiona incômodo à população, sendo necessária apenas a melhoria na pavimentação desde o acesso até a área industrial.

Figura 05 – Área industrial: galpões de lapidação de pedras.



Fonte: Autoras (2016)

Além do município possuir uma das maiores jazidas de pedra ágata, as quais são transformadas em joias e artesanatos nas microempresas locais e depois comercializadas com outros municípios e para o exterior, além de um grande potencial turístico, contando com um balneário municipal que recebe visitantes de toda região. O município também é conhecido por possuir três grandes centros de geração de energia elétrica sendo a mais importante a

Barragem Engenheiro José Maia Filho, em segundo a Usina Hidrelétrica Jacuí e por fim a Usina Hidrelétrica/Barragem Passo Real, que dão ao município o título de capital da energia elétrica do Rio Grande do Sul.

E o Balneário Municipal é uma opção de lazer acessível a toda a comunidade, com área própria para banho de rio, acampamento, serviços de restaurante e pousada, local para shows e eventos que acontecem durante todo o ano. Essa área fortalece o setor de turismo local, representando a imagem do município devido ao rio que lhe cerca. Além disso, há nesse espaço, o Centro Municipal de Equoterapia que atende toda a população que necessita dos serviços

A cidade ainda conta com um diferencial que são as hortas comunitárias, conforme, as quais são mantidas pelos bairros e abastecem toda a comunidade de baixa renda. Essa horta é uma iniciativa que incentiva a população a crescer, além de ensinar a ajuda mútua entre as pessoas, pensando no bem estar do coletivo. Além disso, há várias creches públicas, construídas pelo governo, espalhadas pela cidade, principalmente nos bairros mais afastados e carentes Figura 06.

Figura 06 – Balneário Municipal (item A), Centro Municipal de Equoterapia (item B), horta comunitária (item C) e creche pública (item D).



Fonte: Autoras (2016)

Com isso, há alguns pontos que são prioridades no município como os investimentos na infraestrutura no sistema viário, com a melhoria dos acessos às áreas afastadas do centro, pavimentação adequada-uso de paralelepípedos para que haja permeabilização da água da chuva, iluminação nas ruas para melhorar a segurança e acessibilidade para o tráfego de pessoas com deficiência, além de investir em equipamentos públicos, acessibilidade, parques e áreas verdes, iluminação e segurança adequada, quadras de esportes, shows e eventos. Com isso, além de beneficiar a população local,

isso atrairá pessoas da região e de outros lugares, gerando lucros internos para a cidade.

A prioridade nas questões de saúde é a finalização do projeto de ampliação do Hospital, além de equipes médicas preparadas e qualificadas para trabalhar tanto no hospital quanto nos postos de saúde da cidade. Para o setor de indústrias deve haver a qualificação de mão de obra para as indústrias predominantes – mineração e lapidação das pedras -, recuperação da companhia de coleta/reciclagem de lixo e o ensino qualificado voltado ao aprendizado e cultura da agricultura.

#### **4. CONCLUSÕES**

Com potencial turístico, o município se destaca devido às belezas naturais proporcionadas pelo rio Jacuí e econômico por suas Usinas Hidroelétricas e minas de pedra ágata. Enfrenta juntamente com as demais cidades que compõe o COREDE Alto Jacuí grandes desafios na questão de planejamento urbano: problemas no setor viário, saúde, sanitário e econômico.

Visto que a má administração dos recursos públicos em benefício da população e a falta de fiscalização dos órgãos competentes, gera descaso nos setores de serviço público e tornam quase impossível o crescimento através dos potenciais do município. Deve-se implantar um plano concreto de planejamento urbano a longo prazo, uma cidade não desenvolve se todos os setores não favorecerem o crescimento. Reuniões de líderes, propostas de intervenção e de melhorias, debate com a população e trabalho em conjunto são as medidas necessárias para o município desenvolver seus potenciais.

#### **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BERTÊ, Ana Maria de Aveline. **Perfil Socioeconômico COREDE Alto Jacuí.** PORTO ALEGRE, 2015. Acessado em 25 out. 2016. Online. Disponível em: <http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/1513412720151117100501perfis-regionais-2015-alto-jacui.pdf>

CORRÊA, José Carlos Severo. **Planejamento Estratégico de Desenvolvimento Regional: Conselho Regional de Desenvolvimento Alto Jacuí / COREDE Alto Jacuí.** Cruz Alta: UNICRUZ, 2010. Acessado em 20 out. 2016. Online. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/LinkClick.aspx?fileticket=l8irerlhP0%3D&tabid=5363&mid=7972>

DUARTE, Fábio. **Planejamento Urbano.** 2<sup>a</sup> Ed. Ibpex, 2007.

FEE. **Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. COREDE Alto Jacuí, 2015.** Acessado em 19 out. 2016. Online. Disponível em:

[http://www.fee.rs.gov.br/perfilsocioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Alto+Ja  
cu%ED](http://www.fee.rs.gov.br/perfilsocioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Alto+Jacu%ED)

**IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Salto do Jacuí.** 2010. Acessado em 25 out. 2016. Online. Disponível em: [http://cidades.ibge.gov.br/painel/fotos.php?lang=&codmun=431645&search=rio-  
grande-do-sul|salto-do-jacui|infograficos:-fotos](http://cidades.ibge.gov.br/painel/fotos.php?lang=&codmun=431645&search=rio-grande-do-sul|salto-do-jacui|infograficos:-fotos)

**MAPLINK. Mapa das ruas de Salto do Jacuí.** 2016. Acessado em 20 out. 2016. Online. Disponível em: [http://maplink.com.br/Transito/RS/salto\\_do\\_jacui](http://maplink.com.br/Transito/RS/salto_do_jacui)

**PMSJ. Prefeitura Municipal de Salto do Jacuí.** 2016. Acessado em 25 out. 2016. Online. Disponível em: <http://www.saltodojacui.rs.gov.br>

### **3.5 AS INFLUÊNCIAS INDÍGENAS E AFRICANAS NO DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES DO RIO GRANDE DO SUL**

Yuri Martins<sup>1</sup>; Íris Betina Vitoria<sup>2</sup>

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – ar.yurimartins@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – irisbetina@gmail.com*

#### **1. INTRODUÇÃO**

Através deste resumo, pretendemos anunciar os estudos sobre as influências indígenas e africanas no desenvolvimento das cidades do Rio Grande do Sul. Esta pesquisa foi realizada a partir do estudo dos seminários da disciplina de Teoria e História da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo - Arquitetura e Urbanismo ecléticos e pré-industriais, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, no segundo semestre letivo de 2017. Com base nas obras: "Origem e evolução das cidades rio-grandenses" do autor Güinter Weimer (2004) e "O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia" da autora Françoise Choay (1997). Complementarmente aos textos sugeridos na disciplina foram analisados alguns textos do livro "Habitações Indígenas" organizado por Sylvia Novaes (1983).

Para isso, serão evidenciadas as origens das cidades indígenas e da participação destas na formação das cidades construídas nas missões jesuíticas, com a colonização do Brasil.

A importância desta documentação é notável tendo em vista que nas escolas de arquitetura e urbanismo a discussão e o estudo desta temática são exíguos, deixando de lado toda a contribuição e o valor que os conhecimentos obtidos por estas culturas. Conhecimentos estes que são tão desvalorizados, que, muitas vezes, a arquitetura parece regredir nos mais diversos campos de sua atuação não se limitando apenas ao urbanismo, mas as técnicas construtivas, a utilização do clima a favor da qualidade da edificação, entre outros tantos pontos que poderíamos citar, que para estes povos parecia ser natural, e para nós alunos de arquitetura parecer ser algo extraordinário e inovador.

Tendo em vista todos estes aspectos este estudo foi motivado através do entendimento da importância que nós enquanto acadêmicos de arquitetura e urbanismo temos em construir um repertório teórico e crítico e mais ainda que atenda às demandas e desafios da profissão, pois todo o projeto tem em sua elaboração um cunho social, político, ético e estético, e somente com a compreensão mínima destes aspectos poderemos analisar e projetar na contemporaneidade.

## 2. METODOLOGIA

Através da proposta de leitura realizada na disciplina de Teoria e História da Arquitetura, Paisagismo e Urbanismo<sup>1</sup>, do livro Origem e Evolução das Cidades Rio-Grandenses de Günter Weimer (2004), iniciamos uma revisão bibliográfica sobre as aldeias indígenas e africanas e realizamos uma análise crítica, relatando os dados e fatos quanto à organização e construção das habitações consideradas primitivas, e, também a importância destas aldeias para o processo de urbanização do nosso estado. Para tal, utilizou-se a obra já citada o livro “O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia” da autora Françoise Choay (1997) e uma aproximação com os estudos da arquitetura indígena no livro “Habitações Indígenas”, organizado por Sylvia Novaes (1983), principalmente. Com isso, foi possível obter uma cronologia da evolução destas aldeias e realizar uma análise pessoal sobre este processo.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiramente, foi necessária uma clara diferenciação entre os termos urbanismo e urbanização.

Consideramos aqui o conceito demográfico de **urbanização** adotado por Davis, Kingsley Davis, em “Cidades: a urbanização da humanidade” (1977), o autor indica que corresponde ao aumento do percentual da população urbana em relação à total. Assim sendo, pode-se dizer que uma sociedade está se urbanizando na medida em que o crescimento da população urbana é maior do que o da população rural. Urbanização é, por tanto, o processo natural que ocorre quando a população migra do campo para a cidade, transformando esta cidade conforme as suas vontades, necessidades, e, principalmente, a liberdade que possui.

Já o conceito **urbanismo**, segundo Choay (1977) remete a ciência ou técnica, sugerindo a concepção de um campo do conhecimento. O termo urbanismo surge em pleno período pós-revolução industrial na Europa, em busca de sanar as necessidades de infraestrutura, nas cidades que apresentavam um estado caótico. Mas o termo só se consolida como campo de conhecimento e chega a sua maturidade teórica no séc. XX. Mas ainda hoje o urbanismo é visto através de uma conceituação tradicional, onde o mesmo se prende a aspectos estéticos funcionais. Porém o urbanismo superou esta visão, e hoje pode-se chamar de urbanismo a forma racional de organização das cidades, quando o homem identifica as suas necessidades espaciais e prevê (projeta) a espacialização de suas construções, com intenção de aprimorar sua sociedade, trazendo evolução e desenvolvimento. E, a partir desta definição, não seria cabível dizer que o urbanismo iniciou no século XX, uma vez que todas as concentrações de populações apresentaram suas necessidades de organização espacial e, muitas delas, encontraram suas soluções de acordo com o seu próprio povo.

Por quê chamamos o traçado de mileto “pai do urbanismo”? Por quê voltamos nosso olhar científico à Europa?

Uma das possibilidades de resposta a este questionamento é que no decorrer de nossa formação enquanto arquitetos e urbanistas dentro da academia consideramos como pontapé inicial para nossos estudos teóricos todo o material produzido pelos povos colonizadores, quase que desmerecendo todo o amplo conhecimento produzido mesmo que de forma não academicista dos povos colonizados.

Durante a formação acadêmica e os estudos de arquitetura e urbanismo, sobre o processo de urbanização de nosso estado, pouco se estuda sobre a influência dos povos indígenas nos primórdios no desenvolvimento desta organização urbana.

A partir da leitura dos capítulos I, II e III de Weimer (2004) podemos observar fortes valores de organização do espaço físico, tanto nas comunidades indígenas como nas africanas. Esta organização não foi apenas adequada como também, necessária. Ao estudar os povos antigos (nativos) e suas ocupações percebemos que todas estas ordenamentos vêm a partir das necessidades do homem.

Há vezes que esta necessidade é simples como cercar o gado para protegê-lo e vigiá-lo. Outras, mais complexa, como o armazenamento de grãos, que exige cuidados para manter suas condições de consumo. Encontramos também, demandas de organização social, hierarquia: formas de diferenciar as casas dos homens e as casas das mulheres, a habitação do chefe e a de sua mãe, dos filhos do chefe, das demais, como é possível observar na figura 1. As adequações do uso do solo provenientes de um estudo de percepção do comportamento das vegetações, percepção das condições mais adequadas para o plantio.

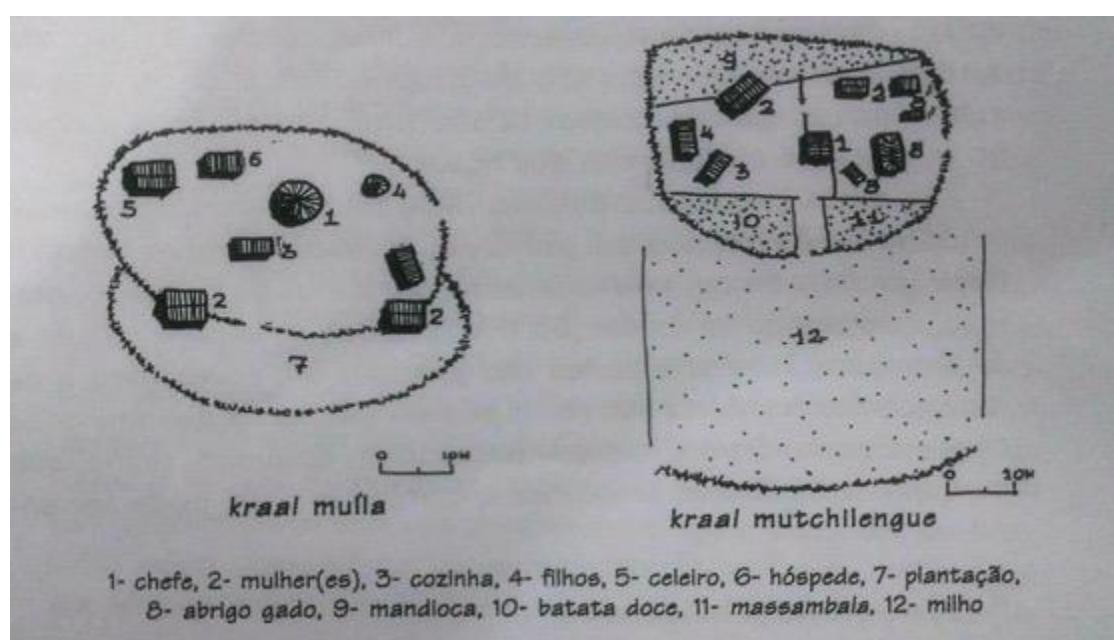
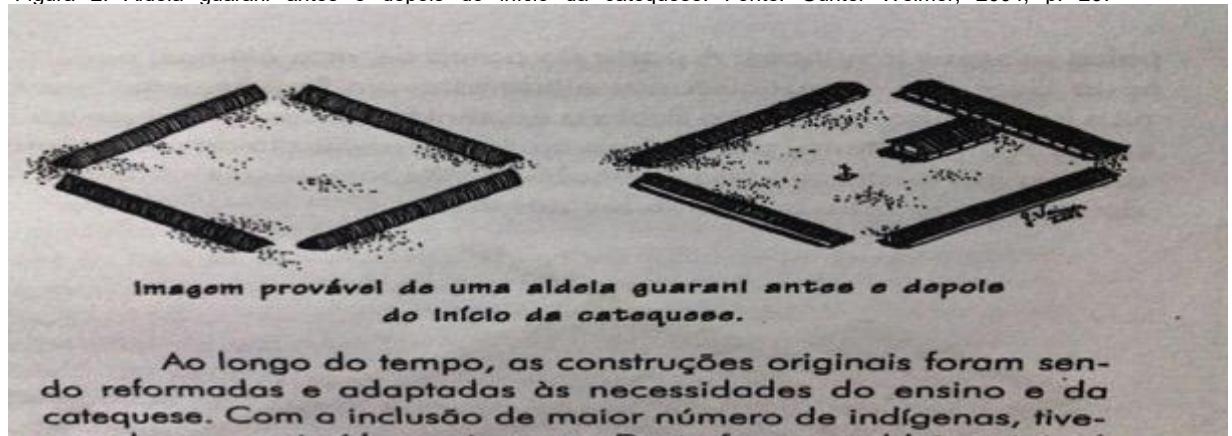


Figura 1. Kraal muila e Kraal mutchilengue. Fonte: Günter Weimer 2004,p. 46

Observou-se certa relação na formação das vilas indígenas guarani, que já haviam abandonado a vida nômade e viviam do plantio, com a formação das vilas das missões jesuíticas, e, ainda, que estas desobedeciam a lei das Índias. figura , (WEIMER, 2004).

Após a descoberta da América uma série de leis começaram a ser emitidas destinadas a resolver problemas que iam sendo criados, mas após décadas da criação desordenadas de leis tornou-se impossível a compreensão das mesmas, com isso, Carlos II rei da Espanha (1661/700 e rei a partir de 1675), mandou fazer uma reordenação destas leis, que ficaram conhecidas como “*Recopilacion de Leyes de los Reynos de las Índias*”.

Figura 2. Aldeia guarani antes e depois do início da catequese. Fonte: Günter Weimer, 2004, p. 26.



Estima-se que os jesuítas visavam atrair a atenção dos indígenas, uma vez que suas cerimônias tribais se realizavam no mesmo espaço em que, posteriormente, fora adicionada a igreja. Foi a partir desta organização de espaço que se formaram as missões jesuíticas, apresentando não só a relação inquestionável com a cultura original, mas claramente, uma herança.

#### 4. CONCLUSÕES

Conclui-se, a partir deste estudo, que enquanto estudantes de Arquitetura e Urbanismo devemos voltar o olhar às origens de nossa região. Em estudos futuros, pretendemos fazer um estudo mais aprofundado, com objetivo de valorizar as raízes e entender, através da crítica e questionamento, o processo de formação da arquitetura em todo o espaço brasileiro, especialmente no território do Rio Grande do Sul.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

DAVIS, Kingsley. **Cidades: a urbanização da humanidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

NOVAES, Sylvia. **Habitações Indígenas**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1983.

WEIMER, Günter. **Origem e evolução das cidades rio-grandenses**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

### **3.6 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O SURGIMENTO DO SOLO CRIADO**

Juliana Kraemer Micelli Teixeira<sup>1</sup>  
<sup>1</sup>UFRGS - PROPUR

#### **1. INTRODUÇÃO**

Este resumo ampliado busca identificar as raízes do surgimento/criação/formação do instrumento do Solo Criado no Brasil. Busca identificar como a legislação brasileira recebeu influência vindo a se assemelhar mais com o modelo aplicado e desenvolvido na França. Trata-se do surgimento do Solo Criado a partir da sua institucionalização como instrumento urbanístico.

#### **2. A ITÁLIA DESPONTANDO**

Foi na década de 70 que as primeiras experiências internacionais documentadas relacionadas a Solo Criado surgiram pelo mundo. Destacam-se na Europa os célebres casos ocorridos na Itália e França; Ocorrências mais singelas foram encontradas na Inglaterra, Espanha e Colômbia. Com contextos e objetivos diversos, todas as experiências guardam grande relação com o direito de construir e com o direito de propriedade.

Estas experiências internacionais surgem como uma alternativa aos efeitos negativos da urbanização a partir da constatação das limitações de outros instrumentos, em especial o zoneamento, no encaminhamento de soluções para os problemas das cidades.

Iniciaremos nossa caminhada pela **Itália**. Quando da aparição do Solo Criado, a Itália passava pelo período conhecido como de “anos de chumbo” ou “anni di piombo”.

Em Roma, inicialmente, no ano de 1971, surgiu o Solo Criado, dentro deste panorama histórico conturbado e marcado por clamor social. O termo técnico usado pela doutrina italiana, para Solo Criado naquele momento, era **“concessione edilizia”**.

O regime assumiu a reserva pública do direito de construir. O organismo público coloca-se ausente da concessão deste direito ao proprietário da área, ou a quem tem a disponibilidade legítima, para a construção de obras que cumpram os instrumentos de planejamento urbano. A concessão não afetaria a propriedade do imóvel - que permanecerá privada. O ônus da concessão é parcial, no sentido de que a taxa de concessão não constitui a contrapartida da totalidade da área valia da área. Assim, as convenções de habitação devem ser uma das pedras angulares da lei na Itália.

Seguindo a ocorrência temporal dos fatos, registra-se a proposição por parte do governo, em 1975, de uma lei que estabelece a separação do direito

de construir do direito de propriedade. A proposta acaba se transformando na Lei nº 10/77.

Em 28 de Janeiro de 1977 nascia então a Lei nº 10 batizada como **“Norme in materia di edificabilità dei suoli”** que tratava das regras para construção no solo no território italiano.

A referida lei previa a concessão de licença como pré-requisito para todas as concessões edilícias e urbanísticas, através de concessão do *Sindaco* (prefeito), mediante pagamento de tributos. Com o surgimento da Lei nº 10 Técnicos ligados à Comissão Econômica da Europa, das Nações Unidas (ONU), especialistas em política de habitação, construção e planejamento urbano, defendiam, em documento a necessária separação entre o direito de propriedade e o direito de construir.

A **Lei 10**, também conhecida como **Lei Bucalossi, em homenagem ao em nome do Ministro republicano de obras públicas autor de seu texto**, estabeleceu a Concessão Onerosa para o Direito de Edificar, mediante uma contraprestação financeira, em espécie, com o objetivo de realização de obras públicas urbanas para a infraestrutura.

Algumas preocupações sobre a inconstitucionalidade dessa restrição ao direito de construir surgiram. Posteriormente, foi decidido por sua constitucionalidade plena e o ordenamento italiano passou a reconhecer uma posição inicial de propriedade do solo correspondente ao terreno sem capacidade de edificar (REZENDE, 2009). Todavia, mesmo diante deste consenso inúmeras críticas foram feitas vez que essa lei simplesmente passava para as mãos do Estado algo que não lhe pertencia.

Forte em tais reivindicações a Corte Italiana não silenciou e aprovou alterações. Como advento da Sentença 5/1980 oriunda da Corte Constitucional Italiana, passou-se a entender de forma diferente esta questão. O novo entendimento afirmava que “o direito de edificar continuava a ser inerente a propriedade e as demais situações que compreendem a legitimação para o ato de construir, ainda que sujeito a condicionamentos e limites”. Diante disso, a concessão para edificar, instituída nesta nova sentença, não se faz atributiva de direitos novos, mas pressupõe faculdade preexistente, de modo que, sob esse perfil, passa a não mais exercer função substancialmente diversa daquela da antiga licença (DA SILVA, 1981). Vê-se então que na Itália a tentativa de apartar o direito de construir do direito de propriedade não vingou (SANTOS, 1994).

### 3. O ENSAIO AMERICANO

Seguindo o rumo da história mundial do Solo Criado, adotando uma ordem linear de acontecimentos históricos, destacamos a **experiência americana** exemplificada no Plano para a cidade de Chicago no ano de 1973.

Esta experiência demonstrava o uso de dois instrumentos: *space adrift* e *zoning bonus*. O primeiro instrumento chamado de *SPACE ADRIFT*, traduzido literalmente como **“espaço flutuante”** faz parte de uma política de preservação de imóveis. Ele previa a transferência do potencial construtivo de um lote (que acomodasse um edifício histórico – por exemplo) para outro, ou

outros, com o objetivo de compensar o proprietário do imóvel, que se pretendia preservar, quando o mesmo não utilizava parcial ou totalmente o potencial construtivo que possuía (REZENDE et al, 2011).

Esta experiência de Chicago foi pautada na busca de proteção para os edifícios de valor histórico e paisagístico, ou *landmarks*. Existia, na comunidade urbanística, uma imensa preocupação com relação aos edifícios de valor histórico, que forneciam uma evidência visual resgatando o passado, vez que estavam sendo demolidos ou sendo deixados em tal estado de ruína que a eventual tentativa de recuperação se tornava impossível.

O segundo instrumento, a ser analisado, oriundo da experiência do Plano de Chicago é o *ZONING BONUS*, que traduzido literalmente denominava-se “**bônus de zoneamento**”. Este instrumento previa a possibilidade de permitir coeficientes de aproveitamento de solos maiores e, portanto, muito mais lucrativos para os empreendedores. Seu funcionamento era simples e exigia que existisse uma contrapartida, ou seja, o financiamento para a realização de uma melhoria pública ou equipamento urbano a critério do poder local (REZENDE et al, 2011).

A crítica a este instrumento é a de que os bônus injetavam aumentos de densidade na comunidade que, se não fossem bem controlados, poderiam criar demandas por serviços públicos que a cidade não poderia atender (REZENDE et al, 2011).

#### 4. A EXPERIENCIA FRANCESA QUE NOS INSPIROU

Voltando à Europa, temos a experiência francesa, que foi provavelmente a que mais influenciou e inspirou os primeiros ensaios brasileiros.

O sentimento de combate à concentração excessiva de pessoas nasceu com o surgimento das primeiras leis sobre urbanismo logo após a segunda Guerra Mundial, através da expressão “*pröeoccupacion d'higieène*”. Ela pontuava a fiscalização urbana através da aplicação de uma antiga taxa que regravava os atos que excediam o COS<sup>38</sup>, conforme as determinações dos planos urbanos do Decreto 31 de dezembro de 1958. Assim era previsto que a contrapartida, no caso de ser ultrapassava a densidade normalmente admitida, seria uma contribuição "para a tomada/realização de áreas livres ou plantadas." Segundo os urbanistas da época, esta compensação seria capaz de compensar o incômodo da densidade pela criação do espaço verde adicional.

A densificação, só era permitida se não houvesse desvantagens, associadas à densidade excessiva.

Outro objetivo de tal política era ainda fomentar o aumento da participação da coletividade no processo de planejamento através da redistribuição de responsabilidades entre o Estado e as Comunas. Havia, todavia, a possibilidade de transferência do coeficiente de ocupação do solo nos casos de imóveis tombados ou a preservar ou em áreas que justificassem

<sup>38</sup> Coefficient d'occupation des sols, en droit français de l'urbanisme, ou seja empregada uma tradução literal, Coeficiente de Ocupação do Solo.

a não urbanização. É definido um teto legal de densidade (o termo em francês foi batizado de *plafond légal de densité – PLD*)<sup>39</sup>. Fixou-se que em todo o território francês seria permitida a construção correspondente ao coeficiente “1”, ou seja na extensão igual a área do terreno, enquanto que, especificamente para a região de Paris o coeficiente fixado era de “1,5” – o que corresponde a uma área e meia do terreno. Assim, a edificação que exceder o teto é subordinada a um depósito pelo beneficiário à prefeitura, correspondente ao valor do metro quadrado do terreno, na proporção da área em excesso - obtendo assim a licença de construção. O pagamento poderia ser parcelado em três vezes (REZENDE et al, 2011). Atrelados ao PLD notamos a presença de três objetivos concretos: de luta contra a segregação social, através da redução dos preços fundiários, redução da densidade das áreas centrais e aumento dos recursos locais, conforme Henri Jaquot e François Priet (1987).

No caso francês, a intenção original de dissociar o direito sobre o solo do direito sobre o espaço, não prevaleceu por razões constitucionais. Foram realizadas análises de tal situação por um período de cinco anos na França.

Nestas apreciações e seguindo este raciocínio histórico, temos que os construtores, em grande parte, se adequassem aos limites de suas terras. A consequência foi a geração de um volume reduzido de construções com a utilização e aplicação do instrumento. Assim, neste caso, vislumbrou-se que na França, durante a década de 1980, que o PLD foi objeto de várias emendas, o que acarretou sua supressão (devido a não utilização ou pouca utilização) na maioria dos municípios (REZENDE et al, 2011).

## 5. DEMAIS OCORRÊNCIAS PELO MUNDO

Ainda nesta esteira histórica, outros exemplos de experiências internacionais que, de alguma forma, submetiam o direito de construir à coletividade também são identificados na **Grã-Bretanha, Espanha e na América Latina**, destacando-se a situação ocorrida na **Colômbia**.

A literatura internacional nos demonstra que na Grã-Bretanha, em meados de 1947, foi aprovado um dispositivo legal que obrigava os proprietários, de terras, a requererem uma autorização especial para construir.

Assim, os proprietários que fossem construir deveriam realizar um pagamento ao Estado ou à coletividade. Este pagamento tratava-se de uma soma igual à totalidade das mais-valias que suas terras sofreriam em consequências de obras públicas. Todavia, este dispositivo foi considerado um freio ao desenvolvimento e foi abandonado no pós-guerra (REZENDE et al, 2011).

Na Espanha, a partir da década de 1950, para lidar com a escassez de terra urbanizada, foi necessário que o Estado forçasse o aproveitamento de terrenos em áreas urbanizadas (“*edificación forzosa*”). Posteriormente, a partir da Lei do Solo de 1975, o foco era buscar resgatar parte das mais-valias

<sup>39</sup> Le **Plafond légal de densité** (PLD) est un dispositif financier du droit français de l'urbanisme, qui indique, en droit français de l'urbanisme, le pourcentage maximum de surface de plancher dont la construction est autorisée par mètre carré de terrain.

urbanísticas através da disposição gratuita de todo o solo correspondente às infraestruturas e aos equipamentos urbanos, pelo mecanismo de compensação em solo edificável (REZENDE et al, 2011).

Na América Latina temos o exemplo da Colômbia. Em meados da década de 70, a Colômbia aprova uma lei que fixa, entre outros dispositivos, a extensão vertical da propriedade do solo urbano. Ao invés de se pensar em criação de solo, é proposta uma limitação de altura, fazendo-se, assim, uso de uma dimensão física como elemento básico para a restrição.

Ainda na década de 1970, embalados pelas preocupações com a questão fundiária, pela escassez de terra urbanizada e pela necessidade de controle sobre o aproveitamento da terra, realiza-se a Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos “Habitat”, em Vancouver no Canadá. A referida Conferência, contemplava entre as suas conclusões o princípio geral (nº10) que reafirmava que a terra é um elemento fundamental dos assentamentos humanos. Reafirmava que todo Estado tem direito a tomar as medidas necessárias para manter sob fiscalização pública o uso, a propriedade, a disposição e a reserva de terras. Dizia ainda que o Estado teria direito a planejar e administrar a utilização do solo, por ser esse um de seus recursos mais importantes, de maneira que o crescimento dos centros populacionais tanto urbanos como rurais se baseiem num plano amplo de utilização do solo (REZENDE et al, 2011)

## 6. METODOLOGIA

Estudo comparativo entre as legislações existentes que tem como objetivo estabelecer correspondências entre a forma de criação e aplicação que o instrumento tem em outros países e a forma que adquire no Brasil.

Trata-se de um estudo embasado em levantamentos de dados através de análise comparativa da legislação, levantamento bibliográfico (teses, dissertações, jornais, anais de congressos e artigos) relacionados ao tema a ser pesquisado.

## 7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente resumo evidenciou o levantamento histórico do surgimento do Solo Criado. Desenhou o caminho percorrido pelo Solo Criado e as principais ocorrências de suas manifestações pelo mundo. Demonstrou a situação social e urbana do momento histórico abordado. De forma objetiva identificou as versões relevantes ocorridas pelo mundo, responsáveis pela inspiração que fomentou o desenvolvimento do modelo utilizado no Brasil.

## 8. CONCLUSÕES

Este artigo pretendeu investigar as aparições mundiais do instrumento urbanístico Solo Criado. Para tanto realizou-se uma pesquisa ampla, bibliográfica, analisando os inúmeros países onde existiam relatos da

ocorrência deste instrumento. Fez-se uma abordagem cronológica que possibilitou identificar a ordem das aparições. Sendo possível assim apontar a ocorrência de sucesso ou não na implantação e execução nestes países.

Por fim artigo foi capaz de indetificar que o modelo francês foi a maior influencia que inspirou e influenciou os parâmetros de criação e aplicação do Solo Criado aplicado no Brasil. Não se trata de uma descoberta nova, vez que vários autores já fizeram esta relação. Todavia, o levantamento histórico das origens do Solo Criado e suas influências no modelo aplicado no Brasil é parte intergrante da temática desenvolvida em minha dissertação de mestrado.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- JACQUOT, Henri; PRIET, François. *Droit de l'urbanisme*. Dalloz, 1987.
- REZENDE, Vera F. et al. *Revisão bibliográfica comentada dos fundamentos da Outorga Onerosa do Direito de Construir–OODC*. Revista de Direito da Cidade, v. 3, n. 2, p. 156-205, 2011.
- REZENDE, V. L. F. M. *A Outorga Onerosa do Direito de Construir e o Solo Criado uma Necessária avaliação das Matrizes conceituais*. Revista brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V.11, n. 2.2009.
- SANTOS, Márcia Walquiria Batista dos. *Direito de propriedade e direito de construir*. Revista de Informação Legislativa. nº 124. out dez 1994. Florianópolis/SC.
- SILVA, José Afonso da. *Direito Urbanístico Brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981.

### **3.7 CIDADE E CRIATIVIDADE: uma nova dinâmica urbana “sustentável”?**

**Victor Moura Soares Ferreira<sup>1</sup>; Adriana Mara Vaz de Oliveira<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Goiás (UFG) – victormouraqrurb@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Goiás (UFG) – amvolveira@uol.com.br*

#### **1. INTRODUÇÃO**

Considerar a cidade do século XXI como habitat do homem contemporâneo, permite apreender os efeitos do processo de mundialização, ou globalização, e a influência da cultura sobre a forma de habitar, apropriar e planejar o urbano, ambos como consequência da transformação do sistema capitalista e da alteração do modo de produção. Diante desse momento, em que a cultura prepondera, busca-se investigar o conceito “cidade criativa”, que se relaciona com essa condição. A análise das cidades ditas criativas será uma das maneiras de tentar compreender a dinâmica urbana contemporânea, que busca atender os anseios da era da globalização, configurada pela tecnologia da informação, pelo sistema em rede, e pela conexão entre os espaços.

A “cidade criativa” surge, a partir dos termos “indústria criativa” e “economia criativa”, utilizando a criatividade como moeda para o desenvolvimento das cidades na nova economia global. A justificativa é que a cidade criativa, ao utilizar a inovação como elemento de produção do urbano (seja no espaço citadino, na qualidade de vida, seja nos problemas enfrentados no dia a dia), está na realidade em busca de uma possível solução (libertária) para os problemas gerados na cidade industrial. Os motivos de uma cidade se inovar são complexos, mas certamente as pressões para a renovação econômica impulsionam a inovação (DUXBURY, 2004); e na concepção de alguns estudiosos, como Charles Landry (2013), esse é o modelo ideal ao contexto socioeconômico pós-industrial.

Isso inquieta a refletir que se a criatividade determina a organização de uma cidade ou comunidade através de sua renovação econômica, presume-se que a criatividade aplicada à cidade não envolve a plenitude de sua condição. Isso porque a criatividade abrange macro e microuniversos, não apenas as coisas relacionadas ao ser humano, mas ao universo de todas as coisas em sua dimensão infinita (MAGNAVITA, 2015, p.14).

O objetivo da pesquisa foi promover uma investigação das cidades brasileiras inseridas à Rede de Cidades Criativas da Unesco, verificando os motivos da candidatura. Atualmente cinco cidades brasileiras (figura 1) possuem a chancela de cidade criativa, entre elas: Florianópolis e Curitiba, com a inserção em 2014, e as cidades de Belém, Santos e Salvador em 2015. Para isso, avaliou-se as exigências do programa, os projetos em andamento, como as propostas futuras apresentadas pelas cidades brasileiras à chancela de cidade criativa.



Figura 1 – Mapa com as cidades brasileiras integrantes da RCCU

Fonte: Elaborado pelo autor.

Obs.: Até o ano de 2016

A reflexão sobre as características e as práticas adotadas nessas cidades diante da valorização da cultura local, em confrontação com a construção e a inserção de uma rede global, procurou-se responder as seguintes questões: Quais as transformações e intenções realizadas para o recebimento da chancela? Quais as estratégias adotadas nesse processo? Quais os efeitos da chancela, via Unesco, de cidade criativa na dinâmica urbana?

## 2. METODOLOGIA

A metodologia básica foi inicialmente qualitativa, pois buscou, de forma exploratória, realizar um levantamento bibliográfico e histórico, por meio de leituras, fichamentos, interpretação de dados e análise documental. A pretensão foi investigar o papel da cultura como motor do planejamento urbano contemporâneo; analisar a cultura como um bem; discutir as transformações na conjuntura mundial (do material ao serviço e à informação); estudar o que é criatividade, indústria criativa, economia criativa e cidade criativa. Na sequência, fez-se um escrutínio do site da Unesco e sua Rede, na tentativa de compreender a sua dinâmica. A investigação das cidades brasileiras – Florianópolis, Curitiba, Salvador, Santos e Belém – foi o passo seguinte, tendo como fontes os formulários de candidatura, os documentos registrados nos sítios da Unesco e das cidades em questão, assim como matérias em jornais e trabalhos acadêmicos. O escopo foi promover uma leitura crítica ao examinar as peculiaridades das cidades, verificando os motivos da candidatura à Rede, as transformações propostas e realizadas, bem como o reflexo dessas ações.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao reconhecer, nas questões que envolvem a economia criativa e a indústria criativa, os elementos essenciais para o desenvolvimento urbano na era global, várias instituições, países e organizações, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), interessaram-se em compreender essa nova dinâmica e desenvolver políticas para a efetivação de uma economia global mais homogênea e sustentável.

Nesse âmbito, o efeito “criativo” como modelo ideal para o desenvolvimento “sustentável” global será firmado pela Rede de Cidades Criativas da Unesco (RCCU), criada em 2004, pela Organização das Nações Unidas (ONU), através de uma de suas agências: a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

A RCCU funciona como uma plataforma de conexão entre as cidades que buscam investir na criatividade e na cultura como motor de desenvolvimento urbano sustentável. Sua missão é reforçar a cooperação entre as cidades que reconhecem a criatividade como um fator estratégico de desenvolvimento sustentável através de sete áreas criativas – *artesanato e arte popular, filme, design, gastronomia, literatura, artes e mídia, música*. Ao aderir à Rede, as cidades assumem o compromisso de desenvolver um plano de ação que promova a criatividade local e utilize a cultura como elemento essencial para o desenvolvimento urbano.

O atrativo discurso “criativo” da Unesco fez com que 116 cidades, de diferentes países, ao integrar a Rede até o ano de 2016, adotassem a missão de desenvolver um ambiente “socialmente justo e sustentável” através da criatividade. Desse modo, pode-se afirmar que o aumento da quantidade de cidades credenciadas ao programa indica que ele obteve êxito? Partindo disso, a pesquisa se direcionou em compreender como é o processo de obtenção da chancela criativa? O que unifica e distingue as cidades credenciadas à Rede? A integração à Rede garante o desenvolvimento urbano sustentável?

A primeira constatação foi que a Unesco, ao determinar que as cidades optem por uma categoria criativa (*artesanato e arte popular, artes e mídia, design, filme, gastronomia, literatura e música*) em detrimento das outras, não demonstra uma maneira clara de promover o desenvolvimento das cidades. Primeiro, porque exalta um aspecto da cultura em detrimento de sua própria complexidade; segundo, porque a redução operativa pode coibir outras ações positivas. Ao mesmo tempo, a importância dada à cultura integra-se às políticas urbanas e culturais municipais como componente de valorização do espaço urbano e da cultura local.

Por outro lado, a RCCU, enquanto parte da política global das Nações Unidas, leva a internacionalização daquilo que é específico de um lugar. A cidade global, sob o rótulo criativo, se assim podemos dizer, torna-se o produto que materializa o discurso controverso da Unesco, que ora expressa a cultura global, fabricada de acordo com “padrões simbólicos desterritorializados, que buscam se posicionar em um mercado mundial de imensas dimensões controlado por mega-conglomerados, oriundos de gigantescas fusões de empresas, que associam cultura, comunicação, entretenimento e lazer”

(RUBIM, 2007, p.145), e ora expressa o que é próprio e específico do local. Entretanto, mesmo que a cidade “global-criativa”, inserida no território nobre das grandes cidades, exija a produção da indústria criativa, no contexto de sua padronização como cidade genérica, é a cultura local que qualifica o território no qual ela irá assentar-se.

Por meio das cidades brasileiras, foi possível perceber que o processo de obtenção da chancela da Unesco é sempre muito semelhante. A iniciativa quase sempre parte da prefeitura municipal, e mesmo que isso não ocorra – como foi o caso de Curitiba, que partiu de alguns designers; e em Florianópolis da Associação FloriAmanhã –, logo em seguida faz-se necessário o apoio dos gestores, conforme indica o edital de candidatura. Não há nenhum critério definido para eleger uma categoria cultural específica, mas com certeza é aquela que mais se adequa ao preenchimento do formulário de candidatura; que se enquadra as atuais e futuras políticas públicas de desenvolvimento do município; e também que trará maior visibilidade da cidade na rede global.

Depois que o elemento cultural é eleito, todas as ações, projetos e discursos na esfera governamental ocorrem em torno dele enquanto um bem simbólico de representatividade da cidade. Entretanto, nem todos participam desse processo; o que evidencia que a positividade e “a unidade do discurso não implica na sua verdade; os discursos apresentam uma multiplicidade de sentidos na medida que tencionam as relações de poder presentes” (PORTELA, 2011, p.112). Esse modo de controle revela o caráter publicitário, político e mercantilista do estado, o qual patrocina, promove, classifica, seleciona e divulga “as manifestações que merecem seu selo e as territorializa no âmbito das cidades, procurando aferir lucros políticos para si e lucros financeiros para os já favorecidos” (DRUMMOND; SAMPAIO, 2011, p.91).

Como a criatividade não se planeja, não se limitada a um segmento ou a um quadro de políticas urbanas, mas está presente em muita coisa que escapa do viés econômico, significa compreendê-la em sua totalidade e pluralidade conforme sugeriu Lefebvre (2015). A começar pela história construída nas relações entre as pessoas e grupos que a compõem, a partir do conjunto de diferenças, mas também perceber nas singularidades do urbano, dos modos de habitar, da coexistência e simultaneidade, das maneiras de viver a vida urbana.

Perceber e identificar uma cidade por sua criatividade, seria abranger as invenções cotidianas que firmou Certeau (1994) de “artes de fazer”, “táticas de resistência”, enquanto maneiras de burlar as estratégias do sistema dominante. Seria, portanto, retratar o improviso, as práticas sociais e as apropriações coletivas, valorizar as intervenções off na configuração da paisagem urbana. Identificar as práticas libertárias, os circuitos de resistência à cidade genérica, os microambientes instalados nos vazios urbanos, nos terrenos vagos e espaços subutilizados.

Para a realização da cidade criativa é necessário considerar que toda atividade humana pode ser cultura, mas ela não o é necessariamente ou, não é necessariamente reconhecida como tal, pois, “para que haja cultura, não basta ser autor das práticas sociais; é preciso que essas práticas sociais tenham significado para aquele que as realiza” (CERTEAU, 1994, p. 142). Por isso, a cidade criativa seria aquela cidade que permite cada indivíduo ter suas próprias

experiências, mas que também possibilite encontrar um sentimento compartilhado em comunidade. Uma cidade que facilita a invenção e a reinvenção do espaço, não com simples reproduções e apropriações impostas de forma estratégica, mas através de improvisos, de maneiras não autorizadas.

#### 4. CONCLUSÕES

A atualidade do discurso das “cidades criativas” suscita dúvidas, principalmente em decorrência da sua gênese situar-se na economia. Assim, o trabalho contribui para a reflexão de ações e de mecanismos neoliberais no contexto das cidades, pois observou-se como os reais problemas dessas cidades são negligenciados. Ao investigar o conceito de cidade criativa, a pesquisa contribui para o meio científico-acadêmico, especificamente para a área de arquitetura e urbanismo, ao perscrutar como se organizam essas cidades que visam promover o desenvolvimento socioeconômico utilizando a cultura e a criatividade como artifícios. Ao que parece, um estudo a partir de documentos da Rede da Unesco ainda não foi realizado (pelo menos no Brasil), o que revela a importância das publicações sobre o tema.

A leitura da Rede a partir das cidades brasileiras permitiu discutir assuntos como: o envolvimento entre a cidade, o Estado e a economia em tempos contemporâneos; a compreensão acerca da influência da cultura e, neste caso, da criatividade como agente de transformação da imagem das cidades; a assimilação das semelhanças que as cidades possuem, mas também das diferenças enquanto integrantes de uma Rede; a captação de quais foram as estratégias realizadas para a obtenção da chancela da Unesco.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERTEAU, M. d. **A invenção do cotidiano:** 1.Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

DUXBURY, N. **Creative cities: principles and practices.** Ottawa: Canadian Policy Research Networks, 2004. Disponível em: <<http://www.cprn.org>>. Acesso em: 4 mar. 2017.

DRUMMOND, W.; SAMPAIO, A. A gaiola e o pássaro: o estado e a cultura urbana. In: PORTELA, T.; FERRAZ, F.; JACQUES, P. B. **Cadernos, PPG-AU/FAUFBA/ Universidade Federal da Bahia.** Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Salvador, ano 10, n.1, p.89-96, 2011.

LANDRY, Charles. **The creative city: a toolkit for urban innovators.** London: Comedia/Earthscan, 2000.

\_\_\_\_\_. **Origens e futuros da cidade criativa.** São Paulo: Sesi-SP, 2013.

LEFEBVRE, H. (2001). **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Faria. 5<sup>a</sup> reimpressão. São Paulo: Centauro Editora, 2015.

MAGNAVITA, P. R. Resistência criativa à Economia Criativa: processos midiáticos e a construção da subjetividade – novo paradigma ético. IN: BANDEIRA, M. G.; COSTA, L. F. (Org.). **Dimensões criativas da economia da cultura: primeiras observações**. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 11-25.

PORTELA, T. d. B. Sentidos da cultura: conceito reacionário e linhas de fuga. In: PORTELA, T.; FERRAZ, F.; JACQUES, P. B. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA/ Universidade Federal da Bahia**, Salvador, ano 10, n.1, p.115-138, 2011.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais: entre o possível & o impossível. In: NUSSBAUMER, G. M. **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: Edufba, 2007. p.139-158. (Coleção Cult).

UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento); PNUD (Unidade Especial para Cooperação Sul-Sul do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Relatório da economia criativa 2010**. ONU: 2010. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/economiacriativa/wp-content/uploads/2013/06/relatorioUNCTAD2010Port.pdf>, acesso em 31/05/2015.

### **3.8 DIAGNÓSTICO FÍSICO E URBANO DO MUNICÍPIO DE SELBACH-RS**

Juindy Braun<sup>1</sup>, Marina Aimi Pereira<sup>2</sup>; Natalia Hauenstein Eckert<sup>3</sup>

<sup>1</sup>*Universidade de Cruz Alta – [ju.indy@hotmail.com](mailto:ju.indy@hotmail.com)*

<sup>2</sup>*Universidade de Cruz Alta – [marina\\_aimi@hotmail.com](mailto:marina_aimi@hotmail.com)*

<sup>3</sup>*Universidade de Cruz Alta - [eckert@unicruz.edu.br](mailto:eckert@unicruz.edu.br)*

#### **1. INTRODUÇÃO**

O objetivo de atuação do COREDE é a discussão e decisão a respeito de políticas e ações com o intuito de aumentar o desenvolvimento regional, e objetivo a qualidade de vida da população, bem como a melhoria de vida, a estimulação do povo à permanência em sua região, e também a melhor distribuição da riqueza produzida. O funcionamento da estrutura se dá através da deliberação, em reuniões plenárias realizadas em caráter ordinário ou extraordinário, sobre temas de interesse regional. Os Conselhos Regionais exercem um papel de grande importância, tanto para a região representada como para o Governo do Estado, auxiliando na identificação das principais necessidades de atendimento referentes ao Estado e fiscalização da qualidade dos serviços prestados pelos órgãos estaduais, entre outros (COREDE SUL, 2013).

Para ilustrar um caso pertencente ao grupo de municípios do COREDE, o presente trabalho refere-se a um levantamento das condições relevantes em nível de infraestrutura, morfologia urbana, arquitetura e eventuais potencialidades para desenvolvimento e expansão do município de Selbach-RS. Este município tem sua origem através da comunidade alemã, foi emancipado em 13 de maio de 1966, e localizado na região central do Rio Grande do Sul, a 283 km da capital do Estado, Porto Alegre e atualmente é um integrante do Conselho Regional de Desenvolvimento - COREDE Alto Jacuí.

O Município de 4.929 habitantes se enquadra na temática de estudo das cidades de pequeno porte, as quais têm grande importância para a geografia brasileira, isso porque ao se analisar os pequenos centros urbanos se fazem mais compreensível o contexto de organização do espaço de um determinado país.

O objetivo deste trabalho é socializar as pesquisas e estudos desenvolvidos em termos gerais e específicos, englobando os processos de formação e desenvolvimento da cidade, heranças culturais, aspectos de vivencia e urbanização, para assim apontar as problemáticas existentes e suas possíveis soluções e prognósticos futuros.

#### **2. METODOLOGIA**

A elaboração do trabalho deu-se nos meses de setembro e outubro/2016 na disciplina de Planejamento Urbano e Regional com a finalidade de conceber

dados e informações científicas relacionados ao contexto educacional pertinente.

O desenvolvimento do trabalho seguiu na busca de dados secundários para obtenção do diagnóstico físico territorial, sobre área do município e sua população, dados geográficos gerais (aspectos hidrográficos, relevo, clima) e atividades econômicas.

Além destes levantamentos, também foram realizadas análises a respeito do sistema viário (tráfego, circulação e meios de transporte), bem como, diagnósticos urbanísticos e comunitários, morfologia urbana, articulação com outros municípios, redes de infraestrutura, equipamento públicos comunitários, patrimônio arquitetônico, urbanístico e paisagístico através de mapas, gráficos e pesquisas bibliográficas.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

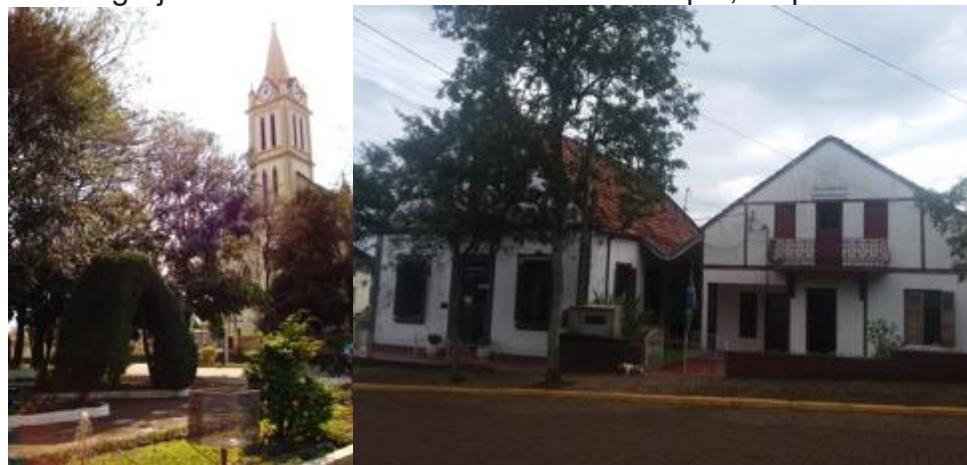
Segundo a Prefeitura Municipal de Selbach (PMS), na época de 1897 até 1915, surgiram no município de Carazinho, núcleos agrícolas atraídos pelas suas férteis terras, naquele período, como a agricultura estava relegada a plano secundário, devido à extinção da escravatura e a implantação da pecuária, a república passou a importar gêneros alimentícios de onde havia condições de produção. Assim, a Revolução Federalista em 1893 agravou a situação, onde a insegurança pessoal e o abandono das fazendas contribuíram para paralisar ainda mais a vida rural, e com isso, os latifúndios improdutivos foram vendidos pelos estancieiros a companhias colonizadoras ou a particulares. Este último foi o caso de Selbach, cujas terras foram adquiridas em 1897, do Governo Federal, pelo Coronel Jacob Selbach Junior, que passou a controlar e selecionar os compradores dos lotes sob três exigências: ser agricultor (colono), ser católico e preferencialmente ser alemão (PMS, 2016).

No dia 22 de setembro de 1965, foi criado o Município de Selbach, em 13 de maio de 1966 foi oficialmente instalado o Município e nomeado o seu primeiro administrador, o Senhor Benno Ely como interventor Federal e em homenagem ao colonizador Coronel Jacob Selbach Junior, o município recebeu a denominação histórica e política de Selbach (PMS, 2016).

O município consagrou-se nos anos de 1925 a 1950, sendo conhecido como o “maravilhoso mundo da Madeira”, posteriormente veio a criação de suínos estendendo-se a criação de gado leiteiro, porém a plantação de soja e trigo mudou a economia do município, tornando a agricultura mecanizada o principal meio de subsistência econômica do município ao longo dos anos. Hoje, as pequenas indústrias já fazem parte da economia do município como o comércio e as pequenas empresas (PMS, 2016).

A arquitetura, de grande influência alemã, traz expressivas e importantes edificações históricas como a Igreja Matriz São Tiago, construída em 1928 (figura 1), a Biblioteca Municipal de Selbach e o Museu Municipal Olindo Feldkircher, prédio tombado como patrimônio histórico do município pela sua história e arquitetura típica alemã, dotado no ano de 1931 (figura 2) e A Casa Urban e Mini Parque Encantado Rota das Terras Encantadas (2005).

Figura 1 e 2 - Igreja Matriz e Biblioteca e Museu Municipal, respectivamente



Fonte: Google Earth, 2016

Selbach faz limite, ao norte, com o município de Colorado, a sul com Alto Alegre e Espumoso, a leste com Tapera e Lagoa dos Três Cantos e a oeste com Ibirubá e Quinze de Novembro. A cidade dispõe de 178Km<sup>2</sup> de área total, sendo 0,75 km<sup>2</sup> a zona urbana e 177,25 km<sup>2</sup> a zona rural. O relevo é planáltico com ondulações suaves, sendo que toda a área é explorada, na mecanização agrícola e/ou gado leiteiro e o clima do Município é subtropical úmido, tendo verões quentes e invernos frios (IBGE, 2016)

Na figura a baixo, está ilustrada a localização do município de Selbach no Estado do Rio Grande do Sul.

Figura 3 – Localização do município



Fonte: Wikipédia 2017.

Quanto a relação do município com o entorno, Selbach está a 15 km de Ibirubá, que tem acesso pela RS-223 à oeste, 13,4 km de Colorado pela RS-402 ao norte e 8 km de Tapera, também pela RS-223, porém à leste (Google Earth 2016). As principais vias são a Avenida Jacuí (figura 4), que atravessa toda a cidade, desde o acesso pela RS-223 até os limites da cidade, de norte a sul, e a rua Alfredo Maldaner, que atravessa a cidade de leste a oeste.

Figura 4 – Principal via do município – Avenida Jacui



Fonte: Google imagens, 2016

O município pertence à Bacia Hidrográfica do Alto Jacuí, Região Hidrográfica do Guaíba. O Rio Colorado, apesar de não ter sua nascente nos limites do município, é responsável por mais ou menos 70% da sua drenagem do territorial (PMS,2016).

A cultura do município, de origem alemã, é forte e expressiva, busca conservar em grande parte suas tradições. O município é bem servido de escolas de ensino básico, onde todas as crianças têm acesso à mesma de forma gratuita. As unidades de saúde apresentam boas condições de atendimento e uso desde o nascimento até a melhor idade.

### Infraestrutura

O município de Selbach é conhecido com a cidade das flores, uma importante herança cultural de seus colonizadores que sempre trataram com esmero a jardinagem. A cidade é contemplada por passeios bem arborizados e sistemas viários de boa qualidade, com grande parte das vias pavimentadas.

Figuras 5 e 6 – Praça Central e Av. Vinte e Cinco de julho, respectivamente



Fonte: Google imagens, 2016

Com base nos dados pesquisados nota-se que em relação aos domicílios com acesso à água, as residências urbanas possuíam maior número

de acesso a água através da rede geral, sendo este de 1097 domicílios, já nos imóveis rurais o maior número é de poços ou nascentes, onde 198 domicílios são abastecidos. Além disso, 145 domicílios urbanos e 350 rurais se abastecem de outra forma, gerando um total de 1251 domicílios urbanos e 574 rurais pesquisados. (FEE, 2000)

Em relação ao destino do lixo percebe-se que no período entre os anos 2000, a maioria do lixo produzido na zona urbana possuía coleta comum, um número considerável de lixo sendo queimado e a inexistência de lixo sendo jogado. Já na zona rural a forma predominante de destino do lixo é a queima e o aterro (FEE, 2000)

No que diz respeito ao esgotamento sanitário nota-se que um pequeno número de domicílios que possui esgotamento por rede geral de esgoto, um grande número com utilização de fossa rudimentar e ainda existe a utilização de rios e lagos para escoamento sanitário.

Foram analisados, nos anos de 2000, 2004 e 2008 o consumo de energia elétrica nas áreas comercial, industrial, residencial, rural e o setor público, e de acordo com os dados a área em que mais foi consumida energia elétrica foi a área residencial, que em 2008 alcançou 1254 MKW, seguido pela área industrial, em seguida área rural, após a área comercial e por último o setor público. (FEE, 2000) A distribuição da energia elétrica na área urbana é feita pela empresa Eletrocar e na área rural e industrial pela Coprel.

Os meios de transporte nos anos de 2005 e 2008, de acordo com dados do DETRAN (2009), eram de 234 caminhões, 1414 carros e 212 motocicletas em 2005, já em 2008 percorriam pelas estradas do município 214 caminhões, 1468 carros e 244 motocicletas, percebendo um aumento de carros, mas sem grandes variações. A frota de coletivos urbanos em 2008 era de 24 veículos.

Dentre os aspectos ligados à infraestrutura urbana está o déficit de planejamento urbano, no que diz respeito ao saneamento básico e a coleta seletiva de lixo, a rede de energia elétrica, que não oferece condições adequadas de funcionamento para uso industrial e o sinal de internet apresenta oscilações.

A cidade não apresenta escolas a nível técnico e superior, nem cursos profissionalizantes, o que dificulta o encontro de recursos humanos em serviços, não oferecendo assim mão-de-obra qualidade para o mercado de trabalho – geração de empregos e renda.

Como prioridades de investimento foi elencado alguns itens como o saneamento, onde o município carece de tratamento de esgoto, destinação correta do lixo, qualidade de água e a elaboração de um Plano Diretor. Já o agronegócio e a agroindústria precisam de investimentos em capacitação e tecnologia. E além disso, a educação pede cursos técnicos e profissionalizantes, bem como estrutura física para estes.

#### 4. CONCLUSÕES

Selbach está situado em uma região de grande desenvolvimento dos setores do agronegócio e da agroindústria, favorecido, principalmente, pelas férteis terras e pela localização geográfica, que conta com a ligação pela BR 223, drenagem de 70% das terras pelo Rio Colorado, além da ocorrência de dois aquíferos em seu subsolo, contribuindo para a economia do mesmo.

Com base nos dados e análises, se percebe o progresso do município com o decorrer dos anos, desde o início de sua colonização até os dias atuais, compreendendo suas dificuldades e características marcantes de urbanização e desenvolvimento.

Todas as medidas e estratégias apontadas no decorrer do trabalho foram pensadas e orientadas a partir de análises de dados reais, a fim de trazer sugestões de investimento que possam trazer crescimento para Selbach, pensando no desenvolvimento humano, urbano e econômico do mesmo.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**COREDE SUL. Conselho Regional de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul.** Acessado em 25 de set. de 2016. Online. Disponível em:  
<http://www.coredesul.org.br/Pagina/9/O-QUE-SAO-E-COMO-FUNCIONAM-OS-COREDES-%96RS>

**DETTRAN. Departamento Estadual de Trânsito.** Acessado em 22 de set. de 2016. Online. Disponível em: <http://www.detran.rs.gov.br/>.

**Fundação de Economia e Estatística - FEE.** Acessado em 29 de set. de 2016. Online. Disponível em:  
<http://www.fee.rs.gov.br/perfilsocioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Selbach>.

**Google Earth 2016.** Acessado em 25 de set. de 2016.

**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.** Acessado em 25 de set. de 2016. Online. Disponível em:  
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/selbach/panorama>.

**Prefeitura Municipal de Selbach (PMS).** Acessado em 29 de set. de 2016. Online. Disponível em: <http://www.selbach.rs.gov.br/>

**Relatório do COREDE.** Acessado em 02 de out. de 2016. Online. Disponível em:  
<http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/LinkClick.aspx?fileticket=l8irerlhIP0%3D&tabid=5363&mid=7972>.

Wikipédia. **A enciclopédia Livre**. Acessado em 02 de out. de 2016. Online. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Selbach>.

### **3.9 DIREITO Á CIDADE E MOBILIDADE URBANA NA CONTEMPORANEIDADE**

Francieli Boito<sup>1</sup>; Everton Gabriel Bortoletti<sup>2</sup>; Cláudio Machado Maia<sup>3</sup>; Lidia Cruzetta Monteiro<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó).

E-mail: francieliboito@unochapeco.edu.br

<sup>2</sup> Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó).

E-mail: everton.bortoletti@unochapeco.edu.br

<sup>3</sup> Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó).

E-mail claudiomaia.dr@hotmail.com

<sup>4</sup> Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó).

E-mail: lidia.monteiro@unochapeco.edu.br

#### **1. INTRODUÇÃO**

Entender os aspectos da mobilidade urbana o e direito á cidade é um dos grandes dilemas do mundo atual, tendo em vista, o contexto que vivemos e as mudanças que ocorrem frequentemente, tanto no que se refere as influências do poder público, quanto a própria estrutura dinamismo e desenvolvimento que acabam transformando o contexto local.

Assim sendo, a cidade tende a se modifica com o passar do tempo, “o urbano persiste no estado de atualidade dispersa e alienada, de embrião de virtualidade. Impossível considerar a hipótese de reconstituição de cidade antiga” pois, novos conceitos, o desenvolvimento e crescimento econômico assim como a globalização causam ruptura e passam a moldar a cidade conforme a necessidade de mudança. Logo, “é possível apenas encarar a construção de uma cidade nova, sobre novas bases, numa outra escala, em outras condições, numa outra sociedade. No que diz respeito à cidade o objeto da ciência não está determinado, o passado o presente, o possível não se separam” (LEFEBVRE, 2001 p.104).

Para tanto é a partir desses pressupostos que o estudo pretende compreender a mobilidade urbana no contexto do direito á cidade. Faz-se necessário ainda, verificar a importância do planejamento urbano para a estruturação das cidades de modo que, possa proporcionar maior comodidade, fácil deslocamento e bem estar aos usuários.

Diante disso, entende-se que o referido estudo enquadra-se na área temática da teoria urbana por se tratar de um tema que aborda questões de desenvolvimento e planejamento urbano, além de ser um assunto relevante e atual no que tange as temáticas de desenvolvimento regional.

## 2. METODOLOGIA

O presente escrito resulta de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, baseada no método dedutivo.

Entende-se que é por meio da fundamentação bibliográfica que buscar-se-á as respostas para o tema estudado, esclarecendo assim os fatos relatados e a análise da determinada realidade.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho dedicou-se a apresentar um estudo sobre a mobilidade urbana e o direito à cidade na contemporaneidade, com o objetivo de verificar a importância do planejamento urbano para a estruturação das cidades de modo que, possa proporcionar maior comodidade, fácil deslocamento e bem estar aos usuários.

Entende-se, no entanto que a cidade é o objeto de estudo e pesquisa dos historiadores, dos economistas, dos demógrafos, dos sociólogos. Cada uma dessas especialidades traz sua contribuição para uma ciência da cidade. Já foi constatado e verificado que a história permite elucidar a gênese da cidade e, sobretudo discernir melhor que qualquer outra ciência a problemática da sociedade urbana (LEFEBVRE, 2001 p.37).

Nota-se que os especialistas que estudam a realidade urbana quase sempre introduzem uma representação global. “[...] na maioria das vezes concebem a cidade (e a sociedade) como um organismo”. Os historiadores frequentemente associam a uma ‘evolução’ ou a um ‘desenvolvimento histórico’. São concebidas pelos sociólogos como um ‘ser coletivo’ como um “organismo social” (LEFEBVRE, 2001 p.38).

O direito à cidade se afirma como um apelo, como uma exigência. Através de surpreendentes desvios- a nostalgia o turismo o retorno para o coração da cidade, o apelo das centralidades existentes ou recentemente elaboradas esse direito caminha lentamente (LEFEBVRE, 2001 p.116).

Assim sendo, o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno à cidade. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada.

No entanto, nesse contexto e com as mudanças que vivemos atualmente, as cidades tende a se modificar, se reestruturar para atender as necessidades e demandas que a contemporaneidade traz, juntamente com o crescimento econômico e o desenvolvimento regional. Nota-se, que para atender essas mudanças e garantir um ambiente adequado com um espaço urbanístico ideal faz-se necessário um planejamento urbano que abranja a mobilidade urbana como ponto essencial.

Contudo, para que haja compreensão analítica da mobilidade urbana, nos dias atuais é necessário partir de pressupostos oriundos do planejamento urbano. O planejamento é um elemento fundamental para compreender a produção e organização do espaço urbano, pois ele expressa os interesses dos

segmentos coexistentes na cidade e pode justificar ou não a ação deles. (CORRÊA, 2005, p. 12).

Para tanto, o planejamento apesar de ser uma possibilidade de alcance da justiça social na cidade é apresentado de forma a facilitar as ações que não contribuem com o alcance da mesma, possibilitando práticas divergentes de algumas determinações presentes na redação das leis que o regem. (CRUZ, 2011 p.83).

Neste sentido, Souza (2010, p.75) afirma que o planejamento remete ao futuro, significa tentar simular os desdobramentos de um processo, no intuito de precaver-se dos problemas e de aproveitar da melhor forma os benefícios, por isso é importante distinguir planejamento e gestão. Estas são ferramentas imprescindíveis para a promoção do desenvolvimento sócio espacial, cuja expressão se dá a partir da “(...) melhoria de vida e um aumento da justiça social”.

Entende-se, portanto, que um planejamento urbano que visualize o futuro da cidade, atenderá as necessidades que uma mobilidade urbana adequada exige além de respeitar o direito à cidade a cada usuário, pois todos os indivíduos têm direito de usufruir dos espaços urbanos de maneira que possam proporcionar comodidade, fácil deslocamento, e bem estar.

#### 4. CONCLUSÕES

Em suma os resultados encontrados até o momento evidenciam a importância de um planejamento urbano que atenda as necessidades e as mudanças do mundo contemporâneo, e que proporcione uma estrutura e uma mobilidade urbana adequada a população.

Ressalta-se ainda, que a pesquisa encontra-se em andamento e os resultados são preliminares e podem ser modificados.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.

CRUZ, Dayana Aparecida. **As Faces do Planejamento Urbano**. Mundo do Trabalho. Revista Pegada – vol. 12 n.2. p. 81-94. Presidente Prudente, SP. 2011.

LEFEBVRE, Hery. **O direito á cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001

SOUZA, Marcelo L. de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

### **3.10 FATORES QUE INFLUENCIAM O USO DO ESPAÇO PÚBLICO**

**Kaila Mendes Araujo Lima<sup>1</sup>**

*<sup>1</sup>Universidade de Fortaleza – UNIFOR – kaila\_lima@yahoo.com*

#### **1. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho aborda a perspectiva do que representa o espaço público e os fatores que influenciam seu uso pela população. Embora os espaços públicos já não possuam o mesmo papel dos tempos antigos, estes ainda são representativos da vida urbana, e são os únicos lugares onde a vida coletiva, sem distinção de raça e classe social, permanece inalterada (GATTI, 2013). Os espaços públicos ocupam um status de fundamental importância, não apenas no traçado da cidade, mas na vida afetiva e social de seus cidadãos. Para tanto, a qualidade física do espaço urbano é fundamental. Planejamento e projetos são capazes de influenciar o alcance e inclusive o modo de como se ocupa e o que neles se faz (GEHL, 2014). É, em si mesmo, uma vinculação relevante o fato de tanto o costume quanto a intensidade de vida urbana ser dramaticamente influenciado pela qualidade do espaço público.

“A qualidade de vida de uma cidade é, e sempre será, medida pela dimensão da vida coletiva que é expressa nos seus espaços públicos dispostos democraticamente pela cidade, seja no parque, na praça, na praia ou mesmo na rua” (GATTI, 2013, p.15).

Buscando encontrar o que, e como se pode influenciar o uso dos espaços públicos da cidade, objetivou-se, nessa pesquisa, elencar os fatores encontrados na literatura técnica sobre o assunto. Objetivou-se mais ainda, descrever a importância de cada fator, descrevendo como e de que forma este representa importância e influência no uso do espaço público.

#### **2. METODOLOGIA**

Foi realizado um levantamento bibliográfico a respeito da temática, reunindo conceitos e discussões levantadas pelos autores adotados. A pesquisa, que tem o cunho explicativo, buscou encontrar na literatura técnica existente, as razões da usabilidade dos espaços públicos, auxiliar na compreensão dos problemas e na identificação dos erros recorrentes, tornando-se possível elencarem-se os fatores identificados que mais influenciam o uso dos espaços públicos.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espaços públicos existem em todas as cidades do mundo, cada qual com suas características, conforme o traçado urbano de seu contexto. São os responsáveis por acolherem as pessoas, a coletividade, precisamente por consistirem nos vazios diante da complexa dinâmica da cidade. Neles, desde a origem das primeiras cidades, os reflexos das necessidades da sociedade e suas relações são elucidados (MELO, 2014).

A noção de cidade viva é geralmente vinculada à alta densidade construída. Entretanto, a vida e movimentação da cidade, ou seja, densidade humana, não surgem de forma espontânea, puramente como resposta à alta densidade. A densidade construída, por si, não gera, necessariamente, vida humana nas ruas, na cidade (WHYTE, 2012). Pelo mundo, são inúmeros os casos de espaços públicos ruins e que não funcionam, apesar de estarem inseridos em contextos de alta densidade de edificações. É indispensável uma combinação de densidade populacional razoável, com uma estrutura urbana convidativa ao pedestre e espaços públicos bons que as pessoas possam e queiram usar.

Para o espaço público ser utilizado pela população, outro fator muito importante é a sua qualidade física. Nesse sentido, planejamento e projetos tem papel fundamental e influenciam o alcance e o caráter das atividades ao ar livre. É necessário compreender a dinâmica da cidade e a vida das pessoas no cotidiano, a fim de que as necessidades e as aspirações dos usuários possam estar representadas nos espaços públicos projetados, para assim, serem de fato utilizados.

A mais simples das comodidades, um lugar para sentar, é, de longe, o elemento mais importante no uso das praças analisadas (FRANCIS e MARCUS, 1998). Permanecer parado, em pé é, tipicamente, uma atividade de curta duração. Quando se intenciona ficar em um local, é preciso encontrar um bom lugar para ficar, e sentar. A quantidade de lugar para sentar, muito além da qualidade em si do mobiliário, aparenta ser um dos pontos mais cruciais para permitir que as pessoas permaneçam nos espaços públicos. Afinal, as pessoas tendem a sentar onde for possível: em bancos, muretas, jardineiras, canteiros, quase em qualquer lugar entre uma altura de trinta a noventa centímetros (WHYTE, 2012). O espaço de permanência, sem dúvida, é o que atrai as pessoas, mas o espaço para sentar é certamente um pré-requisito. "As fontes mais atraentes, os projetos mais impressionantes, não podem induzir as pessoas a ficarem, se não houver um lugar para sentar" (Whyte, 2012, p.28).

O ideal é que as pessoas possam sentar de forma confortável. Entretanto, mais que bancos com encostos ou cadeiras bem ergonômicas, elas precisam que seja socialmente confortável (WHYTE, 2012). Isso significa oferecer escolha: sentar-se sozinho, em grupo, de frente para a rua, ao sol, na sombra. Essa gama de escolhas deve ser contemplada em projeto, maximizando as possibilidades e tornando "sentável" as superfícies planas projetadas.

Outro aspecto relevante para viabilizar o uso dos espaços públicos é o conforto. A questão do conforto perpassa sensações que permeiam a

sensação térmica, acústica, de poluição, de iluminação, inclusive de segurança. Sem dúvida, o clima é um dos fatores mais determinantes para se promover atividades ao ar livre, e assim, a vitalidade nos espaços públicos. Reduz-se significativamente, quando não se torna de fato inviável, a permanência das pessoas em lugares desprotegidos e abertos, tanto em situações de extremo frio ou calor, ou de chuva intensa. A sensação de bem-estar em qualquer lugar transcorre pela influência do clima. Poucos outros fatores tem tanta relevância quanto a meteorologia, para quem vai passear pela cidade (GEHL, 2014).

O projeto de iluminação deve ser realizado de maneira a possibilitar a ampla visão do espaço para o uso noturno, evitando a criação de zonas de penumbra, para facilitar a vigilância e promover o sentimento de segurança (ÁGUAS; BRANDÃO; CARRELO, 2002). As copas de árvores e vegetação arbustiva densa não devem ficar abaixo da projeção de luz, impedindo que a mesma alcance o solo. Uma iluminação homogênea e generosa confere ao espaço qualidade, sensação de vida e segurança, tornando viável o uso do espaço público também durante a noite (BAPTISTA, 2015).

Sentir-se seguro é decisivo para que as pessoas adotem o espaço público, de dia ou de noite. “Em geral, as próprias pessoas tornam a cidade mais convidativa e segura, seja em termos de segurança percebida ou vivenciada.” (Gehl, 2014, p.91) A presença de pessoas, como já foi anteriormente comentado, reforça a sensação de que um lugar é considerado bom, tornando-o também mais seguro por haver mais “olhos na rua”, mais “testemunhas” (JACOBS, 2000). A segurança é, portanto, pré-requisito para que os espaços de uma cidade funcionem.

A forma de um espaço e dos equipamentos nele implantados deve ter em consideração para além do conforto e segurança, também a acessibilidade. Os espaços públicos devem ser acessíveis, física e socialmente a todos os grupos da população. Adotar as ferramentas do desenho universal significa responder às mais diversas e múltiplas necessidades físicas de todos os grupos de pessoas e idades, permitindo mobilidade e condições de usufruto igual. Não é somente sob o aspecto físico que interessa equacionar a acessibilidade, uma vez que esta demanda também se revela no plano social (ÁGUAS; BRANDÃO; CARRELO, 2002).

“A palavra “público” indica que os locais que concretizam esse espaço são abertos e acessíveis, sem exceção, a todas as pessoas” (Alex, 2008, p.19). Portanto, para além da delimitação jurídica do que é privado para o que não é, o público incorpora um significado de acesso livre, pressupõe liberdade e igualdade, e para isso, deve permitir e favorecer a copresença de diferentes grupos sociais no espaço (ALEX, 2008).

Quando se fala em espaço público de excelência, logo se remete às praças antigas da Europa. Espaços que continuam a desempenhar um papel fundamental na dinâmica de suas cidades. Um dos fatores que colaboram com isso é a questão, mais uma vez, da escala humana. As praças raramente são maiores que 10.000m<sup>2</sup>, sendo que a maioria tem entre 6.000 a 8.000m<sup>2</sup> (GEHL, 2014). Observando as dimensões, constata-se que são raras as distâncias maiores que 100 metros, e as distâncias mais comuns vão de 80 a

90m. Dimensão confortável que coincide com o campo de visão social humano que também é de cerca de 100 metros (GEHL, 2014). Numa praça desse tamanho, é possível observar todas as atividades, permitindo que se fique em um canto e se tenha uma visão geral do que acontece no espaço, inclusive de reconhecer as pessoas que ali estão. Dentro de uma extensão de 25m é possível detectar detalhes e expressões faciais, então não surpreende o fato de dimensões como estas serem tão agradáveis de serem vivenciadas, pois oferecem a possibilidade da visão geral e da percepção do detalhe (GEHL, 2014).

Em estudos desenvolvidos por Sun Alex (2008), essa noção identificada por Ghel é percebida, e demonstra que as praças em São Paulo, que apresentaram intenso uso social, tem tamanho relativamente pequeno, similares às dimensões relatadas. O tamanho de uma praça, ou de um subespaço dela, nunca deve ser tão pequeno que crie a sensação que se está invadindo a privacidade de alguém que lá esteja, nem tão grande que se sinta intimidado com a solidão da vastidão (FRANCIS e MARCUS, 1998). É importante desenvolver um espaço onde o indivíduo sinta-se parte integrante dele.

Outro aspecto comum às praças bem usadas, muitas vezes é a presença de atividades comerciais (WHYTE, 2012). Estas podem atrair pessoas, estimular a permanência, criar interesse e dinamismo ao passeio, além de promover uma conexão entre a esfera edificada privada, com o espaço externo público, através das chamadas “fachadas ativas” (GEHL, 2014). Elas são justamente as vitrines das lojas, que criam interesse e algo a ser visto e apreciado. “É o local onde a cidade encontra as edificações.” (Gehl, 2014, p.75)

A promoção de atividades comerciais em espaços públicos, através de feiras de design, de artesanato, de comidas tem sido cada vez mais constante, estimulando o uso do espaço público e aumentando a percepção desses espaços. Isso atrai famílias, pessoas de diferentes idades para utilizarem o espaço em momentos de lazer, principalmente nos finais de semana, reanimando alguns espaços da cidade.

Outro aspecto importante, identificado nas pesquisas realizadas, é a integração com o entorno, através do nivelamento do espaço público com a rua e continuidade dos acessos de pedestres. Espaços públicos que se encontram acima do nível da rua, ou mesmo abaixo, em geral não são tão utilizados, pois essa barreira de nível acaba por representar um impedimento físico em seu acesso, não convidando o transeunte a adentrar o espaço com a mesma facilidade que um no mesmo nível (FRANCIS e MARCUS, 1998). Esse desnível também apresenta uma maior dificuldade de visibilidade do espaço público, e, portanto cria insegurança no usuário, ao não conseguir avistar o local todo e, portanto também não ser totalmente visto (ALEX, 2008).

#### **4. CONCLUSÕES**

Diante do exposto, torna-se evidente que muitos fatores, tanto concretos e subjetivos, são efetivamente capazes de influenciar o uso de espaços

públicos. Todos, de responsabilidade de quem pensa e projeta esses espaços, pois devem ser contemplados na concepção ou remodelação dos mesmos.

Aqui o resumo dos principais fatores percebidos como de suma importância:

- Escala humana;
- Densidade construída;
- Caminhabilidade (*walkability*);
- Oferta e qualidade do mobiliário, em especial e prioritariamente os lugares para sentar;
- Conforto;
- Verde, natureza;
- Segurança;
- Acessibilidade;
- Presença de comércio;
- Integração com o entorno;
- Atratividade, que se comprehende o que tem pra ser visto e experimentado no lugar, tanto construído como ambientalmente, socialmente, sendo a mais importante das atrações, a presença das próprias pessoas.

Compreende-se o espaço público não apenas como espaço físico, mas também a vivência e funções que este possibilita. Como relata o estudioso William Whyte, “projetar espaços bons não é mais difícil que projetar espaços ruins”. Em síntese, ao contrário da maioria dos dogmas de “bom projeto” defendidos por arquitetos, que por vezes priorizam a estética, se verificou através da pesquisa bibliográfica que, mais do que forma, tamanho ou design, o sucesso e a vida do espaço público é determinado pelo acesso e pelas opções de lugares para sentar, onde a maior atração são as pessoas.

A vida no espaço público resulta de uma série de fatores, que irão se relacionar com o quanto existe para se ver e experimentar, sendo o movimento de pessoas um de seus maiores espetáculos.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁGUAS, Sofia; BRANDÃO, Pedro; CARRELO, Miguel. **O chão da cidade – Guia de avaliação do design de espaço público.** Lisboa: Centro Português de Design, 2002.

ALEX, Sun. Projeto da praça – **Convívio e exclusão no espaço público.** São Paulo: Editora Senac, 2008.

BAPTISTA, Izabela Brettas. **Os 12 critérios de qualidade propostos por Jan Gehl identificados em elementos de configuração espacial: análise crítica e repropósito.** 1º Congresso Internacional Espaço Público, PUC RS: 2015.

GATTI, Simone. **Espaços Públicos. Diagnóstico e metodologia de projeto.** São Paulo: ABCP, Programa Soluções para Cidades, 2013.

GEHL, Jan. **Novos espaços urbanos.** Copenhague: The Danish Architectural Press, 2001.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas.** São Paulo: Editora perspectiva, 2014.  
JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades.** São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2000.

MARCUS, Clair C; FRANCIS Carolyn. **People Places: Design Guidelines for Urban Open Space.** Canada: John Wiley & Sons Ink, 1998.

MELO, Hugo João. **Pensar a cidade para as pessoas: A potencialidade do espaço público enquanto promotor de relações sociais.** 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Curso Arquitetura e Urbanismo - Universidade do Porto.

WHYTE, William H. **The social life of small urban spaces.** New York: Project for public spaces, 2012.

### **3.11 FRONTEIRAS ENTRE EMPIRISMO E TECNOLOGIA NO PLANEJAMENTO URBANO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL**

Alexandre Pereira Santos<sup>1</sup>

<sup>1</sup>*Universidade do Vale do Taquari – alexandre.pereira.arq@gmail.com*

#### **1. INTRODUÇÃO**

O planejamento urbano no país, enquanto práxis e em sua reflexão acadêmica, aparenta ter dois momentos recentes de importância. O primeiro, marcado pela efetivação dos artigos nº182 e 183 da Constituição Federal de 1988 e da promulgação do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), inaugurava um caminho focado no planejamento técnico e institucionalizado articulado a um sistema de gestão baseado na representação direta dos interesses da sociedade em defesa da chamada “função social da propriedade urbana”.

Esta fase, que legou à nação centenas de planos diretores, elaborados entre 2005 e 2007, além de uma miríade de conselhos municipais, estaduais e federais. Esta etapa foi encerrada com a primeira década do Estatuto. Neste período, para avaliar os efeitos da vigência destes anos, a produção acadêmica nacional aportou revisões acerca da aplicação dos seus instrumentos e dos seus efeitos ante a promoção do Direito à Cidade. Estas investigações expuseram formalismo jurídico e pouco efeito mensurável sobre a desigual realidade brasileira, sendo notória a falha na gestão da propriedade privada, seja pela disciplina (com instrumentos como IPTU progressivo), ou pelo incentivo (através da Outorga Onerosa ao Direito de Construir) (Santos-Júnior *et al.*, 2011).

Coroando o fim desta primeira fase, programas federais distribuíram investimentos em todo o território nacional de forma descompromissada com o sistema de planejamento estabelecido, retornando à execução da infraestrutura urbana e da moradia popular ao oportunismo casuista de períodos anteriores à democracia (Ferreira, 2012). Estes investimentos tiveram um ciclo com final espetacular durante a realização dos mega-eventos em território nacional, com a Copa FIFA de futebol e as Olimpíadas, para os quais aparentemente não bastou ignorar o planejamento, mas ressuscitaram velhos fantasmas da expulsão de populações pobres para periferias, concentração de investimentos públicos em localizações já privilegiadas, exacerbando contradições internas às cidades (Rovati e Oliveira, de, 2016).

O momento atual se desenvolve, não obstante, em velocidade e com ímpeto. No momento em que dezenas de planos diretores devem ser revisados, dada a sua primeira década de vigência após o Estatuto da Cidade, municípios de todo o país buscam os meios de compreender sua realidade já dentro de um período em que tiveram planejamento territorial vigente, alguns pela primeira oportunidade em sua história. O que este trabalho busca questionar e debater é que métodos ou práticas de planejamento podem ser implementadas neste contexto.

## 2. METODOLOGIA

Para abordar este tema, o trabalho busca comparar os métodos de participação e mapeamento aplicado em três exemplos de formulação de planos urbanos pós-estatuto da cidade. Os casos analisados servirão para reflexão sobre possibilidades de integração de empiria, focada no levantamento de informações primárias junto à população; com o mapeamento sistemático através de ferramentas de geoprocessamento.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

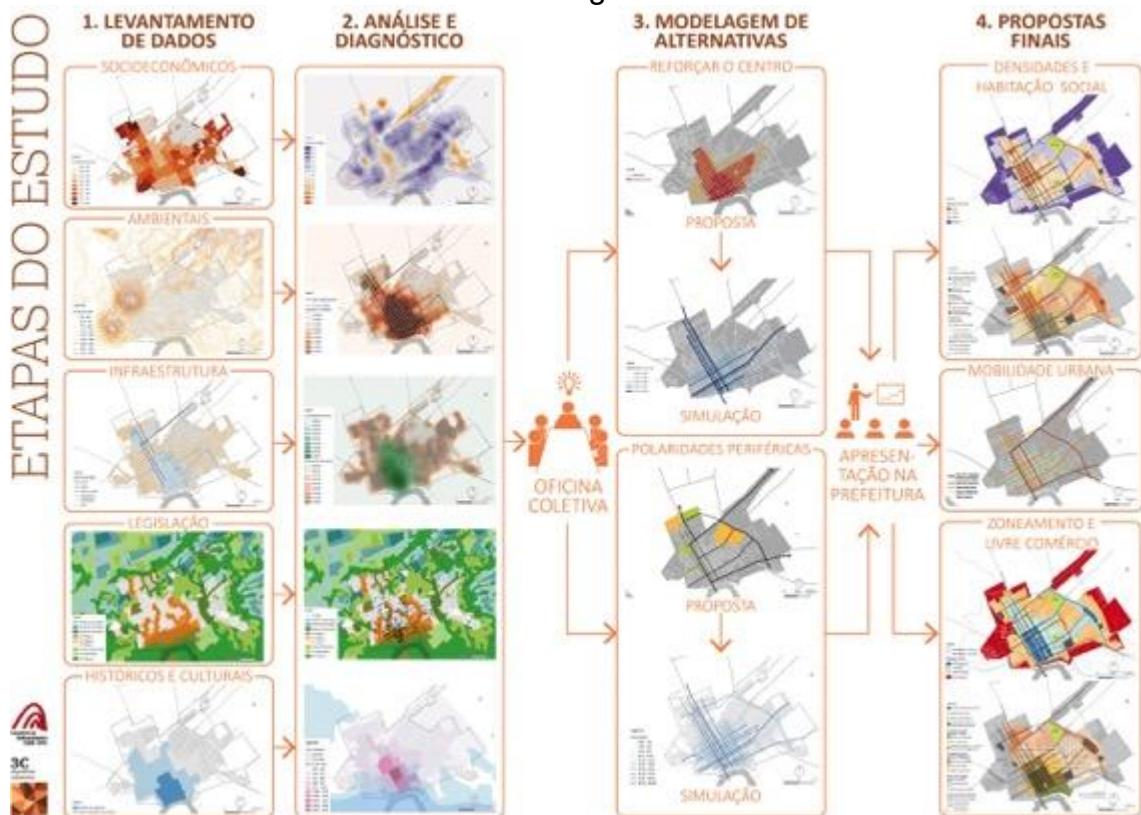
Considerando, de um lado, a descrença no processo político democrático e o desgaste dos conselhos municipais; e, de outro, a necessidade ainda percebida por diversos gestores de planejar o desenvolvimento territorial, observa-se um contexto novo no qual, sugerimos, a técnica do planejamento e a tecnologia geoespacial podem prover acesso à informação de forma inédita, contando não só com meios de processamento e análise, mas com conjuntos de dados globais ou locais que permitem observar a realidade de forma criteriosa e apoiar à decisão, seja esta qual for. De outro lado, percebe-se herança do planejamento participativo, apesar do contexto político geral ser de outro tom. Associações locais, grupos civis de interesse específico, projetos artísticos, comunidades originárias e outras formas de organização social populam as redes sociais, de forma digital, ou através da ocupação dos espaços e símbolos públicos.

Gostaríamos de considerar, portanto, se haveria um nó comum a estas duas vertentes: o empirismo da demanda direta, manifesta por interessados ou observada pelos planejadores direta ou indiretamente; e a tecnologia da informação espacial, com análise e processamento multiescalar e mesmo multi-temporal de camadas, aspectos e recortes da realidade de forma crescentemente dinâmica.

No caso de Jaguarão, as técnicas aplicadas partiram de um conjunto de informações geográficas vasto, que, processado em ferramentas de geoprocessamento, permitiu a elaboração de hipóteses sobre a adequação de parcelas específicas do território municipal a novas atividades comerciais (especialmente Zonas de Livre Comércio) e incremento das densidades residenciais (com destaque para áreas de interesse municipal para a produção de Habitação Social).

Conforme demonstra a Figura 1, abaixo, este método foi então complementado por etapas que alteraram a avaliação direta das observações e propostas pela população e técnicos municipais, assim como atividades de grupo realizadas para elencar hierarquia de critérios, com etapas modelagem computacional com finalidades analíticas, de elaboração de alternativas e de calibração das propostas elaboradas. O método permitiu avanços ante a métodos tradicionais de planejamento sob três aspectos: a) aumento da extensão e diversidade de temas para o diagnóstico; b) elaboração de cenários para tomada de decisão; e c) possibilidade de avaliação, em pormenor, das propostas elaboradas, permitindo sua calibração (Dalcin *et al.*, 2017).

Figura 1: Etapas de desenvolvimento do estudo para diretrizes para o Plano Diretor de Jaguarão/RS.



Outro caso se constitui no apoio à produção habitacional realizado durante a elaboração dos Planos de Habitação, como exemplo das políticas setoriais implementadas em temas como saneamento público e meio ambiente. A elaboração dos PLHIS marcou o primeiro esforço de construção de políticas públicas setoriais explícitas, que orientassem a gestão pública ao redor de metas e objetivos observáveis e mensuráveis. Encontraram, no entanto, enormes resistências na institucionalidade brasileira, onde os investimentos públicos são utilizados comumente como moeda de troca entre as articulações políticas ou diretamente à compra de favores (Arantes, Vainer e Maricato, 2000; Santos-Júnior *et al.*, 2011). Neste sentido, o aspecto programático dos planos de habitação não se mostrou interessante às administrações municipais, apesar de originar-se de demanda dos movimentos sociais organizados. Argumenta-se, portanto, que o aspecto mais efetivo dos PLHIS tomou forma nos diagnósticos realizados, uma vez que propiciavam, ambiente fértil para discussão ao redor do direito à cidade e à moradia, de um lado; mas de outro também proviam avaliação ambiental e antrópica sistemática dos municípios, em muitos casos inédita (Santos, Silva e Vargas, 2011).

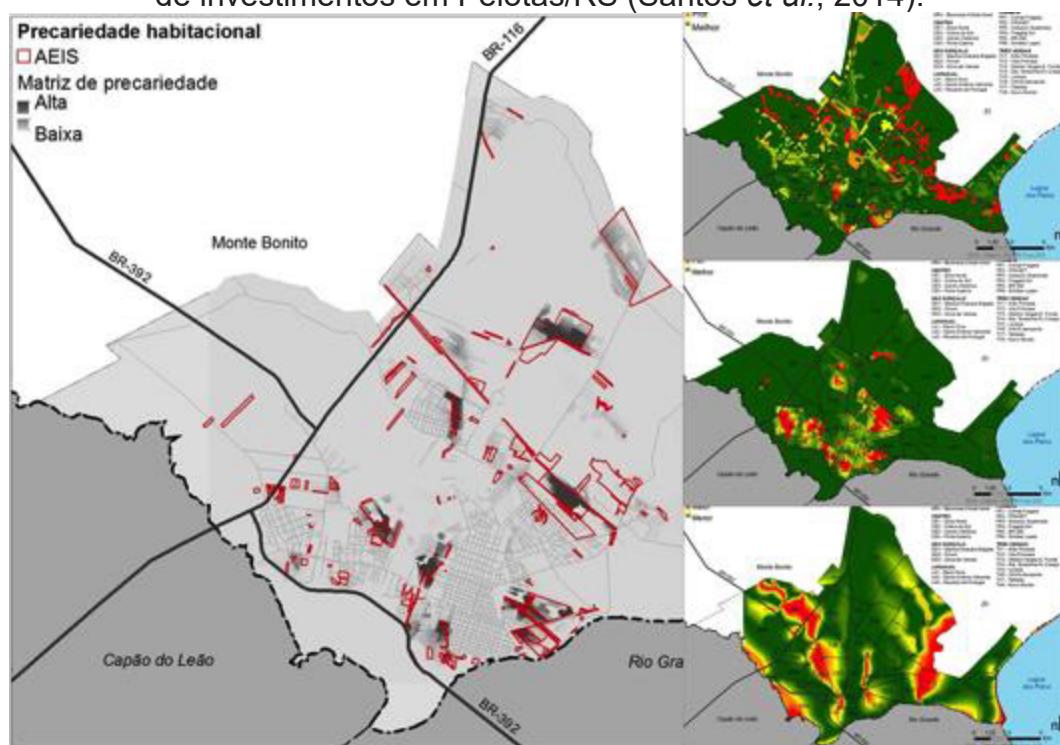
A figura 2 demonstra, neste sentido, a síntese necessária para a elaboração de políticas residenciais que considerem tanto as demandas populares, a capacidade política e de gestão dos municípios e a condição ambiental e de infraestrutura dos territórios sobre os quais incidem. Neste

âmbito, a elaboração das políticas municipais deveria revestir-se, necessariamente, de participação direta. A estas demandas, foram agregadas a construção coletiva dos diagnósticos, instrumentos e metas de gestão através de dinâmicas participativas diretas, assim como o mapeamento sistemático dos territórios municipais, como demonstra o exemplo de Pelotas/RS, na figura 3.

Figura 2: articulação entre temas para elaboração de políticas de desenvolvimento territoriais.



Figura 3: mapeamento sistemático e análise espacial realizada para priorização de investimentos em Pelotas/RS (Santos et al., 2014).



O terceiro caso considerado traz a elaboração de base de dados cartográfica digital e de instrumento de direcionamento do desenvolvimento regional para a Aglomeração do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Segundo especificações de contrato e em atendimento às demandas de Metroplan, um

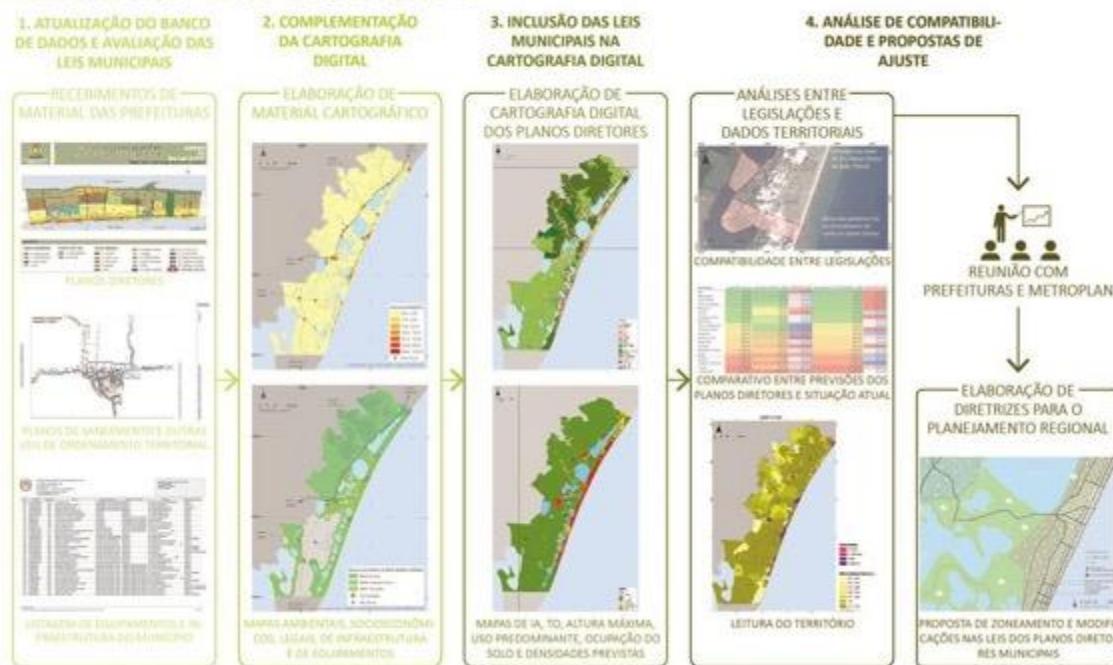
estudo foi elaborado buscando identificar: a) o estado de atendimento dos planos diretores municipais dos 20 municípios componentes à Aglomeração Urbana ao Estatuto da Cidade e a outras normas supramunicipais, especialmente áreas especialmente protegidas (Unidades de Conservação, territórios quilombolas e indígenas e outros); a existência de conflitos entre as normas urbanísticas municipais, considerando a escala regional; e c) possibilidades de diretrizes para o desenvolvimento regional.

Neste caso, a elaboração de diagnóstico e diretrizes regionais pressupõe a adoção de sistematização geográfica das informações. Somente através de base espacial georreferenciada seria possível integrar e representar normas federais, zoneamentos estaduais e regionais e diretrizes municipais e intramunicipais de forma articulada. Desta forma, foram identificadas inconsistências nas diversas escalas investigadas, seja pela limitada qualidade do material cartográfico utilizado pelos municípios, seja pela ausência de verificação de compatibilidade entre municípios na elaboração das leis estaduais de perímetros municipais, ou mesmo pela desconsideração dos modelos espaciais de cada plano diretor por seus vizinhos.

Ademais, a composição da base digital permitiu a interação entre técnicos dos municípios da Aglomeração de forma inédita, avaliando não apenas os impactos diretos e restritos a cada município, mas também as interações e os inter-relacionamentos entre os mesmos. A partir desta interação, que ocorreu durante o processo de mapeamento através de visitas e na discussão das propostas, em oficinas na Metroplan, pode-se formular propostas de mitigação dos conflitos e resolução das inconsistências de cartografia, contando inclusive com a produção das peças legais necessárias para alteração das leis municipais. Este processo está ilustrado na Figura 4, a seguir, que demonstra a possibilidade de elaboração de uma proposta preliminar de modelo espacial do Litoral Norte de forma a integrar o desenvolvimento regional à iminente agenda de revisão dos planos diretores municipais, considerando principalmente distribuição de densidades, infraestrutura e o meio ambiente de suporte.

Figura 4: etapas do estudo da Base Cartográfica Digital da Aglomeração Urbana do Litoral Norte do RS.

## ETAPAS DO ESTUDO



## 4. CONCLUSÕES

Os trabalhos brevemente apresentados aqui constituem amostra de instrumentos de planejamento em diferentes escalas do espaço urbano. Buscam, portanto, apresentar possibilidades de diálogo das geotecnologias à participação direta em processos de planejamento urbano posteriores ao Estatuto da Cidade em múltiplas escalas e com o uso de diversas técnicas.

Apesar de suas limitações técnicas e da pequena elaboração teórica presente, este trabalho busca sugerir diálogo fértil entre as geotecnologias e o empirismo da participação direta. Ao incluirem elementos de consulta, compartilhamento de responsabilidades e facilitarem processos de tomada de decisão pelos agentes públicos e privados envolvidos na gestão do planejamento, os casos apresentados permitem perceber que a qualificação das informações por seus atributos geográficos, assim como sua interrelação entre escalas sobre o território, pode qualificar o debate democrático sobre o planejamento urbano.

Os casos apresentam, não obstante, limitações, uma vez que em nenhum deles os agentes de gestão tornaram-se produtores de informação ou críticos aos processos de elaboração das mesmas. De forma semelhante, desafios permanecem para integrar as geotecnologias como instrumentos de monitoramento das políticas públicas. A necessária presença de consultores técnicos externos e especializados ainda é uma fragilidade destes processos, uma vez que o domínio da informação sobre o território deve ser condição para a decisão informada necessária à gestão, especialmente quando esta ocorrer sob a luz dos preceitos do Direito à Cidade e da Função Social da Propriedade Urbana.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, O. B. F.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.
- DALCIN, G. et al. **Jaguarão: Horizonte Urbano no Pampa** (V. Oliveira, Ed.)<sup>6a</sup> Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana – PNUM 2017 “Morfologia Urbana: Território, Paisagem e Planejamento”. **Anais...**Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2017.
- FERREIRA, J. S. W. **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos**. São Paulo: FUPAM, 2012.
- ROVATI, J. F.; OLIVEIRA, C. M. DE. The Entrepreneurial City. **Sports Mega-Events and Urban Legacies: The 2014 FIFA World Cup, Brazil**, p. 77, 2016.
- SANTOS-JÚNIOR, O. A. DOS et al. **Os Planos Diretores Municipais pós-Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas**. [s.l.: s.n.].
- SANTOS, A. P. et al. **Plano de Habitação de Interesse Social de Pelotas/RS**. Pelotas/RS: [s.n.].
- SANTOS, A. P.; SILVA, T. H.; VARGAS, J. C. A nova política habitacional brasileira e a prática do planejamento urbano: o Plano Local de Habitação de Interesse Social como matéria de interesse urbanístico. In: MUSSI, A. Q.; GOMES, D.; FARIA, V. DE O. (Eds.). . **Estatuto da Cidade: desafios da cidade justa**. Passo Fundo: Editora IMED, 2011. p. 178–195.

### **3.12 INTANGÍVEIS EDUCACIONAIS: entre o ensino, o espaço arquitetônico e a cidade**

**Miranda Zamberlan Nedel<sup>1</sup>; Miguel Antonio Buzzar<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP) – [miranda.nedel@usp.br](mailto:miranda.nedel@usp.br)

<sup>2</sup> Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP)– [mbuzzar@sc.usp.br](mailto:mbuzzar@sc.usp.br)

#### **1. INTRODUÇÃO**

O presente artigo é fruto da pesquisa de Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP), intitulada “Educação às margens: Tessituras comuns entre escolas públicas periféricas na conformação de territorialidades”.

O trabalho expõe a avaliação da produção escolar pública em condições periféricas a partir do pressuposto da escola em sua dimensão limítrofe do direito à cidade. O edifício escolar é abordado enquanto componente da conformação urbana, como marco do direito à cidade e de políticas públicas sociais, ou seja, como produto social e produtor de cidade. A pesquisa insere-se na área de conhecimento da Arquitetura e Urbanismo, mas aborda o edifício escolar também sob o ponto de vista dos aspectos intangíveis de sua existência material: as condições sociais, urbanas e referentes ao contexto de desmonte das políticas públicas educacionais.

O recorte temporal abrange o período da produção da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) a partir de 2003- correspondente a uma segunda fase, caracterizada por alterações realizadas pela Secretaria de Estado da Educação (SEE)-, à 2015- quando do anúncio do plano de reestruturação da rede de ensino do Estado pelo governo Alckmin-, período concomitante à grande parte da produção dos CEU (Centros Educacionais Unificados) iniciada pela Prefeitura Municipal de São Paulo a partir de 2001, que também teve desdobramento nas Prefeituras Municipais de Guarulhos e de Osasco. Neste recorte temporal, são analisados quatro edifícios escolares produzidos pelas instituições municipais e estadual, localizados em bairros periféricos do quadrante leste da região metropolitana de São Paulo. Em relação ao recorte espacial, toma-se na Zona Leste 2 de São Paulo o bairro Vila Jacuí, distrito de São Miguel, e em relação ao município limítrofe, Guarulhos, o distrito do bairro Pimentas, de modo a constituir um quadro de estudo de uma região urbana periférica tanto do nível do município de São Paulo quanto do município de Guarulhos.

A pesquisa visa contribuir para a compreensão dos processos de produção de territorialidades a partir das políticas públicas educacionais, expressas pelas construções da FDE e pelas propostas municipais dos CEU, de edifícios escolares, ao verificar o diálogo entre o ensino, o espaço arquitetônico e a cidade.

## 2. METODOLOGIA

A pesquisa baseia-se em aproximações sucessivas ao tema e objeto de estudo. Inicialmente são analisadas as transformações urbanas da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), em especial ao que se refere ao quadrante leste, assim como as políticas públicas sociais, urbanas e educacionais das últimas duas décadas e em curso. A partir do urbano focaliza-se na atuação concomitante da FDE e da iniciativa municipal dos CEU, no que diz respeito à produção de edifícios escolares por tais institucionalidades, especialmente na área metropolitana leste. A partir da política educacional pretende-se enfocar conjuntamente a concepção pedagógica por detrás das distintas soluções arquitetônicas que cada institucionalidade propôs a um mesmo programa, educacional. O estudo comparativo, nesse sentido, realiza-se em várias escalas de comparação: entre projetos arquitetônicos, entre projetos e as apropriações reais, entre concepções pedagógicas e arquitetônicas das duas institucionalidades.

A pesquisa fundamenta-se em duas etapas com procedimentos metodológicos distintos: a primeira predominantemente bibliográfica, em fontes documentais primárias e secundárias, e a segunda constituída por pesquisa de campo, a qual corresponde a outra forma de trabalho com fontes primárias, a partir do contato efetivo com as escolas, a situação urbana em que se inserem e com a comunidade do entorno. A primeira etapa, constitui-se pelo aprofundamento dos conceitos teóricos que servirão como referências para este trabalho e engloba o levantamento de material gráfico e visual, como desenhos técnicos, fotografias dos projetos e dos contextos urbanos em que se inserem, a fim de analisá-los comparativamente a partir de suas matrizes gráficas, conforme Canez e Brito (2016), que ressaltam a realização investigativa e crítica a partir de instrumentos e procedimentos próprios do ato de projetar. Em relação à segunda fase metodológica, relativa à pesquisa de campo, são propostas visitas aos quatro projetos arquitetônicos definidos enquanto estudos de caso devido à maior representatividade à temática empreendida. Tal instrumento metodológico é justificado tendo em vista que: “A tendência central de um estudo de caso é que ele tenta iluminar uma decisão ou um conjunto de decisões: porque elas são tomadas, como elas são implementadas e com que resultado”. (SCHRAMM, 1971 apud YIN, 1994).

Com base no material de referência levantado na primeira etapa de encaminhamento metodológico e das atividades de campo constituintes da segunda etapa, as escolas visitadas serão analisadas do ponto de vista das características tipológicas, programáticas, formais, urbanas e pedagógicas, assim como os pontos em que contribuem para a revisão crítica da arquitetura escolar pública paulista em vista dos aspectos específicos e comuns ao contexto de escolas periféricas metropolitanas.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A presente pesquisa encontra-se em desenvolvimento, tendo sido iniciada no segundo semestre de 2017. Até o presente momento têm sido realizadas as atividades referentes à primeira fase metodológica, de levantamento, leitura e análise bibliográfica e iconográfica, assim como procedeu-se a definição dos quatro projetos que constituem os estudos de caso com os quais se realizará, em fase subsequente, as pesquisas de campo. Nesta seleção, comprehende-se, igualmente, a definição dos bairros a serem estudados, a fim de analisar os projetos escolares em vista de sua contextualização urbana e social.

Desse modo, de partida, identificou-se alguns dos ambientes de ensino da produção mais recente da FDE e do projeto dos CEU nos bairros definidos do quadrante leste metropolitano, que compartilham de certa condição de excepcionalidade arquitetônica dos referidos órgãos e devido à sua localização em bairros em condições periféricas não consolidadas, constituindo importantes referências à pesquisa. Assim destaca-se de Vila Jacuí a União da Vila Nova III e IV, de autoria de Barossi, Ferroni, Nakamura e Hereñú (2006) (1), cujo desenho conforma uma praça de acesso público e interliga-a aos espaços de recreio localizados no nível térreo e o CEU Parque São Carlos (2002) (2), de autoria de VD Arquitetura (2), que concentra os blocos edificados lado a lado no sentido da extensão do terreno exíguo em sua outra dimensão, obra que constitui exemplar da primeira fase de construção dos CEU. Em relação ao bairro Pimentas, em Guarulhos, destaca-se a Escola Estadual Jardim Angélica (Pedro Morcelli) (2006) (3), de autoria do Núcleo de arquitetura, a qual define-se como um volume em estrutura metálica vertical e compacto devido à adaptação ao terreno acidentado e de reduzidas dimensões, mas que se abre à dois vazios internos que comunicam os níveis, além de utilizar-se de fechamento em cobogós cerâmicos, a fim de dialogar com as construções do entorno; e o CEU Pimentas, projeto de Biselli + Katchborian arquitetos (2010) (4), obra de grande excepcionalidade devido às diferenciações frente ao projeto padrão do CEU, constituindo-se como uma grande lámina em cobertura metálica que organiza os demais blocos sob si, e culmina em vazios centrais como grandes praças de sociabilidade e de atividades esportivas.

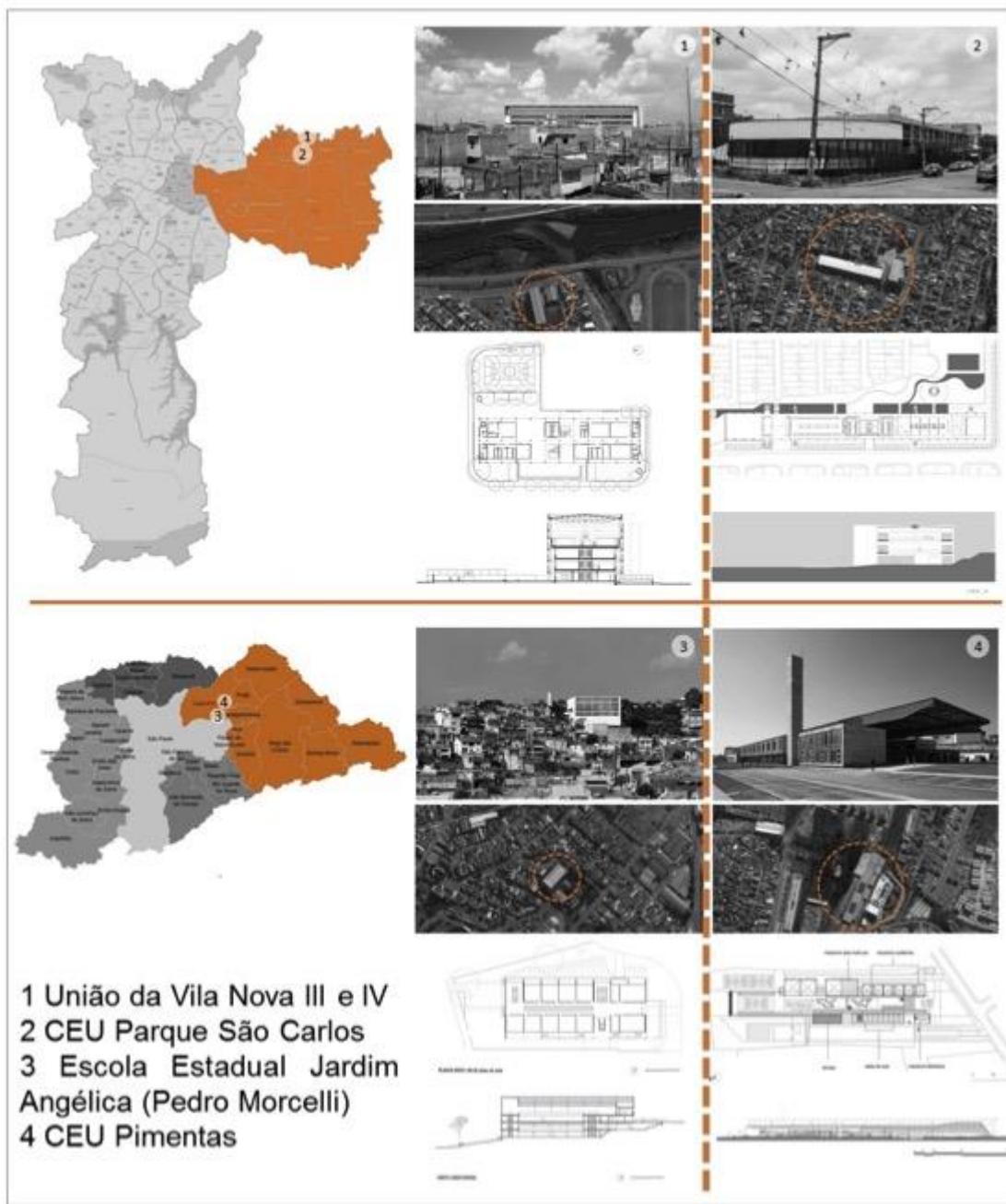


Imagen 1- Projetos arquitetônicos selecionados enquanto estudos de caso. Fonte: Produção dos autores com base em imagens de divulgação pública.

A princípio, do ponto de vista das respostas arquitetônicas e urbanas das duas institucionalidades frente a um mesmo contexto sócio urbano, afirma-se como um aspecto de importante diferenciação a união das diversas atividades programáticas em um mesmo bloco na produção da FDE, e a distinção e dispersão em três blocos programáticos nos projetos do CEU, o que por um lado, remete à permanência de concepções espaciais advindas da

Escola Paulista e das projetos escolares que emergiram a partir do Plano de Ação (PAGE) de 1959 a 1963 e por outro, ressalta a assumida influência da produção do Convênio Escolar e do ideário do educador Anísio Teixeira na concepção da produção escolar da segunda institucionalidade. No segundo caso, o que, de partida, parece ser apenas uma opção arquitetônica, corrobora a afirmação da escola enquanto equipamento aberto à comunidade aos finais de semana e/ou contraturnos no que diz respeito à produção dos CEU, pois a relativa autonomia dos blocos permite o uso de apenas alguns blocos sem grandes interferências ao conjunto.

Ademais, as escolas que constituem os estudos de caso da presente pesquisa reafirmam sua relação com o desenvolvimento e expansão urbana, tendo em vista sua produção inserida na atuação de órgãos estaduais e/ou municipais na execução de políticas públicas. Por meio da análise da espacialização dos prédios escolares construídos nas últimas décadas, durante a atuação da FDE e a produção dos CEU, observam-se possíveis traduções de lógicas de produção territorial subjacente à expansão da rede física desenvolvida. Conforme expresso por Ferreira e Mello (2006), há uma interdependência entre a localização das escolas construídas pela FDE e os dados da variação da população infantil. Já referente à política dos CEU, propôs-se no Programa de Metas 2013-2016 do prefeito Haddad a constituição de Territórios CEU, os quais “ampliam o conceito original de integração entre programas educacionais, ao possibilitar a integração com outros equipamentos públicos do bairro” (PREFEITURA DE SÃO PAULO), explorando a noção de rede. Porém, dentre as vinte unidades propostas até agora só uma foi concluída.

A partir da análise das políticas educacionais empreendidas no recorte espaço-temporal definido, discute-se, sobretudo, a ação pública enquanto importante agente construtor de cidade e no caso específico dos edifícios escolares, promotora da geração de distintas territorialidades, que reverberam no cenário atual de desmonte destas mesmas ações. Assim, no contexto metropolitano de São Paulo, a produção arquitetônica educacional em tela ilumina a orientação das políticas públicas frente às regiões periféricas da expansão urbana, sinalizando uma diferente forma das ações públicas habitarem novos territórios intangíveis, construídos por sociabilidades outras, desenvolvidas nestes espaços físicos periféricos.

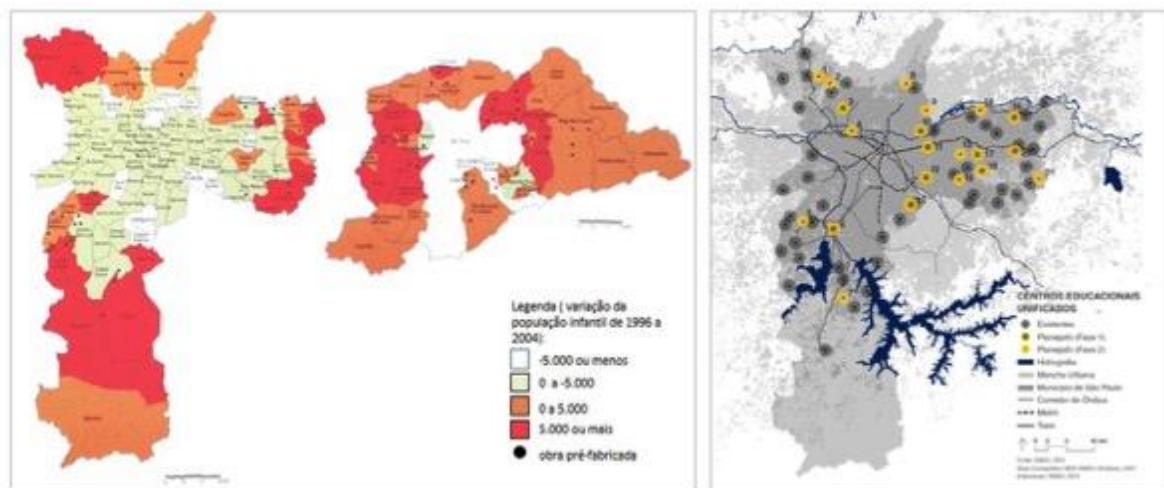


Imagen 2- Mapa do Município de São Paulo e de sua Região Metropolitana. Obras pré-fabricadas e variação da população infantil de 1996 a 2004. Fonte: FERREIRA; MELLO, 2006, p. 21.

Imagen 3- Mapa dos CEU existentes e planejados segundo Programa de Metas 2013-2016 do prefeito Haddad. Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.

#### 4. CONCLUSÕES

Situam-se, por meio da presente pesquisa, as territorialidades ensejadas pela produção pública escolar periférica, as quais, no cenário atual de desmonte das políticas públicas educacionais, dentre tantas outros desmontes, empressam ainda mais seu caráter intangível, no sentido da apropriação dos espaços de ensino por seus reais usuários e pela comunidade do entorno dos espaços físicos escolares, que resistem talvez enquanto últimos exemplares de uma ameaçada política pública materializada em arquitetura mas possibilitadora do imaterial, do intangível patrimônio de uma certa comunidade periférica.

Desse modo, mais do que equipamento, a escola pública, configura-se como lugar possível à manifestação do direito à cidade, desde que assumida enquanto espaço aberto às necessidades individuais e comunitárias de atividade criadora e de atividades culturais, sociais e lúdicas. Talvez um dos únicos espaços públicos possíveis de abrigar esse outro tempo descrito por Lefebvre especialmente no cotidiano dos “(...) dos suburbanos, das pessoas que moram nos guetos residenciais (...) e nas proliferações perdidas longe dos centros dessas cidades” (LEFEVBRE, 2011, p.118).

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livro

LEFEVBRE, H. **O direito à cidade.** Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

FERREIRA, A.F.; MELLO, M. G. (Org.). **FDE: Arquitetura escolar paulista: estruturas pré-fabricadas.** São Paulo: FDE, 2006.

SCHRAMM, W. 1971 apud YIN, R. K. **Pesquisa Estudo de Caso - Desenho e Métodos.** Porto Alegre: Bookman, 1994.

### Resumo de Evento

CANEZ, A. P.; BRITO, S. Obras comparadas. In: **IV ENANPARQ: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO.** Porto Alegre, 2016. Anais do IV ENANPARQ, Estado da Arte. Porto Alegre: PROPAR/UFRGS, 2016. p.37.

### Documentos eletrônicos

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Territórios CEUs.** Acessado em 18 out. 2017. Disponível em: [http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/territorios\\_ceu/](http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/territorios_ceu/)

### **3.13 LAGOA DOS TRÊS CANTOS: diagnóstico municipal e proposta de intervenção**

Bianca Paveglio Soldatelli<sup>1</sup>; Bruna Disconzi Meotti; Natalia Hauenstein Eckert<sup>3</sup>

<sup>1</sup>*Universidade de Cruz Alta – biancasol3003@yahoo.com.br*

<sup>2</sup>*Universidade de Cruz Alta – brunameotti@hotmail.com*

<sup>3</sup>*Universidade de Cruz Alta – eckert@unicruz.edu.br*

#### **1. INTRODUÇÃO**

Este resumo se trata de um levantamento geral de dados e, consequentemente, das condições de Lagoa dos Três Cantos, município tipicamente rural do interior do Estado do Rio Grande do Sul. A cidade leva esse nome em função de sua lagoa triangular, ponto de referência para os primeiros tropeiros e viajantes do início da colonização alemã que ali se deu, possui 23 anos de emancipação, uma população de aproximadamente 1600 habitantes e 138,6 km<sup>2</sup> de área territorial (IBGE 2010).

Trata-se de uma das cidades pertencentes ao COREDE (Conselho Regional de Desenvolvimento), uma iniciativa do Governo do Rio Grande do Sul na busca de desenvolvimento regional e sustentável. Visa a melhoria da qualidade de vida da população, uma distribuição de renda mais justa, a permanência do homem na sua região e a preservação do meio ambiente (COREDE SUL, 2013). Divide-se em 28 regiões e Lagoa dos Três Cantos pertence à região do Alto do Jacuí, juntamente com 13 municípios vizinhos.

O trabalho se baseia nas estatísticas econômicas dessas regiões para elaborar diagnósticos de suas necessidades e elencar potencialidades para definir estratégias voltadas a novas políticas de desenvolvimento. Assim como o COREDE, o presente estudo pretende levantar dados gerais, físico-territoriais, urbanísticos e comunitários, focando em saúde, educação, economia e infraestrutura, a ponto de diagnosticar a situação do município e propor estratégias de desenvolvimento, indicando problemas, prioridades e tendências de desenvolvimento.

#### **2. METODOLOGIA**

A metodologia utilizada para a elaboração do trabalho foi uma pesquisa exploratória, tendo como finalidade reunir dados para expor a realidade municipal de Lagoa dos Três Cantos. Estes dados foram retirados de fontes secundárias, após a coleta de dados, foram constatados os problemas, potencialidades, prioridades e tendências de desenvolvimento do município em estudo, após os dados encontrados foram discutidos em laboratório, para melhor compreensão do tema.

#### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os dados coletados dividem-se em diagnóstico físico-territorial e diagnóstico urbanístico e comunitário. O primeiro diz respeito à educação, saúde, economia e índices de desenvolvimento socioeconômico e o segundo as redes de infraestrutura municipal, patrimônio arquitetônico e urbanístico e equipamentos públicos comunitários.

#### **Diagnóstico Físico-Territorial**

Lagoa dos Três Cantos se localiza na região Noroeste do Rio Grande do Sul, conforme a Figura 1. Com 138,6 km<sup>2</sup> de área territorial, sendo apenas 0,78 km<sup>2</sup> de zona urbana, Figura 2, e uma população de aproximadamente 1600 habitantes, configura-se num pequeno município. De clima predominantemente subtropical, tem alto índice pluviométrico – 159,58 mm em 2008, e tipo de solo latossolo, propício para a agricultura (COREDE, 2016).

Figura 1 – Localização de Lagoa dos Três Cantos no Estado.



Fonte: Wikipedia, 2016.

Figura 2 – Zona Urbana de Lagoa dos Três Cantos.



Fonte: Google Maps, 2016.

No âmbito da educação, a cidade conta com uma escola de ensino médio, duas de ensino fundamental e uma pré-escola. Possui um dos melhores índices de educação infantil do estado e todas as crianças de 0 a 3 anos frequentam a escola. A responsabilidade em desenvolver uma educação de qualidade reflete nos índices do município. Este apresenta uma baixa taxa de analfabetismo, de 1,4% da população, representando pessoas de 15 anos ou mais de idade. A população residente que nunca frequentou creche ou escola são apenas 42 pessoas, e o total de analfabetos com 15 anos ou mais de idade são 19 pessoas (IBGE, 2010).

Na saúde os índices também são satisfatórios: com baixa mortalidade, a expectativa de vida em Lagoa dos Três Cantos é de 75,43 anos, sendo que a média da região 73,74 anos. A taxa de mortalidade infantil de 2014 é de 0 no município, enquanto no estado se tem 10,65 e no Brasil 12,89 (IBGE, 2010).

Para suprir as necessidades da população, o município tem duas Unidades de Saúde: o Posto de Saúde Lagoa dos Três Cantos e a Unidade Básica de Saúde Linha Glória. Não apresenta nenhum hospital para casos mais graves, portanto, quem necessita atendimento especializado precisa buscá-lo nas cidades vizinhas.

Lagoa dos Três Cantos está entre as 15 melhores cidades para se viver no Rio Grande do Sul, estando em 5º lugar no ranking, devido ao seu IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) ser 0,789. A agroindústria é um fator de importância para o desenvolvimento do município, através de do cultivo de soja, milho, trigo, cevada, produção de suínos, gado leiteiro e aves, e o comércio de sementes forrageiras (Lagoa dos Três Cantos – Prefeitura Municipal, 2016).

Analizando a estrutura agropecuária, constatou-se que soja e bovinos ocupam o topo do Valor Adicionado Bruto das atividades dessa categoria, com 38% e 36%, respectivamente. No Setor de Serviços, o Valor Adicionado Bruto teve 37% na administração pública, 29% no comércio e serviços de manutenção e reparação, 8% nos serviços prestados a empresas, 6% nos transportes, armazenagem e correio, bem como nas atividades imobiliárias e alugueis.

Através do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico IDESE (2012) se pode analisar a classificação de municípios e COREDES do Rio Grande do Sul quanto ao seu grau de desenvolvimento socioeconômico. Ocupando a posição 26, com um índice de 0,814, Lagoa dos Três Cantos apresenta bons resultados no estado.

### **Diagnóstico Urbanístico e Comunitário**

Vizinha de Tapera, Victor Graeff, Não Me Toque, Colorado e Selbach, Lagoa dos Três Cantos é cortada ao meio pela estrada estadual RS-322, via asfaltada, ligando-a a Não Me Toque ao norte, e a Tapera 7 km ao sul. A leste e a oeste, há a ligação com o distrito de Linha Glória e Victor Graeff, e Selbach e Colorado, respectivamente, através de estradas vicinais em saibro. Na parte urbana, todas as vias são asfaltadas e as cidades polo mais próximas são Passo Fundo, a 80 km e Cruz Alta, a 86 km. A capital, Porto Alegre fica distante 290 km (Google Maps, 2016).

A parte urbana conta com 615 domicílios particulares, 90 empresas atuantes, 342 estabelecimentos agropecuários e uma grande área de lazer, o Parque da Lagoa, que traz qualidade de vida aos moradores (Informações do Brasil – Cadastro Nacional de Endereços, 2016). Quanto aos equipamentos urbanos, dispõe de ginásio, biblioteca, igrejas, parque, estádio e outros, atendendo satisfatoriamente a cidade. A Figura 3 mostra sua disposição no município.

Figura 3 – Morfologia Urbana e Equipamentos Urbanos



Fonte: Google Earth, adaptado pelas autoras, 2016.

As redes de infraestrutura que atendem a cidade são bem estruturadas e atendem a maioria dos domicílios. A rede de água se dá predominantemente por mananciais subterrâneos. O esgoto, em sua maioria, é através de fossa rudimentar; e o lixo na área urbana é, em sua maioria, coletado, mas na área rural essa maioria é queimada (FEE, 2012).

Por fim, há o patrimônio arquitetônico e urbanístico, o qual não há condicionantes legais que elenquem ou protejam seu patrimônio, mas algumas edificações são de notável importância para a cidade, como o Parque da Lagoa, juntamente com a Prefeitura Municipal, local marcante na identidade e na memória citadina, além das Igrejas Evangélicas e Católicas, fortes marcos culturais para a população.

### Problemas Municipais

É notável que o município possui índices invejáveis nos quesitos saúde, educação, IDH, renda, expectativa de vida e infraestrutura urbana, o que contribui muito para a qualidade de vida dos cidadãos. Entretanto, os bons números não a isentam de alguns pequenos problemas que se pode destacar.

Pôde-se verificar durante as pesquisas que o município não conta com Corpo de Bombeiros, sendo que quando há alguma ocorrência, o chamado deve ser realizado para alguma cidade vizinha. Assim, a cidade precisa articular planos para garantir a segurança da população (GUIAMAIIS, 2016).

Também se percebe que, apesar de o acesso a água ser satisfatório, não existe uma preocupação quanto ao tratamento de resíduos, que se dá, em sua maioria, através de fossas rudimentares. O lixo também é uma preocupação: na zona urbana é coletado, mas na zona rural grande parte é queimada, gerando gases prejudiciais ao planeta. Com ações pontuais nesse quesito, podem-se garantir melhores condições de saúde para a população, evitando o surgimento de doenças, além de preservar o meio ambiente (FEE, 2012).

Outro fator é o grande número de jovens que migram para as cidades vizinhas ao concluir o colegial, em busca de especialização profissional. De fato, esse não é um problema exclusivo de Lagoa dos Três Cantos, mas de muitas pequenas cidades do interior do estado (CAMPO TERRITÓRIO, 2012).

### Prioridades Municipais

Determinam-se então ações que devem ter prioridade para o município, de acordo com os problemas diagnosticados. O problema de maior urgência da cidade é o fato dessa não possuir Corpo de Bombeiros, o que coloca a população em risco. Levando em consideração seu pequeno número de habitantes, a proposta de intervenção mais viável é a criação de uma Brigada de Incêndio, ou seja, uma instituição menor que o Corpo de Bombeiros, com pessoas treinadas para realizar atendimento em situações de emergência.

Assim como as necessidades da questão da saúde: com índices exemplares, os postos de saúde da cidade dão conta da demanda local. Portanto, ainda não é uma prioridade municipal a instalação de um hospital na localidade, mas com a Brigada de Incêndio seria possível ter ambulâncias disponíveis 24 horas para levar pacientes que necessitam atendimento especializado a hospitais da região.

Também é prioridade investir em saneamento básico, na instalação de um sistema de esgoto apropriado que atenda toda a população. Além disso, é importante que ocorra o tratamento desses resíduos para que não se contaminem os mananciais subterrâneos que abastecem a cidade. Na zona rural, para que haja um descarte correto, seria interessante que as autoridades municipais promovesssem a coleta do lixo ao menos uma vez na semana, colaborando com a manutenção do planeta.

A questão do êxodo rural também será tratada como prioridade, afinal a cidade, que já é pequena, precisa manter o homem na sua região, contribuindo para o desenvolvimento local. A ideia inicial é utilizar a estrutura da escola de ensino médio para trazer cursos técnicos e de aperfeiçoamento voltados para atividades rurais, principal atividade econômica do município. Os cursos seriam frequentados por estudantes do ensino médio e por pessoas já formadas, agregando qualificação aos produtores, incentivando o aperfeiçoamento de técnicas de produção e melhorando a qualidade dos produtos.

Outra prioridade em vista é o fortalecimento da economia. Essa, que é baseada majoritariamente na agropecuária de soja e bovinos, precisa de apoio das autoridades locais para que haja uma diversificação na produção do setor. Também é preciso pensar no pequeno produtor rural, criando programas de inclusão e acesso ao crédito, alavancando a economia local e gerando melhor distribuição de renda. Voltando a diversificação, essa também deve se dar nos outros setores econômicos, impulsionando a indústria, o comércio e os serviços, de modo que a economia local não seja escrava do setor primário.

### **Tendências Municipais**

A grande potencialidade municipal no caso de Lagoa dos Três Cantos é o turismo. A lagoa, que enche os olhos de quem a vê, é símbolo da cidade e do início da colonização. Localizada no Parque Administrativo, conta com uma estrutura adequada para a recepção de turistas e para ser o cartão postal da cidade. Aqui se sugeriu uma proposta uma parceria com outros municípios do COREDE Alto Jacuí para que se realize uma rota turística entre as cidades, explorando a cultura germânica e impulsionando a economia regional. Lagoa dos Três Cantos constituiria um dos locais de parada da rota, havendo

necessidade de uma mobilização das lideranças locais e possíveis investidores – hotéis, comércio, infraestrutura, etc., aliados a elaboração de um bom projeto e a captação de recursos, se obteria a Rota Turística do Alto Jacuí.

#### 4. CONCLUSÕES

Com o estudo aqui realizado se pode concluir que, felizmente, a cidade de Lagoa dos Três Cantos não apresenta problemas graves em sua estrutura e oferece alta qualidade de vida a população. Com índices invejáveis nos âmbitos saúde, educação, desenvolvimento econômico e humano, o jovem município é exemplo para sua região. Com algumas ações pontuais, como investir em uma Brigada de Incêndio, em saneamento básico, na diversificação da economia, em cursos técnicos e em turismo, pode-se corrigir as falhas que possui e potencializar o que já está indo bem, alavancando a economia e possibilitando um maior crescimento e desenvolvimento para a cidade.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**Cadastro Nacional de Endereços de Lagoa dos Três Cantos.** Informações do Brasil. Acessado em 20 set. 2016. Online. Disponível em: <<http://informacoesdobrasil.com.br/dados/rio-grande-do-sul/lagoa-dos-tres-cantos/cadastro-nacional-de-enderecos/>>

**Campo Território** – Revista de Geografia Agrária, v. 7, n. 14, p. 1-35, ago. 2012.

**Habitantes por zona rural e urbana em cada município: Rio Grande do Sul.** Uol. Acessado em 20 set. 2016. Online. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/censo-2010/populacao-urbana-e-rural/rs>>.

**Lagoa dos Três Cantos – IBGE.** IBGE, 2016. Acessado em 20 de set. 2016. Online. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=431127&search=rio-grande-do-sul|lagoa-dos-tres-cantos|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>>

**Lagoa dos Três Cantos – Prefeitura Municipal.** Acessado em 20 de set. 2016. Online. Disponível em: <<http://lagoa3cantos.rs.gov.br/o-municipio/estatisticas/>>

**Lagoa dos Três Cantos – Wikipédia.** Acessado em 20 set. 2016. Online. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lagoa\\_dos\\_Tr%C3%AAs\\_Cantos](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lagoa_dos_Tr%C3%AAs_Cantos)>

**Lagoa dos Três Cantos.** Acessado em 20 set. 2016. Online. Disponível em: <<http://www.lagoadostrescantos.net>>

**Perfil Socioeconômico COREDE Alto do Jacuí.** Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Porto Alegre, nov. 2015. Acessado em 20 set. 2016. Online. Disponível em: <http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134127-20151117100501perfis-regionais-2015-alto-jacui.pdf>

**Planejamento Estratégico e de Desenvolvimento Regional.** Conselho Regional de Desenvolvimento Alto Jacuí, 2010. Acessado em 20 set. 2016. Online. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/LinkClick.aspx?fileticket=l8irerlhP0%3D&tabid=5363&mid=7972>>

### 3.14 PASSO DOS NEGROS: cotidiano e resistência

Julia Rocha Clasen<sup>1</sup>; Joanna Munoz Sevaio<sup>2</sup>

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas (Ufpel) – clasenjulia1@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas (Ufpel) – jmsevaio@gmail.com*

#### 1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho as autoras fazem uma reflexão sobre as configurações urbanas presentes no Passo dos Negros, região localizada na cidade de Pelotas-Rio Grande do Sul, às margens do canal São Gonçalo e Arroio de Pelotas. A sua localização influenciou na importância histórica desta região para a formação da cidade. Sendo local de importação e exportação de mercadorias, foi também local de disputas políticas e econômicas ao longo dos séculos. Atualmente é foco de uma ostensiva especulação imobiliária, resultando em uma ameaça do poder público de remoção dos moradores que residem durante gerações naquele local.

Ao discorrer acerca das contradições presentes no Passo dos Negros precisamos também descrever a historicidade daquela região. Uma história que condiz com a formação da cidade de Pelotas e é negada e recontada ao longo dos anos. Essas narrativas de negação do passado ignoram a utilização da mão de obra escrava para enriquecimento da elite charqueadora e enquanto formadora da cidade. A participação dos negros é ocultada na construção do patrimônio histórico da cidade e concomitantes a isso são exaltadas figuras públicas da aristocracia local.

Ao longo do século XVIII a região sofreu intervenções no sentido de expansão do domínio colonial, instalando-se latifúndios voltados principalmente para a produção do charque caracterizando assim a economia local. Foram desenvolvidas aproximadamente 40 indústrias charqueadoras às margens do canal São Gonçalo e do Arroio de Pelotas durante a década de 1770.

O primeiro traçado urbano da cidade foi na região do Passo dos Negros, rejeitado devido à proximidade com a produção do charque e insalubridade da região, local que se destinou para moradia dos escravos. E os casarões da elite charqueadora organizaram-se de acordo com a indústria do charque, sendo construídos próximos as charqueadas para controle da produção.

O conceito de cotidiano demonstra-se relevante para este trabalho como método de observação e interpretação do Passo dos Negros, investigando o considerado “irrelevante”. Busca-se compreender as estruturas sociais presentes na cotidianidade. Segundo Martins (2014) a sociologia da vida cotidiana é também a busca da compreensão do tempo perdido, da historicidade presente nas ações sociais da vida cotidiana.

Outro aspecto essencial para compreensão do Passo dos Negros é a distinção entre os conceitos de periferia e subúrbio, conceitos esses que muitas vezes são utilizados como uma só categoria de oposição ao centro da cidade e ao urbano. Essa ausência de conceituação reflete a descaracterização das relações sociais estabelecidas no espaço, para além dos seus significados

geográficos. Para tanto o conceito de subúrbio é discutido a partir de José de Souza Martins, que explora esse conceito em suas obras: *Subúrbio* (1992), *A sociabilidade do homem simples* (2000), *A aparição do demônio na fábrica* (2008). O conceito de periferia remete a urbanização caótica e a uma inclusão precária. Enquanto o conceito de subúrbio representaria um espaço em transição do campo para a cidade, ainda que revelando manifestações da modernização apresenta características do tradicional que permanecem.

Essa distinção demonstra-se essencial para observação do Passo dos Negros, ainda que localizado em um espaço urbano apresenta relações próprias do tradicional e rural, que permanecem naquele espaço ao longo dos anos, questão que será desenvolvida ao longo do trabalho.

## 2. METODOLOGIA

O trabalho estabelece profundo diálogo com a antropologia, tanto pela proximidade que as autoras estabelecem na pesquisa com antropólogos que desenvolvem seus trabalhos no Passo dos Negros durante cerca de quatro anos. Quanto pelos métodos e técnicas de pesquisa adotadas durante as idas a campo, utilizando-se de recursos como diário de campo e entrevistas abertas. Nesse sentido, é importante destacar também a interferência dessa relação estabelecida entre os pesquisadores ali presentes com os moradores, enquanto interferente no cotidiano do Passo dos Negros.

As narrativas dos moradores daquele espaço são compreendidas enquanto indispensáveis na construção desta pesquisa. Não sendo estas apenas informações, mas sujeito constitutivo na compreensão do problema investigado. Assim como apresentando elementos centrais para observação do cotidiano do Passo dos Negros.

Os registros fotográficos são adotados ao longo da pesquisa como método de compreensão do espaço. A captura da imagem se preocupa em registrar o invisível ali presente. Compreende-se assim, a imagem enquanto recurso de pesquisa e de apreensão, contendo intervenção de diferentes sujeitos presentes nesse ato.

Não só a realidade social é constituída, também, de silêncios e invisibilidades que ampliam enormemente a distância entre essas certezas e o que se sabe que a sociedade teoricamente é. Como a fotografia é muito mais um documento impregnado de fantasia, tanto do fotógrafo quanto do fotografado, quanto do “leitor” de fotografia, do que de exatidões próprias da verossimilhança. O que o fotógrafo registra em sua imagem não é só o que está ali presente no que fotografa, mas também, e, sobretudo, as discrepâncias entre o que pensa ver e o que está lá, mas não é visível. (MARTINS, 2016 p.28)

A imagem apresenta-se enquanto instrumento de indagação da realidade, atentando mais aos questionamentos que para respostas acerca do objeto observado. Desta forma o ato de fotografar vai ocorrer junto com uma intenção do fotógrafo. Este instrumento etnográfico compõe o levantamento para análise crítica das contradições identificadas, além de reafirmar questionamentos que impulsionaram o recorte inicial do tema de pesquisa:

Quais as contradições insurgentes do capitalismo no cotidiano do Passo dos Negros?

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As narrativas dos moradores apresentam diferentes interpretações acerca das contradições ali presentes no Passo dos Negros, assim como diferentes construções do cotidiano. Demonstrando inclusive o quanto essas narrativas se colocam em disputa, na medida em que tornam possível identificar os diferentes grupos presentes no Passo dos Negros.

O Engenho Pedro Osório é apresentado enquanto elemento central nessas distintas narrativas, presente tanto na paisagem do espaço quanto na memória dos moradores. Demonstrando alguns aspectos da história do Engenho Pedro Osório e como as relações sociais ali presentes vão se constituir com forte influência do período de funcionamento do Engenho.

Com o fim da mão de obra escrava instala-se no Passo dos Negros o Engenho Pedro Osório, expressivo engenho de arroz do estado. Representando uma presença marcante de trabalhadores que construíram o cotidiano daquele espaço ao longo dos anos. O engenho contava com uma escola dentro de suas instalações – Escola Visconde de Mauá, representando assim o estabelecimento de relações que se mantinham na região que era tanto de trabalho quanto pedagógico e de moradia. Relações que se mantém naquele espaço ao longo dos anos, sendo que muitos dos moradores trabalham com a coleta de sólidos e com a pesca, estabelecendo suas relações de trabalho próximas ao seu local moradia. Aspecto que será essencial na constituição daquele espaço, decorrendo em relações de pertencimento e de dependência daquela região.

Em um primeiro momento, foram observados diferentes grupos presentes no Passo dos Negros, identificados a partir das relações tanto de moradia quanto de trabalho que vem a estabelecer e caracterizar sua relação com o espaço: o primeiro grupo são moradores que residem ali durante gerações e se ‘autoreferenciam’ parte daquela história, segundo grupo seria de pescadores os quais têm importante relação com o lugar devido ao seu trabalho, terceiro grupo de moradores que vão ocupar aquele espaço nos últimos anos e tem suas casas construídas em sua maioria de madeira e material reciclável e ao lado destes o quarto grupo, separados por um grande muro verde que demarca o condomínio de luxo Lagos de São Gonçalo. O quinto grupo são moradores da alta elite que residem em casarões, que seguem um mesmo padrão de construção - um portão extenso envolvendo uma longa estrada que direciona para a casa, semelhante aos antigos casarões da elite.



Figura 1: Passo dos Negros. Fonte: Acervo da autora, 2017

A partir da percepção destes diferentes grupos de moradores foi observado também diferentes construções do cotidiano naquele espaço. O cotidiano no Passo dos Negros não sendo um só, assim como a relação de apropriação do espaço urbano irá variar de acordo com cada grupo social que ocupa aquele espaço.

#### 4. CONCLUSÕES

As diferentes formas de Habitar o urbano presentes no Passo dos Negros irão evidenciar contradições decorrentes do desenvolvimento do capitalismo. Desenvolvimento, segundo Martins (2012) demonstra-se enquanto um antidesenvolvimento, na medida em tem como consequência excluir da garantia de direitos essenciais à manutenção da vida grande parte da população e apresentar enquanto privilégios a inserção social, cultural e política. São estes incluídos precariamente, a partir do mercado de consumo e como essenciais à reprodução do capitalismo.

O Passo dos Negros constitui resistência do cotidiano diante das contradições capitalistas, onde grupos de pessoas têm suas casas retiradas de um espaço que construíram ao longo dos anos, tendo não apenas seu direito a moradia negado, mas as diferentes relações que se estabelecem ali ignoradas.

Portanto fica ressaltado ao longo da pesquisa, em diferentes narrativas, o pertencimento dos moradores aquele espaço, assim como relações de conflito ali presentes. Esta leitura só se faz possível através de uma análise

onde a interpretação da realidade não só se da a partir do invisível, mas torna outro modo de vida possível e inteligível. A pesquisa ratifica a constituição do cotidiano partindo de um perímetro urbano que não se faça na borda das cidades, mas a partir dela. No seu sentido questionador de um modo de produção excludente e contraditório.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livro

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, Charqueadas e Olarias:** Um estudo sobre o espaço pelotense. 2. Ed. Pelotas: Ed. Universitária Ufpel, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à Cidade.** São Paulo: Editora Centauro, 2001.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da Fotografia e da Imagem.** São Paulo: Editora Contexto, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Uma sociologia da vida cotidiana:** ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre. Editora Contexto: São Paulo, 2014 224p.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo:** novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 4º Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

### Artigo

ALFONSO, Louise Prado; RIETH, Flávia. **Narrativas de Pelotas e Pelotas Antiga:** a cidade enquanto Bem Cultural. SCHIAVON, CamenBurget; PELEGRIINI, Sandra de Cássia. (Org.). Patrimônios plurais: iniciativas e desafios. Rio Grande: Editora da FURG, p. 131-147, 2016.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Etnografia como prática e experiência.** Horiz. antropol. vol.15 no.32 Porto Alegre July/Dec. 2009.

SEGER, D ; PEREIRA, I. K. S. ; ARAUJO, J. M. ; ALFONSO, L. P. **Passo dos Negros:** significados, conflitos e modos de habitar de uma região que impulsionou o desenvolvimento e acabou se tornando periférica. In: IX Reunión de Antropología del Mercosur, 2015, Montevideo. Anais da IX Reunión de Antropología del Mercosur, 2015.

SILVA, Marcella Carvalho de Araujo. **A transformação da política na favela:** desconstruindo a “ausência do Estado”. Antropolítica, Niterói, n. 38, p. 299-319, 2015. Disponível em: <http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica/article/view/343/207>.

SOTO, William Héctor Gómez. **Subúrbio, periferia e vida cotidiana.** Estudos Sociedade e Agricultura, abril 2008, vol. 16 no. 1, p. 109-131. ISSN 1413-0580.

### **3.15 UM ESTUDO DA EXPANSÃO URBANA: desigualdades socioespaciais na cidade de Paraguaçu Paulista-SP**

**Marcinéia Vaz Moraes De Oliveira<sup>1</sup>; Ana Cristina Da Silva Araújo<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>FACCAT-TUPA – marcineia.au@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Paulista - UNIP– ana.crisaraugo.au@gmail.com

#### **1. INTRODUÇÃO**

A cidade de Paraguaçu Paulista é uma pequena cidade do interior do estado de São Paulo, com uma população de 45.255 mil habitantes de acordo como IBGE de 2017 e se assemelha a outras cidades do interior paulista, tanto pequenas quanto médias em razão da sua organização urbana com similaridades nas raízes do seu surgimento: o ciclo do café e as ferrovias que adentraram o estado, mais especificamente a ferrovia.

De acordo com Landim (2004), estas cidades possuem em comum os precedentes da segregação socioespacial, no seu nascimento, como o surgimento de um traçado ortogonal, em xadrez a partir da estação ferroviária, tendo a linha férrea como barreira inicial à expansão urbana, desenho comum em relação ao traçado da via principal, que sempre terminava na Estação Ferroviária e, nesta mesma via, havia sempre uma praça com a igreja matriz e sobrados com comércio no térreo e moradia no pavimento superior.

O plano somente do traçado ortogonal no surgimento da malha urbana de Paraguaçu Paulista, sem considerar qual fator social, econômico ou cultural, assim como ocorreu em outras cidades do interior, já indica o nascimento de uma cidade onde deveria prevalecer os lucros com a terra, que resultariam em problemas urbanos significativos como a segregação socioespacial.

O traçado planejado nas cidades do interior paulista não significa necessariamente que estas cidades eram planejadas, resultando em paisagens urbanas sem particularidades, com organizações urbanas similares e traçado homogêneo, sem um projeto de implantação destas cidades, o traçado urbano em xadrez foi uma solução adotada em larga escala. (LANDIM, 2004)

A análise do inventário do Plano Diretor de Paraguaçu Paulista de 1998, o primeiro plano urbanístico elaborado para a cidade possibilitou o entendimento da maneira como ocorreu a expansão urbana, através do surgimento dos bairros, a partir do traçado inicial e a constatação da maneira como iniciou a segregação socioespacial e a análise dos instrumentos resultantes deste plano possibilitou a compreensão de como esta se manteve ao longo das décadas, até a atualidade.

## 2. METODOLOGIA

O surgimento da cidade e sua expansão ao longo das décadas foi analisado de acordo com as condições sociais, econômicas e culturais decorrentes em cada período, o que possibilitou entender as causas de determinados bairros de determinados níveis sociais surgirem em certas décadas, como por exemplo, o “boom” dos Conjuntos Habitacionais na primeira metade da década de 1980, em razão da instalação de usinas sucroalcooleiras no município, destinados aos boia-frias.

Em seguida, o entendimento da lógica da expansão urbana em razão da implantação de bairros de determinado nível social em determinados locais da cidade, foi possível através da análise da tipologia dos lotes, associada aos locais de ocorrência destas tipologias e da atuação do Plano Diretor de 1998, através do Código de Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo Urbano e do Código de Parcelamento do Solo Urbano, revisão da literatura de produções acadêmicas relacionadas ao tema e a condição atual constatada na cidade de Paraguaçu Paulista.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O surgimento dos bairros na mancha urbana e sua consequente expansão evidenciou uma correlação do nível socioeconômico do bairro com a demanda socioeconômica da cidade, mas o local onde se fixaram estes bairros está diretamente relacionado com seu nível social, pois os bairros mais pobres sempre surgiram separados da malha urbana por uma barreira, como a linha férrea, com lotes menores e precários em infraestrutura ou distanciados da malha urbana, sendo incorporados mais tarde por outros bairros de perfil semelhante.

Pode ser constatado três vetores de expansão urbana bem característicos, que são o surgimento de bairros nobres, separado do centro por bairros de nível intermediário em direção à noroeste, oposto à linha férrea, os bairros de nível social intermediário, sempre estão entre os bairros mais nobres e os bairros de classe social inferior e estes, por sua vez estão em direção oposta aos bairros nobres, próximos à linha férrea ou outros que ultrapassaram a linha. Isto se deu principalmente em razão do dimensionamento dos lotes dos locais onde se estabeleceram os bairros mais nobres e dos lotes menores, nos locais onde se estabeleceram os bairros de menor nível social, além da ausência de equipamentos urbanos de qualidade nestes locais.

Isto já ocorria na cidade antes do Plano Diretor de 1998, o que só foi reforçado a partir daí, como todas as leis estabelecidas, que priorizaram a continuação desta lógica segregacionista, reforçando a especulação imobiliária, favorecendo os interesses das classes de maior renda e potencializando as desigualdades sociais, através da exclusão da população mais pobre, através da sua implantação em locais mais distantes, dificultando ou impossibilitando o acesso desta população à equipamentos urbanos de primeira necessidade.

#### 4. CONCLUSÕES

Este estudo é importante por fornecer uma análise de cidades pequenas, que também estão inseridas na lógica da segregação socioespacial, pois estas possuem particularidades que devem ser analisadas e compreendidas.

Produções na área de urbanismo e planejamento urbano de pequenas cidades são raras, sendo encontradas em maior quantidade estudos sobre cidades grandes, metrópoles, megalópoles e regiões metropolitanas em maior quantidade, estudos sobre cidades médias e raríssimos estudos sobre cidades pequenas.

No entanto, as cidades pequenas representam uma parcela significativa das cidades brasileiras e sua dinâmica deve ser maior analisada e compreendida para se chegar a resultados eficazes no que tange à amenização das desigualdades sociais prementes em nosso país.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS FILHO, C. M. **Reinvente seu bairro: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade.** 2. edição. São Paulo: Editora 34, 2010.

HENRIQUE, W. **Diferenças e Repetições na Produção do Espaço Urbano de Cidades Pequenas e Médias.** 2010. Publicações SEI. Cidades Médias e Pequenas: Teorias, Conceitos e Estudos de Caso. pg.45-57. Salvador. Disponível em:< <http://www.redbcm.com.br> >. Acesso em: 20.ago.2017

LANDIM, A. P. C. **Desenho de Paisagem Urbana: as cidades médias do interior paulista.** Paisagem e Ambiente: Ensaios – n.16 – São Paulo – p.109 – 133. 2002. Disponível em:< <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/40191/43057> >. Acesso em: 10.mai.2017.

\_\_\_\_\_. **Desenho da Paisagem Urbana: as cidades do interior paulista.** Bauru: Editora Unesp. 2004

MOTA, B. M. da. **A Ferrovia do Espaço Urbano de Assis/SP: da preservação do patrimônio edificado à defesa da paisagem.** 2013. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Centro de Ciências Exatas, Ambiental e Tecnologia da Política Universidade Católica de Campinas. PUC, Campinas.

PEREIRA, M. L. F.; FIORIN, E. **Assis: Patrimônio ao longo do antigo leito férreo.** Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, v. 03, n.15, 2015, pp. 106-123. Disponível em: <

[https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/gerenciamento\\_de\\_cidades/article/viewFile/995/1018](https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/viewFile/995/1018). Acesso em: 10.Ago.2017.

**PLANO DIRETOR DE PARAGUAÇU PAULISTA.** 1998. Lei Complementar nº 10/98, de 16/11/1998.

SANTORO, P. F. **Planejar a Expansão Urbana: dilemas e perspectivas.** 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Habitat. São Paulo. Disponível em:< <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-06062012-143119/pt-br.php>>. Acesso em: 10.ago.2017

SOARES, B. R.; MELO, N. A. **Cidades Médias e Pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais.** 2010. In: Publicações SEI. Cidades Médias e Pequenas: Teorias, Conceitos e Estudos de Caso. pg. 229-247. Salvador. Disponível em:< <http://www.redbcm.com.br> >. Acesso em: 20.ago.2017